

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14 173

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL

Auro Aparecido Mendes
Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

DOI 10.22533/at.ed.05119300714

CAPÍTULO 15 182

EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA

Ana Elídia Torres

DOI 10.22533/at.ed.05119300715

CAPÍTULO 16 191

UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Lourença Santiago Ribeiro
Diego Palma de Castro

DOI 10.22533/at.ed.05119300716

CAPÍTULO 17 201

GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II

Gabriela Zanim
Patrícia Tosta Soares
Regina Célia Fiorati

DOI 10.22533/at.ed.05119300717

CAPÍTULO 18 213

CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP

Mariana Pantoni Santana
Regina Célia Fiorati
Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy
Regina Yoneko Dakuzaku Carretta
Daniel Yacoub Bellissimo
Julia Terra Ribeiro do Vale
Marta Cristiane Alves Pereira
Rogério Cerávolo Calia
José Luiz Bahia
Patrícia Soares

DOI 10.22533/at.ed.05119300718

CAPÍTULO 19 222

ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA

Márcia Cristina Alves
Marcelo Capre Dias

DOI 10.22533/at.ed.05119300719

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010

Alyne Sehnem

Universidade Federal de Santa Catarina,
Doutoranda em Administração.
Florianópolis, Santa Catarina.

Juliano Luis Fossá

Universidade Federal de Santa Catarina,
Doutorando em Administração.
Florianópolis, Santa Catarina.

Marcia Berti Fiorin

Universidade Federal de Santa Catarina,
Doutorando em Administração.
Florianópolis, Santa Catarina.

RESUMO: O objetivo geral que permeou este estudo consistiu na realização de uma análise dos indicadores oficiais sobre o desenvolvimento sócio econômico (durante o período de 2000 e 2010) da região compreendida por 12 Agências de Desenvolvimento Regional da região Oeste catarinense no período em que configuravam como Secretarias de Desenvolvimento Regional. Buscou-se fazer uma análise dos indicadores oficiais (IBGE) disponíveis da região Oeste de Santa Catarina tendo como referência os anos 2000 e 2010 a fim de se aconteceram melhorias nos índices e quais as áreas que necessitam mais atenção da população e dos gestores públicos. Constatou-se que os resultados dos 104 municípios da região Oeste catarinense apresentaram melhoria no ano de 2010

comparativamente aos mesmos resultados do ano 2000. Percebeu-se, especialmente, que na região o número de pessoas com faixa etária superior a 60 anos subiu nos últimos 10 anos, observando as alterações registradas em nível nacional. Outros resultados importantes foram observados nos índices de taxa de fecundidade total (que apresentou diminuição) e na dimensão Educação do IDH, cujos resultados estão abaixo das médias nacional e estadual. Concluiu-se que uma observação e acompanhamento por parte de órgãos públicos e instituições privadas se fazem necessária, a fim de se obter um melhor posicionamento de ações no que diz respeito à promoção de políticas e práticas para o desenvolvimento regional direcionadas para essa região. A melhoria na qualidade de vida, que teve como consequência o aumento na expectativa de vida da população faz com que os resultados obtidos possam ser justificados.

PALAVRAS-CHAVE: ADR. Santa Catarina. Desenvolvimento Regional.

REGIONAL DEVELOPMENT AGENCIES (WEST) OF SANTA CATARINA: ECONOMIC SOCIAL ANALYSIS OF THE PERIOD 2000 TO 2010

ABSTRACT: The general objective of this study was to carry out an analysis of the official indicators on the socioeconomic development (during the period of 2000 and 2010) of the

region comprised of 12 Regional Development Agencies of the western region of Santa Catarina in the period in which they formed as Secretaries of Regional Development. An analysis was made of the official indicators (IBGE) available in the western region of Santa Catarina, with reference to the years 2000 and 2010, in order to improve indexes and which areas need more attention from the population and public managers. It was verified that the results of the 104 municipalities of the West region of Santa Catarina showed improvement in the year 2010 compared to the same results of the year 2000. It was noticed, especially, that in the region the number of people over 60 years of age increased in the last 10 years, observing the changes registered at the national level. Other important results were observed in the indices of total fertility rate (which presented a decrease) and in the HDI Education dimension, whose results are below the national and state averages. It was concluded that observation and follow-up by public agencies and private institutions are necessary in order to obtain a better positioning of actions regarding the promotion of policies and practices for regional development directed to this region. The improvement in the quality of life, which had as a consequence the increase in life expectancy of the population, makes the results obtained can be justified.

KEYWORDS: ADR. Santa Catarina. Regional development

1 | A DESCENTRALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina, no ano de 1996, surgiram os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRIs). O primeiro Fórum foi criado na cidade de Chapecó, localizada no Oeste do Estado, como iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (BIRKNER, 2006).

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina promoveu a mobilização dos prefeitos filiados a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a fim de formar uma comissão e viajar para a Itália com o intuito de conhecer a experiência de desenvolvimento regional implementada no norte daquele país (FECAM, 2009).

Assim, em decorrência dessa iniciativa surgiu na cidade de Chapecó o Fórum do Oeste. Esse fórum criou uma agência própria de desenvolvimento regional, o Instituto de Desenvolvimento Regional – Saga. Essa agência era formada por técnicos da Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) (AMOSOC, 2009).

Seguiu-se a essa iniciativa uma movimentação de técnicos e políticos concentrados em Florianópolis, capital do Estado, no sentido de formar uma organização que passou a fomentar a criação dos fóruns nas regiões. Criou-se assim o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional (Forumcat), composto oficialmente por cerca de 60 entidades civis e governamentais. Desde sua criação, em 1996, o Forumcat exerceu a função de articulador para a formação de redes

locais de cooperação entre os atores políticos nas regiões do Estado (FORUMCAT, 2009).

As Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina são fruto da organização da sociedade civil catarinense em fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Esses fóruns, de caráter não governamental, perduraram nos anos de 1996 até 2002, quando, por iniciativa do Governo do Estado, foram implantadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional a fim de assistir as microrregiões catarinenses com uma política de descentralização governamental. Para Reina et al (2010, p. 1) “o processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público”. Conforme Birkner (2008), essa ação não se contrapôs aos fóruns, no entanto tirou-lhes o papel de protagonistas, fazendo com que diminuísse a participação da sociedade civil, objetivo da criação dos fóruns.

O governo que atuou em Santa Catarina no período de 2003 a 2006 criou para o estado uma estrutura governamental de descentralização político-administrativa. As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), passaram a atuar como “braços operacionais” do governo nas regiões interior (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2016).

No ano de 2015 o estado de Santa Catarina possuía um total de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional. A partir do ano de 2016 as Secretarias de Desenvolvimento Regional transformaram-se em Agências de Desenvolvimento Regional.

2 | INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Nesta pesquisa foi realizada a caracterização do quadro socioeconômico da região compreendida por 12 Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina. Para tanto foi realizado um levantamento de indicadores referentes ao Produto Interno Bruto – PIB, Dados Populacionais e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Educação, Renda, Longevidade). Esses indicadores foram obtidos em fontes secundárias, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Secretarias de Estado de Santa Catarina.

Os indicadores avaliados neste estudo retratam aspectos sobre: população total, população urbana e rural, Esperança de vida ao nascer; Mortalidade infantil; Índice de Desenvolvimento Municipal (renda, longevidade, educação); Probabilidade de sobrevivência até 60 anos; Taxa de fecundidade total; Taxa de envelhecimento e Expectativa de anos de estudo. As regiões observadas representam o espaço correspondente a 12 ADRs do Oeste catarinense, quais sejam:

ADR	Municípios compreendidos
1ª ADR São Miguel do Oeste	Guaraciaba, Paraíso, Barra Bonita, São Miguel do Oeste, Bandeirante, Belmonte, Descanso
2ª ADR Maravilha	Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, Romelândia, São Miguel da Boa Vita, Bom Jesus do Oeste, Sul Brasil, Tigrinhos, Maravilha, Flor do Sertão, Modelo, Pinhalzinho, Serra Alta, Iraceminha, Saudades
3ª ADR São Lourenço do Oeste	Campo Erê, São Bernardino, Novo Horizonte, São Lourenço do Oeste, Jupiá, Galvão, Coronel Martins
4ª ADR Chapecó	Aguas Frias, Nova Erechim, Coronel Freitas, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Guatambú, Chapecó
5ª ADR Xanxerê	São Domingos, Aberlardo Luz, Ipuacu, Entre Rios, Marema, Lajeado Grande, Xaxim, Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Bom Jesus, Ouro Verde, Vargeão, Passos Maia, Ponte Serrada
6ª ADR Concórdia	Alto Bela Vista, Concordia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco
7ª ADR Joaçaba	Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias, Vargem Bonita
29ª ADR Palmitos	Mondaí, Riqueza, Cunha Porã, Cunhataí, Caibi, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó
30ª ADR Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira, Princesa, Guarujá do Sul, Palma Sola, Anchieta, São José do Cedro
31ª ADR Itapiranga	Santa Helena, Iporã do Oeste, Tunápolis, Itapiranga, São João do Oeste
32ª ADR Quilombo	Irati, Formosa do Sul, Santiago do Sul, Quilombo, Jardinópolis, União do Oeste
33ª ADR Seara	Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindoia do Sul, Paial, Seara, Xavantina

Tabela 1: Relação das Agências de Desenvolvimento Regional do Oeste

Fonte: os autores.

2.1 Análise Populacional

A região objeto de estudo dessa pesquisa é constituída por doze Agências de Desenvolvimento Regional do Oeste Catarinense: 3 no Extremo Oeste (Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira), 6 no Meio Oeste (Maravilha, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Palmitos e Quilombo) e 3 no Oeste (Seara, Joaçaba e Concórdia). Essa região tem uma população total no ano de 2010 de 994.182 habitantes (70.622 habitantes a mais do que no ano 2000), representando 16% da população do Estado de Santa Catarina.

Ainda no que diz respeito à população total, é possível observar que somente quatro ADRs apresentaram diminuição no número de habitantes (Seara, Dionísio Cerqueira, Quilombo e São Lourenço do Oeste). Na região da ADR de Dionísio Cerqueira os municípios que apresentaram perda populacional foram Anchieta e Palma Sola; na região da ADR de Quilombo todos os municípios apresentaram perda populacional e da região da ADR de São Lourenço do Oeste, com exceção dos

municípios de São Lourenço do Oeste e Coronel Martins, os demais apresentaram diminuição da população.

No que diz respeito à divisão da população residente no meio urbano e rural, tem-se que em todas as regiões observadas houve uma diminuição de habitantes do meio rural (365.222 no ano 2000 e 301.906 no ano de 2010) e um aumento no número de habitantes do meio urbano (558.338 no ano 2000 e 692.276 no ano de 2010). Os municípios cujos resultados diferem deste “padrão”, apresentando um aumento na população rural foram: Ipuacu, Ponte Serrada, Flor do Sertão e Chapecó; e os municípios que tiveram uma diminuição da população urbana foram: Galvão, Marema e Jardinópolis.

2.2 Longevidade

As doze regiões estudadas apresentam resultado para a esperança de vida ao nascer superiores à média nacional (68,6 anos no ano 2000 e 73,9 anos no ano 2010) e pouco inferiores à média estadual (73,7 anos no ano 2000 e 76,6 anos no ano 2010). Por *esperança de vida ao nascer* entende-se como sendo o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo (ATLAS BRASIL, 2016).

A região que apresentava menor esperança de vida ao nascer no ano 2000 foi a ADR de Quilombo (70,5 anos) e o melhor resultado no mesmo ano foi percebido na região da ADR de Itapiranga e Seara (73,5 anos). No ano de 2010 o resultado mais baixo foi apresentado pela ADR de Dionísio Cerqueira (74 anos) e a região com maior expectativa de vida foi a ADR de Concórdia (76,7 anos). Importante salientar que todos os municípios apresentaram uma melhora importante nestes números no decorrer dos 10 anos entre uma contagem e outra.

Na avaliação dos indicadores referentes à mortalidade infantil, tem-se na região Oeste resultados melhores que a média nacional (31 por mil no ano 2000 e 17 por mil no ano 2010) e pouco inferiores à média estadual (17 por mil no ano 2000 e 12 por mil no ano 2010). Por *mortalidade infantil* entende-se como sendo o número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas (ATLAS BRASIL, 2016).

A região que apresentou o melhor resultado neste indicador no ano 2000 foi a ADR de Itapiranga (20 mortes a cada mil nascidos vivos) e o resultado mais baixo foi observado na ADR de Quilombo (27 mortes a cada mil nascidos vivos). No ano de 2010 o melhor resultado apareceu na ADR de Chapecó (11 mortes a cada mil nascidos vivos) e o resultado mais baixo esteve nas ADRs de Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste (15 mortes a cada mil nascidos vivos). Mesmo assim os resultados podem ser considerados positivos, representando uma melhora considerável no período de 10 anos.

Outro indicador observado no que diz respeito à longevidade na região Oeste

foi a mortalidade até 5 anos de idade (probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas) (ATLAS BRASIL, 2016). Esse indicador também apresentou as mesmas características observadas nos anteriores (inferior à média nacional e pouco superior à média estadual). No ano 2000 a ADR que teve o menor índice de mortalidade até os 5 anos de idade foi Itapiranga (23 por mil) e o maior índice foi na ADR de Quilombo (31 por mil). No ano de 2010 o menor índice foi apresentado pela ADR de Chapecó (13 por mil) e o resultado mais elevado esteve na ADR de Dionísio Cerqueira (18 por mil).

Após a observação dos indicadores referentes à infância, buscou-se informações sobre a perspectiva de envelhecimento da população (até 60 anos), uma vez que os dados sobre a esperança de vida aumentaram consideravelmente nos municípios da região. Desta forma entende-se por *probabilidade de sobrevivência até 60 anos* a probabilidade de uma criança recém nascida viver até os 60 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo (ATLAS BRASIL, 2016).

Igualmente procedeu-se a análise dos melhores resultados e dos resultados mais baixos. No ano 2000 a maior probabilidade de sobrevivência até os 60 anos estava nas regiões de Seara, Concórdia, Joaçaba, Itapiranga e Palmitos, ao passo que o resultado mais baixo estava na região de Quilombo. No ano de 2010 o melhor resultado foi percebido na região de Chapecó, Seara e Concórdia e o resultado mais baixo na região de Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste.

A análise da *taxa de envelhecimento* nos permite conhecer a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100 (ATLAS BRASIL, 2016). Dessa forma tem-se que no Brasil a taxa de envelhecimento no ano 2000 era de 5,98% e no Estado de Santa Catarina era de 5,3%, ao passo que no ano de 2010 a taxa de envelhecimento nacional passou para 7,4% e em Santa Catarina foi para 6,9%.

Na região analisada o aumento da taxa de envelhecimento foi percebido em todas as regiões, seguindo a tendência nacional de envelhecimento populacional. Pode-se inferir esta melhora aos investimentos em saúde e condições de vida, aliados ao aumento na esperança de vida de maneira geral. Assim, dentre as doze regiões observadas no ano 2000 a ADR de Concórdia apresentava a maior taxa de envelhecimento (7,3%) e a menor taxa estava na região de São Lourenço do Oeste (5,3%). Já no ano de 2010 a maior taxa de envelhecimento continuou sendo observada na região de Concórdia (10,7%) e a menor taxa na região de Xanxerê (7,6%).

Numa observação geral dos 104 municípios compreendidos nas doze regiões analisadas tem-se que no ano 2000 Passos Maia apresentava a menor taxa de envelhecimento (4,03%) e no ano 2010 o município de Chapecó apresenta os menores resultados (5,37%), podendo ser considerados municípios com uma população “jovem”. O município que apresentou a maior taxa de envelhecimento foi, no ano

2000 e 2010 Alto Bela Vista (10,2% e 13,6% respectivamente), representando na região uma maior concentração de pessoas com mais de 65 anos comparativamente aos outros municípios.

Sobre a questão do envelhecimento populacional, pode-se perceber que, no período compreendido entre os anos 2000 e 2010 o Brasil registrou um acréscimo de 2,21% no número de pessoas com idade superior a 60 anos (8,57% no ano 2000 e 10,78% no ano 2010). Esse resultado, também observado na região Extremo Oeste Catarinense, para Areosa et al. (2013), justifica a “necessidade de construção de aportes teórico-metodológicos que sustentem um envelhecimento satisfatório com qualidade de vida”, aspecto que representa para o desenvolvimento regional um importante indicador.

Para Silva (2008) o tema envelhecimento abrange diversas áreas gerando diferentes discussões, uma vez que mudanças de hábitos, crenças e estilos de vida são percebidos por esse público na sua inserção social, assim como na forma como a sociedade os percebe. Há algum tempo, devido à menor expectativa de vida, o envelhecimento não era objeto de preocupação humana. As alterações no “desenvolvimento das tecnologias, escolarização, mudanças nas relações de gênero, na família, casamento, no perfil humano, entre outros” (AEROSA et al., 2013, p. 06) contribuíram para que o envelhecer adquirisse outra dimensão e despertasse o olhar das ciências. Nesse sentido a academia muito tem a estudar e contribuir. Na atualidade o envelhecimento não representa mais um sinônimo de inutilidade, exigindo, portanto, uma nova compreensão.

De acordo com Cancela (2008) o processo de envelhecimento se dá de formas diferentes para as pessoas, podendo, dessa forma, englobar três tipos de idades: idade biológica, que representa o envelhecimento orgânico; idade social, que engloba os hábitos e os papéis reproduzidos pelas pessoas; idade psicológica, que reflete os comportamentos mobilizados pelas pessoas nas diferentes situações ambientais.

Dentre as mudanças ocorridas nos últimos anos e que afetam a população idosa, destacam-se as mudanças demográficas e espaciais, resultado da migração. Com a possibilidade de deslocamentos e da mobilidade que a qualidade de vida superior permite, aos idosos é facilitado o retorno a lugares que remetem a infância, ao litoral, a viagens com amigos. Para AEROSA et al. (2013), a feminilização da velhice é uma das características do envelhecimento populacional. A fragilização do idoso é outro aspecto importante a ser observado, que vai ser refletido em alterações na “saúde, isolamento social, transtornos emocionais, na medida em que representa um processo singular, constituído por características específicas que perpassam essa etapa da vida” (AEROSA et al., 2013, p. 07).

A fim de poder melhor compreender os valores encontrados para a taxa de envelhecimento e esperança de vida ao nascer, buscou-se informações sobre a taxa de fecundidade total dos municípios da região. Por meio da *taxa de fecundidade total* é possível analisar o número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar

o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade) (ATLAS BRASIL, 2016).

Seguindo a tendência nacional e estadual, os municípios da região apresentaram uma considerável diminuição no número de filhos por mulher. No Brasil a taxa de fecundidade passou de 2,4 (no ano 2000) para 1,9 filhos no ano de 2010. No Estado de Santa Catarina esta taxa passou de 2,2 (no ano 2000) para 1,7 no ano de 2010. No âmbito das regiões observadas, no ano 2000 a ADR de Dionísio Cerqueira tinha a maior taxa de fecundidade (3 filhos por mulher), ao passo que a menor taxa estava na região de Seara com 2,2 filhos por mulher.

No ano de 2010 percebeu-se uma diminuição geral nessas taxas, sendo a região de Itapiranga a que apresentou o menor valor (1,6 filhos por mulher) e a região de Xanxerê teve o maior resultado: 2,2 filhos por mulher.

A título de curiosidade buscou-se informações mais antigas sobre este indicador. Percebeu-se que no Atlas Brasil (2016) também estavam disponíveis informações sobre o ano de 1991. Neste ano a taxa de fecundidade nacional foi de 2,9 filhos por mulher e a taxa estadual foi de 2,6 filhos por mulher. Dentre os municípios que fazem parte da região analisada a menor taxa de fecundidade no ano de 1991 esteve em Joaçaba (2,1) e a maior taxa em Bom Jesus (4,6). No ano 2000 a menor taxa continuou sendo observada no município de Joaçaba (2) e a maior taxa em São Bernardino (4). Já no ano de 2010 a menor taxa de fecundidade foi apresentada pelo município de São Miguel do Oeste (1,3) e a maior taxa esteve no município de Ipuacu (3,1).

Estes indicadores nos demonstram claramente que a população da região está em processo de envelhecimento, seguindo a tendência nacional. Esses aspectos evidenciam a diminuição de filhos por mulher no decorrer dos anos, refletindo uma série de fatores (que o estudo não se propôs analisar), tais como inserção no mercado de trabalho, dedicação aos estudos, manutenção do grupo familiar, dentre outros.

2.3 Educação

A observação de aspectos referentes à educação na região das nove ADRs do Oeste Catarinense se deu pelo indicador de *expectativa de anos de estudo*, ou seja, o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar (ATLAS BRASIL, 2016).

Em nível nacional a expectativa de anos de estudos no ano 2000 era de 8,8 anos e no ano de 2010 subiu para 9,5 anos. No Estado de Santa Catarina este indicador no ano 2000 era de 10,1 anos e no ano de 2010 passou para 10,2 anos. Na região Oeste catarinense, no ano 2000 a menor expectativa de anos de estudo foi registrada na região da ADR de Dionísio Cerqueira (9,7 anos) e a maior expectativa estava na região da ADR de Quilombo (11 anos). Já no ano de 2010 a menor expectativa de estudos estava na região de Xanxerê (10 anos) e a maior expectativa foi registrada na região de Itapiranga (11,7 anos).

Pensando em termos de municípios percebeu-se uma significativa melhora nos valores daqueles que apresentaram a menor expectativa de anos de estudos: no ano de 1991 o município de Tigrinhos apresentava uma expectativa de 4 anos de estudos, no ano 2000 a menor expectativa era no município de Marema (8,9 anos) e no ano de 2010 a menor expectativa de estudos foi registrada no município de Vargeão (8 anos). Os melhores resultados no ano de 1991 foram registrados no município de Ibicaré (11,1 anos de estudos), no ano 2000 o melhor resultado foi registrado em Cunhataí (12,3 anos) e no ano 2010 Jardinópolis apresentou a maior expectativa de anos de estudos: 12,7.

2.4 Índice de desenvolvimento humano

Publicado pela primeira vez no ano de 1990, no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbud ul Haq (1934 – 1998) com a colaboração de Amartya Sen. O objetivo do IDH consistia na medição do nível de desenvolvimento humano das nações com base em indicadores de educação, longevidade e renda, cuja escala varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (total desenvolvimento humano). De acordo com o Ipea (2010), são considerados de desenvolvimento humano baixo os países que apresentam o índice com valores até 0,499. IDH entre 0,5 e 0,799 representam países com médio desenvolvimento humano e, índice superior a 0,800 são considerados altos.

No âmbito deste estudo foram utilizados quatro indicadores referentes ao IDH: 1) Índice de Desenvolvimento Municipal; 2) Índice da dimensão Renda; 3) Índice da dimensão Longevidade; e 4) Índice sintético da dimensão Educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Com relação ao IDH Municipal percebeu-se uma evolução na média dos indicadores em todas as regiões analisadas. Os menores índices no ano 2000 estavam alocados nas regiões das ADRs de Dionísio Cerqueira (0,589), Maravilha (0,589) e São Lourenço do Oeste (0,585) e, mesmo as maiores médias regionais deste ano estavam abaixo da média estadual que foi de 0,674. No ano de 2010 as médias das regiões continuaram abaixo da média estadual (0,774), mas de maneira geral superar a média nacional de 0,727. Os resultados estavam posicionados na faixa considerada de médio desenvolvimento.

Em uma análise específica dos municípios é possível perceber que existe uma considerável distância entre os resultados do maior e do menor índice nos anos avaliados. Como exemplo do IDH Municipal no ano 2000 o menor índice da região foi observado no município de Entre Rios (0,487), considerado baixo. Já o maior índice foi registrado no município de Joaçaba (0,741), considerado de médio desenvolvimento. No ano de 2010 os resultados figuraram entre médio e alto desenvolvimento, estando o menor resultado no município de Saltinho (0,654) - consideravelmente superior ao menor resultado do ano 2000 -, e o maior resultado continuou no município de Joaçaba

(0,827) figurando na faixa de alto desenvolvimento. Juntamente com Joaçaba outros dois municípios obtiveram um IDH Municipal na faixa de alto desenvolvimento: Concórdia (0,800) e São Miguel do Oeste (0,801).

A dimensão Renda do indicador IDH na região Oeste catarinense apresentou resultados abaixo da média estadual nos dois anos analisados (2000 e 2010). Em comparação com a média nacional (0,692) no ano 2000 todas as médias das doze regiões estiveram abaixo. No ano de 2010 seis regiões apresentaram índices superiores à média nacional: Itapiranga (0,740), Chapecó (0,741), Palmitos (0,742), Seara (0,747), Concórdia (0,752) e Joaçaba (0,756).

No âmbito dos municípios os resultados mais baixos foram registrados em Entre Rios (0,490 no ano 2000 e 0,638 o ano de 2010). No ano 2000 o resultado mais elevado, mas ainda na faixa de médio desenvolvimento, esteve em Lacerdópolis (0,760). No ano de 2010 os resultados municipais que enquadraram-se na faixa de alto desenvolvimento foram observados em Seara (0,804), Presidente Castello Branco (0,813), Joaçaba (0,823) e Treze Tílias (0,838).

Na dimensão Longevidade do IDH a região Oeste de Santa Catarina, superando as médias nacional (0,727 no ano 2000 e 0,816 em 2010) e aproximando-se da média estadual (0,812 no ano 2000 e 0,860 em 2010). O município com o menor resultado para Longevidade foi Ipuçu (0,706) no ano 2000 e Campo Erê (0,787) no ano de 2010. Observou-se que, no ano 2000, 40 municípios enquadraram-se na faixa de alto desenvolvimento, apresentando resultados superiores a 0,800. No ano de 2010 esse número subiu para 95 municípios com índice superior a 0,800, sendo o valor mais alto apresentado por Joaçaba (0,891).

No entanto os indicadores da dimensão Educação do IDH apresentam os resultados mais baixos comparativamente aos demais indicadores (em todos os níveis: municipal, estadual e nacional). No ano 2000 setenta e sete municípios da região Oeste apresentavam índices considerados de baixo desenvolvimento, ou seja, seus resultados estava abaixo de 0,500. O resultado mais baixo foi registrado no município de São Bernardino (0,319), ao passo que o resultado mais elevado foi de 0,651 no município de Joaçaba.

No ano de 2010 todos os 104 municípios enquadraram-se na faixa de médio desenvolvimento, sendo que o resultado mais baixo foi em Caxambu do Sul (0,523) e o mais elevado em Joaçaba (0,771).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores sócio econômicos dos municípios que compõem as doze Agências de Desenvolvimento Regional do Oeste Catarinense demonstram que o desenvolvimento regional no âmbito das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento são um conceito passível de discussão interdisciplinar. Aspecto interessante de ser ressaltado é a possibilidade de diálogo com diferentes linhas teóricas que o conceito

de desenvolvimento regional propicia, permitindo uma compreensão sistêmica da realidade, aspecto que seria prejudicado em caso de estudos isolados.

O presente trabalho pretendeu operar no sentido de levar ao meio acadêmico o estudo de questões empíricas observadas na região oeste do Estado de Santa Catarina. A relação entre as áreas econômica, administrativa, sociológica, histórica, presentes nesse estudo, mostraram-se como formas de superar as barreiras disciplinares, promovendo um encontro de distintas pesquisas.

O entendimento das premissas do desenvolvimento pelos gestores permite que suas ações convirjam em resultados favoráveis e de bom grado a comunidade. Ações que estimulem a participação da população no debate e busca de soluções para problemas comuns promovem o engajamento cívico e a percepção de que a comunidade tem um papel fundamental nas questões administrativas. A promoção do engajamento cívico, os estímulos à solidariedade e às ações cooperativas são importantes princípios que devem ser valorizados e promovidos nas comunidades cívicas. Por isso pode-se afirmar que numa comunidade cívica há coesão social, harmonia política e bom governo.

Os municípios que fazem parte das doze ADRs do Oeste catarinense demonstraram ter como características a organização em redes sociais informais e formais que se refletem nas organizações. Assim, pode-se afirmar que esses grupos podem constituir em importante fator que coopera para o avanço econômico e social adquirido por uma comunidade, por uma região ou por uma nação.

Aspectos que se destacaram no estudo e merecem uma atenção especial da sociedade e das personalidades públicas foram o envelhecimento da população (características observada também em nível nacional) e os baixos indicadores relativos à educação, tanto a taxa de escolaridade quanto a dimensão Educação do IDH. Políticas específicas para estes “problemas” deveriam entrar na agenda de prioridades das Agências de Desenvolvimento Regional e dos municípios.

Sobre o envelhecimento, considera-se que entender esse processo, incluir e valorizar esse público no rol de decisões, estratégias e ações dos gestores públicos muito poderá contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa realidade pelos administradores públicos pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem sucedidas tendo em vista o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AREOSA, S. V. C.; KIST, R. B. B.; CARDOSO, C. G.; PIOVESAN, A. R.; FRANTZ, D. Indicadores sociais sobre envelhecimento no Vale do Rio Pardo/RS. **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. UNISC, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC. Disponível em <<http://www.amosc.org.br/conteudo/?item=1794&fa=251>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

ATLAS BRASIL. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Furb, v. 500. 176 p, 2006.

BIRKNER, W. M. K. **Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: estudo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina**. Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 30, p. 297-311, 2008.

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Trabalho realizado no Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto. 2008. Disponível em: WWW. Psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM. Disponível em <<http://www.fecam.org.br/home/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO – FORUMCAT. Disponível em < <http://www.forumcat.org.br> >. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em < <http://www.sc.gov.br> >. Acesso em 28 de agosto de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD-BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

RAMOS, Giovanni. Governo de SC pronto para mudanças nas SDRs. **Jornal Metas**. 28 de agosto de 2015. Disponível em < <http://www.jornalmetas.com.br/pol%C3%ADtica/pol%C3%ADtica-paisestado/governo-de-sc-pronto-para-mudan%C3%A7as-nas-sdrs-1.1812339>>. Acesso em 08 de nov. de 2016.

REINA, D.; SANTOS, G. K dos.; FORTUNATO, S. M.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R. **O processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público**. Disponível em < <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/382.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2010.

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Seonária Costa Santana

Pós graduada em Desenvolvimento Territorial-
UFBA
Valença-BAHIA

Alane Amorim Barbosa Dias

Pós-Graduanda-Inovação Social- IFBaiano;
Governador Mangabeira-BAHIA

Cleudson Santos de Jesus

Graduado Gestão de Cooperativas-UFRB
Cruz das Almas-BAHIA

RESUMO: O presente trabalho visa uma reflexão acerca da participação da Sociedade Civil no Desenvolvimento Territorial. Neste contexto será apresentado a relação das entidades representativas em possibilitar a veiculação dos atores no processo de interação das ações que podem favorecer as discussões interligadas as políticas para o desenvolvimento territorial. Serão relatados os pontos que inviabilizam o desenvolvimento, já que este para acontecer se faz necessário o envolvimento dos atores marginalizados historicamente e que são fundamentais neste processo. Falar de Desenvolvimento Territorial sem abordar a trajetória dos movimentos sociais cujo papel é a mobilização social, que a cada dia se distancia e enfraquece a categoria, que por sua vez acabam não contribuindo com as ações que visam o desenvolvimento, que interagem em

diferentes áreas do conhecimento. Desta forma promover e contribuir com o desenvolvimento territorial vai bem além de discussões, mas de uma grande oportunidade de possibilitar principalmente nos espaços rurais o acesso a diversas políticas públicas nos âmbitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Sociedade Civil. Território. Desenvolvimento

THE PARTICIPATION OF CIVIL SOCIETY IN TERRITORIAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the participation of Civil Society in Territorial Development. In this context it will be presented the relation of the representative entities in enabling the placement of the actors in the interaction process of the actions that can favor the interconnected discussions the policies for the territorial development. The points that impede development will be reported, since this to happen requires the involvement of the historically marginalized actors that are fundamental in this process. To speak of Territorial Development without addressing the trajectory of social movements whose role is social mobilization, which each day distances and weakens the category, which in turn end up not contributing to the actions aimed at development, which interact in different areas of

the knowledge. In this way, promoting and contributing to territorial development goes well beyond discussions, but rather a great opportunity to make it possible in rural areas to have access to various public policies in the economic, social, cultural and environmental spheres.

KEYWORDS: Participation. Civil society. Territory. Development

1 | INTRODUÇÃO

A política de Desenvolvimento Territorial na Bahia, nos últimos anos tem ganhado grande proporção, principalmente quando se trata de garantir acesso as políticas públicas para o meio rural. É uma ideologia aberta e integradora, que proporciona para o povo o pensar coletivo mesmo diante da diversidade. Falar de território, é refletir acerca dos erros e acertos gerados para o alcance de um propósito mútuo de vários povos na mesma região que assemelham características parecidas e comuns. É através da discussão de território que a sociedade civil e poder público vem estabelecendo diálogos, que facilitam a identificação de mazelas que por sua vez podem vir a serem sanadas pelo poder público competente, e através da política de desenvolvimento territorial que renasce a esperança do povo ter voz e ser ouvido, ter vez e poder ser visto, mostrando que as suas potencialidades vai muito além de dados negativos constantes nas estatísticas.

No ano de 2003 iniciou-se o processo de conformação dos territórios rurais brasileiros, através da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial inserida no Ministério de Desenvolvimento Agrário, desde então o acesso as políticas de integração e desenvolvimento territorial, como também a implantação de ações que puderam promover o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, ações essas que propuseram para a população a possibilidade de adquirirem uma melhor qualidade de vida seja na educação, saúde, no social e econômico, proporcionando assim uma realidade menos desumana. Neste contexto, o presente artigo visa abordar dois pontos muito relevantes que envolvem o desenvolvimento territorial, o primeiro trata da estrutura organizacional do colegiado territorial, que implica diretamente no seu funcionamento estratégico para conseguir acesso as políticas públicas sociais e o segundo em estratégias para garantir a participação da sociedade civil no desenvolvimento territorial, este que é visto como principal fator para que o desenvolvimento de fato aconteça. Assim, este trabalho trará muitos resultados alcançados acerca das pesquisas realizadas pelo NEDET/UFRB (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial), que através da Gestão Social realizada conseguiu alcançar várias respostas sobre a efetividade da política territorial no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

2 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE JIQUIRIÇÁ E SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Desenvolvimento territorial vai muito além de uma discussão pontual de algumas representações institucionais, falar de território é saber que ele trata de um espaço democrático e participativo, é um dos caminhos a serem traçados sabiamente e que são viáveis na busca de alternativas para o desenvolvimento com mais participação social, equidade e sustentabilidade. O desenvolvimento territorial busca construir um modelo de desenvolvimento maior, mais participativo e que protagonize os cidadãos, a partir das suas identidades culturais, vocacionais e de produções locais, que por sua vez não deve ser padronizado, envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Segundo Tânia Zapata, 2015. A construção do desenvolvimento territorial busca contribuir também para uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios / microrregiões, pela presença da nova figura do gestor público, contrapondo-se à figura tradicional de prefeitos clientelistas e centralizadores. Esse novo gestor deve ser também animador / facilitador do desenvolvimento do território, ampliando os espaços de participação social. Ela ainda afirma que o desenvolvimento territorial endógeno sustentável é uma temática que vem ganhando relevância no mundo atual, suscitando discussões, reflexões e novas práticas no processo de desenvolvimento em todo o mundo.

2.1 Desenvolvimento Territorial do Vale Jiquiriçá

A Bahia possui 417 municípios, com uma diversidade incrível de biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Costeiro e Marinho), o que demonstra o tamanho das potencialidades e riquezas que o estado possui. Para acompanhar esta diversidade produtiva, cultural o governo utilizou a divisão territorial para acompanhar de perto a situação a qual a população vive, assim foi feito um agrupamento de municípios que possuem identidades culturais, geográficas, econômicas e sociais. Segundo a SEPLAN-2010, O território se define como a soma dos municípios e da diversidade que existem dentro dele, representado pelo coletivo, chamado de colegiado territorial. É neste espaço que surgem as discussões em prol de algo comum e relevante a todos, desta maneira identifica-se os gargalos e obstáculos, discutem e juntos buscam as possíveis soluções para determinados problemas.

Território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos. Ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados, que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos. Tânia Zapata-2015.

É evidente que um território não consegue caminhar sozinho ou com participações individuais, criando-se ilhas dentro dele, um território se fortalece

e consegue promover o desenvolvimento territorial, quando estes promovem o envolvimento dos atores da ponta, a participação daqueles que de fato sofrem as maiores dificuldades, e que realmente precisam ser visto, e ouvidos. Desta maneira o Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá, caracteriza-se por um território composto por 20 municípios (Brejões, Milagres, Amargosa, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Itiruçu, Maracás, Planaltino, Irajuba, Nova Itarana, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal), e está dividido por 3 (três) dos vários biomas existente na Bahia são eles Mata atlântica, Caatinga e Semiárido, muita riqueza em um único território que são interligados principalmente pelo Rio Jiquiriçá que corta quase todos os municípios aqui citados, tendo sua origem na cidade das Flores, Maracás-Bahia. Ainda em sua descrição produtivas pode-se citar algumas cadeias produtivas predominantes no território como: a mandiocultura, cacauicultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura, bovinocultura do leite, caprinocultura, apicultura dentre outras peculiares culturas como o coco do liculiri, sisal, artesanatos e sementes crioulas.



Figura 1. Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá (CGMA/SDT/MDA, março de 2015).

Fonte: SDT (2015).

O território com sua imensa diversificação cultural abraça uma grande população rural, isso porque dos seus 20 municípios, 19 são visivelmente rural (com exceção de Santa Inês), tendo a sua fonte de renda advindo deste meio, e ainda retratam em sua maioria características físicas e culturais de culturas africanas, o que demonstram vestígios fortes da predominância quilombolas por alguns dos seus municípios, como Laje, Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, mas até então foram reconhecidos pela Fundação Palmares e a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial-SEPROMI apenas 2 (duas) comunidades quilombolas uma em Jaguaquara (Ocrídio Pereira) e outra em Planaltino (Caboclo), que por sua vez necessitam e muito de apoio governamental para conseguirem alcançarem seus direitos como povos quilombolas.

2.2 Estrutura Organizacional do Colegiado Territorial

Partindo da definição estabelecida pelo Regimento Interno do Colegiado Vale do Jiquiriçá, baseado na Lei 13.214/2014, o colegiado territorial é um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, gestão e controle social das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial e solidário para os 20 municípios que compõe o território. Os principais objetivos constantes no Regimento Interno-2015 do COTEVAJ são:

- Fomentar o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território através do apoio a organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais;
- Promover a gestão participativa e o controle social das políticas de desenvolvimento sustentável no território e o fortalecimento das políticas públicas;
- Articular, apoiar e participar no âmbito territorial das ações que visem à redução das desigualdades resultantes das questões de gênero, raça, etnia, faixa etária e grupos de minoria no espaço do Território;

Para cumprir os objetivos estabelecidos acima citados o Colegiado se organizou estruturalmente da seguinte forma Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e Câmaras Técnicas. Segundo o Artigo 6º do Regimento Interno do COTEVAJ, “a Plenária é o órgão colegiado superior, composta por representações das instituições do Poder Público e da Sociedade Civil, dentre aquelas referidas no artigo primeiro, comprometidas com o Desenvolvimento Territorial Sustentável”. Núcleo Diretivo será composto por 8 membros, sendo 04 (quatro) titulares e 04 (quatro) suplentes das entidades integrantes no Colegiado.

Art. 11º – As Câmaras Temáticas são constituídas para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Esta constituição é feita observando a participação de cada município que compõe o Território (Câmara de Agricultura, Câmara de Meio Ambiente, Câmara da Juventude,

Câmara da Educação, Câmara de Cultura, Câmara da Saúde, Câmara Segurança Alimentar e Nutricional, Câmara de Mulheres).



Figura 2: Estrutura organizacional do COTEVAJ

Fonte: Seonária Costa

Observando a estrutura organizacional do território vale do jiquiriçá, seria fácil a execução e realização dos objetivos os quais são citados no Regimento interno, porém nada é possível se as entidades dos poderes públicos e sociedades civil não estiverem integrados nesta causa. Descarta-se como atores principais os representantes da sociedade civil, que evidencia que sem a sua participação, envolvimento, contribuição e cobrança fica impossível conseguir obter o desenvolvimento territorial.

3 | SOCIEDADE CIVIL E SEUS NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO

A sociedade civil como são conhecidos os agricultores familiares, produtores rurais, quilombolas, assentados, indígenas, formam a população que integram o território, com suas diversidades culturais, produtivas e sociais. Cada um deste tem sua parcela de contribuição para o desenvolvimento local e logo territorial, no entanto muitos encontram-se marginalizados e desprovidos de informações e de conhecimentos sobre os direitos que lhe cabem, o que os impossibilitam que tenham acesso as diversas políticas públicas e programas sociais que são criados e direcionadas para este público, mas que por alguma razão não conseguem ser efetivo em suas ações, a ponto de fazer valer como rezam em sua maioria, os objetivos. Como forma organizacional destas categorias, podemos citar os Sindicatos, Associações, Conselhos, Federações todos com intuito de representar cada uma e assegurar-lhe seus direitos. Os Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais por exemplo, em

sua histórica existência foi criado para representar os trabalhadores e trabalhadoras rurais de cada município, por sua vez depara-se com situações que contradizem sua missão. Pode-se perceber que alguns sindicatos hoje resume-se apenas a realizar atividades vinculadas a previdência social (auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria rural..), deixando de lado outras ações que poderiam propor o fortalecimento da comunidade como ações sociais para o protagonismo feminino e juvenil, e êxodo rural, Assistência Técnica para auxiliar na produção rural dentre outros. Por não conhecer seus direitos os associados permitem a continuação de vínculos viciosos do patronato, em sua maioria eles não sabe para que de fato serve sua entidade de classe, que a atuação dela vai além das ligadas a previdência social. Quando tratamos de associações, é perceptível que o grande número existentes, foram criados com finalidades políticas, o que levou a sua maioria a decadência. São poucas as associações que funcionam da maneira eficiente ou razoável, e onde isso acontece percebemos que o nível de organização e participação é muito maior, o que proporciona, maior acesso às informações, ações sociais, políticas públicas para o meio rural como é o caso do Programa Nacional da Agricultura Familiar-Pronaf, Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, Crédito Rural, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR, dentre vários outros existentes mas que só podem chegar aos atores da ponta se estes, possuírem o mínimo de organização social. Não adianta criar diversas associações e cooperativas se a comunidade não tiver inserida no processo de construção e visando um objetivo único, não adianta pensar em avançar se não estiver incorporado o que é trabalho em grupo? O que é o coletivo? Ou o associativismo? Ou a cooperação. São essas as maiores dificuldades encontradas para se promover o desenvolvimento territorial, pois os atores principais em sua maioria não estão inseridos e integrados com a causa, ou não possuem acesso às informações, ou não tem recurso financeiro para participar das atividades. E é aí que suas entidades representativas deveriam sobressair, fazendo esta veiculação, proporcionando o acesso para os seus associados ou não. As entidades precisam estar nestes espaços, para ocupá-los, ser vistos e ouvidos e assim poder expor seus anseios e lutar por aquilo que lhe é de direito. A Organização social, por sua vez é de extrema importância neste cenário político institucional, que envolve as discussões acerca a Política de Desenvolvimento Social. É a forma utilizada para estabelecer o diálogo entre os Poderes Públicos e Sociedade civil, numa dinâmica totalmente participativa. Por fim, o desenvolvimento só irá acontecer quando envolver todos os atores necessário para o avanço territorial. É preciso envolver para desenvolver.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se faz necessário uma expansão do entendimento de cada setor envolvido

ou que pelo menos deveriam estar envolvidos na discussão de desenvolvimento territorial. A organização social como fator preponderante nesta ação, protagonizando seus representados numa luta constante pelos seus direitos, e isso só se consegue envolvendo a todos para buscar seus direitos através das políticas públicas, ocupando os espaços, mostrando seus valores e potenciais por muitas vezes esquecidos. Desta maneira é possível conseguir grandes avanços e principalmente grandes conquistas, estando estes discutindo, brigando, reconhecendo sua identidade dentro do colegiado. Assim fortalece o território e é possível mostrar o quão grande é a força de um povo organizado e unidos em prol de um bem comum, o Desenvolvimento Territorial.

REFERÊNCIAS

AMARTYA SEM, **Desenvolvimento com Liberdade**. Cia de bolso. 2015

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007.

COTEVAJ, **Regimento Interno do Colegiado Territorial**. 2015.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução MichellThiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FREIRE, Paulo: **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei Nº 13214 DE 29/12/2014

MDA: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília. 2005.

OCB. **Panorama do cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf> Acesso em: 03/10/2015.

SEPLAN, **Política de Desenvolvimento Territorial**. BAHIA, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA,2002.

ZAPATA, Tania et alii: **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife. BNDES/PNUD. 2000.

O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

UNESP-Universidade Estadual Paulista, Depto de Geografia- Rio Claro (SP)

Auro Aparecido Mendes

UNESP-Universidade Estadual Paulista, Depto de Geografia- Rio Claro (SP)

RESUMO: Este artigo tem como foco central refletir sobre o território como um elemento fundamental para a organização e consolidação das redes solidárias. Atualmente, o território tem se revestido de um papel ativo e, com isso, seu entendimento torna-se mais complexo e dinâmico. As relações de poder que ocorrem no território possibilitam um vínculo essencial para as ações em economia solidária. Essas ações apresentam-se como uma via econômica alternativa que traz um movimento contra os princípios do capitalismo, assim faz emergir na sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade, rebatendo a concorrência a qualquer preço. Na primeira parte do artigo as reflexões são apresentadas por meio de alguns fundamentos teóricos sobre território e redes geográficas e, para maior clareza, relata a experiência da economia solidária em Rio Claro que é uma cidade do estado de São Paulo, Brasil. Essa conjugação da teoria com a experiência contribui para a compreensão dos principais desafios da organização e

consolidação das redes solidárias.

PALAVRAS-CHAVE: território, redes, economia solidária

THE ROLE OF THE TERRITORY IN THE CHALLENGES OF THE ORGANIZATION AND CONSOLIDATION OF SOLIDARITY NETWORKS

ABSTRACT: The main focus of this article is to reflect on the territory as a fundamental element for the organization and consolidation of solidarity networks. Nowadays, the territory has taken an active role and, with that, its understanding became more complex and dynamic. The power relations that take place in the territory provide an essential link for actions of Solidarity Economy. These actions take part as an alternative economic path that brings a movement against the principles of capitalism, emerging in the society feelings of cooperation and solidarity, refuting the competition at any price. In the first part of the article the reflections are presented through some theoretical foundations based on territory and geographic networks and, for greater clarity, it reports the experience of the Solidarity Economy in Rio Claro, which is a city in the state of São Paulo, Brazil. This combination between theory and experience contributes to understand the main challenges of organizing and consolidating

solidarity networks.

KEYWORDS: territory, networks, solidarity economy

1 | INTRODUÇÃO

Por meio das relações de poder e dominação entre classes sociais e seus diversos interesses é que o território é produzido. É pelo território que conseguimos compreender as disputas, geralmente, pautadas nos princípios capitalistas da acumulação. A exclusão social da maior parte da população é materializada no território, mas, também, as lutas sociais e as alternativas de sobrevivência e de justiça social. Assim, o território tanto pode ser a prisão, como a libertação dos cidadãos; isso porque ele contém a realidade socioespacial e o devir como possibilidade emancipatória.

O capitalismo foi se estruturando ao longo do tempo, organizando a própria vida social e gerando muitas contradições, como, por exemplo, a pobreza de grande parcela da população mundial. A economia solidária surge, de forma mais contundente, no final do século XX, como uma necessidade de se construir outro caminho econômico menos desigual, com mais justiça social. Como contraponto ao capitalismo, essa outra economia faz emergir na sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade, rebatendo à concorrência a qualquer preço. O processo de acumulação e concentração que eram guiados por um trabalho alienado, vai, aos poucos, cedendo lugar ao trabalho consciente e criativo, com respeito ao meio ambiente e as pessoas, resgatando a autoestima e a dignidade humana.

As diversas ações em economia solidária sempre apresentam vínculos territoriais específicos, e, neste contexto, este artigo irá privilegiar a abordagem territorial, procurando unir as diferentes esferas (social, política, cultural, ambiental) que o capitalismo separou. Em uma publicação anterior observamos que: “Enquanto no capitalismo moderno, a mundialização e a desterritorialização da produção e das mercadorias é uma forte tendência, na economia solidária há um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar.” (ORTIGOZA, 2014, p. 245, 246)

No território brasileiro, que é rico em contradições, vem despontando com força a economia solidária, e, portanto, o território renasce como uma categoria de análise essencial para a compreensão desse novo caminho econômico.

Nos últimos 15 anos têm surgido no Brasil, diversas iniciativas promissoras em economia solidária que acabam apontando novos e diferentes caminhos para o desenvolvimento territorial, neste artigo, serão apresentadas algumas experiências vividas em Rio Claro (SP), que têm auxiliado a inclusão produtiva de diversas pessoas que se encontravam sem perspectiva de trabalho e renda. No que tange ao percurso teórico do artigo, destacaremos o território como categoria analítica e, também, abordaremos a importância da organização das redes no desenvolvimento

da economia solidária.

2 | OUTRA GLOBALIZAÇÃO, OUTRA ECONOMIA: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E REDES GEOGRÁFICAS

É possível pensar em uma outra globalização e outra economia? Partindo desta grande questão, apontamos, primeiramente, dois autores que nos ajudam a aprofundar o pensamento sobre esta problemática, são eles, Santos (2000) que nos leva pensar na proeminência de uma outra globalização que vem se projetando no período atual da história e Singer (2002) que, com a mesma esperança, nos faz acreditar que uma outra economia é possível.

Santos (2000) foi buscar sua interpretação da emergência de outra globalização, a partir da observação da tirania da informação, do dinheiro e do progresso técnico que acabam sendo aproveitados por uma minoria de atores globais. Tudo isso relacionado ao aprofundamento da competitividade e do empobrecimento crescente das massas, cria uma situação insustentável, já que nem os Estados são capazes de regular a vida coletiva de forma mais justa e com menos conflito.

Se há um resultado positivo diante das enormes injustiças sociais, esse é o surgimento de diversos sinais de resistências, isso é perceptível nos movimentos populares que tem como protagonistas as camadas mais pobres da população. São essas resistências que segundo Santos (2000) podem ser consideradas as sementes de uma evolução positiva, que deverá conduzir ao estabelecimento de uma outra globalização.

Para Santos (2000, p. 170), uma outra globalização seria representada pela “realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta”. Observamos que o referido autor nos passa uma mensagem de esperança na construção de um novo universalismo, mais justo para todas as pessoas.

Por outro lado, pensando em uma outra economia, Singer (2002, 2004), nos incentiva a pensar e acreditar numa economia mais humanizada e solidária e nos orienta sobre as saídas e alternativas para fugirmos da lógica perversa das relações de trabalho do mundo capitalista. Procura sempre ressaltar as experiências bem-sucedidas, procurando estimular novas práticas de trabalho baseadas na solidariedade e na generosidade humana. Para ele “solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” (SINGER, 2002, p. 1)

O que há de comum entre esses dois autores é a constatação que a globalização e o modelo econômico alcançaram um patamar de tanta perversidade, criando enormes desigualdades e extremos níveis de pobreza que, seus limites foram

anunciados, há, portanto, que buscar novas formas de se produzir, de consumir e de se relacionar (homens com os homens e homens com o meio ambiente). No ápice da globalização as forças endógenas deverão ressurgir e o trabalho e as relações de produção deverão ser ressignificados.

Mance (1999, 2005) é outro autor que também tem centrado suas reflexões sobre a ideia de que a colaboração solidária se constitui em uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, no trecho abaixo caracteriza a economia solidária como uma possibilidade real de transformação.

A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. É uma alternativa viável para o nascimento de uma nova forma de satisfazer as necessidades materiais requeridas ao exercício ético da liberdade humana, de maneira justa e sustentável, compartilhando-se a riqueza produzida em favor do bem-viver de todos. (MANCE, 2005, p. 15)

Arruda (1996) também apresenta como proposta para um novo modelo de desenvolvimento, o cooperativismo autogestionário e solidário que serão capazes de reconstruir o global a partir da diversidade do local e do nacional. Nesse processo “(...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio economia na nova era que se anuncia”. (Arruda, 1996, p. 4). Todas essas transformações requer inovação do espaço da empresa, da comunidade e das relações de trabalho e de troca entre os diversos agentes.

Neste texto, nós comungamos da esperança de mudança dos autores citados e, complementamos os referidos pensamentos com a ideia de que tanto a “nova” globalização como a “nova” economia, têm suas raízes transformadoras sedimentadas no território, e, portanto, só por meio dele conseguimos vislumbrar as reais condições de mudanças. Isso porque, as experiências cotidianas se concretizam no território, é partir dele que conseguimos enxergar as vivências, sociabilidades, identidades e resistências. O território é resultado de tempos e espaços específicos, assim compreender a complexidade envolvida na economia solidária e as reais possibilidades de representar mudanças sociais e produtivas, requer uma abordagem territorial do processo.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (...) Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa. (SANTOS, 2000, p. 55, 56)

A evolução do conceito de território tem transformado muito sua forma de

pensa-lo. Atualmente, o território tem se revestido de um papel ativo e, com isso, seu entendimento torna-se mais complexo e dinâmico. Múltiplos enfoques e perspectivas de análise se fazem presente quando se quer trabalhar com a categoria “território”, para Raffestin (1993), o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo; é o espaço político por excelência, o campo de ação.

O referido autor ainda complementa a ideia dizendo que o território “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Saquet (2007, p. 113) nos adverte que “o território é condição de processos de desenvolvimento”, neste contexto, é preciso então considerar sua importância e seu significado nos novos rumos do desenvolvimento territorial que vêm sendo tomados pela economia solidária.

Para Claval (1999) há uma indissociabilidade entre território e a questão da identidade, já que a construção das representações espaciais é inseparável da construção das identidades. A partir das ideias do referido autor é preciso considerar que o território contém relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos que são diferentes em cada lugar.

Pelo que foi exposto até aqui, observamos que, muitos dos gestores públicos ligados a economia solidária, ainda têm uma visão ingênua do território, ou seja, o território tem uma conotação vinculada a um “palco” onde se realizam as atividades econômicas e que abrigam as relações de trabalho. Pensado dessa forma, ele nada mais é do que uma localidade, uma comunidade ou um bairro que seja passível de mapeamento dos qualitativos para a implantação de políticas públicas. Neste sentido, todo cuidado é pouco, para que o território se converta de fato em uma categoria de análise que nos ajuda a compreender as ações e possibilidades da economia solidária.

Diante da visão estática de território que, notadamente, é usada pelos gestores públicos, e, também, por outro lado, a força da abstração contida na teorização excessiva sobre território, há que se encontrar um *modus operandi* que faça com que o território apareça na economia solidária como um território ativo. Um território ativo que é a acumulação do tempo, e, portanto, história viva e que aponta para um futuro cheio de esperança para a “nova” economia e “nova globalização”.

É preciso levar em conta as práticas cotidianas e as especificidades territoriais, sem supervalorizar os fatores de localização, delimitação e coerência, só assim focaremos em suas reais contradições. Sobre estas questões, Haesbaert (2010) demonstra certa preocupação e comenta sobre o risco de transformar o território “(...) num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico [...], como também, num sentido normativo, acaba se tornando uma verdadeira panacéia em termos de políticas públicas” (p. 156).

O referido autor aborda também em outro texto a problemática da multiterritorialidade pode ser concebida pela combinação de uma forma inédita da intervenção e, de certa forma, da vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004)

Em economia solidária tem que se considerar a multiplicidade dos territórios, para não correr o risco de se construir “receitas” de políticas públicas em nível nacional. As ações para que sejam de fato transformadoras, devem contemplar a multiterritorialidade como a única perspectiva para construir uma outra economia. A multiterritorialidade é resultante da sobreposição de territórios, encaixados e articulados. É preciso, ainda, que se reconheça a necessidade de garantir os direitos de todos os envolvidos dentro de uma perspectiva universalmente igualitária, mas distinguindo as diferenças humanas e preservando a multiculturalidade. Dito de outro modo, a economia solidária, não poderá ter as mesmas ações e estratégias em uma comunidade quilombola, em uma comunidade de pescadores, em uma tribo urbana ou em um bairro operário localizado em uma metrópole, deverá sempre utilizar os mecanismos políticos que são de todos, procurando, ao beneficiar alguns, levar em conta os conteúdos territoriais, isso é que dará coerência ao movimento da economia solidária. Afinal, por ser um caminho econômico diferente, deve considerar as especificidades, as similaridades e, principalmente o que há de luta comum.

Para avaliar a importância do território para a economia solidária é preciso, primeiramente, considerar o valor da identidade cultural na formação da subjetividade e na manutenção das especificidades em cada localidade. Tudo isso nos parece essencial para compreender o significado do simbolismo, da afetividade e da sensação de pertencimento contidos nas diferentes comunidades.

A partir dessas considerações, sobre o território, que estão longe de serem esgotadas, traremos para o debate a reflexão sobre a concepção de redes geográficas, procurando definir os pontos positivos e negativos das mesmas para a economia solidária.

A grande questão é: como a consolidação de redes geográficas em economia solidária pode contribuir com a democratização desta economia, sem que, ao mesmo tempo, não se converta num risco de homogeneizar as iniciativas e moldar a criatividade?

O conceito de rede transformou-se nas últimas décadas, além disso, na prática, acabou se convertendo em uma alternativa de organização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social que atende as demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização. Uma definição bastante objetiva de redes é a proposta por Corrêa (1997) “(...) um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações.” (p. 107). É importante para este autor diferenciarmos redes sociais de redes geográficas, e nos explica que: “As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de

serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida.” (CORRÊA, 2004, p. 200)

Para o referido autor, a análise das redes geográficas deve contemplar três dimensões: organizacional, temporal e espacial. E, nesta perspectiva, Corrêa (1997) especifica um quadro metodológico que permite identificar a configuração interna e estruturação da rede, a duração da rede, a velocidade dos fluxos, a frequência de como a rede se estabelece, além disso, nos leva a compreensão da escala, da forma espacial e da conexão.

Nesta discussão sobre o papel das redes no mundo atual, Santos (2005) aborda as seguintes questões:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. (p. 256)

No que tange as formas de organizações da economia solidária, Mance (1999), coloca que elas podem ser denominadas de “redes de colaboração solidária” e têm como base o trabalho em conjunto, interligado por movimentos de consumo e produção verticalizados e encadeados em células produtivas.

Com base na dimensão organizacional desse tipo rede, o produto final de um empreendimento econômico solidário servirá de insumo demandado por outro, ocorrendo um processo de retroalimentação que elevará as condições de autossuficiência da rede.

As redes na economia solidária representam grandes desafios no sentido de potencializar os esforços para minimizar algumas limitações tecnológicas, produtivas ou espaciais, todavia, elas oferecem uma ameaça a manutenção de alguns qualitativos que caracterizam esta economia, ou seja, passa-se a selecionar determinados pontos, partes ou grupos e, ao fazerem isso, estão usando algumas normas amplamente racionalizadoras e carregadas de ideologia muito utilizada pelas grandes corporações capitalistas. Como eliminar essas contradições? É preciso, que o princípio da solidariedade esteja sempre sendo renovado, e que esteja no comando e na condução das redes. A estrutura organizacional da rede deve estar sedimentada nos princípios da economia solidária, mesmo que em determinados momentos e de forma descontínua, haja certa interlocução com o

capitalismo via mercado.

Deve-se ficar atento aos benefícios da organização em forma de redes, tais como: sua capacidade de inserção social de grupos; a democratização dos saberes, a agilidade em alguns processos de produção e de trabalho. Mas, também é preciso reconhecer, que, juntamente, com seu peso organizacional, que foi criado para padronizar, homogeneizar e racionalizar as redes, pode vir algumas deformidades que oferecem riscos a manutenção dos princípios solidários. Assim, se a dimensão organizacional é o grande “perigo” tem que haver um esforço no sentido de valorizar as duas outras dimensões: a temporal e a espacial. O tempo das redes de economia solidária deve ser aquele da vida, do cotidiano e o espaço aquele do fazer solidário, do trabalho, enfim o espaço colaborativo. Mediante esta concepção diferenciada de rede, haverá maiores chances de se prezar pela construção de redes heterogêneas, priorizando a manutenção dos princípios solidários.

Neste contexto, Santos (2005), nos faz um alerta:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi- los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. (SANTOS, 2005, p. 259)

O território é marcado pelas experiências espaciais cotidianas que integram os princípios da vida social, contempla, portanto, as culturas e seus significados, as atividades econômicas e o poder político. E, embora, a conexão do território se realiza, muitas vezes, por meio da estruturação em forma de rede, integrando diferentes pontos ou áreas, há uma grande separação entre território e rede. Esta separação se deve ao fato de que no território o acontecer solidário preenche o tempo e espaço de forma horizontal e contínua, e, nas redes, há certa expansão da solidariedade, mas de forma vertical, e descontínua. Com base neste raciocínio, podemos dizer que, enquanto o território delimita e enraíza as ações solidárias no espaço de lugares, as redes expandem e desenraizam as ações solidárias no espaço de fluxos.

3 | VALORIZANDO TERRITÓRIOS E CONSTRUINDO REDES: O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE RIO CLARO

Nesta parte do texto será avaliado o Projeto desenvolvido na cidade Rio Claro, por meio de convênio entre LAET/UNESP e a Prefeitura Municipal de Rio Claro e que

teve como foco central buscar possibilidades de trabalho e renda para pessoas que se encontram em extrema pobreza e beneficiários da bolsa família. Em Rio Claro, há um renascimento da economia solidária, nos últimos oito anos, que só foi possível a partir da articulação da população mais carente com o governo local.

Santos (2000) observa que está ocorrendo “uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa” o que tem representado uma possibilidade, cada vez mais frequente, de se difundir. E complementa dizendo que “a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias.” (SANTOS, 2000, p. 70).

O primeiro relatório do Projeto deu origem a um livro que abordou o exercício da prática em economia solidária resgatando um ideário, que nos permite contemplar utopias e acreditar em possibilidades de mudanças na realidade socioespacial, rompendo possíveis amarras do pensamento e desfazendo os nós do capital. (MENDES, CORTEZ E ORTIGOZA, 2013)

A equipe do Projeto teve, a partir de 2010, um primeiro desafio que foi o de criar as condições para implantar o Programa de Economia Solidária de Rio Claro (SP), para tanto, foi preciso localizar os sujeitos mais necessitados e mapear seus territórios tendo um quadro geral das condições de vida e da vulnerabilidade social no município. Foi também instituída legalmente, por meio da Lei 4036, a Política Pública de Economia Solidária e, também, no mesmo ano, foi criado o Centro Público de Economia Solidária que abriga a Incubadora Popular e o Ponto Fixo de comercialização dos produtos trata-se de um ambiente inspirador que já tem acolhido diversas ações em economia solidária. Passaram a ser realizados também os Fóruns Municipais de Economia Solidária que logo se converteu em um importante instrumento democrático para que a sociedade envolvida. Os participantes do fórum passaram a exercer a cidadania de forma participativa, colocando as prioridades do movimento, criando mecanismos de mobilização e, conseqüentemente, fortalecendo a economia solidária no município.

Outra conquista do Programa de Economia Solidária foi instituir o Conselho Municipal de Economia Solidária que tem sido responsável por deliberar sobre diversos assuntos que se relacionam a economia solidária de modo a garantir o pleno desenvolvimento das Políticas Públicas sobre este tema em Rio Claro.

No ano de 2014, foram realizadas a I Pré-Conferência e a I Conferência Municipal de Economia Solidária, responsáveis por subsidiar a construção do Plano Municipal de Economia Solidária. O referido Plano foi resultado da participação maciça das pessoas envolvidas no movimento social de economia solidária de Rio Claro e demonstra os principais princípios, metas e diretrizes a serem seguidos nos próximos três anos no município.

Um desafio central é construir redes capazes de organizar a economia solidária em todo o território urbano resguardando as especificidades e diversidades culturais

presentes em cada comunidade, a meta final seria a conquista de um desenvolvimento territorial contínuo e duradouro. A criação de estratégias comerciais, como feiras e pontos fixos, pode valorizar os vínculos das mercadorias e serviços produzidos com o território.

Todos esses desafios aqui apontados estão sendo gradualmente vencidos, observa-se que as pessoas já são capazes de reconhecer no território as potencialidades e os mecanismos de sobrevivência possíveis e, também, já detectaram a importância da construção de redes produtivas e comerciais que não busquem homogeneizá-los e sim garantam uma inserção produtiva, ofereçam melhores condições de inclusão social a um maior número de pessoas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar neste artigo uma reflexão sobre o papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias, tínhamos em mente, demonstrar que não existem, e de fato não devem existir, na economia solidária, modelos de condutas e etapas produtivas a serem seguidas, pois isso além de deformar seus princípios vai na contramão da tão valorizada experiência vivida e desalienação via trabalho.

Demonstramos que as redes colaborativas podem potencializar os fluxos solidários de produção, comercialização, consumo, financiamento e apropriação tecnológica, assim, apesar de reconhecer que a organização de redes de colaboração solidária tem se mostrado uma estratégia viável para promover o crescimento orgânico da economia solidária, deixamos um alerta para que a expansão dessas redes não pode visar só a potencialização das conexões e dos fluxos, mas tem que ter como meta principal gerar e multiplicar o conhecimento, dando oportunidades a todos.

Dessa forma, quando se coloca os riscos da pressão da homogeneização via formação de redes geográficas em economia solidária, não estamos generalizando, já que, muitas redes são formadas de modo a garantir as especificidades e liberdade.

Em Rio Claro, essa valorização das especificidades e da liberdade tem sido uma busca frequente, ou seja, é necessária a construção de redes que permitam a parceria e a conexão de grupos, mas elas teriam ainda uma grande missão que é a de vencer alguns limites impostos pelo modelo econômico hegemônico. Na visão de Constantino (2007), a economia solidária se traduz como um “movimento contra-hegemônico à globalização do capital e que constitui um fato de alcance mundial, revelando suas potencialidades de modo particularmente avançado e heurístico no Brasil”. (p.113)

Um movimento social contra-hegemônico preza por condições mais justas de trabalho e mantém a independência, por meio do fortalecimento da democracia e do respeito à liberdade de opinião. Ressaltamos neste artigo que consolidar

no campo econômico uma cultura de solidariedade, com ética, transparência e liberdade, não é algo fácil, justamente porque os interesses do mercado e do lucro a todo custo estão cotidianamente pressionando toda a sociedade. Assentado nesses valores observa-se que esse movimento econômico solidário é bastante complexo, pois a incorporação de novos tipos de redes e novos sujeitos sociais depende das considerações de vários princípios que estão assentados na autogestão e na solidariedade. No município de Rio Claro, observa-se que, muitas pessoas, embora, já façam parte do movimento social e lutam pela promoção da inserção social e da geração de trabalho e renda, ainda não assimilam na totalidade os princípios da economia solidária. Assim, percebe-se que o próprio movimento é diverso e desigual, pois estão presentes em cada território e, baseiam-se nas potencialidades dos próprios sujeitos, assim, vão construindo o “saber fazer” e as formas de trabalho conquistando de forma gradual a solidariedade e a identidade territorial.

Assim, é possível observar que as experiências, no âmbito da economia solidária brasileira, são muito diversificadas e é, na esfera local, ou seja, do município, que essas políticas públicas se realizam de fato. “A ideia central é a formação de territórios-rede, capazes de criar formas de cooperação e solidariedade, de modo que, os diferentes territórios se unam em prol de um mesmo projeto: o desenvolvimento territorial centrado na economia solidária.” (ORTIGOZA, 2014, p. 254)

Em Rio Claro, nos últimos oito anos houve um avanço da governança municipal em economia solidária, pois a Universidade, a sociedade civil e os gestores públicos conseguiram criar políticas públicas coerentes com a proposta de desenvolvimento dessa outra economia, para tanto, destacou-se como papel central o incentivo a um processo de emancipação social e produtiva, por meio dos fóruns. Os agentes envolvidos com a economia solidária voltaram o olhar para o território local, fazendo emergir, nas comunidades, potencialidades endógenas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas solidárias.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: ARRUDA, M. BOFF, L. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000. p.49 - 102.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – nº2, 1999.

CONSTANTINO, A. K. A Economia Solidária e os novos movimentos sociais: um caso paradigmático? **Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Vol. 2, julho/dezembro. p.112- 128. 2007.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. In **Revista Cidades**. Volume 9 Número 16. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 199-218. HAESBAERT, R. **Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). (Geo) grafias dos movimentos sociais. UEFS Editora, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MANCIE, E. A. **A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós- capitalista à globalização atual**. Petropolis: Vozes. 1999.

_____. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha,2005.

MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

ORTIGOZA, S. A. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT, – Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. n.º 6. p. 241-257. 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**, Record, São Paulo. 2000.

_____. O retorno do território. In: **OSAL : Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- .

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SINGER, P. **É Possível Levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Texto para Discussão. Brasília: SNES -- SECRETARIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. 2004.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)

Marco Volpini Micheli

Mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bacharel e Licenciado em História pela mesma instituição. Atualmente, é doutorando em História Econômica (FFLCH/USP) e graduando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: mvolpini.micheli@gmail.com

RESUMO: Ao final do Setecentos, São Paulo vivenciara processo importante de transformação e incremento econômico, alavancado pelas políticas dos governadores da capitania desde a restauração administrativa, em 1765. Neste trabalho, pretendemos delinear as principais características das vilas de região de serra acima, quais sejam, as que orbitavam em torno da cidade capital, as que se encontravam articuladas com o comércio das áreas meridionais e as do chamado “interior”. A dinâmica dessas localidades tinha profunda relação com o porto de Santos, por onde eram escoadas as produções, diferentemente do que ocorria com áreas da marinha e do Vale do Paraíba. A análise da produção agrícola e das relações que se forjaram entre as vilas permite elucidar o entendimento da economia paulista em princípios do século XIX e enseja questões desafiadoras para a História de São Paulo no

fim do período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; Capitania de São Paulo; economia agrícola; diversificação econômica.

AGRICULTURAL PRODUCTION AND COMMERCIAL TRADE IN THE REGION OF “SERRA-ACIMA” (*UP THE MOUNTAIN*): CONSIDERATIONS ON SÃO PAULO’S ECONOMY IN THE BEGINNING OF THE NINETEENTH CENTURY

ABSTRACT: By the end of the eighteenth century, São Paulo had experienced great transformation process of its economy as well as economic rise, which was possible due to the captaincy’s governor’s policies that took place since 1765, year of São Paulo’s administrative restoration. In this paper, we aim to outline the main characteristics of towns in the *serra-acima* (up the mountain) region: the ones close to the capital, as well as the ones more connected with the Southern trade’s dynamics and the towns in the countryside area. These places were highly connected with the port of Santos, through where the products were exported. The analysis of the agricultural production and the relations among the various towns allows a better understanding of São Paulo’s economy in the beginning of the nineteenth century and triggers challenging problems for the study of its

history in the end of the colonial period.

KEYWORDS: Brazilian History; Captaincy of São Paulo; agricultural economy; economic diversification.

Na primeira década do século XIX, a capitania de São Paulo já estabelecera comércio direto com Portugal como resultado do processo vivenciado de incremento econômico e de diversificação da sua produção agrícola. Os governos de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802) e de Antônio José da Franca e Horta (1802-1808) tiveram como característica comum a adoção de políticas que visavam consolidar e administrar as relações comerciais, à época já em pleno vigor.¹ Se as trocas mercantis com as outras capitanias se ampliavam à medida que se desenvolvia a produção de mantimentos e as instituições de mercado, as grandes preocupações, àquele momento, estiveram relacionadas com o aumento do comércio com a Europa e a expansão de bens exportáveis à metrópole, pelo menos até o fim do sistema colonial, em 1808.

Nesse contexto, estava inserido o problema da comunicação entre as várias regiões da capitania: enquanto que na área litorânea sul, do planalto e do interior, a ligação com Santos era mais direta e, por força da geografia, necessária para que se pudesse escoar a produção, essa realidade não se verificava no caso das vilas do litoral norte e do Vale do Paraíba, mais próximas ao Rio de Janeiro.

As diversas produções agrícolas de São Paulo estavam determinadas em localidades que apresentavam relações múltiplas em termos de articulações comerciais com as diversas praças. Nesse sentido, a divisão do espaço agrário paulista e as correntes comerciais formadas desde antes da restauração administrativa consistiam em importantes fatores que influenciavam essas relações², além das novas culturas, resultados da política posterior a 1765.

Na região de serra acima, além do Vale do Paraíba, constatamos a existência

1 Nesse contexto, cumpre salientar que a restauração política da capitania, em 1765, apesar de seu caráter fortemente militar e geopolítico, acabou por incorrer na ingerência de outro projeto, tão importante quanto o primeiro, e a ele ligado: o de inserção mais efetiva de São Paulo no sistema colonial, que, até o momento, se situava num tipo de “periferia do sistema”. Essa transformação do espaço, antes apenas fronteira, em território efetivamente ocupado e inserido nas relações metrópole-colônia, deu-se a partir do fomento ao seu incremento econômico, baseado no cultivo de gêneros agrícolas variados. Para maior explanação do tema, ver: Vera Ferlini (2004; 2009); Pablo Mont Serrath (2007); Marco Volpini Micheli (2018).

2 Há muitos estudos que tratam da formação das correntes mercantis paulistas desde o século XVII: os trabalhos de Mafalda Zemella (1951); Alfredo Ellis Jr. (1979); Ilana Blaj (2002); Maria Aparecida de Menezes Borrego (2006) são exemplos de pesquisas que abordaram toda a conformação da economia de São Paulo em período anterior à restauração de 1765. Em linhas gerais, constataram a existência de redes de comércio ativas desde, pelo menos, o fim do Seiscentos e indicaram também o importante papel, desempenhado por São Paulo, de abastecimento das regiões mineiras e do Rio de Janeiro, além das correntes mercantis com as áreas meridionais do Rio Grande. Em suma, o processo de incremento econômico e agrícola da segunda metade do século XVIII deu-se a partir de políticas direcionadas da Coroa portuguesa, mas não se pode afirmar que existiam apenas plantações para subsistência ou negar que havia traços de economia minimamente organizada.

de outros espaços importantes na economia da capitania de São Paulo. A partir da classificação sugerida por Marcílio (1970), e endossada por estudiosos importantes da economia paulista, como Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2006), dividimos as vilas em três grupos: a capital, cidade de São Paulo, e seus arredores; o caminho do sul, rota do luar e do boi; e a região do Oeste Paulista, que, nesta pesquisa, denominamos de o sertão ou “interior” paulista, a fim de que não se façam confusões com a região do Oeste da Província que foi sendo expandido, a partir da segunda metade do século XIX, com o avanço do cultivo cafeeiro para além das terras no Vale do Paraíba, onde a produção do café entrou em declínio a partir de 1870.

Os embates dos produtores dessas regiões com os governadores acerca da questão da centralização das exportações pelo porto de Santos foram muito menos recorrentes, para não dizer nulos. A maior distância da capitania do Rio e a localização geográfica dessas vilas tornavam o escoamento da produção pelo porto santista a opção mais plausível, até necessária, fato que influenciou a construção da calçada do Lorena³ e que determinou, ao longo do Oitocentos, o empreendimento de uma série de melhorias nos caminhos que levavam à vila quinhentista do litoral paulista. Malgrado a existência desse comércio de exportação por Santos, vale lembrar que perdurava ainda o papel de abastecimento da capitania de São Paulo das áreas sertanejas do Brasil, responsáveis pela articulação das áreas de serra acima com outras regiões da colônia por meio de correntes comerciais.

Para atingir o escopo de análise das regiões que compunham a área de “serra-acima” da capitania de São Paulo (excetuando-se o Vale do Paraíba, que estava mais vinculado à dinâmica comercial do litoral norte paulista e ao Rio de Janeiro), nos valem da análise de tabelas com dados quantitativos e qualitativos dos gêneros agrícolas produzidos e exportados à época.⁴

1 | A CAPITAL E SEUS ARREDORES

Essa região consistia na área da capitania que englobava vilas cuja articulação com a capital se dava em grande medida. Mantinham também, por óbvio, trocas mercantis com outras partes de São Paulo, mas, majoritariamente, era da venda de suas produções para a cidade que sustentavam sua economia. Era o caso de vilas como Moji das Cruzes (no sentido do Vale do Paraíba), Atibaia, Cotia, Bragança e

3 Para os aspectos do governo de Bernardo José de Lorena e maior explanação do tema acerca das políticas empreendidas para melhorar o calçamento do caminho entre o litoral e o planalto, ver o trabalho de Denise Mendes (1994); Benedito Lima de Toledo (1975); Ronaldo Capel (2015).

4 Essas informações constam do conjunto documental pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo. As listas nominativas eram elaboradas desde 1765, quando, segundo Maria Luiza Marcílio (2000), “a Metrópole portuguesa resolveu proceder ao levantamento direto dos habitantes de suas colônias do Ultramar”, tendo recorrido, para esta finalidade, à Igreja e ao Corpo Militar. Foi apenas em 1797, porém, que, segundo a historiadora, esses recenseamentos entraram em fase de aperfeiçoamento, graças à Ordem Régia de 21 de outubro de 1797, pela qual D. Maria I introduziu mudanças importantes nesse processo.

Santa Ana Parnaíba. Nesse contexto, iremos focalizar a análise de duas localidades: Atibaia e Bragança. As outras ainda carecem de maiores dados, na documentação analisada, que ensejem conclusões mais sólidas a respeito de suas realidades econômicas. Não obstante, propomos que os traços característicos apresentados sobre ambas as vilas possam servir para ilustrar o quadro geral dessa área da capitania, ainda porque alguns breves apontamentos serão inevitáveis acerca do comércio em Cotia, Moji e Santa Ana.

Em primeiro lugar, na capital, a única cidade da capitania, existiam inúmeras culturas, também múltiplas, com destaque ao milho, feijão, farinha, arroz, amendoim, aguardente, algodão, fumo, melado, madeiras, gomas e até mesmo a produção de panos, além da criação de potros, bezerros e bestas. Suas produções estavam, todavia, voltadas ao consumo da população paulistana e as movimentações comerciais da capital tinham dinâmicas muito próprias, muito embora sua população, em 1816, fosse de 25.486 habitantes, 11,5% do total da capitania (Araújo, 2006, p. 44). Além disso, a cidade não registrou exportação alguma de mercadorias até 1820, de maneira que não nos deteremos, neste trabalho, sobre o estudo das relações comerciais paulistanas, o que, além do mais, requereria análises mais pormenorizadas, haja vista a presença de setores urbanos e de relações mercantis, que não eram presentes nas demais vilas de São Paulo. Como em Santos, a realidade local era bastante diversa das demais localidades paulistas.⁵

Com base em tais considerações, passemos à discussão da vila de Bragança, importante fornecedor de gêneros para a capital. Antiga vila de Jaguari, Bragança foi criada em 1797 e, apenas no século XX, seria conhecida como Bragança Paulista, nome escolhido para diferenciá-la do município de Bragança, no Estado do Pará. A localidade era importante produtora de mantimentos para suprimento das demandas locais e da cidade de São Paulo. Para além dos produtos que eram bases da alimentação paulista, arroz, feijão e milho, Bragança também era conhecida exportadora de toucinho. Desde o século XVIII, portanto, essa área foi especializada na criação de porcos para fabricação de toucinho, tradição seguida até os dias atuais, já que que o município é ainda famoso e importante produtor de linguiças e derivados da carne de porco.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
MILHO (em alqueires)	67.946	65.087	2.859
FEIJÃO (em alqueires)	6.436	4.531	1.905
ARROZ (em alqueires)	410	350	60
AMENDOIM (em alqueires)	70	70	0
FARINHA DE MILHO (em alqueires)	92	0	92
TOUCINHO (em arrobas)	6.553	0	6.553
FARINHA TRIGO (em arrobas)	467	0	467

5 Para o estudo da sociedade e economia na cidade de São Paulo na primeira metade do Oitocentos, ver Maria Lucília Viveiros Araújo (2006).

ALGODÃO (em arrobas)	281	206	65
FUMO (em arrobas)	35	35	0
AGUARDENTE (em canadas)	152	0	152
POTROS e BESTAS	16	0	16
TOTAL	22:337\$520	14:767\$520	7:570\$000

Tabela 1- Produção, consumo e exportação de Bragança em 1798

Fonte: “Maços de População da vila de Bragança”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, ainda antes da virada do século, Bragança exportava para São Paulo altas quantias de toucinho, além de farinha (tanto a de guerra quanto a de milho), algodão, aguardente, quase 2.000 alqueires de feijão e 3.000 de milho. O montante equivalente aos gêneros remetidos à cidade totalizou 7 contos e 500 mil réis, número que, em 1801, aumentaria mais de 33%. Pode-se notar, outrossim, que a vila não produzia qualquer quantidade de açúcar, tendo outro derivado da cana, a aguardente, aparecido na pauta de produtos exportados apenas entre 1798 e 1803 e, mesmo assim, com pouca representatividade.⁶ Bragança, portanto, não se especializou no cultivo de cana e no comércio açucareiro, tendo-se dedicado, como apontamos, sobretudo ao fabrico de toucinho, produto que, ao longo das primeiras décadas do Oitocentos, tendeu a ter sua produção ainda mais incrementada.

No começo do século XIX, precisamente no ano de 1801, a produção de feijão sofreu queda importante e determinou o patamar médio em que se situariam as quantidades exportadas do artigo até a década de 1820. Até 1819, portanto, a quantia de feijão remetida à cidade de São Paulo não ultrapassaria os 300 alqueires. Também a produção de milho decresceu consideravelmente, bem como a do arroz. Nesse sentido, o aumento do total exportado para mais de 10 contos de réis, se tomarmos como referência o primeiro ano de que temos informações, 1798, explica-se pela expansão na venda do toucinho. O preço médio desse artigo no último ano era de 800 réis pela arroba, cifra que dobrou para o ano seguinte, 1799. Até pelo menos 1805, o valor médio da arroba de toucinho foram os mesmos 1.600 réis, de modo que, com o aumento de sua produção e venda para a cidade, os montantes finais dos “efeitos” exportados tenderam a crescer sensivelmente.

Em 1807, excepcionalmente, a vila de Bragança enviou a São Paulo somente 20 alqueires de farinha de milho e 17.060 arrobas de toucinho. A cifra total dos produtos exportados foi 15:490\$000 ou mais de 15 contos de réis. Se desprezarmos a pouca quantia de milho que saiu da vila e dividirmos o valor das arrobas de toucinho pela cifra total negociada, chegaremos à quantia de 907,97, correspondente ao preço médio de cada uma das arrobas do produto derivado da carne de porco.

Ao longo dos anos, a tendência das exportações daquela vila foi a de exportar

⁶ Em 1799, remeteram-se 89 canadas de aguardente da vila a São Paulo. Em 1801, foram 92 canadas e, no ano subsequente, apenas 15. Em 1803, foram enviadas à cidade 7 canadas e, a partir de então, produziu-se apenas pequena quantidade, que era consumida na própria vila.

apenas milho, feijão e toucinho à cidade, além de quantias muito pequenas de farinha de milho. Embora suas produções tenham continuado a manter-se diversas, foram somente os três supra referidos gêneros que Bragança seguiu comercializando com o mercado paulistano. O milho e o feijão por razões evidentes, já indicadas, e o toucinho, sua mercadoria de venda por excelência.

GÊNEROS	1807	1808	1809	1812	1815
MILHO (em alqueires)	20	1.380	582	348	1.600
FEIJÃO (em alqueires)	-	119	103	138	263
TOUCINHO (em arrobas)	17.060	9.199	10.236	17.760	13.258

Tabela 2- Exportação de Bragança para a cidade de São Paulo (1807-1815)

Fonte: “Maços de População da vila de Bragança”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Ao final da primeira década do Oitocentos, Bragança já ultrapassava as 10.000 arrobas de toucinho exportadas, número que, em apenas dez anos, teria mais que triplicado. Em nenhuma outra localidade de toda a capitania fabricava-se essa quantidade do produto, ainda que seu fabrico fosse bem amplo e difuso pelo território de São Paulo. Em 1815, com a exportação de milho, feijão e do toucinho, totalizaram-se 11:368\$000 réis vendidos; três anos depois, ultrapassavam-se os 20 contos de réis remetidos a São Paulo, total praticamente todo advindo da venda do famoso artigo. Finalmente, em 1820, com as 35.897 arrobas remetidas à cidade, negociavam-se 45 contos, 935 mil réis (45:935\$720), montante extremamente alto, se considerarmos que não havia, na vila, o cultivo de bens de maior valor no mercado, como o açúcar ou o café.

Arelado ao referido incremento da produção de toucinho esteve o crescimento do número de agricultores, que, em 1803, totalizavam 1.044 e, dezessete anos mais tarde, chegavam já a 1.488, aumento da ordem de 42%.⁷ A mesma expansão pôde ser verificada no número de fogos da vila, que, em 1798, somavam 1.041 e, no ano de 1818, chegavam a 1.515, número 45% mais alto.

Caio Prado Jr. (1935) chamou atenção para a importância de vilas como Atibaia e Bragança, já que, além de sua função de abastecimento da capital, situavam-se na estrada que levava ao sul de Minas.⁸ Partindo-se em sentido sul de Bragança, portanto mais próxima da cidade de São Paulo, estava essa outra importante localidade, que desempenhou função de verdadeiro “celeiro” da cidade de São Paulo: Atibaia.

7 Dados consultados pelo pesquisador. Fonte: “Maços de População da vila de Bragança”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

8 Segundo Caio Prado (1935), a divisão geográfica era a seguinte: no caminho dos “Guaiazes”, situavam-se as vilas de Jundiá, Mogi Guaçu e Mogi Mirim; rumo ao sul de Minas, Nazaré, Atibaia, Bragança; no Vale do Rio Paraíba, Mogi das Cruzes, Jacareí, S. José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro; o Caminho do Mar levava a Santos; para Campos meridionais, dever-se-ia passar por Sorocaba, Itapetininga, Faxina e Itararé; no vale do Rio Tietê, estavam Parnaíba, Itu, Porto Feliz, Tietê, Piracicaba e Araraquara.

Criada ainda em 1765, na vila desenvolvera-se em menores proporções a cultura da cana e, por conseguinte, lá não havia produção açucareira, mas sim a de aguardente. A variedade de gêneros agrícolas lá encontrada era, todavia, muito significativa. Não só a diversificação na sua pauta produtiva se destacou, porém, como também a gama de produtos importados que a vila recebia.

Nesse momento da história colonial, pelo menos até 1808, Portugal buscava produzir manufaturas para o mercado das colônias, que, em troca, tornaram-se “mercados consumidores dos produtos industrializados metropolitanos e fornecedores de matérias-primas e alimentos” (Arruda, 2000, p. 77).⁹ As vilas do Vale do Paraíba e do litoral norte, por exemplo, importavam esses artigos reinóis somente por meio do Rio de Janeiro e, em troca, enviavam suas produções pelo mesmo porto. Nas outras áreas, era o porto de Santos a porta de entrada para esses produtos como vinhos, panos e artigos necessários para a vida doméstica. Em Atibaia, é muito significativa a presença, na documentação, da importação maciça dos produtos portugueses, o que lhe ocasionou déficits pesados em todos os anos analisados.

Em geral, os artigos provinham de São Paulo, Santos e também do porto fluminense. Em 1798, por exemplo, importaram-se do Rio de Janeiro panos de linho, de lã, de algodão, chapéus, meias e tecidos de seda; de Santos, compraram sal e vinho e de São Paulo, sal e ferro; no total, foram pagos 8:444\$200 réis, número inferior ao do ano subsequente, quando as importações da vila totalizaram mais de 12 contos de réis 12:620\$880. Essa tendência manteve-se ao longo das duas primeiras décadas, tendo sido o maior valor registrado a que tivemos acesso o referente a 1805, ano em que vigorava a restrição comercial imposta por Franca e Horta, quando Atibaia comprou de São Paulo sal, fumo, açúcar, panos de linho, de lã e de algodão, tecidos de seda e chapéus (que, evidentemente, provinham do Reino e entravam pelo porto da capitania); de Santos, vinho e sal e de Curitiba, bestas e potros, o que totalizou a quantia de 21:938\$400 réis.¹⁰

De qualquer forma, para além dessas questões, era notória a diversificação de suas produções. A vila vendia, como apontamos, para a cidade de São Paulo, mas também tinha como compradora habitual a vila quinhentista de Santos. Com exceção do açúcar, a maioria dos produtos lá cultivados também estava presente na pauta produtiva das outras vilas.

Como podemos observar da análise da tabela 3, produzia-se o toucinho também

9 Esse aspecto estava inserido no projeto encabeçado por D. José I e o Marquês de Pombal de promover o reforço dos laços entre as duas partes do império, dentro do quadro do novo padrão de colonização, conforme propôs Arruda (2000). Para São Paulo, se a segunda metade do século XVIII marcou o momento em que a Coroa se preocupou com a defesa territorial e o incremento de sua economia para consolidar a ocupação, não se deve ignorar também esse processo mais geral de integração econômica entre colônia e metrópole. Pablo Mont Serrath (2007) destacou, em estudo sobre a economia açucareira paulista, a evolução da produção açucareira na capitania e os indicadores da entrada de São Paulo no comércio de longa distância com Portugal.

10 Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. Listas Nominativas Anuais por Habitantes. Arquivo do Estado de São Paulo.

em Atibaia, ainda que em menores quantidades em relação a Bragança. O número de arrobas exportadas era, aliás, bem significativo e manteve-se praticamente estável ao longo da década. A presença do algodão também não era em absoluto desprezível, afinal cerca de 2.000 arrobas eram produzidas anualmente. O milho e seus derivados, como a farinha, também representavam importante artigo, que, vendido a 240 réis o alqueire, era responsável por 16:240\$800 réis em valores da produção e 1:279\$200 do que foi vendido em 1804.

Tanto em 1799 quanto em 1804, observamos que a criação de bois era atividade importante para a vila, tendência essa que se manteve até, pelo menos, o fim da década seguinte. Os bois, segundo as tabelas das listas nominativas, seguiam sempre a São Paulo, destino de outros gêneros necessários para o abastecimento da população paulistana, como a farinha, o feijão, o milho e o arroz, além do trigo e do algodão. Para Santos, eram os mesmos artigos enviados, mas em menores quantias. Em 1799, por exemplo, dos 11:214\$280 vendidos, 6:742\$440 eram para a capital, enquanto 1:537\$360 foram negociados para Santos. O restante seguia para Nazaré, freguesia da mesma vila, e para Mogi das Cruzes, frequente compradora de produtos de Atibaia. Cinco anos mais tarde, mais da metade dos 10 contos e 500 mil réis vendidos foram para a cidade de São Paulo, enquanto para Santos negociaram-se 1:575\$200 e para Nazaré e Mogi das Cruzes, juntas, 2:855\$060.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	2.110	1.410	700
ARROZ (em alqueires)	520	310	210
MILHO (em alqueires)	67.670	62.340	5.330
FEIJÃO (em alqueires)	2.890	-	920
FARINHA DE MILHO (em alqueires)	41.650	-	1.900
TOUCINHO (em arrobas)	7.160	3.900	3.260
AGUARDENTE (em canadas)	1.260	460	800
POTROS	25	0	25
BOIS	210	100	110
AZEITE MAMONA (em canadas)	81	40	41
TOTAL	55:542\$560	45:040\$000	10:502\$560

Tabela 3- Produção, consumo e exportação de Atibaia em 1804

Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Outra produção presente nas tabelas dos vários anos era o azeite de mamona, cujo destino era também a capital. O artigo era importante para lubrificar as engrenagens e os mancais dos inúmeros engenhos de cana e, a partir da década de 1820, para ser utilizado na iluminação pública. Em que pese a baixa produção, que variou entre 40 e 60 canadas anuais, esse gênero apareceu recorrentemente na documentação como importante “efeito” exportado, cujo valor médio da cana era

2.000 réis na primeira década do Oitocentos, o que significa que o valor referente à sua venda girava em torno de 80\$000 a 120\$000 anuais.

O progressivo aumento dos valores exportados, que pôde ser observado entre 1799 e 1818, foi da ordem de 74,8% e foi resultado de dois fatores: em primeiro lugar, do incremento produtivo que pode ser facilmente observado a partir da análise das tabelas. A quantidade de alqueires exportados de feijão, por exemplo, saltou de 1.350, em 1799, para 3.052, em 1818. O milho, por sua vez, manteve-se em constante oscilação, mas apresentou leve crescida. Já o seu derivado, a farinha de milho, obteve aumento de 250%, o que também teve impacto na contagem final dos artigos vendidos (deve-se levar em conta, ademais, que o preço da farinha eram mais caro que o do milho: por exemplo, em 1803, custavam 320 réis o alqueire do milho, enquanto o da farinha, 600; em 1804, o primeiro saiu a 640 réis pela mesma quantidade, o segundo 960 réis). Finalmente, a produção de toucinho também cresceu consideravelmente, passando-se de 3.288 arrobas vendidas em 1799 para 5.334 em 1818, das quais grande parte foi para a capital.

Em segundo lugar, outro fator que exerceu alguma influência no aumento dos montantes exportados entre o fim do século XVIII e o fim da década de 1810 foi o aumento dos preços dos artigos agrícolas em geral. Essa variável é discutível sob alguns aspectos, ainda porque as cifras variavam bastante ano a ano, mas, ainda assim, é importante observar, por exemplo, o preço do azeite de mamona, vendido em 1818 a 5.120 réis, valor mais de duas vezes superior ao preço do produto em 1804. O arroz, nos mesmos anos, subira de 400 para 480 réis o alqueire. O toucinho, todavia, apresentou preços irregulares ao longo dos anos, tendo variado bastante e mantido média estável.¹¹

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
VACUNS	353	48	305
ALGODÃO (em arrobas)	344	240	104
MILHO (em alqueires)	115.158	106.895	8.263
FEIJÃO (em alqueires)	8.145	5.093	3.052
FARINHA DE MILHO (em alqueires)	34.300	28.100	6.200
TOUCINHO (em arrobas)	7.134	1.800	5.334
AGUARDENTE (em canadas)	706	10	696
ARROZ (em alqueires)	475	290	185
AZEITE MAMONA (em canadas)	83	12	61
TOTAL	65:110\$680	45:503\$160	19:607\$520

Tabela 4- Produção, consumo e exportação de Atibaia em 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

¹¹ Cf. Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em suma, assim como Bragança, Atibaia também exerceu papel fundamental de abastecimento da capital, mas à diferença daquela, que se destacou sobretudo pelas elevadas quantias exportadas de toucinho, manteve padrões mais diversificados nos quadros de suas vendas, enviando mantimentos essenciais para a alimentação populacional também a Santos e a Mogi das Cruzes. A partir das informações disponíveis nos Maços de População, pudemos constatar, ademais, os altos déficits da vila, causados pelas constantes importações, realizadas por meio da compra de produtos vindos do Reino, fosse via São Paulo, Santos ou, no início do século, Rio de Janeiro.

As outras vilas próximas da cidade apresentaram, nas tabelas relativas à sua produção, grande quantidade de habitantes que “planta[m] para o seu sustento”, tendo consumido gêneros produzidos na própria localidade, como é o caso de Cotia, ou eventualmente produzido mantimentos, cujos excedentes eram enviados à capital ou às vizinhanças.

2 | O CAMINHO DO SUL

No que tange a essa região de serra acima a que nos referimos como o “caminho do Sul”, fazem-se necessárias breves considerações a respeito tanto de Sorocaba, vila importante para o comércio com as áreas meridionais do Brasil, quanto das localidades no extremo sul de São Paulo, pontos de passagem para os tropeiros que seguiam à Viamão.

Sorocaba, vila desde o século XVII, possuía mais de 7.000 habitantes em 1798, e sediava importante feira de gado desde a primeira metade do Setecentos. Sua posição estratégica de convergência das rotas que vinham do Sul em direção às outras partes da colônia rendeu-lhe importante lugar na capitania de São Paulo. Sua vida econômica, apesar de pautada pelas relações mercantis dos negociantes, também era marcada pelo cultivo de gêneros agrícolas variados, os quais tinham três destinações usuais: alguns eram vendidos para São Paulo, outros seguiam em direção ao sul, normalmente para Curitiba, e o açúcar que lá se produzia era exportado apenas para Lisboa, via porto de Santos. A análise dos dados constantes das poucas tabelas disponíveis nas listas nominativas indicam que, além de produzir para o consumo da população local, a vila manteve importante comércio com as áreas meridionais e com a metrópole, ao fornecer-lhe significativas quantias daquele importante produto, o açúcar, para ser revendido no mercado europeu pelos portugueses.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	1.180	560	620
AÇÚCAR (em arrobas)	7.808	208	7.600
TABACO (em arrobas)	200	200	0

ARROZ (em arrobas)	600	440	160
GOMA (em arrobas)	16	16	0
MADEIRA (em dúzias)	80	80	0
COURO (em centos)	238	158	80
TABOADOS (em centos)	160	90	70
AGUARDENTE (em canadas)	35	15	20
POTROS	95	95	0
TOTAL	23:582\$640	7:381\$240	16:201\$400

Tabela 5- Produção, consumo e exportação de Sorocaba em 1798

Fonte: “Maços de População da vila de Sorocaba”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dos gêneros exportados em 1798, ao Reino seguiram todas as 7.600 arrobas de açúcar, o que rendeu à vila 10:640\$000 (o preço médio da arroba era, portanto, 1\$400 réis). Para o “continente do Sul” e para Curitiba foi vendida toda a produção de algodão; para Santos, o arroz, para São Paulo, couros e tabuados, além da aguardente para a região dos Campos Gerais, também ao sul. De Lisboa, importaram-se vinhos, panos, meias, tecidos e sal e, do Porto, chegaram chapéus, panos e vinhos.

No ano seguinte, curiosamente, encontram-se registros da exportação de alguns produtos para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que não há indícios de que quaisquer bens tenham sido remetidos a Lisboa diretamente por Santos. Apesar de ter sido o único ano em que ocorreu tal fenômeno, parece certo que a mercadoria foi remetida ao porto fluminense para, de lá, seguir à metrópole.¹²

Segundo consta das listas, ter-se-ia enviado ao Rio algodão, açúcar e arroz, enquanto para Curitiba, seguiu outra parte da produção algodoeira e tabaco. Não podemos dizer o que levou essa produção a ser enviada ao porto fluminense, especialmente porque 1799 parece ter sido ano excepcional no que se refere ao destino dos produtos. Em todo caso, a partir do ano seguinte, as informações indicam que se continuou a produzir os mesmos efeitos e as localidades a que rumavam seguiram o padrão observado para 1798. Em 1807, por exemplo, enviavam-se 40 arrobas de algodão para Lisboa¹³ e 1.820 arrobas de açúcar para a mesma praça, a preço médio de 900 réis cada (totalizando a cifra de 1:638\$000 réis pelo açúcar vendido).

Na década de 1810, ainda se exportava tanto o algodão quanto o açúcar, tendo sido diminuto, ao que tudo indica, o comércio de excedentes das produções de mantimentos, fossem para o sul ou para a capital. Não podemos, contudo, mapear essas informações a respeito dos anos finais anteriores à Independência por lacunas documentais.

¹² Vale lembrar que, nesse período, vigorava a liberdade comercial concedida por Castro e Mendonça, um ano antes.

¹³ O número possivelmente está equivocado já que não há registro de qualquer outra localidade para que se tenha enviado algodão e os dados referentes ao ano de 1807 evidenciam que a exportação foi de 2.508 arrobas.

Sorocaba situava-se no caminho rumo às áreas meridionais, ao passo que estava no ponto de limite entre esse espaço e o do interior paulista. Segundo a convenção historiográfica, um dos vértices do “quadrilátero do açúcar” era justamente a vila sorocabana. As cidades a seu Norte, portanto, que discutiremos a seguir, tiveram produções muito mais significativas em termos quantitativos. Seu comércio, contudo, não era privilegiado como o dessa localidade, de onde se partia rumo à região de Itararé, Faxina e à capitania do Rio Grande.

Rota por onde eram levados os muares e bois, de Sorocaba partia-se rumo aos campos de Curitiba, e depois Lajes, de onde se chegava a atingir os distantes campos de Viamão e Vacaria, até o Rio da Prata. Nessa estrada “da boiada”, surgiram muitas vilas ao longo dos séculos XVIII e XIX, notadamente no trecho entre a feira de Sorocaba e as fazendas de invernar ou de criação de Curitiba (Marcílio, 2000, pp. 150-151). Itapetininga e Apiaí estiveram inseridos nessa rota, tendo-se verificado, inclusive, alguma extração aurífera em ambas as localidades. Segundo Bruno Aidar, “as passagens dos rios no caminho do Sul – rio Curitiba, rio Paranaguá, rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga – estavam vinculadas às disputas dos contratadores da capitania pelo contrato dos meios direitos de Curitiba” (Costa, 2012, p. 330).

Sobre essa região, Saint-Hilaire chamou atenção para a dispersão do seu povoamento, já que “em parte alguma há grandes fazendas, mas veem-se, frequentemente, esparsas pelos campos, casas que, malconservadas, muito pequenas, constituem indício de completa indigência” (Saint-Hilaire, 1940, p. 267). Malgrado esse aparente vazio populacional, à semelhança do processo em que esteve inserida a restauração administrativa de São Paulo – a necessidade de defesa das fronteiras contra os espanhóis –, a Coroa buscou estimular o povoamento das áreas no extremo sul, constituindo uma espécie de povoamento dirigido (Marcílio, 2000, pp. 134-135).

De qualquer forma, se em 1808, Sorocaba, vila mais central na capitania, contava com 1.660 fogos, Itapetininga apenas possuía 761 e Apiaí, 193, números bem inferiores à também importante vila de Curitiba, que chegava ao total de 1.689 fogos no mesmo ano (Marcílio, 2000, p. 145).¹⁴As vilas do “interior”, por exemplo, apresentavam, em média, 900 fogos, se considerarmos Itu, Porto Feliz, Campinas, Jundiaí e Mogi Mirim, sendo que o número mais baixo, referente a Campinas, era de 631, totais que se referem ao mesmo ano de 1808.

3 | O “INTERIOR” PAULISTA

A região do interior paulista, também conhecida como o Oeste Paulista, era muito menos extensa a ocidente do que viria a ser na segunda metade do século

¹⁴ Deve-se frisar que Curitiba sempre pertenceu, no período colonial, à capitania de São Paulo, tendo sido desvinculada e anexada à província do Paraná apenas na década de 1850.

XIX, sendo as terras à beira do rio Tietê - no sentido de Mato Grosso -, para além de Porto Feliz, áreas do “sertão desconhecido”; já no caminho para Goiás, a vila mais ao norte era a de Mogi Mirim. Deter-nos-emos, assim sendo, sobre esse terceiro *espaço econômico* da capitania de São Paulo, que englobava sobretudo as vilas compreendidas na região do “quadrilátero do açúcar”, cuja formação e importância para a economia da capitania de São Paulo no século XVIII já discutimos. Ao analisarmos as características e a composição das produções das vilas de Itu, Campinas, Porto Feliz, Jundiá e Mogi Mirim no alvorecer do Oitocentos, poderemos compreender em que medida essas localidades estabeleceram relações comerciais com a metrópole e quais papéis desempenhavam nas trocas mercantis regionais.

Itu fora criada ainda em meados do século XVII e sua jurisdição, pelo menos até o fim da centúria seguinte, era imensa. Maria Marcílio detalhou o processo de desmembramento da vila, a partir da criação de Porto Feliz, em 1797, e de Piracicaba (Vila Nova da Constituição) em 1821. A partir daquele momento, até o fim do século XIX, foram sendo criados municípios novos, que ganhavam autonomia frente aos antigos territórios (é o caso de Araraquara, Brotas, Jaú, São Carlos do Pinhal, Indaiatuba e Cabreúva) (Marcílio, 2000, p. 144). Para os efeitos desta análise, destarte, consideraremos apenas a vila de Porto Feliz (antiga freguesia de Ararituaba, como explanamos anteriormente), única criada ainda no século XVIII, considerando-se que as outras apareceriam somente às vésperas ou depois da Independência (Cf. MICHELI, 2018888).

As características da produção e da exportação de Itu eram bem particulares sobretudo porque, ainda que suas produções fossem variadas para atender às demandas regionais do comércio e consumo, sua pauta de produtos vendidos, nas primeiras duas décadas do Oitocentos, foi composta fundamentalmente pelo açúcar.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	500	500	0
AÇÚCAR (em arrobas)	66.540	988	65.552
TABACO (em arrobas)	4	4	0
ARROZ (em arrobas)	200	200	0
GOMA (em arrobas)	4	4	0
AGUARDENTE (em pipas)	100	100	0
MADEIRA (em dúzias)	200	200	69
COUROS (em centos)	500	500	0
CAFÉ (em arrobas)	10	2	8
GADO VACUM	500	390	110
TANADOS (em centos)	100	100	0
TOTAL	87:200\$000	8:800\$000	78:400\$00015

Tabela 6- Produção, consumo e exportação de Itu em 1798

15 Na documentação original, constam 196 mil cruzados. O cálculo para adaptação foi feito pelo pesquisador, na proporção de 1 cruzado = 400 réis.

Notável produtora de algodão e dos mantimentos comuns à dieta dos paulistas, a vila já exportava, antes da virada do século, mais de 65.000 arrobas de açúcar, quantia alta se tomarmos como referência qualquer outra localidade da capitania de São Paulo. Ainda que não aparecessem discriminados nas tabelas, produziam-se os três tipos: branco, redondo e mascavo. O primeiro, em 1798, saía ao preço médio de 1.440 réis a arroba, o segundo, a 1.120 réis e o último custava 800 réis. Nesse sentido, mais de 90% dos rendimentos obtidos com a venda de produtos provinham do comércio da produção açucareira. Já os outros produtos eram absorvidos pelas demandas locais, sendo pouco provável a venda a outras vilas, tendo em vista que o milho, nesse momento inicial, não aparecia ainda como gênero de cultivo local. Apesar disso, também não consta o grão nas tabelas elaboradas que elencam os gêneros importados, mas é muito provável que fosse trazido de outras vilas ou que seu cultivo, ainda incipiente, não constasse nos recenseamentos.

Toda a exportação, de açúcar e café (ainda que muito baixa), foi remetida a Lisboa, padrão que se manteve durante todos os anos analisados. Assim sendo, o escoamento da produção dava-se, via de regra, através do porto de Santos, rumo à metrópole portuguesa. Do Reino (Lisboa e Porto), compravam-se vinhos, panos diversos, chapéus e sal, que chegavam em quantidades consideráveis, a julgar que, no mesmo ano, importaram-se 41:200\$000 réis em mercadorias. Se Itu não apresentava déficits nos balanços comerciais, como ocorria em Atibaia, isso era devido às altas somas provenientes da venda do açúcar.

Nos primeiros anos da década de 1800, os produtos exportados por Itu foram o açúcar, o café, couros e madeiras, em quantidades diminutas. Como expusemos, as tendências verificadas para 1798 mantiveram-se: remetia-se todo o açúcar e café a Lisboa. O aumento, entre o primeiro ano e 1805, foi da ordem de 6,5%, passando-se de 65.552 arrobas a 69.848.¹⁶ Note-se, outrossim, que também a exportação cafeeira experimentou crescimento importante, não obstante a produção ainda fosse muito pequena. Nos anos de 1800 e 1804, venderam-se mais de 100 arrobas do gênero agrícola.

O padrão repetiu-se também na pauta de produtos importados. Nesse sentido, seguiu-se comprando variados produtos de Lisboa e do Porto, que somavam grandes quantias, inferiores, todavia, ao montante total corresponde às vendas do açúcar à metrópole. Em 1800, por exemplo, gastaram-se 20:800\$000 réis, ou mais de 20 contos, em mercadorias importadas; número inferior aos 35:714\$000 referentes ao último ano dessa série, 1805.

¹⁶ Os cálculos das quantidades de açúcar também foram convertidos. Na documentação, mede-se o açúcar em quintais, de maneira que, para chegarmos ao número de arrobas, multiplicamos os totais documentados por 4.

PRODUTOS	1800	1801	1803	1804	1805
AÇÚCAR (em arrobas)	66.404	58.560	51.696	52.448	69.848
CAFÉ (em arrobas)	108	20	20	120	-
COUROS (em centos)	150	-	-	-	-
MADEIRA (em dúzias)	-	69	69	-	-

Tabela 7- Produtos exportados por Itu entre 1800 e 1805

Fonte: “Maços de População da vila de Itu”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Nos anos seguintes, a produção seguiu crescendo e registrou, à exceção de 1811 e 1815, quantidades sempre superiores. Entre 1805 e 1808, já aumentara consideravelmente a exportação, em torno de 15%. Foi apenas em 1818, porém, que a exportação ultrapassou a casa das 100.000 arrobas, que, vendidas a 1\$360 réis cada, somaram a exorbitante quantia de 140 contos de réis angariados pelos produtores de Itu. No que concerne ao preço do açúcar, parece que ele se manteve estável até o último ano da série analisada. A partir de 1819, as tabelas desaparecem pelo menos até 1824, quando a arroba saiu ao preço de 1.760 réis.

De qualquer forma, os preços do açúcar de Itu estavam alinhados com os produzidos em outras partes da capitania, embora tenham sido constantes as queixas sobre a qualidade do produto exportado. Sobre o tema, Maria Thereza Petrone pontuou que “com o correr do tempo, quando já se acumulava certa experiência, as inovações técnicas para melhorar a produção de açúcar nunca conseguiram chegar a São Paulo, ou tiveram aqui difusão lenta e limitada” (Petrone, 1968, pp. 180-181). Por isso, os senhores de engenho paulistas não se preocuparam em produzi-lo em qualidades melhores, já que, conforme afirmara Melo Castro e Mendonça, a fabricação do açúcar em “serra acima” era muito fácil.¹⁷ Mas não só a isso se devia a sua má qualidade, também durante o transporte estava-se sujeito a contratemplos. Segundo a historiadora, só fugia à essa regra o açúcar do litoral norte, ainda que os preços tenham sido, em geral, similares.

Seja como for, o fato é que Itu se diferenciou não só das vilas das outras áreas de São Paulo, mas dentro da própria região do interior e do “quadrilátero”. Embora as outras tenham também apresentado totais produtivos altos, nenhuma chegou ao patamar da vila ituana. Entre 1798 e 1818, foram, pelo menos, 954.080 arrobas exportadas a Portugal, média de 59.630 por ano. Se considerarmos os números da produção, beira-se a 1.000.000 de arrobas.

No final desse período, ainda se importavam os gêneros habituais de Lisboa e do Porto, como vinhos de ambas as cidades, panos de linho, de lã, algodão e chapéus, que, em 1818, totalizaram quase 41 contos de réis, quantia muito inferior, contudo, em relação àquilo que se arrecadara com a venda das produções.

¹⁷ “Sobre o açúcar, meios de restabelecer a má reputação em que ele está em Lisboa, e mesmo no Rio de Janeiro”. 31 de janeiro de 1799. In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 29, 1899, pp. 120-121.

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
1798	66.540	65.552
1800	67.296	66.404
1801	60.584	58.560
1803	53.720	51.696
1804	58.448	52.448
1805	72.920	69.848
1808	81.200	79.692
1809	71.092	70.104
1810	26.176	25.400
1811	31.724	31.424
1812	52.456	51.996
1813	53.636	53.240
1815	45.920	44.824
1816	58.252	57.236
1817	72.052	71.040
1818	106.128	104.616

Tabela 8- Quantidade de açúcar exportada por Itu a Lisboa entre 1798 e 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Itu”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Embora sua produção tenha sido, na maioria dos anos, inferior à de Itu, Porto Feliz, que fora emancipada de Itu e elevada à condição de vila no fim do Setecentos, no início do século XIX, registrou-se exportação de mais de 108 mil arrobas de açúcar. A economia da vila era, em geral, semelhante à de Itu, com algumas diferenças, que eram, contudo, importantes.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	40	40	0
AÇÚCAR (em arrobas)	109.600	800	108.800
TABACO (em arrobas)	40	40	0
FARINHA (em alqueires)	1.000	600	400
MILHO (em alqueires)	5.000	5000	0
FEIJÃO (em alqueires)	1.500	1250	250
TOUCIHO (em arrobas)	1000	800	200
MADEIRAS (em dúzias)	400	400	0

Tabela 9- Produção, consumo e exportação de Porto Feliz em 1801

Fonte: “Maços de População da vila de Porto Feliz”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em primeiro lugar, produziam-se mais gêneros agrícolas, como a farinha, o milho e o feijão, que não apareciam nas tabelas referentes às produções de Itu, pelo menos até 1820. Não obstante a produtividade não ter sido elevadíssima, era suficiente para que se abastecesse a população local e, provavelmente, se enviasse

algum excedente a Itu. Pudemos constatar, assim, intenso cultivo do milho, por exemplo. Em 1801, foram produzidos 5.000 alqueires, enquanto, no ano seguinte, constam 120.000, todos consumidos na vila. Até o ano de 1817, não se encontram mais dados nas listas nominativas discriminando a produção, mas, nesse ano, foram registrados 64.435 alqueires do mesmo produto, total que seria ainda inferior aos 75.791 referentes a 1820.

No que se refere ao feijão, observa-se o mesmo padrão: 1.500 alqueires produzidos em 1801, 5.000 no subsequente e 10.486 em 1820. A grande maioria, tanto para um gênero quanto para outro, é registada como de consumo interno dos habitantes de Porto Feliz. Malgrado não existam indícios concretos na documentação analisada, exceto até 1801, pode-se considerar uma hipótese que diz respeito ao segundo fator que diferenciava a economia de Porto Feliz daquela de Itu: o fato de a vila, como já expusemos, ser ponto de saída das monções, tendo apresentado, portanto, intenso comércio com a região mineira do interior do Brasil.

Parte da produção desses mantimentos, portanto, foi, mesmo depois de 1801, provavelmente remetida à região das minas mato-grossenses sem que houvesse rígida discriminação escrita. Outro indício que corrobora essa tese pode ser verificado na descrição dos produtos exportados de 1802, por exemplo. Embora não tenha havido produção de farinha, aparecem 80 alqueires exportados, que, em teoria, não poderiam ser remanescentes da produção do ano anterior, uma vez que dos 1.000 alqueires produzidos em 1801, 600 teriam sido consumidos e 400 exportados. Nesse sentido, pode ter sido documentada a exportação de farinha proveniente de outras localidades, evidenciando o já conhecido papel de entreposto comercial de Porto Feliz.

Para 1798, 1799 e 1801, aparecem registros do envio a Cuiabá de arroz, toucinho, feijão, farinha de milho e tabaco, sem que tivesse havido produção o suficiente para realizá-la. A partir de 1802, desaparecem as notas sobre esse comércio, mas provavelmente, ele se manteve, ainda que em menor escala¹⁸, o que explica que no fim da década de 1810, aparecessem documentadas as quantias totais dos gêneros como o arroz, o feijão e o milho, não obstante a sua produção tivesse sido muito superior ao do início do século.¹⁹

Outra diferença em relação a Itu dizia respeito ao comércio com as “vilas do Sul”: em 1817, 1818 e 1820, a aguardente produzida na vila aparece toda exportada a essas localidades, que não podem ser identificadas com precisão por falta de referências mais específicas. No último ano analisado, também a essas vilas meridionais aparecem produtos enviados como parte da produção de feijão e da

18 As expedições foram se tornando menos intensas no século XIX em relação ao anterior, sem que, contudo, elas tenham desaparecido pelo menos até meados da centúria.

19 Também o toucinho e o algodão eram artigos que, ano a ano, apareciam nas tabelas de produções de Porto Feliz. Para mais detalhes sobre as quantidades cultivadas de cada gênero agrícola, vejam-se os anexos, em que constam todas os anos aos quais tivemos acesso (que, em comparação com a série de Itu, foram poucos).

farinha de milho.

ARTIGOS	1817	1818	1820
AÇÚCAR (em arrobas)	60.424	85.276	75.540
AGUARDENTE (em canadas)	1200	604	1.236
FEIJÃO (em alqueires)	200	-	486
MILHO (em alqueires)	-	-	300

Tabela 10- Exportações de Porto Feliz entre 1817 e 1820

Fonte: “Maços de População da vila de Porto Feliz”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

A grande semelhança com a vila ituana residia no fato de que toda a produção açucareira, ou pelo menos a imensa maioria dela, era remetida a Lisboa. Em todos os anos, verificou-se a venda para a cidade portuguesa e as quantias vendidas, se não eram tão significativas quanto as de Itu, chegavam perto. Em 1817, Itu enviava a Portugal 72.052 arrobas, enquanto Porto Feliz exportava 60.424, 16% a menos. No ano seguinte, 106.128 saíam da primeira vila, enquanto 85.726 eram exportadas de Porto Feliz.

Quanto ao preço do açúcar, há poucos registros na documentação, mas, para os anos disponíveis, constatou-se média de 933 réis pela arroba²⁰, menos, portanto, do que valia o açúcar da maior produtora da capitania e também da vila de São Sebastião, na marinha paulista. Não se conhecem as razões para este fenômeno, embora se possa presumir que, pelo fato de a distância em relação a Santos ser ainda maior do que de Itu, o açúcar estava suscetível a sofrer deteriorações diversas. Outra hipóteses refere-se a questões de cultivo e técnicas agrícolas, que poderiam não ser tão desenvolvidas e eficazes em Porto Feliz.

A importação de vinho e panos também foi constante durante os anos. Deve-se salientar que, enquanto duraram as expedições fluviais, levavam-se muitos produtos do Reino para serem comercializados na região das minas, ainda que outra parte dos produtos importados fosse para o consumo da população local e, muito possivelmente, da pequena elite que se formara graças à produção de açúcar.

Dessa forma, embora a influência das trocas comerciais propiciadas pelo comércio de monções e as vendas, a partir da segunda década do Oitocentos, para as vilas meridionais tenham sido fatores que afastaram o perfil econômico de Porto Feliz daquele verificado em Itu, é possível estabelecermos pontos em comum entre as duas localidades, notadamente no que se refere à alta produção do açúcar e seu recorrente envio a Portugal. As quantias produzidas e exportadas nas duas localidades não foram verificadas em nenhuma outra localidade, o que não significa

²⁰ Há informações sobre 1798, ano em que o preço médio foi de 1\$000 réis; também sobre 1799, quando se vendeu pelos mesmos 1\$000 réis e sobre 1801, quando o valor decaiu e saiu à média de 800 réis a arroba.

que não fossem relevantes as produções, de açúcar ou de víveres em geral, das outras vilas.

Campinas, que já existia desde a década de 1760 enquanto povoado, mas fazia parte da vila de Jundiaí, é exemplo dessa situação. Foi erigida à condição de vila, sob o nome de São Carlos, no mesmo ano de Porto Feliz, apenas em 1797. Em comparação com as duas outras localidades, a vila apresentava diversificação agrícola ainda mais evidente, não obstante sua produção de açúcar fosse das maiores da capitania. Ainda em 1798, exportava, além do doce, milho, feijão, farinha, toucinho, algodão e tabaco. Suas produções tinham, porém, destinações múltiplas. Nesse ano, enviou-se à capital, além de, para Santos, açúcar e algodão e para Itu, milho, feijão, farinha e toucinho, justamente os víveres que não eram produzidos pela vila, o que evidencia o comércio local que era consumado entre as vilas e não necessariamente aparecia em toda a documentação.²¹

Constatamos que o açúcar produzido nessa vila, além de ser exportado a Portugal, também supria a cidade de São Paulo. Foram 3.139 arrobas enviadas à capital e 10.000 à vila portuária. Nos registros desse ano, contudo, não há referências diretas, como nos de Itu e Porto Feliz, do destino desse produto depois de chegado a Santos. Pela sua quantia, acreditamos que ele fosse enviado a Lisboa, como acontecia com o açúcar proveniente das outras vilas.²² Já o preço da arroba de açúcar branco foi superior ao de Porto Feliz e mais próximo ao praticado em Itu, por volta de 1.360 réis a arroba, quantia alta em relação às demais vilas da capitania.

Seis anos mais tarde, a quantidade de açúcar produzida foi de mais de 30.000 arrobas, das quais 2.205 foram remetidas à capital e 28.490 a Santos, para serem enviadas a Europa. Nesse mesmo ano de 1804, apareceu na pauta de exportações da vila outro produto que não mais saíria dos registros documentados: a aguardente. Campinas parece ter se especializado na produção da bebida e, ao longo da primeira década, incrementado as quantias que eram vendidas. O grande mercado consumidor desse produto foi o paulistano, que, nesse ano, recebeu 698 canadas, além de parte da produção de trigo, toucinho, feijão e couro. A outra parte, à semelhança de 1798, foi enviada à vila ituana, para suprir a demanda de seus habitantes. Quanto ao milho, toda a produção de Porto Feliz foi novamente vendida para Itu, onde parece que não se desenvolveu o hábito do cultivo do grão até pelo menos meados da década de 1820, quando essa situação se alterou (Klein & Luna, 2006, p. 67).

21 Apesar da exportação, nos Maços de Itu não constam as compras feitas de Campinas dos mantimentos que lhe faltavam, como indicamos anteriormente.

22 É necessário levar em consideração que, apesar das diretrizes, não havia regras rígidas de como documentar essas produções. Por isso, para algumas vilas, há referência direta à exportação para Portugal sem explicitar que ela se dava por Santos. Para outras, a exportação aparece tendo como destino a vila quinhentista do porto, mas são poucas as chances de que o gênero não tenha saído rumo à metrópole.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
AÇÚCAR (em arrobas)	31.020	525	30.495
CACHÇAÇA (em canadas)	756	58	698
MILHO (em alqueires)	26.420	24.320	2.100
FEIJÃO (em alqueires)	1.844	1.700	144
TOUCINHO (em arrobas)	1.168	104	1.064
ALGODÃO (em arrobas)	56	40	16
TRIGO (em alqueires)	106	80	26
AMENDOIM (em alqueires)	121	53	68
FUMO (em arrobas)	15	15	0
MAMONA (em canadas)	100	85	15
TOTAL	46:633:160	6:732:960	39:900:200

Tabela 11- Produção, consumo e exportação de Campinas em 1804

Fonte: “Maços de População da vila de Campinas”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

O padrão econômico da vila de São Carlos, hoje Campinas, parece ter-se mantido estável até o fim da década de 1810. A produção de açúcar, com exceção do ano de 1818, não aumentaria em termos de quantidade de maneira substancial, tendo-se exportado, não mais do que 50.000 arrobas. Em 1812, ainda se exportavam os mesmos produtos à capital, a Itu e a Portugal, com o diferencial que, nesse momento, a produção de aguardente havia crescido bastante, mais de seis vezes. Nesse ano, das 4.500 canadas produzidas, 4.300 foram vendidas e, com exceção do feijão, que também apresentou notável incremento produtivo da ordem de 2000%, as outras mercadorias mantiveram-se estáveis, variando pouco em relação aos anos iniciais do século.

No que se refere ao preço dos mantimentos de modo geral, os dados, infelizmente, foram desaparecendo, tendo 1809 sido o último ano em que puderam ser verificados. À época, a arroba de açúcar caíra para o valor de 500 réis a arroba, o que pode ser devido à influência da maior concorrência que a abertura dos portos causara, impactando assim o preço das mercadorias, como também pode ter sido fenômeno pontual, tendo em conta que as variantes eram muitas e mudavam de localidade para localidade. Se lembrarmos que, anos adiante, o açúcar de Itu ainda valia bem mais do que 500 réis, podemos supor que tenha ocorrido, de fato, alguma situação específica ou que o impacto da abertura dos portos nos preços tenha sido de curto prazo.

Em suma, se os dados ainda são obscuros para alguns setores, fornecem nítidos subsídios que ensejam algumas conclusões acerca da produção de Campinas às vésperas de 1821. Como referido, 1818 foi ano excepcional, já que se exportaram quase 100.000 arrobas de açúcar, além de ter-se verificado menor quantia dos outros mantimentos, situação que, comparando-se aos dados de 1822, não se prolongou.

Nesse último ano, já se tornara a produzir e vender as quantias usuais de açúcar da vila de São Carlos, bem como os víveres aparecem em maiores quantidades. Para o caso da aguardente, a chamativa quantia de 84.440 canadas exportadas em 1813 foi também exceção à regra. Os patamares de venda da bebida, até 1820, também se mantiveram aquém das 4.000 canadas, mesmo que o total de 1818 possa sugerir que houve declínio nos anos finais dessa segunda década do Oitocentos. Na verdade, não houve, porque quatro anos depois, em 1822, vendiam-se 9.000 canadas do mesmo produto.

Deve-se levar em consideração não só as limitações dessa documentação, que dependia do preenchimento meticuloso dos agentes fiscalizadores, sujeitos a cometer falhas, por óbvio; como também, reforçamos, considerar a hipótese de que situações adversas, alheias ao nosso conhecimento, tinham impacto na produtividade das safras e na negociação das vendas.

GÊNEROS	1813	1816	1818
AÇÚCAR (em arrobas)	53.136	47.240	99.000
ARROZ (em alqueires)	800	2.400	-
FARINHA (em alqueires)	5.000	3.000	500
TOUCINHO (em arrobas)	8.000	8.000	-
AGUARDENTE (em canadas)	84.440	3.400	800
FUMO (em arrobas)	200	-	-
FEIJÃO (em alqueires)	-	8.000	-
MILHO (em alqueires)	-	3.500	2.000

Tabela 12- Exportações de Campinas em 1813, 1816 e 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Campinas”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Se Campinas desempenhou papel importante de fornecedor de artigos que faltavam a Itu e também atendiam à capital, seu papel de fornecedora açucareira à metrópole foi empreendido de maneira constante, como também o faziam as vizinhas Itu e Porto Feliz. A primeira, marcada pela exportação maciça de praticamente só um produto, sua maior riqueza, e a segunda, influenciada pelo comércio com as minas.

Nesse diapasão, destaca-se que essa região constituiu um “espaço econômico” de São Paulo com características singulares, graças à presença de localidades que eram **marcadas não só pelas conexões com outros mercados** da própria colônia, dentro ou fora da capitania, mas, sobretudo, devido às suas **elevadas e recorrentes exportações**, via porto de Santos, a Portugal, de onde compravam produtos manufaturados para consumo, mesmo depois de 1808.

Nos meandros dessa área de São Paulo, situava-se também Jundiaí, que ganhara o status de vila em 1655. Por apresentar lacunas nos dados referentes à primeira década do século XIX, optamos por analisar, em oposição, os anos de 1799

e 1817, para que possamos tecer considerações a respeito da economia da vila naquele momento.

De modo geral, Jundiaí apresentava quadro bem variado de produções e exportações, sem, contudo, ter-se destacado em relação a suas vizinhas pela quantidade de produção de nenhum gênero, com exceção da rapadura, que, em 1817, teve mais de 100.000 unidades vendidas. Os registros da mercadoria, entretanto, não estão presentes nos outros anos consultados e, quando aparecem, não há especificação da quantia produzida. Mesmo assim, as referências sugerem que a vila tenha mantido de forma constante alguma produção, que não poderia ter sido tão incipiente a ponto de possibilitar a exportação de tamanha quantidade naquele ano.

Produzia-se açúcar, milho, feijão, algodão, amendoim, farinha, arroz e feijão, além de ter sido usual a referência a criação de animais, o que justifica a presença de toucinho na sua pauta exportadora. Desses mantimentos, no final do século XVIII, exportaram-se todos, diferentemente do que observamos dezoito anos depois. Acompanhando a dinâmica das localidades em seus arredores, Jundiaí enviava açúcar a Santos, para ser remetido a Lisboa pelo seu porto, enquanto as outras mercadorias seguiam à capital, São Paulo, para abastecer a demanda dos paulistanos.

É claro que as mercadorias, se eram consumidas pelos habitantes da cidade, também tomavam outros rumos por meio do comércio intenso que ali ocorria e, como já indicamos, as informações de que dispomos sobre os produtos que seguiam por rotas terrestres são escassas, de maneira que podemos apenas indicar que esses produtos que chegavam à capital, fosse de Jundiaí, Porto Feliz ou Campinas, seguramente eram, além de lá consumidos, redistribuídos a outras áreas da capitania e da própria América Portuguesa.

Mereceu destaque a produção de milho, que, em ambos os anos, superou os 40.000 alqueires produzidos, além da sua produção de feijão, relativamente alta e que atendia à população local sem que se necessitasse importar o grão, como acontecia em Itu, por exemplo.²³ Além disso, a produção de aguardente também parece ter sido seguida ao longo das duas décadas, mas, em 1817, constam ter sido produzidas 10.050 canadas da bebida e na coluna de exportação, não aparece a diferença entre a produção e o consumo da vila, que seria de 9.630 canadas, mas, em seu lugar, há número muito inferior, o que pode ter sido decorrente de algum erro no preenchimento dos dados pelos responsáveis. Por conseguinte, não sabemos se foram produzidas de fato as mais de 10.000 canadas, o que teria gerado acúmulo do estoque dos produtores ou sido vendido maciçamente à capital paulista; ou, se, por outro lado, preencheu-se incorretamente o valor de produção, que poderia ter sido

23 No ano de 1808, foram contados, em Jundiaí, 722 fogos e a população era por volta de 3.300 pessoas. Cf: Elizabeth Darwiche Rabello. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980 [tese de 1973], pp. 32-33; Maria Luiza Marcílio. *Op. Cit.*, p. 144.

de 1.005 canadas, valor obtido se somarmos as 420 consumidas em Jundiá com as 585 exportadas.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
AÇÚCAR (em arrobas)	9.202	562	8.640
MASCAVO (em arrobas)	1.218	0	1.218
REDONDO (em arrobas)	4.560	340	4.220
AGUARDENTE (em canadas)	10.050	420	585
RAPADURAS	102.400	-	102.400
MILHO (em alqueires)	48.276	48.116	160
FEIJÃO (em alqueires)	4.902	4.902	0
ALGODÃO (em arrobas)	600	600	0
AMENDOIM (em alqueires)	174	174	0
ARROZ (em alqueires)	675	675	0
FUMO (em arrobas)	36	36	0
CAPADOS (em centos)	1.512	1.020	492
CAVALOS	36	36	0
FARINHA MANDIOCA (em alqueires)	60	60	0
VACUNS	432	432	0
TOTAL	37:536\$680	18:817\$920	18:718\$860

Tabela 13- Produção, consumo e exportação de Jundiá em 1817

Fonte: “Maços de População da vila de Jundiá”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Seja como for, a vila tinha produção bem diversificada, proveniente dos cerca de 500 agricultores que lá produziam e lograva abastecer toda a população local, como exportar para o Reino e para a capital, mas não só. Jundiá também consumia uma série de produtos vindos do Reino, como vinho do Porto, sal (que, aliás, em 1798, foi comprado pela exorbitante quantia de 4.480 réis por alqueire), panos e até mesmo aguardente do Pico.²⁴

ARTIGOS	1815	1816	1818
AÇÚCAR (em arrobas)	3.713	2.800	2.800
MASCAVO (em arrobas)	681	500	500
REDONDO (em arrobas)	1.649	1.010	1.010
AGUARDENTE (em canadas)	240	160	160
MILHO (em alqueires)	72	400	400
FEIJÃO (em alqueires)	-	50	50

Tabela 14- Exportações de Jundiá em 1815, 1816 e 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Jundiá”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

²⁴ Fonte: “Maços de População da vila de Jundiá”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Nos anos finais do período analisado, a vila ainda remetia a Portugal, ex-metrópole, seus açúcares e a cidade de São Paulo, enviava alguns mantimentos. As quantias e a variação de produtos elencados foi, contudo, menor, o que sugere que talvez tomasse fôlego algumas alterações nas suas relações produtivas e econômicas, já que a mesma tendência pôde ser verificada nas listas do ano de 1822, quando poucos artigos foram vendidos para outras localidades.

Finalmente, no mesmo caminho de Goiás em que se situava Jundiá, estava localizada Mogi Mirim, criada em 1769, a partir do desmembramento da primeira vila. Diferenciava-se, frise-se, de Mogi Guaçu, freguesia que só seria elevada a município na segunda metade do século XIX.

Sobre a vila de Mogi Mirim, os dados são realmente escassos, mas, a partir do estudo de suas produções de 1798, único ano para o qual estão disponíveis as informações, pode-se compreender qual era o seu perfil econômico na virada de século para o Oitocentos e em que medida ele estava de acordo com os padrões verificados nas outras vilas do que convencionamos como o “interior paulista”.

É notório que a sua produção era bem inferior à das outras vilas, especialmente em termos de víveres diversos, embora sua população ultrapassasse, no mesmo ano de 1798, os 7.300 habitantes (Rabello, 1980, pp. 32-33). Não existem registros, contudo, da chegada de mantimentos de outras vilas vizinhas para suprir a demanda local, o que, provavelmente, acontecia na prática, considerando-se que Mogi Mirim importava vinhos e panos feitos em Portugal, fato que evidencia a articulação com o comércio regional.

A presença do cultivo de cana na vila é bastante similar à situação da vizinha Jundiá. Eram também vendidas, em Mogi Mirim, rapaduras produzidas na vila e sua produção de açúcar foi, no ano analisado, bastante parecida com a outra vila, tendo-se exportado o total de 2.888 arrobas. O preço médio foi de 1.400 réis cada, o que corresponde às tendências gerais verificadas nas outras vilas, excetuando-se Porto Feliz, como já indicado.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	452	404	48
AÇÚCAR (em arrobas)	3.128	240	2.888
FUMO (em arrobas)	740	396	344
TOUCINHO (em arrobas)	744	480	264
FEIJÃO (em alqueires)	439	420	19
MILHO (em alqueires)	1.839	1.000	839
ARROZ (em alqueires)	100	100	0
TRIGO (em alqueires)	100	14	30
RAPADURAS	6.950	2.950	4.000
AGUARDENTE (em canadas)	425	325	100

Carecem informações, ademais, a respeito do destino das suas exportações, mas provavelmente a vila enviava suas produções à capital, como ocorria nas demais localidades da região. Além do quê, uma vez que sua produção açucareira era considerável, pode-se supor que também era remetida a Portugal, de maneira que seus outros excedentes deveriam tomar o mesmo percurso, rumo à cidade e a Santos, para serem levados ao Reino.

O desenvolvimento da lavoura canavieira em Mogi Mirim, segundo Maria Thereza Petrone, deu-se somente a partir de 1836, pois, nessa data, “embora não fosse ela desprezível, contavam-se somente 35 engenhos com uma produção de 40.520 arrobas de açúcar e 2.319 canadas de aguardente”. Para a historiadora, muitos mineiros foram atraídos pelas boas terras da vila e para lá se dirigiram. Saint-Hilaire comentou que, quando lá esteve, em 1819, “havia um grande número de engenhos”. Esse processo culminou na espantosa cifra de 227 000 arrobas produzidas em 1854, quantia que nunca foi alcançada por Itu (Petrone, 1968, pp. 50-51).

As transformações na economia de São Paulo foram o resultado das políticas empreendidas desde a restauração política de 1765. Os desafios que a Coroa portuguesa teve de enfrentar estiveram relacionados à defesa territorial, problema intrinsecamente ligado à questão da ocupação de terras e da necessidade de se estimular o incremento econômico. Nesse processo, a capitania, que até então permanecia inserida de maneira frágil no sistema colonial, passou a integrar de maneira mais direta o comércio atlântico com a metrópole. Sendo assim, pôde-se observar não só o aumento da produção para atender as demandas locais e das outras partes da colônia, mas foi igualmente notável a ampliação das exportações que rumavam a Portugal.

Na esteira das propostas apresentadas por estudos importantes sobre a dinâmica econômica de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo das primeiras décadas do Oitocentos, identificou-se, por meio da análise dos Maços de População, dados que corroboraram os resultados das modificações da agricultura paulista e que ratificam a consolidação de São Paulo como exportadora de gêneros diversos para Portugal, mesmo depois do fim do sistema colonial.

A partir do estudo das vilas compreendidas nessa região do “interior” paulista, constatou-se a intensa rede de mercado que entre elas se desenvolveu e a presença de elemento comum a todas elas: as trocas comerciais com o Reino, através do porto de Santos, por onde saía, principalmente, o açúcar durante todo o período analisado.

As vilas “no caminho ao sul”, por sua vez, mantiveram conexões mercantis com as áreas meridionais do Brasil e também com Portugal (no caso do açúcar

sorocabano), enquanto as áreas no “entorno da capital” apresentaram seguidas relações comerciais com a cidade de São Paulo, em cuja órbita elas estavam inevitavelmente inseridas.

Todos os vínculos estabelecidos nessas regiões diferiram sensivelmente daqueles da faixa litorânea e do Vale do Paraíba, por exemplo, áreas muito mais conectadas ao porto do Rio de Janeiro do que ao da própria capitania, tema esse, porém, que exige análise mais detida e enseja, seguramente, pesquisas instigantes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006 [tese de doutorado defendida em 2003].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In: *Revista USP*, n. 46. São Paulo.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (tese de doutorado).
- CAPEL, Ronaldo. *O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (dissertação de mestrado).
- COSTA, Bruno Aidar. *A vereda dos tratados. Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (tese de doutorado).
- ELLIS JR., Alfredo. *A Economia Paulista no Século XVIII*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. “São Paulo, de fronteira a território: uma capitania dos novos tempos”. In: ANTUNES, Ermelinda (cur.). *Laboratório do mundo*. Idéias e saberes do século XVIII. Catálogo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2004.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada”. *Anais do Museu Paulista* (impresso), v. 17, 2009.
- KLEIN, Herbert S. & LUNA, Vidal Francisco. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de livre-docência defendida em 1974).
- MENDES, Denise. *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1994.
- MICHELI, Marco Volpini. “Do Tietê ao Atlântico: a economia de Porto Feliz na capitania de São Paulo”. In: Maria Isabel de Siqueira; Helena Trindade de Sá; Valter Lenine Fernandes; Victor Hugo Abril. (Org.). *A colônia em perspectiva: pesquisas e análises sobre o Brasil (XVI-XIX)*. 1ed. São Paulo: Paco Editorial, 2018, v. 1, p. 187-205.

MICHELI, Marco Volpini. *São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. São Paulo: FFLCH/ USP, 2007 (dissertação de Mestrado).

PRADO JR., CAIO. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”. In: *Idem. Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [originalmente publicado em 1935].

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980 [tese de 1973].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1940 (textos do século XIX).

TOLEDO, Benedito Lima. *Projeto Lorena, os caminhos do mar: revitalização, valorização e uso dos bens culturais*. 1. ed. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, 1975. v. 1.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais*. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1951.

CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG

Felipe Marinho Duarte

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador e colaborador do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e História Regional Comparada - GEPECOM. Contato: fduarte85@hotmail.com

O presente artigo busca apresentar algumas observações historiográficas sobre o processo de modernização capitalista na Zona da Mata mineira, em particular de Juiz de Fora. Esta cidade tornou-se ao longo do século XIX um centro de referência urbana para a região, condição que é preservada até os dias de hoje. O desenvolvimento econômico regional proporcionou a institucionalização do mercado de capital local, que se relaciona diretamente com a formação de uma “sociedade urbana”.

Henri Lefebvre observar o quanto é ambíguo o termo “sociedade urbana”, podendo ser empregado para designar qualquer cidade, independentemente das suas orientações culturais, políticas ou econômicas, nem mesmo sendo mensurado seu tamanho

ou ritmo de crescimento. Contudo, a utilização do termo “sociedade urbana” nesta pesquisa é decorrente da própria ambigüidade sobre o qual ele é apresentado, pois desta maneira torna-se mais precisa a compreensão do processo inflexão do agrário para o urbano¹.

Minas Gerais possui um caso exemplar a este respeito. O movimento de organização dos seus núcleos urbanos, tomando-se a relação campo-cidade, tem sentido oposto nos séculos XVIII e XIX. Nas regiões centrais da Província onde a atividade mineradora foi economicamente predominante à urbanização antecedeu a “criação” da rural, já no século Dezenove, em especial na Zona da Mata, o desenvolvimento da produção cafeeira foi o impulso econômico que possibilitou a formação de várias cidades na região durante a segunda metade do século XIX e início do XX².

Não obstante, a dinâmica financeira assumida pelas relações creditícias urbanas na Zona Mata pode ser entendida como resultados dos efeitos em cadeia proporcionados pela produção extensiva de um produto primário (*staple*)³. Neste sentido, a produção cafeeira

1 LEVEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.15.

2 CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. p. 10.

3 HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 36.

foi em grande parte responsável pelo desenvolvimento dos setores de serviços públicos e privados e posteriormente das indústrias que existiram em Juiz de Fora.

As observações contidas no presente artigo foram desenvolvidas com o propósito de apresentar algumas possíveis relações econômicas entre o Crédito Público municipal e a expansão urbana de Juiz de Fora, consolidada através da institucionalização mercado financeiro regional. Segundo parte da historiografia sobre Juiz de Fora, que estuda o processo de desenvolvimento urbano-industrial da cidade, observa que sua modernização capitalista começa a ser delineada a partir de meados do século XIX e está intimamente relacionada com o cultivo do café. A produção desta *commodity* permitiu uma significativa acumulação de capital, gerando condições materiais para realização de obras infraestruturais. Dentre elas se destaca a integração ferroviária do município a uma das principais ferrovias do país⁴, responsável por escoar quase que a totalidade da produção cafeeira da região.

Concluído o movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transporte estavam criados os principais instrumentos para que o desenvolvimento e a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse a se desdobrar num vigoroso processo de diversificação urbano-industrial. Mais que isso, a forma como este movimento se deu (colocando o município de Juiz de Fora como o principal **eixo de entroncamento do sistema viário** e sua transformação em **capital regional da Zona da Mata**), acabou por permitir que boa parte do processo geral de indução a investimentos em setores e atividades relacionadas ao núcleo agroexportador fosse **internalizada no espaço definido pela região**.⁵

Desta forma, o grande capital cafeeiro foi decisivo para integração ferroviária da região, diminuindo significativamente o custo de transação implícito nas trocas comerciais de natureza exportadora. A interiorização deste moderno sistema de transporte, a partir de 1876, permitiu maior agilidade e segurança no traslado do produto primário para o porto do Rio de Janeiro, porta de saída do café mineiro para o mundo.

A grande aplicação de recursos financeiros, ligados à economia cafeeira, na expansão da ferroviária de Minas Gerais permitiu elevados índices de crescimento. Podendo ser comparado, tanto em média da progressão anual quanto em estradas em trânsito, aos de São Paulo (TABELA 1). Havia na época, ocasionalmente, relações acerca da concentração das ferrovias na Zona da Mata por parte dos representantes políticos da região do Centro ou do Sul de Minas.

4 A cidade de Juiz de Fora a partir do ano 1876 estava integrada a Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Estrada de Ferro Central do Brasil.

5 PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. p. 72.

ESTADOS	ESTRADAS DE FERRO EM TRÂNSITO	DATA DO INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES	MÉDIA DA PROGRESSÃO ANUAL
Rio Janeiro	2.422.185	1854	43,2
São Paulo	4.724.000	1867	109,8
Minas Gerais	4.496.795	1869	109,6
Bahia	1.391.574	1860	28,5
Rio Grande do Sul	1.962.408	1882	70,0

TABELA 01 - Crescimento das Vias Férreas Mineiras Comparado ao de Outros Estados da União

FONTE: JACOB, R. Minas Gerais no XXo Século. p. 442. apud Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.p. 100. Tabela 28.

Na Zona da Mata mineira, assim como em outras regiões do sudeste do país, o investimento de capital privado foi responsável pela construção das estradas de ferro, *“mas o governo provincial estimulou o crescimento garantido aos investidores um retorno de 7% no seu capital ou subsídios a companhias baseados em quilometragem”*⁶. Decorrente da atmosfera especulativa do final do século XIX, os investimentos financeiros em ferrovias e títulos públicos eram considerados como os mais seguros para a época⁷.

Resta, de tudo isso, a impressão de que o capital mercantil, com centro no Rio de Janeiro, o investimento em ferrovia aparecia apenas como uma nova aplicação financeira da qual se esperavam lucros imediatos e compensadores. Diante da não ocorrência dessa esperança, parece ter sido aceita sem maior oposição a troca compulsória das ações da empresa por apólices do Governo de 6% de juros ao ano e com os valores ao par para cada título. O discurso de C.B Ottoni, na assembléia-geral de encerramento da Companhia Estrada de Ferro de D. Pedro II.⁸

Nas origens da formação desta “sociedade urbana” podemos observar a necessidade de aceleração das relações de troca de mercadorias, ou seja, bens e serviços, que por sua vez estavam cada vez mais submetidas às relações modernas de mercado. Mas pode-se perguntar: o que constitui um mercado? “Definiremos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado

6 BLASENHEIM, Peter. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. LOCUS: revista de História. Juiz de Fora, v. 2. n° 2. 1996. p. 83.

7 SOBEL, Robert. *Wall Street: a História da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967. p.p. 145-168.

8 SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. Op. Cit. p. 37.

em preço, informação ou em uma combinação de ambos”⁹. Sem perder de vista que os “(...) mercados são instituições que existem para facilitar a troca, ou seja, eles existem de maneira a reduzir os custos de transação implícitos em qualquer operação de troca”¹⁰.

O mercado também pode ser entendido como um lugar físico onde as pessoas se encontram para desenvolver suas relações de troca e em que não existe necessariamente o mecanismo de oferta e demanda como fatores responsáveis pela regulação do preço. Logo, a troca é realizada num duplo movimento, permitindo que os interesses na troca sejam os principais responsáveis pela aceitação ou não a opção oferecida¹¹.

Não obstante o mercado financeiro também pode ser compreendido segundo os conceitos propostos pela antropologia econômica, tendo Karl Polanyi e Walter Neale como principais referências teóricas. Estes autores consideram que nenhuma instituição social responde perfeitamente ao modelo ideal, logo a compreensão de mercado regulado apenas por leis próprias (oferta e demanda) torna-se um axioma sem validade¹².

Neste sentido, acreditar que as relações de troca seguem fundamentalmente as leis de oferta e demanda, conduziria a uma abordagem estritamente econômica, pela qual os mercados (principalmente o de capitais) só existem em economias capitalistas em que há mercados formais. De outro modo, se trata de uma visão reducionista que despreza toda a subjetividade humana implícita nas relações pessoais que levam à manifestação objetiva do fato econômico¹³.

O geógrafo brasileiro Milton Santos afirma que a economia espacial permanece freqüentemente muda, a propósito das questões atinentes ao desenvolvimento das tecnologias relacionadas às comunicações à distância, estejam elas referentes ao transporte de pessoas e mercadorias ou à circulação de informações. A maneira como a sociedade explora a natureza define as transformações na forma da produção econômica, reorientando a organização do território¹⁴.

A modernidade financeira que começa a se consolidar em Juiz de Fora, a

9 HOFFMAM; POSTEL-VINAY; ROSENTHAL apud PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Op. Cit. p. 23.

10 COASE, R.H. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press 1988. p. 07.

11 NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la historia*. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976. pp. 414 – 420.

12 POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. pp. 62-63.

13 “E é da soma, conjugação e composição de tais ações individuais que resultam os “fatos”. Não é possível por isso isolar a esfera objetiva da subjetiva. Qualquer indivíduo, pela simples circunstância de constituir um ser pensante, estará agindo e contribuindo assim para o fato econômico de que participa, com seu pensamento.” PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 19.

14 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 32.

partir de meados de século XIX, traz consigo um enorme poder de transformação da paisagem, rural e urbana, levando a significativas mudanças físicas do território, fundamentais não só à formação do espaço econômico, mas também à sua organização socioeconômica segundo as características de uma produção agroexportadora. Como observou Sônia Miranda:

O final do século XIX correspondeu, a nível mundial, a um momento de redefinição da divisão internacional do trabalho, com a emergência de novos centros hegemônicos, e a nível de América Latina, a um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local, no qual redefiniram-se relações político-econômicas tanto a nível externo como a nível interno. Isso significa dizer, entre outras coisas que, se por um lado o Brasil participou da economia mundial através da exportação de produtos primários e importação de capitais e produtos industrializados, por outro lado iniciava-se internamente um aprofundamento de atividades ligadas ao mercado interno pré-existente e portanto não restritas à agro-exportação. Tal situação possui implicações diretas na dinamização das **economias urbanas** e portanto na redefinição das funções e aparência das cidades.¹⁵

Existe um longo debate historiográfico acerca da natureza da economia de Minas Gerais, em que um considerável número de autores afirma que a produção agrícola da Província foi desenvolvida, quase que exclusivamente, com a finalidade de atender às demandas geradas pelo mercado de abastecimento interno. Entretanto, este argumento desconsidera que a natureza da economia da Zona da Mata mineira, cuja produção era voltada para exportação, submetendo-se, às flutuações do mercado mundial capitalista.

Dada à importância dos estudos que refletem a economia regional através da formação do mercado víveres na Zona da Mata. O presente trabalho não atribui a esta atividade econômica interna a responsabilidade pela consolidação regional das práticas mercantis próprias de um sistema capitalista internacional. Além disso, anteriormente a 1850, torna-se difícil afirmar que houve uma política econômica racional para o desenvolvimento contínuo da região, se é que isso ocorreu em algum momento da história, pois qualquer estratégia organizada em prol de uma política urbana esbarrava na ausência de artifícios legais e na falta de uma autonomia político-administrativa para a tomada de decisões estruturais.

A partir da década 1850, com a criação do Código Comercial, houve uma maior formalização das relações creditícias que passaram a ser reguladas legalmente, conduzindo a uma crescente formalização do sistema financeiro¹⁶. A modernização das relações capitalistas que se dá principalmente no espaço urbano conduz à proliferação de grupos de investidores, que faziam das aplicações financeiras uma maneira de acumular riqueza e obter renda (liquidez) a partir dos rendimentos gerados

15 MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. p.p. 109-110.

16 LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. pp. 51-53.

pelos juro, desta forma acabavam dando uma dinâmica própria à economia¹⁷.

O geógrafo David Harvey chama a atenção para as dimensões espaciais referentes à teoria da acumulação, que de certa maneira se aproxima das análises realizadas por Karl Marx nas suas mais diversas obras¹⁸. Harvey tem como objeto central analisar a produção capitalista do espaço, que por sua vez é dependente da acumulação de capitais para a efetivação das transformações do meio, gerando significativas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão de trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância. À luz do nosso conhecimento atual, poderíamos quase que reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da “divisão do trabalho” dada pela localização.¹⁹

Neste sentido, pode-se perceber o desenvolvimento comercial, tanto local quanto à longa distância. No caso da Zona da Mata, as estruturas produtivas de subsistência são fundamentais à reprodução de uma economia voltada a atender as demandas do mercado externo. Numa percepção clássica da história econômica, no século XIX houve uma acentuação da divisão mundial do trabalho, em que os países tidos como periféricos assumiram o papel de produtores primários, enquanto os países centrais já desenvolviam outras formas mais modernas de organização da produção.

A produção brasileira de café, com significativa participação de Minas, foi responsável pela popularização do consumo deste gênero alimentício, que até o primeiro quarto do século XIX apresentava acesso restrito apenas às classes mais abastadas, configurando-se como um artigo de luxo.

A boa adaptação da planta na região sudeste do país permitiu o desenvolvimento de uma produção em larga escala, que era exportada para diversos países através de uma eficiente infraestrutura de transporte. Não obstante, o café é visto por alguns autores como a bebida do século XIX, que devido à sua característica estimulante, foi amplamente utilizado pelos trabalhadores fabris contemporâneos ao processo de industrialização da Europa e América do Norte.

17 COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e Capitalismo*. 1997. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1997. p. 8.

18 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 43.

19 POLANY, Karl. *A grande transformação*. Op. Cit. p. 79.

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

TABELA 02 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras

(1.000 sacas)

FONTE: (SP, RJ E MG) TAUNAY, A. de E. e FRAGA, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (E.S.) ROCHA E COSSETTI. Apud CANO, W. Padrões... Op. cit. p.293. Tabela 1. apud PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. Cit. p. 90 Tabela 24.

A produção cafeeira de Minas Gerais estava quase que na sua totalidade concentrada na Zona da Mata, logo a região passa a ser especialmente importante para as finanças do Estado. De modo que uma significativa parcela da arrecadação do Estado mineiro era realizada através do pagamento de impostos pelos produtores sobre o café exportado.

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

TABELA 04 - Participação da Produção Cafeeira da zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais

(períodos selecionados)

FONTES: 1. para 1847/48, 1850/51 E 1903/04 - GIROLETTI, D. *A Industrialização em Juiz de Fora*. p. 152 e 156.

Historicamente, a produção cafeeira com características agroexportadora teve

início no Vale do Paraíba fluminense, mas devido ao processo natural de desgaste do solo causado pelo cultivo da rubiácea e a crescente demanda internacional pelo produto. O café começa um gradual movimento de interiorização, avançando suas fronteiras agrícolas em direção a Minas Gerais e São Paulo, seguindo o curso do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes²⁰.

O sul da Zona da Mata é uma região de fronteira pela qual o café foi introduzido tardiamente em Minas Gerais se comparado a produção cafeeira fluminense. Logo, a região sofre forte influência do Rio de Janeiro, devido principalmente a dependência do porto para o escoamento da sua produção agrícola. Entretanto ao observar a história da modernização capitalista de Juiz de Fora a dependência da infraestrutura portuária do Rio de Janeiro é notória, porém ela não impede desenvolvimento urbano-industrial da cidade.

Visto que as regiões mineiras sofrem muito influência das Províncias vizinhas – Sul e Triângulo com São Paulo, o norte com a Bahia e a Zona da Mata com o Rio de Janeiro – do que com a unidade política e administrativa da qual fazem parte. Isso gera uma esterilização dos capitais produzidos endogenamente e que teoricamente deveriam ser invertidos no desenvolvimento de Minas Gerais. Sendo assim, torna-se notório um processo de crescimento desarticulado e descontínuo do Estado mineiro²¹.

O crescimento econômico experimentado pela Zona da Mata está relacionado diretamente com a produção cafeeira, como já foi demonstrado, este processo conduziu não somente outra lógica de utilização do solo, a partir de uma produção agrícola extensiva, como também foi capaz de criar um circuito financeiro local responsável pela inversão econômica, principalmente através do desenvolvimento da infraestrutura que em certa medida evitava a esterilização dos recursos financeiros para regiões de influência.

No entanto, percebe-se que muitos outros elementos do processo de consolidação capitalista local não foram considerados, dentre eles se destacam os aspectos financeiros, principalmente aqueles a cargo da prefeitura de Juiz de Fora, uma vez que os realizados por empresas particulares (como a Companhia Mineira de Eletricidade) já possuem alguma referência na historiografia²².

A consolidação desta sociedade urbana reorienta espacialmente a dinâmica das relações econômicas, tanto na acumulação de capitais como na inversão dos mesmos em investimentos financeiros, principalmente no que tange o desenvolvimento do setor industrial e de serviços públicos. Desta forma, ocorreram significativas mudanças de ordem econômica, política, social e cultural, que conduziram esta sociedade

20 MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 25-30.

21 WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 41.

22 OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. Op. Cit.

a superação das estruturas tidas tradicionais – no nosso caso de base agrária – criando novas formas de produção, novos padrões de consumo e comportamento.

Os recursos acumulados pelas poupanças locais possibilitaram a diversificação de investimentos na região, destacando-se aqueles que representam a transferência de recursos financeiros entre os setores “tradicionais” (agrícolas) e aqueles “modernos” (urbano-industriais), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo.

A intensificação das atividades urbano-industriais torna atrativa a migração da mão-de-obra do campo para a cidade, decorrente das inúmeras oportunidades oferecidas, em que pese à diversificação das atividades produtivas e o surgimento de novas camadas sociais. Logo, o capital ocioso representado através das poupanças se transforma em recurso financeiro, aplicado em algumas ocasiões no pagamento de salários, produzindo à liquidez monetária necessária a reprodução social do capitalismo.

O súbito crescimento demográfico resultando destes movimentos migratórios pressiona as autoridades locais a formularem políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura urbana. Visando principalmente a prestação de serviços referentes ao abastecimento de água e ao saneamento da cidade, que eram pouco rentável a curto e médio prazo devido o alto custo de implantação.

Não obstante, o poder público local mediante a necessidade de prestação deste serviço propõe no ano de 1893, um grandioso projeto de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora, conhecido como *Plano Howyan*, que previa a execução de inúmeras obras de infraestrutura urbana. Dentre as obras se destacam: a construção de reservatórios de água de para o abastecimento da cidade, ampliação da rede de esgoto doméstico e pluvial, drenagem de áreas alagadas e a retificação dos principais rios que cortam a área urbana do município, tendo por finalidade evitar a ocorrência das constantes enchentes que assolavam a cidade²³.

Neste sentido a Câmara Municipal de Juiz de Fora se mobilizou politicamente para criar condições financeiras para execução das obras melhorias urbanas, a forma de captação de recursos encontrada pelos Vereadores da cidade foi a realização de uma subscrição de títulos da dívida pública municipal, aprovada através da resolução municipal de 13 de outubro de 1892.

Desta maneira, a Câmara de Vereadores arrecadou recursos financeiros de forma extraordinária, fazendo uso do mercado de capitais local e que de alguma forma seguiu a tendência de algumas empresas privadas que lançavam títulos financeiros no mercado, promovendo novas oportunidades de investimento.

As discussões historiográficas mais recentes sobre Juiz de Fora têm dado especial atenção às distintas interpretações acerca das experiências que envolvem o processo de formação da modernização regional nos seus mais amplos aspectos.

23 HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

Este processo também é entendido por um grupo de historiadores, como o período de consolidação das instituições capitalistas regionais responsáveis por regular a “tardia” sociedade de mercado.

Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventuras, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos, tudo que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade, ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição de ambigüidade e angustia.²⁴

Neste sentido foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando temas como a industrialização, urbanização, modernização financeira pelas instituições bancárias, transição de mão-de-obra, higienismo, desenvolvimento do setor de serviços privados, entre outros²⁵

Os estudos sobre a modernização da cidade e região a partir da análise das atividades financeiras, em especial aquelas destinadas aos projetos de expansão da infraestrutura e serviços públicos urbanos, tentam de certa forma contribuir para a elucidação deste tema ainda pouco estudado no país, limitando-se praticamente às suas principais capitais, mas ainda muito pouco conhecido em centros urbanos de referência regional no interior.

Mantidas as condições da produção cafeeira na região, é mister perceber que em municípios como Juiz de Fora (capital regional da Zona da Mata no período) se formou um grupo social de investidores, composto por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, entre outros agentes, que realizavam aplicações no mercado financeiro local e foram responsáveis (de forma indireta) pelo financiamento do desenvolvimento dos serviços públicos e obras de infra-estrutura tão importantes que implicaram no surgimento de energia elétrica, telefonia, transportes urbanos, ferrovias, etc.

Este trabalho procura, portanto, contribuir para ampliar os estudos sobre os títulos da dívida pública, principalmente os municipais, ainda muito pouco estudados

24 BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15.

25 GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. CHRISTO, Maraliz de Castro. *A “europa dos pobres”*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001. BARROSO, Elaine. *Modernização e Higienismo*. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. BARROS, Cleyton. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. CROCE, Marcus. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. GOODWIN Jr., James William. *A “Princesa de Minas”*. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

por pesquisadores brasileiros. Esta escassez de referências bibliográficas também se estende a análise historiográfica dos títulos públicos estaduais e federais, que apresentam maior importância financeira em razão de sua liquidez e negociação regular nas Bolsas de Valores.

Ainda assim, predomina nestes trabalhos a visão de que os investimentos em títulos públicos constituem meros mecanismos financeiros responsáveis pela transferência e esterilização dos recursos gerados em uma região, privando-a de investimentos mais significativos e de maiores condições para o desenvolvimento econômico.

Contraopondo a uma visão excessivamente centralizadora, a presente pesquisa, ao estudar os lançamentos de títulos públicos municipais, busca valorizar os aspectos regionais e locais da história financeira do país demonstrando a existência de um circuito financeiro local responsável não só pelo conhecido processo de industrialização do município, como também de toda dinâmica de urbanização que o secundou.

Desta forma, um dos aspectos que tem sido ressaltado por esta bibliografia mais atual é a consolidação do mercado de capitais local, delineado a partir da retenção e reaplicação de recursos financeiros auferidos através da produção cafeeira regional. Dada a existência da oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico, o capital cafeeiro criou um circuito que possibilitou o financiamento agrário, comercial, industrial e da infraestrutura, fundamentais ao processo de modernização capitalista da cidade.

Aqui se encontra uma das principais questões presentes neste trabalho, a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização e modernização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento das obras de serviços públicos realizadas pelo poder executivo municipal utilizando o mercado de capitais local para levantar os recursos financeiros necessários.

Num país sem um sistema de finanças amplamente organizado, o mercado informal de crédito tornou-se um instrumento fundamental para o financiamento das lavouras de café, assim como para os setores urbanos da economia, tais como as indústrias e as melhorias dos serviços públicos urbanos. É nesta direção que caminha o presente trabalho de pesquisa.

No ano de 1861, Juiz de Fora se configurava como a terceira maior arrecadação do Estado de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417\$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora²⁶.

Dada a limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, a arrecadação ordinária obtida através das taxações sobre

26 OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 93.

imóveis e impostos como o de indústria e profissões se mostrava insuficiente para a realização de obras públicas demandadas pela dinamização urbana das cidades.

Neste sentido, os lançamentos de títulos da dívida municipal se mostraram um importante mecanismo de arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de serem aplicados em obras urbanas específicas.

As operações financeiras devem ser analisadas a partir desta época, tendo em vista os agentes da reprodução do produto social e não apenas os agentes da circulação de mercadoria. Há um fluxo constante do capital produtivo reconvertido em capital financeiro, num contínuo processo de financiamento da reprodução do sistema. O capital financeiro passa a constituir uma parcela do capital total, funcionando de maneira autônoma e assegurando o financiamento das operações econômicas. As disponibilidades monetárias não são mais vendidas ou alugadas como mercadoria e escapam às determinações de equivalência para vincularem-se à produção social, da qual participam através da determinação da taxa de juros. As unidades poupadoras transferem recursos às unidades investidoras através dos intermediários financeiros. Essas relações se estabelecem por meio de obrigações diretas ou indiretas, com as unidades deficitárias colocando seus títulos junto aos intermediários financeiros. Esses, por sua vez, lhe transferem os fundos obtidos, através da venda de suas próprias obrigações às unidades superavitárias.²⁷

Grandes capitais, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores²⁸. Torna-se necessário dizer que alguns investidores chegaram a negociar títulos públicos de Juiz de Fora na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Portanto, se tratando de municípios de menor porte as subscrições de títulos municipais são entendidas como uma forma complementação ou adiantamento de sua dotação orçamentária.

A prefeitura de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida municipal em algumas oportunidades. Além do referido lançamento de títulos públicos em 1892, foram detectadas subscrições (novas ou de consolidação de antigos empréstimos) nos anos de 1870, 1885, 1887 e 1896 quase todos referentes à construção de obras públicas com a finalidade de promover os melhoramentos públicos e com características típicas que envolvem os títulos de dívida pública: longo prazo, negociabilidade e juros fixos, para o que nos interessa de mais imediato.

O investimento capitalista em títulos financeiros dos mais variados tipos é uma prática econômica moderna, embora os títulos públicos sejam especialmente vistos como “tradicionais”, dada a sua natureza de remuneração fixa e baixo risco. Não obstante os títulos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, se configurem em uma opção mais segura para a diversificação de investimentos e composição de *portfólios*.

Considerando os dados levantados, os títulos públicos de Juiz de Fora estão

27 LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 4.

28 Idib. p. 73.

presentes de forma relativamente regular no patrimônio de fazendeiros de café (entre outros) na devida proporção, conjuntamente com outros ativos financeiros, quase todos indicando a presença de um mercado financeiro local e a transferência intersetorial de recursos²⁹.

CONCLUSÕES

A historiografia internacional tem dado maior atenção aos estudos relacionados à institucionalização e formalização das relações econômicas através no mercado financeiro, entendida por muitos autores como parte da modernização capitalista. Sendo possível encontrar trabalhos que tratam quase que exclusivamente das dinâmicas econômicas assumidas pelas subscrições de títulos públicos, dada importância deste tipo de arrecadação para o desenvolvimento das finanças públicas, especialmente no que se refere à captação de recursos em momentos de guerra, a instituição de um mercado financeiro internacional e o desenvolvimento econômico regional a partir da consolidação do moderno mercado de capitais. Estes tipos de estudos quase inexistem na historiografia brasileira.

No que tange as colaborações deste trabalho para o entendimento histórico da Zona da Mata, em especial de Juiz de Fora, pode se dizer que o desenvolvimento regional é consequência da organização de um complexo cafeeiro, onde o mercado financeiro pode ser visto como instituição responsável por cumprir um importante papel, bem como promover à diversificação dos mais distintos setores da economia local/regional.

REFERÊNCIAS

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLASENHEIM, Peter. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. LOCUS: revista de História. Juiz de Fora, v. 2. n° 2. 1996. pp. 81-110.

COASE, R.H. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press 1988.

COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e Capitalismo*. 1997. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1997.

CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

29 PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Op. Cit. pp. 358-361.

HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

LEVEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.

NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la historia*. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.

_____. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SOBEL, Robert. *Wall Street: a História da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Ana Paula Nobile Toniol

Universidade de São Paulo – Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo – SP

Sara Albieri

Universidade de São Paulo – Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo – SP

RESUMO: O presente artigo explora os impactos e repercussões do processo de globalização na indústria da moda nos anos 1990. Precisamente, trata-se de investigar o modo pelo qual esse setor se reorganizou após a internacionalização da economia, tomando como base pesquisas dedicadas a identificar as correlações entre a indústria e fatores como moda, cultura, consumo e economia, que, entrelaçados, compõem as características de um mercado de bens simbólicos.

PALAVRAS – CHAVE: moda, cultura, consumo, globalização

FASHION, CULTURE AND CONSUMPTION IN TIMES OF GLOBALIZATION

ABSTRACT: This article explores the impact and repercussions of the globalization process upon the fashion industry in the 1990s. It will inquire into the way in which this segment

reorganized in Brazil after the internationalization of the economy, based on the correlations between industry and factors such as fashion, culture, consumption and economy, which, intertwined, identify a market for symbolic goods. **KEYWORDS:** fashion, culture, consumption, globalization

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo, há o especial interesse em perscrutar a moda como fenômeno econômico-cultural. Partimos da premissa de que o vestuário é um poderoso “elemento de ligação e identificação entre o indivíduo e o sistema simbólico através da moda” (ALMEIDA & WAJNMAN, p.20), capaz de fomentar a demanda por determinados bens e produtos que podem ser encontrados em larga escala no mercado, gerando consumo, especialmente a partir do processo de globalização.

A princípio, cabe abordar algumas das teses fundamentais dos pensadores de moda. Dessa forma, adotaremos a estratégia metodológica, que servirá, como ponto de partida da análise que se empreenderá, do diálogo com trabalhos que tratam da associação entre moda, cultura e consumo. A extensa literatura disponível a ser mobilizada, servirá como chave teórico-metodológica para nos

orientar por perspectivas analíticas, a fim de tratar a natureza simbólica do produto de moda, estabelecendo a correlação entre a indústria da moda e a economia.

Após caracterizar a moda como fenômeno econômico-cultural, sendo base para toda a movimentação da indústria da moda, o artigo procurará examinar os impactos e as transformações causados pelo processo de globalização, apontando as reflexões sobre o entrelaçamento de culturas locais diversificadas, que nos dá importantes subsídios para se pensar a nova dinâmica da moda que surgiu a partir dos anos 90.

A moda que buscaremos analisar é aquela sistematizada pela indústria, partindo do pressuposto de que a moda é uma das manifestações culturais que movimenta uma estrutura econômica, sobretudo ao tratar a criação do vestuário como prática cultural que, ao promover o consumo, movimenta esta indústria e gera interesse econômico. A percepção de que a moda pode ser compreendida como fenômeno econômico-cultural propicia uma reflexão sobre a questão de que a partir da globalização a moda na indústria passou a ter a economia e os processos culturais intimamente imbricados.

2 | MODA: UM FENÔMENO ECONÔMICO-CULTURAL

Considerando as especificidades da moda, para uma compreensão do termo, podemos nos valer da significação proveniente dos pensadores da moda e suas principais teses.

O termo “moda” denota a singularidade, o particular, isto é, a diferenciação. Ora, a moda, como aponta Simmel (1971, p. 296), é a renovação através do diferente. Se é diferente, só pode sê-lo em relação a algo que já se conhece. Logo, o diferente culminará, para a moda, na busca constante pelo novo. Conforme expressão de Simmel, na moda mata-se para sobreviver: assim que algo se torna de uso de uma maioria, a moda o dispensa para propor um novo produto. Nessa dinâmica, a moda (SIMMEL, 2008, p.23), é a imitação de um modelo dado, e satisfaz, assim, a necessidade de apoio social, pela qual todos os integrantes de um grupo percorrem o mesmo modelo, que faz do comportamento de cada indivíduo um simples exemplo.

Assim, a moda tem necessidade de propagação, pois, caso contrário, não seria moda no sentido coletivo. Na medida em que a moda se difunde, ela morre. A moda é uma constante tensão entre difusão e a imitação, um ciclo que tende à distinção, à diferenciação, e se altera e difunde continuamente. Trabalhamos com a ideia de que a moda deve ser copiada para ser chamada de moda.

É comum dizer que a moda, através da roupa, faz uma afirmação, transmite significado e, portanto, é considerada um fenômeno cultural. Tendo em vista a pluralidade de significados da palavra “cultura”, é necessário saber qual conceito se aplica à moda e em que domínio dela ocorre como fenômeno cultural.

No que tange à moda, a cultura é uma descrição de um modo particular de vida

que exprime certos significados e valores, não só na arte e no saber, mas também nas instituições e no comportamento habitual, propiciando um conceito multilinear de cultura (BARNARD, 2003, p.62). Nesse sentido, inclui o comportamento das pessoas comuns, no cotidiano. Uma roupa diz algo sobre quem a veste e o meio em que ela vive. O consumo de moda possui um significado que é sempre relativo a um indivíduo, a um lugar, a um tempo, a um contexto social. Em outros termos, a moda é um produto cultural na medida em que o seu “valor” é ligado ao “contexto” em que é consumido.

A moda deve ser considerada como prática significante da vida cotidiana (juntamente com as artes, a filosofia, o jornalismo, a publicidade, por exemplo), que irão fazer da cultura um sistema geral de significados, nos quais se constrói e se comunica uma ordem social, e pela maneira com que produzem e reproduzem grupos sociais. A moda é o elemento que marca a mudança comportamental do corpo e introduz, através do elemento “novo”, mudanças nos padrões do comportamento tradicional instituído há certo tempo e que aos poucos se tornou um hábito (AVELAR, 2011, p. 29).

Sahlins faz um interessante estudo sobre o vestuário americano contemporâneo e estabelece que “o sistema de vestuário americano remonta a um esquema muito complexo de categorias culturais e à relação entre elas, constituindo um verdadeiro mapa – não é exagero dizer – para o universo cultural” (SAHLINS, 2003, p. 179). O vestuário é, assim, um meio através do qual categorias e princípios culturais são codificados e tornados manifestos. Por ser dotado de tais capacidades, é também um valioso meio de comunicação, tem uma significação que vai além de seu caráter utilitário e de seu valor comercial. Esta significação consiste largamente em sua habilidade de carregar e comunicar significado cultural.

Em estudo sobre diferenciação entre classes sociais e estilos de vida, Bourdieu (BOURDIEU, 1989, p. 192), ressalta que a roupa que usamos expõe as nossas diferenças sociais e econômicas. Atualmente, podemos dizer que a roupa traz significados que vão além de traduzir a posição social, mas enfatiza a definição do indivíduo simplesmente como um ser social de determinado grupo, e tem por objetivo comunicar uma cultura pessoal, ou seja, práticas e atividades que compõem uma construção simbólica, que nos definem como um indivíduo na sociedade de consumo.

Não podemos negar que é “sobre o corpo” que a cultura trabalha sua constituição de subjetividade, marcada pela formação de uma identidade. Mc Luhan entende que a roupa faz parte da nossa cultura corporal como extensão da nossa pele (MCLUHAN, 2005, p. 140). A roupa compõe a nossa imagem, de tal modo, que nos faz um ser social, tornando o corpo humano culturalmente visível.

Grant McCracken observa que o sistema de *design* e produção que cria os bens de consumo é uma empreitada inteiramente cultural. Os bens de consumo, nos quais o consumidor desperdiça tempo, atenção e renda são carregados de

significação cultural. Os consumidores utilizam esse significado com propósitos totalmente culturais. Usam o significado dos bens de consumo para expressar categorias e princípios culturais, cultivar ideias, criar e sustentar *estilos de vida*, construir noções de se criar e sobreviver a mudanças sociais. O consumo possui um caráter completamente cultural (McCRACKEN, 1986, p. 11). A roupa é a maneira particular através de que o *designer* compreende o mundo. O *designer* traz a sua própria experiência cultural e suas expectativas sobre a roupa. Por sua vez, o consumidor altera esse objeto com a conformação do seu corpo, com a postura, os gestos e a maneira de compor toda a sua imagem. Dessa forma, são gerados significados dentro de um processo de comunicação (BARNARD, 2003, p. 56).

Os mundos que criam esses bens, o *design*, o desenvolvimento do produto, da publicidade e da moda, são importantes agentes de nosso universo cultural. Eles trabalham continuamente para moldar, transformar a vida a esse universo. O sistema de moda é um instrumento de movimentação de significado. Assim o significado transporta-se do mundo culturalmente constituído para o bem de consumo (McCRACKEN, 1986, p. 109).

Baudrillard fundamenta que o consumo é uma troca de significados, onde o consumidor nunca está isolado. Há uma produção social, um sistema de troca, de materiais diferenciados, de um código de significados e valores constituídos (BAUDRILLARD, 2000, p. 76-77). Para ele, o consumo estabelece um sistema de signos; logo, o que se consome é esse sistema apresentado pelos objetos. A construção desse sistema se faz em grande parte através da imagem: “O consumo surge como conduta ativa e coletiva, como coação e moral, como instituição. Compõe todo um sistema de valores com tudo o que esse termo implica enquanto função de integração do grupo e de contrato social” (BAUDRILLARD, 1995, p. 115-121). Nessa análise, Baudrillard argumenta que o consumo envolve a manipulação ativa dos signos e que os objetos não são consumidos, e sim o sistema de objetos que caracteriza o código.

O consumo é algo ativo e constante em nosso cotidiano e nele desempenha um papel central como estrutura de valores que constroem identidades, regulam relações sociais, definem mapas culturais. O consumo demanda, insistentemente, a elaboração de um pensamento capaz de desvendar seus significados culturais. As decisões de consumo se tornam fonte vital da cultura do momento. Nessa perspectiva, os bens são, portanto, a parte visível da cultura e são investidos de valores socialmente utilizados para expressar categorias e princípios, cultivar ideias, fixar e sustentar estilos de vida, enfrentar mudanças ou criar permanências (DOUGLAS, 2006, p. 114).

Na moda, as mudanças e as diferenças se formam e se desestruturam com uma frequência muito maior do que nos séculos anteriores, dadas pelo processo de globalização e por suas redes comunicacionais.

Na atualidade, além da distinção social ainda presente, temos também a

particularização do *estilo de vida*, a qual enriquece as criações de moda e seus mercados (AVELAR, 2011, p.36). O conceito de estilo de vida é um dos importantes elementos que marcaram a moda no processo de globalização.

A globalização do mundo pode ser vista como um processo histórico-social de vastas proporções, abalando mais ou menos drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades (IANNI, 1998, p.33).

3 | O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E A MODA NOS ANOS 90

O processo de globalização, marcado pelos anos 90, influenciou diretamente a indústria da moda, não só no que diz respeito às questões econômicas, mas também no âmbito cultural.

Isso porque a moda na indústria é voltada para o consumo, estabelecendo, assim, um processo sociocultural (de gosto, de gênero, de classe, de modos, de escolha, de materiais, entre outras). São diversas possibilidades de apropriação dos objetos e uma vasta gama de opções oferecidas pelo mercado de forma cada vez mais pluralizada e complexa. Partindo dessa premissa, cabe pensar se, a partir dos anos 90, a moda foi democratizada ou apenas houve uma nova imposição de consumo.

Para Lipovetsky, a democratização da moda está ligada ao fato de que não apenas a classe alta pode se valer das novidades, mas as outras classes também. Estas têm acesso aos produtos de moda, graças ao acesso a uma ampla variedade de materiais e maquinários, bem como aos meios de comunicação maciçamente difundidos. Isso pode ser visto como uma democratização, mas também como uma nova imposição de dinâmica de consumo. Assim, a moda vem assumindo um papel importante em muitas economias. A moda é uma atividade que se fundamenta em “duas cabeças” – econômica e estética, onde a lógica do lucro favorece a criação das novidades (LIPOVETSKY, 2007, p. 100).

A globalização propiciou um fluxo de trocas entre as diversas culturas e localidades, envolvendo pessoas e mercadorias. Especialmente devido aos meios de comunicação digitais, passamos a viver práticas e estilos de vida compartilhados mundialmente, que nos distanciam do domínio cultural do Estado-nação e favorecem uma hibridação entre diferentes culturas. Nesse sentido, vemos o surgimento de uma cultura homogênea, uma internacionalização de símbolos dada pelo consumo.

A cultura mundial é criada através de um aumento cada vez mais intenso de entrelaçamento de culturas locais diversificadas, resultando em culturas híbridas de escala mundial, intensificada pelos centros urbanos e através das vias digitais. Todas elas estão se tornando subculturas entrelaçadas dentro de um conjunto mais amplo (HANNERZ, 1999, p. 251).

Para Castells (1999, p. 173), no processo de globalização a cultura é caracterizada pelo seu surgimento em diversos contextos culturais e nacionais, o que “não impede a existência de uma matriz comum nas formas de organização dos processos produtivos, de consumo e de distribuição”. Deve se caracterizar também por sua capacidade de articulação entre diversos setores, tais como o social e o cultural, expandindo o uso de bens patrimoniais e a criatividade (CANCLINI, 2003, p. 308).

A globalização deve ser entendida como um processo econômico e cultural e não um estabelecimento de um sistema, mesmo que todos possam compartilhar das mesmas experiências (homogeneização), há a sobreposição de culturas que pode se dar de formas variadas e muito específicas (heterogeneização). Isso passa a ser possível em função dos desenvolvimentos tecnológicos na área de comunicação. Assim, podemos dizer que, por um lado, temos a predominância de uma cultura que se estende por todo o globo, pois “culturas heterogêneas tornam-se incorporadas e integradas a uma cultura dominante que acaba por cobrir o mundo inteiro. Coisas que eram mantidas separadas são, agora, colocadas em contato e justaposição”. O que acontece é uma conscientização das diversidades: “um campo no qual se exerçam as diferenças”. O processo de globalização coloca as diversas culturas numa “vitrine mundial, na qual os exemplos exóticos distantes sejam trazidos diretamente para o lar” (FEATHERSTONE, 1997, p. 30-31).

A questão das culturas heterogêneas é relevante para o processo de globalização. Como já exposto anteriormente, a moda se revela na diferenciação e incorpora através das diferenças um referencial simbólico. Muitas dessas diferenças são incorporadas pela organização sistemática dos espaços sociais em que os produtos difundidos devem ser consumidos. “Essa ordem estrutura a vida dos consumidores e prescreve comportamentos e modos de percepção adequados a cada situação” (CANCLINI, 2003, p. 301).

A roupa traz uma cultura global, rapidamente reconhecida por grande parte dos consumidores. Essa internacionalização é viabilizada pelos meios digitais, mas, ao mesmo tempo, muitos desses produtos se valem de particularidades das culturas nas quais atuarão. Assim, a heterogeneização caracteriza-se não só pelos segmentos presentes lado a lado em uma mesma coleção – básico, clássico, esportivo, entre outros -, como também pelo grande número de criadores espalhados por vários países. Surge, portanto, num mesmo evento, uma quantidade de estilos nunca vista.

Todos esses fatores atribuídos à globalização reforçam os fortes impactos que a moda - entendida como cultura - sofreu a partir dos anos 90.

Com a globalização, a moda se apropria de um novo conceito, chamado estilo de vida, ou popularmente chamado de *life style*. O uso desse conceito fundamenta-se nas preferências ético-morais, nos comportamentos (Villaça, 2002, p. 94). O estilo de vida é determinado simplesmente pelos gostos de um indivíduo em todas as suas práticas. Essa percepção facilita a compreensão das práticas dos diversos grupos

sociais, determina suas propensões e o torna apto à apropriação (AVELAR, 2011, p.89-91).

Esse conceito se utiliza do que a moda proporciona de “novo” e “diferente” e implica numa nova dinâmica de consumo. O que a moda revela como “diferente” favorece a formação de uma identidade em diversos grupos sociais. Sendo a identidade fundamental ao indivíduo, passamos a viver uma intensa busca de significados durante a nossa formação, seja ela individual ou coletiva, com base na pluralidade de elementos culturais que estão à nossa disposição. Esses grupos são formados com a mesma agilidade com que se separam.

Ao formar identidades e determinar estilos de vida, a sociedade de consumo se vê repleta de significados. Trata-se de um abarrotamento de imagens de vida que nos são oferecidas pelo consumo. A indústria da moda participa desse contexto trazendo não só a roupa, mas também o universo gestual e discursivo (VILLAÇA, 2002, p.97).

Nessa perspectiva, quando uma roupa é comprada, não se trata de um simples ato de compra, mas a busca de uma significação constante, uma vez que o significado de uma peça comprada anteriormente já se perdeu. E a procura por uma significação individual acaba por se transformar numa “individualização coletiva”, principalmente quando tratamos da indústria de massa.

Aglobalização trouxe para a moda a capacidade de antecipar essa individualização coletiva, graças ao excesso e rapidez de informação e renovação, bem como a sua capacidade de detectar grupos. Pesquisas especializadas indicam novos estilos de vida a todo momento. A grande rapidez de informações, sobretudo com o auxílio da internet, leva as tendências de moda a se difundirem instantaneamente e também a se diversificarem. Para tanto, surgem profissionais que não existiam anos atrás, como os pesquisadores de comportamento, de tendência, que se espalham pelo mundo, coletando imagens das ruas, do cotidiano. Tratam-se de escritórios de estilistas ou marcas e captam mínimos detalhes diferenciadores. Suas informações são enviadas instantaneamente, tanto para estudo como para veiculação em sites cuja assinatura chega a custar mais de 11 mil dólares ao ano ou até mesmo sites livres. As tecnologias digitais cumprem o papel de gerar dados em alta velocidade para que esse processo seja rápido e contínuo.

O jornalismo de moda também passa por grandes transformações. Antes fotografava-se a roupa, funcionando a modelo como um mero cabide, resumindo-se o texto à indicação das tendências, cores e formas. A partir do processo de globalização, a moda passou a ser associada diretamente ao estilo de vida, pois passou-se a evidenciar a harmonia entre roupa, acessórios, penteados, postura corporal e “maneiras de ser” da modelo (DURAND, 1988, p. 126).

Dessa forma, a indústria da moda se apropria do comportamento de cada estilo de vida, para então captar e difundir as tendências de moda em novos produtos. Esses “estilos de vida” são fundamentais como estratégias de consumo de cada

marca, pois cada vez mais transmitem a ideia de individualização. Para Featherstone (1997, p.38), as estratégias de consumo reveladas pelo meio de ações de marketing, através das propagandas, buscam dar novo significado ao produto através das cadeias associativas de significado, a fim de garantir suas vendas.

A moda atual se caracteriza, portanto, pela incessante busca de novas referências culturais, filtradas por criadores, com o objetivo de transmitir constantemente o “novo”. Paradoxalmente, a moda é difusão e novidade. Produtos com significados trabalhados tanto pela indústria como pelo marketing encontram formas de adaptar as tendências a um alcance global.

Os produtos de moda passaram a se difundir de forma imediata. Consumidores de todo o mundo têm acesso aos produtos, ou seja, o uso das peças se homogeneiza. É importante ressaltar que toda a cadeia têxtil, constituída por criação, industrialização de peças, estratégias de marketing e distribuição foi desterritorializada. E as principais marcas passaram a ser controladas progressivamente por grandes grupos econômicos. A organização da moda passa a operar em todo o mundo, valendo-se das hibridações culturais.

O processo de globalização contribuiu expressivamente para a velocidade na difusão da moda e, conseqüentemente, também na produção de tendências. Com este cenário, a indústria têxtil, nos anos 1990, foi marcada por uma nova e importante estratégia empresarial, que promoveu uma ruptura na cadeia produtiva, denominada *fast fashion*.

[...] com a globalização das grandes marcas, aglutinadas em torno dos conglomerados de luxo e ainda das cadeias da chamada *fast fashion*, a moda passa a fazer parte do cotidiano de muito mais pessoas que anteriormente. As grandes cidades do mundo hoje oferecem igualmente Chanel e Louis Vuitton, Zara e C&A, de modo que esses nomes passam a fazer parte da rotina de pessoas que vivem em um espaço internacional-popular povoado por símbolos mundializados (MICHETTI, 2015, p. 46-47).

4 | FAST-FASHION: MODA DEMOCRATIZADA OU INDIVIDUALIZAÇÃO COLETIVA?

A partir de 1990, observaram-se novas e profundas transformações na economia e na política mundial que influenciaram diretamente a indústria têxtil. Foi o período de maior liberalização comercial, com queda das barreiras tarifárias, e com uma série de mudanças levadas a cabo por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e, principalmente, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que, além de contar com a inserção de mais países no comércio internacional, como a China, passaram a defender acordos bilaterais e posturas comerciais mais liberais a partir do momento em que os países desenvolvidos estavam com a estrutura do setor têxtil mais consolidada.

Além dos impactos causados pela internacionalização da economia, os anos 1990 são marcados por um conceito exclusivo da indústria têxtil, o qual promoveu uma reorganização da cadeia produtiva: o *fast-fashion*. Esta estratégia empresarial é responsável por executar a troca de mercadoria em exposição nas lojas em prazos muito curtos, visando afetar o comportamento do consumidor. Para isso, é necessário um planejamento acelerado na criação de novos produtos, bem como uma cadeia de produção e uma logística de distribuição que sejam capazes de atender as mudanças cada vez mais velozes da moda. Esse sistema se inicia no varejo de moda, porém a indústria tem o papel principal no seu resultado, desde a criação até a entrega final do produto nas lojas.

Para Erner (2005, p.145-147), o *fast-fashion* é o chamado circuito curto, ou *quick response system*, que nasce no Sentier, um bairro de Paris com pequenos comerciantes do setor têxtil, os quais começam sua produção tardiamente, após a confirmação de algumas tendências, para evitar quaisquer erros na coleção e consequente perda nas vendas. O sistema *fast-fashion* é a resposta da indústria a tal aceleração da moda. Trabalha com quantidade planejada e limitada de produtos, visando não só a redução de perdas em vendas, mas também estimular o consumo com que diversificação em que o produto é levado ao varejo. O *fast-fashion* estabeleceu a diferença no fato de que o ciclo criação/produção/consumo não é atravessado duas vezes ao ano, mas continuamente, com fluxos que chegam a ser quinzenais.

Esse sistema é responsável pela aceleração e aumento da demanda na criação de novos produtos na indústria. O consumo é a engrenagem do *fast-fashion* e, para despertar o desejo de compra do consumidor, os produtos disponíveis nos pontos de varejo são renovados constantemente. Para tanto, é necessário um planejamento acelerado na criação de novos produtos que permita a fluência e a continuidade desse sistema. As tendências de moda e a forma como elas são transmitidas e comunicadas ao consumidor são o fio condutor desse sistema.

Grandes varejistas internacionais, entre eles a Zara, se destacaram por serem precursores do *fast-fashion*. Em 1995, a Zara tinha por volta de 500 pontos de venda e mais de três quartos localizados na Espanha, ou seja, era praticamente nacional. Já em 2008, já eram quase 3700 lojas, das quais 60% localizavam-se no exterior (CIETTA, 2010, p.30).

Certamente, no *fast-fashion*, a rapidez tem grande importância, é uma alavanca competitiva, mas não é o elemento principal. Cada vez mais, de fato, o seu valor se constrói mixando elementos da cadeia da produção imaterial (criatividade, distribuição, comunicação, marketing) com aqueles da produção industrial. Empresas que adotaram esse sistema começaram a investir em criatividade, desenvolvendo coleções próprias, explorando o conceito de estilos de vida coerentes com sua marca. A sua pesquisa criativa se tornou diferente da dos grandes estilistas e *designers*, e não utilizam os instrumentos tradicionais de desfile. Suas fontes de inspiração

são frequentemente relacionadas a fenômenos de mídia, e a sua criatividade é orientada para o seu mercado-alvo, produtos pensados para um público específico (a determinado estilo de vida). A política comercial das empresas é fortemente orientada a um segmento específico de consumidores. As escolhas dos tamanhos, do estilo e do canal de distribuição são feitas de maneira muito consciente, visando principalmente minimizar custos e riscos.

Produzir rapidamente não é sinônimo de produzir mal: é possível aliar a qualidade produtiva e a criação e oferecer produtos de primeiro preço ao segmento mais alto das marcas industriais. Todavia, se faz necessária uma gestão do sistema criativo, bem como uma gestão da cadeia produtiva. São empresas que incluíram a natureza simbólica do produto como objeto de negócio.

As novas dinâmicas de consumo, pautadas pela busca de uma significação individual, reconfiguram a indústria da moda a partir do sistema *fast-fashion* e permitem que moda, cultura e consumo sejam entrelaçados, formando um mercado de bens simbólicos.

5 | GLOBALIZAÇÃO E A INDÚSTRIA DA MODA NO BRASIL

No Brasil, nos mesmos moldes dos padrões internacionais, varejistas como C&A Modas, Riachuelo, Pernambucanas e Hering adotaram o sistema *fast-fashion* e cada empresa é responsável em média pelo lançamento de 20 a 30 mil modelos por ano num prazo que da produção industrial à logística, para cada novo modelo, conta –se até 14 dias (ROCHA, 2014).

A partir dos anos 90, a moda brasileira passou a ser prestigiada no mercado internacional. Academias de moda começaram a formar profissionais para atender uma crescente demanda de mercado. Estilistas e modelos brasileiras começaram a ser reconhecidos mundialmente. A imprensa deu espaço para a moda. Editoras começaram a investir em produção literária de moda. Surgiram grandes desfiles como *Phytoervas Fashion*, *Morumbi Fashion Brasil*, que posteriormente, já no ano de 2001, recebeu novo formato sob o nome de *São Paulo Fashion Week* (BRAGA, 2004, p.105-106).

Apesar da larga trajetória dos debates a respeito da abertura econômica ocorrida nos anos 90, a análise pormenorizada da indústria da moda nesse contexto é um tema pouco frequente e sistematizado, embora possamos testemunhar recorrentemente afirmações de que a área têxtil vem sofrendo um processo de desarticulação após a entrada da China na OMC (Organização Mundial do Comércio). Para a ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, “a abertura da economia brasileira na década de 1990 e o acirramento da competição mundial, com a consolidação de diversos produtores de baixo custo – basicamente asiáticos (...), promoveram radical transformação no setor” mas os investimentos deram-se apenas nos segmentos menos ameaçados pelas importações (CNI/ABIT, 2000, p. 7-10).

Por um lado, o caráter impreciso e pouco estruturado dessas afirmações taxativas não inibe narrativas que sustentam que a abertura econômica brasileira exerceu forte impacto no aumento das importações de produtos têxteis. Se verificarmos os dados isoladamente, podemos observar que, a partir de 1990, o quadro de mão de obra diminuiu cerca de 15% em confecções, e cerca de 70% em tecelagens. De fato, deu-se a extinção de inúmeras empresas têxteis, eliminando aquelas indústrias com tecnologia obsoletas (MASSUDA, 2002, p. 243-251). Mas, por outro lado, a produção de peças e de tecidos dobrou o seu volume, e, na última década, o consumo por habitante aumentou em 50%. Desse modo, constatamos um ciclo de renovação de equipamentos resultante da contribuição do mesmo processo. O Brasil é considerado o quarto maior produtor de vestuário do mundo, embora muito inferior a China, não podemos negar que esses dados são muito expressivos e que o segmento do vestuário ainda é um dos mais importantes da economia nacional.

A indústria da moda no Brasil foi diretamente influenciada pelos fatores culturais e econômicos do processo de globalização.

Foi a moda que se profissionalizou e se instituiu. Foi o reconhecimento de muito trabalho e criatividade. Criadores brasileiros conseguiram de fato projeção internacional e, o que é mais meritório, mantendo seus pés fixados em *Terras Brasilis*. É isso. Moda é expressão de um povo e de sua cultura. É como a sua própria história, ou seja, um rio que flui e banha as margens por onde passa, trazendo e levando o húmus da criação estilística para fertilizar o solo e fazer com o que a semente possa geminar (BRAGA, 2004, p.106).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a narrativa deste artigo foi erigida a partir da premissa de que a moda é um fenômeno econômico-cultural. Baseamos essa fundamentação em reflexões de grandes pensadores da moda, que buscaram retratar a moda como uma manifestação cultural, capaz de influenciar o comportamento das pessoas em seu cotidiano. E ainda, como a moda estabelece um eixo entre cultura, consumo e economia.

Vimos que a moda se tornou um aparato extremamente relevante para a formação de identidade na sociedade atual, em que a complexidade cultural se intensifica cada vez mais.

Ao longo do trabalho mostramos que o valor econômico-simbólico transmitido pela moda se torna um importante instrumento para compreender as novas dinâmicas de consumo que se estabelecem a partir dos anos 90. Com o processo de globalização, o mercado começou a se diversificar com maior intensidade, devido a uma maior difusão da informação e percepção de moda, sobretudo com o auxílio da internet. Além do desenvolvimento tecnológico e logístico, houve um processo de identidade globalizada e um aumento de nichos de mercado e, conseqüentemente, uma mudança na modalidade de consumo.

Por fim, apresentamos o sistema *fast-fashion*, que causou uma ruptura na

cadeia produtiva da indústria da moda. Observou-se que essa estratégia empresarial atingiu uma esfera global, devido à velocidade com que as tendências de moda são transmitidas, despertando o desejo pelo consumo e atendendo a busca por uma significação individual determinada pelo conceito de estilo de vida. No Brasil, do mesmo modo, a indústria da moda foi diretamente influenciada pelos fatores econômicos externos bem como pelo entrelaçamento de culturas, propiciados pelo processo de globalização.

REFERÊNCIAS

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil. **Panorama do setor têxtil e de confecções**. Brasília, nov. 2014

ALMEIDA, Adilson José & WAJNMAN, Solange. **Moda, comunicação e cultura: um olhar acadêmico**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

AVELAR, Suzana. **Moda: globalização e novas tecnologias**. São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2011.

BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

_____. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, João. **História da moda**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

CALDAS, Dario. **Observatório de sinais: teoria e prática da pesquisa de tendências**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIETTA, Enrico. **A revolução do fast fashion: estratégias e modelos organizativos para competir nas indústrias híbridas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

CNI/ABIT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTEL E CONFECÇÃO. **Estudos setoriais para subsidiar as negociações de acesso a mercados: a cadeia têxtil, relatório final**. Brasília, DF: CNI, Rio de Janeiro: Funcex, out. 2000

DOUGLAS, Mary. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DURAND, José Carlos. **Moda, luxo e economia**. São Paulo: Editora Babel Cultural, 1988.

ERNER, Guillaume. **Vítimas da moda? Como a criamos, por que a seguimos**. Tradução de Eric Roland René Heneault. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**.

Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O desmanche da cultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

ROCHA, Flavio. **Flavio Rocha, o homem que criou o fast fashion 100% nacional**. Entrevista, ago. 2014. Entrevistador Vitor Hugo Brandalise. Disponível em: <http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/08/flavio-rocha-o-homem-que-criou-o-fast-fashion-100-nacional.html>. Acesso em: 21/01/2016.

GORINI, A. P. F. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

HANNERZ, Ulf. **Cosmopolitas e locais na cultura global**. In: FEATHERSTONE, M. (org.). *Cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 251-266.

IANNI, Octavio. **As ciências sociais na época da globalização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, p. 33-41, v. 13, n. 37, 1998.

IEMI – INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. **Estudo do mercado de fios têxteis no Brasil**, dez. 2014(a).

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. 10ª reimpressão. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MASSUDA, Ely Mitie. **Transformações recentes na indústria têxtil brasileira: 1992-1999**. Acta Sci. Maringá, v. 24, n. 1, p. 243-251, 2002.

MCCRACKEN, Grant. **Culture and consumption: a theoretical account of the structure and movement of the cultural meanings of consumer goods**. *Journal of Consumer Research*, v. 13, June 1986.

MCLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2005.

MICHETTI, Miqueli. **Moda brasileira e mundialização**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2015.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2003.

SIMMEL, Georg. **Fashion**. In: LEVINE, D.N. (org.). *Georg Simmel: on individuality and social forms*. Chicago/ London: University of Chicago Press, 1971.

_____. **Filosofia da moda e outros escritos**. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

VILLAÇA, Nizia. **Alta, média e baixa costura: moda e semiologia cultural**. In: CASTILHO; GALVÃO (org.). *A moda do corpo o corpo da moda*. São Paulo: Esfera, 2002, p. 91-103.

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL

Lélis Maia de Brito

Universidade Federal de Ouro Preto,
Departamento de Gestão Pública.
Ouro Preto – MG.

Lidiane Nunes da Silveira

Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto.
Ouro Preto – MG.

RESUMO: As tendências de consumo emergem uma nova dinâmica em relação às definições de qualidade dos alimentos quanto as relações entre produtor e consumidor e entre o contexto rural e o urbano. Isso se dá pelo fato de que o consumo não pode ser compreendido somente pela lógica econômica, mas pelos sentidos e significados sociais e políticos compartilhados através dos bens de consumo. É com esse sentido cultural, tradicional e repleto de significados que o queijo minas artesanal é apresentado neste trabalho como uma exemplificação das “novas procuras” dos consumidores. A valorização do queijo minas artesanal envolve, de um lado, o fortalecimento da legislação que visa preservar os atributos imateriais da produção e, de outro lado, o comportamento do consumidor, o qual, cada vez mais, tem procurado por novos valores sobre esse tipo de produto no mercado. O objetivo deste trabalho é discutir sobre as “novas procuras” do consumidor e relacioná-las com o

contexto cultural da produção e comercialização do queijo minas artesanal. Este trabalho propõe explicar que há um relacionamento entre o consumo de queijo minas artesanal e os valores culturais envolvidos no comportamento do consumidor. Isso permite inserir na discussão que o simbolismo e a cultura do queijo artesanal mineiro possuem afinidades com os valores cultuados por segmentos de consumidores no âmbito da cultura de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: produto artesanal, queijo minas artesanal e comportamento do consumidor.

CONSUMER BEHAVIOR AND NEW DEMANDS: THE CULTURAL VALUES OF HOMEMADE MINAS CHEESE

ABSTRACT: Consumer trends emerge a new dynamic in relation to the definitions of food quality and the relationship between producer and consumer and between the rural and urban contexts. This is due to the fact that consumption cannot be understood only by economic logic, but by the meanings and social and political meanings shared through consumer goods. It is with this cultural, traditional meaning and full of meanings that the homemade cheese is presented in this work as an exemplification of the “new demands” of consumers. The appreciation of the homemade Minas Cheese

involves, on the one hand, the strengthening of the legislation that seeks to preserve the intangible attributes of production on the other hand, consumer behavior, which increasingly has been looking for new values on this type of product in the market. The objective of this work is to discuss the “new demands” of the consumer and relate them to the cultural context of the production and commercialization of the homemade Minas cheese. This paper proposes to explain that there is a relationship between the consumption of artisan cheese and the cultural values involved in consumer behavior. This allows to insert in the discussion that the symbolism and culture of homemade Minas cheese have affinities with the values cultured by consumer segments in the context of consumer culture.

KEYWORDS: artisanal product, homemade cheese and consumer behavior.

1 | INTRODUÇÃO

A valorização do queijo minas artesanal envolve, de um lado, o fortalecimento da legislação que visa preservar os atributos imateriais da produção e, de outro lado, o comportamento do consumidor, o qual, cada vez mais, tem procurado por novos valores sobre esse tipo de produto no mercado. Os consumidores buscam nesses produtos “lembranças afetivas, pois, também, por meio dos alimentos as pessoas lembram situações, pessoas e eventos, buscando, às vezes, uma identidade perdida” (ZUIN e ZUIN, 2008, p. 114).

Os significados culturais da produção de queijo minas artesanal dão sentido a todo o processo de obtenção da matéria-prima, fabricação e consumo do produto (ALMEIDA, PAIVA e GUERRA, 2013). Para os consumidores, esse significado cultural, essa tradição, o valor histórico, os símbolos e a relação entre os atores sociais, os quais são os detentores do saber da produção do queijo, é que influenciam na valorização e no consumo do produto. Isso, segundo esses autores, permite compreender os significados culturais do consumo desses produtos, pois vão além do conhecimento sobre os processos de produção e comercialização do produto, uma vez que este tipo de produção e produto envolvem uma diversidade de valores, símbolos, tradições e relações sociais.

Ademanda por esses produtos ou por esses valores culturais vem acompanhando ou até mesmo originando uma série de ações públicas ou privadas que visam fortalecer tais produtos e produtores, como os selos de identificação geográfica e o reconhecimento como patrimônio imaterial. Essas ações de patrimonialização conferem ao queijo artesanal mineiro a sua importância e representatividade como símbolo e herança cultural de Minas Gerais, além de proporcionar ao produto diferenciação no mercado. Mesmo diante das exigências mercadológicas e legais, se mantém viva no sentido de, ainda, preservar a tradição, o modo de fazer queijo e, até mesmo, o modo de ser do mineiro. Além disso, a valorização dessa cultura tradicional tem sido fundamental para a agregação de valor ao produto e, principalmente, para

o desenvolvimento econômico e social das regiões produtoras.

Nesse contexto de valorização do histórico, dos hábitos, da identidade local e da cultura que permeia a produção de queijo minas artesanal é que se apresenta a discussão entre esse bem imaterial e os valores que envolvem o comportamento do consumidor e suas “novas procuras”. Considerando esse exemplo, tem-se observado que os consumidores têm demandado no mercado produtos tradicionais ou artesanais, os quais possuem um conjunto de valores e símbolos que remetem à ideia de qualidade. Isso significa dizer que “a busca por essa qualidade é tanto por uma questão de saúde, como também, pela qualidade simbólica presente nesses alimentos, como tradição, origens e raízes, pois esses alimentos trazem arraigados na sua constituição a história particular de uma comunidade, de um território, de um grupo ou de uma região que o fizeram como únicos” (ZUIN e ZUIN, 2008, p. 111). O objetivo deste trabalho, portanto, é discutir sobre as “novas procuras” e relacioná-las com o contexto cultural da produção e comercialização do queijo minas artesanal. Para tanto, neste trabalho, utiliza-se alguns autores para auxiliar na discussão sobre o relacionamento entre o queijo minas artesanal e os valores envolvidos no comportamento de segmento de consumidores.

2 | QUEIJO MINAS ARTESANAL

A produção de queijo artesanal em Minas Gerais foi trazida pelos portugueses no período colonial brasileiro. As técnicas utilizadas em Minas são muito semelhantes às utilizadas, tradicionalmente, em Portugal, mais especificamente na região da Serra da Estrela. Os modos de fazer portugueses foram adaptados aos moldes locais na América portuguesa (Brasil). Dada a dificuldade em transportar o queijo, ele era armazenado nas fazendas (locais de produção) por um determinado período para que pudesse atingir um estágio de maturação (“cura”) para então ser transportado. O queijo “curado”, que atingiu o estágio ideal de maturação, conforme a tradição, possui aspecto amarelado e consistência mais sólida, além de apresentar melhor qualidade (SEVERINO, 2011).

Em Minas Gerais, as principais regiões que ainda preservam a tradição e os modos de fazer queijo artesanal mineiro são as regiões da Serra do Salitre, Serra da Canastra, Araxá e Serro. É importante lembrar que, apesar da tradição do modo de fazer o queijo artesanal, cada uma dessas regiões possui especificidades, como as pastagens naturais e as bactérias oriundas dos climas locais. “A esses fatores somam-se vários aspectos socioculturais que forjaram um modo de fazer próprio na manipulação do leite, dos coalhos, dos pingos, das massas, das formas de prensagem, da cura e da tradição comercial. A esse modo de fazer acrescentam-se formas de viver, significados atribuídos, sentidos e simbologias aderidas” (MENESES, 2007, p. 24).

A produção artesanal de queijo em Minas envolve a tradição familiar, o

desenvolvimento de uma economia local e os valores culturais das atividades de uma fazenda típica mineira. Todo o modo de fazer do queijo artesanal está associado a valores culturais que foram passados de geração para geração (MENESES, 2007). A cultura e o comportamento do consumidor estão ligados à diversidade de valores, hábitos, significados e relações que fazem das fazendas típicas mineiras, produtoras de queijo, modelos de organizações que têm como produto principal a cultura. Toda essa riqueza, cultura, valores, reconhecimento e legitimação sobre a produção de queijo artesanal mineiro o fizeram ser considerado um patrimônio da cultura imaterial brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), reconhecendo como prática tradicional e identitária o artesanato do queijo mineiro nas regiões do Serro, Serra da Canastra e Serra do Salitre. Ações do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais (IEPHA-MG) e do IPHAN, no que se referem ao tombamento como patrimônio imaterial, têm por objetivo resgatar a importância do queijo artesanal mineiro ao ressaltar sua importância cultural, social e econômica para algumas regiões do estado. O queijo exerce uma função maior do que a simples comercialização. Este produto é rico em cultura, tradição, valores e símbolos que enaltecem o saber fazer e a história de uma comunidade (NETTO, 2012).

Além da determinação como patrimônio imaterial, uma das maneiras de preservar e fortalecer a produção de produtos tradicionais em determinadas regiões, mantendo todo o contexto ambiental, social e técnico da produção, é por meio da utilização de leis e acordos que regem a indicação geográfica dos produtos. Dentre essas leis destacam-se a resolução nº. 75 do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a lei nº. 9.279 de 14 de maio de 1996, em especial, os artigos 176 a 183 que regem a identificação de procedência (que possibilita a utilização do nome de uma região geográfica, reconhecida pela excelência em determinada produção, como local de produção de um produto) e a denominação de origem protegida (que envolve a definição geográfica da produção, de fatores naturais como solo e clima, de fatores humanos como o conhecimento sobre o saber-fazer local, a tradição e a cultura local) (KRONE e MENASCHE, 2010).

Apesar da importância histórica, cultural, social e econômica do queijo artesanal em Minas Gerais, somente a partir de 2000 que se iniciou o processo de valorização, fortalecimento e patrimonialização, por meio da lei estadual nº. 14.185 de 31 de janeiro de 2002 e do decreto estadual nº. 42.645 de 05 de junho de 2002. A partir dessas legislações foi definido, dentre outras questões, que o queijo, para ser considerado como minas artesanal, deve ser feito conforme os procedimentos tradicionais culturais da região de produção, utilizar leite cru integral, ser beneficiado, artesanalmente, na própria propriedade e ter consistência firme, cor e sabor específicos, sem a adição de corantes e/ou conservantes (OLIVEIRA, 2010). A região do Serro foi a primeira a solicitar a patrimonialização do modo de fazer artesanal do queijo, seguida, em 2003, pela Região do Alto Paranaíba ou Cerrado, Região de Araxá e a Região da

Canastra (LEMOS JÚNIOR e BORTOLOZZI, 2013).

Se, por um lado, a institucionalização do queijo minas artesanal como patrimônio imaterial proporcionou ganhos, em especial sobre a visibilidade e valorização da história, modo de fazer, tradição e símbolos, por outro, de acordo com a regulamentação estadual, datada de 1952, a comercialização deste tipo de queijo fora do estado de Minas Gerais possuía alguns impedimentos. Para a comercialização, fora de Minas, era preciso que o produto tivesse autorização do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esta situação de limitação da comercialização foi flexibilizada, legalmente, em 2013, quando regiões produtoras do queijo artesanal puderam comercializar o produto para outros estados, desde que atendessem uma série de exigências sanitárias (MELO e SILVA, 2014).

Um meio de fortalecer a discussão sobre a importância da produção de produtos que possuem valores culturais, como o caso do queijo minas artesanal, é estabelecer relação com a cultura do consumo. Haja vista que esse produto “abrange todo um conjunto de imagens, símbolos, valores e atitudes que se desenvolveram com a modernidade, que se tornaram positivamente associados ao consumo (real ou imaginário) de mercadorias e que passaram a orientar pensamentos, sentimentos e comportamentos de segmentos crescentes da população” (TASCHNER, 2000, p. 39). Isso significa que uma forma de divulgar e valorizar os valores tradicionais de bens culturais, como no caso do queijo artesanal, é através de ações estratégicas que aproximam a participação do consumidor.

3 | COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O progresso tecnológico vem proporcionando a produção e a disponibilização de uma variedade muito expressiva de produtos alimentícios. Associada a esse progresso e disponibilidade há também a preocupação quanto à padronização, qualidade e a comercialização de alimentos seguros. Isso significa dizer que a industrialização dos alimentos tem gerado desconfiças por parte do consumidor quanto à origem do produto (fonte de matéria-prima e produção). Logo, tem-se observado o crescimento da demanda por produtos cuja procedência e processo de produção são conhecidos pelos consumidores. Boa parte dessas produções possui um conjunto de valores históricos e culturais e de preservação ambiental, social e econômico (KRONE e MENASCHE, 2010).

A caracterização de um produto artesanal ou tradicional leva em consideração uma diversidade de elementos, tais como a origem geográfica; os valores históricos, de gerações; os costumes relacionados à produção e ao consumo; a matéria prima, dentre outros. Os produtos que possuem essa denotação, como por exemplo, país de origem, possuem mais significado simbólico e emocional aos consumidores. Além desses atributos, tais produtos envolvem os consumidores em outros aspectos, tais como o cognitivo (relacionado à qualidade), o afetivo (emocional e simbólico) e o

normativo (relacionado aos valores da sociedade, normas e conduta) (VERLEGH e STEENKAMP, 1999).

Considerando esse contexto, tem-se observado que os consumidores têm demandado no mercado produtos artesanais/tradicionais, os quais possuem um conjunto de valores e símbolos que remetem à ideia de qualidade. Os consumidores buscam nesses produtos “lembranças afetivas, pois, também, por meio dos alimentos as pessoas lembram situações, pessoas e eventos, buscando, às vezes, uma identidade perdida” (ZUIN e ZUIN, 2008, p. 114). Assim, entende-se que o consumo não está mais ligado às questões econômicas por si só, mas também às questões simbólicas e culturais.

Nesse sentido, “esse entendimento do consumo como simbólico e de impacto cultural abriu caminho para uma corrente de estudos interessada em pesquisar as relações entre o consumidor, a saber, o mercado e significados culturais” (SEGABINAZZI, 2015, p. 54). Dessa maneira, pode-se entender que a busca dos consumidores pelos produtos artesanais, exemplificados neste trabalho pelo queijo minas artesanal, vai ao encontro dos valores e significados que o produto representa.

Alguns dos principais teóricos da Antropologia do Consumo, como Baudrillard (1972), Douglas e Isherwood (2013) e Sahlins (2003), ressaltam como, na sociedade contemporânea, no consumo estão subjacentes as construções sociais de valor de dada sociedade. Nesse sentido, o mercado é um campo de ação cujos processos de produção, circulação e consumo produzem significados e informam sobre as relações sociais (BARBOSA e CAMPBELL, 2006), permitindo a compreensão de aspectos concernentes a dada sociedade, pois o significado dos bens excede o seu valor comercial, o seu caráter utilitário e a sua exibição de *status* (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2013). A circulação de bens na sociedade ocidental comunica as suas ideias e categorias culturais, bem como revela os usos, os significados e os valores que os sujeitos estabelecem com os objetos após a sua aquisição (SAHLINS, 2003). Portanto, é o valor social que estabelece o valor econômico:

Para os consumidores do queijo minas artesanal, o que influencia na valorização e, logo, no consumo desse produto, são os significados culturais, a tradição, o valor histórico, os símbolos e a relação entre os atores sociais, que possuem o *saber-fazer* do queijo. Compreender os significados culturais, permite ir além do conhecimento sobre os processos de produção e comercialização do produto, dada a diversidade de valores, símbolos, tradições e relações sociais que caracterizam esse tipo de produção e produto. (Almeida et al., 2013).

A emergência dessa valorização de produtos naturais e artesanais estaria ligada à multifuncionalidade do campo contemporâneo e ao desenvolvimento rural que deram lugar, na Europa, à produção estritamente agrícola (CRUZ e MENASCHE, 2011). Além disso, as crises relacionadas a episódios de contaminação de alimentos na indústria agroalimentar, entre os anos 1980 e 1990, teriam gerado desconfiança e prudência nos consumidores quanto aos produtos agroindustriais produzidos

em larga escala. Soma-se a isso, o conhecimento dos impactos ambientais e das mudanças das características organolépticas dos alimentos produzidos pela indústria alimentícia. (SANTOS, 2014).

A contrapartida de tal sentimento seria, portanto, a busca por alimentos considerados saudáveis, puros, naturais, artesanais e caseiros, associados às práticas tradicionais de produção e processamento que possuem forte vínculo com a história, a cultura e o território e, em muitos casos, com o rural. Assim, de acordo com Cristóvão (2002) as “novas procuras” estariam relacionadas a um sentimento de nostalgia que acomete as populações urbanas, direcionando-as em busca de modos de vida não urbanos, considerados de raiz, autênticos, originais. Como consequência dessas mudanças, destaca-se a oferta crescente de alimentos produzidos com base na agricultura orgânica, a valorização de produtos locais e as iniciativas de comércio justo, conforme constata-se na seguinte afirmação: Goodman (2003) “[...] considera que o atual momento histórico indica deslocamento da padronização e da lógica de produção de mercadorias em massa em direção à qualidade alicerçada em confiança, tradição, com base no local, em produtos ecológicos e novas formas de organização econômica”. (CRUZ e MENASCHE, 2011, p. 98).

A preocupação com a saúde, o bem-estar, a medicalização, a longevidade, a estética do corpo, assim como a fruição relacionada à possibilidade de consumir algo exclusivo e estilizado seriam motivações individuais para o consumo de produtos artesanais e naturais, conforme Barbosa, Pinto e Pacheco (2009). Haveria, por outro lado, uma politização do consumo, como por exemplo na rastreabilidade dos produtos, nas práticas de comércio justo e nos produtos éticos e ecológicos, com observância da origem e trajetória dos produtos na cadeia produtiva. (BARBOSA et al., 2009, citado por CRUZ e MENASCHE, 2011).

Nesse sentido, “essa busca pela origem motiva o estabelecimento de mecanismos para valorização e garantia de qualidade diferenciada para esses produtos, referenciando aspectos geográficos ou tradicionais, com o objetivo de diferenciar a produção local, agregando valor e posicionando-a em nichos específicos de mercado” (VALENTE, PEREZ, RAMOS e CHAVES, 2012, p. 551). Além disso, essa valorização “pode ser vista como uma alternativa de agregação de valor e diferenciação da cadeia produtiva, sendo uma estratégia competitiva baseada em identidades territoriais associadas a um determinado produto” (VALENTE et al., 2012, p. 551).

A esse exemplo, países europeus, os veem fortalecendo a produção artesanal, considerando-a como instrumento de valorização do ambiente macro e micro (ANJOS, CRIADO e CALDAS, 2013, p. 214). Para esses países, a “conservação do patrimônio cultural, dos métodos tradicionais e dos recursos naturais dos estados-membros representa um ‘signo de valor’ que visa satisfazer o gosto de consumidores interessados num produto distinto ao convencional, que é típico e de alta qualidade”. Em países como França, Itália, Portugal e Espanha, esse movimento é mais antigo,

em especial para produtos como vinhos, queijos, azeites e produtos cárneos (GLASS e CASTRO, 2008). No Brasil, ainda de forma incipiente, tais iniciativas vêm sendo expandidas para os mercados de produtos como a cachaça, o queijo, os cafés, os vinhos e outros.

Esses tipos de produtos se “apresentam como uma forma de diferenciação, uma vez que associam ao produto características de qualidade que se relacionam com a região da qual provêm. O contexto histórico-cultural, nesse sentido, se mostra uma fonte inspiradora para o marketing” (GLASS e CASTRO, 2008, p. 190). A valorização dos produtos artesanais e o fortalecimento de um território e de uma identidade sociocultural envolve a cultura, a sociedade local, os produtores e, principalmente, os consumidores.

Para exemplificar os valores destacados por um segmento de consumidores quanto ao consumo de queijo minas artesanal, utiliza-se o trabalho de Figueiredo (2013), realizado no Mercado Central de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O Mercado Central é um grande distribuidor do queijo mineiro artesanal, em 2009, Netto (2012) constatou a existência de cerca de 30 queijarias que vendiam, no varejo, aproximadamente 18 toneladas do queijo artesanal mineiro, por semana.

A pesquisa de Figueiredo (2013) consistiu em avaliar a qualidade do queijo minas artesanal percebida pelo consumidor. A autora partiu do pressuposto de que, por se tratar de um produto artesanal e local, o queijo minas artesanal possuiria um público consumidor específico que buscaria nele um diferencial em relação aos produtos padronizados (FIGUEIREDO, 2013, p. 11). Em síntese, para o consumidor pesquisado por esta autora, a confiança neste produto residia exatamente na sua produção artesanal, responsável, a princípio, por conferir características organolépticas especiais ao queijo, além de garantir seus aspectos históricos, tradicionais e culturais. (FIGUEIREDO, 2013, p. 42).

Apesar dos consumidores revelarem-se conscientes dos riscos associados à forma de produção do queijo artesanal, que utiliza leite cru, essa questão não era o suficiente para intimidar a sua preferência por este produto, pois a percepção de qualidade do sabor, aroma, textura e da cultura e tradição garantidos pelo processo artesanal de produção superavam a suspeita de possíveis riscos de contaminação, conforme destacou a autora. Nesse sentido, para Figueiredo (2013, p. 5), o Mercado Central funcionaria, para os consumidores, como um “selo de confiança na qualidade”, uma vez que a confiança no produto é conseguida a partir da relação estabelecida entre os atores envolvidos no mercado, o que dispensaria outras garantias formais de qualidade sobre esse produto para o consumidor (FIGUEIREDO, 2013, p. 12). Mas, a autora também ressalta que a maioria dos entrevistados admitiu que a existência de um selo de qualidade garantiria mais valor e segurança ao queijo minas artesanal. Na ausência de selos e certificações que possam assegurar as garantias de qualidade do produto o consumidor desenvolveria habilidades de avaliação, a partir de suas próprias expectativas e de percepções compartilhadas com os

comerciantes a respeito de seus critérios de predicados sobre o bem em questão (FIGUEIREDO, 2013). Além disso, os consumidores culturais elegem atributos como a tradição, o valor simbólico e a história na percepção de qualidade dos produtos e, para isso, utilizam informações a respeito da origem, procedência e saber fazer dos alimentos que superam os aspectos convencionais como preço, marketing e padrões de qualidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtos alimentares artesanais, a partir dos quais utilizou-se como referência aqui o queijo minas artesanal, possuem um conjunto de valores, símbolos e tradição que remetem à identidade regional, de origem da produção, tanto em matéria prima quanto em produção, e à cultura, do ponto de vista familiar, quanto dos produtores como organizações. Isso ressalta a importância da discussão sobre o queijo artesanal e o comportamento do consumidor, uma vez que se trata de uma atividade tradicional e repleta de valores e símbolos organizacionais e sociais (SANTOS, 2014).

As dificuldades de acesso e manutenção das pequenas produções familiares nos mercados agrícolas convencionais, as mudanças nos padrões de consumo alimentar e as críticas ao modelo de agricultura dominante e seus impactos ambientais propiciaram a inserção destas em novos mercados, após os anos 1990 (WILKINSON, 2008). Estes novos mercados são tanto aqueles de nicho, notadamente os de produção orgânica, quanto mercados solidários, artesanais e de produtos de qualidades especiais. A inserção dos produtores familiares nesses mercados tem sido possível, segundo os autores, devido à persistência dos mercados locais de proximidade e o reconhecimento da reputação de seus produtos nessas redes de proximidade. Associado a isso, pelos fatores apontados acima, os aspectos tradicionais da pequena produção têm se transformado em valores de mercado, conforme atestam alguns pesquisadores. É a partir dessa transformação de mercado que o contexto do comportamento do consumidor se insere. Isto é, associar os valores culturais da produção de queijo minas artesanal e as “novas procuras” do consumidor sobre esse mercado é uma forma explorar o processo de agregação de valor do produto artesanal e de compreender os fatores que envolvem o comportamento do consumidor sobre esse tipo de mercado.

Sobre essa discussão de valorização, Cruz e Menasche (2011, p. 107) apontam que “o consumo não pode ser compreendido somente pela lógica econômica, mas pelos significados sociais e políticos compartilhados através dos bens de consumo. Ao tomar o consumo como lugar de diferenciação e distinção entre as classes e grupos, sobressai-se aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade dos consumidores”. Isso quer dizer que “as recentes demandas dos consumidores emergem trazendo consigo novos elementos para pensar a qualidade dos alimentos. Nesse contexto, o

rural e o natural passam a ser valorizados e, em alguns casos, idealizados, agindo na reconfiguração da produção e das relações entre campo e cidade” (CRUZ e MENASCHE, 2011, p. 108).

Pode-se dizer que o fato do produto, no caso o queijo minas artesanal, apresentar essa especificidade – indicação geográfica e caracterização como produto artesanal e como patrimônio cultural imaterial – “tende a contribuir com a agregação de valor a esses tipos de produtos, o que pode gerar maior retorno financeiro aos atores envolvidos, com possíveis impactos no desenvolvimento territorial” (MAIORKI e DALLABRIDA, 2015, p. 41). Vale lembrar que “no processo de patrimonialização, o foco central não está no produto em si, mas no bem imaterial, ou seja, no saber fazer, constitutivo de um modo de vida, que deve ser valorizado e protegido, mas compreendendo-o dentro de uma dinâmica de continuidade histórica” (KRONE e MENASCHE, 2010, p. 10). Isso significa que esse processo de valorização do mercado artesanal influencia “não só os modos de produção, mas também exigem uma reorganização social para que esses produtos sejam disponibilizados no mercado com as características e os padrões que se estabelecem na modernidade”.

Portanto, este trabalho propôs explicar que há um relacionamento entre o consumo de queijo minas artesanal e os valores culturais envolvidos no comportamento do consumidor. Isso permite inferir que o simbolismo e a cultura do queijo artesanal mineiro possuem afinidades com os valores cultuados por segmentos de consumidores no âmbito da cultura de consumo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L., PAIVA JÚNIOR, F. G. e GUERRA, J. R. F. Representação da Produção e Consumo do Queijo Coalho Artesanal. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.2, n. 2, pp. 37-58, 2013.

ANJOS, F. S., CRIADO, E. A. e CALDAS, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 1, pp. 207-236, 2013.

BARBOSA, L. e CAMPBELL, C. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARBOSA, L., PINTO, M. L. e PACHECO, J. K. Tendências da alimentação contemporânea. **Juventude, Consumo e Educação**, 2, Porto Alegre : ESPM, 2009.

BAUDRILLARD, J. **Pour une critique de l'économie politique du signe**. Paris: Gallimard, 1972.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2002.

CRUZ, F. T. e MENASCHE, R. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. **Revista IDeAs**, v. 5, n. 1, pp. 91-114, 2011.

- DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina: em construção**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2008.
- DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2013.
- FIGUEIREDO, N. S. **Os produtos artesanais tradicionais vistos como atributo de qualidade e vetor de identidade regional: caso do queijo Minas artesanal**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2013.
- GLASS, F. R. e CASTRO, A. M. G. As indicações geográficas como estratégia mercadológica no mercado de vinhos do Distrito Federal. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 2, pp. 189-202, 2008.
- GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, pp. 1-7, 2003.
- KRONE, E. e MENASCHE, R. Políticas públicas para produtos com identidade cultural: uma reflexão a partir do caso do Queijo Artesanal Serrano do sul do Brasil. In: **VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, 2010.
- LEMOS JÚNIOR, C. B. e BORTOLOZZI, A. O patrimônio imaterial em Minas Gerais: estudo sobre o desenvolvimento do registro das práticas culturais imateriais nos municípios mineiros. In: **I Semana Acadêmica de Arqueologia**, 2013.
- MAIORKI, G. J. e DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial¹. **Revista Interações**, v. 16, n. 1, pp. 13-25, 2015.
- MELO, A. C. A. e SILVA, E. L. Queijo Minas Artesanal: patrimônio brasileiro proibido e oportunidade para o desenvolvimento do turismo rural em Serro-MG. In: **Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, 2014.
- MENESES, J. N. C. Modos de fazer e a materialidade da cultura “imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. **Revista Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, pp. 19-33, 2007.
- NETTO, M. M. O Mercado Central de Belo Horizonte: entre queijos e sabores. **Geograficidade**, v. 2, n. 1, pp. 53-67, 2012.
- OLIVEIRA, V. J. **Da qualidade e organização da produção ao reconhecimento de região produtora de queijo minas artesanal: análise da experiência dos produtores da região de São João Del Rei e seu entorno**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil, 2010.
- SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática: dois paradigmas da teoria antropológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- SANTOS, J. S. **Dilemas e desafios na valorização de produtos alimentares tradicionais no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014.
- SEGABINAZZI, R. C. Subculturas e cultura de consumo: diferenciações e uma agenda de pesquisa para o Brasil. **International Journal of Business Marketing**, v. 1, n. 1, pp. 53-60, 2015.
- SEVERINO, N. S. A memória de um paladar: queijo mineiro e sua patrimonialização. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural**, 2011.

TASCHNER, G. Lazer, Cultura e Consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, pp. 38-47, 2000.

VALENTE, M. E. R., Perez, R., Ramos, A. M. e Chaves, J. B. P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. **Ciência Rural**, v. 42, n. 3, pp. 551-558, 2012.

VERLEGH, P. W. e STEENKAMP, J. B. E. A review and meta-analysis of country-of-origin research. **Journal of Economic Psychology**, v. 20, n. 5, pp. 521-546, 1999.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS. 2008.

ZUIN, L. F. S. e ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais: Contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, pp. 109-127, 2008.

COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE

Juliana Abonizio

Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea.
Cuiabá – MT

Eveline Teixeira Baptistella

Universidade do Estado de Mato Grosso, Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e da Linguagem, Curso de Jornalismo.
Tangará da Serra – MT

RESUMO: Neste artigo, previamente apresentado no VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, propomos uma reflexão sobre as relações entre animais humanos e não-humanos a partir da articulação entre afeto e consumo, investigando como estes elementos contribuem para a delimitação da figura do animal como pessoa. Dentre os tipos de consumo que perpassam e constroem a relação entre tutor e pet, destacamos a comida como uma dimensão que, simultaneamente, aproxima e afasta as espécies. A fim de desvendar os sentidos do consumo da comida produzida e ofertada para animais de estimação que, cada vez mais, se parece com a humana, em termos nutricionais e em valores estéticos, analisamos dezenas de embalagens e publicidade de rações, petiscos, biscoitos e patês, além de observação em padarias especializadas em caninos e as

polêmicas nas redes sociais envolvendo a decisão de melhor alimentar o seu pet.

PALAVRAS-CHAVE: consumo; mercado pet; estudos animais; relações animais humanos e não humanos

PET'S FOOD: INTERESPECIE MESSMATE

ABSTRACT: In this article, previously presented at the VIII National Meeting of Consumer Studies, we think about the relationships between human and nonhuman animals based on the articulation between affection and consumption, investigating how these elements contribute to the construction of the figure of the animal as a person. Among the types of consumption that build the relationship between tutors and pet, we highlight food as a dimension that simultaneously brings together and withdraw species. In order to unveil the symbolic meaning of the consumption of food produced and offered for pets that increasingly resembles human, in nutritional terms and in aesthetic values, we analyze dozens of packages and advertising of rations, snacks, cookies and pâtés, besides observation in specialized bakeries in canines and the controversies in social networks involving the decision to better feed your pet.

KEYWORDS: consumption; pet market; animal studies; human and nonhuman animal relations

1 | INTRODUÇÃO

A convivência interespecífica é uma constante no planeta, no entanto, o modo como homens e animais tem convivido ao longo do tempo vem sofrendo inúmeras transformações, sejam motivadas por nossas descobertas científicas, por uma renovação das sensibilidades ou por redefinições do que se concebe como humanidade e animalidade.

Muitas das relações contemporâneas entre humanos e animais são mediadas por afeto, em especial ao que se refere a um animal designado não por suas características intrínsecas, mas pelo lugar que passa a ocupar no coração dos humanos com os quais convivem. Mais que um animal de companhia, o pet é alguém a quem se tem devoção e a ele se dispensam tempo e dinheiro. Assim, cria-se um mercado bastante específico, competidor e em franca expansão, destinado aos seus tutores. Neste trabalho, voltamos nossa atenção ao nicho do mercado voltado à alimentação dos pets.

Propomos uma reflexão sobre as relações entre animais e humanos a partir da articulação entre afeto e consumo, investigando como estes elementos contribuem para a delimitação da figura do animal como pessoa, muitas vezes considerada membro da família, que recebe um tratamento diferente daquele dispensado a outros animais. Dentre os tipos de consumo que perpassam e constroem a relação entre tutor e pet, destacamos a comida como uma dimensão que, simultaneamente, aproxima e afasta as espécies.

Enquanto estratégia de construção de dados empíricos, analisamos a publicidade de comidas para animais e casas do ramo; já do ponto de vista teórico-metodológico, construímos uma reflexão interdisciplinar embasada nos preceitos da sociologia da vida cotidiana, estudos do consumo, etologia cognitiva, estudos animais e antropologia.

Considerando a presença do animal de estimação nos lares humanos e o próprio sentimento que separa esses animais de outros animais -notadamente a estima de seus tutores para com eles -, começamos a nos questionar sobre o local ocupado pelos animais, supondo-o mutável, na vida cotidiana, que pode, simultaneamente, reproduzir determinadas estruturas sociais e colocar outras em xeque, uma vez que o cotidiano é território de monotonia e repetição e também sujeito às rupturas.

Recentemente, assistimos a transformação da atribuição de status aos animais baseada nas descobertas da etologia cognitiva e da neurociência e as mudanças na esfera do direito que redimensionam os animais, inserindo-os na esfera moral, normatizando os comportamentos dos humanos para com eles. Ferry (2009) aponta a mudança de rumo, avaliando uma onda de ressurgimento do sentimento de compaixão pelos seres naturais que estenderia a consideração e o direito ao bem-estar inclusive a elementos outrora vistos apenas como “recursos”, entre eles as plantas.

Tais alterações, sem dúvida, reverberam na vida de todo dia, que constitui o locus através do qual nos dedicamos a compreender a relação entre tutores e pets mediada pelo consumo alimentar. A sociologia da vida cotidiana traz elementos importantes para esta análise, uma vez que tem um caráter eminentemente qualitativo e utiliza a subjetividade como matéria prima para compreender como as pessoas agem e porque o fazem do modo que fazem, sabendo, contudo, que os comportamentos não podem ser separáveis dos contextos de interação em que são produzidos, o que torna necessário rever a noção de contexto e tentar conjugar as mútuas influências entre contextos vivenciais e contextos sociológicos a fim de entender o cotidiano como significante flutuante do real-social, ou, como diz Pais: “ver a sociedade a nível dos indivíduos e ver como a sociedade se traduz na vida deles”. (2003, p.18).

Segundo Pais (2003), a proposta de estranhar o que se tornou usual é um ponto de partida para a interrogação sociológica. Assim, indagamos: Quais sentimentos se camuflam no interior da compra de um petisco? Que tipo de relação familiar interespecies é estabelecida no momento em que se escolhe esta ou aquela dieta para o pet? Quais emoções presentes neste relacionamento são mediadas pelo consumo?

Os estudos de consumo têm demonstrado uma importância da ação de consumo na constituição de identidade, na construção de cidadania, na veiculação de opções éticas, no fortalecimento de laços por meio do pertencimento estético, na atribuição de sentido ao mundo e consideramos que, através da ótica do consumo, será possível desvendar a relação afetiva entre tutor e pet e a ressignificação dos estatutos de animalidade e humanidade,.

A ideia do animal de estimação como motor do consumo pode suscitar duas reflexões bastante distintas. Por um lado, ao se pensar que um bicho leva seu tutor a consumir, é possível verificar a agência do animal, que interfere na vida do humano com quem convive. Por outro viés, o fato de ser o dono que faz as escolhas de consumo do pet não reforçaria a posição subalterna do animal? Os referenciais dos estudos animais e da etologia cognitiva ajudam a compreender esse movimento de reexame das fronteiras entre espécies, uma vez que trabalham justamente com uma perspectiva que desloca o animal da periferia da pesquisa, passando de ferramentas para sujeitos da produção do conhecimento.

2 | DOMESTICAÇÃO DE CÃES E GATOS E O FENÔMENO PET

Se a tendência a colocar o bem-estar humano em primeiro lugar faz com que estejamos entrando na sexta extinção em massa (KOLBERT, 2015), existe um tipo de animal que parece viver um momento diametralmente oposto, ganhando uma proteção cada vez maior: ele não é definido por filo, classe ou ordem, sua conformação física não faz diferença, ele pode ter patas ou nadadeiras, pelos ou plumas, até mesmo escamas. O que garante a este bicho um lugar especial numa sociedade cada vez

mais hostil é o elo que foi capaz de estabelecer com um determinado humano. Ser amado por um humano é uma condição que esconde contradições, mas oferece um grau de conforto e segurança que poucas espécies desfrutam.

Para estes bichos, está se popularizando um termo especial: pet. “São animais criados para o convívio com os seres humanos por razões afetivas, gerando uma relação benéfica.” (BRASIL, 2012). Dentre estes espécimes, notadamente cães e gatos conseguiram um espaço maior no círculo familiar humano. Somente no Brasil, são 52 milhões de caninos e 22,1 milhões de felinos tutelados por humanos.

Para Pais (2006), seu grau de inserção social é tão grande que estão passando por um processo de antropomorfização e chegam até mesmo a colocar seus tutores em uma situação de subserviência.

Mais do que hóspedes, estes bichos ganharam o posto de filhos - pelo menos é assim que a maioria dos tutores referem-se a eles, chegando a casos em que afirmam que o amor ofertado pelos animais de estimação é de qualidade superior inclusive à daquele que recebem de humanos. (BAPTISTELLA, 2019).

Não por acaso, o Governo Federal criou uma câmara setorial voltada apenas para o mercado Pet, que congrega diversos tipos de fornecedores de insumos para animais de estimação. Um segmento que vai das necessárias vacinas a supérfluos como coleiras incrustadas. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, o segmento movimentou R\$ 20,3 bilhões apenas 2017. (ABINPET, 2018, p.1).

Como duas espécies tão diferentes do ser humano alcançaram um posto tão privilegiado na vida familiar contemporânea? Segundo Hobgood-Oster (2014), há evidências que remontam à convivência harmônica entre homens e proto-cachorros até a última Era do Gelo, que teve início há 26.500 anos. Apesar de lobos e humanos representarem ameaças uns aos outros, estes dois animais acabaram reunindo motivos para se unirem e ambos encontraram vantagens na vida em conjunto. Os lobos mais predispostos a socializar com outras espécies se beneficiariam do excedente alimentar dos agrupamentos humanos e, em troca, teriam oferecido apoio para localizar e acuar presas, bem como se tornaram um sistema de segurança rudimentar, ao sinalizarem a aproximação de estranhos por meio de latidos. (HARE, WOODS, 2012).

Para Hare e Woods (2012), os cães não foram domesticados pelos humanos. Pelo contrário, eles aprenderam a se comunicar com as pessoas e estabeleceram padrões de comportamento interessantes para ambos. Neste ponto de vista, teria sido a própria seleção natural que privilegiou o desenvolvimento de cães cada vez mais amistosos ao homem.

A tese da autodomesticação também é aceita para os gatos, mas os termos da sua cooperação com humanos ainda são nebulosos. A proliferação dos ratos no entorno das comunidades humanas é aceita como um componente fundamental dessa aproximação, mas não o único. (DRISCOLL, 2016, p.1).

Em ambos os casos, as raízes desta relação repousam especialmente na comida, uma instância que também delinea os tipos de laços estabelecidos e é usada, muitas vezes, como declaração de afetividade, uma vez que oferecer um alimento considerado “bom” para o animal de estimação é uma maneira de mostrar o cuidado e o carinho a que se tem para com o animal.

3 | CONSUMO, COMIDA E AFETO

Para Pollan (2007), os onívoros passam por um dilema ao escolher sua alimentação. Os humanos seriam poupados desse dilema, pois contavam com a cultura que auxiliava a decisão de consumo alimentar. Contudo, atualmente, o autor afirma que os humanos atualizaram a experiência de viver esse dilema diante da imensa oferta de produtos e da ignorância de seus ingredientes. No caso dos animais de estimação, são os tutores que passam pelo dilema dos seus animais.

O tutor passa por duas escolhas: a decisão de escolher como se alimentar diante de uma pluralidade, que por vezes gera antagonismos, de crenças nutricionais e a decisão de como alimentar seu animal. Ambas as decisões seriam geridas pelos mesmos princípios? Quais critérios falariam mais alto: a nutrição? A funcionalidade? A estética? O gosto?

Para Romanelli (2006), estudar objetos que envolvem a cozinha é importante por trazer a reflexão sobre a relação entre o natural e o cultural, sendo o ato de se alimentar situado entre ambas as dimensões. A isso acrescentamos a alimentação pet, pois os animais, na convivência com humanos, fazem parte da cultura e esta atua sobre seus corpos, de forma que a alimentação desses animais não pode ser vista estritamente como biológica. Aquilo que comemos tem mais sentido simbólico que determinações biológicas e mesmo os “bens que servem às necessidades físicas – comida ou bebida – não são menos portadores de significado do que a dança ou a poesia.” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p.120). Diante disso, podemos refletir sobre qual o significado de cozinhar para o pet ou oferecer-lhe somente produtos industrializados? A forma de osso dos biscoitos realmente importa? Para quem?

Com essas indagações, passamos a refletir sobre aspectos da cultura alimentar da contemporaneidade e percebemos que os pets, inseridos nas casas e camas dos seus donos, encontraram também um lugar à mesa e, dessa forma, sua alimentação tem seguindo alguns imperativos da alimentação humana, que destacamos: a) a entrada no universo light e diet; b) a gourmetização; c) a dieta eticamente orientada.

4 | COMIDA DE BICHO: FUNCIONAIS, GOURMET E MORALMENTE ORIENTADOS

Levando em conta questões meramente fisiológicas, Jorge (2014) lembra que os cães fazem parte da ordem mamífera carnívora, mas sua dieta é bastante variada: o consumo exclusivo de carne não é uma regra e muitos integrantes deste

grupo taxonômico comem também vegetais. Inclusive, não há consenso científico sobre o tipo de alimento que lhes seria mais adequado. Carciofi (2006) afirma que os cães precisam de altos níveis proteicos em suas dietas. No entanto, eles são considerados onívoros por muitos e ainda há debates sobre qual tipo de proteína seria mais adequado a eles: animal ou vegetal.

Conforme Sahd (2015, p.91), tanto a dieta de rações industrializadas quanto uma dieta natural com alimentos caseiros podem trazer efeitos adversos para a saúde dos cães. A primeira pode provocar cálculo renal e contém compostos cancerígenos enquanto a segunda pode levar à obesidade e tem risco aumentado de deterioração e contaminação.

Para os donos, ficaria o peso de escolher qual alternativa considerada mais segura para o seu ente querido, levando em conta, talvez, o que lhe faria menos mal, já que todas as opções oferecem riscos. Soma-se a esta questão o fato de que homens e cães são biologicamente diferentes:

o próprio Conselho Federal de medicina Veterinária costuma se posicionar contra a prática da alimentação caseira, porque uma alimentação balanceada para cães (carnívoros, com tendências onívoras) não é o mesmo que uma alimentação balanceada para nós (completamente onívoros). (SAHD, 2015, p.92).

No entanto, não são apenas as necessidades ou conformações biológicas que entram nesta análise. Voltamos então à questão do gosto como fator da decisão de consumo. O que o animal gosta – e o dono também – deve ser consumido, mas, deve ser consumido principalmente aquilo que ele necessita. Neste caso, em específico, o gosto é inferior à necessidade como fator de decisão. Mas, em se tratando de consumo humano, o gosto – aquilo que não se discute – é fator preponderante e revelador de autonomia, uma vez que, como diz Campbell (2006), ninguém pode mudar o gosto de alguém através de argumentos racionais e o consumo contemporâneo volta-se cada vez menos para a satisfação de necessidades e cada vez mais para satisfação de vontades.

Aos cães e gatos devem ser dados aquilo que eles gostam, aquilo que eles precisam ou aquilo que não contraria a ética de seus tutores? É o dono ou tutor quem paga as contas e quem decide pelo consumo de seu animal, consumo aqui pensado não no sentido de aquisição mercadológica. Em suma: o cão ou gato não decidem o que comem, é o dono quem o faz e, portanto, é sobre ele que recai a responsabilidade pelo consumo correto ou nocivo daqueles que muitos costumam afirmar que tratam como filhos de quatro patas.

4.1 Alimentos funcionais, light, diet e orgânicos

Em Digard (1999) vemos que os animais tem um estatuto familiar que, segundo o autor, caracteriza o atual sistema domesticatório. Com esse estatuto, os animais de estimação são submetidos a um tratamento maternal, visto pelo autor como uma forma feminina de adestramento através do afeto que se manifesta em uma hipernutrição desses animais, dentre outros cuidados, que podem inclusive lhes ser nocivos. Para Ingold (2000), a “filhotização” dos animais manifesta essa maternagem referente aos cuidados, cada vez mais ampliados, em termos de recursos e técnicas e mais humanizados.

Não muito diferente do que acontece com crianças que se alimentam mal, a culpa é de quem carrega a carteira e é – ou deveria ser – a autoridade na compra e na decisão de consumo dos menores tutelados. Com cães e gatos a situação se repete: é o dono ou tutor o responsável pela alimentação adequada e deve, tanto quanto no caso dos humanos menores estimados, – consultar os especialistas, sejam eles, neste caso, os veterinários ou os fabricantes de ração. Além das rações especiais, vemos crescer a prática de cozinhar para os filhos e filhotes. Ambos, crianças e bichos, devem ser alimentados por uma comida mais natural, caseira, sem conservantes, tendência que se manifesta através de “uma indústria de rápido florescimento de livros de receitas para cães e gatos”. (KULIK, 2009, p.500).

Tal qual cresce a obesidade humana e a infantil, cresce a obesidade dos pets e para Kulik (2009), a obesidade pode ser interpretada como uma dissolução da fronteira entre espécies. O autor ressalta que os casos de obesidade de animais de estimação tornaram-se um problema social. No entanto, as estatísticas, bastante alarmantes, veiculadas pela mídia podem ocultar razões econômicas que aqueceram o mercado dirigido ao pet usando de dois argumentos fundamentais: razões científicas, ainda que duvidosas, e as novas sensibilidades emergentes:

A principal razão pela qual as estatísticas variam tanto é que seu pedigree científico é vago; e a razão para isto é que todas as estatísticas sobre a obesidade de animais de estimação derivam de estudos patrocinados ou conduzidos pela indústria de alimentos para animais de estimação. Ora, essa indústria é uma invenção razoavelmente recente. Ela não existia até o final da segunda metade do século XIX. (KULIK, 2009, p.486).

Atualmente, as marcas de ração apostam nos subsegmentos desse mercado, assim vemos, nas prateleiras de Pet Shops produtos destinados a filhotes e adultos, apropriados para raças de pequeno, médio ou grande porte, castrados, alérgicos, com distúrbios renais e para cães com paladares exigentes – a marca Tutano, por exemplo, oferece uma ração para cães sensíveis, que promete diminuir o risco de alergias. A publicidade, por sua vez, anuncia rações recomendadas por criadores e especialistas, além de escolhidas pelos próprios animais em uma encenação de teste cego.

Um segmento importante da indústria de alimentos para animais de estimação é o chamado Premium ou especial. São as comidas de etapas da vida, que possuem fórmula especial para animais novos ou “seniores”, e também as comidas dietéticas. Estes produtos chegam a custar o dobro dos normais, mas isto não impede que os donos as comprem, pelo contrário, comida Premium para animais de estimação é o mercado que mais rápido cresce nessa indústria. (Kulik, 2009, p.486-487).

Tais quais os produtos destinados a humanos, os produtos rotulados com selos diet e light trazem um diferencial de classe: são, sem dúvida mais caros e “todos nós sabemos que a obesidade, no mundo ocidental pelo menos, é predominante entre pessoas mais pobres”. (KULIK, 2009, p. 496). Ao consultar o site PetLove que vende produtos destinados a animais, comparamos os pacotes de rações caninas: um pacote de ração Pedigree de 20 quilos, um pacote de 15 quilos da ração Golden adultos especial, um pacote de 10 quilos da ração Royal Canin para tratamento de obesidade. A primeira tinha um custo de 8 reais e 19 centavos por quilo, a segunda custava 6 reais e 84 centavos por quilo, a terceira requeria um investimento de 27 reais e 72 centavos por quilo.

Segundo Silva (2012, p.216), “a cultura fitness revela um fascínio sobre belos corpos e, ao elegê-los como símbolos da saúde - expressão máxima do autocontrole, da disciplina e do empenho -, posiciona a margem aqueles outros não tão belos, não tão magros e não tão jovens”. A alimentação, aliada aos exercícios, são fundamentais na cultura fitness, uma vez que são os elementos que permitirão construir o corpo desejado. E os animais são inseridos nessa ordem.

Não apenas eles são humanizados por meio de práticas de consumo e indulgência que tipifica os sujeitos do capitalismo tardio como, de forma crucial, eles são também humanizados por se tornarem simultaneamente enredados naquela grande assembleia sujeitadora conhecida como a indústria da saúde-beleza-bona forma, que segura todos nós, os humanos, firmemente em sua garra e a cujo olhar fixo de desaprovação todos nós inevitavelmente nos ajustamos. (KULIK, 2009, p.501).

Uma das rações específicas para tratamento de obesidade em gatos vem com a indicação específica: para gatos em ambientes internos. Essa indicação significa que gatos que vivem presos em casas e apartamentos tem pouca atividade física e podem se tornar obesos. A indicação para o sedentarismo praticamente imposto ao bicho é a restrição de calorias. Além disso, o benefício para os humanos também é critério de persuasão: a ração diminui odores de fezes. Uma indicação especista, pois não há, em se tratando de comida humana, nenhuma publicidade que defenda a diminuição dos odores das fezes.

4.2 Padaria e livro de receita

O crescimento do nicho gourmet no mundo contemporâneo evidencia determinadas práticas hedonistas e de refinamento que servem como símbolos de status, mas também como possibilidade de ter determinadas experiências, o que

caracteriza o consumidor hipermoderno, mais afeito a experimentação que à exibição, segundo Lipovestky (2007). O tutor parece dar ao seu pet ao estatuto de consumidor hipermoderno, promovendo a ele as possibilidades de experiência gastronômicas.

Segundo Ofray (1999), é preciso algumas qualidades para a prática hedonista, tais como profundidade, escolha, reflexão e sensualidade. Cães têm essas qualidades? O que significa a oferta de sonhos, panetones, bolos de carne em embalagens cuidadosamente preparadas e com confeitaria esteticamente sofisticada? Para entender um pouco desse fenômeno, analisamos a Dog Bakery, a primeira padaria do Brasil, aberta em 2001, especializada no público canino. O proprietário, Naelson Santos, concedeu uma entrevista à Revista Meu Pet.

Segundo o entrevistado, os ingredientes dos quitutes são específicos, pois os cães “não podem comer de tudo. Por exemplo, usamos farinhas e essências sob controle e não utilizamos conservantes nem açúcar, porque são prejudiciais à saúde deles.” Curiosamente, podemos perguntar se conservantes e açúcar também não prejudicam os humanos e as padarias humanas abusam desses ingredientes. Acerca da reação de donos e cães na padaria, Naelson explica que os cães “ficam loucos, farejam muito e, se a gente deixar, querem provar tudo. Outros são mais desconfiados, mas, quando oferecemos um salgado ou um doce para degustação, eles rapidamente se rendem.” A ideia de um cão experimentar a comida, degusta-la, certamente aproxima a espécie da humana, especialmente porque o comportamento convencional de um cão diante de um alimento que gosta muito é consumi-lo imediatamente.

Os donos, por sua vez, também acabam pedindo para provar, mesmo não sendo sabores típicos às convenções de paladar humano. No entanto, em se tratando desse tipo de consumo, o proprietário desfecha: “Algumas pessoas não gostam, mas quem decide, no fim das contas, é o cão.” Neste ponto, volta-se a dimensão do gosto na decisão de consumo e do gosto, não do dono, mas do cão, ainda que, por vezes, os paladares humanos sirvam como referência, uma vez que é frequente os donos experimentarem os petiscos dos pets, inserindo os mesmos na dimensão cultural que caracteriza a construção social do gosto.

No entanto, esse gosto não é completamente livre de outros determinantes, uma vez que a saúde é um capital altamente valorizado no mundo hipermoderno. (Lipovestky, 2007). Assim, o prazer de comer, com olhos e boca, ao estilo gourmet, une-se a preocupação com alimentação saudável.

Na descrição do site de outra empresa do ramo a Pupcake Dog Bakery, que só tem loja virtual, consta:

Pupcake Dog Bakery - Padaria e Festas para Cachorros Comemore o aniversário do seu cachorro com bolo, biscoitos, lembrancinhas, petiscos e muita festa! Alimentação natural, funcional e saudável para cães e humanos. Enviamos para todo o Brasil. Produtos feitos com ingredientes naturais, frutas e legumes frescos e farinha integral orgânica. Adoçados com mel, sem açúcar, sem corantes e sem

conservantes.

Dentre os produtos ofertados, biscoitos, bolos, muffins e marmitinhas personalizadas produzidas para serem “lebrancinha” de aniversário:

Uma linda e deliciosa lembrancinha para os cães da festa! São 50 gramas de biscoito de aveia e mel envoltos em papel colorido, dentro de uma marmitinha de alumínio. A tampa é personalizada com a foto do seu cãozinho. Em três formatos diferentes, escolha o que mais combina com a festa! Todos os produtos são adoçados com mel, sem adição de açúcar, sódio, corantes, conservantes e ração animal. Saudáveis, funcionais e feitos com ingredientes naturais, podem ser consumidos por toda a família!

Ressaltamos que a comida servida na “marmitinha” não contém ração animal embora seja feita pensando nos animais e principalmente, destacamos que os biscoitos “podem ser consumidos por toda a família”, o que dimensiona, através da comensalidade, a constituição da família multiespécie como uma das características da cultura contemporânea. Cães não comem mais sobras humanas, mas seus tutores podem comer – e mesmo gostar – dos biscoitos que eles já não quiserem mais.

4.3 Veganismo

Outro produto destinado a pets que chamou nossa atenção é a ração vegetal. No Brasil, a Fridog é a única ração vegetal para cães, sem “ovos, leite, carnes ou vísceras de animais, inclusive peixe e derivados” e é “enriquecida com Ômega 3 e Ômega 6 (proveniente de fontes vegetais), garante saúde à pele, pelos sedosos e brilhantes.”

O veganismo, enquanto estilo de vida ou ativismo, encontra na abolição do consumo de produtos que tenham gerado dor ou morte a animais. Em termos dietéticos, isso significa a adoção de uma alimentação estritamente vegetal, o que independe de crenças nutricionais, uma vez que essa decisão de consumo é baseada em critérios éticos. Mas, se veganos podem tutelar animais, o que lhes oferecer como alimento? Veganos enfrentam a decisão entre comprar carne (in natura ou em forma de ração) para seu cachorro ou gato ou impor aos mesmos uma dieta vegana baseada em valores morais.

Singer (2010, p.110) afirma que o especismo “(...) é o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras”. Este argumento leva em conta as inúmeras práticas cotidianas que geram dolo aos animais, geralmente, tendo como única finalidade o prazer humano – entre elas alimentação e diversão. No entanto, não seria possível estender este conceito e refletir se a imposição de uma escolha moral humana a um animal de estimação não provocaria, também, uma situação de atitude tendenciosa que contraria o interesse da espécie em questão? Uma vez mais, assistimos a inserção dos animais na esfera moral da sociedade, no caso, quando é um fundamento moral

– ainda que imposto – que vai determinar sua dieta, cada vez mais distante dos determinantes biológicos.

5 | CONCLUSÕES

O estudo da alimentação do ponto de vista cultural tem abordado os animais não humanos, na maioria das vezes, tão somente quando são transformados em produtos para alimentação humana. No entanto, assistimos a transformação da alimentação dos animais que convivem com humanos a partir de vários elementos sociais, econômicos e culturais que trazem à tona a necessidade de analisar os símbolos e sentidos ocultos na comida ofertada aos pets.

De um lado, temos os determinantes biológicos que classificam os animais entre herbívoros, onívoros e carnívoros. Em se tratando de animais humanos, apesar da discussão biológica ter alguma importância diante dos debates entre os que adotam uma dieta livre de carne e os que a consomem, vemos que a biologia é, em termos motivacionais para adoção e permanência em determinada dieta, inferior às motivações éticas ou relacionadas às crenças de saudabilidade.

Atualmente, em uma sociedade complexa e fragmentada, há inúmeras possibilidades dietéticas fundadas nas mais diferentes práticas e vertentes teóricas e o consumo alimentar tem se tornado um campo de batalhas que envolve questões morais, políticas, econômicas e ambientais. Os pets já não caçam, já não procuram por sua própria comida, dividem a cama e a mesa com seus tutores, comem em pratos, recebem bolos de aniversário, partilham marmitinhas de biscoitos e adotam dietas eticamente orientadas. Os modos de alimentar os animais de estimação refletem que para os humanos, os bichos estimados estão inseridos numa esfera diferenciada em que algumas preocupações antes pertinentes apenas para seus semelhantes passam a ser-lhes devidas. São elas a necessidade de demonstrar afeto por meio de ações de consumo bem como a noção de que o ato de alimentar aquele animal envolve não só carinho mas também responsabilidade – daí, a busca por dietas saudáveis, que supostamente melhorariam a qualidade de vida do animal.

A partir desse espectro, vemos que as fronteiras se movem e o animal é aproximado do humano, sendo alimentado com a mesma “qualidade” que se ofereceria a qualquer outro membro amado da família. No entanto, essas mesmas atitudes abrem espaço para se pensar numa forte separação entre animais e humanos, uma vez que a dieta é totalmente imposta aos pets, afinal, eles até podem escolher o que vão comer, mas o leque disponível para a escolha é feito pelo tutor e a ele cabe a decisão última. A alimentação, assim, é um dos espectros em que fica mais clara a dualidade no tratamento dado aos animais de estimação: por um lado são crianças que recebem os maiores mimos, por outro são eternos prisioneiros deste afeto, tornando-se bebês perpétuos, que tem cada passo de suas vidas regulados – começando pelo confinamento nos lares humanos, passando pelo controle dos

ciclos de reprodução por meio da castração e chegando até a antropomorfização, com a adoção de hábitos humanos, como o uso de roupas e a oferta de dietas eticamente orientadas, como é o caso da ração vegetariana.

REFERÊNCIAS

ABINPET. **Mercado Pet Brasil 2018**. Disponível em: <http://abinpet.org.br/download/abinpet_folder_2018_d9.pdf>. Data de acesso: 05/04/2019.

BAPTISTELLA, Eveline. **Animas e fronteiras**: um estudo sobre as relações entre animais humanos e não humanos. Curitiba: Appris, 2019.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Ministério anuncia a criação de cadeia produtiva pet. Brasília, DF, 2012.

CAMPBELL, C. “Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno”, in L. Barbosa e C. Campbell (orgs.), **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006.

CARCIOFI, Aulus; PONTIERI, Roberto; FERREIRA, Cristiana; PRADA, Flávio. Avaliação de dietas com diferentes fontes protéicas para cães adultos. **R. Bras. Zootec.**, v.35, n.3, p.754-760, 2006.

DRISCOLL, Carlos; CLUTTON-BROCK, Juliet; KITCHENER, Andrew; O’BRIEN, Stephen. A longa e incompleta domesticação do gato. **Scientific American**, Segmento, n.86, p.71-74, 2009.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

HARE, Brian; WOODS, Vanessa. **Seu cachorro é um gênio**: como os cães são mais inteligentes do que se pensa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

HOBGOOD-OSTER, Laura. **A dog’s history of the world**: canines and the domestication of humans. Waco: Baylor University Press, 2014.

INGOLD, Tim. **The Perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000

JORGE, Rodrigo da Silva Pinto. **Caracterização do estado sanitário dos carnívoros selvagens da RPPN SESC Pantanal e de animais domésticos da região**. 2008. 105 f. Tese (Doutorado) - Curso de Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses, Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/10/10134/tde-28052008-104047/en.php>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

KOLBERT, Elizabeth. **Sexta Extinção**: uma história não natural. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KULIK, Don. Animais Gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. **MANA** 15(2): 481-508, 2009

PAIS, José Machado. Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas. Lisboa: Ambar, 2006.

PAIS, José Machado. Sociologia da vida cotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

POLLAN, Michael. O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2007.

ROMANELLI, G. “O significado da alimentação na família: uma visão antropológica”. **Medicina**, Ribeirão Preto, 39 (3): 333-339, jul./set., 2006.

SAHD, L. **A mente do seu cachorro**: tudo que você precisa saber para que seu amigo peludo tenha uma vida saudável e feliz. São Paulo: Abril, 2015.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA

Telmara O. Benevides Campos

UFBA

telmarabenevides16@gmail.com;

Ricardo de Araújo Kalid

UFBA

Ricardo.kalid@gmail.com;

Milton Ferreira da Silva Junior

UFSB

notlimf@gmail.com;

Maria Olímpia Batista de Moraes

IFBA, Campus Eunápolis;

mariaolimpiamoraes@hotmail.com

Universidade Federal da Bahia - UFBA, PEI-
Programa de Engenharia Industrial, Salvador,
Bahia, Brasil, FAPESB.

GT 5 Sociedade civil e Políticas Públicas.

RESUMO: O Assentamento Terra Vista (ATV), situado em Arataca, território Sul da Bahia, possui grande diversidade de frutíferas, cujo sistema de produção baseia-se nos princípios agroecológicos. O objetivo da pesquisa foi investigar o consumo e os processos de beneficiamento e comercialização das frutas existentes no ATV, através de entrevista semiestruturada com 40% dos líderes familiares, baseada no Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRRP). Como resultados obtidos, destacaram-se a falta de organização no sistema de produção e colheita: 28% não

produzem as frutas que consomem, comprando algumas fora do ATV; o beneficiamento acontece através da transformação das frutas em polpa e não possuem estrutura coletiva para armazenamento. Os entrevistados não sabem o custo e lucro efetivo envolvidos no processo de comercialização, dificultando uma estimativa do preço do produto. Inferiu-se que o desenvolvimento da agricultura familiar do ATV depende de uma comercialização atrelada ao Programa de Aquisição de Alimentos e efetivas Políticas Públicas de Segurança alimentar e nutricional.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas agroecológicas; segurança alimentar; frutíferas.

1 | INTRODUÇÃO

O MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais conhecido como Movimento dos Sem Terra é um dos movimentos sociais, fundado na década de 1980, simultaneamente sob emergência de vários sindicatos, partidos políticos progressistas e movimentos sociais no Brasil. Defende a reforma agrária, como seu principal objetivo, envolvendo-se com outras lutas interligadas com o processo de redemocratização (STÉDILE, 2005).

Estando inserido no MST, o Assentamento

Terra Vista situado no município de Arataca no Território Litoral Sul da Bahia, reside 58 famílias de agricultores familiares, com uma importante liderança, sobrevivem da produção de alimentos e com diversidade de frutas que possibilitam a comercialização.

Esses assentados são agricultores familiares que produzem de forma sustentável os alimentos, e no ATV encontra-se esse Sistema cacau cabruca, enraizada na cultura indígena, o termo “Cabruca” procede do dialeto tupi-guarani, originalmente “Cabroca”, *Caá* = mato, plantas em geral e *Oca* casa, abrigo. “*Caá + Oca*” construir a casa, o abrigo, para o cacauzeiro.” (SETENTA, LOBÃO, 2012).

O sistema cacau cabruca que contribuiu para melhorar a qualidade de vida do homem no campo, conservou recursos naturais, gerou recursos financeiros e compatibilizou o desenvolvimento socioeconômico, estabelecendo a conservação produtiva. (LOBÃO, SETENTA, VALE, 2011).

A Lei nº 11.326 de 2006 define como agricultor familiar e empreendedor familiar “os indivíduos que praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo”. (SARAIVA, SILVA, SOUSA, 2013).

Dentro deste contexto, Negri, Bern e Brazaca (2016), afirmam que o Brasil possui uma biodiversidade de frutíferas que precisa ser explorada, diante dos benefícios que esses frutos oferecem para a população, com estudos e informações para contribuir com o desenvolvimento e garantia de alimentação e saúde. No país, a Região Nordeste se destaca pela diversificação de frutos e apresenta grandes árvores produtoras.

De acordo Freitas (2013) além do Brasil ser um grande produtor de frutas tropicais consumidos e apreciados em todo o mundo, existe variedade de frutas exóticas que são pouco conhecidos e representam grande potencial para o desenvolvimento de novos produtos.

A partir de alguns estudos com frutíferas, Giacometti (1993) declara que a diversidade de frutas do Brasil está representada por aproximadamente 500 espécies e concentra-se na Amazônia Brasileira, que possui cerca de 220 plantas produtoras de frutos comestíveis.

Rufino (2008), afirma que diversas espécies de frutíferas pouco conhecidas estão sendo estudadas recentemente e estão sofrendo muitas vezes a perda de competitividade e rentabilidade, além de restrição do cultivo em várias regiões. Porém com novas demandas e exigências de mercado para produtos naturais orgânicos, surge a importância de conhecer as propriedades nutricionais das frutíferas. Pois, em uma dieta saudável, elas desempenham um papel de destaque. Desde um simples prazer em consumi-la até nos benefícios à saúde, ao proporcionarem uma expectativa de vida, vitalidade, prevenção de doenças, devido a presença de vitaminas, minerais e fibras.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em relação ao consumo de frutas, apenas 18,2% dos brasileiros consomem a quantidade de frutas recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 400 gramas por dia. O Brasil é o terceiro maior produtor do mundo e mesmo assim o hábito de ingerir frutas ainda é preocupante (PORTAL BRASIL, 2011).

As frutas são consideradas saudáveis e podem ser consumidas por todas as pessoas que busquem melhorar a sua dieta, pois elas são de origem natural e, normalmente, de baixos níveis calóricos e de gordura (KEPLER E FAIR, 2007).

O Beneficiamento das frutas é de extrema importância para a comercialização, agrega valor ao produto e possibilita uma economia garantida para o sustento das famílias.

Essa comercialização é efetuada em algumas regiões do Brasil principalmente na forma in natura em margens de rodovias, por famílias necessitadas, que coletam os frutos de plantas nativas pelo sistema extrativista. Dessa forma, a atividade informal se reveste de importância econômico-social, visto que proporciona renda adicional a essas famílias durante o período de colheita. Definido pelo Código Florestal Brasileiro, essas fruteiras poderão reconstituir a reserva legal da propriedade e serem explorada economicamente, como alternativa de renda na agricultura familiar (CITADIN et al., 2010).

O direito de definir as próprias políticas, estratégias de produção, comercialização e consumo é apresentado como soberania alimentar, exemplos que vão sendo utilizados na promoção de modelos sustentáveis, valorizando a cultura alimentar e os hábitos alimentares saudáveis (MARQUES, 2010).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário –MDSA,(2017), as ações da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), estão organizadas em eixos de atuação em prol da soberania alimentar: apoio à produção agrícola, comercialização dos produtos e o consumo, com ações de fomento à produção de alimentos, e ao seu auto consumo, além da organização de sistemas produtivos e inclusão produtiva da população rural em situação de insegurança alimentar e nutricional, voltadas as famílias que residem nas áreas rurais ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura. Além disso, se reconhece que este processo deva se dar em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social. (ABRANDH,2010).

Uma das principais políticas de SAN- Segurança Alimentar e Nutricional é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, responsável por parte do escoamento da produção de alimentos oriundos da agricultura familiar, através da comercialização.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei n.º 10.696 de 02/07/2003 é uma estratégia governamental implementada pelo governo Lula

de realização da produção de alimentos básicos, oriunda da agricultura familiar, em defesa aos princípios de aquisição de alimentos, com garantia com preços mínimos, diretamente do segmento familiar e disponibilização dessa oferta de alimentos para atender de diferentes formas conforme as demandas adicionais por alimentos, criada pelas subvenções ao consumo do Programa Fome-Zero (Bolsa-Familiar e outros), (DELGADO et al.2008).

Dado este contexto, o objetivo geral do presente estudo foi investigar o consumo, processos de beneficiamento e comercialização das frutíferas existentes no ATV-Assentamento Terra Vista, através das políticas públicas de Segurança alimentar e nutricional -SAN e outras possibilidades. Assim pretende-se que este trabalho contribua com futuros estudos quanto a diversificar o uso, valoração e valorização para o beneficiamento das frutíferas do Assentamento Terra vista, servindo como referência para outras pesquisas e ações.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a construção deste artigo envolveu revisão de literatura (trabalho científico), pesquisa-ação e estudo realizado no Assentamento Terra Vista, município de Arataca – Ba. Efetivou-se-o pela técnica de entrevistas via roteiro semiestruturado. É parte de pesquisa de mestrado em andamento. Entendida como um processo dialógico de captura de dados, por meio de informações obtidas pelas respostas a esse roteiro de perguntas, via Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRRP), aplicado a 25 lideranças.

ODRRP é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento na organização da produção e comercialização das frutas. Desta maneira, os participantes podem compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2010).

Foram utilizadas como ferramentas do DRRP:

(1) Observação participante (na primeira fase da pesquisa): cuja finalidade foi compreender a percepção da realidade da comunidade e criar certa confiança para compartilhar tempo com os comunitários;

(2) Entrevista semiestruturada (na segunda fase da pesquisa): trata-se de uma entrevista que é guiada por 10 perguntas-chave determinadas anteriormente. Esta ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem as limitações criadas por um questionário.

Foram entrevistados 60% das lideranças do sexo masculino e 40% do sexo feminino, no total de 25 líderes familiares, os quais expressaram livremente suas respostas através desse Diagnóstico. Para conhecer o sistema de produção e colheita das frutíferas na cabruca e investigar o nível de consumo das frutíferas,

se sistematizaram dados e informações que apontaram o custo de produção e se há lucro, informaram a situação atual da comercialização através de cooperativas, políticas públicas dando ênfase ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, feiras livres e no próprio Assentamento Terra Vista e se identificaram as dificuldades existentes no processo comercial. As entrevistas aconteceram com a duração aproximadamente de 45 minutos para cada família, com análise da utilização de ferramentas do software Microsoft Excel, o que gerou gráficos quantitativos, com avaliação dos dados coletados através de estatística descritiva.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema de beneficiamento, consumo e comercialização desenvolvido pelos agricultores, que se processa atualmente no Assentamento Terra Vista-ATV, município de Arataca- Ba, esteve em sua maioria orientado para a diversificação produtiva dos alimentos com o principal objetivo de atender às necessidades de suas famílias. Ou seja, voltado para subsistência destas, conforme relatos dos assentados.

Os resultados apresentados através do DRRP, aponta como é realizado o trabalho diário na produção a comercialização no Assentamento Terra Vista-ATV. Demonstrou a falta de organização no sistema de produção, identificou que a comunidade realiza mutirão para o trabalho: indicou um número de 40% da comunidade envolvida, onde 32% da relação de trabalho é com a participação da família (filhos, parentes) que contribuem com as atividades, mas 20% afirmaram que trabalham sozinhos e 8% que contratam diaristas na época de produção e colheita exclusivamente para o cacau.

Tal situação no ATV é similar a um estudo feito no Assentamento novo Horizonte, no Ceará, que apresentou a importância da participação da família na produção dos alimentos como bastante representativa. Neste estudo, os maridos e os filhos são encarregados dos cuidados com o cultivo nos roçados e as esposas e filhas responsáveis pelo cultivo dos alimentos nos quintais e tarefas domésticas. É de interesse das mulheres em cultivar frutas e hortaliças em hortas ou canteiros nos quintais, mas na falta de conhecimento e de técnicas adequadas para a prática desse cultivo, afirmam que isso interfere na produção do assentamento, reflete diretamente nas práticas alimentares do dia a dia, pois sem conhecimentos específicos elas não encontram argumentos para convencer maridos e filhos no consumo desses alimentos, que são rejeitados por eles (FERNANDES, DUARTE,2016).

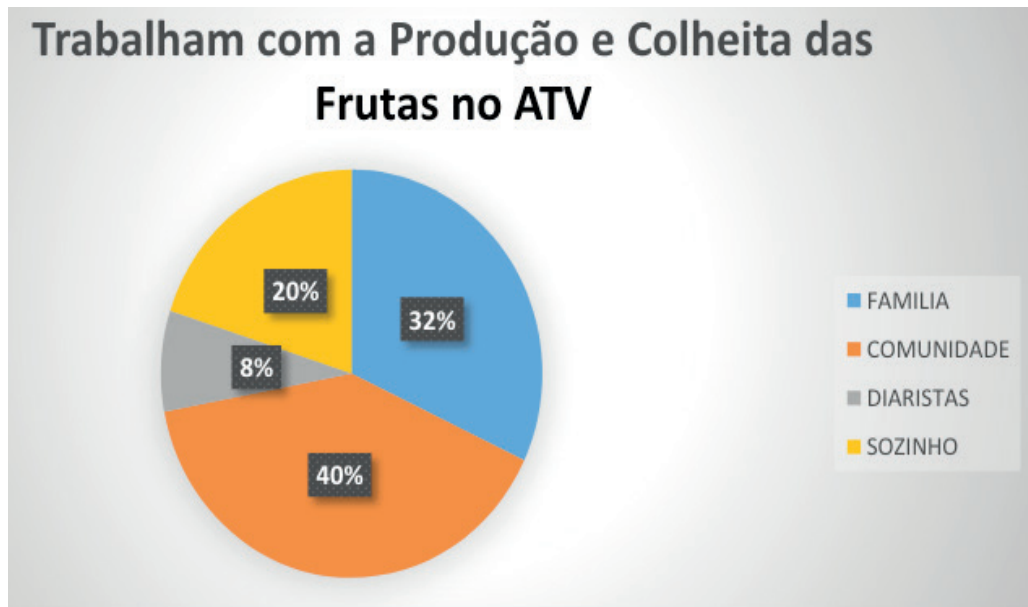


Gráfico 1

A informação obtida através do Gráfico 2, demonstra que 8% das frutas são armazenadas em um local específico no ATV. Os líderes informaram que possuem um armazém apropriado para o estoque, 24% não armazenam, utilizando-as logo em seguida ou em imediata comercialização, 24% acondicionam na própria residência em geladeira e caixas plásticas e 44% fazem o processamento de polpas e estocam em freezers. Esses frutos in natura, tem que estar em condicionamento adequado para manter a qualidade e com as propriedades organolépticas preservadas e o processamento das polpas de frutas de acordo as normas estabelecidas pela ANVISA, o que não foi possível constatar algumas desconformidades a essas normas.

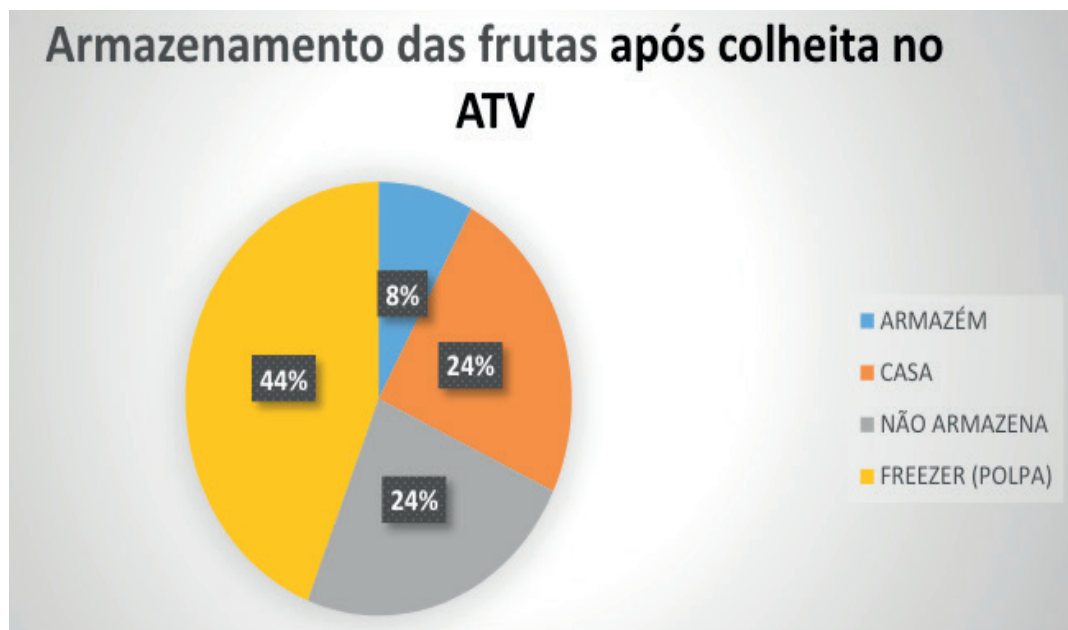


Gráfico 2

Cerca de 96% dos entrevistados desconhecem o quanto gastam com a

produção, colheita, armazenamento e transporte das frutas e que só 4% dos líderes afirmam que cada fruta gera uma receita, mas não sabem informar o valor dessa receita. Isso demonstra que falta organização com o processo de logística, necessitando de um suporte para que haja um controle cotidiano do valor real que gastam com o processo de produção e o que recebem pela comercialização.

Merece destaque tal situação ser algo comum aos assentados, por um estudo realizado no assentamento em Lagoa Grande em Dourados, no Rio Grande do Sul, que sinaliza um grande número de produtores não terem noção do custo e da rentabilidade de suas atividades produtivas. Esta fragilidade na gestão de seus lotes prejudica-os, tanto na obtenção de renda nas atividades desenvolvidas, como para o início de novas atividades agropecuárias, visando à diversificação de Fontes de renda (SANGALLI et al.2014).

Quanto às frutas que são consumidas pelas famílias no ATV, o GRÁFICO 3 demonstra quais frutas são citadas pelos líderes familiares, o cacau foi citado 18 vezes, a banana 14 vezes, açaí 13 vezes, jenipapo, jaca e cupuaçu foram citadas 12 vezes, constatando que são as mais consumidas.

Similar ao que Miotto et al. (2011), verificaram nos lotes de famílias agricultoras da Cantuquiriguaçu - PR, e destacaram no estudo, que todos os agricultores utilizavam as frutas apenas para consumo próprio, in natura, com cautela para o potencial produtivo e de processamento das espécies nativas da região.

No entanto nesse estudo, se demonstrou que o número de famílias consumidoras de frutas do ATV, equivalem a grande maioria dos agricultores entrevistados. Todos se alimentam de alguma fruta, mesmo que não sejam todas encontradas no local para consumo.

O estudo revela que famílias adquirem algumas frutas que não são produzidas no Assentamento Terra Vista–ATV, em município vizinho: (melancia, maçã, maracujá e uva), demonstra que 24% compram melancia e maracujá, 24% maçã e uva e 52% dos líderes familiares relatam não comprar em outro local e só consomem as frutas produzidas no assentamento.

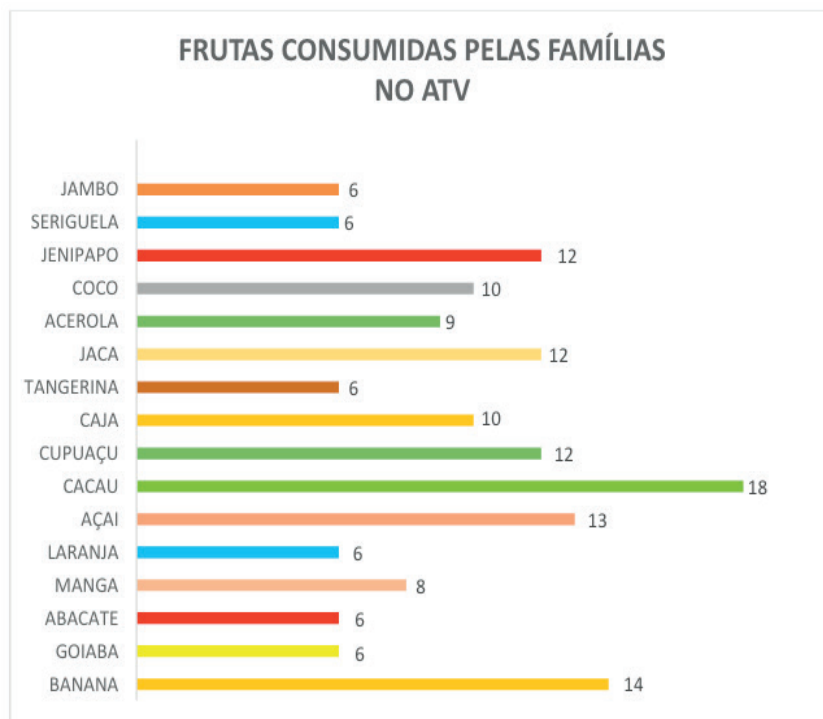


Gráfico 3

As frutas são processadas, beneficiadas e agregam valor, onde 60% se transformam em polpas de frutas e 40% em doces, polpas e geleias para o consumo da família e comercialização. Conforme apresenta os resultados no gráfico a seguir.

Giulietti et al. (2005) defendem que o potencial das frutas nativas não está apenas no fruto in natura, mas também pelo uso de subprodutos, no caso de compostos em bebidas (licores, sucos), geleias, doces, sorvetes, picolés, condimentos, entre outras formas de uso.

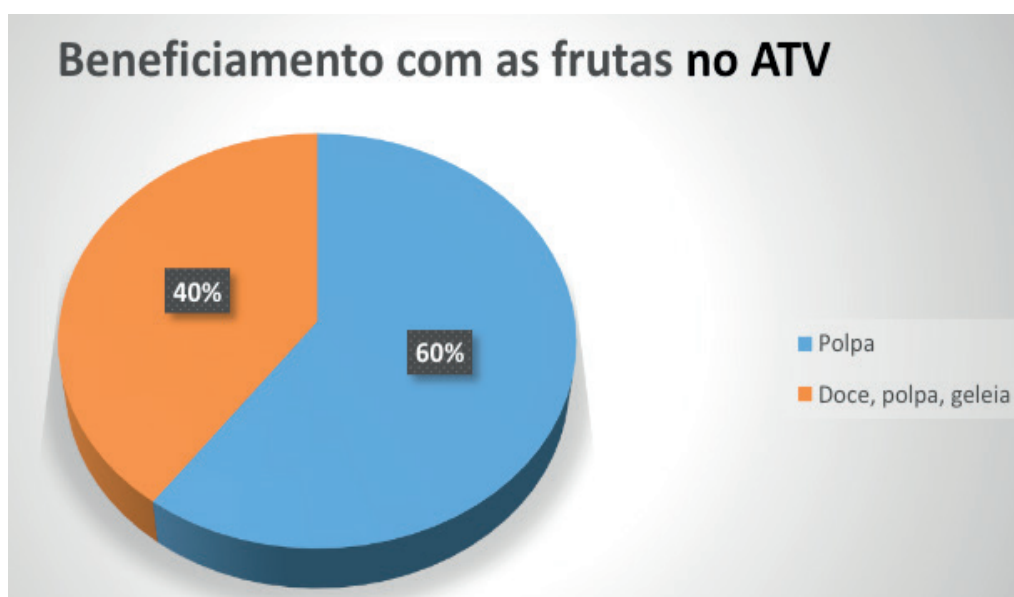


Gráfico 4

Nas entrevistas realizadas foram apresentadas a comercialização das frutas,

com destaque para o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), com 40% as frutas vendidas exclusivamente para o Programa, 24% comercializadas no próprio assentamento para consumidores interessados, também para o PAA e as feiras livres, 16% vendem nas feiras livres e no ATV e 20% das famílias não comercializam, utilizam as frutas para uso exclusivo na alimentação.

A dificuldade com a comercialização é apresentada a seguir através do Gráfico 5, onde se visualiza que 28% das famílias reclamam de um local para realizar as vendas, 20% não sabem informar porque não comercializam e 52% reivindicam sobre uma maior atenção e organização com a documentação para efetivação e adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos –PAA. Pois, devido a suspensão do Programa, em decorrência de documentações específicas ao Assentamento Terra Vista, que não está conveniado no momento. Percebe-se, dessa maneira, a necessidade da valorização de Políticas Públicas para a agricultura familiar, como forma de contribuir, para a comercialização das frutas exóticas ou nativas e consequente conservação da biodiversidade através de uma agricultura agroecológica.

Exemplarmente tais fatos demonstrados em uma pesquisa com camponeses dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário, onde eles têm acesso a oito canais de comercialização. Esta diversidade proporciona autonomia de escolher o melhor canal para efetuar as vendas de sua produção. As feiras livres realizadas, tanto em Corumbá quanto em Ladário, são acessadas pelos dois grupos estudados. Os camponeses do assentamento 72 vão mais as feiras livres do que os camponeses do assentamento Taquaral. Entretanto, esses últimos utilizam a venda de porta em porta com mais frequência que os primeiros. O estudo mostra a possibilidade de ter um aumento da comercialização dos produtos sem tamanha dependência só com as políticas públicas (CONCEIÇÃO, A.C., et al.2016).

Os principais meios de comercialização encontrados naquele estudo foram: venda direta, feira, para intermediários e para programas governamentais, como prefeituras e PAA/CONAB, sendo que em geral, os assentados utilizam mais de um meio de comercialização como estratégia de escoamento (RIBEIRO, et al,2007).

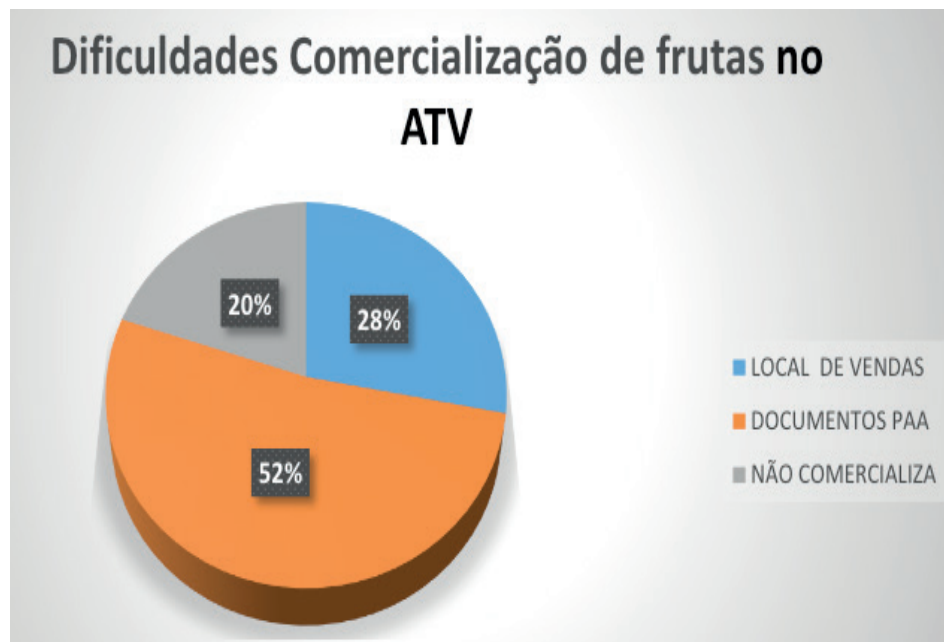


Gráfico 5

É observado a importância para adesão ao PAA- Programa de Aquisição de Alimentos. Pois 40% dos entrevistados informaram que o lucro tem uma melhora com as vendas direcionadas a essa política pública, com o valor de R\$ 2.500,00. Embora 24% não tivessem ideia do valor que recebem pela comercialização e 12% relataram que tem o lucro de aproximadamente R\$ 200,00 mensal, com vendas de alguns produtos, mas não especificando quais. Total de 8% dos entrevistados lucram R\$ 300,00 também com algumas vendas que realizam, 8% obtém 1 salário proveniente de trabalho remunerado e 8% é beneficiado com aproximadamente R\$500,00 de comercialização.

Os programas governamentais de escoamento parecem ser vistos pelos assentados como uma garantia mínima de venda na qual podem recorrer, apesar de saberem que não é suficiente para garantir sua renda. Isto porque o programa de aquisição de alimentos, disponibiliza para cada agricultor direito a uma cota de R\$ 3.500,00 por ano através do convênio para vender ao projeto cadastrado. Essa certeza de comercialização que os programas governamentais passam ao agricultor permite que ele planeje melhor sua produção, incentivando inclusive a diversificação da produção, já que não é necessário produzir em grande escala para vender para o PAA/CONAB. Este incentivo à produção e à diversificação, proporcionam a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo, fatores que extrapolam para o comércio local (DELGADO et al. 2008).

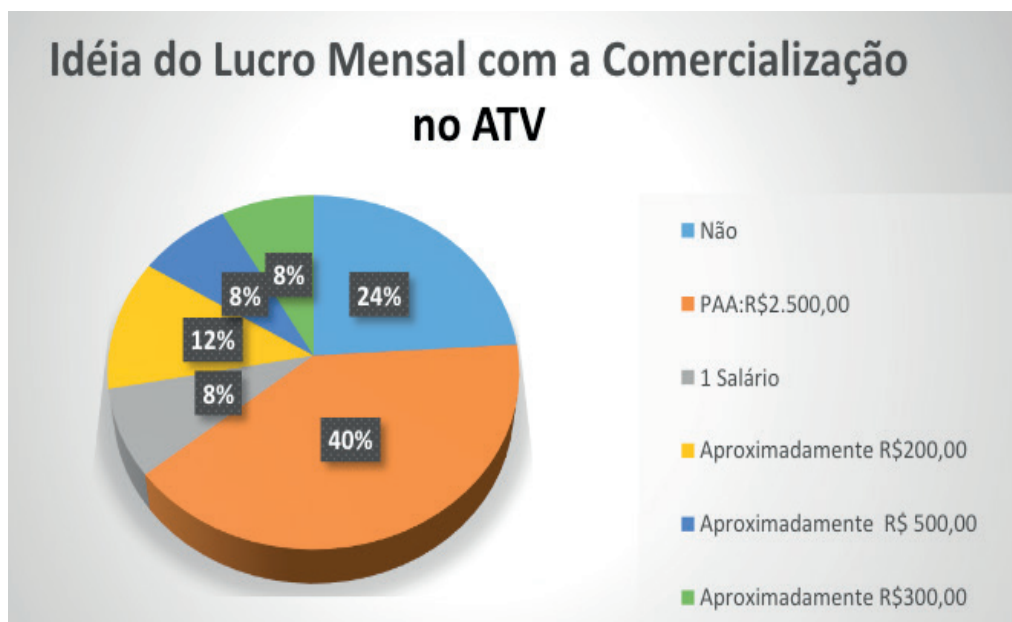


Gráfico 6

4 | CONCLUSÕES

A partir deste estudo, foi possível constatar a importância da produção de frutas para o desenvolvimento do ATV, ao destacar por meio dos dados analisados, a sua obtenção de renda em um contexto socioeconômico a sua produção e comercialização. Contudo é importante destacar o papel das Políticas Públicas para o desenvolvimento do Assentamento Terra Vista - ATV, de forma que continue avançando na diversificação da renda, tendo condições de orientar e atender todas as necessidades da agricultura familiar de maneira mais eficiente.

Em suma, destaque-se a necessidade de melhorias na comercialização e criação de marcas orgânicas para as frutas e seus subprodutos produzidos, o que poderá colaborar no desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de intensificação de Políticas Públicas desburocratizadas voltadas para a segurança alimentar e nutricional.

As dificuldades para estimar o preço das frutas ficaram evidente, e a maior parte do beneficiamento das frutas é para a fabricação de polpas de frutas, constatado que os agricultores não sabem o custo com a produção, beneficiamento e lucro efetivo, apresenta não ter noção do valor para comercialização das frutas, utilizando da ideia do que vale no momento.

Verificou-se a importância de comercialização das frutas para o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), que na ocasião da pesquisa apresentou suspensão, dessa maneira prejudicou a renda dos agricultores familiares que dependem do PAA e de outras políticas públicas para comercialização e sobrevivência.

Neste sentido, o PAA se coloca como instrumento de garantia de renda e sustentação aos agricultores familiares, fortalece as políticas públicas de SAN e todo contexto, promove segurança alimentar e nutricional dos assentados e beneficiários,

com melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar, comercialização local e regional das frutas e escoamento dos produtos da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRANDH, **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional** /Valéria Burity ... [et al.]. - Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.
- ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil). Resolução RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001. **Regulamento Técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos**. Brasília,DF:ANVISA;2001. Disponível em:<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/a47bab8047458b909541d53fbc4c6735/RDC_12_2001.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 4 out 2017.
- CAMARGO, R.A.L., BACCARIN, J.G JG - periodicos.fclar.unesp.b. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**.2013.
- CITADIN, I. SASSO,Z.A.S., DANNER.A.M.,Jaboticabeiras. **Revista Brasileira de Fruticultura**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, jun. 2010.Scielo.
- CONCEIÇÃO, A.C., CARVALHO, X.M.M, COSTA, A.E., **Canais de comercialização de alimentos dos camponeses dos assentamentos da fronteira Brasil-Bolívia**, Caminhos de geografia - revista online. Instituto de Geografia UFU Programa de Pós-graduação em Geografia. 10p. Dez.2016.
- DELGADO, G. C., CONCEIÇÃO, J. C. e OLIVEIRA, J. J. **Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Sociedade e Desenvolvimento rural ISSN 1981-1551. 2008.
- FERNANDES, C.L.I., DUARTE, T.M.A., **Segurança alimentar e autoconsumo: uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida das famílias de um assentamento rural no Ceará** http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt6/gt6_75.pdf.2016.
- FREITAS, D.GRANDI. MATTIETTO, R.A. **Ideal sweetness of mixed juices from Amazon fruits**. Ciênc. Tecnol. Aliment., Campinas, 33(Supl. 1): p. 148-154, fev. 2013.
- GIACOMETTI, D.C. **Recursos genéticos de fruteiras nativas do Brasil**. In: SIMPÓSIO NACIONAL.
- GIULIETTI,A.M.,HARLEY,R.M.,QUEIROZ.L.P.,WANDERLEY.M.G.L., BERG,C.V.D. **Biodiversidade e conservação**. Megadiversidade, [s.l.], V1, n1, p. 52-62, jul. 2005.
- KEPLER, R.; FAIR, T. **Estudo da competitividade da indústria de polpa de frutas baiana**. Administração. Revista Estudantil de Produção Acadêmica -SEPA. v. 11, p. 1-13, 2007.
- LOBÃO,D.E.,SETENTA,W.C.,SANTOS,E.S.,CURVELO,K.LOBÃO.E.S.P.,VALLE,R.R. **Sistema cacau cabruca e a mata atlântica: diversidade arbórea, conservação e potencial de produção**. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, Bahia, Brasil.2011.
- MARQUES, PEM, **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudos de perspectivas Concorrentes. Segurança Alimentar e nutricional**. Campinas. V.17,n.2,p.78-87, 2010.
- MDSA. **Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan /MDSA)2017.

MIOTTO, R. *et al.* **Estimativa da produção das frutas nativas do território da Cantuquiriguaçu.** In: I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), 2011, Laranjeiras do Sul-PR. I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), 2011.

NEGRI, BERN E BRAZACA **valor nutricional de frutas nativas e exóticas do Brasil, Biosaúde,** Londrina, v. 18, n. 2, pag.2 2016.

PORTAL BRASIL, *www.brasil.gov.br* > Assuntos > Saúde, 2011. Acesso em: 10 jun.2017.

RIBEIRO, M. T., SILVA, R.P. **A produção no assentamento Ipanema, em Iperó-Sp,** 2007.

RUFINO, M.S.M. **Propriedades Funcionais de frutas tropicais brasileiras não tradicionais. Tese doutorado em fitotecnia** –Universidade Federal Rural do Semiárido. MOSSORÓ-RN.237f.: il 2008.

SANGALLI, A. R., SCHLINDWEIN, M.M ,CAMILO,L.R., **Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul, Ciência e Natura, Santa Maria,** v. 36 n. 2 maio-ago. p. 180 –192 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM 2014.

SARAIVA, B.E., SILVA.F.P.A, SOUSA, A.A. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Universidade Federal de Santa Catarina., Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Nutrição, SciELO Public Health2013.

SETENTA, Wallace & Lobão, Dan Érico. **Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos por Wallace Setenta e Dan Érico Lobão.** Itabuna. BA. 2012.190p.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 19642003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Marília do Nascimento Silva

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE

Alcides Jairon Lacerda Cintra

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE

RESUMO: No contexto das sociedades, ao longo da história, o consumo esteve presente como uma atividade característica para a provisão das necessidades humanas: alimentação, vestimenta, abrigo, trabalho, lazer, etc. Com o advento da Revolução Industrial é apresentado uma mudança de compreensão, e a partir do século XX, esta atividade tomou uma maior dimensão, impulsionada principalmente pela lógica do mercado capitalista. O presente capítulo busca abordar algumas relações de consumo e comercialização estabelecidas entre usuários/as dos equipamentos de Transporte Rápido por Ônibus na Região Metropolitana do Recife. Este material traz uma abordagem teórica sobre a questão do transporte coletivo no contexto da sociedade de consumo, abarcando procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Quem utiliza esses coletivos no seu deslocamento diário percebe uma grande circulação de mercadorias de consumo rápido, sobretudo, alimentos

processados. Observamos que o consumo se expressa nas diversas maneiras, em cada indivíduo que possui gostos e costumes próprios. Contudo, em um ambiente coletivo como o ônibus, os hábitos alimentares individuais se relacionam com o comportamento coletivo, marcado pela precarização de nutrientes ingeridos, bem como o aumento de resíduos provenientes dos produtos consumidos nesses espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo. Alimentos. Ônibus. Renda.

THE TRAVEL PASSAGES: AN APPROACH ON CONSUMPTION RELATIONS IN THE BRT OF THE REGIÃO METROPOLITANA OF RECIFE

ABSTRACT: In the context of societies, throughout history, consumption has been present as a characteristic activity for the provision of human needs: food, clothing, shelter, work, leisure, etc. With the advent of the Industrial Revolution a change of understanding is presented, and from the twentieth century this activity has taken on a larger dimension, driven mainly by the logic of the capitalist market. The present chapter aims to address some consumer and commercial relations established between users of Bus Rapid Transit equipment in the Região Metropolitana of Recife. This material

brings a theoretical approach on the issue of collective transportation in the context of the consumer society, encompassing methodological procedures of exploratory qualitative research. Those who use these collectives in their daily commute perceive a large circulation of fast-consuming goods, especially processed foods. We observe that consumption is expressed in the various ways, in each individual who has his own tastes and customs. However, in a collective environment such as the bus, individual eating habits are related to collective behavior, marked by the precariousness of ingested nutrients, as well as the increase of residues from the products consumed in these spaces.

KEYWORDS: Consumer. Foods. Bus. Income.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o consumo esteve presente enquanto uma atividade característica para a provisão das necessidades humanas: de alimentação, vestimenta, abrigo, trabalho, lazer, etc. Com o advento da Revolução Industrial é apresentado uma mudança de compreensão e a unidade familiar passa de unidade de produção para unidade de consumo, mas foi a partir do século XX que esta atividade tomou uma maior dimensão, impulsionada principalmente pela lógica do mercado capitalista. Como aborda Santos (2005, p.56) “o consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual”.

Na formação do arranjo, marcado pelos novos modos de vida urbana, o transporte de caráter público coletivo assume novos papéis, principalmente no tocante à comercialização de alimentos. Que revela o reflexo de uma sociedade com estilo de vida acelerado, cujo tempo se torna cada vez mais insuficiente, e que solicita dos alimentos a praticidade, mesmo que esses se apresentem de maneira precária quanto ao atendimento mínimo das necessidades nutricionais dos indivíduos.

É importante refletir como os novos ambientes proporcionados pelo modo de produção capitalista, em prol da reprodução do capital, contemplam as relações interpessoais no espaço. Assim como, compreender a perspectiva das práticas de consumo de gêneros alimentícios que correspondem ao consumo de signos e significados, utilizando o estudo de caso para exemplificar o fenômeno do comércio ambulante no Transporte Rápido por Ônibus (BRT) da Região Metropolitana do Recife.

Desse modo, o presente capítulo busca abordar algumas relações de consumo estabelecidas entre usuários/as e vendedores/as dos equipamentos de Transporte Rápido por Ônibus (BRT) no Grande Recife/PE, dado que além da relação cotidiana que corresponde ao fluxo de pessoas e mercadorias nos BRT existe a potencialidade de utilizar esse espaço enquanto objeto de estudo para as práticas de consumo

individual e coletivo, relacionadas à alimentação.

2 | O CONSUMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Anteriormente, as sociedades eram direcionadas a pouparem seus bens e recursos, e se definiam como ‘sociedades de produtores e produtoras’. O fator importante se baseava em consumir mercadorias pesadas e duráveis, pois estas transmitiam uma sensação de conforto e segurança em longo prazo. Contudo, este formato perdeu forças com o surgimento das sociedades de massas com os seus modos de produção transformados a partir de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. É possível observar quando Santos (2005) coloca que

“a ampliação do consumo ganha, assim, as condições materiais e psicológicas necessárias, dando à pobreza novos conteúdos e novas definições. Além da pobreza absoluta, cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumo e pela forma como o fazem” (SANTOS, 2005, p.71).

De acordo com Mendonça e Melo (2009) o arranjo de desenvolvimento industrial baseado na produção de bens materiais em quantidades cada vez maiores permitiu intensificar as mudanças dos contextos sociais, fazendo surgir a ‘sociedade de consumo e de consumidores/as’. Ao completar esta ideia, Silva (2011) traz a contribuição de que o indivíduo possui, agora, a liberdade de escolha e decidir como e de qual maneira deseja atender suas necessidades, inicia a sociedade ‘*la carte*’.

Segundo Nunes (2008, *apud* Mendonça e Melo 2009), a expressão sociedade de consumo designa uma sociedade característica do mundo desenvolvido em que a oferta excede geralmente a procura, e os produtos são normalizados a certos tipos de padrões de consumo massificados, afim de, atender públicos em escalas globais. Este excesso de mercadorias resulta numa coleção infinita de instantes que são alternadamente mudados.

A sociedade se materializa no intuito de realizar seus desejos individuais numa busca pela felicidade, e ao mesmo tempo, se perde em suas escolhas, pois não acompanha a velocidade da produção do mercado. É importante a adaptação dos seres humanos ao ritmo veloz das relações, pois as dificuldades de adaptação não são bem vistas pelo modo e produção capitalista. E essa busca tem deixado os/as consumidores/as assumirem relações de consumo cada vez mais dinâmicas e heterogêneas, o que estimula a problematização sobre a forma como se comportam em relação as suas práticas de consumo.

Uma das premissas fundamentais do moderno campo do comportamento do consumidor/a é a de que as pessoas, muitas vezes, compram produtos não pelo que eles fazem, mas pelo que eles significam e expressam no nosso cotidiano (BAUDRILLARD, 2008 *apud* SILVA, 2011). O consumo está relacionado a uma

multiplicidade das representações cotidianas onde signos e significados incorporados aos produtos adquirem um valor simbólico, de prestígio e/ou *status*, e a relação entre consumidor/a e o produto é caracterizada por uma identidade afetiva. Corroborando com a reflexão de Barbosa (2004) sobre a sociedade de consumo que pode ser definida por um tipo específico de consumo, o consumo de signo ou commodity sign. De modo a compreender a sociedade de consumo enquanto “um dos inúmeros rótulos utilizados por intelectuais, acadêmicos, jornalistas e profissionais de *marketing* para se referir à sociedade contemporânea. Assemelha-se à sociedade da informação, do conhecimento, do espetáculo, de capitalismo desorganizado e de risco” (BARBOSA, 2004, p.7).

Mas também neste contexto, consumidores/as se sentem pressionados e cobrados pelos meios de divulgação dos produtos, para adquiri-los o mais rápido possível. “Por meio da publicidade produtos e serviços são divulgados intensamente e a sociedade de consumo, que é a sociedade capitalista, atinge seu objetivo: produção e consumo em massa, e acumulação de capital” (SILVA, 2011, p.4). Para que este objetivo seja alcançado cada vez mais rápido, desenvolve-se a estratégia de tornar os produtos cada vez mais obsoletos.

Na sociedade moderna, o consumo de pátina é substituído pelo consumo de moda (BARBOSA, 2004). Os produtos não são feitos para serem duráveis a largos períodos, podemos citar o caso do ônibus que tem assumido diversas configurações para atender às necessidades de deslocamento de pessoas em maior quantidade entre os lugares, mas na medida em que se moderniza para suprir essas necessidades contempla novas demandas de equipamentos na perspectiva de condicionar o consumo desse bem enquanto uma mercadoria substituível. Entretanto, a reflexão da demanda desta produção se dá cada vez mais a partir da oferta dessas novas mercadorias/equipamentos, que precisam ser absorvidas pelo mercado.

Podemos considerar que a obsolescência é um recurso da gerência de produtos, baseando-se num tempo ou condições em que o produto deve ter vida útil “ideal” (GIACOMINI 1991, *apud* MENDONÇA e MELO, 2009). Muitos produtos passam a serem obsoletos por se tornarem antiquados, e sendo substituídos por outros que realizam melhor suas funções, outros por terem sua vida útil reduzida, e outros que são programados para durar até certo tempo e depois serem descartados e substituídos, a fim de, incentivar e movimentar o mercado em massa dessa produção.

Consideramos o ônibus/BRT uma mercadoria dessa lógica. Cabendo, portanto, a reflexão sobre a questão do consumo sob a dialética da produção, o que de certa forma corrobora com a dimensão não apenas do espaço ônibus nas relações de consumo cotidianas, as quais compreendem os/as usuários/as e vendedores/as ambulantes. Mas também, o mesmo configurando dentro do sistema capitalista de produção enquanto objeto das relações de produção do mercado.

3 | O COMÉRCIO AMBULANTE NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

As novas adaptações para suprir necessidades de sobrevivência, possibilitaram o surgimento do processo de formação e expansão das cidades. Intensificado pelos novos modos e condições de funcionamento do trabalho, que deram à indústria o lugar para a fabricação de bens e serviços, produzidos anteriormente, no espaço doméstico pelos membros familiares.

Segundo Bernardo Secchi (2006) a cidade é resultado da construção histórica de ideias e imaginários decorrente das atividades humanas. Não se trata de uma estrutura presa e limitada às suas formas tangenciais, mas de um conjunto de dimensões simbólicas de representações formadas ao longo do tempo. O que a caracteriza como múltipla e heterogênea.

O processo de concentração das atividades cotidianas junto com a verticalização das cidades permitiu uma nova estrutura que aproximou cidadãos/as aos equipamentos urbanos tais como escolas, hospitais, indústrias, ambientes religiosos, centro de compras, de lazer e etc., fazendo do transporte motorizado um instrumento indispensável nesse deslocamento.

No avesso dessa composição vieram os impasses provocados pelos novos modos de vida de uma sociedade caracterizada pela cultura do consumo individual, cuja, as marcas estão estritamente ligadas à lógica da produção capitalista, onde as relações de poder são possibilitadas pelo acesso a recursos financeiros que delimitam as relações humanas dentro das sociedades.

Nesse contexto, o transporte urbano surge como uma mercadoria com mercado valor de uso e valor de troca, para satisfazer uma carência, uma necessidade ou um desejo humano, nesse caso, atendendo o deslocamento de cidadãos/as (HARVEY, 2013). E o dinheiro é o recurso utilizado para o seu funcionamento, fazendo esse mecanismo o constructo das relações de poder diretamente ligadas às relações sociais, na medida em que se formam grupos segmentados nos diversos meios de transporte: automóveis, bicicletas, ônibus, BRT, motocicletas, trens, metrô, etc.

Com isso, o transporte coletivo se constitui como um bem de capital para as empresas privadas que fornecem esses serviços de uso público e/ou privado. Seu valor está ligado à questão do território dos municípios, que recebem uma parcela decorrente desta atividade, de acordo com os requisitos dispostos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

“Um instrumento municipal de planejamento territorial que permite caracterizar zonas da cidade com funções específicas, de modo a disciplinar as atividades da iniciativa no território urbano de modo equilibrado entre as demandas sociais e o desenvolvimento econômico. Ela impacta diretamente nos padrões de deslocamento diário da população” (DUARTE; LIBARDI; SÁNCHEZ, 2012, p. 13).

Este solo assume distintos significados, obtidos a partir do interesse que é dado a ele, e os meios de consumo denominarão o valor de troca entre esses espaços.

De acordo com dados do Senso Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gasto com transporte das famílias rurais e urbanas no Brasil representava uma parcela de 19,6% do orçamento mensal. O que significou a terceira maior participação nos gastos nacionais com consumo, cujo resultado praticamente se iguala ao de alimentação que é de 19,8%. Esses resultados nos mostram quão representativos são os gastos mensais das famílias com o transporte, um direito social que assim como a educação, a saúde e a alimentação, está previsto na Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, é perceptível no caso do transporte público coletivo, que o consumo assume uma pluralidade de significados. A partir da necessidade cotidiana de deslocamento urbano, o transporte se configura enquanto um equipamento que reúne diversas pessoas por um determinado tempo de percurso entre um lugar e outro, mas que também se revela enquanto um espaço que proporciona diversas relações sociais de convivência, além de abrir caminho para um fenômeno crescente em nossos dias atuais: a comercialização ambulante, principalmente de alimentos processados e de consumo imediato, no interior dos coletivos. Não obstante, quem utiliza o transporte público coletivo para o seu deslocamento cotidiano no Grande Recife/PE, percebe a crescente atividade de comércio informal que começou dentro dos ônibus e metrô, e que recentemente, avança em corredores de BRT, logo após a inserção deste novo modal no sistema de transporte da referida região.

4 | METODOLOGIA

O estudo traz uma abordagem teórica sobre a questão do transporte coletivo no contexto da sociedade de consumo, abarcando procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, a partir do método de compreensão fenomenológico. É importante salientar que o mesmo tem como objeto de observação o BRT no Grande Recife, que funciona em dois corredores: o Norte-Sul que liga a BR-101 Norte ao centro de Recife (Avenida Dantas Barreto) e o Leste-Oeste que vai do centro de Recife (Avenida Guararapes) à cidade de Camaragibe.

A pesquisa de caráter qualitativo conforme Minayo e Sanches (1993) se caracteriza como uma abordagem no campo da subjetividade e do simbolismo. Onde é possível perceber não apenas o que é posto das relações, mas, as mais variadas dimensões que as contemplam. No caso deste trabalho, as dimensões subjetivas presentes entre os sujeitos no ambiente do ônibus (usuários/as e vendedores/as) são fundamentais para compreender as relações de consumo abordadas.

De acordo com Chizzotti (2003) é possível compreender a pesquisa qualitativa enquanto um campo interdisciplinar de conhecimento. Visto que, a contextualização das dimensões que compreendem a problematização do fenômeno exposto é visualizada não apenas por uma vertente de conhecimento, mas por conjuntos interdisciplinares.

Realizando assim, uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO; SANCHES, 1993). Pois estabelecem significados com o ser e o pertencer dos indivíduos envolvidos (usuários/as e vendedores/as ambulantes).

Portanto, é importante salientar que muitas outras relações vão tangenciar o presente estudo, no entanto, as relações interpessoais e as práticas de consumo e de distribuição que envolvem usuários/as e vendedores/as é que serão discutidos. Contudo, a intenção não é de esgotar aqui as reflexões, mas de fato, levantar questões para aprofundar as reflexões futuras sobre a temática. Nessa perspectiva, este trabalho é desenvolvido de modo mais focado e profundo, que segundo Charnoux (2006, p.38) busca “entender não apenas o fenômeno estudado, mas o contexto no qual ele se desenvolve”.

Inicialmente deparamos com a necessidade de apresentar o contexto em que se apresenta o nosso objeto de pesquisa contextualizado que é o ônibus BRT. Ele surge da perspectiva de atendimento eficiente a população no aspecto de abarcar em uma única via a necessidade do transporte coletivo rápido. Além da observação a este sistema enquanto resultado da realização de dois grandes eventos esportivos no Brasil – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas/Paralimpíadas de 2016.

Para a coleta de informações: a) Foram utilizados documentos pertinentes aos Direitos conquistados pelos/as cidadãos e cidadãs, como por exemplo, a Constituição de 1988, dentre leis municipais, como o Regulamento STTP, Art. 75, Inciso VIII. Onde estima-se a proibição da atividade de vendedores e pedintes nos ônibus. Com o objetivo de fazer a discussão com a teoria levantada na revisão bibliográfica; b) Observação participante e anotações em caderno de campo.

5 | O COMÉRCIO AMBULANTE NOS BRT DA RMR

Na sociedade contemporânea, as relações de consumo estão presentes nos diversos espaços. Os centros de compras se popularizaram e avançaram pelos bairros periféricos das cidades (BARBOSA e CAMPBELL, 2006), substituindo cada vez mais as feiras livres e os comércios de bairro. E deste modo, os BRT aqui estudados, se apresentam dada a dinâmica do cotidiano, como os novos centros urbanos móveis/sobre rodas, que sustentam a contradição do Estado que não tem emprego formal e de uma parcela da população que precisa sobreviver, mesmo que do comércio informal. Além de dar conta de ‘necessidades’ emergentes dos/ passageiros/as através do consumo imediato.

No contexto nacional, a realização dos megaeventos vivenciados nos últimos anos (Copa Mundial de 2014 e as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016), possibilitou à construção de equipamentos para acomodar os grandes públicos desses

espetáculos. A cidade do Recife sediou alguns eventos e precisou ampliar sua estrutura: criar condições de deslocamento dentro do fluxo do seu trânsito urbano era um dos aspectos que necessitavam reforços para serem efetivados, o que incentivou no projeto de um novo modal de transporte: o Sistema BRT, mas que não conseguiu atingir total funcionalidade durante esses períodos.

Com os eventos passados, tais equipamentos ficaram, e neste processo, o transporte público coletivo assumiu outros papéis diante do contexto urbano. Além de não amenizar as condições de deslocamento urbano e superlotação do transporte público coletivo, possibilitou na formação de um comércio de vendedores/as ambulantes constantes nos Terminais Integrados, nas estações de metrô e BRT, e no interior dos veículos, se revelando enquanto uma estratégia, diante das contradições do sistema capitalista, de renda para trabalhadores/as que atuam no mercado informal e até mesmo como uma opção para àqueles que estavam desempregados/as.

É importante destacar que esta atividade, mesmo sendo cada vez mais intensa nesses espaços, se constitui enquanto uma atividade irregular e proibida, determinada no anexo quinze do regulamento do Sistema de Transporte Público de Passageiros da RMR (STPP/RMR). Alguns vendedores/as que estão há algum tempo nesta atividade relatam que já tentaram negociar com a gerência do Grande Recife Consórcio de Transportes (órgão de gestão do STPP/RMR), mas não obtiveram nenhum resultado, nem mesmo um diálogo que pudesse ser válido no âmbito de regularização, revelando a impossibilidade de qualquer forma de negociação para viabilizar esta atividade nos coletivos de transportes.

O medo da fiscalização convive diariamente entre vendedores/as desse comércio ambulantes. Sofrer ameaçadas e ter a sua mercadoria apreendida são condições bastante conflituosas e que são vivenciadas cotidianamente. O modo 'ambulante' aparece enquanto uma estratégia para driblar tal repressão, pois facilita a rotatividade de vendedores/as entre os espaços e os aproximam dos/das clientes que desejam adquirir seus produtos durante a viagem.

A atratividade desse comércio está na característica de fornecer mercadorias com preços menores quando comparados com aqueles do comércio fixo dentro dos Terminais Integrados, que têm custos fixos de manutenção do ponto de comercialização, e conseqüentemente reflete no preço das mercadorias. No caso dos/das ambulantes este aspecto não é contabilizado, o lucro com a mercadoria é colocado em cima do valor de atacado do produto, barateando o seu preço final.

Visto que uma discussão não realizada é a de que existe uma produção de mercadorias para serem absorvidas de imediato, e que são comercializadas por esses vendedores/as ambulantes. Mas que aparecem, enquanto contradição do modo de produção capitalista e suas inconcretudes, tais como o advento da globalização, onde o mercado informal abarca esses indivíduos excluídos e excluídas do comércio formal.

A reflexão sobre a perversidade do Sistema Capitalista tangencia além da perspectiva de excluídos e incluídos no mesmo, resulta em relações além de desigualdade e hierarquizadas, situação de violação de direitos. Como o direito humano a um trabalho digno que lhe dê condições de atender as suas necessidades básicas compreendidas na Constituição Federal de 1988. Dentre essas situações não podemos deixar de contextualizar que o/a vendedor/a ambulante se caracteriza por indivíduos adultos incluídos nesse mercado informal do trabalho, mas também, compreende uma margem significativa de adolescentes e em alguns casos crianças que executam esta atividade, muitas vezes com o consenso de seus responsáveis. Sendo importante, portanto, visibilizarmos essa problemática, para que juntos: sociedade, família e Estado, desenvolvam estratégias para garantir o direito desses indivíduos já reconhecidos e embasados.

Outro ponto também a ser refletido que ultrapassa o do processo de produção, é o oferecimento de muitas empresas de mercadorias que atendem a demanda do consumo imediato neste espaço. Fundamentado e influenciado pelas propagandas, veiculando a praticidade da utilizados dos produtos. Como exemplo, temos as marcas como Elma Chips que redimensiona a quantidade de produto a venda, na perspectiva de proporcionar níveis de consumo com embalagens mini, médias e/ou grandes, configurando formas de adaptação. Mas também, surgem estratégias de similaridade a marcas já reconhecidas como o caso das marcas de pipoca que dividem o gosto dos/as usuários/as, como as marcas de pipoca Boku's e Veneza.

Contudo, o que nos chama a atenção é que na crescente circulação desse comércio sobre rodas, as mercadorias se multiplicam revelando um novo centro de compras ambulantes no fluxo urbano, que por um lado, agradam àqueles que adquirem os produtos durante a viagem para atenderem a uma necessidade pessoal ou colaborar com uma ajuda financeira ao vendedor/a, mas que por outro lado, também desagradam passageiros/as dos coletivos, pois contribuem com a propagação de ruídos sonoros que incomodam quem está por perto, além da alta produção de lixo no descarte dos produtos consumidos pelos usuários/as do serviço de transporte.

6 | A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DENTRO DOS BRT

De acordo com Canclini (2006), o consumo é um conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Esta atividade se revela em todo e qualquer espaço, até mesmo nos equipamentos de transportes urbanos. E neste cenário, os alimentos surgem como as principais mercadorias de circulação desse comércio. Eles são propostos enquanto uma sugestão de “passatempos da viagem” de baixo preço e consumo imediato. A lista de produtos à venda é bastante variada, vai desde a pipoca salgada/doce e água mineral até bombons, caramelos, chocolates, trufas, tortas, biscoitos, refrigerantes,

salgadinhos, empadas, sobremesas, sanduíches, caldinhos, embutidos e enlatados, refeições completas, além de outros itens.

Por outro lado, apesar de encontrarmos em alguns trechos a comercialização de algumas frutas do tipo mexericas, destacamos os aspectos pelos quais compõem tais produtos mencionados, são alimentos ultra processados com altos teores de conservantes como sódio e açúcares, cuja finalidade é prolongar o tempo de vida de prateleira desses produtos. E que ingeridos diariamente acarretam fatores prejudiciais a saúde, se apresentando na forma de doenças cardiovasculares, obesidade, carências de nutrientes como as vitaminas e os minerais, diabetes, entre outros aspectos. O que compromete a soberania e segurança alimentar de consumidores/as desses produtos, vista enquanto um campo atual de discussão na perspectiva da saúde pública, mas não tão somente, pois a ultrapassa e contempla outras visões e áreas de conhecimento sobre a problemática. Sendo necessária a reflexão inter e multi disciplinar, na correlação, interação e intersecção dos conhecimentos para a construção e compreensão crítica do contexto social.

De modo que a dimensão subjetiva das relações de consumo se revela a partir de vários eixos, tais como:

a) A lógica da produção capitalista que mesmo produzindo indivíduos para residirem à margem do desenvolvimento ideal da sociedade de consumo, possui a produção de determinadas mercadorias que atendem as estratégias, seja de renda ou de pertencimento desses vendedores/as ambulantes;

b) As dimensões que envolvem essa relação de consumo nos BRT, sejam de afetividade (pelo usuário/a já reconhecer o/a ambulante) quer seja pelo produto oferecido (que terá conexão ou não com a exposição em massa pela mídia);

c) Ou ainda o modo de vida aliado a este modo de produção capitalista que legitima padrões enquanto referência, atribuindo valor a determinadas práticas cotidianas, que devido à mecanização de nossas ações não temos o devido tempo de problematizar ou de refletir.

Deste modo, é importante trazer dois aspectos consideráveis na configuração do comércio ambulante nos corredores de transportes estudados:

1) Observou-se durante a análise que no corredor Norte/Sul, com destaque para as duas linhas de BRT observadas, há uma maior predominância do comércio ambulante com relação ao corredor Leste/Oeste. O primeiro aspecto considerável pode está relacionado ao fato de que a linha observada do corredor Leste/Oeste não realiza o seu trajeto de viagem ao longo deste corredor, mas em apenas um trecho deste, e mesmo assim, até o momento, ela não utiliza as estações de embarque e desembarque de passageiros/as, operando do mesmo modo como um ônibus comum, sem faixa exclusiva.

2) Enquanto que por outro lado, no corredor Norte/Sul a atividade ambulante cresce cada vez mais. O segundo aspecto que podemos considerar diz respeito ao modo como se configura o funcionamento do sistema do BRT, onde traz semelhanças

do arranjo estrutural dos veículos sobre trilhos, condicionando a funcionar e operar a partir de estações elevadas para o embarque e desembarque de passageiros/as, substituindo paradas com menores distâncias entre si. Esta estrutura possibilitou o deslocamento de vendedores/as entre as estações e o interior dos coletivos, pois funciona enquanto uma esteira de troca e substituição dos pontos de venda. Agora esses vendedores/as não precisam mais pedir que o/a motorista do coletivo que abra a ‘porta do meio’, no sistema de estações elevadas e automatizadas eles/elas já entram sem precisar se identificar, pois utiliza de um espaço de uso comum de passageiros/as para adentrar no interior dos coletivos sem serem percebidos pelos motoristas, e realizando esta estratégia durante todo o dia de trabalho.

7 | CONCLUSÃO

É importante salientar a necessidade de acompanhamento do fenômeno de consumo nos BRT, na perspectiva de compreender o desenvolvimento do mesmo, assim como, promover o aprofundamento das demais temáticas que envolvem esta discussão.

A problematização do consumo de gêneros alimentícios correspondentes aos produtos ricos nutricionalmente em açúcar, sódio e nutrientes não favoráveis dominam estas relações de consumo, no entanto, é possível observar um número significativo do oferecimento de frutas, por exemplo, nesses espaços. E a relação de trabalho informal ao qual os/as vendedores/as estão submetidos/as merece aprofundamento, haja vista que essa relação de venda dentro dos BRT se apresenta impedida de acordo com lei municipal vigente.

Os aspectos estruturais do sistema de estações elevadas possibilitaram condições para o deslocamento desse tipo de comércio ambulante, apesar desta não ser a principal categoria da nossa discussão, pois consideramos que os fatores sócio-políticos e econômicos se revelam de modo estritamente direto com esta nova configuração do comércio informal.

Portanto, as discussões levantadas neste material não propõem fechar a reflexão sobre a temática, mas trazer elementos que possibilitam novos questionamentos sobre o modo das condições de vida urbana, no caso do comércio ambulante dentro dos equipamentos de transportes referenciados, a partir de um contexto marcado pela lógica de produção capitalista do espaço e das relações de mercado da nossa sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. Sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 68 p.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. Cultura, consumo e Identidade. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2006.

- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília, DF: Senado, 2015.
- CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 6ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- CHARNOUX, O. M. G. Metodologia: processo de produção, registro e relato de conhecimento. 3ªed. São Paulo: DVS, 2006.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. Revista portuguesa de educação. Vol 16, n 002. Universidade do Minho, Braga: Portugal, 2003.
- DUARTE, F.; LIBARDI, R.; SÁNCHEZ, K. Introdução à mobilidade urbana. Curitiba: Juruá, 2012.
- HARVEY, D. Mercadorias e troca. In: . Para entender O capital: Livro I. (Título original: A Companion to Marx's Capital, Volume I, Versão, 2010). Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013. Cap.1, p. 25-54.
- IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Despesas, Rendimentos e Condições de Vida. Rio de Janeiro, 2010.
- MENDONÇA, V. S. MELO, M. F. M. Economia Familiar, Consumo e Orçamento Doméstico. Artigo publicado em anais do XX CBED. Viçosa: UFV, 2009.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SECCHI, B. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SILVA, A. L. B. Consumo e publicidade na pós-modernidade. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Londrina, 2011.

CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO

Caroline Conteratto

Economista, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolineconteratto@hotmail.com

Álvaro Sérgio Oliveira

Tecnólogo em Agronegócios, Mestrando no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: asoliveira5@hotmail.com

Daiane Thaise Oliveira Faoro

Administradora, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: faorodto@gmail.com

Gabrielli do Carmo Martinelli

Contadora, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: gabrielli_martinelli@hotmail.com

RESUMO: As discussões acerca da agricultura, alimentação e desenvolvimento vem sendo cada vez mais frequentes nas diversas áreas do conhecimento. Diante disso, esse estudo consistiu em realizar um levantamento da produção científica sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento, afim de verificar a interação entre as mesmas. Para isso, foi utilizada a pesquisa exploratória com abordagem quantitativa, abrangendo apenas as

características dos artigos científicos analisados. O levantamento dos dados ocorreu por meio de uma varredura no periódico internacional *Web of Science*, não delimitando limites de tempo para a seleção dos artigos. Foram encontrados 4937 artigos que possibilitam analisar as temáticas de forma quantitativa. Os resultados mostraram que as publicações acerca dos temas, tiveram maior incidência a partir do ano de 2005, ainda tendo um salto nas publicações a partir de 2015. A análise possibilitou identificar ainda, que os estudos estão sendo desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. As principais áreas em que se vem elaborando estes estudos são agricultura, ecologia e ciências ambientais. De maneira geral, os estudos sobre as temáticas mostram-se crescentes, se preocupando em especial com discussões voltadas a segurança alimentar, sustentabilidade e mudanças climáticas. Evidenciando principalmente os impactos dos sistemas alimentares no meio ambiente, tais como: mudanças climáticas, degradação dos recursos hídricos e do solo. Destarte observa-se que os desafios dos próximos séculos têm crescido na medida que a agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento caminham em sentidos opostos.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura, Alimentação, Desenvolvimento.

ABSTRACT: Discussions about agriculture, food and development are becoming more frequent in the various areas of knowledge. Therefore, this study consisted of a survey of scientific production on agriculture, food and development, in order to verify the interaction between them. For this, the descriptive research with quantitative approach was used, covering only the characteristics of the analyzed scientific articles. Data were collected by means of a sweep in the international journal Web of Science, not limiting time limits for the selection of articles. A total of 4937 articles were found that make it possible to analyze the issues in a quantitative way. The results showed that the publications about the themes had a higher incidence from the year 2005, with a jump in the publications from 2015. The analysis made it possible to further identify that the studies are being developed mainly in the United States and in England. The main areas in which these studies are being elaborated are agriculture, ecology and environmental sciences. In general, the studies on the topics are increasing, focusing in particular on discussions on food security, sustainability and climate change. Mainly evidencing the impacts of food systems on the environment, such as: climate change, water and soil degradation. It should be noted that the challenges of the coming centuries have increased as agriculture, food security and development move in opposite directions.

KEYWORDS: Agriculture, Food, Development.

1 | INTRODUÇÃO

As discussões acerca da agricultura sustentável vem sendo cada vez mais frequentes nas diversas áreas do conhecimento. Destarte, a existência das preocupações acerca das práticas agrícolas, segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, o desafio para os próximos anos, tem como principal atenção a tendência do aumento populacional de aproximadamente 2,2 bilhões de habitantes até o ano 2050, ultrapassando os atuais 7,6 bilhões de habitantes para mais de 9 bilhões de habitantes no planeta terra. Tendo em vista esta perspectiva de aumento populacional, estima-se que aconteça uma forte pressão na produção de alimentos, na gestão e no uso dos recursos naturais (GLENN; GORDON; FLORESCU, 2017; FAO, 2015).

Diante das inquietações com o futuro da humanidade, a Organização das Nações Unidas (2015) através do estabelecimento da Agenda 2030, estabeleceu em setembro de 2015 em sua sede em Nova York/USA, 17 objetivos e 169 metas para o desenvolvimento sustentável do mundo, cujo, dentre os objetivos, estão a busca por energia limpa e acessível, práticas que podem assegurar padrões de consumo e modos de produção responsáveis.

O cenário que se apresenta para os próximos anos indica a necessidade de uma mudança tecnológica para alavancar a produtividade, para assim permitir o atendimento das demandas estimadas. Essa mudança de percurso aponta para um

processo de intensificação sustentável que envolve uma maior produtividade com um menor uso de insumos (HABERL et al., 2010).

Conforme Sá et al. (2017) o avanço dados estudos sobre alimentação, tem como objetivo mostrar alternativas e melhorias das práticas de manejo agrícola, onde de forma sistêmica pode contribuir om a redução das emissões de gases de efeito estufa do solo, aumentando a capacidade produtiva por meio de técnicas sustentáveis, considerando as necessidades do crescimento populacional. Ainda destacam que ações como sistemas agrícolas de manejo integrado podem resultar sinergicamente, tornando a agricultura um importante setor que contribua para soluções como as mudanças climáticas e a segurança alimentar.

A segurança alimentar, por sua vez, promove uma condição onde “todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam suas necessidades alimentares e preferências alimentares por uma vida ativa e saudável” (FAO, 2016).

Conforme os postulados de Lal (2008), as principais questões globais do século XXI, impactam de forma drástica nos processos planetários e nas funções ecossistêmicas, ocorridas em função do estilo de vida cada vez mais afluyente e do crescimento da população humana. Dentre as questões apontadas pelo autor, elencam-se a insegurança nutricional e alimentar, a degradação do solo, a escassez de recursos hídricos, mudanças climáticas eutrofização, extinção de espécies e o desmatamento.

Diante disso, esse estudo consistiu em realizar um levantamento da produção científica sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento, afim de verificar a interação entre as mesmas. Esta investigação está dividida em cinco sessões, sendo além desta breve parte introdutória, a apresentação dos métodos utilizados para a elaboração desta análise, seguida pela apresentação e discussão dos resultados, considerações finais e por fim as referências utilizadas.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo buscou entender a produção científica por meio de um levantamento de dados secundários publicados na base de dados *Web of Science*.

Os dados obtidos e tratados nesta pesquisa utilizaram-se de procedimentos bibliométricos, através da base de dados selecionada pelos seus atributos como qualidade e relevância dos periódicos e das publicações a elas indexadas. Para tanto, esta análise se desenvolveu em diversas etapas conforme ilustrado na figura 1.

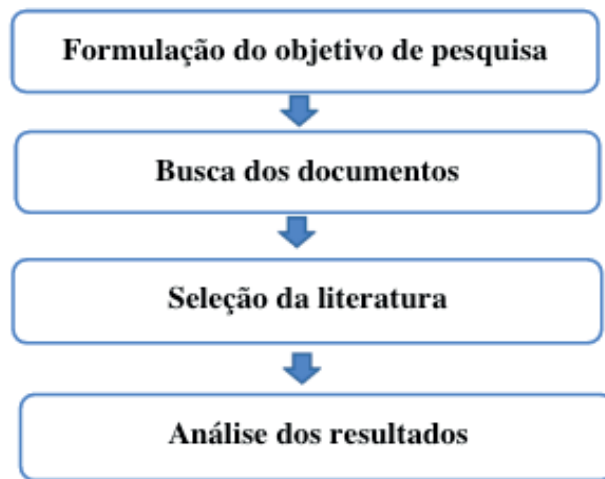


Figura 1 - Cronograma das etapas da análise bibliométrica

Fonte: Elaborada pela autores.

a) Formulação do objetivo de pesquisa: Analisar o avanço do estado da arte científica que envolve agricultura, alimentação e desenvolvimento.

b) Busca dos documentos: ocorreu a partir da pesquisa na base de dados *Web of Science*, permitindo uma busca textual empregando-se os termos: Tópico: (*agriculture*) AND Tópico: (*food*) AND Tópico: (*development*).

c) Seleção da literatura: a busca resultou em 4937 artigos, entre o ano 2000 á 2019. Estes documentos derivaram da busca das palavras-chaves (agricultura, alimentação e desenvolvimento), no dia 08 de abril de 2019.

d) Análise dos resultados: a partir da seleção dos artigos buscou-se fazer uma análise de forma quantitativa da evolução das publicações, revistas em que foram publicados, áreas de estudos, locais em que foram elaborados os estudos, palavras-chave e artigos mais citadas.

A metodologia aplicada a este estudo buscou contemplar os objetivos propostos através de um caminho na qual se utilizará de uma pesquisa de natureza exploratória, que objetiva explorar o avanço da produção científica das temáticas em questão a nível mundial, de modo que este estudo terá uma abordagem quantitativa.

O interesse em realizar este estudo baseou-se na importância socioeconômica que a agricultura possui com questões globais emergentes no contexto da alimentação e do desenvolvimento.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise dos 4937 artigos na base de dados, notou-se que as publicações sobre o tema da agricultura aliado a alimentação e a desenvolvimento, tiveram início a partir do ano de 2005, cujo neste ano foi publicado 108 artigos, posterior

a isto, a temática teve uma evolução constante, tendo alavancado consideravelmente a partir de 2015 como ilustrado na figura 2.

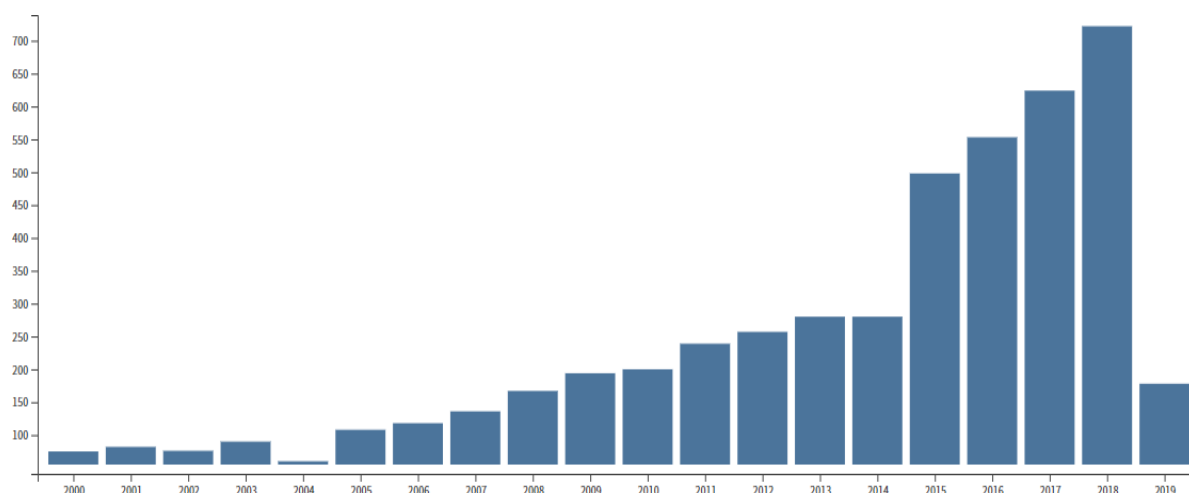


Figura 2 - Evolução das publicações sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento na base de dados *Web of Science*

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar as revistas em que foram publicados os artigos desta pesquisa, observou-se que os 4937 artigos foram publicados em 1623 periódicos diversos. Destaca-se que o periódico que mais publicou sobre a temática foi o *Sustainability* com 119 publicações. Em seguida observa-se que os demais artigos foram distribuídos pelos outros 1622 periódicos. O maior fator de impacto pertence ao periódico *Journal of Cleaner Production* o qual indica que este é o periódico que mais publica artigos de maneira geral das dez elencadas na tabela 1.

Periódico	Nº de publicações	Fator de impacto
Sustainability	119	2.075
Land Use Policy	85	3.194
Food Security	73	2.970
Journal of Rural Studies	73	2.658
Agriculture and Human Values	57	2.568
Agriculture Systems	48	3.004
Food Policy	45	3.111
Scientific Papers Series Management Economic Engineering in Agriculture and Rural Development	43	-
Plos One	41	2.766
Journal of Cleaner Production	39	5.651

Tabela 1- Dez periódicos que mais publicaram sobre as temáticas pesquisadas

Fonte: Dados da pesquisa.

As principais instituições que vem desenvolvendo estudos nos campos científicos pesquisados estão elencados na figura 2.

Instituição	Nº de publicações
Wageningen University Research	184
University of California System	134
United States Department of Agriculture Usda	132
Chinese Academy of Sciences	104
Food Agriculture Organization of The United Nations (Fao)	73
Institut National de Larecherche Agronomique (Inra)	73
Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization (CSIRO)	69
Cornell University	65
International Food Policy Research Institute	61
University of London	60

Tabela 2 – Dez principais instituições que desenvolvem estudos sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o país com o maior número de estudos foi o Estados Unidos, o qual foram elaborados 1249 artigos, em seguida a Inglaterra com 493 artigos, o restante dos artigos foram elaborados em diversos países, sendo que o Brasil foi o 11º colocado no ranking dos países que mais publicam sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento, com 161 artigos.

País/local	Nº de estudos
Usa	1.249
England	493
Peoples R China	436
Germany	332
Canada	317
Italy	316
Australia	287
Netherlands	282
India	247
France	221
Spain	187

Tabela 3 - País/local onde os estudos foram elaborados

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estudos são provenientes de diversas áreas do conhecimento, conforme a tabela 4. Destacam-se estudos da área das agricultura, ecologia e ciências ambientais. De modo que verificasse a interdisciplinaridade presente nestas temáticas, pois são uma questões emergentes e objetos de discussão nas diversas áreas da ciência.

Área de pesquisa	Nº de publicações
Agriculture	1.317
Environmental Sciences Ecology	1.151
Science Technology Other Topics	494
Business Economics	489
Food Science Technology	407
Geography	318
Engineering	213
Water Resources	212
Development Studies	193
Nutrition Dietetics	179

Tabela 4 - Principais áreas do conhecimento em que foram publicados os estudos

Fonte: Dados da pesquisa.

Após verificar as áreas do conhecimento as quais os artigos originaram, observou-se a quantidade de citações em que os referidos artigos obtiveram (quadro 1). Ficou evidente que os artigos que mais foram citados fazem abordagem sobre segurança alimentar, mudanças climáticas, mercados de abastecimento locais e escassez de água.

Título do artigo	Autores	Periódico	Ano	Nº de citações
Adapting agriculture to climate change	Howden, S. Mark; Soussana, Jean-Francois; Tubiello, Francesco N.; et al.	Proceedings of The National Academy of Sciences of The United States of America	2007	731
Global food security under climate change	Schmidhuber, Josef; Tubiello, Francesco N.	Proceedings of The National Academy of Sciences of The United States of America	2007	607
Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market	Hinrichs, CC	Journal of Rural Studies	2000	560
Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development	Renting, H; Marsden, TK; Banks, J	Environment and Planning	2003	557
Water Scarcity: Fact Or Fiction?	Rijsberman, FR	Agricultural Water Management	2006	455

Quadro 1- Cinco artigos mais citados sobre agricultura, alimentação e desenvolvimento.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por fim, sugere-se que estudos futuros contemplem uma análise qualitativa dos artigos, verificando as relações metodológicas, abordagens teóricas, podendo formar clusters por área do conhecimento ou temáticas convergentes.

REFERÊNCIAS

- AIZEN, M. A.; HARDER, L. D. The Global Stock of Domesticated Honey Bees Is Growing Slower Than Agricultural Demand for Pollination. **Current Biology**, [s. l.], v. 19, n. 11, p. 915–918, 2009. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0960982209009828>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- BARHAM, E. Translating terroir: the global challenge of French AOC labeling. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 127–138, 2003. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016702000529>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- COOPER, P. J. M. et al. Coping better with current climatic variability in the rain-fed farming systems of sub-Saharan Africa: An essential first step in adapting to future climate change? **Agriculture, Ecosystems & Environment**, [s. l.], v. 126, n. 1–2, p. 24–35, 2008. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0167880908000145>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- FISCHER, G. et al. Socio-economic and climate change impacts on agriculture: an integrated assessment, 1990–2080. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, [s. l.], v. 360, n. 1463, p. 2067–2083, 2005. Disponível em: <<http://www.royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rstb.2005.1744>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- GORTMAKER, S. L. et al. Changing the future of obesity: science, policy, and action. **The Lancet**, [s. l.], v. 378, n. 9793, p. 838–847, 2011. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0140673611608155>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- GLENN, J. C.; GORDON, T. J.; FLORESCU, E. **State of the future 19.0**. [s.l.: s.n.].
- HABERL, H. et al. The global technical potential of bio-energy in 2050 considering sustainability constraints. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [s. l.], v. 2, p. 394–403, 2010. Disponível em: <www.sciencedirect.com>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- HATFIELD, J. L. et al. Climate Impacts on Agriculture: Implications for Crop Production. **Agronomy Journal**, [s. l.], v. 103, n. 2, p. 351, 2011. Disponível em: <<https://www.agronomy.org/publications/aj/abstracts/103/2/351>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- HENRY, C. Basal metabolic rate studies in humans: measurement and development of new equations. **Public Health Nutrition**, [s. l.], v. 8, n. 7a, 2005. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1368980005001394>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- HINRICHS, C. C. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 295–303, 2000. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016799000637>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- HINRICHS, C. C. The practice and politics of food system localization. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 33–45, 2003. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016702000402>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- HOWDEN, S. M. et al. Adapting agriculture to climate change. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [s. l.], v. 104, n. 50, p. 19691–19696, 2007. Disponível em: <<http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0701890104>>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- INFECTIOUS DISEASES SOCIETY OF AMERICA. **Clinical infectious diseases**. [s.l.] : University of Chicago Press, 1992.

JONES, P.; THORNTON, P. The potential impacts of climate change on maize production in Africa and Latin America in 2055. **Global Environmental Change**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 51–59, 2003. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0959378002000900>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

NEURATH, H.; CRAIK, C. S.; NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES (U.S.). **Colloquium on Proteolytic Processing and Physiological Regulation**. [s.l.]: National Academy of Sciences, 1999.

OLIVEIRA, M. R. V.; HENNEBERRY, T. J.; ANDERSON, P. History, current status, and collaborative research projects for *Bemisia tabaci*. **Crop Protection**, [s. l.], v. 20, n. 9, p. 709–723, 2001. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0261219401001089>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. [s. l.], v. 70/1, n. October, p. 1–35, 2015.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding Alternative Food Networks: Exploring the Role of Short Food Supply Chains in Rural Development. **Environment and Planning A: Economy and Space**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a3510>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

RIJSBERMAN, F. R. Water scarcity: Fact or fiction? **Agricultural Water Management**, [s. l.], v. 80, n. 1–3, p. 5–22, 2006. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0378377405002854>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ROSENZWEIG, C. et al. The Agricultural Model Intercomparison and Improvement Project (AgMIP): Protocols and pilot studies. **Agricultural and Forest Meteorology**, [s. l.], v. 170, p. 166–182, 2013. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0168192312002857>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

RUEL, M. ALDERMAN, H. Nutrition-sensitive interventions and programmes: how can they help to accelerate progress in improving maternal and child nutrition?

The Lancet, [s. l.], v. 382, n. 9891, p. 536 T.; –551, 2013. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0140673613608430>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

SAYER, J. et al. Ten principles for a landscape approach to reconciling agriculture, conservation, and other competing land uses. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [s. l.], v. 110, n. 21, p. 8349–8356, 2013. Disponível em: <<http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1210595110>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

SCHMIDHUBER, J.; TUBIELLO, F. N. Global food security under climate change. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [s. l.], v. 104, n. 50, p. 19703–19708, 2007. Disponível em: <<http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0701976104>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

UNITED NATIONS UNIVERSITY.; SCIENCEDIRECT (ONLINE SERVICE). **Global environmental change**. [s.l.]: Pergamon, 1990.

ZOMER, R. J. et al. Climate change mitigation: A spatial analysis of global land suitability for clean development mechanism afforestation and reforestation. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, [s. l.], v. 126, n. 1–2, p. 67–80, 2008. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0167880908000169>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA

Yuri Rodrigues da Cunha

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília; Bolsista CAPES, e-mail: cunhayr@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão, a partir do referencial teórico/metodológico marxiano, sobre a potência revolucionária da Economia Solidária sob o princípio da autogestão, como uma “protoforma” de novas forças produtivas. Esta reflexão emerge em um contexto histórico e social, no qual, os problemas estruturais e incorrigíveis do modo de produção capitalista chegaram a um momento crítico, colocando em risco a existência da humanidade. Assim, neste trabalho, utiliza-se substancialmente a análise bibliográfica como ferramenta metodológica, concebida a partir da concepção metodológica desenvolvida por Marx, no qual se deve partir do concreto, abstrair, para em seguida retornar ao concreto como um concreto pensado. Portanto, analisa-se os pressupostos teóricos apresentados por Marx sobre o desenvolvimento

histórico do capitalismo, defendendo que, a Economia Solidária pode ser vista como uma nova condição material de existência, incubada no seio da velha sociedade, e que por sua vez, esta, pode produzir uma consciência ética cooperativa, com valores distintos do regime capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; autogestão; modo de produção¹

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca por meio do referencial teórico/metodológico marxiano, analisar a Economia solidária e a autogestão, levando em consideração a seguinte questão: EcoSol e autogestão somadas, podem vir a ser uma nova condição material de existência? Isto é, é possível pensá-las como “protoforma” de novas forças produtivas que, gestadas no seio do capitalismo, poderiam tornar-se um novo modo de produção?

Para responder ao questionamento que nos move, partiremos da avaliação de como Marx compreende o *modo de produção*², para em seguida, avaliar a maneira como o

1 O presente artigo é uma versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado durante o I CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária em 2015, na UFSCar.

2 Cf. MARX, 2008.

referido autor desenvolve sua formulação sobre a transição do feudalismo para o capitalismo³. Este referencial nos proporcionará as categorias analíticas nas quais, utilizaremos para a reflexão aqui proposta, surgidas a partir das experiências e das aproximações com cooperativas autogestionárias orientadas pelos princípios da Economia solidária.

Assim sendo, para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, realizaremos ainda que brevemente, uma retomada acerca da Economia solidária e da autogestão, buscando apontar suas bases históricas e de que maneira, principalmente a primeira, têm-se tornado cada vez mais utilizada em um contexto histórico e específico. No segundo momento, apontaremos, a partir dos estudos de Marx, as formulações que este apresenta acerca do modo de produção e as características do nascente capitalismo⁴ tendo em vista sua gestação no seio do feudalismo, para assim, ao fim, na terceira seção, articularmos as discussões anteriores buscando oferecer uma resposta a nosso questionamento inicial, contribuindo humildemente, para o debate a respeito da Economia solidária e da autogestão.

2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO, SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA

A Economia solidária foi reinventada no Brasil em fins do XX, de maneira bastante incipiente e esparsa na década de 1990 e ganhou um impulso a partir da década seguinte, sobretudo, em virtude do crescente aumento das taxas de desemprego, resultante, dentre outras coisas, das reformas neoliberais e de demais medidas ortodoxas no campo da economia. Embora date do final do século passado, a Economia solidária tem suas bases históricas no princípio de “etapa” industrial, ou da chamada grande indústria, quando muitos artesãos empobreceram em virtude da introdução da maquinaria (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002), os princípios da Economia solidária residem nas ideias do britânico e industrial têxtil Robert Owen, que adotou medidas bastante progressistas no início do século XIX, que protegiam os trabalhadores de suas indústrias, ao limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais construiu escolas. Pode-se dizer que essa prática não era totalmente anticapitalista, pois, estas medidas resultaram em um aumento da produtividade e conseqüente maiores taxas de lucros⁵. Ainda segundo Singer (2002), em meio à

3 Cf. MARX, 2013.

4 Embora privilegiaremos o eixo teórico-metodológico marxiano, não significa que não recorreremos a contribuição de outras correntes teóricas que buscam igualmente, explicar as relações capitalistas, como é o caso das formulações teóricas de Weber, que por meio de seu método historicista, em meio a sociologia compreensiva, analisa o surgimento do capitalismo a partir de uma mudança cultural e das mentalidades.

5 Nesse sentido, é que Marx n'O Capital (2013), desfere uma crítica às medidas de Owen, afirmando, que quando este defendeu a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, introduziu a jornada de 10 em suas fábricas em New Lanark, combinado trabalho produtivo, educação das crianças e cooperativas de trabalhadores, foi acusado de um utópico comunista, todavia, anos depois, quando

depressão da economia inglesa com o fim das guerras napoleônicas, quando parte da indústria inglesa se preocupava com a produção bélica, a produção de outros bens retraiu-se, Owen apresentou um plano para as vítimas da pobreza e para sanar o desemprego, como formas de reestabelecer o crescimento econômico.

O plano apresentado por Owen em 1817 para o governo britânico possuía duas frentes, primeiramente, consistia na realocação dos fundos de sustento dos pobres, que ao invés de ser uma medida distributiva, deveria ser utilizado para compra de terras e construção de aldeias cooperativas, para que nestas, os pobres produzissem para sua própria subsistência, trocando os excedentes entre as próprias aldeias. Desta maneira, tal medida iria reinserir os pobres à produção ao mesmo tempo em que iria gerar economia de recursos públicos. A segunda medida era reinserir os trabalhadores ociosos na produção, para gerar renda com salários, e que, por sua vez, incentivaria o consumo, na mesma medida em que haveria aumento da oferta, ampliando assim o mercado produtor (SINGER, 2002).

Embora as ideias de Owen fossem úteis ao capital, os desdobramentos de suas ideias, particularmente o “cooperativismo owenista” foi uma importante estratégia para o incipiente movimento sindical daquele período. Isto porque, a articulação entre o princípio cooperativista e as formas de luta dos trabalhadores conduzidas pelos sindicatos, ao invés de se limitarem a reivindicações de melhorias salariais e condições de trabalho, convertia-se em ações que buscavam substituir as indústrias capitalistas na produção de mercadorias, dito de outra forma, “a greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão” (SINGER, 2002, p. 29).

De acordo com Engels (1977), Owen deve ser reconhecido, pois contribuiu para a luta dos trabalhadores, pois, mesmo sendo industrial e vivendo em um país onde a produção capitalista estava mais desenvolvida, propôs medidas sistematizadas orientadas para abolir as diferenças de classes. Desta maneira, para Engels (1977, p. 36), “todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora, estão ligados ao nome de Owen”. (ENGELS, 1977, p. 36). Esta afirmação de Engels nos é útil para compreender que mesmo Owen não sendo um representante dos interesses proletários, contribuiu subjetivamente para a luta dos trabalhadores daquele momento⁶, porém, não

Marx escreveu o primeiro livro de O Capital [1867], o trabalho de 10 horas já havia se tornado uma lei fabril, a educação das crianças figurava como texto oficial em todas as “leis fabris”, e a última, as cooperativas de trabalhadores, era utilizada como disfarce para imposturas reacionárias (MARX, 2013, p. 371).

6 Owen foi um sujeito engajado politicamente, segundo Engels (1977, p. 36-37), ele “presidiu o primeiro congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra fundiram-se numa organização sindical única. E foi também ele quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse se organizar de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção – que serviriam, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis –, e de outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de trocas dos produtos do trabalho por meio de bônus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido; esses estabelecimentos tinham necessariamente que fracassar”. Fracassou, pois ele não pensou um sistema universal que pudesse combater a lógica expansiva do capitalismo, desta maneira, a ação que ele levava a cabo,

escapou das limitações que estavam postas aos “utópicos”.

Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia [...].

Os fundadores desses sistemas *compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes sejam peculiar.*

Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas de emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social (MARX; ENGELS, 2005, p. 66).

Mesmo com a crítica desferida por Marx e Engels aos socialistas utópicos, Paul Singer, localiza as cooperativas owenistas como a origem histórica da economia solidária, pois estas se organizavam por um sistema que rejeitavam o comércio intermediado, buscando oferecer a todos as cooperativas um mercado onde pudessem trocar seus produtos. Assim, segundo Singer, “o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo” (SINGER, 2002, p. 33), pois era uma forma de organização, produção, distribuição e consumo das mercadorias orientadas por outras regras que não a lógica de valorização e expansão do capitalismo.

Segundo Singer, após o início do cooperativismo, outras formas de organização cooperativa surgiram, como o cooperativismo de consumo⁷, de crédito⁸ e de compras e vendas⁹. Porém, estas formas de cooperativas pouco, ou nada contribuíram

não tinha como característica uma “revolução permanente”, ou seja, eram ações localizadas que da maneira como estavam inseridas no seio do capitalismo seriam em pouco tempo absorvidas.

7 “O cooperativismo de consumo [...] teve um início claro com a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, como um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Foi fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. [...] Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como princípios universais do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto se investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros; 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.” (SINGER, 2002, p. 39 – 40)

8 O cooperativismo de crédito foi uma invenção alemã e data de 1846, mas foi somente em 1852 que a Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch estava adaptada às necessidades dos pequenos artesãos e dos comerciantes urbanos, que deveriam depositar sua poupança na cooperativa para construir um capital de giro, que deveria ser investidos na esfera produtiva. Essas cooperativas foram conhecidas, segundo Singer (2002), como “Bancos do Povo”.

9 “Estas são associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas. O tipo mais importante desta categoria é a cooperativa “agrícola”, formada por agricultores, em sua maioria pequenos proprietários ou arrenda-

para o movimento da Economia solidária, pois, estes tipos de cooperativa atuam de maneira híbrida, não rompem radicalmente com a lógica capitalista, e muitas vezes combinam um relacionamento democrático externo, com heterogestão e desigualdade entre os associados, desta maneira, o protótipo da Economia solidária reside nas cooperativas de produção.

Ela o é, porque associa produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compra e vendas. Por isso ela não pode ser híbrida, como estas outras cooperativas, que combinam igualmente democracia no relacionamento externo da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior. (SINGER, 2002, p. 90)

Na avaliação de Singer (2002), o cooperativismo de produção, datado do início dos anos de 1830, foi formado em grande parte, por trabalhadores que ao perderam seus empregos – em virtude da introdução da maquinaria na grande indústria –, recorriam às cooperativas como formas de enfrentamento do capital. Todavia, esta não é uma visão hegemônica, em exemplo disto é a concepção desenvolvida por Lima (2004), para o qual apesar do cooperativismo ter marcado a esquerda da época, ora foi visto como alternativa ao capitalismo, ora como possibilidade dentro do capital.

Este exemplo serve para ilustrar para nós, que o debate a respeito do cooperativismo e a Economia solidária não é algo simples e não deve ser visto de maneira unilateral, pois o cooperativismo embora traga em seu âmago a potencia de combate ao capitalismo, por outro lado, pode levar os trabalhadores a autoexplorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmo e em virtude das imposições do mercado de produção¹⁰.

Uma característica importante e que deve ser levada em consideração a respeito da forma cooperativista é a autogestão. Esta divisão que fazemos aqui é meramente didática com o intuito de facilitar a exposição, pois no limite, são esferas que não podem ser concebidas separadamente, sobretudo se for uma cooperativa

tários. Há também cooperativas entre cujos associados se encontram empresas agrícolas capitalistas; embora legalmente sejam “cooperativas”, elas nada têm a ver com a economia solidária. NA realidade, “cooperativas” de firmas capitalistas de grande tamanho tendem agir como cartéis, que exercem o monopólio nos mercados em que vendem e o monopsonio nos mercados em que compram” (SINGER, 2002, p. 83)

10 É nesse sentido que Rosa Luxemburgo (2003), em uma de suas obras mais conhecidas, *Reforma ou Revolução*, defende que “as cooperativas de produção, são pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em sua, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução” (LUXEMBURGO, 2003, p. 80 – 81).

organizada por trabalhadores orientados por princípios solidários e do trabalho associado, e nesse sentido, de uma forma crítica ao capitalismo.

Segundo Follis (2007), deve se entender como autogestão um sistema de organização no qual, as atividades sociais são desenvolvidas mediante cooperação de várias pessoas, e que tomam as decisões relativas à gerência por quantos aí participarem com base no poder decisório às coletividades específicas na atividade. Ainda segundo o mesmo autor, “é possível evidenciar alguns dos seus elementos [origens do conceito de autogestão] no pensamento anárquico, nas concepções do sindicalismo revolucionário europeu e norte-americano e, mais ainda, na ideia do Autogoverno industrial aventada pelos socialistas ghildistas” (FOLLIS, 2007, p. 74).

A autogestão deve ser vista como forma de organização econômica e política enquanto esferas inseparáveis, sobretudo, se levar em consideração as análises no campo do marxismo. Isto porque, segundo Marx (2011, p. 41 – 42) “a produção não é somente uma produção particular. Ao contrário, é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção”. Esta elaboração desenvolvida por Marx é a chamada “inovação radical” defendida por Wood (2006), pois segundo a autora, nesta análise as relações econômicas não existem em oposição aos aspectos políticos e/ou sociais.

Desta maneira,

A autogestão não é um objetivo capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária”. (TRAGTENBERG, S/D p. 4).

Assim, a autogestão da forma como é apresentada por Tragtenberg, é uma importante ferramenta ao cooperativismo, pois é por meio desta que é possível que os trabalhadores associados desenvolvam uma forma específica de consciência que leva a uma determinada ação, ou seja, seria uma forma de *práxis*¹¹. Portanto, a autogestão numa cooperativa solidária é, em tese, totalmente diferente da gestão capitalista, todas as informações necessárias à gestão, bem como o planejamento e o gerenciamento do trabalho são realizados exclusivamente pelos trabalhadores, permitindo que estes sejam agentes, isto é, aqueles que agem e o fazem como resultado de uma forma consciente.

Portanto, através dessa exposição é possível identificar que o cooperativismo que surge como uma forma de enfrentamento do capital conforme defendendo por

11 A *práxis* é uma unidade entre a teoria e prática, onde, a ação é sempre norteada por uma finalidade. A finalidade existe na consciência dos sujeitos, mas não de uma forma abstrata, e sim, é construída a partir das relações históricas e concretas, como síntese de múltiplas determinações, buscando responder a determinados problemas que surgem em um contexto específico. Assim, a finalidade passa a ser a norteadora da ação, que busca exteriorizar aquilo que existia como ideal, como fim. Para maiores detalhes a respeito da *práxis*, ver VÁZQUEZ (2007).

Singer, não pode ser concebido distante de uma organização autogestionária, pois esta, como aponta Tragtenberg, é a maneira viável da construção de uma democracia operária. Vejamos agora, ainda que de maneira breve, a discussão iniciada por Marx sobre o surgimento do capitalismo, e sua formulação a respeito do modo de produção, para que em seguida articulemos estes dois pontos.

3 | O CAPITALISMO E O MODO DE PRODUÇÃO DO PONTO DE VISTA MARXIANO

Marx (2008) quando analisa a sociedade capitalista, parte sempre das concretas relações de produção, demonstrando que esta, constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam as demais superestruturas, jurídica e política. Isso significa que o ponto de partida para investigar uma determinada sociedade são as bases concretas e materiais sobre as quais se assenta, pois são a partir desta que se desdobram não como um mero autômato, as formas ideológicas que visam manter uma dada forma de produção, dito de outra forma “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 2008, p. 47).

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se elevam uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O *modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual*. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47 – 48, *grifos nossos*).

Nas palavras de Marx, é possível identificar que o modo de produção é determinante – e não determinista, em sentido reducionista – no processo de vida social, política e intelectual. Dito de outra maneira, o modo de produção capitalista converteu-se em uma “estrutura *“totalizadora”* de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Nesse sentido, o modo de produção não é apenas uma tecnologia, uma organização social da atividade produtiva, mas também, uma relação de poder.

Segundo Wood (2006), algumas instituições políticas e jurídicas existem independentemente das relações de produção, como uma espécie de “autonomia relativa”, mas, ajudam a sustenta-las e reproduzi-las, porém, “as relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares que não são meros reflexos secundários [...] mas constituintes dessas relações de produção” (WOOD, 2006, p. 33).

Assim, pensar a respeito do modo de produção é, sobretudo, levar em consideração a articulação das diversas esferas da vida social como elementos

construídos socialmente e historicamente, que se articulam como um complexo de complexos, determinando as oportunidades dos sujeitos de acordo com o nível hierárquico que ocupa dentro da vertical sociedade capitalista. Dito de outra maneira, o modo de produção é uma forma de compreender a totalidade das relações sociais, sendo que, essa totalidade “não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente” (LUKÁCS, 1972, p. 28).

Assim, ao recorrer à teorização marxiana a respeito do chamado modo de produção, temos que ter em mente, que esta não é uma categorização abstrata, mas uma realidade concreta. Nesse sentido, se neste trabalho, propomos um questionamento a respeito da Economia solidária e autogestão como elementos que podem potencialmente ser um novo modo de produção, temos que retomar outro aspecto importante dentro da teoria desenvolvida por Marx que é o surgimento do capitalismo.

Ao discorrer sobre as origens históricas do capitalismo, Marx n’O Capital defende que este modo de produção pressupõe uma acumulação originária, para que assim, o dinheiro possa ser convertido em capital, e como por meio do capital produz-se o mais-valor e do mais-valor, volta-se a produção do capital, como uma espécie de ciclo vicioso que se produz e reproduz (MARX, 2013).

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscavam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio de compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de quem nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos, etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção.[...] A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a matéria pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 786).

Nesta citação, apesar de longa, nos demonstra o raciocínio de Marx no que tange o ponto chave e fundamental do surgimento do modo de produção capitalista que é a separação entre produtores e produtos de seus próprios trabalhos. Esta separação se dá na medida em que há uma transição do feudalismo para o capitalismo se dá pelas mãos da burguesia como agente político e revolucionário, e que “a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação” (MARX; ENGELS, 2005, p. 41).

Disto decorre que o capitalismo para tornar-se um novo modo de produção,

tem que libertar-se das amarras estabelecidas durante o feudalismo, isto é, permitir que o trabalhador pudesse vender livremente sua força de trabalho. Esta ocorreu quando o produtor direto se libertou dos grilhões das glebas e da servidão, por isso mesmo, a ideia de liberdade dos trabalhadores, que é ideologicamente “vendida” no capitalismo, reverbera de maneira profunda na consciência do trabalhador. Todavia, a libertação da servidão possibilitou aos trabalhadores venderem a si próprios, depois que seus meios de produção foram saqueados, bem como as garantias de sua existência (MARX, 2013).

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. (MARX, 2013, p. 787).

Desta maneira, é possível concluir que embora a estrutura econômica da sociedade capitalista tenha surgido da estrutura econômica da sociedade feudal, a sociedade burguesa moderna, não aboliu os antagonismos de classe, e portanto, não fez mais do que estabelecer novas classes e novas condições de opressão (MARX; ENGELS, 2005; MARX, 2013).

Nesse sentido, a dinâmica particular do capitalismo possui leis de movimentos muito díspar de qualquer forma social existente, imperativos da competição e maximização do lucro, subordinação da própria produção à auto expansão do capital, a necessidade sempre crescente de aumentar a produtividade do trabalho por meio de técnicos (WOOD, 2006). Enfim, todas estas características foram desenvolvidas no capitalismo que surgiu a partir da libertação dos grilhões da sociedade feudal. Nesse sentido, as contradições e os limites existentes à burguesia comercial e manufatureira tiveram de ser rompidas para que o capitalismo pudesse se desenvolver de maneira livre.

Ainda que tenhamos aqui, insistido na utilização do referencial teórico-metodológico marxiano, consideramos importante, levar em consideração uma avaliação elaborada por Weber em sua ética protestante¹², pois ela também nos auxilia para pensarmos o questionamento aqui proposto. Em meio à avaliação de Weber, a mudança de mentalidade proporcionada pela reforma protestante foi fundamental para o surgimento do capitalismo, pois, as amarras e os limites impostos pelo catolicismo foram rompidos com a reforma, e esta passou a pregar não mais a pobreza, mas sim à posse da riqueza, nascendo assim do ideal ascético da riqueza, que por sua vez, rompe com os próprios limites religiosos (WEBER, 2001; 2006).

Portanto o que buscamos demonstrar aqui, do ponto de vista marxiano, é que o surgimento de um dado modo de produção só pode ser gestado em um modo

12 Não vamos aqui apresentar nos pormenores o historicismo weberiano, pois nos interessa uma questão pontual em sua resposta ao surgimento da modernidade capitalista, a mentalidade.

de produção que o antecede, pois, nenhuma transformação pode ocorrer fora da história, e, portanto, fora de uma construção social. Isto quer dizer, que uma dada condição material de existência, preexiste, ainda que em potência, no seio de uma sociedade que a antecede, conforme demonstrou Marx.

4 | ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO, UMA NOVA CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA?

O desdobramento histórico do capitalismo chegou a um ponto a partir do último quarto do século XX, onde o desemprego e a precarização tornaram-se estrutural, por uma série de razões, como: neoliberalismo, reestruturação produtiva, toyotismo, mundialização do capital, deslocalização fabril, abertura das fronteiras comerciais, etc. Não é o caso retomar cada um desses movimentos e analisa-los à luz do problema aqui proposto.

Queremos chamar a atenção que o desemprego e a precarização, são dois elementos importantes e impulsionadores para a criação do movimento de economia solidária no Brasil. E mais do que uma resposta ao desemprego, esta alternativa viável traz em si, a capacidade de outra lógica de organização da produção que difere dos valores do capital. Ainda que surgiu como uma possibilidade de geração de trabalho e renda às vítimas do desemprego, a economia solidária pode modificar as relações seja em um nível macroestrutural e econômico, como transformações em um nível subjetivo, de mentalidade.

Segundo Singer (2002, p. 112), “o programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”. A nosso ver, não trata-se simplesmente de implantar o cooperativismo orientado pelos princípios da economia solidária, se não for concebido também a autogestão, pois esta permite a criação de outro sentido para os trabalhadores inseridos em uma cooperativa.

A autogestão dum empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer. (SINGER, 2000, p. 20).

Se a economia solidária surge, portanto, como uma resposta as contradições geradas dentro do capitalismo, em uma etapa globalizada, ela pode ser concebida como potência para uma nova forma de organização da produção, que pode (?), futuramente, superar a lógica de produção capitalista. Assim como o capitalismo

surgiu no seio do feudalismo a superou historicamente por meio das ações revolucionárias da burguesia, que passaram a ver os limites impostos pelo mundo feudal, os trabalhadores, que passam a viver cotidianamente inseridos em uma produção autogestionária, cooperativa e solidária, podem perceber que outra forma de organização produtiva e material seja possível.

Um elemento importante é que a economia solidária não está restrita a empreendimentos isolados, mas há uma rede sendo tecida, onde até bancos de financiamento foram criados, além de contar também, com uma Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego¹³. Nesse sentido, “a economia solidária poderá ser *mais do que uma mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER, 2002, p. 114, *grifos no original*).

Embora aparentemente a economia solidária seja vista como um hibridismo entre o capitalismo e a pequena produção, na medida em que visa gerar fonte e renda aos desempregados, entendemos, assim como defendido é por Singer (2000, 2002), que a unidade proporcionada pela economia solidária entre cooperativa de produção, gestão democrática, autogestão e repartição líquida entre cooperados, possibilita uma formação de um sujeito diferente daquele que é produzido estritamente pelas relações capitalistas. Dito de outra maneira trata-se de uma concepção “de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívios que produzem e reproduzem a igualdade” (SINGER, 2002, p. 116).

Assim sendo, concluímos nossa reflexão defendendo que a economia solidária e a autogestão podem ser uma protoforma de uma nova condição material de existência, na medida em que articula tanto a produção das bases materiais necessárias à produção e reprodução da vida, com a criação de um novo tipo de sujeito com uma mentalidade solidária e cooperada, vendo-se e reconhecendo-se no outro, ainda que fora do espaço de trabalho ele esteja inserido em outras dimensões da esfera totalizante do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos, vol. 1*. São Paulo: Edições Sociais, 1977, p. 27 – 60.

FOLLIS, Massimo. Verbetes “autogestão”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO,

13 A questão da institucionalização como a criação da SENAES vinculada ao MTE, não deve ser vista de maneira idealizada, pois como sabemos, dentro do modo de produção capitalista o Estado é um agente e administrador dos interesses das classes dominantes, ainda que em determinada correlação de forças possa pender mais para as camadas sociais, populares, isto é, os trabalhadores.

Gianfranco. *Dicionário de Política*. Volume 1. Brasília: Editora UnB, 2007, p. 74 – 80.

LIMA, Carlos Jacob. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 19, nº 56, outubro de 2004. P. 45 – 62.

LUKÁCS, Györy. *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858. Esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: contexto, 2000. p. 11 – 30.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. Versão on-line. Disponível em: <<http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Tragtemberg,%20Mauricio/Tragtemberg,%20Mauricio%20-%20Reflexoes%20sobre%20o%20socialismo.pdf>>, Acesso em: 03/05/20012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *História Geral da Economia*. São Paulo: Centauro, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA

Gabriel Gualhanone Nemirovsky

UFMS, Campus de Nova Andradina (CPNA), Nova Andradina – MS

Édi Augusto Benini

UFT; Campus de Palmas, Palmas – TO

Elcio Gustavo Benini

UFMS; Escola Superior de Administração e Negócios, Campo Grande – MS

Eziel Gualberto de Oliveira

UFPR, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba – PR

Henrique Tahan Novaes

Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília – SP

Martina Nogueira Lima

Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação (GEPOTE) – UFMS

Raphael Camargo Pentead

UFPR, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba – PR

Gustavo Henrique Petean

UFG, Campus de Goiás, Goiás – GO

RESUMO: Em razão do excesso de estudos de caso isolados e outros *modismos metodológicos*, a compreensão dos desafios da autogestão na economia solidária testemunha uma crônica descontinuidade de interpretações. Defendemos, portanto, a perspectiva de que a

adoção de um instrumento analítico unificado poderia auxiliar a integração de abordagens qualitativas dirigidas à investigação dos distintos fatores que determinam o desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Nesse sentido, conduzimos esse ensaio teórico, baseado na pesquisa realizada por Nemirovsky (2014), para a construção de uma matriz analítica que permita identificar e sistematizar o plexo de atores, recursos, processos e interrelações que circunscrevem os EES, operacionalizando essa abordagem epistemológica inovadora em economia solidária. O presente trabalho encerra-se com uma breve discussão sobre as possibilidades de estudos futuros a partir da utilização do instrumento de investigação aqui apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Organizacionais, Economia Solidária, Matriz Analítica.

THE CHALLENGES OF SELFMANAGEMENT AND ORGANIZATION STUDIES ON SOLIDARITY ECONOMY

ABSTRACT: As an outcome of the excess of isolated case-studies and other fad methodologies the comprehension about the challenges of selfmanagement in solidarity economy has been damaged by a severe discontinuity of interpretations. Therefore, we argue that the adoption of a unified analytical

could result in integrated qualitative approaches addressed to the investigation of the distinct variables that drive the development of the Economic and Solidarity Enterprises (ESE). Thus, this essay, based upon the research done by Nemirovsky (2014), conducts to the development of an analytic matrix in which the various actors, resources, processes and interactions among ESS can be identified and aggregated. The work finishes with a brief discussion about the potentialities for future organization studies laying in the instrument designed and presented in this paper.

KEYWORDS: Organization Studies, Solidarity Economy, Analytics Matrix.

1 | INTRODUÇÃO

O surgimento da economia solidária como campo próprio de estudos científicos, desenvolvendo-se como objeto de análise independente, representou um importante marco para o florescimento de múltiplas abordagens sobre a práxis engendrada pelos empreendimentos econômicos e solidários (EES). Tal profusão de estudos tornou a economia solidária em um campo de pesquisas contestado por diversas propostas epistemológicas cujas interpretações, análises e prescrições não raramente conflitam entre si, em razão de fatores como: escopo das pesquisas, métodos de abordagem, procedimentos analíticos e posturas político-ideológicas dos pesquisadores.

É possível verificar junto à base de dados correntes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a existência de 109 linhas de pesquisa direcionadas diretamente à economia solidária, sem mencionar a existência de pesquisas endereçadas a temas correlatos, tais como: associativismo, cooperativismo popular, políticas públicas de economia solidária e autogestão.

No entanto, conforme aponta diagnóstico de Gaiger (2012), em que se pese o vultoso fluxo de produções bibliográficas orbitando essa temática, percebe-se certo predomínio do caráter *normativo* das propostas de estudo sobre a capacidade analítica das mesmas, implicando em uma dificuldade generalizada de se submeter a compreensão dos fenômenos que permeiam a *vida organizativa* da economia solidária à formação de um arcabouço contínuo e interconexo de interpretações. Para Bertucci (2010), tal carência analítica se deve ao apelo majoritário das pesquisas em economia solidária a estudos isolados e sem a necessária preocupação com a generalização de seus resultados, inibindo as possibilidades de integração desses estudos com outros métodos de pesquisa.

Calbino e de Paula (2013) não só confirmam esse *modismo metodológico* como evidenciam outras tendências para as pesquisas em economia solidária, avaliando-a, no entanto, sob a orientação da perspectiva organizacional da *administração*. Segundo o trabalho bibliométrico dos autores, cobrindo o período de 1970-2010, há uma clara inclinação dos estudos para propostas qualitativas de pesquisa – 83,8% das teses/dissertações e 81,4% dos trabalhos em periódicos – focadas unicamente em EES – 61,6% das teses/dissertações e 49% dos trabalhos

em periódicos – ignorando outros elementos meso e macro-organizacionais, para a reprodução majoritária de Estudos de Caso – 58,1% das teses/dissertações e 53,4% dos trabalhos em periódicos.

A apreciação *organizacional* da economia solidária tem seu marco nos encontros de Estudos Organizacionais realizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) dos quais os trabalhos de Costa e Carrion (2008), Faria *et al* (2008), Behr e Paula (2008), Vargas (2002), Passos (2008) e Gomes, Pessoa e Faria (2008) merecem menção por sua natureza exploratória e teórico-metodológica. Além desses estudos, e mais recentemente, os trabalhos de Ribeiro e Müylder (2014) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013) possibilitam observar os constrangimentos e impasses existentes para a superação de perspectivas teóricas parciais e unilaterais.

Não obstante a essas tentativas de consolidação de um marco teórico consistente, tais discussões organizacionais majoritariamente repousam, em nosso entendimento, em perspectivas isoladas ora estritamente teóricas ora acentuadamente específicas quanto ao objeto de análise, uma vez que não se pode observar em nenhum desses estudos a tentativa de desenvolver teoricamente ou de aplicar instrumentos de análise qualitativa que permitam compreender os fenômenos organizacionais dos EES, seus condicionantes e suas determinações em múltiplos casos de estudo.

Tocando essa problemática, o presente ensaio tem também o propósito de colocar em discussão o desenvolvimento de um instrumento de análise qualitativa-comparativa para apreciação transversal de casos de EES, reunindo os elementos que configuram não só os aspectos micro-organizacionais dos empreendimentos, sob a perspectiva do trabalho associado, mas também os elementos que pertencem às instâncias meso e macro-organizacionais em que podem ser observadas as interrelações entre os empreendimentos e seus condicionantes externos: políticos, econômicos, comunitários, societários, formativos, etc.

Para tanto, o estudo proposto encontra-se de maneira que situamos a economia solidária e a autogestão em um perspectiva dialética da estrutura social e de suas respectivas determinações históricas, identificando e descrevendo os elementos fundamentais que devem ser destacados para estruturar adequadamente o instrumento de análise que se pretende colocar em discussão.

Após essa primeira etapa, realizar-se-á a apresentação da configuração dos elementos identificados na primeira seção sob a forma do instrumento analítico desenvolvido para a análise comparativa de múltiplos casos de EES, de modo a colocar em discussão suas possíveis contribuições para o preenchimento das lacunas epistemológicas outrora apontadas.

Por fim, o artigo conduz sob a forma de considerações finais a necessidade do debate sobre novas metodologias que permitam analisar múltiplos resultados para que sejam identificados os fatores mais relevantes dentre os que são identificados pelo instrumento de investigação proposto para a construção da autogestão como

proposta efetiva de emancipação do trabalho, produzindo uma ferramenta ampla qualitativa que seja complementar à ferramenta quantitativa do mapeamento dos empreendimentos em território nacional.

2 | SITUANDO A AUTOGESTÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ELEMENTOS E EIXOS ANALÍTICOS FUNDAMENTAIS

Compreender a economia solidária e suas manifestações concretas – associações, coletivos informais, cooperativas, fábricas recuperadas, etc – sob uma perspectiva histórica autêntica implica se afastar da percepção de Lévi-Strauss (1989, p. 291) para o qual a história apresenta-se apenas como procedimento para se “inventariar a integralidade dos elementos de uma estrutura qualquer, humana ou não humana”. Pelo contrário, a história e o sentido da *ação histórica* devem ser avaliados, conforme propõe Meszáros (2011), a partir das mediações dialéticas que se desenvolvem entre determinada estrutura social e as determinações sócio-históricas que lhe são presentes e também aquelas que lhe são *trans*-históricas.

Essa concepção permite apresentar a economia solidária como cristalização de uma forma histórica de organização do trabalho que surge no Brasil, segundo Singer (2002), a partir da década de 1980, em função da profunda crise econômica que se instalou no país e que atravessou a década de 1990, a partir da abertura comercial pré-matura cuja consequência imediata foi o aumento do desemprego estrutural e a desestruturação do mercado de trabalho, fazendo emergir novas configurações de trabalho, segundo Antunes e Alves (2004).

Em Laville e França-Filho (2004), a observação dessa origem recente valida a conclusão de que a economia solidária manifesta-se em meio à crise da *sociedade salarial*, enquanto forma distinta de relação socioeconômica não mercantil que se funda predominantemente na reciprocidade e na *dádiva maussiana*. No entanto, a reestruturação produtiva que dá origem à heterogeneidade da força de trabalho, tal qual a crise do assalariamento considerada pelos autores, é apenas camada superficial da profunda crise estrutural do capital, descrita em Meszáros (2002) que coloca em evidência os limites do controle metabólico do capital sobre o modo de reprodução social.

Muito mais significativa é, portanto, a gênese histórica da economia solidária, pois sua conformação se dá justamente na consumação da fase de ascensão global do capital em que, inelutavelmente, generaliza-se a crise de sociabilidade da forma capitalista de produção. Consequentemente, a crise das mediações que sedimentam, conforme salienta Meszáros (2006), a transcendência da alienação do trabalho – a propriedade privada e suas *personificações*, o dinheiro e suas mistificações, o *fetichismo* da produção, o Estado como materialização política do capital – possibilita à classe trabalhadora cimentar novas relações de trabalho,

aparentemente, defensivas em relação à destrutividade totalizante do capital.

Esta defensividade, no entanto, não deve ser tomada unilateralmente ou como forma de convivência pacífica entre a economia solidária e o modo hegemônico de produção do capital, como pretendem os autores que se amparam na lógica de Polanyi (2000) ou na tese de Singer (2004), pelo contrário, a estratégia de consolidação do trabalho associado entre os trabalhadores-dirigentes de EES conduz a economia solidária ao resgate do *projeto histórico* da autogestão, cuja defesa acadêmica tem sido duramente criticada por Gaiger (2012) por conter, segundo ele afirma, conteúdo determinístico impróprio à investigação científica.

Sendo a autogestão tomada como projeto, resta saber, no entanto, a que propósito serve, quais são seus mecanismos de *ação*, sua viabilidade e potencialidades e, principalmente, quais são suas limitações estruturais. Oportunamente, cabe reproduzir a concepção de Nascimento (2004, p.2), segundo a qual a autogestão representa “a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão [...] encontram-se nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente”.

A validade de tal argumento implica uma profunda transformação pela qual devem passar não só as esferas da produção material, mas também todas as esferas de reprodução social, de modo que se complete a transição do trabalhador-dirigente, inscrito e limitado ao *microcosmo* da produção associada, rumo à gênese do produtor-cidadão, *livre e democraticamente* organizador da produção social global.

O desafio que esta tarefa histórica impõe sugere que o acúmulo de experiências anteriores de auto-organização da classe trabalhadora – o cooperativismo revolucionário europeu, a comuna de Paris, os conselhos *soviets*, a Revolução dos Cravos, as fábricas recuperadas na América Latina, etc. – caminhe em uma trajetória teleológica inevitavelmente *aberta*, em que naturalmente possam ser observadas *continuidades e rupturas* em relação à ordem metabólica vigente. Nesse sentido, o conteúdo determinístico impróprio à investigação científica recai exatamente na tentativa de se assegurar acadêmica e politicamente que a concretude do projeto *autogestionário* manifestado pelos EES não *possa* e não *precise* ultrapassar as barreiras da estrutura social do capital.

De outro lado, como ressaltam as pesquisas de Guillerm e Bourdet (1976), Benini e Benini (2010) e Novaes (2011), a autogestão, *in statu maturitatem*, pressupõe o evanescer de mediações sociais não antagônicas que transformem toda a estrutura em que se assentam as relações sociais de produção e as forças produtivas, a superestrutura jurídico-política que lhe é correspondente e, por último, as formas de consciência que dela se desenvolvem.

Tendo em vista o horizonte de reestruturação radical da sociabilidade e de sua práxis subjacente, a consumação da autogestão aponta para a perspectiva de que a *atividade humana* não se encontra limitada à substância *prática* da vida, devendo também ser compreendida à luz da apropriação *teórica* da natureza, preservando

assim o homem como *ser genérico*, tal como Marx (2004) afirma. Desse modo, o sentido da autogestão, *in statu nascendi*, na economia solidária carrega em si a noção de que a dimensão prática da atividade produtiva associada não pode estar *estranhada*, como o paradigma da *pluralidade* induz, de suas dimensões políticas, jurídicas, societárias e formativas, devendo todas *integrar* a investigação científica da práxis solidária.

Assim sendo, há que se superar, em primeiro lugar, as contradições materiais da produção que repousam na alienação do trabalho, em sua divisão hierárquico-social e nas formas reificadas de exploração da força de trabalho; em segundo lugar, o *fetichismo* da produção que subsume o *valor de uso* dos objetos ao *valor de troca* da forma-mercadoria, ao passo que fratura espacial e temporalmente as esferas da produção e da circulação; em terceiro lugar, as formas superestruturais de reprodução do capital, que se manifestam na propriedade privada e no modo de regulação social da produção; e, em último lugar, o próprio domínio hegemônico de classe próprio às manifestações estatais do capital, que ganha forma no conflito *irreconciliável* entre classes estruturalmente antagônicas.

De posse das contingências estruturais que circunscrevem as experiências dos EES, pode-se, portanto, situar adequadamente os elementos e eixos fundamentais que se desvelam da economia solidária. Nesse sentido, busca-se compreender a totalidade de processos, recursos e interações que nutrem as relações particulares do objeto de estudo, as quais têm como *núcleo* a produção associada.

Para tanto, é necessário, primeiramente, enumerar as singularidades que caracterizam os EES. De acordo com Anteag (2009, p.18), esses empreendimentos possuem os seguintes atributos particulares: a) são organizações coletivas, organizações suprafamiliares singulares ou complexas: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc.; b) os participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos ou rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados; c) são permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento ou em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) contam com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e e) realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos ou serviços) e de consumo solidário.

A partir dessa caracterização resta claro, portanto, que a *necessidade imediata* da organização associativa do trabalho é necessariamente *econômica*. Porém, como ressaltam os trabalhos de Novaes (2011), Coraggio (2000), Razeto (1993), Nunes (2009), Brasil (2005), Singer (2002, 2007), Mance (2003) e Barbosa (2007), a *atividade* dos EES transborda os limites dessa finalidade e, portanto, sua apreensão em totalidade exige ampliação do escopo econômico *imediato*.

A lógica desse raciocínio supõe que se realize a identificação dos *eixos analíticos* que permitam decompor *teoricamente* a práxis da economia solidária, em favor de sua inteligibilidade, como método de *exposição* do estudo. Dessa forma, os autores supracitados permitem reconhecer a existência de cinco *eixos* distintos, porém interconexos: 1º) o *eixo nuclear* dos EES em que se situam os elementos que fundamentam o trabalho associado e sua organização democrática; 2º) o *eixo competitivo-cooperativo* em que estão relacionadas as formas de integração essencialmente mercantis e formas não necessariamente mercantis; 3º) o *eixo formativo* da economia solidária em cujo bojo estão localizadas as instâncias externas e *corporificadas*, responsáveis pela *pedagogia do trabalho associado*; 4º) o *eixo societal* da economia solidária em que o *engajamento* dos EES, enquanto movimento social, é observado por meio de sua conexão com reivindicações sociais e comunitárias; e 5º) o *eixo jurídico-político* em que se localizam as instâncias de consolidação do marco legal da economia solidária e da implementação de políticas públicas específicas pra seu fomento e crescimento.

Especificamente, as pesquisas de Singer (2002, 2007), Novaes (2007), Faria, Dagnino e Novaes (2008), Benini e Benini (2010) e Leal (2011) possibilitam entender que o *eixo nuclear* dos EES comporta: a) a assembleia como epicentro democrático para a tomada de decisões na organização do trabalho associado; b) a estratégia e o planejamento democráticos como fontes da *densidade ontológica* da economia solidária rumo à autoestão do trabalho; c) a democratização de recursos e operações, como consequência da divisão não antagônica dos trabalhadores no interior do processo de trabalho; d) os *processos formativos* que colocam em pauta a qualificação dos trabalhadores associados para a consumação de seu *domínio sobre o trabalho*; e e) a tecnologia e sua Adequação Sociotécnica como fontes de reestruturação das *forças produtivas*, para além do mero mimetismo tecnológico que impera no avanço destrutivo da produção de capital.

O *eixo competitivo-cooperativo*, por sua vez, coloca em evidência os parâmetros avaliados por Singer (2002), Novaes (2007), Mance (2003), Benini (2012) e demonstrados, por exemplo, nos estudos de caso realizados por Arroyo (2008) e Lacerda (2009) segundo os quais se faz necessário conhecer os aspectos mercantis e não mercantis que tornam perceptíveis tanto as formas de submissão e assimilação dos EES à lógica capitalista de produção e circulação de mercadorias quanto as formas de integração econômica não mercantilizadas dos EES em redes de produção, circulação, distribuição, consumo e finanças solidárias que defrontam, mesmo que incipientemente, o intercâmbio fetichista do capital.

Em seu turno, o *eixo formativo* contempla o *corpus* de elementos que servem de ponto de apoio para a aglutinação de experiências de EES e o desenvolvimento de diálogos e interlocuções em instâncias de participação coletiva. Conforme apontam os trabalhos de Alaniz (2012), Gaiger (2012), Nunes (2009), Brasil (2005), merecem menção: a) o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); b) as Conferências

Nacionais de Economia Solidária; c) a Rede de Gestores de Economia Solidária; d) os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES); e) as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's); f) os Grupos de Pesquisa que se organizam em âmbito universitário; g) as Associações e Entidades que prestam apoio para o fornecimento de pessoal e conhecimentos que não podem ser obtidos ou ainda que não foram desenvolvidos pelos próprios trabalhadores dos EES.

Paralelamente, o *eixo societal* revela-se na comunhão de reivindicações sociais que têm no trabalho a centralidade de suas mobilizações. Nesse sentido, as pesquisas de Silva Júnior (2004), Gaiger (2012), Lisboa (2005), Ribeiro e Müylder (2014), Nobre (2003) colocam em discussão a economia solidária como elemento de afirmação para segmentos sociais, políticos e econômicos diversos, tais como: sociedades quilombolas, comunidades tradicionais, comunidades em condições de fragilidade econômica, permacultura, agroecologia, movimentos pela ampliação da participação da mulher, movimentos de cooperativas de catadores, etc. Em consequência disso, cabe avaliar a capacidade de incorporação de *demandas sociais*, a participação e a articulação dos EES com outros movimentos abrangentes e necessidades comunitárias locais.

Por fim, o *eixo jurídico-político* permite adensar as instâncias em que se define o marco legal da economia solidária e as políticas públicas de economia solidária. De fato, os estudos de Barbosa (2007) e Schiochet (2009) permitem incluir nesse eixo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), a Frente Parlamentar da Economia Solidária e em nível regional/local as secretarias conselhos estaduais e municipais de economia solidária. Identificar essas instâncias possibilita avaliar se os EES estão sendo contemplados com recursos para seu fomento e crescimento e se estão incluídos nos canais de participação viabilizados nacionalmente e/ou em seus territórios específicos.

Por meio dessa caracterização, manifesta-se a intenção de denotar que a práxis organizacional empreendida pela economia solidária situa-se de forma *pluri-organizacional* e *transversal*, no sentido de que, embora o protagonismo da economia solidária seja efetivado pelos EES, há que se salientar que outras organizações, instâncias, órgãos e movimentos sociais também projetam impactos que afetam sobremaneira a *existência* da economia solidária.

Identificados os diferentes *eixos analíticos* que compõem a práxis organizacional da economia solidária, tornam-se inteligíveis os elementos que permitem reconhecer a multiplicidade de caracteres organizacionais, dos quais a reflexão colocada em pauta pelo presente estudo não pode prescindir. No entanto, faz-se necessário ordenar tais caracteres em uma estrutura cognitiva adequada, em que todos os elementos possam ser vislumbrados de forma interconexa, uma vez que o objetivo central da análise é possibilitar a investigação integrada práxis organizacional da economia solidária.

Para darmos início à formação da estrutura cognitiva para apreensão da

economia solidária faz-se necessário manter-se em perspectiva que a *atividade* dos EES será compreendida como síntese de uma práxis organizacional *una*, porém multifacetada, cuja inteligibilidade implica a necessidade de que sua *unidade* seja decomposta em elementos *teoricamente* diferenciáveis.

Às verves dessa consideração, o estudo de Nemirovsky (2014) possibilita representar os *eixos analíticos* e seus elementos específicos de forma a estruturá-los em acordo com os impactos específicos que cada qual, isoladamente, proporciona à economia solidária. De fato, mantém-se nessa caracterização a *centralidade* da organização democrática do *trabalho associado* como força propulsora das relações causais que se manifestam *em* e *entre* os eixos evidenciados. No entanto, a configuração dessas relações não deve necessariamente ser entendida a partir um *determinismo unilateral* ou *mecânico-estrutural*, mas como síntese das imbricações que essas relações produzem ao longo de suas implicações para o *resultado*.

A intenção de realizar tal representação revela a necessidade de se *inventariar* os condicionantes estruturais e seus respectivos subcondicionantes de modo a analisá-los como *fontes* cujas contribuições se alinhem ao objetivo de desenvolvimento da economia solidária em seus aspectos *imediatos* e em sua perspectiva de *projeto* da autogestão.

Especificamente, mo *eixo formativo* seus respectivos subcondicionantes contribuem de forma *imediata* para a formação técnica e sociopolítica em empreendimentos, disponibilizam assistência técnica especializada e, além disso, atuam participando e acompanhando a implementação de políticas públicas de economia solidária, de forma a se alcançar a *aglutinação* e o *desenvolvimento* das experiências de EES e a fortalecer a economia solidária nesse *eixo analítico*.

Optou-se, a partir de Nemirovsky (2014), por apresentar tais redes de relações causais sob a forma de Matriz Analítica, pois compreendemos que esta estrutura cognitiva permite visualizar de forma adequada o inventário de *eixos analíticos* e seus respectivos subcondicionantes causais, contribuindo para sua apreciação integral, conforme consta a seguir:

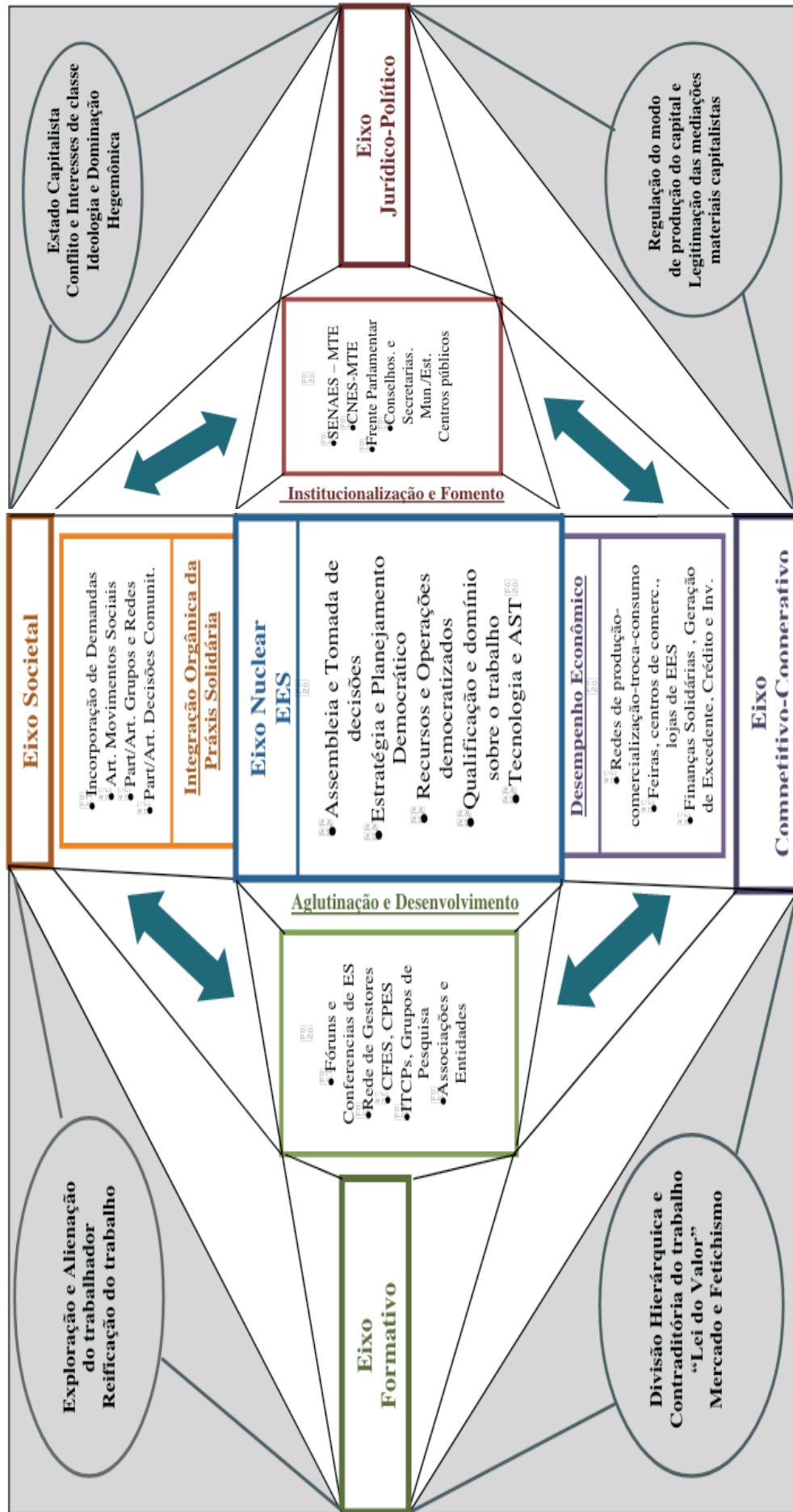


Figura:Matriz Analítica de condicionantes causais da Economia Solidária

Fonte: adaptado de Nemirovsky (2014).

A Matriz Analítica apresentada coloca em perspectiva a rede de relações causais que concorrem para a organização do trabalho associado em EES e, sobre isso, algumas considerações primárias devem ser feitas: em primeiro lugar, tem-se a compreensão de que a economia solidária desenvolve-se *sob* o espectro do controle metabólico exercido pelo capital por meio de seus condicionantes estruturais os quais, por sua vez, limitam e regulam a economia solidária, comprimindo o escopo de sua autogestão; e em segundo lugar, ressalta-se que, *internamente*, cada *eixo analítico* compõe-se de subcondicionantes os quais possuem tanto atribuições *imediatas* para com os EES quanto contribuições à consolidação da autogestão *in statu nascendi*.

Em relação à primeira consideração, constam nas elipses as mediações e processos que atuam como constrangimentos estruturais que limitam o desenvolvimento da práxis organizacional dos EES tomados isoladamente e que impõem à economia solidária, como um todo, limitações para seu projeto de autogestão. Por outro lado, em relação à segunda consideração, os diferentes eixos de análise são expostos de forma a manifestar a compreensão de que a evolução das práticas de autogestão configuradas no *eixo nuclear* dos EES não depende somente dos aspectos qualitativos internos da organização democrática do trabalho associado, mas envolve, além disso, a necessidade de que todo o plexo de subcondicionantes da Matriz Analítica também se coloque em avaliação.

Não obstante, as setas que se situam entre cada grupo de condicionantes implica a noção de que há relações causais de escopo mesoanalítico que merecem destaque para a investigação. A importância desse elemento reside no fato de que, por exemplo, a existência de uma política pública de economia solidária, deliberada no âmbito de um conselho estadual de economia solidária e implementada por um órgão executivo (secretaria especializada ou não), que acarrete o desenvolvimento de, hipoteticamente, um Centro Público de Economia Solidária o qual, por sua, estabeleça redes de colaboração solidária entre diferentes EES, significa que vários subcondicionantes causais relacionam-se de forma imbricada e complexa.

Ao inventariar os elementos condicionantes sob a forma de estrutura de entrelaçamentos, a Matriz Analítica expõe, a um só tempo, os condicionantes micro – *eixo nuclear* –, meso – a relação entre os *eixos analíticos* – e macroanalíticos – a relação entre os *eixos analíticos* e os constrangimentos *macroestruturais* do capital – da práxis organizacional da economia solidária. Nesse sentido, a Matriz Analítica oferece importantes subsídios para abordagens comparativas orientada-por-casos (*case-oriented*), uma vez que permite uma abordagem *integrada e integral* da economia solidária e de seus determinantes de uma forma dinâmica.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa deve como propósito a exposição da micro, macro e

mesofundamentos determinantes que estruturam as relações entre os variados vetores de variáveis inscritos e circunscritos às dinâmicas econômica, societal, política e organizativa da economia solidária. Pretendeu-se, com isso, a formulação de um instrumento de pesquisa que oriente o mapeamento descritivo e qualitativo das iniciativas de EES nos distintos territórios em que se desenvolvem. Com efeito, a Matriz Analítica, longe de um fim em si mesmo, configura-se em ferramenta de auxílio para o ordenamento de estudos comparativos, principalmente dirigidos à compreensão da manifestação regular de organizações de economia solidária em suas características objetivas, para além de casos isolados, em auxílio ao acompanhamento de políticas públicas para a geração de ocupação e renda em territórios de baixa densidade de dinamismo econômico capitalista convencional.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, E. P. A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 2012.

ARROYO, J. C. T. A Inserção de Empreendimentos da Economia Popular e Solidária no Emergente Aglomerado da Moda em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado: Universidade da Amazônia, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no Mundo do Trabalho na Era da mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BARBOSA, R. N. C. A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007

BENINI, E. G.; BENINI E. A. As contradições do processo de autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência e Emancipação pela Economia Solidária. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador. vol 17, n. 51 dez 2010. p. 605-619.

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades. **São Paulo: Ícone**, 2012.

BEHR, R.; de PAULA, A. P. P. Autogestão e lógica de mercado: a experiência da colônia Cecília e os dilemas da economia solidária. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BERTUCCI, J. **A produção do sentido e a construção social da economia solidária**. Tese. (Doutorado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. **Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária**. Brasília, 2005.

CALBINO, D; de PAULA, A. P. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, n. 14, 2013.

- COSTA, P. A.; CARRION, R. S. M. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.
- FARIA, M. S.; DAGNINO, R; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 123-131, 2008
- FARIA, J. R. V. de et al. Autogestão e poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- FERRARINI, A; GAIGER, L. I. G.; VERONESE, M. *Solidarity Economy Enterprises In Brazil: an overview from the second national mapping. The International Comparative Social Enterprise Models – ICSEM Project*. 2013.
- GAIGER; L. I. G. Práticas sociais e Conhecimento Acadêmico no campo da economia solidária. *Revista BIB*, v. 73, p. 5-20, 2012.
- GOMES, D. M. O. A.; PESSOA, R. A.; FARIA, M. V. C. M. Formação de redes de economia solidária: o caso da Rede Abelha Ceará. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LACERDA, J. F. B. Governar-se para quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. Dissertação de Mestrado: Universidade do Vale dos Sinos, 2009.
- LAVILLE, J; FRANÇA FILHO, G. C. Economia solidária; uma perspectiva internacional. **Descleé de Brouwer, Paris**, 2004.
- LEAL, A. P. **Autogestão e Qualificação: uma análise sobre as possibilidades de organização coletiva a partir da relação entre trabalho e conhecimento**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Des Symboles et Leurs Doubles*. Paris: Plon.1989.
- LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-15, jul./set., 2005.
- MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 26-8.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MESZÁROS, I. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MESZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência II: A Dialética da Estrutura e da História**. São Paulo:Boitempo Editorial, 2011.

- NASCIMENTO, C. Autogestão e o “novo” cooperativismo. Brasília, texto para discussão, 2004.
- NEMIROVSKY, G. G. Para além da Alienação: a economia solidária como crítica ao capital. Florianópolis: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. **A outra economia. Porto Alegre: Veraz**, p. 205-211, 2003.
- NOVAES, H. T. De tsunamis a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. **Revista Lutas e Resistências**, Londrina, n. 2, p. 84-97, 1º sem 2007.
- NOVAES, H. T. **O Retorno do Caracol à sua Concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUNES, D. Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.
- PASSOS, Ó. A. V. D. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. **Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez**, p. 34-58, 1993.
- RIBEIRO, S. D; MÜYLLER, C. F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2014.
- SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: MTE/Ipea**, n. 40, p. 55-59, 2009.
- SILVA JÚNIOR, J. T. Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: A Experiência do Banco Palmas. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia, 2004.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Revista Estudos Avançados, nº 18 (51): 7-22, 2004.
- SINGER, P. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. Otra Economía, vol 1, n. 1. 2007. p. 14-16
- VARGAS, E. R. Empresa autogestionária: uma inovação organizacional competitiva? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)-BRASIL

Auro Aparecido Mendes

UNESP, IGCE, Departamento de Geografia
Rio Claro - SP

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

UNESP, IGCE, Departamento de Geografia
Rio Claro – SP

RESUMO: A Economia Solidária deve ser entendida como uma prática espacial, na qual as comunidades por meio de seus empreendimentos econômicos solidários em seus territórios encontram não apenas uma forma de geração de emprego e renda mas, sobretudo, o resgate da cidadania. Tratam-se de movimentos sociais que ocorrem em territórios dissidentes por meio de autoplanejamentos contando ou não com políticas públicas específicas. O presente capítulo aborda a experiência da Economia Solidária no Município de Rio Claro (SP) que, historicamente, vem conquistando novos territórios na cidade com destaque para o cooperativismo e empreendimentos econômicos solidários em vários segmentos produtivos em espaços que, até então, eram dominados apenas pelo grande capital. A Economia Solidária deve ser democrática, colaborativa, emancipatória, promovendo o desenvolvimento territorial e uma sociedade mais justa e livre.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Práticas Espaciais, Territórios Dissidentes, Desenvolvimento Sócio-espacial.

SOLIDARITY ECONOMY, SPACE PRACTICES AND DISSIDENT TERRITORIES IN RIO CLARO (SP) - BRAZIL

ABSTRACT: The Solidarity Economy should be understood as a space practice, in which communities through their economic enterprises in solidarity in their territories find not only a way of generating employment and income, but above all, the rescue of citizenship. Social movements that occur in dissident territories are dealt with through self-planning, with or without specific public policies. This chapter discusses the experience of the Solidarity Economy in the Municipality of Rio Claro (SP), which historically has been conquering new territories in the city, with emphasis on cooperativism and solidarity economic ventures in several productive segments in spaces that until then were dominated only by great capital. The Solidarity Economy must be democratic, collaborative, emancipatory, promoting territorial development and a fairer and more free society.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Space Practices, Dissident Territories, Socio-spatial Development.

1 | INTRODUÇÃO

A Economia Solidária deve ser entendida não apenas na sua pluralidade econômica mas, concretamente, nas suas imbricações espaciais que implicam em diversidade e complexidade peculiares a cada território. Tais territórios possuem diferentes níveis de organização, de estruturação e de institucionalização. Assim sendo, as experiências em Economia Solidária são diversificadas e dificilmente replicáveis, devendo, portanto, considerar as especificidades de cada lugar. Cada lugar possui suas características, sua identidade, seus desafios, enfim, suas singularidades.

Embora todos os lugares estejam atualmente inseridos no contexto capitalista hegemônico, não significa que as normas impostas por esse sistema dominante irão destruir as normas existentes nos territórios onde a Economia Solidária se desenvolve.

A Economia Solidária reúne a prática de vários sujeitos excluídos pelo sistema capitalista em territórios dissidentes. Tais sujeitos, por meio de empreendimentos econômicos solidários ou organizados em cooperativas e associações promovem, com seus contraprojetos, o desenvolvimento territorial.

O presente capítulo encontra-se estruturado em três partes, além das considerações finais. Na primeira parte, é feita uma contextualização da Economia Solidária no contexto da globalização econômica; na segunda, uma discussão dos aportes teóricos sobre territórios dissidentes, práticas espaciais e contraprojetos e, na terceira; uma breve análise da experiência em Economia Solidária no Município de Rio Claro (SP)-Brasil.

2 | A ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

No contexto do capitalismo neoliberal ocorreu o Fórum Mundial em 2000 que vai ensejar no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva políticas públicas voltadas à Economia Solidária. Em 2003, ocorreu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), tendo como Secretário o economista Paul Singer.

De acordo com Singer:

A economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transportes,

comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc. O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. (SINGER, 2000, p.13).

Atualmente, são muitas manifestações em Economia Solidária em curso em diferentes territórios nacionais, tais como: empreendimentos autogestionários, cooperativas, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, centros públicos, bancos comunitários, cadeias de produção, e de comercialização solidárias, trocas solidárias com ou sem moeda social, empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, entre tantas outras iniciativas.

Conforme salientam França Filho e Laville (2004: 154) “trata-se, em geral, de experiências fortemente vinculadas a um quadro territorial específico de pertencimento (um bairro, uma região, etc.) que tentam através da sua prática enfrentar suas problemáticas locais”.

A economia solidária no Brasil e na América Latina deve ser entendida como um movimento social emancipatório que parte dos segmentos mais pobres da população estabelecendo uma nova relação com o mercado e com o Estado.

Na relação com o mercado a economia solidária vem sendo construída a partir daquilo que Milton Santos (1979) denominou de “circuito inferior da economia”, empregando pouco capital, com baixo nível tecnológico, intensivo em mão-de-obra, entre outros aspectos.

Dessa forma, que a Economia Solidária está inserida em uma economia mista (pública e privada), contudo, antípoda à ordem hegemônica.

A história da Economia Solidária no Brasil e em outros países na América Latina é uma história de lutas, de conflitos, de resistência no campo e na cidade de uma “ordem” imposta prometendo progresso e desenvolvimento.

De acordo com Mendes (2013), o crescimento econômico ocorrido no Brasil, principalmente durante a década de 1970, em plena ditadura militar, foi concebido e implementado no marco dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (II PND, especialmente). Nessa época, o Estado teve um papel fundamental para criar as condições necessárias para o grande capital se implantar no Brasil. Data dessa época, os grandes projetos industriais e agropastoris realizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, consideradas estagnadas economicamente. Esse capitalismo hard gerou profundas desigualdades sócio-espaciais além de provocar nos lugares ecocídios e biocídios incalculáveis em nome de um Projeto Nacional que consistia em transformar o Brasil em uma Grande Potência, ideologia que visava progresso e crescimento econômico a qualquer custo.

Conforme o autor mencionado, tais iniciativas foram amplamente resistidas por meio de movimentos sociais que ocorreram no Brasil, muitos dos quais configurando-se em verdadeiras batalhas campais, uma vez que o aparelho repressivo do Estado

tentava deter tais confrontos e conflitos.

Esse cenário de repressão, de profundas desigualdades socioeconômicas e de desequilíbrios regionais vigentes na década de 1970 não é o retrato apenas do caso brasileiro, mas de muitos outros países da América Latina, até os dias atuais.

Se até a década de 1970 o Estado, no caso brasileiro teve um papel diretivo e normativo no crescimento econômico, após 1980, ele passa a ser um facilitador para os investimentos diretos estrangeiros em território nacional, por meio da abertura comercial e das desnacionalizações e privatizações ocorridas.

Todavia, no Brasil, foi na década de 1980 que ocorreram importantes movimentos sociais, contando com forte atuação da Igreja Católica (Cáritas Brasileira, notadamente), contribuindo para a organização das comunidades de baixa renda, visando melhorias na qualidade de vida. Data dessa época, também, os movimentos sindicais cujo mote era justamente o combate ao desemprego decorrente da abertura comercial, perda de competitividade de muitos segmentos produtivos nacionais, do fechamento de muitas indústrias e da “modernização dolorosa” ocorrida no campo.

A Universidade é outro setor que desde a década de 1990, principalmente, vem refletindo, discutindo e atuando com práticas solidárias no Brasil abrigando, inclusive, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Na verdade, são muitos os atores, as instituições e as entidades que atuam e participam da construção da economia solidária no país.

Conforme Mendes (2013) trata-se de pensar o desenvolvimento territorial, em termos de “ganha-ganha”, contemplando solidariedade, união, cooperação, reciprocidade, o resgate da dignidade e da felicidade e ir contra a lógica do “ganha-perde” da globalização econômica.

Assim sendo, cada território é único no sentido de apresentarem conteúdos sociais, econômicos e culturais específicos, difíceis de serem replicados e que constituem, para muitas comunidades, elementos constitutivos de suas estratégias de sobrevivência.

Entretanto, importantes lições podem ser aprendidas na pluralidade de experiências existentes em distintos contextos.

3 | ECONOMIA SOLIDÁRIA: TERRITÓRIOS DISSIDENTES E PRÁTICAS ESPACIAIS

A Economia Solidária só pode ser entendida quando se considera o território, porque é ali que as relações sociais ocorrem e, por conseguinte, o desenvolvimento sócio-espacial. A autogestão, a justiça social, a qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, dentre outros aspectos devem ser compreendidos a partir do território.

Os territórios onde se desenvolvem as práticas em Economia Solidária são aqueles produzidos pela comunidade e que não se deixam dominar pela ordem

hegemônica capitalista. Assim sendo, tais territórios, dialeticamente, geram uma desordem no sistema dominante, com o fito de estabelecer uma nova ordem, tornando-se, portanto, territórios da subversão.

De acordo com Moreira (2012, p.212), parte da força da sociedade civil ao se levantar contra a ordem do espaço dominante e prevalecente gera o contraespaço. Para o autor não há espaço sem contraespaço, e vice-versa, contraespaço sem espaço.

Conforme o Moreira:

É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também, a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico (MOREIRA, 2012, p. 217).

Enfim, o contraespaço consiste em uma forma de luta contra o espaço instituinte, marcado por tensões, conflitos, resistências e resiliências. O espaço e o contraespaços estão justapostos e convivem como pares antagônicos.

Segundo Souza:

O desenvolvimento sócio-espacial, referente a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*, é uma antítese ético-política do “desenvolvimento econômico” capitalista (SOUZA, 2013, p. 275)

Na Economia Solidária, o desenvolvimento sócio-espacial ocorre nos contraespaços por meio de movimentos sociais que lutam por mais autonomia. O ativismo social rompendo com os planejamentos impostos, desempenham o papel de agentes de um “planejamento insurgente” e de gestores em “territórios dissidentes”, conforme argumenta Souza (2013, p. 76).

Os movimentos sociais emancipatórios ou ativismos sociais modelam o território por meio de práticas espaciais.

Para Souza:

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização social, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social é uma ação (ou conjunto de ações) inscritas nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de relação social e ação social (SOUZA, 2013, p. 241).

As práticas espaciais insurgentes na Economia Solidária são específicas em cada “nanoterritório”, enraizadas em lugares distintos e com práxis peculiares.

Dessa forma, conforme o autor mencionado, as práticas espaciais rompem com a heteronomia (assimetria de poder existente entre dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), almejando uma autonomia coletiva garantidora de acesso igualitário ao processo de tomada de decisões sobre assuntos de interesse coletivo.

O autor ressalta, ainda, que a superação da heteronomia é um processo longo, penoso e multifacetado e que o “projeto de autonomia” é, como sempre, um processo aberto às contingências e radicalmente criativo.

4 | A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RIO CLARO (SP): PRÁTICAS ESPACIAIS EM TERRITÓRIOS DISSIDENTES

Em 1999 a Prefeitura Municipal de Rio Claro- município localizado, aproximadamente, 170 Km da capital paulista- iniciou um trabalho de combate à pobreza, ao desemprego, enfim, à exclusão social. Faz-se mister ressaltar que essa grave situação socioeconômica só pode ser devidamente compreendida quando se consideram as transformações macroeconômicas em curso em termos mundiais, tais como: a globalização econômica, a abertura comercial, as reestruturações produtivas, a precarização do trabalho... que tiveram profundas repercussões no Brasil.

Nesse contexto, Rio Claro até a década de 1970 sempre teve políticas voltadas para a atração de capitais externos ao município, inclusive, criando um Distrito Industrial destinado à implantação de grandes fábricas nacionais e estrangeiras, com ramos potencialmente poluentes. As indústrias localizadas no referido Distrito contaram com vários incentivos fiscais e doações de terrenos.

Essa foi a política de desenvolvimento local durante muitas décadas.

Foi assim, que Rio Claro e outros municípios brasileiros tiveram que encontrar práticas espaciais em seus “nanoterritórios” para enfrentarem e combaterem a pobreza, visando não somente a geração de trabalho e renda, mas, sobretudo, o resgate da dignidade humana, “desfazendo os nós do capital” (Mendes, Cortez e Ortigoza, 2013).

A situação dos catadores em Rio Claro em 2002 era a seguinte:

- catando material que “transformavam em dinheiro”, disputavam no lixão quem pegaria primeiro os resíduos;
- esperando a chegada dos caminhões que traziam os resíduos, entre cachorros, corvos e tratores, os catadores lutavam para apanhar os sacos com resíduos, para depois venderem;
- muitas famílias para sobreviverem consumiam os alimentos encontrados no lixão.

Diante desse quadro desumano que as práticas espaciais e as políticas públicas

em economia solidária passaram a ser implementadas no município e que serão relatadas a seguir.

Em 11 de novembro de 2002 foi criada a COOPERVIVA. Na época o poder municipal cedeu, provisoriamente, uma área para a instalação da referida Cooperativa além de caminhões para a coleta de resíduos que era realizada na cidade.

A administração da COOPERVIVA passou a ser de responsabilidade dos próprios cooperados. Foi elaborado, também, um Estatuto e Regimento Interno e os rendimentos dos cooperados passaram a ser provenientes da venda de materiais recicláveis. Os cooperados começaram a ter importantes direitos trabalhistas, tais como: seguro de vida, férias, seguro maternidade, dentre outros (Mendes e Lima, 2012, p. 34).

Embora as experiências em Economia Solidária em Rio Claro não sejam recentes, será a partir de 2010 que ocorreram os avanços mais significativos na história da Economia Solidária na cidade.

Atualmente, a COOPERVIVA possui um novo espaço, cedido por mais de 30 anos pela Prefeitura Municipal, cujo barracão foi inaugurado em 2011. Contando com novos caminhões a coleta seletiva abrange, praticamente, 100% da área urbana do município (Mendes e Lima, 2012, p. 38).

A COOPERVIVA funciona nos dias atuais no Distrito Industrial existente no município, ou seja, em um território dissidente, num espaço que, até então, era dominado pelo grande capital.

Existem, atualmente, no município de Rio Claro, de acordo com pesquisas realizadas pela EcosBio/Prefeitura Municipal de Rio Claro/Ministério do Trabalho e Emprego (2015), 8 territórios com potencialidades para o desenvolvimento de atividades econômicas solidárias nos seguintes segmentos produtivos especialmente: artesanato, agricultura urbana, alimentação, serviços.

Vários desses territórios estão localizados, notadamente, em bairros considerados de vulnerabilidade social e com atividades econômicas predominantemente do circuito econômico alternativo. Dessa forma, a Economia Solidária aparece nesses territórios dissidentes como um contraprojeto norteado por princípios e contra-racionalidades ou de racionalidades paralelas suficientemente capazes de enfrentarem a ordem hegemônica.

Outra prática espacial em curso na cidade são as feiras solidárias que ocorrem em diferentes territórios, nos quais são comercializados os produtos produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários. Cabe salientar, que um dos pontos de comercialização desses produtos solidários encontra-se localizado em frente a um shopping center. Mais uma vez fica evidenciado a existência de um território dissidente, de um nanoterritório ou contraespaço que atua de forma antagônica à ordem imposta pelas grandes empresas.

Torna-se necessário ressaltar que a Economia Solidária consiste em um circuito econômico alternativo, portanto, os empreendimentos econômicos solidários não

estão naquele território para competirem e concorrerem no mercado capitalista.

Atualmente, no município existe um espaço onde funcionava o antigo Departamento de Geografia que, funciona hoje em novas instalações, cedido pela Universidade (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP- Rio Claro) para a instalação do Centro Público de Economia Solidária. Nesse espaço funciona uma Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e um Ponto Fixo de Comércio Solidário. Trata-se de mais uma iniciativa que tem contribuído, sobremaneira, para o desenvolvimento sócio-espacial.

Além de todas essas práticas espaciais merece mencionar que Rio Claro conta, também, com um Conselho Municipal de Economia Solidária (COMES), que vem trabalhando na execução das metas previstas no Plano Municipal de Economia Solidária.

Obviamente, que essa trajetória da Economia Solidária em Rio Claro ocorreu exigindo o esforço coletivo de todos os segmentos envolvidos que, por meio de práticas espaciais, ativismos sociais souberam defender seus contraprojetos, com autonomia, nos diversos territórios insurgentes existentes na cidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quer na forma de contraespaços ou sob a forma de territórios dissidentes, a Economia Solidária vai avançando em Rio Claro com seu contraprojeto e com o seu autoplanejamento.

Souza (2013) chama a atenção que para cada “ordem” sócio-espacial imposta aparecerá um ou vários contraprojetos concorrentes. O autor ressalta, ainda, que da aparente “desordem” irão surgir novas “ordens” menos injustas e menos assimétricas.

A Economia Solidária em Rio Claro está em co-construção que precisa ser compreendida não como uma proposta político-partidária restrita a uma gestão, mas como uma prática espacial com capacidade de autogerir-se, autogovernar-se com base na cooperação, na solidariedade e na autonomia, de forma multidimensional.

Precisamos não de uma outra globalização, mas de seres humanos solidários. Como nos adverte Coraggio:

No es suficiente (...) com generar nichos de solidaridad, de eficiencia social, según criterios que la sociedad no internalizó y reproduce como sentido común. Es preciso ir por más: por otra economía, por otra política, por otra sociedad, por otra cultura, por otro mundo (CORAGGIO, 2008, p. 9).

No caso específico da Economia Solidária, urge que todos os membros de uma comunidade, de um território se sintam comprometidos uns com os outros e com as causas e as demandas que lhes afetam diretamente.

A Economia Solidária deve ser democrática, colaborativa, emancipatória.

Enfim, precisamos de uma Economia Solidária com autonomia, que promova

o desenvolvimento territorial e uma sociedade mais justa e livre.

REFERÊNCIAS

CORAGGIO, J.L. América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía. **Otra Economía**. Volumen II, n. 2, 2008.

Formação para Gestores Públicos e Entidades de Fomento: Economia Solidária e a Gestão. 003 Projeto Rio Claro Solidária- Construindo coletivos solidários e integrando territórios. EcosBio/ Prefeitura Municipal de Rio Claro/MTE/Governo Federal, 2015

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. (2004). **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MENDES, A. A.; LIMA, V.S. História da economia solidária no município de Rio Claro/SP- COOPERVIVA: um exemplo de geração de trabalho e renda de forma criativa. In: SAGAWA, R. (Org.). **Os enlases da economia solidária**. Curitiba: CRV, 2012.

MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

MENDES, A. A. Economia Solidária: contextualizações e mutações. In MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, M.L.de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA

Ana Elídia Torres

UNESP- FCL- Assis

annaelidia@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a possibilidade de a Educação Popular ser usada para melhoria do cotidiano de trabalho em cooperativas populares autogestionárias, afirmando os princípios da Economia Solidária. Parte-se de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que por meio da etnografia, descreve os impactos do Círculo de Cultura como uma ferramenta utilizada pela Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS. Pretende-se discutir neste trabalho, a Educação Popular como instrumento de luta política no empoderamento de grupos populares, que, ao mesmo tempo, pode possibilitar aos sujeitos/trabalhadores refletirem e adotarem uma postura crítica em relação ao seu cotidiano moldado por uma sociabilidade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Educação Popular, Etnografia, Círculo de Cultura

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo meditar um pouco mais sobre uma discussão da Educação Popular como metodologia de trabalho com grupos populares na busca da apropriação da Economia Solidária. Essa reflexão começa na dissertação, que através da etnografia, descreve os impactos do Círculo de Cultura como uma ferramenta utilizada pela Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS.

É necessário que nesse trabalho, além da discussão própria, faça-se também uma retomada do que tem sido trabalhado na pesquisa, uma vez que este texto é fruto dela, e mais do que isso, porque essa forma de escrever e de pesquisar é o formato escolhido para dar sentido a tudo isso. Portanto, introduzir este trabalho é também apresentar quem o pesquisou e o escreveu, é contar o caminho e as bases para se chegar em algum lugar ou em novas dúvidas; e o caminho, nessa pesquisa é fundamental.

O caminho que me leva até a pesquisa começa na graduação quando comecei a participar da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, em

2009 e no terceiro ano de graduação me aventurei pelo caminho da extensão. Já na incubadora optei por atuar junto a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS, pela possibilidade de trabalhar com um grupo que tinha muitas demandas e que pudessem proporcionar novos desafios. Nesse momento a cooperativa contava com 120 trabalhadores, e foi um trabalho que realmente proporcionou muito aprendizado, além de grandes afetos entre a estudante de psicologia e trabalhadores cooperados.

Após o período de adaptação com o grupo de trabalhadores, fui me envolvendo em novos espaços e assumindo novos compromissos, tanto com a incubadora, quanto com a cooperativa, ao ponto que em dois meses de trabalho eu já passava mais tempo no espaço físico da cooperativa do que na própria universidade, tendo reuniões e encontros pelo menos três vezes por semana. Esse habitar na COOCASSIS, além de me proporcionar a vontade de fazer pesquisa, me fornecendo varias possibilidades de objeto, trouxe também a ideia de usar a etnografia como metodologia para a pesquisa, uma vez que a permanência no espaço de trabalho era constante e permitia uma grande proximidade com o grupo.

Não podendo pesquisar e responder todas as perguntas formuladas na cooperativa, uma que ficou forte seria a propulsora das outras e da pesquisa: qual ferramenta poderia ser usada pela incubadora para possibilitar que os cooperados vissem sentido na Economia Solidária e no Cooperativismo? Durante a vivência da graduação, vimos no Círculo de Cultura, uma ferramenta de Educação Popular, uma alternativa, e portanto, foi utilizado durante o trabalho na COOCASSIS, rendendo muita possibilidades e experiências, além é claro de virar objeto de pesquisa.

O método do Círculo de Cultura é uma ferramenta da Educação Popular que proporciona debates com adultos na busca do esclarecimento das situações do cotidiano de trabalho. Busca-se conquistar não só as palavras, como também os sentidos que elas têm, e não só o sentido histórico, como também o sentido já existente para aquelas pessoas. Afinal, os participantes não são uma minoria de aristocratas dedicados à especulação, mas sim, homens do povo, que já carregam consigo essas palavras com vida, tendo em vista que dizem de seus trabalhos, de suas dores, de sua fome, e de suas lutas (WEFFORT, 1989, p. 5).

A grande proposta de Freire era buscar uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política (1989), e por isso instituiu esse método como possibilidade de diálogo e construção de sujeitos mais críticos, e por consequência, mais autônomos. Mas é importante ressaltar que isso só se dá porque parte-se de um todo social, estruturado pelo modo de produção capitalista, que quer gerar uma sociedade alienada, constituída por sujeitos passivos e sem esperança de mudança. O capitalismo sustenta a lógica de sujeitos não pensantes e não reflexivos, para assim, manter sua estrutura e sua força.

A cooperativa segue os princípios da Economia Solidária, mas esta inserida na Economia Capitalista, onde os trabalhadores estão totalmente subjetivados por essa

lógica capitalista. Ou seja, nós vimos a possibilidade de usar o Círculo de Cultura como espaço para desvelar e discutir essas contradições tão fortes dentro de um espaço que busca relações solidárias e uma gestão pautada na participação de todos de forma crítica e comprometida.

A educação popular aqui não é só a ferramenta de trabalho com os cooperados, ela é também uma orientação político teórica, ela é uma postura que acredita no empoderamento do sujeito e nas suas potências criadoras, porque não está só na ação direta em roda de conversa, mas está no olhar com o outro, na construção do projeto de pesquisa, na escolha de metodologia e no caminhar da pesquisa.

Nesse sentido, fica ainda mais evidente a importância de se questionar o porque de fazer pesquisa e o porque de escolher esse objeto, uma vez que o projeto é consequência direta da experiência¹ na incubadora e, mais ainda, na COOCASSIS. Essa experiência, durante a pesquisa foi muito reconstruída, e também, questionada; mas agora, não mais somente com as mediações de aluna que viveu essa experiência. Ou seja, a narrativa² é realizada a partir do foco da pesquisadora, que ao delimitar seu objeto de estudo e/ou de pesquisa, também deve refletir sobre si, sendo assim, o caminho biográfico é descrito e olhado por quem já passou por ele.

Esse deslocamento biográfico nos põe diante de momentos de nossa história pessoal que se tornaram distantes e “externos” para nós, numa relação de certo modo objetiva, como a de um etnógrafo em relação ao grupo que estuda. Nessa relação de “exterioridade” no tempo biográfico, nos casos em que se dá, uma ocorrência como a que examino neste estudo pode, então, ser lembrada e interpretada pelo próprio protagonista, ou pela própria testemunha, a partir de um sistema de significados diverso daquele que deu sentido às relações sociais e aos acontecimentos no momento em que foram vividos. Podemos rememorar a nossa própria vivência do passado a partir de um novo e diferente modo de ver e compreender a vida, definido pelas circunstâncias do nosso presente (MARTINS, 1994, p. 5).

É relevante dizer que o relato da vivência anterior foi feito para delimitar de onde essa pesquisa parte e por quais caminhos ela pretende passar. No entanto, a vivência é o início desse encontro, afinal o caminho é processual e contínuo, e a etnografia proporcionou mais aproximações com o campo e com os sujeitos.

O processo etnográfico é aberto e artesanal. Pode começar com questões simples,

1 Experiência aqui como entende Thompson [1981: 182] “Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo, - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”

2 Segundo Jovchelovitch e Bauer [2008, p. 90] “A discussão sobre narrativas vai, contudo, muito além de seu emprego como método de investigação. A narrativa como forma discursiva, narrativas como histórias, e narrativas como histórias de vida e histórias societais, foram abordadas por teóricos culturais e literários, linguistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos.”

como as que se formulam necessariamente quando ainda não existe uma construção teórica anterior do objeto ou uma tradição de pesquisa de onde partir. Também se pode empreender a pesquisa com questões precisas, formuladas depois de uma discussão ou de um desenvolvimento teórico (ROCKWELL; EZPELETA, 1989, p. 50).

Para tanto, é precisamente nessa história do encontro entre aluna de graduação e Incubadora, e posteriormente com a cooperativa, que foi possível encontrar a justificativa para tais escolhas de pesquisa e metodologia, e com isso, também encontrar as possibilidades de crítica, análise e avaliações dessas escolhas, onde a convivência prolongada com esses catadores possibilitou chegar na etnografia como possibilidade coerente. Nessa perspectiva, a pesquisa de campo e o retorno a cooperativa possui um valor fundamental, e permitiu junto aos trabalhadores as novas descrições que trouxeram a construções de análises de seus cotidianos³.

A etnografia permite um trabalho junto ao grupo, possibilitando assim captar elementos que não podem ser vistos sob um primeiro olhar, ou seja, só pode ser compreendido na medida em que se aproxima e vivencia com os sujeitos em determinada condição o cotidiano, descrevendo com riqueza de detalhes essa permanência (MAUSS, 1979 [1902]). Já a análise é um processo constante nesse tipo de trabalho, ela é feita ao mesmo tempo e posteriormente, pois a escrita e a releitura dos diários de campo são procedimentos de análise. Esse processo admitirá uma aproximação com o detalhe, e uma atenção com minúcias não visíveis a uma visita especulativa, e assim chegar ao que Geertz (2008) chamaria de uma *descrição densa*. E ele ainda acrescenta:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário.(GEERTZ, 2008, p. 7)

Esse sistema tem sido bastante usado em pesquisas que desenvolvem estudos sobre a vida das pessoas nos locais de trabalho, podendo ser visto em trabalhos recentes, como por exemplo, na tese de Castro, defendida em 2010:

A descrição etnográfica foi muito utilizada para o estudo da cultura de povos primitivos e hodiernamente tem sido um importante instrumento para pesquisas antropológicas, sociais e psicológicas com grupos urbanos, entre outros. Acredito que através de uma convivência prolongada com os motoboys, poderíamos

3 “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.” (HELLER, 1985, p. 17)

compreender suas práticas cotidianas na relação de forças que estabelecem com o espaço da metrópole paulistana.

Ou seja, a Etnografia é um método de pesquisa que busca uma extensa gama de informações, utilizado por pesquisadores de distintos campos. É definida como uma pesquisa sobre e nas instituições, baseada nas observações participante e/ou em registros permanentes da vida diária, nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece (SATO, 2007). Nesse sentido, foi possível entender a experiência na graduação como disparadora da metodologia etnográfica, afinal foram dois anos e meio de permanência da estudante na Cooperativa, convivendo com o grupo, e participando de seus espaços, ao menos três vezes por semana, proporcionando assim um habitar etnográfico de cunho amador (MARTINS, 1994).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? ensaio sobre a metamorfose do trabalho*. 13ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (org) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp 15-26.

BENINI, Édi. Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária. In: BENINI, E. [et al] (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs). *A questão política da educação popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, P. et al. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693 – 713.

BRANDT CARVALHO, Maria do Carmo. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, José Paulo; BRANDT CARVALHO, Maria do Carmo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 13-63.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs). *A questão política da educação popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUNPÇÃO, Raiane. *Cultura Rebelde: Escritos sobre a Educação Popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Cartilha Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) de 2010. Economia Solidária, Outra economia a serviço da vida acontece. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/>> Acesso em: 15 de

novembro de 2014.

_____. Presidência da República. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 19 de abril de 2015.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência*. Tese de doutorado (Instituto de Psicologia da USP). São Paulo: 2008.

CASTRO, Matheus. Fernandes. *Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas*. Tese de doutorado (Instituto de Psicologia da USP). São Paulo: 2010.

CUNHA, Yuri, Rodrigues da. *Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em Escolas Estaduais no Município de Marília-SP*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2015.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedes*, (62)24, 44 – 63, 2004.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GARCIA, Pedro Benjamim. Educação Popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs). *A questão política da educação popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

HURTADO, Carlos Núñez. *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra, BAUER, Martin. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (ed.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: uma manual pratico*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOSMINSKY, Ethel. A utilização do dado qualitativo e a subjetividade do pesquisador. In: _____. (org). *Agruras e Prazeres de uma Pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiróz*. Marília: UNESP Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

KREIN, José Dari. *Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil: 1990 – 2005*. Tese (Doutorado), Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2007.

LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, Györy. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

_____. Prefacio. In: HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1972.

MARX, Karl. *El Capital: crítica de la economía política*. Vol I. Ciudad Del México: Fondo de cultura económica, 1975.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. v. I, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

_____. Trabalho Alienado e Superação positiva da auto-alienação humana. (Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844). In: FERNANDES, Florestan (org.) *MARX & ENGELS*. São Paulo: Ed. Ática, 1989. (p. 146 – 181).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Striner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, 5(1-2): 1-29, 1993 (editado em nov. 1994).

_____. *A sociologia do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MAUSS, Marcel. Ofício de etnógrafo, método sociológico. In: OLIVEIRA, R. C. (org.) *Marcel Mauss: antropologia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1979. p. 53 – 59.

MÉSZÁROS, István. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp 27-44.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In: BENINI, E. [et al] (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (org) *Riqueza e miséria do*

trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, pp 59-73.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

_____. O Pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A. B (org.). *Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica*. São Paulo: CERU, 1992. p. 13 – 29.

ROCKWELL, Elsie. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. Mexico: Centro de Investigación y Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional. Mimeografado (s.d.).

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SATO, Leny, SOUZA, Marilena. Contribuindo para Desvelar a Complexidade do Cotidiano através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. In: MATIAS, M. C. M., ABIB, J. A. D. (Orgs) *Sociedade em Transformação: Estudo das Relações entre trabalho, saúde e subjetividade*. Londrina: EDUEL, 2007.

_____. Contribuindo para Desvelar a Complexidade do Cotidiano através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 15 de dezembro de 2013.

SILVA, Felipe. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: BENINI, E. [et al] (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Vagner Gonçalves. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Org.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 41-76.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil : a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a Natureza e as Causas das Riquezas das Nações*. São Paulo, Abril: 1978.

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Pólis, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TYGEL, Daniel. *Fluxos e Informações na Economia Solidária: Um novo olhar sobre a prática*. Rio de Janeiro: Ibase, 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G (org.). *Max Weber* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 2003. p. 79 – 127.

WEFFORT, Francisco. Educação e Política, Reflexões sociológicas sobre uma Pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 19ª ed. São Paulo: Paulo e Terra, 1989.

ZITKOSKI, J. J. *Paulo Freire & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Lourença Santiago Ribeiro
Diego Palma de Castro

A temática Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) desenvolveu-se em um contexto capitalista, tendo por objetivo o aumento da produtividade e, por conseguinte, o lucro das empresas.

Apesar de estarem inseridos no cotidiano desde os tempos antigos, os estudos sobre a QVT tiveram início nos anos 1960, em Londres, quando Eric Trist e seus colaboradores organizaram e aplicaram algumas pesquisas. A pesquisa sobre QVT foi retomada na década de 1980, no Japão, com o objetivo de alcançar o controle total da produção, e surgiu então a preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores (SCHMIDT; DANTAS, 2006, p. 55). Um olhar para a QVT implica analisar as concepções de trabalho ao longo da história da humanidade, bem como em diferentes contextos e/ou modelos econômicos.

Considerando os princípios e as características da Economia Solidária – EcoSol, percebe-se que, diferentemente do que prega o capitalismo, é possível produzir, distribuir e consumir de forma justa, solidária e sustentável, gerando trabalho e distribuição

de renda e superando a alienação do trabalho. A via para que isso aconteça é o exercício da democracia, a partilha por igual dos resultados econômicos, políticos e culturais entre os participantes, assim como o reconhecimento do ser humano na sua integralidade. Nessa perspectiva, o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trabalho

Sobre a origem e a história do trabalho, Marx e Engels (citados por FURTADO, 2011, p. 50) relatam que, em determinado momento da história da humanidade, os indivíduos passaram a fazer uso contínuo e sistemático de instrumentos que os auxiliassem na realização de seus afazeres. Esse seria, segundo Furtado (2011, p. 50), um dos momentos mais importantes da evolução humana, já que foi a partir daí que o homem passou a conceber de forma antecipada a ação a ser realizada e os recursos necessários. Para o autor, outro marco na história do trabalho foi o momento que as relações de trabalho passaram a ser compreendidas como relações sociais, ultrapassando sua função de garantir sobrevivência e permitindo a acumulação e a

programação da produção.

Furtado (2011) esclarece que, na sociedade primitiva, o trabalho era realizado de acordo com a necessidade do coletivo, e os afazeres eram desenvolvidos de forma a garantir a subsistência dos indivíduos. Somente 9 mil anos depois do surgimento da agricultura, e em meio a uma nova ordem econômica, política e social, o trabalho passou a ser desenvolvido com o objetivo de produzir riqueza, acumulá-la e manter segmentos sociais privilegiados e dominantes.

Após a Idade Média, o conceito de trabalho ganhou um sentido positivo e passou a ser entendido como uma ação autocriadora, e o homem como um criador de si e da natureza. Nessa perspectiva, os indivíduos ganharam espaço para desenvolver e aplicar suas capacidades, e tal evento foi um dos determinantes por mudanças estruturais na sociedade, tais como o surgimento das cidades e a implantação de valores e conceitos próprios de sociedade patriarcal; no entanto, foi um período de pouco avanço científico, já que a igreja matinha o domínio sobre o conhecimento produzido (WOLECK, 2002).

Na Idade Moderna, o trabalho ganhou nova importância. O trabalho qualificado passou a ser diferenciado do não qualificado e o produtivo, do não produtivo, e houve a separação do manual e intelectual, tornando-se uma atividade compulsiva e incessante (KURZ, 1997). Conforme complementa Woleck (2002), na Idade Moderna, todas as atividades humanas tornaram-se foco de negociação, e essa lógica predominou na vida e na existência humana.

Segundo Pinto (2007, p. 19), foi a partir da idade moderna que “o trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classes”, como se pode verificar na relação entre empresários, detentores do capital, e empregados, pessoas que contavam apenas com a sua capacidade de trabalho. Sendo assim, cabia unicamente ao empregado vender sua capacidade de produção ao empresário, dando origem ao trabalho assalariado. O autor relata que, no início, o capitalista se interessava somente pelo fornecimento de matéria-prima e de alguns produtos transformados pelos trabalhadores, para repassá-los a comerciantes e consumidores. Para o autor, foi a luta pelo controle do trabalho humano que levou o capitalista a adentrar o processo produtivo já de início, com a apropriação de instrumentos de trabalho, terras e matérias-primas, cabendo aos trabalhadores apenas a venda de seus conhecimentos de transformação da matéria-prima em produtos finais.

Por fim, o trabalho tornou-se parte da cultura, e nele os seres humanos passaram a depositar certas atribuições. Conforme a teoria de Marx, é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social. Portanto, pode-se dizer que é fonte de experiência psicossocial, pois ocupa um espaço no desenvolvimento da vida humana, não sendo somente meio de satisfação de necessidades básicas, mas também fonte de identificação, autoestima, desenvolvimento de potencialidades, sentimento de participação na sociedade, além de colaborar na busca da identidade

Qualidade de vida no trabalho

O Conceito de QVT tem por base a definição de qualidade de vida. Segundo Salles e Federighi (2006), as variáveis que determinam a qualidade de vida são: saúde física e psicológica, convicções pessoais, relações pessoais e ambientais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006, p. 3) define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e de sistema de valores nos quais ele vive e em relação a objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

O conceito apresentado pela OMS deu origem à definição de QVT. No entanto, Fernandes (1996) acrescenta que se trata de uma construção multidimensional referente à satisfação em geral do sujeito e à busca de equilíbrio entre vida pessoal, profissional, sentimento de pertencer ao grupo de trabalho e a sensação de ser valorizado e respeitado. Leva em consideração, por exemplo, o cuidado do bem-estar e do ambiente como fundamental para garantir melhor produtividade e qualidade no trabalho, além de maior satisfação na vida pessoal (CAVASSANI; CAVASSANI; BIAZIN, 2006).

Os estudos sobre QVT, em sua grande maioria, estão relacionados ao aumento da produção e/ou à diminuição dos custos de produção, ocasionando sobrecarga e insatisfação dos trabalhadores. Conforme menciona Schein (1982), os seres humanos dedicam-se verdadeiramente ao trabalho a eles designado quando têm suas expectativas atendidas; as quais nem sempre estão relacionadas a retorno financeiro e nem são palpáveis. São, na verdade, necessidades subjetivas que envolvem o senso de dignidade e valor da pessoa.

Segundo Schein (1982), o comportamento dos trabalhadores no ambiente corporativo está relacionado à forma como são tratados, assim como às normas e aos valores que observam internamente. Em sendo verdade a colocação do autor, seria muito complicado falar de QVT em uma sociedade capitalista, que tem como motor de desenvolvimento o controle excessivo do processo produtivo, a alienação e a exploração da mão de obra, além da precarização nos ambientes de trabalho. Max-Neef (2012) corrobora ressaltando que, no contexto atual, marcado por diferentes tipos de explorações, exclusões, desigualdades sociais, no qual o capital é o que determina a ordem econômica, é possível se deparar com um aumento dramático das patologias coletivas, entretanto não é *expertise* curar um indivíduo e recolocá-lo em um ambiente enfermo.

Na QVT, existem elementos comuns ao ideário da EcoSol, sendo assim, é possível fazer essa correlação para a ampliação do conhecimento da QVT e da desmistificação da precarização do trabalho atribuído à EcoSol.

Economia solidária

A Economia Solidária (EcoSol) nasceu na Europa como resposta à crise instaurada pelo surgimento do capitalismo industrial, caracterizado pelo novo arranjo produtivo baseado no uso da máquina, na industrialização dos processos e na exploração dos trabalhadores, gerando o empobrecimento e a exclusão dos artesãos (SINGER, 2002). Dois eventos históricos corroboraram para que essa crise se instaurasse: a primeira Revolução Industrial, que ocorreu na Grã-Bretanha, e a expulsão em massa dos camponeses que viviam sob os domínios senhoriais e que se tornaram proletários. Ao mesmo tempo que muitos dos serviços, até então desenvolvidos artesanalmente, passaram a ser executados por processos mecânicos, em maior quantidade e em menos tempo, existia um número cada vez maior de pessoas em busca de emprego.

Para Nascimento (2011), não existe EcoSol sem autogestão e vice-versa. O autor justifica seu posicionamento dizendo que a origem da EcoSol e a retomada dos princípios do movimento operário as tornam, se não sinônimas, no mínimo conceitos que não existem separadamente. A EcoSol é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna que promove a justiça econômica e equidade de gênero, seja no campo ou na cidade” (p. 91). Enquanto a autogestão é “um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção” (p. 92).

Para Singer (2002), a EcoSol é um modo de produção que se diferencia das organizações que funcionam na lógica capitalista, principalmente pela forma como é gerenciada. A empresa capitalista pratica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, na qual quanto maior o nível hierárquico do funcionário maior é o seu poder dentro da organização. Conforme destaca o autor, “à medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador” (SINGER, 2002, p. 18). Já os empreendimentos econômicos solidários (EES) praticam a autogestão, ou seja, todos os membros e/ou associados conhecem todos os processos existentes e participam da tomada de decisão.

Os princípios básicos da EcoSol são: a utilização coletiva da propriedade e o direito à liberdade individual, sendo que a “aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2002, p. 16).

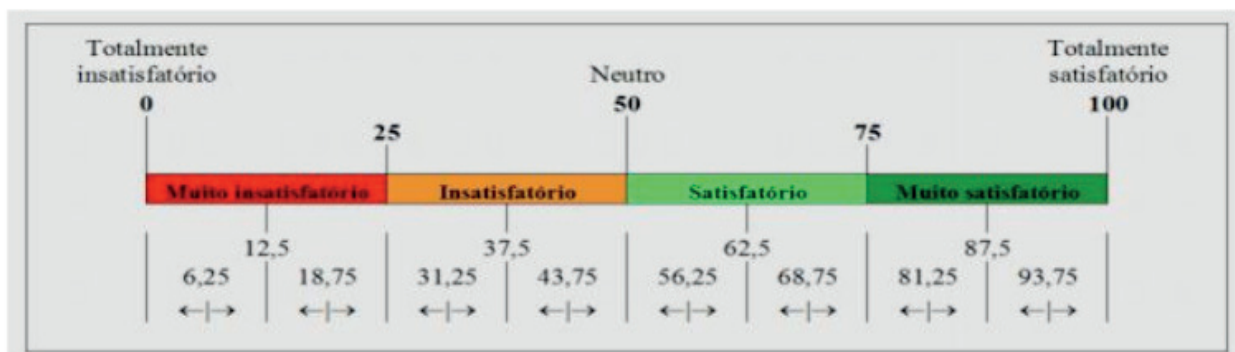
METODOLOGIA

A investigação foi realizada com trabalhadores e trabalhadoras que integram o programa Municipal de EcoSol do município paranaense de São José dos Pinhais,

que no momento da pesquisa contava com 105 trabalhadores(as). Foram aplicados trinta questionários no grupo, do qual 93% são mulheres, com idade entre 18 e 66 anos, com nível de escolaridade variado, do fundamental completo à pós-graduação. Os dados foram coletados individualmente durante a Feira de Natal promovida pelo Programa Municipal de EcoSol, que aconteceu na primeira quinzena de dezembro de 2014.

A ferramenta utilizada para a coleta de dados foi o Questionário de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho (TQWL-42)¹, elaborado por Pedrosa (2010), um instrumento composto por 47 questões fechadas, das quais cinco são destinadas à identificação da amostra e as demais estão distribuídas entre as cinco esferas.

Os dados coletados foram tabulados e analisados com base na tabela de classificação de qualidade de vida, elaborada por Timossi et al. (2009, p. 10), com as notas que foram atribuídas pelos trabalhadores entrevistados aos aspectos essenciais para que exista QVT.



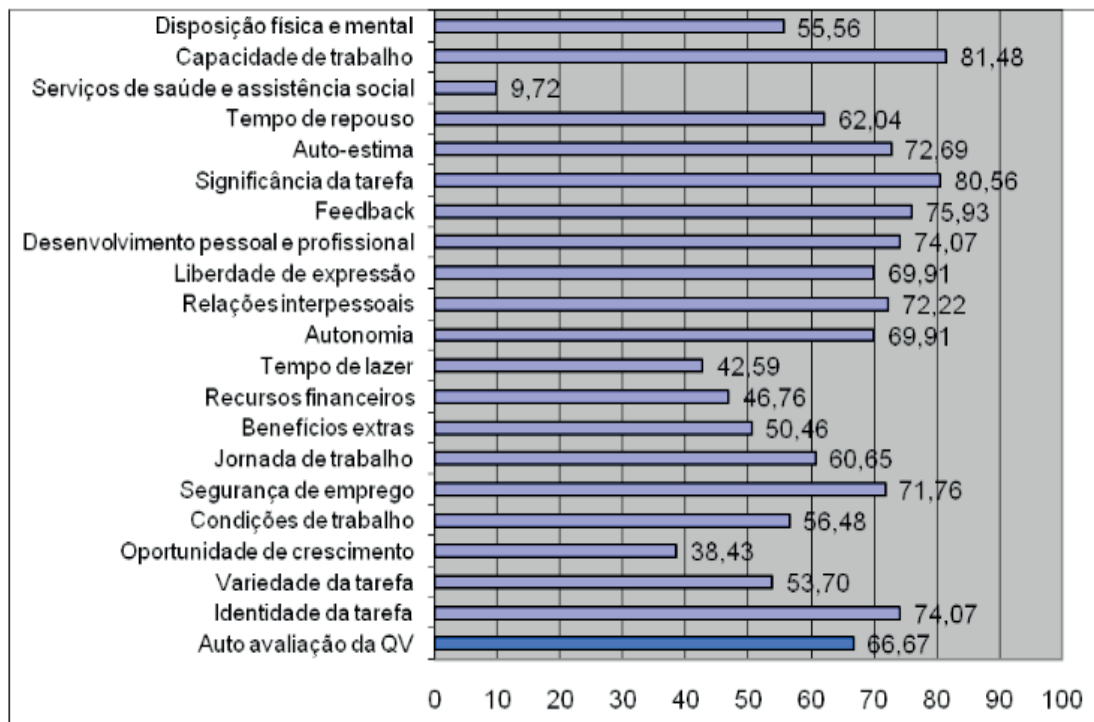
Classificação da QVT

Fonte: Timossi (2009).

ANÁLISE DOS DADOS

Na sequência, apresentamos os dados obtidos com o estudo realizado com trabalhadores e trabalhadoras que integram o programa municipal de EcoSol.

¹ Sigla formada pelas iniciais de Total Quality of Work Life.



Questões, esferas e aspectos analisados

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Conforme demonstrado na figura, os quatro primeiros aspectos apresentados (disposição física e mental, capacidade de trabalho, serviço de saúde e assistência social e tempo de repouso) dizem respeito à esfera Biológica/Fisiológica. Pela análise dos dados apresentados, é possível perceber que os trabalhadores entrevistados dispõem de alta “capacidade de trabalho” (81,48), um aspecto importante caso o Empreendimento de Economia Solidária deseje expandir sua produção. Ao analisar a esfera Biológica/Fisiológica, verifica-se também a carência de “serviços de saúde e de assistência social” (9,72), item que teve a pior avaliação entre todos os aspectos analisados pela pesquisa.

Os itens “autoestima”, “significância da tarefa”, “*feedback*” e “desenvolvimento pessoal e profissional” correspondem à esfera Psicológica/Comportamental, que foi bem avaliada pelos entrevistados, considerando que, na tabela de classificação de QVT apresentada anteriormente, os entrevistados se mostraram de satisfeitos a muitos satisfeitos em relação a essa esfera. O aspecto “significância da tarefa” recebeu 80,56 de pontuação, ratificando o que relatam os teóricos partidários da EcoSol defensores desse modelo de organização para a produção, pois possibilita a superação da alienação do trabalho, fator que leva à ressignificação do trabalho e propicia que os trabalhadores reconheçam a importância de seu trabalho, seja para o EES ou para a sociedade.

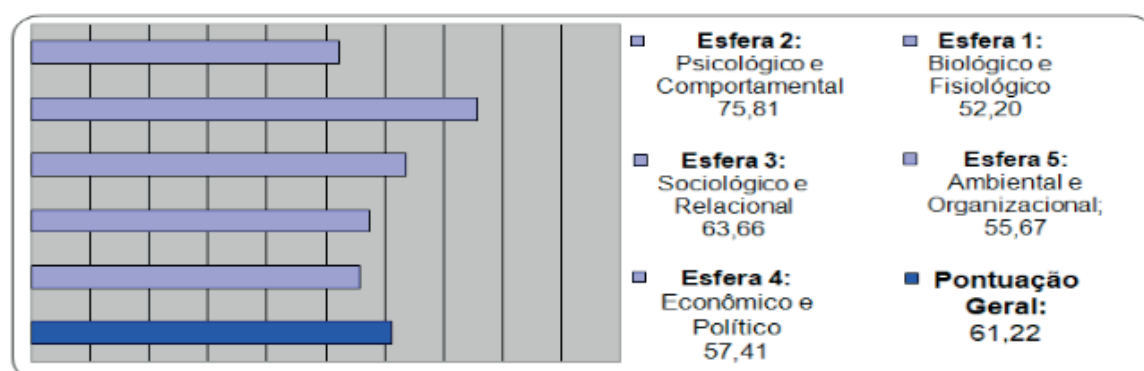
Seguindo a análise, na esfera Sociológica/Relacional, os trabalhadores estão satisfeitos com a liberdade de expressão, relações interpessoais constituídas e com a autonomia que têm no trabalho. No entanto, apresentam-se insatisfeitos com o tempo

de que dispõem para o lazer, aspecto que recebeu 42,59 pontos. Considerando que os trabalhadores entrevistados disseram estar satisfeitos com a jornada de trabalho que cumprem, infere-se que fatores externos ao trabalho impactaram o resultado.

Na esfera Econômica/Política, foram analisados os recursos financeiros advindos do trabalho realizado, os benefícios extras recebidos, como, por exemplo, seguro saúde e bônus, a jornada de trabalho e a segurança no emprego. Sobre os aspectos analisados, tem-se que os rendimentos advindos dos EES ainda não são satisfatórios, pois o item “recursos financeiros” recebeu 46,76 de avaliação, no entanto, conforme já mencionado, os trabalhadores estão satisfeitos com a jornada de trabalho exercida e com a segurança que o trabalho lhes proporciona.

Por fim, na esfera Ambiental/Organizacional, foram analisadas condições de trabalho, oportunidade de crescimento, variedade de tarefas desenvolvidas e a identificação com as tarefas executadas. Os dados do gráfico nos permitem inferir que os trabalhadores se identificam com as atividades desenvolvidas, no entanto percebem poucas oportunidades de crescimento, aspecto que recebeu 38,43 de pontuação.

Tendo em vista que o instrumento de coleta de pesquisa foi elaborado a fim de realizar uma pesquisa por eixo e ou esfera, calculou-se a pontuação média por esfera, e o resultado deu origem ao gráfico apresentado a seguir.



Esferas analisadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

As esferas e/ou variáveis apresentadas no gráfico possibilitaram analisar a satisfação dos trabalhadores no que se refere ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional, à forma como são tratados, ao sentimento de valorização e respeito, ao ambiente de trabalho e aos resultados obtidos.

Conforme a classificação apresentada por Furtado (2011), os dados mostram que, no geral, os trabalhadores estão satisfeitos, ou seja, a QVT deles é satisfatória. No entanto, os dados também apontam que algumas esferas carecem de maior atenção, como a esfera Biológico/Fisiológico e a esfera Ambiental/Organizacional, que receberam menor pontuação. A primeira obteve uma média de 52,20 e a segunda,

55,67.

Segundo Veronesi Júnior (2008), a esfera Biológico/Fisiológica apresenta aspectos indiscutíveis tanto do ponto de vista da sociologia das práticas sociais quanto do ponto de vista da psicologia, uma vez que o espaço laboral possibilita a constituição do sujeito e afeta a saúde física e mental do trabalhador.

Sobre a Esfera Econômica/Política, os entrevistados disseram estar satisfeitos, atribuindo uma média de 57,41. Essa pontuação refere-se ao resultado dos recursos financeiros obtidos, aos benefícios recebidos, à jornada de trabalho que cumprem e à segurança no emprego. Os dados aqui apresentados ratificam informações que já são de conhecimento do movimento de EcoSol, e apontam os problemas que precisam ser superados para que a EcoSol possa se consolidar como modelo de organização para o trabalho. Albuquerque (2003, p. 205) menciona a necessidade de elaboração e aprovação de instrumentos legais de fácil utilização que fomentem e garantam o modelo de organização para o trabalho pautado na autogestão. Para além da questão legal, é importante citar que na EcoSol o ser humano é “sujeito e finalidade da atividade econômica”.

As esferas Psicológica/Comportamental e Sociológica/Relacional foram as que obtiveram maior pontuação: 75,81 de média e 63,66 pontos, respectivamente.

Os resultados obtidos nas esferas Psicológica/Comportamental e Sociológica/Relacional estão em consonância com o que escreveu Schein (1982): os seres humanos se dedicam mais quando o trabalho tem significância, ou seja, quando o trabalhador julga que seu trabalho é importante, seja para o grupo ou para a sociedade, e quando tem suas expectativas atendidas. Para o autor, as expectativas dos trabalhadores estão necessariamente relacionadas ao retorno financeiro, que podem ser “senso de dignidade e valor da pessoa”, e a possibilidade de aprendizagem contínua, ou crescimento profissional, aspectos que, conforme os dados apresentados, foram bem avaliados pelos trabalhadores dos EES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo apontou que, no geral, os trabalhadores estão satisfeitos com a QVT. Os aspectos capacidade de trabalho dos trabalhadores, significância das atividades realizadas, *feedback* recebido, possibilidade de desenvolvimento profissional, relações estabelecidas no ambiente de trabalho e identificação com o trabalho realizado foram os que receberam maior pontuação na pesquisa aplicada. Não foram investigados os motivos que levaram os entrevistados a apresentarem tais respostas, porém, considerando que o ideário da EcoSol é o aspecto pedagógico inerente à prática da autogestão, os pesquisadores arriscam dizer que o resultado da pesquisa aqui apresentada está relacionado diretamente à prática da autogestão, com exercício da democracia e a venda direta ao consumidor, o que possibilita um bom *feedback* e reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Os aspectos “serviços de saúde e assistência social”, “oportunidade de crescimento” e “recursos financeiros” foram os que obtiveram menor nota, portanto carecem de maior atenção. Sobre os dois últimos aspectos citados, cabe ressaltar que, em um estudo publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), os dois maiores desafios dos EES são gerar renda adequada aos sócios e viabilizar economicamente os EES. Sendo assim, o resultado da pesquisa mostra que, no que se refere à questão econômica, os EES pesquisados estão em consonância com o panorama nacional.

Mesmo não tendo sido objeto da pesquisa, percebe-se que, para além da questão legal, que impacta a comercialização e, por conseguinte, os rendimentos dos trabalhadores, os EES padecem por falta de formação para gestão e de tecnologias que atendam às suas necessidades.

No campo conceitual, pode-se dizer que trabalho, QVT e EcoSol mantêm uma estreita relação. E também é possível inferir que as discussões em torno desses conceitos surgiram a partir das mudanças que impactaram a história do trabalho. Por fim, percebe-se que, na perspectiva da EcoSol, o trabalho sempre esteve relacionado ao suprimento das necessidades, sejam elas biológicas, psicológicas, sociais ou financeiras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-25.

CAVASSANI, A. P.; CAVASSANI, E. B.; BIAZIN, C. C. *Qualidade de Vida no Trabalho*: atores que influenciam as organizações. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13., 2006, Bauru, SP. *Anais...* Bauru, SP: Unesp, 2006. p. 1-8.

FERNANDES, E. *Qualidade de Vida no Trabalho*: como medir para melhorar. 2. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FURTADO, O. *Trabalho e Qualidade de Vida*. São Paulo: Cortez, 2011.

KURZ, R. Origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. *Folha de S.Paulo*, 30 mar. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs300303.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MAX-NEEF, M. *Desenvolvimento à escala humana*: concepção, aplicação e reflexões posteriores. 6. ed. Blumenau: Edifurb, 2012.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, E. A. et al. *Gestão pública e sociedade*: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 91-100.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 14-20, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Versão em português dos Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida (WHOQOL)*. OMS, Divisão de Saúde Mental, 2006.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEDROSO, B. *Desenvolvimento do TQWL-42: um instrumento de avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho*. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/dissertacoes/diss_2010/DissertaBruno.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SALLES, P. E. M.; FEDERIGHI, W. J. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): a visão dos trabalhadores. *O Mundo da Saúde* [online], São Paulo, v. 30, n. 2, p. 263-278, 2006.

SCHEIN, E. *Psicologia organizacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1982.

SCHMIDT, D. R. C.; DANTAS, R. A. S. Qualidade de Vida no Trabalho de profissionais de enfermagem, atuantes em unidades do bloco cirúrgico, sob a ótica da satisfação. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online], Londrina, v. 14, n. 1, p. 54-60, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIMOSSI, L. S. et al. *Adaptação do Modelo de Walton para Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho*. *Revista da Educação Física* [online], Maringá, v. 20, n. 3, p. 395-405, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/5780/4882>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

VERONESI JUNIOR, J. R. *Fisioterapia do trabalho: cuidando da saúde funcional do trabalhador*. São Paulo: Andreoli, 2008.

WOLECK, A. *O Trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica*. Blumenau: Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG), 2002. Disponível em: <<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II

Gabriela Zanim

Universidade de São Paulo, Escola de
Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP)
Ribeirão Preto - SP

Patrícia Tosta Soares

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras
Drogas (CAPS AD II)
Ribeirão Preto – SP

Regina Celia Fiorati

Universidade de São Paulo - Faculdade de
Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP)
Ribeirão Preto – SP

RESUMO: trata-se de um relato de experiência sobre um grupo de geração de renda em Economia Solidária, com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial II Álcool e outras Drogas - CAPS-ad II da cidade de Ribeirão Preto – SP. Este grupo foi criado através do trabalho de incubação da CoLabora ITES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários que iniciou suas atividades no município em 2014. A CoLabora ITES é uma incubadora universitária da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto e que desde 2014 vem incubando empreendimentos de Economia Solidária na cidade. O grupo de geração de renda do CAPS-ad II é uma oficina de saponaria cuja marca denominada “Lotus” vem sendo comercializada em feiras de

Economia Solidária da cidade. Atualmente este grupo foi inserido na Associação Pólvora que reúne empreendimentos de Economia Solidária desenvolvidos no campo da Saúde Mental e assistência social do município. O objetivo deste trabalho é relatar o processo histórico de implementação e desenvolvimento deste grupo de geração de renda em Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; reabilitação psicossocial; álcool e outras drogas

GENERATION OF INCOME IN SOLIDARITY ECONOMY: EXPERIENCE REPORT OF AN OFFICE WITH CAPS-AD II USERS

ABSTRACT: this is an experience report about a group of income generation in Solidarity Economy, with users of a Psychosocial Care Center II Alcohol and other Drugs - CAPS-ad II of the city of Ribeirão Preto - SP. This group was created through the incubation work of CoLabora ITES - Technological Incubator of Solidarity Enterprises, which began its activities in the municipality in 2014. CoLabora ITES is a university incubator of the University of São Paulo, campus of Ribeirão Preto and since 2014 has been incubating enterprises of Solidarity Economy in the city. The income generation group of CAPS-ad II is a soapery workshop whose brand called “Lotus” has been marketed in Solidarity Economy fairs in the city. Currently

this group was inserted in the Association Pólvora that brings together enterprises of Solidary Economy developed in the field of Mental Health and social assistance of the municipality. The objective of this work is to report the historical process of implementation and development of this group of income generation in Solidary Economy.

KEYWORDS: Solidary Economy; psychosocial rehabilitation; alcohol and other drugs

INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas, segundo a história registrada, perpassa toda a antiguidade e chega aos tempos modernos com forças e conotações distintas. Sabe-se que em relação ao álcool, por exemplo, houve uma transformação no conceito “alcoolismo”. Magnus Huss, em 1849, entendia o alcoolismo como um quadro de intoxicação crônica pelo álcool, descrição esta baseada exclusivamente nas consequências do uso do mesmo nos diferentes órgãos e sistemas do indivíduo. Em 1931, o Royal College of Physicians, de Londres, promoveu uma inovação ao enquadrar o alcoolismo no grupo das Doenças Mentais, classificação aceita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1950 (SOUZA; GARNELO, 2006).

Na segunda metade do século XX, Jellinek, com seu clássico trabalho “The Disease Concept of Alcoholism”, exerceu grande influência na evolução do conceito de alcoolismo, considerando-o doença apenas quando o usuário apresenta tolerância, abstinência e perda do controle. Em 1976, Griffith Edwards e Milton Gross propuseram uma nova classificação, a Síndrome de Dependência do Álcool (SDA), considerada um transtorno que se constitui ao longo da vida, sendo dependente da interação de fatores biológicos e culturais. Neste processo, um dos fenômenos mais significativos é o surgimento da abstinência, quando a pessoa passa a ingerir a bebida para aliviar seus sintomas. (GIGLIOTTI; BESSA, 2004).

Em relação ao uso de outras drogas, encontra-se um panorama similar. Assim, a CID (Classificação Internacional de Doenças) utiliza-se do termo “uso nocivo” como causador de danos físicos e mentais, como capacidade de julgamento comprometida, disfunção comportamental, e o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) engloba no termo “abuso” também danos sociais, como a dificuldade em cumprir obrigações importantes, problemas legais ligados ao consumo, problema nos relacionamentos interpessoais (SENAD, 2011).

De acordo com o último levantamento do CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), realizado em 2010, no VI Levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras, com uma amostra populacional de 50.890 estudantes, sendo a maioria da rede pública de ensino, 25,5% dos estudantes relataram uso na vida de alguma droga (exceto álcool e tabaco), 10,6% relatou uso no último ano e 5,5% uso no mês. O levantamento aponta ainda que as drogas mais consumidas pelos estudantes foram

as bebidas alcoólicas, com 42,4% de consumo no ano e o tabaco, com 9,6% ao ano. (CEBRID, 2010). Assim, ainda que esses estudos mostrem apenas uma amostra da população, eles fornecem um panorama geral da situação. Dessa forma, se reconhece o uso de álcool e outras drogas como uma problemática atual. No entanto, é fundamental discutir, paralelamente, as situações favoráveis que corroboraram para esse cenário.

Pode-se perceber, com o início de criação de leis nessa temática, o caráter proibicionista ao qual se encarava tal problemática. No Brasil, em 1890, no Código Penal Republicano, houve o primeiro diploma penal brasileiro, proibindo algumas substâncias tidas como “venenosas”. Em 1924, foi incluído no Código Penal Brasileiro, o decreto 4.294, que propôs a pena de prisão para aqueles que vendessem ópio e seus derivados e cocaína. A partir de 1980, o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN), foi o responsável pela formulação de políticas públicas para o enfrentamento das drogas. Em 1998, o COFEN foi substituído pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD – Órgão normativo e deliberativo da secretaria nacional antidrogas – SENAD). Em 2005, o CONAD aprovou a Política Nacional sobre Drogas, que incluía a questão do uso abusivo de drogas como um problema de saúde pública, e admitia a necessidade do tratamento, recuperação e reinserção social do usuário de álcool e outras drogas (SANTOS; OLIVEIRA, 2012). Em 2008, a Lei 11.754, alterou o nome do Conselho Nacional Antidrogas para Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), como também, alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). O OBID (Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas), trouxe que em 2011, o Governo Federal transferiu a SENAD do Gabinete de Segurança institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, a fim de antepor o enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas. E, em 2018, o CONAD aprova a resolução que prevê a realização de estudos para realinhamento da Política Nacional sobre Drogas (OBID, 2018).

No entanto, um novo olhar à problemática é proposto, como a política da redução de danos, que promove um olhar singular ao sujeito e acolhimento ao mesmo, ao passo que traça com ele estratégias voltadas não para a abstinência, e sim para a “defesa” de sua vida. (BRASIL, 2003).

Assim, o trabalho é conceituado como importante alicerce da reabilitação da população usuária de álcool e outras drogas. Estudo realizado com esta população e pacientes da saúde mental nos mostra que ele é interpretado como um recurso importante de proteção às recaídas e às crises, possível através da ocupação significativa para a vida (RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2010).

Diante de tais considerações, ações de economia solidária voltadas à inclusão social dessa população vêm ganhando destaque. O marco da Economia Solidária, como movimento de luta contra a exclusão social e econômica, surge como parceiro natural para a discussão da exclusão das pessoas com transtornos mentais do mercado de trabalho. Este início é marcado, no Brasil, no ano de 2004, tendo como

desafio a reinserção social de egressos de manicômios por meio da construção de empreendimentos solidários e auto gestionários (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

A economia solidária surge como modo de produção alternativo ao capitalismo. Sua unidade típica é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida e destinação do excedente anual entre os cooperados. A solidariedade na economia só pode se realizar se sua organização for igualitária. Assim, nas cooperativas de produção, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e os mesmos direitos de voto em todas as decisões. Os princípios básicos são: propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Outra forte característica é a autogestão, organizada pela participação democrática de todos os membros nas decisões e discussões acerca do empreendimento (SINGER, 2000, 2002).

No campo da saúde mental e de usuários de álcool e outras drogas, em 2005, foi instituído o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, formado pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, e por duas representações (titular e suplente) dos gestores de saúde mental e de economia solidária, das experiências de geração de renda e trabalho em saúde mental, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e dos usuários de saúde mental inseridos em experiências de geração de renda e trabalho. Tais iniciativas compreendem as possibilidades de atividade e geração de rendas solidárias, que permitam o processo de emancipação dos usuários através de empreendimentos que promovam espaços reais de trabalho, nos quais estejam implicadas as atividades de cooperativismo, a participação democrática e a autogestão, o fortalecimento do coletivo, a validação dos saberes e dos recursos das pessoas e dos contextos locais, a inserção no mercado e a possibilidade de ganho econômico real (BRASÍLIA, 2006).

Concomitante ao movimento da economia solidária pode-se perceber alguns movimentos em reação à exclusão dos trabalhadores. Assim, se iniciou o programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003). As incubadoras tecnológicas passaram a ser incorporadas por diversas universidades e, em 1999, a Rede Universitária de ITCP foi criada, com objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária (REDES DE ITCP, 2014).

O presente trabalho se desenvolveu a partir do relato de experiência da coordenadora de um grupo incubado pela Co-Labora - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, que foi criada a partir de um projeto interdisciplinar, reunindo docentes, graduandos e pós-graduados dos cursos de Terapia Ocupacional – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FMRP/USP), Faculdade de Economia e Administração (FEA-RP) e a Faculdade de Direito (USP-RP). O projeto aprovado em edital do CNPq (CHAMADA MCTI/SECIS/MTE/SENAES/

CNPq N° 89/2013), da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego em 2013, incuba, atualmente, três grupos de geração de renda e uma Associação, na filosofia da economia solidária. Dentre os empreendimentos acompanhados, está o grupo de usuários do Centro de Atenção Psicossocial II para pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas de Ribeirão Preto (CAPS-ad II), a partir do qual se desenvolveu, diretamente, este trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento do mesmo consistiu em analisar o relato de experiência sobre o processo de implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda incubado pela Co-Labora no CAPS-ad II.

Com esse estudo, o que se propõe é a compreensão dos processos de inclusão social pelo trabalho da população em uso problemático de álcool e outras drogas com base na experiência mencionada. Sabe-se que, atualmente, as políticas públicas que asseguram os direitos desses sujeitos têm objetivos claros de inclusão social. No entanto, o que se observa nos serviços de saúde é que ainda há grande dificuldade no que diz respeito a recuperação de direitos, em especial o direito ao trabalho. Ainda se tem grande ênfase no trabalho “terapêutico”, não resultando, efetivamente, em retorno às formas de trabalho “formais”. Assim, a importância deste estudo está em poder conhecer e registrar uma experiência inovadora no campo da atenção psicossocial com pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, indicada pela Política Nacional de Álcool e Drogas assim como pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Portanto, este estudo justifica-se por permitir conhecer e registrar uma experiência inovadora no campo da atenção psicossocial com esta população.

MARCO TEÓRICO

A reabilitação psicossocial é o marco teórico utilizado neste estudo, visto que um de seus principais pressupostos diz respeito à inclusão social pelo trabalho. A reabilitação psicossocial representa um conjunto de meios (programas e serviços) que se desenvolvem para facilitar a vida de pessoas com problemas severos e persistentes de saúde mental (PITTA, 1996).

Fiorati (2010) traz uma reflexão a respeito do conceito de reabilitação atrelado à ideias de habilitação de condutas que visam atender a padrões de comportamento e capacidades normativas que sugerem um ideal de independência produtiva. Quando pensa-se em re-capacitar um sujeito que, por algum motivo, perdeu a capacidade frente a requisitos sociais necessários à reprodução material da vida ou, simplesmente, frente a requisitos de sobrevivência, isso inclui, implícita ou explicitamente, uma intervenção que trace um caminho para que o sujeito reproduza o padrão das condutas socialmente dadas, sejam físicas ou mentais. Frente a indivíduos com problemas sociais, é comum que os profissionais sigam o caminho que inclui os sistemas de normas como referencial e alvo a serem alcançados,

baseando-se nas arcaicas noções de reabilitação.

Para que as primeiras práticas de reabilitação fossem criadas no Brasil, foi necessário que o Movimento Internacional de Reabilitação exercesse uma pressão política, a partir do final da primeira década do século XX, em uma sociedade marcada pelo advento dos movimentos sociais trabalhistas responsáveis por iniciar uma política governamental distributivista e pela ascensão de organizações de cunho assistencial, entidades beneficentes que se responsabilizaram pela reabilitação de sujeitos com deficiências físicas e mentais (SOARES, 2007).

Após a luta antimanicomial, torna-se necessário desconstruir o manicômio, de construir alternativas de serviços que se colocarão como substitutos do hospital psiquiátrico, com o propósito de oferecer tratamento ao portador de sofrimento mental. A reabilitação psicossocial é pensada como modo de solucionar, provisoriamente, a dicotomia entre sujeito e contexto e entre especialistas e tratamentos, com possibilidade de organizar os serviços de saúde mental, que elaborem estratégias de tratamento que considerem a complexidade do problema e que sejam efetivos na inclusão total do sujeito portador de transtornos mentais em suas dimensões social, política e civil (SARACENO, 1999).

Para o autor, a reabilitação deve ser entendida como um processo no qual haja abertura de espaços de negociação para o paciente, para sua família, para a comunidade circundante e para os serviços que se ocupam do paciente: a dinâmica de negociação é contínua e não pode ser codificada, já que os autores (e os poderes) em jogo são muitos e reciprocamente multiplicantes. Dentre os eixos que sustentam a ideia de aumento de capacidade contratual dos sujeitos, encontram-se: habitat, rede social e trabalho com valor social. O trabalho não deve ser entendido apenas como um simples desenvolver de determinadas tarefas, mas sim como “inserção laborativa”, promovendo um processo de articulação do campo dos interesses, necessidades e desejos. Deve-se ser cauteloso ao tratar do trabalho reabilitativo, para não confundi-lo com o trabalho terapêutico e alienado reproduzido durante tanto tempo pelas instituições. Neste sentido, a reabilitação psicossocial propõe o oposto, ou seja, que a desinstitucionalização dê possibilidade de restituição da subjetividade, do indivíduo na sua relação com a instituição, à recuperação da contratualidade e, por fim, da posse de recursos para trocas sociais e, por conseguinte, para a cidadania social. O desenvolvimento lógico do trabalho anti-institucional foi a criação de cooperativas, funcionando como espaços de serviço (tratamento) e lugares de produção (mercado) (SARACENO, 1999).

Para Bertolote (1996), o verdadeiro sujeito da reabilitação psicossocial é aquele em desvantagem social. O autor defende a ideia da reabilitação como um processo de “remoção de barreiras”, as quais impedem a integração social de um sujeito, em desvantagem social, à comunidade a qual pertence e concretize sua possibilidade ao exercício pleno de seus direitos e cidadania.

Já para Fiorati e Saeki (2011), a reabilitação psicossocial deixa de ser

compreendida como procedimento e passa a ser entendida como conceito, segundo o qual o ato de reabilitar e o ato de tratar são duas ações que não se desassociam, porém, o ato de tratar extrapola a dimensão da mera remissão dos sintomas para compreender o processo de saúde dos sujeitos como um percurso que abarca a reflexão e a construção de um projeto.

A Portaria do Ministério da Saúde Nº 3088 de 23 de dezembro de 2011, institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Vale ressaltar que a Economia Solidária, economia de estudo desta pesquisa, na política da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) está prevista dentro da reabilitação psicossocial.

OBJETIVO GERAL

- Relatar o processo histórico de implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária, do CAPS-ad II de Ribeirão Preto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as dificuldades na implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária.

- Analisar as potencialidades na implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária.

PERCURSO METODOLÓGICO

O cenário da pesquisa foi o grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária, do Centro de Atenção Psicossocial, CAPS-ad II, localizado no município de Ribeirão Preto. O CAPS-ad II, cumpre papel central da rede de atendimento aos usuários problemáticos de álcool e outras drogas no município e oferece atendimento integrado a uma rede de serviços em saúde mental (CAPS-AD II, 2015).

O objetivo do CAPS-ad II é oferecer atendimento, em regime ambulatorial ou de semi-internação, ao usuário problemático de álcool e outras drogas que tenha, por esse uso, comprometido sua saúde física e/ou mental, relações familiares, sociais e/ou profissionais, bem como aqueles que já tenham experimentado outras formas de tratamento, porém sem sucesso, ou que tenham apresentado recaídas (CAPS-AD II, 2015).

As oficinas de Economia Solidária do CAPS-ad II de Ribeirão Preto são oficinas de geração de renda que visam a inserção social pelo trabalho de seus usuários através de uma parceria com a Co-Labora - ITES que objetiva a incubação

de empreendimentos econômicos na perspectiva da Economia Solidária prevista na política pública de saúde mental, por promover condições humanas igualitárias e justas de trabalho respeitando-se as limitações de cada sujeito envolvido no projeto. O grupo visa não somente a produção de materiais para comercialização em seu processo de trabalho mas também, o desenvolvimento ou a requalificação de habilidades, relacionamento interpessoal, autogestão de grupo, manejo das diferenças e frustrações, desenvolvimento de criatividade, planejamento, pensamento estratégico e reflexivo, desenvolvimento de habilidades para comercialização de produtos e controle do dinheiro (CAPS-AD II, 2015). O foco desta pesquisa se deu com a oficina de saponaria, a qual é coordenada por uma profissional do serviço, terapeuta ocupacional, que aceitou participar de uma entrevista a fim de narrar todo o processo de implementação e desenvolvimento de tal oficina de geração de renda no Caps-ad II, uma vez que esta profissional participou de todo este processo histórico e mantém suas atividades no grupo atualmente.

Em dia e horário agendado pela coordenadora da oficina, foi utilizado gravador para o registro de sua narrativa sobre: o processo de implementação e desenvolvimento do grupo de geração de renda, baseado na perspectiva da Economia Solidária, do CAPS-ad II. Após a narrativa, a entrevista foi transcrita e analisada pela pesquisadora.

A OFICINA DE GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES

O projeto da oficina de geração de renda em Economia Solidária do CAPS-ad II teve seu início no ano de 2014, através das atividades de incubação da Co-Labora - ITES. A incubadora é formada por membros ligados à Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, que iniciaram suas atividades de incubação através de reuniões com os usuários e alguns profissionais do serviço. Esses encontros, que tinham por objetivo iniciar o processo de implementação da oficina de geração de renda em Economia Solidária no CAPS-ad II, permitia exposição dos princípios teóricos da Economia Solidária pelos membros da Co-Labora - ITES, além de realizar a primeira sensibilização sobre a temática.

Com o passar do tempo, os membros da incubadora avaliaram a importância em se manter um profissional específico do serviço, ligado à oficina, para que a implementação tivesse seguimento, uma vez que confiar essas atividades à estagiários universitários poderia ser frustrante, já que os mesmos possuem uma característica desfavorável à estes grupos, que é a rotatividade por conta de suas reduzidas cargas horárias de trabalho.

Assim, uma profissional com proximidade com a temática, que já apoiava a inserção de populações vulneráveis ao mercado de trabalho, foi selecionada para dar continuidade à implementação desta inovadora atividade no CAPS-ad II,

conjuntamente com os próprios usuários da oficina. As vivências e as práticas do grupo foram valorizadas e assim, em conjunto, o grupo foi constituído e elaborado o regulamento interno.

A elaboração do regulamento interno teve sua importância para a organização do grupo de trabalho e conferir a ele uma característica mais profissional. Foi constituído através das práticas dos usuários no seu dia a dia e através das necessidades que o próprio grupo apresentava: a necessidade em se limitar o número de usuários, evitar a rotatividade, estabelecimento de horários de entrada, saída e intervalos, a criação das comissões de organização inicial, organização final de sala, criaram-se regras para o controle do número de faltas a fim de constituir o comprometimento do grupo.

Quando há vaga em aberto para novos cooperados na oficina em Economia Solidária, o grupo realiza uma seleção dos novos candidatos interessados do CAPS-ad II. O perfil do candidato é definido e as perguntas das entrevistas são contruídas coletivamente. Juntos, o grupo analisa e seleciona os novos cooperados.

Para que os princípios da Economia Solidária e regulamento interno fossem frizados frequentemente, o grupo decidiu realizar um revezamento entre seus próprios membros para que isto fosse exposto a cada novo cooperado que, por ventura, iniciasse sua participação na oficina.

Com o intuito de incentivar a iniciação da produção, autonomia e autogestão, o Ministério da Saúde disponibilizou uma verba destinada às atividades de Economia Solidária. Então, o grupo teve a possibilidade de adquirir os primeiros materiais e insumos e dar seus primeiros passos como grupo independente de recursos do CAPS-ad II, uma vez que nenhum recurso do serviço foi utilizado para esta oficina.

O PRODUTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Construído os princípios teóricos, o grupo iniciou suas primeiras discussões a respeito de qual produto seria elaborado para geração de renda. Depois de uma chuva de ideias sobre qual produto o grupo teriam interesse em produzir, os mesmos decidiram pela produção de um jornal. Muitos usuários tinham experiências pessoais com panfletagem, vendas nas ruas, então, o jornal foi uma opção encontrada por este grupo. Esta primeira produção levou quatro meses para se concretizar. Uma vez produzidos estes jornais, o grupo iniciou suas discussões sobre a precificação. Porém, o produto não teve aceitação no mercado e o grupo de geração de renda do CAPS-ad II necessitou realizar uma distribuição desses jornais.

Diante do insucesso com a produção de jornais, o grupo realizou novo levantamento sobre qual produto tinha interesse em produzir. Concomitante a este momento, alguns usuários tiveram uma experiência de produção de sabonetes artesanais em uma outra oficina do CAPS-ad II. Então, a ideia foi lançada e iniciaram-se as primeiras produções de sabonetes artesanais como geração de renda em Economia Solidária.

Para a comercialização de seus produtos, o grupo participa de bazares semanais no próprio serviço e, há seis meses, o grupo tem participado efetivamente das feiras de Economia Solidária em praças públicas do município, levando seus produtos para fora do CAPS ad-II e se inserindo na sociedade como cidadãos dotados de direitos e deveres.

AS DIFICULDADES DO EMPREENDIMENTO

A princípio, o grupo de geração de renda era aberto, ou seja, existia certa rotatividade de usuários, o que dificultava a constituição e fortalecimento do mesmo. Para tal, o grupo criou o regulamento interno que o limitou em 12 usuários. Tempos mais tarde, o grupo verificou que 12 ainda era um número considerado alto de usuários, levando-se em consideração a escassez de materiais para a produção, a pequena infraestrutura do local e a rotatividade que ainda permanecia. Diante disso, o grupo decidiu em reduzir o número de usuários para, no máximo, 8 participantes.

A forma de dividir o rateio das sobras trouxe algumas dificuldades no início da consolidação do grupo. Primeiramente, o grupo havia decidido pela divisão igualitária entre os cooperados, porém, foi levantada a necessidade de realizar a divisão levando-se em consideração as suas relações com o trabalho, por exemplo, a participação de cada um. Sendo assim, a divisão das sobras atualmente se dá em relação com a participação e número de faltas de cada cooperado.

As feiras de Economia Solidária foi uma conquista ímpar para o município e uma forma extraordinária de levar estes usuários a além CAPS. No entanto, tratando-se deste grupo em questão, há ainda uma dificuldade na disponibilidade de alguns membros em estarem ativos nestes eventos. Fazendo com que a presença nestas feiras esteja garantida sempre pelos mesmos cooperados em específico e não pelo grupo, dificultando-se assim, a construção da autonomia coletiva.

Através das vivências da coordenadora, é possível notar a contaminação das formas de trabalho capitalistas. Formas de enxergar o trabalho de maneira limitada, não acolhedora e competitiva ainda pode ser notado no comportamento de muito cooperados.

CONCLUSÕES

O modelo de economia solidária, voltado para populações vulneráveis, como a população em uso problemático de álcool e outras drogas é uma forma inovadora de promover a autonomia, autogestão e inserção social pelo trabalho destes sujeitos. É um novo modo de (re) significação da vida, um novo olhar para esta parcela da sociedade tantas vezes marginalizada por conceitos pré-conceituosos, engessados pelos modelos capitalistas de trabalhos, que valorizam a competitividade e lucratividade a todo custo.

Tratando-se do grupo em questão neste trabalho, observa-se que a maioria das dificuldades encontradas foram incentivadas a serem solucionadas pelo coletivo. Sendo que as demais, buscam a mesma forma de resolubilidade.

Torna-se necessário um olhar mais atento das esferas políticas, nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, a fim de valorizar e apoiar os projetos de Economia Solidária já existentes e expandir novos modelos. Bem como, um olhar mais atento dos profissionais da saúde, assistência social, administração e economia para que, projetos fundamentados na perspectiva da Economia Solidária, possa fazer parte do seu dia a dia de trabalho.

Assim, a formação de multiplicadores na temática, que lidam diretamente com os atores sociais envolvidos neste processo, possam difundir esta temática autogestionária, empreendedora, inovadora e que valoriza o sujeito em sua totalidade como cidadão capaz de produzir, criar e gerar renda.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Em obediência aos procedimentos éticos e legais da pesquisa envolvendo seres humanos, preconizados pela resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, o qual foi aprovado e, cuja aprovação, tem o número de parecer: 2.696.715, CAAE: 70007617.7.0000.5393, de 06/06/2018 (ANEXO 3).

REFERÊNCIAS

BERTOLETE, J. M. Em busca de uma identidade para a Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, A. (Org) **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. IV. p. 155-158.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, 2003.

BRASÍLIA. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. Ministério do trabalho e emprego. Secretaria nacional de Economia Solidária. **Saúde mental e economia solidária**, 2006.

CAPS-AD II (Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas II). **Plano de Ação**. Ribeirão Preto/SP, 2015.

CEBRID. Secretaria Nacional Antidrogas. **VI Levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras**. Estudo envolvendo 50.890 estudantes, 2010.

FIORATI, R. C. **A organização dos serviços extra-hospitalares de saúde mental, o projeto terapêutico e a inserção da reabilitação psicossocial**. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, 2010, 242 p.

FIORATI, R. C.; SAEKI, T. A inserção da reabilitação psicossocial nos serviços extra-hospitalares de

saúde mental: o conflito entre racionalidade instrumental e racionalidade prática. **Revista de Terapia Ocupacional**. Universidade de São Paulo, v. 22, n. 1, p. 76-84, jan/abr. 2011.

GIGLIOTTI, A.; BESSA, M. A. Síndrome de Dependência do Álcool: critérios diagnósticos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, 26 (Supl. I): 11-13, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede de Atenção Psicossocial – RAPS**. Brasília, 2011.

OBID. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Pessoas/sujeitos, drogas e sociedade**. Histórico da Política Nacional sobre Drogas, 2018.

PITTA, A. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A. (Org) **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 19-26.

REDES DE ITPC. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 2014. Disponível em: < http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php >. Acesso em: 16 Ago. 2016.

RODRIGUES, R. C.; MARINHO, T. P. C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 15 (Supl. 1): 1615-1625, 2010.

SARACENO, B. **Libertando entidades**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Tè Corá? Instituto Franco Baságlia, 1999. 176 p.

SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, M. L. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Jornal of Nursing Health**. Pelotas – RS, 1 (2): 82-93, Jan/Jun. 2012.

SENAD. *In: Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias*. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 4.ed. Brasília, 2011.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In: Singer; Souza. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, Coleção economia, 2000. p. 11.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 7 – 23.

SOARES, L. B. T. **Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?** São Paulo: Hucitec, 2007. 217p.

SOUZA, A.R.; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. **Uma outra economia é possível**. SP: Contexto, 2003.

SOUZA, M. L.; GARNELO, L. Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, Ano IX, n. 2, Jun., 2006.

CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP

Mariana Pantoni Santana

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto,
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Regina Célia Fiorati

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehly

Faculdade de Economia Administração e
Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de
São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Regina Yoneko Dakuzaku Carretta

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Daniel Yacoub Bellissimo

Faculdade de Economia Administração e
Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de
São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Julia Terra Ribeiro do Vale

Faculdade de Economia Administração e
Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de
São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Marta Cristiane Alves Pereira

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto,
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

Rogério Cerávolo Calia

Faculdade de Economia Administração e
Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de
São Paulo
Ribeirão Preto- São Paulo

José Luiz Bahia

Membro do Empreendimento Lótus Artesanato
Social
Ribeirão Preto - São Paulo

Patrícia Soares

Terapeuta Ocupacional do Centro de Atenção
Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD II)
Ribeirão Preto- São Paulo

RESUMO: Introdução: ACo-Labora Incubadora, fundada em 2014, atualmente concentra suas atividades para o fortalecimento de Redes e Desenvolvimento Territorial em diferentes eixos. E para isso está em desenvolvimento um curso de formação em economia solidária. **Objetivo:** Oferecer capacitação aos empreendimentos e indivíduos interessados, em aplicar os princípios, estratégias e práticas de economia solidária. **Metodologia:** Este curso foi desenvolvido segundo metodologia da Educação Popular. **Resultados e Discussão:** Através da construção coletiva, o curso foi organizado nos seguintes módulos: Princípios e Fundamentos da Economia Solidária; Gestão dos Empreendimentos e Finanças Solidárias; Comercialização e Redes. Este curso possui

como proposta a incubação da Feira de Economia Solidária, articulada através do Fórum Municipal de Economia Solidária. **Conclusão:** Essas ações contribuem para a estruturação e desenvolvimento de incubação de redes de cooperação e a consolidação do sistema municipal de fomento a economia solidária em Ribeirão Preto-SP.

PALAVRAS-CHAVE: Incubadora; Economia Solidária; Rede.

TRAINING COURSE FOR STRENGTHENING THE NETWORK OF SOLIDARITY ECONOMY AND SUSTAINABLE AND HEALTHY DEVELOPMENT IN RIBEIRÃO PRETO-SP

ABSTRACT: Background: Co-Labora Incubadora, founded in 2014, currently concentrates its activities to strengthen Networks and Territorial Development in different axes. And for this a training course in solidarity economy is under development. **Goals:** To provide training to entrepreneurs and interested individuals in applying the principles, strategies and practices of solidarity economy. **Methodology:** This course was developed according to methodology of Popular Education. **Results and Discussion:** Through the collective construction, the course was organized in the following modules: Principles and Foundations of Solidary Economy; Management of Enterprises and Solidary Finance; Marketing and Networks. This course has as proposal the incubation of the Fair of Solidary Economy, articulated through the Municipal Forum of Solidary Economy. **Conclusion:** These actions contribute to the structuring and development of incubation of cooperation networks and the consolidation of the municipal system of fomenting the solidarity economy in Ribeirão Preto-SP.

KEYWORDS: Incubator; Solidarity economy; Network.

1 | INTRODUÇÃO

A Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITES), foi fundada em 2014, com o impulso do fomento da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq No89/2013, formada pela união de professores das áreas de Administração, Terapia Ocupacional e Direito, da USP campus Ribeirão Preto, e do curso de Administração, da UNESP Jaboticabal.

As incubadoras sociais universitárias, através da articulação e integração de membros da universidade, realizando a incubação através de reuniões, palestras, encontros formativos, encaminhamentos para políticas públicas, por exemplo, fomentam os empreendimentos de Economia Solidária (FRAGA, 2012). Sendo assim, as incubadoras são formadas a partir de um corpo universitário (docentes, estudantes) em conjunto e de forma articulada com grupos populares (cooperativas/associações), assessorando estes em ações de produção, comercialização e organização política.

Ao longo do tempo, as ações e participação na Co-Labora intensificaram-se a partir de pesquisadores das áreas de Administração, Terapia Ocupacional e Enfermagem, da USP campus de Ribeirão Preto, em que desde a fundação

da incubadora buscaram realizar pesquisas e ações de extensão para que fosse desenvolvido um método de incubação próprio, valorizando o conhecimento de outras incubadoras, apoderando-se das particularidades dos membros e ecossistema local. Além da incubação nos grupos, amplia-se a atuação da incubadora para o fortalecimento da economia solidária no município de Ribeirão Preto.

A característica central da Economia Solidária refere-se ao modo de produção, igualdade de direitos e posse coletiva dos meios de produção dos trabalhadores. Neste sentido, os empreendimentos de economia solidária são geridos coletivamente pelos próprios trabalhadores de forma inteiramente democrática, ou seja, autogestão (SINGER, 2008).

O termo *economia solidária*, inicialmente impreciso, foi objeto de discussões políticas, de tratamento teórico e conceitual para progressivamente ser adotado para designer experiências demarcadas por sua principal característica: economia em conjunção com a solidariedade (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

Adicionalmente, vale destacar as assertivas de Paul Singer ao considerar o trabalho como “uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção”, enquanto experiência libertadora (SINGER, 2008, p. 290).

A economia solidária pode ser compreendida a partir de evidências em que economia e relações sociais se integram e expressam as múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores na sociedade em geral, relacionadas aos modos de viver e produzir (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018), tais como:

(1) econômica: pela possibilidade de o trabalhador prover sua própria renda e deter a propriedade coletiva do meio de produção; (2) sociopolítica: através da autogestão no interior dos empreendimentos e da articulação política em fóruns, movimentos e redes; (3) individual: devido aos vínculos sociais e afetivos que se criam entre os trabalhadores e que reconstróem redes de proteção primária capazes de reduzir situações de vulnerabilidade e mesmo de risco social dos indivíduos e suas famílias, propiciando o acesso a serviços e direitos, resgatando a autoestima e melhorando a qualidade de vida (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018, p.164).

Nesta perspectiva, em 2014, com a participação ativa dos membros da incubadora em conjunto com membros da administração pública e outros atores da cidade, foi instituído o I Fórum Municipal de Economia Solidária, mostrando a importância de uma atuação estratégica a nível municipal e na inserção no campo das políticas públicas.

No segundo ano de atuação, a Co-labora nota a relevância de se trabalhar em dois diferentes níveis de atuação, sendo estes, Micro (a nível de assessoria e formação individual dos empreendimentos) e a nível Macro (construção de políticas públicas, formação de redes de cooperação e capacitação setoriais e desenvolvimento territorial).

A economia solidária tem potencial para promover a superação de desafios contemporâneos relacionados à promoção da justiça socioambiental, da equidade, da autonomia e da sustentabilidade a partir da cooperação, da governança local e do estabelecimento de uma rede para promover parcerias e integrar agendas sociais, pactuar estratégias e fomentar projetos de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis, com especial enfoque no estímulo para o protagonismo e redução de desigualdades, junto a populações em maior vulnerabilidade (GALLO; SETTI, 2012; SETTI; RIBEIRO; AZEITEIRO; GALLO, 2016).

A integração de projetos sustentáveis e saudáveis pode ser exemplificada na articulação da economia solidária com ações no âmbito dos serviços de saúde mental, com reflexos positivos que ultrapassam a geração de renda, tais como, a emancipação, a autonomia e a independência, a produção de novas formas de sociabilidade, baseada na amizade e no afeto, que favorecem a criação de vínculos, o respeito à diversidade e a cooperação em detrimento da competição, que produz sentido para si e para o outro, proporcionado pelo trabalho coletivo (MORAES, CASTRO-SILVA, 2016; OLIVEIRA et al., 2018).

Não obstante, a Co-labora atualmente concentra suas atividades para o fortalecimento de Redes e Desenvolvimento Territorial em diferentes eixos, garantindo um ecossistema favorável ao desenvolvimento territorial e das redes de cooperação solidárias. Para tanto, além do fomento às políticas públicas adequadas, desenvolve um percurso formativo em larga escala com empreendimentos e indivíduos interessados em aplicar os princípios, estratégias e práticas de economia solidária, com outros parceiros.

O interesse notório e progressivo em investigar os fatores da emergência da Economia Solidária, em várias disciplinas e áreas de conhecimento, com enfoque em suas características peculiares e condições de desenvolvimento, evidenciam a relevância da abordagem de experiências relacionadas à economia solidária (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

Diante do exposto, este trabalho tem como finalidade apresentar o desenvolvimento do curso formativo realizado no município de Ribeirão Preto – SP., no período de março a junho de 2018, enquanto ação estratégica com enfoque na promoção da autonomia, da cooperação, da equidade, da justiça social, do desenvolvimento coletivo e sustentável, por meio da educação de adultos.

2 | OBJETIVOS

O curso formativo desenvolvido tem como objetivo geral promover a difusão e o desenvolvimento de conhecimentos sobre “Economia Solidária” para incorporação de seus princípios e aplicação nas ações diárias, por meio de atividades e materiais educativos.

Destaca-se como principais objetivos desses espaços formativos: a apropriação

dos princípios da Economia Solidária; empoderamento dos sujeitos e favorecimento da autogestão; compreensão de ferramentas necessárias à inserção no mercado, com vistas à viabilidade econômica.

A proposta previa o estabelecimento de uma rede de cooperação e trocas de experiências, visando o fortalecimento de economias dinâmicas, inovadoras e inclusivas, promovendo o empreendedorismo e o trabalho digno, produtivo e gratificante para todos. Além do incentivo para mudanças no padrão de produção, consumo e prosperidade, com enfoque no atendimento das necessidades sociais de forma mais eficiente, efetiva e sustentável que os modelos tradicionais, gerando valor social (PHILLS JUNIOR et al., 2008; FRANÇA, 2002). Este curso teve como proposta a incubação da Feira de Economia Solidária, articulada através do Fórum Municipal de Economia Solidária.

3 | METODOLOGIA

O curso foi elaborado a partir da parceria, de forma cooperativa, entre as entidades: Co-Labora ITES, Eixo Formativo do Fórum de Economia Solidária, Instituto Esfera, Instituto Terroá, Associação Conviver Solidário, Estação Luz e Associação Pólvora.

O curso foi desenvolvido segundo metodologia da Educação Popular, que foi formado através da luta e resistência das classes populares no campo da educação, articulando, de forma clara, educação e política, visando apoiar a construção de processos de resistência buscando a emancipação humana não controlada pelo capital (PALUDO, 2015, p. 220).

Dessa forma, a metodologia da Educação Popular, além de estar associada as ações da incubação, oferece fundamentação teórica e ferramentas práticas coerentes com os princípios da Economia Solidária, pois a partir de uma consciência crítica e política, e de um engajamento coletivo busca-se o reconhecer-se como sujeito, o empoderamento e a transformação das relações sociais (FREIRE, 1989).

A proposta da educação participativa e transformadora fundamenta-se em uma postura cotidiana de valorização dos saberes que cada pessoa traz consigo, a partir de suas experiências de vida e da construção coletiva de uma consciência do contexto histórico vivido e do potencial de mudança, favorece um envolvimento mais consciente e crítico quanto a participação em empreendimentos coletivos solidários, a formação de redes e a discussão e implementação de políticas públicas relativas à Economia Solidária.

O público alvo para este curso formativo foram artesãos, usuários e profissionais de serviços de saúde, estudantes de graduação e pós-graduação, pequenos agricultores, profissionais liberais, microempresários, empreendedores individuais, membros de empreendimentos solidários, associações de bairro, entre outros.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso foi organizado e estruturado através da construção coletiva e participativa entre os docentes, coordenadores e organizadores do curso e os alunos.

Sendo assim, foi elaborado nos seguintes módulos: Princípios e Fundamentos da Economia Solidária; Gestão dos Empreendimentos e Finanças Solidárias; Comercialização e Redes distribuídos ao longo de 10 encontros com duração de aproximadamente 2 horas cada. Com início em 19 de março de 2018 e término em 25 de junho de 2018, com carga horária de 20 horas.

A participação foi totalmente gratuita e não envolveu pagamentos aos ministrantes ou custos relacionados ao uso das instalações utilizadas para o desenvolvimento das atividades.

No primeiro módulo estudado, “Princípios e Fundamentos da Economia Solidária”, foram abordados os seguintes princípios: solidariedade, cooperação, sustentabilidade, aplicação da Economia Solidária na vida cotidiana, redes, autogestão, transparência, democracia, colaboração, cooperativismo, comércio justo, comparativo com o sistema vigente. Foram utilizados 3 encontros para a apreensão destes princípios.

O segundo módulo, “Gestão dos Empreendimentos e Finanças Solidárias”, teve como finalidade discutir a Teoria U, Gestão pelo diálogo, workshops de compartilhamento de propósito; Economia Circular, Modelos de Negócio e Finanças. Foram utilizados 3 encontros para a apresentação desses conteúdos. Já no terceiro e último módulo, “Comercialização e Redes”, foram apresentados os conteúdos: Redes de Cooperação Solidária e Instrumentos de Gestão de Coletivos; Comércio justo; Economia Solidária e desenvolvimento territorial; Diagnóstico, Plano de Ação Empreendedores. Distribuídos em 04 encontros. Todos os encontros foram definidos de forma participativa e ativa por todos os atores envolvidos, a partir da demanda apresentada pelo grupo a cada aula.

Foram realizados encontros com os coordenares e facilitadores do curso previamente a cada aula, com o intuito de realizarmos a construção conjunta com todos os colaboradores ao longo do percurso formativo.

De forma geral, os encontros foram organizados no seguinte formato: apresentação da proposta da aula, realização de dinâmicas seguido de debate/discussão do tema exposto, consolidação do aprendizado ao final. Também foi utilizada como metodologia a aprendizagem baseada na resolução de problemas.

Como forma de avaliação do percurso formativo proposto e organizado, no último encontro do curso, após a apresentação do conteúdo, foi sugerido uma roda de conversa para que os participantes pudessem expressar suas impressões em relação ao curso, sobre o conteúdo, organização, dinâmica proposta e o local realizado.

Os participantes avaliaram de forma positiva o curso, apresentando críticas em

relação ao período de cada aula, relatando ser necessário mais tempo para melhor apreensão do conteúdo.

Sugeriram como forma de continuidade, que o grupo pudesse se encontrar mensalmente como forma de lembrar o conteúdo aprendido e de reencontrar os participantes e facilitadores do curso, pois referiram que o espaço oferecido pode proporcionar diversas experiências e trocas interpessoais entre os atores envolvidos.

Apresentaremos um breve relato de experiência de uma cooperativa incubada pela Co-labora, que contou com representantes no curso formativo e também na participação da Feira e do Fórum de Economia Solidária de Ribeirão Preto, como forma de ilustrar a proposta do curso de incubação da Feira através do Fórum de Economia Solidária.

- Relato de experiência do empreendimento Lótus artesanato social, na participação do curso formativo e seus desdobramentos

A Lótus Artesanato Social é um empreendimento de economia solidária que teve início em 2015 no CAPS AD II (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) na cidade de Ribeirão Preto, através de uma parceria entre a Universidade de São Paulo (USP) e o CAPS AD de Ribeirão Preto com a CO-LABORA, incubadora de cooperativas sociais, que propôs oferecer a formação em Economia Solidária para constituição de um empreendimento.

Nosso grupo foi se constituindo através de encontros abertos e de formação em economia solidária sendo a participação voluntária. Atualmente contamos com 8 integrantes, limite definido devido a estrutura física do local de trabalho. Criamos um regimento interno para direcionar o grupo. Em nossos encontros semanais realizamos a organização, planejamento e produção de produtos.

Os valores e princípios de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário nos permitiram criar um ambiente tanto de trabalho quanto terapêutico, com potencial incrivelmente impactante em nossas vidas. Tais princípios são uma alternativa plenamente válida e eficaz de inserção e transformação do nosso sistema produtivo em algo mais humano.

A luz desses valores nos permite enxergar claramente uma proposta alternativa de organização do trabalho que privilegia tanto os envolvidos diretamente quanto a sociedade. A aliança desses valores com o programa terapêutico do CAPS tem apresentado uma possibilidade de transformação pessoal para nós cooperados e usuários do sistema de saúde mental, incrivelmente promissora.

A experiência em uma cooperativa referenciada pelos valores da economia solidária em um espaço destinado à atenção psicossocial tem sido algo único e desafiador. Nós usuários do sistema de saúde mental de Ribeirão Preto estamos em processo de reestruturação de nossas vidas. Nossa cooperativa ainda está em processo de estruturação, porém já colhemos alguns frutos significativos. Aprendemos

a fazer sabonetes, carteiras sustentáveis de caixinha de leite, participamos de eventos, sendo a Feira de Economia Solidária da Praça San Leandro em Ribeirão Preto o mais importante deles.

Nossa participação na Feira conta com total apoio do Fórum de Economia Solidária de Ribeirão Preto. Além de podermos vender nossos singelos produtos, também nos divertimos com as atrações culturais, comemos e conhecemos pessoas magníficas nessa feira, que é linda. Um belo espaço onde podemos comercializar nossa produção, trocamos experiências, batemos papo e comemos quitutes deliciosos.

A possibilidade de participar do Fórum de Economia Solidária proporciona uma experiência muito enriquecedora. Elegemos internamente um representante responsável em articular nossa cooperativa em um contexto mais amplo do Fórum. O Fórum é um espaço absolutamente democrático. Lá nós temos voz e também contribuimos com o que podemos.

Adquirimos cada vez mais uma consciência coletiva na participação das assembleias de construção das feiras.

Nem tudo são flores. Passamos por muitas dificuldades também. Tivemos a oportunidade de levar para Fórum de Saúde Mental da nossa cidade algumas reivindicações que foram acolhidas e no momento em que este texto é escrito estão em processo de direcionamento ao poder público. A experiência de participação na política tem sido algo bastante representativo para nós pelo fato de estarmos participando de forma ativa no processo de determinação de políticas que dizem respeito diretamente a nós.

Todo esse horizonte de possibilidades de atuação que uma cooperativa norteada pelos princípios da economia solidária aliada ao programa terapêutico do CAPS contribui de forma cabal na recuperação de nossa autoestima, desenvolvimento de nossa autonomia e na inclusão social. O potencial dessa aliança é sem sombra de dúvidas monumental.

5 | CONCLUSÃO

O curso formativo em Economia Solidária contribuiu para a estruturação e desenvolvimento de incubação de redes de cooperação e a consolidação do sistema municipal de fomento a economia solidária em Ribeirão Preto- SP.

A parceria realizada entre as entidades de apoio e fomento à Economia Solidária que viabilizaram e criaram o curso, fortaleceu, desde o início, uma rede de cooperação para educação em Economia Solidária.

Através do curso, percebemos que a proposta de educação ativa e popular foi um facilitador no processo de ensino-aprendizagem e fundamentou a organização dos encontros de forma que fosse ao encontro da demanda apresentada pelo grupo.

Notamos a necessidade de continuarmos o curso em outras edições, para

ampliar o acesso da população ao tema de Economia Solidária e dessa forma fortalecer cada vez mais esse campo em Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS

FERRARINI, A.V.; GAIGER, L.I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 157-180, 2018.

FRAGA, L.S. **Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. 2012. 242f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FRANÇA, G. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análise e Dados. v.12, n.1, p. 9-19, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALLO, E.; SETTI, A.F.F. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1433-1446, 2012.

MORAES, R. C. P.; CASTRO-SILVA, C. R. Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**; v. 36 n.3, 748-762, 2016.

OLIVEIRA, F. B.; MOREIRA, M. R. C.; JÚNIOR, J. F. L.; NASCIMENTO, D. C.; SOUSA SILVA, F. M.; ANTUNES, J. Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária: iniciativas de geração de trabalho e renda. **HOLOS**, v. 6, p. 130-140, 2018.

PALUDO, C. **Educação popular como resistência e emancipação humana**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-239, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00219.pdf>>
Acesso em: 2 jun. 2019.

SETTI, A. F. F.; RIBEIRO, H.; AZEITEIRO, U. M.; GALLO, E. Governance and the promotion of sustainable and healthy territories: the experience of Bocaina, Brazil. Revista da Gestão Costeira Integrada; 16(X), 2016. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/rgci612.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

SINGER, P. Economia solidária (entrevista). **Estud. av.**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

PHILLS JUNIOR, J.A.; DEIGLMEIER, K.; & MILLER, D.T. **Rediscovering Social Innovation**. Stanford Social Innovation Review, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/James_Phills2/publication/242511521_Rediscovering_Social_Innovation/links/5630f4d208ae3de9381cd631/Rediscovering-Social-Innovation.pdf. Acesso em: 2 jun. 2019.

ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA

Márcia Cristina Alves

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná

Apucarana – Paraná

Marcelo Capre Dias

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná

Apucarana – Paraná

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar o “Estudo de caso da implantação de uma Incubadora de Economia Solidária na UTFPR/Câmpus de Apucarana-Paraná”. O projeto de criação da incubadora de economia solidária está sendo implantado através de um projeto de extensão aprovado pelo Edital/PROREC 01/20. O principal objetivo da Incubadora é apoiar os diversos empreendimentos existentes na cidade de Apucarana, o qual estão sendo fomentado pelo Conselho Municipal de Economia Solidária de Apucarana. O principal papel da Incubadora é apoiar os empreendimentos através de capacitação nas áreas de gestão: marketing; finanças; associativismo; gestão de pessoas; meio ambiente; etc. A incubadora busca solucionar os problemas que surgem nos diversos empreendimentos solidários através da parceria e da especialização dos professores das diversas áreas/cursos da UTFPR.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Incubadora. Empreendimentos Solidários.

CASE STUDY: IMPLANTATION OF AN INCUBATOR OF SOLIDARITY ECONOMY IN THE UTFPR /APUCARANA CMPU

ABSTRACT: The present article has the objective of presenting the “Case Study of the implantation of a Solidarity Economy Incubator in the UTFPR/ Apucarana-Paraná Campus”. The project to create the solidarity economy incubator is being implemented through an extension project approved by the Notice / PROREC 01/2017. The Incubator of Solidarity Economy has as main objective to support the diverse enterprises existing in the city of Apucarana, which is being fomented by the Municipal Committee of Solidary Economy of Apucarana. The main role of the Incubator is to support the ventures through training in the areas of management: marketing; finance; associativism; people management; environment; etc. The incubator seeks to solve the problems that arise in the various solidarity projects through the partnership and the specialization of the professors of the different areas / courses of UTFPR.

KEYWORDS: Solidary Economy. Incubator. Joint ventures.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar o estudo de caso da “*Implantação de uma Incubadora de Economia Solidária*” no Câmpus da UTFPR da Cidade de Apucarana-Paraná. A implantação da incubadora iniciou-se com a minha participação no Conselho Municipal de Economia Solidária e com a aprovação do projeto de extensão pelo Edital PROREC 01/2017/UTFPR-Extensão, contemplado com uma bolsa para um aluno.

Através da participação no Conselho Municipal de Economia Solidária de Apucarana foi possível observar que os principais problemas enfrentados pelos empreendimentos solidários é a falta de conhecimento em práticas de gestão nas diversas áreas como: gestão de pessoas, marketing, finanças, contabilidade, produção, comercialização dos produtos, comércio justo, consumo consciente, agroecologia e meio ambiente, pesquisa em laboratórios, responsabilidade social, gestão de cooperativas e associações, dentre outros. Verificou-se que falta de conhecimento está diretamente ligado à baixa escolaridade das pessoas que fazem parte dos empreendimentos.

A UTFPR possui servidores (docentes, técnicos e alunos) especializados em diversas áreas do saber, os quais podem contribuir com esses empreendimentos solidários. Desta forma o principal papel da Incubadora é concentrar todas as demandas dos empreendimentos solidários em um único local e encontrar os profissionais para solucionar os problemas que vão surgindo nos diversos empreendimentos através de assessoria, elaboração de oficinas, pesquisas em laboratórios, desenvolvimento de metodologias, dentre outros. O projeto irá gerar conhecimento em diversas áreas por se tratar de um projeto interdisciplinar, o qual abraça os diversos cursos da UTFPR que tem o foco voltado para o ensino, pesquisa e extensão.

A literatura aponta que há um número cada vez maior de pessoas desempregadas e a margem da pobreza por falta de capacitação e pela falta de postos de trabalhos, os empreendimentos solidários buscam de certa forma atenuar essa disparidade, proporcionando para essas pessoas a criação de novos empregos, gerando renda e criando oportunidades para que se insiram no mercado de trabalho.

A seguir apresenta-se uma breve Revisão da Literatura; a Metodologia Adotada; o Estudo de Caso; Considerações Finais; e Referências.

2 | ENTENDENDO O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pesquisas do IPEA recém divulgadas indicam que mais de 50 milhões de brasileiros se encontram abaixo da linha de pobreza, recebendo menos de meio salário mínimo mensal. Políticas públicas de cunho assistencialista sem dúvida minoram a dor de parte dos mais necessitados, porém como um analgésico, não atacam as causas da dor, não resolvem o problema (ALVES, 2008).

Nos últimos anos o movimento “*Economia Solidária*” tem crescido no Brasil

devido ao financiamento de editais pelo governo e como forma de inserção coletiva para promover a cooperação entre produtores autônomos e familiares, tanto nas áreas urbanas como rurais. As cooperativas e as associações tomam forma na produção, na prestação de serviços, no crédito, na comercialização e no consumo.

Segundo informações da SENAES (2013), a Economia Solidária vem se apresentando como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda, bem como uma resposta a favor da inclusão social. De acordo com Singer (1999), a Economia Solidária atende milhares de organizações coletivas que buscam a autogestão para realizarem diversas atividades de produção e serviços na forma de economia solidária. A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (SENAES, 2013).

Para a SENAES (2013, p. 23), a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, a qual possui as seguintes características: i) *cooperação*; ii) *autogestão*; iii) *dimensão econômica*; e iv) *solidariedade*. O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa dos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A Economia Solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, auto-gestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade.

Para Culti (2009) a Economia Solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Desta forma os seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou sub-empregados e pelos empobrecidos.

2.1 As Origens da Economia Solidária

O cooperativismo operário surgiu durante o século XIX em reação à Revolução Industrial, era uma tentativa de construir outra maneira de processar a economia, com base no trabalho associado e na distribuição do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro.

Segundo a autora os seus principais pensadores foram: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). (CULTI: 2007, p.1)

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo, hortas comunitárias, dentre outras. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. (SENAES, 2013). A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, fruto do intercâmbio dessas iniciativas geraram um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) mapeou, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre 2005 e 2007, cerca de 22.000 Empreendimentos Econômico Solidários (EES) em 2.934 municípios brasileiros. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu 6.423 empreendimentos, sendo 3.295 da região Sul e 3.128 da região Norte do Brasil (salientamos que os últimos dados encontrados na página SIES são de 2013, e que até o presente momento não foram atualizados). Nota-se como tem aumentado o número de empreendimentos solidários e de instituições públicas apoiando os empreendimentos.

2.2 Economia Solidária no Estado do Paraná/Apucarana

No Paraná, com base no levantamento de campo efetuado em 2005 e complementado em 2007, foram identificados e cadastrados no SIES um total de 808 empreendimentos, localizados em 143 municípios. Isso significa dizer que esses empreendimentos estão presentes em pouco mais de um terço do total de municípios paranaenses.

O mapeamento revelou o quanto tem crescido no país atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores (as) sob a forma de autogestão. Na cidade de Apucarana/PR a economia solidária tem forte apoio da prefeitura municipal, possui a lei aprovada para a economia solidária, bem como um Conselho Municipal de Economia Solidária que está atrelado à Secretaria Municipal de Assuntos da Família. Foram capacitadas 920 mulheres na perspectiva

da Economia Solidária ente os anos de 2014 a 2019 no município de Apucarana. Atualmente temos 14 empreendimentos solidários formalizados na cidade.

2.3 Incubadoras Universitárias de Economia Solidária

As Instituições de ensino têm papel fundamental na formação/educação de profissionais para o desenvolvimento e a socialização de tecnologias, pesquisas, incubação, gestão e organização do processo produtivo para apoiarem os empreendimentos solidários. Desta forma podem considerar o próprio local de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários como espaços de aprendizagem e colaboração para pesquisas, visando o fortalecimento e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária. De acordo com Culti (2007, p.5):

O envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão como forma de transferência de tecnologia, na elaboração teórica e na realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos.

As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários destinam-se a apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação.

As chamadas de “Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários”, passam a construir **tecnologia social** utilizadas nas ações de geração de trabalho e renda. Esses espaços agregam aos professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas conhecimento, pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas auto-gestionárias, urbanas ou rurais. Salienta-se que a incubação é um processo prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários.

Os princípios norteadores do Processo de Incubação passa pelo conhecimento que se adquire no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, o qual ocorre por meio de uma ação humana que chamamos de trabalho ou práxis, onde ocorre a troca de saberes, que é entendido como um processo de produção de conhecimento, onde o saber popular e os conceitos teóricos ou conhecimentos acadêmicos/científicos do orientador, serão utilizados como matéria prima, por ambos (educador-educando) para a construção do saber popular e científico em saberes aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo (CULTI, 2007, p.8).

No que diz respeito às comunidades, os trabalhadores que formam seus empreendimentos viabilizam o trabalho e a renda e conseqüentemente mudam a sua forma de pensar e de agir, sentindo-se mais seguros, mais respeitados, fortes ou empoderados para interagir na sociedade ou comunidade em que vivem. É indiscutível a melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores que como eles mesmos relatam, deixam de ser “invisíveis” (CULTI, 2007, p.8).

A economia solidária ainda é um processo em construção, que já avançou muito no aspecto político, da educação, da formação, da organização, da produção e comercialização, mas há ainda muitas descobertas a serem feitas e longos caminhos a serem percorridos. Observa-se na literatura que a **tecnologia social** atua diretamente com os produtos, processos, métodos ou técnicas para solucionar um problema social. Segundo Dagnino (2014, p.32), a tecnologia social é um conceito contemporâneo que remete a uma proposta inovadora de desenvolvimento (econômico ou social), busca solucionar problemas como demandas por água potável, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente, entre outros.

É evidente que uma incubadora voltada para a tecnologia social dentro de uma universidade transforma aqueles que estão dentro dela e os que estão fora, através da cooperação, palavra de ordem em economia solidária, todas ganham...

3 | METODOLOGIA ADOTADA

O método adotado no artigo foi o estudo de caso (YIN 2001), o estudo de caso é a pesquisa sobre um grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo (Cervo e Bervian, 2002). O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa utilizada de modo exploratório e descritivo. Pode ser caracterizado pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações. É indicado para solucionar determinados tipos de problemas, como aqueles em que a pesquisa e teoria estão em estágio inicial de formação ou aqueles baseados na prática, quando a experiência dos atores é importante e o contexto de ação é crítico.

Utilizou-se a “pesquisa-ação” que é amplamente aplicada em projetos de pesquisas, por ser um método de levantamento de informações e planejamento, com base empírica, no qual pesquisadores estão diretamente envolvidos de forma cooperativa ou participativa. A “pesquisa-ação” foi teorizada por Michel Thiollente (2005), corrobora com o processo de educação popular desenvolvido por Paulo Freire (1987), completada pela metodologia de incubação elaborada por Farid Eid (UFScar).

4 | ESTUDO DE CASO: INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UTFPR/ CAMPUS DE APUCARANA

O estudo de caso deste artigo tem o objetivo de apresentar a implantação de uma Incubadora de Economia Solidária na UTFPR/Câmpus de Apucarana, tendo a participação e o envolvimento de cinco principais atores: 1) Secretaria Municipal da Mulher e Assuntos da Família; 2) Conselho Municipal de Economia Solidária; 3) UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 4) Os empreendimentos solidários; e 5) E as diversas instituições públicas e privadas que apoiam os empreendimentos. Para fazer parte desta rede, todas as mulheres participam de capacitações que ocorrem mensalmente. Os temas abordados na capacitação possuem embasamento na Economia Solidária, empreendedorismo, cooperação, oficinas sobre motivação e liderança, informações sobre como abrir uma empresa, forma de geração e renda.

A economia solidária em Apucarana se consolidou com o projeto da rede de mulheres solidárias e o protagonismo feminino em 2014, empoderando e capacitando mulheres apucaranas para a geração de renda através da economia solidária, com todo o suporte da prefeitura de Apucarana e da secretaria da mulher. A criação de políticas públicas em economia solidária se deu com a criação da Lei Municipal de Economia Solidária em 2015, este ano foi criado um fundo financeiro para os empreendimentos solidários que se encontram consolidados. Até o momento foram capacitadas 920 mulheres no programa Economia Solidária.

O projeto de Economia Solidária e Protagonismo Feminino/Rede de Mulheres Solidárias já recebeu diversos prêmios, entre eles estão: 1) o recurso de R\$ 2 mil, do Instituto SICOOB, pelo relevante serviço prestado às mulheres com o desenvolvimento do projeto; 2) O prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Econômico – do ISARBRASIL; 3) o “IV Prêmio Gestor Público” do Paraná concedido ao prefeito Beto Preto pelo desenvolvimento, apoio e incentivo ao projeto de economia solidária; 4) o prêmio Consulado da Mulher 2017, conquistado pelo empreendimento Rede de Mulher de Gastronomia, que concorreu com 100 projetos de 22 estados do Brasil, receberam eletrodomésticos da marca Consul, R\$ 10 mil reais que foram investidos na infraestrutura do negócio, e uma assessoria na área de gestão que terá a duração de 24 meses.

Atualmente a rede de economia solidária possui diversos empreendimentos. A Prefeitura Municipal sede os imóveis e mantém as despesas com a locação, água e luz. A renda obtida com a venda dos produtos é revertida para os empreendimentos e para quem o confeccionou.

O quadro 01, apresenta os empreendimentos existentes, a quantidade de pessoas envolvidas e uma breve descrição de cada empreendimento.

Empreendimentos	Número de Participantes	Atividades
Espaço Mulher I Apucarana	30	Showroom de Comercialização de diversos produtos. Foi o primeiro espaço criado para a venda dos produtos.
Espaço Mulher II Distrito de Pirapó	25	Espaço público de comercialização de produtos artesanais e feiras ao ar livre.
Arte Fibra Bananeira Distrito de Pirapó	9	É um empreendimento que usa a fibra de bananeira no artesanato e na moda. As peças criadas pelas artesãs foram destaque no Apucarana Fashion Day.
Divas do Pirapó	15	Comercializam produtos orgânicos, artesanatos e atendem na área de beleza e estética.
Sabor Funcional	3	Produzem bolos, biomassa, barrinhas de cereal, banana chips, balas, etc. Ganhou uma licitação no valor de R\$ 90.937,40 para fornecer a biomassa e a geleia de banana para as escolas de Arapongas.
Rede Mulher de Gastronomia	30	Produzem e comercializam produtos em um espaço que foi adequado com o recurso do prêmio Consul. Vendem salgados e bolos. Aceitam encomendas.
D'oca	5	Ministram cursos de artesanato, workshops, exposição e venda dos produtos (co-working).
Empreendedoras no Terminal Urbano	13	São 5 lojas que vendem artesanatos, frutas, plantas ornamentais, roupas para PET, sabonetes artesanais, etc. O espaço foi cedido pela prefeitura.
Horta Urbana – São Francisco de Assis	3	Produção de hortifrúti. Uma parte é vendida no espaço Mulher e a outra é doada para a sopa da pastoral do bairro.
Moda inclusiva	10	Grupo de mães da APAE que estão fazendo um curso de designer em moda na UTFPR para confeccionar roupas funcionais para os filhos. O projeto prevê a abertura de um empreendimento para confecção de roupas funcionais.
Polvo do Amor confeccionado em crochê	10	O projeto foi implantado com voluntárias de uma ONG que doam as peças para a UTI do Neonatal do hospital da Providência de Apucarana, para acalmar os bebês em tratamento.
Casa das Rosas/ Musas do Colonial	8	Ponto de comercialização de artesanatos, plantas ornamentais, peças feitas de pneu, ateliê para conserto de roupas no bairro Vila Nova.
Empreendimento Moda & Estilo	8	A empresa R.T. Bordados capacita mulheres para atender a demanda da empresa na produção de franjas, macramê e técnicas artesanais aplicadas à coleção de roupas da referida empresa.

Quadro 1- Relação dos Empreendimentos Solidários da Cidade de Apucarana

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Foi possível observar através do quadro 1 como os empreendimentos solidários estão crescendo e se tornando empreendimentos consolidados. Salienta-se que isso está ocorrendo devido ao apoio da prefeitura municipal, do Conselho Municipal de Economia Solidária, e pelo engajamento da UTFPR e diversas instituições públicas.

Durante a realização das oficinas ministradas na capacitação das mulheres que querem participar da rede de mulheres solidárias em Apucarana foi possível verificar um número considerável de mulheres que querem ingressar em algum tipo de atividade que gere renda, elas querem renda, mas querem se sentir úteis em produzir “algo” que tenham capacidade e competência. O número de 920 mulheres que se capacitaram durante o período de 5 anos (2014 a 2019) não para de crescer, porém não são todas as mulheres que continuam nos empreendimentos, muitas abandonam o projeto por falta de competências e habilidades necessárias para a gestão dos empreendimentos. Esse principal entrave está sendo discutido e estamos em busca de um novo projeto para solucionar o problema. O novo projeto será a criação de uma “Escola de Empreendedorismo Solidário/Social”, com previsão para ser iniciado em 2020.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UTFPR como parceira dos empreendimentos solidários tem apoiado constantemente os empreendimentos, até o presente momento estamos apoiando diretamente sete (7) projetos: 1) Projeto com as mães da APAE “Moda Inclusiva” para a criação de uma marca de roupa para crianças portadoras de deficiência, o qual está sendo coordenado por dois professores do curso de moda da UTFPR. As mães estão fazendo um curso de modelagem o qual terá duração de dois anos, após a conclusão do curso haverá um acompanhamento para a criação da marca; 2) Oficina ministradas por um professor da química para fazer produtos de limpeza e elaboração de sabão; 3) Oficinas de capacitação em economia solidária, durante a capacitação de uma semana as pessoas que querem ingressar na rede solidária participam de cursos, palestras e oficinas sobre diversos temas, as oficinas de motivação, liderança e relações interpessoais e empreendedorismo social estão sendo ministradas pela coordenadora deste projeto, até o presente momento estiveram presentes nas oficinas 143 pessoas interessadas em participar dos empreendimentos solidários; 4) Apoio ao empreendimento “Arte Fibras Bananeira”, uma professora do curso de química está fazendo uma pesquisa para tentar encontrar um produto que possa ser utilizado nas fibras de bananeira para eliminar os fungos; 5) Apoio no Layout e vitrine das cinco lojas que vendem os produtos de artesanatos, roupas pet, plantas, etc., este projeto está sendo coordenado pela coordenadora deste projeto em conjunto com um professor da moda; 6) Casa Rosa, este empreendimento teve o apoio de um professor de moda, a coordenadora, a aluna bolsista e uma aluna voluntária

deste projeto, através de um mutirão as mulheres e seus maridos pintaram o espaço, plantaram flores e montaram o espaço; 7) Curso de rotulagem e manipulação de alimentos, este curso está sendo ministrado pelo Prof. Dr. Paulo de Tarso Carvalho da UTFPR/Câmpus de Londrina para o empreendimento “Sabor Funciona”.

Desta forma novas demandas de projetos irão surgir em diversa áreas do conhecimento e o impacto socioeconômico dos projetos serão sentidos de imediato assim que os empreendedores sociais começarem a comercializar os seus produtos e receberem pela venda. Os empreendedores irão adquirir técnicas de produção e criar novos produtos, solucionando os problemas que vão surgindo através do apoio do corpo docente, discente, servidos e demais parceiros deste projeto.

A UTFPR tornou-se uma grande parceira dos projetos solidários de Apucarana, desta forma a criação de uma incubadora voltada para a economia solidária na UTFPR será de suma importância para os empreendimentos, bem como para a própria universidade que tem como objetivo apoiar empreendimentos da comunidade local.

Observa-se que as Universidades Federais Públicas estão cada vez mais propondo programas de empreendedorismo e inovação, essa nova visão empreendedora pode ser vista com o aumento considerável nos últimos anos dos Hotéis Tecnológicos, Incubadoras Tecnológicas, Parques Tecnológicos, Empresas Juniores, os quais geram e transferem inovações e conhecimentos para a região onde estão inseridas. As Incubadoras Tecnológicas já são uma realidade na maioria das universidades e as Incubadoras de Economia Solidária já estão começando a serem implantadas nas universidades. Salientamos que na UTFPR até o presente momento tem uma Incubadora no câmpus de Curitiba e outra nascendo no câmpus de Apucarana (foco deste projeto).

Resgatamos algumas falas das mulheres que fazem parte e apoiam os empreendimentos solidários, uma das participantes da oficina de sabão disse: *“Eu nunca imaginei que um dia eu iria entrar dentro de uma universidade e fazer um curso, estou me sentindo muito feliz por estar aqui, o laboratório de química da UTFPR é maravilhoso”*.

O 5º Prêmio Consulado da Mulher percorreu o Brasil em busca dos 10 melhores projetos de mulheres empreendedoras. *“Escolhemos projetos que se destacam pela garra, esforço e que demonstram características que nos inspiram como persistência, trabalho em equipe, protagonismo feminino e práticas de sustentabilidade”*, afirmou Leda Böger, diretora do Consulado.

Para Elizabete Berton, presidente do Conselho Municipal de Economia Solidária de Apucarana, *“A Economia Solidária é uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano. A economia solidária é uma realidade presente em Apucarana, que abre perspectivas de economia, e promove processos de desenvolvimento justo e solidário”*.

“O projeto mudou minha vida”, afirma a artesã Iolanda Gonçalves que participa há quase três anos da Rede de Mulheres Solidárias. “Quero continuar no projeto, fazendo cursos e aprendendo novas técnicas. A rede solidária foi fundamental para a minha vida. Minha autoestima mudou para melhor”.

A agricultora e articuladora Maria Marta Lorenzini foi uma das primeiras mulheres a participar do projeto, comercializando produtos orgânicos plantados por ela e pelo esposo e faz massagem. “É um projeto lindo, renasci. Faço muitos cursos e evolui demais na rede, conheci pessoas que não imaginava conhecer”.

A professora aposentada Glaci Cecilia Machado diz “Mudou minha vida esse convívio social. Meu emocional é outro hoje”.

Através dos depoimentos acima citados foi possível verificar o quanto o engajamento na rede de economia solidária de Apucarana mudou a vida pessoal e profissional dessas empreendedoras.

Desta forma a UTFPR estará contribuindo com o seu papel social, com o desenvolvimento do empreendedorismo social e abrindo as portas da universidade para a comunidade local.

Segundo Culti (2007, p.7), a necessidade de dar suporte técnico aos empreendimentos solidários viabiliza o processo através de: i) valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica; ii) acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa; iii) orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais; iv) uni “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão; v) é um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir; e vi) é um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos...

Verifica-se que os empreendimentos econômicos solidários fazem parte da história recente de Apucarana. Salientamos que a difusão do conceito de economia solidária é um processo lento e os resultados não surgem de imediato. A incubadora de economia solidária da UTFPR em conjunto com os diversos atores está engajada e aberta para construir e fortalecer os empreendimentos solidários e como é apontado pela literatura sobre o tema “é necessário um longo período de maturação para que os empreendimentos possam ser consolidados”. O desafio está lançado!!

REFERÊNCIAS

ABRANTES, R.L.G. **Economia Solidária e Sustentabilidade**: um estudo na cadeia produtiva de leite do território do SERIDÔ/RN. Currais Novos, 2013.

ALVES, M.C. **Incubadora de Economia Solidária**. Projeto de Extensão. Edital PROEX- Programa de Extensão/Ministério da Educação, 2008.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CULTI, M. N. **Empreendimentos de economia solidária e seu aporte ao desenvolvimento local**. Londrina: UEL, 2011.

_____. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006.

CULTI, M. N. **Texto atualizado para publicação na universidade federal do Amazonas (UFAM)**, antes publicado na Revista PROPOSTA, Publicação da FASE, Jan/Mar – 2007, ano 31, nº 111. Fazenda. Natal-RN, 2009.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008^a.

FRANÇA-FILHO, G. C. de. **A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local**. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-242, 2008.

KRAYCHETE, Ga. **Economia Solidária: conceitos e contexto**. Resgatado em 17/03/2012. Disponível em: <http://www.capina.org.br/download/pub/escc2002.pdf>

SENAES, 2006. 60 p.: il. 1. Economia Solidária, Brasil. 2. Economia Solidária, mapeamento, Brasil. 3. Economia solidária, perfil, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria nacional de Economia Solidária (SENAES), 2005.

SENAES/Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária: Outra Economia Acontece! Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social**, 2006.

SINGER, P; SOUZA, A. R. (org.). **A economia solidaria no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003a.

THIOLLENT, M. (org.). **Pesquisa Ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia a pesquisa-ação (1954)**. 15 Ed. São Paulo: Cortez, 2007. THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

YIN, R.K. (2001). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Alessandra Oliveira Teles

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – BA

Wesley Freire dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana – BA

RESUMO: A história das feiras livres se confunde em muitos municípios com sua história de origem e formação. Compreendendo a importância da feira livre para a sociedade a Incubadora de Economia Popular e Solidária (IEPS), na sua caminhada, enquanto grupo de estudo, pesquisa e extensão vem trabalhando para a implantação de uma feira livre, com características de economia popular e solidária bem como agroecologia nas dependências da Universidade Estadual de Feira de Santana. Nosso objetivo geral é mostrar a experiência de uma feira de economia solidária nas dependências de uma Instituição de Ensino Superior. O tema proposto aponta para o estudo dos conceitos de espaço, trabalho e economia solidária. A metodologia trabalhada consiste basicamente em reuniões com os grupos e iniciativas que participam da feira, nesse momento ouvimos suas propostas, necessidades, ideias e planos de ação para a realização da feira. Evidencia-se, ainda, nas

experiências levadas à frente pela IEPS, a intenção de relacionar a extensão à pesquisa e ao ensino, todos eles imbricados, igualmente, com o propósito de relacionar o saber popular e local, desvendando-o, reconhecendo-o, valorizando-o.

PALAVRAS-CHAVE: Feira livre. Economia popular e solidária. Saber popular.

KNOWLEDGE AND TASTE: THE EXPERIENCE OF A FAIR OF PEOPLE'S AND SOLIDARITY ECONOMY IN THE STATE UNIVERSITY OF FEIRA DE SANTANA (BA)

ABSTRACT: The history of free fairs is confused in many municipalities with their history of origin and formation. Understanding the importance of the free trade fair for society, the Institute for Popular and Solidarity Economy (IEPS), in its walk, as a study, research and extension group has been working to implement a fair, with characteristics of popular economy and solidarity as agroecology in the dependencies of the State University of Feira de Santana. Our general objective is to show the experience of a solidarity economy fair in the premises of a Higher Education Institution. The proposed theme points to the study of the concepts of space, work and solidarity economy. The methodology worked basically consists of meetings with the groups and initiatives that participate in the fair,

at which time we listen to their proposals, needs, ideas and action plans for the fair. In the experiments carried out by the IEPS, the intention is to relate the extension to research and teaching, all of them also imbricated, with the purpose of relating popular and local knowledge, unraveling it, recognizing it, valuing it.

KEYWORDS: Free Fair. Popular and solidarity economy. Know popular.

1 | INTRODUÇÃO

A história das feiras livres se confunde em muitos municípios com sua história de origem e formação. No nordeste, sua importância deve-se ao fato de ser, por um grande período, o principal meio de abastecimento para a sociedade. Com o passar dos anos e os projetos que os agentes políticos desenhavam para o país para torná-lo urbano-industrial, as feiras livres passaram a ser associadas a atraso econômico e social.

Muitos processos levaram a diminuição, reestruturação e até mesmo extinção das feiras livres em muitas cidades brasileiras. No município de Feira de Santana, onde se encontra a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) não foi diferente. Porém, compreendendo a importância da feira livre para a sociedade a Incubadora de Economia Popular e Solidária (IEPS), na sua caminhada, enquanto grupo de estudo, pesquisa e extensão vem trabalhando para a implantação de uma feira livre, com características de economia popular e solidária bem como agroecologia nas dependências dessa Instituição de Ensino Superior.

Numa breve contextualização, lembramos que tanto no Nordeste quanto em outras regiões do Brasil, temos em diferentes estilos e formas, vastos exemplos de experiências de comercialização e divulgação que evitam o atravessador e expõem os produtos da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos, de produção limpa e da economia popular e solidária. Nos espaços das universidades destacamos as feiras que acontecem na Universidade Federal de Santa Maria/RS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Campus I) que foram instituídas em diferentes momentos e viabilizam a comercialização de produtos da agricultura familiar e da economia popular e solidária. Desse modo elaboramos o seguinte problema: De que forma a feira permanente realizada pela Incubadora de Economia Popular e Solidária (IEPS) promove melhoria na qualidade de vida de seus participantes? Assim justificamos a necessidade de estudar a feira promovida pela IEPS devido seu comprometimento em auxiliar grupos envolvidos com a agricultura familiar e a economia popular e solidária, sejam rurais ou urbanos, através do seu processo de organização, participação e autogestão dessa atividade enquanto espaço de comercialização, mas também político-pedagógico.

Este trabalho faz parte de um dos projetos de extensão trabalhado na IEPS, em seu primeiro ano de funcionamento, resolvemos começar a analisar, divulgar e avaliar o trabalho realizado. Nesse momento, nosso objetivo geral é mostrar a

experiência de uma feira de economia solidária nas dependências de uma Instituição de Ensino Superior. O tema proposto aponta para o estudo dos conceitos de espaço, trabalho e economia solidária. A metodologia trabalhada consiste basicamente em reuniões com os grupos e iniciativas que participam da feira, nesse momento ouvimos suas propostas, necessidades, ideias e planos de ação para a realização da feira. Nosso papel é primeiramente de observadores, num segundo momento, contribuimos para a execução da feira colaborando com a viabilização de materiais necessários, e intermediando a infraestrutura básica com o setor de manutenção da Universidade. Todo processo metodológico de organização da Feira consiste em diálogos, oficinas, cursos, rodas de conversas, fóruns, entre outras metodologias populares que possibilitem o maior amparo possível a todos os participantes da rede de economia popular e solidária e agricultores familiares associados ou isoladamente (damos preferência ao trabalho em grupo). Evidencia-se, ainda, nas experiências levadas à frente pela IEPS, a intenção de relacionar a extensão à pesquisa e ao ensino, todos eles imbricados, igualmente, com o propósito de relacionar o saber popular e local, desvendando-o, reconhecendo-o, valorizando-o.

2 | O CONTEXTO DAS FEIRAS EM FEIRA DE SANTANA

A colonização brasileira ocorreu através do povo português que unia o processo político-econômico de ocupação de terras com as devoções religiosas da igreja católica, desse modo, Feira de Santana tem sua origem no início do século XVIII, na propriedade denominada Santana dos Olhos d'Água, pertencente a Domingos Barbosa de Araújo. Nesta fazenda foi construída uma capela em devoção a São Domingos e Senhora Santana, com o passar dos anos surgiu no seu entorno uma povoação que proporcionou a formação do município e da cidade.

A construção de casebres e senzalas, paralelo ao pouso de tropas e viajantes que se deslocavam da capital para o interior e vice-versa, foram alguns dos fatores que contribuíram para o estabelecimento de uma feira, tornando-se parada obrigatória entre aqueles que passavam pela estrada real de Capoeiruçu, provindo do alto sertão da Bahia, de Minas Gerais, Piauí e Goiás – principais criadores de gado bovino – em direção ao porto de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, às margens do rio Paraguaçu.

Com Cachoeira sendo a principal capital regional e ponto de convergência de toda a atividade econômica, logo após Salvador, a rota dessa estrada não poderia ser outra. O que veremos, desse momento em diante, é que Feira de Santana torna-se ponto privilegiado, pois a partir daqui toda a organização dos fluxos terrestres terá como passagem seus limites territoriais, o que lhe confere uma vantagem locacional superior perante os demais municípios.

A feira estabelecida ganhou relevante dimensão, de tal modo, que ainda na primeira metade desse mesmo século a povoação em torno da fazenda já era um

centro de permutas e escambos, o que proporcionou a formação de um arraial. Desse comércio, originou-se uma pequena feira livre realizada uma vez por semana. A concentração populacional foi se ampliando a ponto que no início do século XIX seus moradores solicitaram a criação do município. (TELES, 2017)

A atividade industrial ainda não se faz presente, a produção de manufaturados vendidos na feira livre limita-se a objetos de cerâmica, fibra, madeira e, principalmente, artefatos de couro, sendo uma produção típica artesanal. Por sua vez, o comércio detinha uma posição privilegiada, segundo o Censo Comercial de 1950 apresentava um “[...] considerável aumento, conservando o município na sua posição no cenário comercial do Estado, concentrando-se na cidade 95% dos estabelecimentos [...]” (IBGE, 1958, p. 230).

O transporte rodoviário teve uma relevância singular na consolidação de Feira de Santana como centro urbano de grande influência regional. Segundo Silva; Silva; Leão (1985), o município e a cidade começam a se destacar no estado e no território nacional a partir de sua ligação rodoviária, segundo os autores: “Entre 1960 e 1980, Feira de Santana tornou-se um centro de irradiação de vias asfaltadas para todos os maiores centros urbanos do Estado e do País.” (p. 256).

De acordo Silva; Silva; Leão (1985) as transformações na organização espacial – especialmente urbana – com traços da antiga estrutura colonial, onde Salvador é o único centro polarizador resulta da “[...] dinâmica da economia do Estado, verificada nas últimas décadas, [...]” (p. 257). Os autores também chamam a atenção para o fato de que núcleos urbanos como Feira de Santana ganham em dimensão e poder econômico passando a competir dentro do Estado por uma posição de comando diante de antigos núcleos como Santo Amaro e Cachoeira que perderam importantes áreas de influência para Feira de Santana e mesmo para Salvador.

As mudanças na organização espacial da cidade seguem a trajetória proposta pelas ações capitalistas. O conjunto de transformações, planejamentos e projetos propostos para a cidade estiveram sempre voltados para o atendimento dos interesses daqueles que desejam o ajuste do espaço aos seus benefícios.

A leitura realizada sobre as transformações urbanas que ocorreram em Feira de Santana permitem inferir que o urbano se sobrepôs ao rural, afirmando-as que desde a segunda metade do século XIX, até a atualidade é possível observar a tendência do crescimento urbano e o processo de urbanização obedecendo a dinâmica da modernização, tanto na escala nacional, como estadual e local.

A década de 1980 é marcada pela continuidade da atividade comercial como propulsora da economia de Feira de Santana. O destaque desse período deve-se ao fato de que a partir dele a indústria associa-se a este processo. Como consequência o mercado de trabalho apresenta um maior movimento, principalmente, nas vagas que exigem profissionais mais qualificados. Para Oliveira (2012, p. 91)

[...] Feira de Santana passou de 1950 a 1980 por uma intensa alteração em sua

estrutura econômica, dinamizando o comércio e aumentando, consideravelmente o número de empregos. Essa combinação de fatores, fez da cidade um pólo de migração, tornando ainda mais complexa a estrutura urbana feirense.

Nos cinco primeiros anos da década de 1990, os ajustes de produção realizados nos cenários estadual e nacional vão revelar, na economia feirense, sinais de esgotamento. O fim de períodos de incentivos fiscais, a ausência de uma política industrial regional, a hesitante política econômica nacional e a inflação elevada foram os principais elementos para o fechamento de diversas empresas no CIS. (NASCIMENTO, 2006). Mesmo com uma perspectiva negativa, o comércio consegue se manter, segundo Cruz (1999, p. 234) “Feira de Santana continuou sendo uma cidade eminentemente comercial, em que pese todo o processo de industrialização”.

Quanto a sua importância logística, as rodovias federais contribuíram sobremaneira para seu fortalecimento. Assim como Freitas, esse autor acredita que as rodovias que cruzam o território de Feira de Santana são resultado de uma organização maior que se utilizou desse município para a consolidação de seus interesses. Por sua vez, Feira de Santana acabou por se beneficiar dessa estrutura exógena e se firmou na sua hinterlândia como polarizadora da economia, na circulação de pessoas e mercadorias. (Figura 1).

A organização econômica de Feira de Santana vem, historicamente, contribuindo para seu fortalecimento enquanto município polarizador de sua microrregião. De sua origem, ainda no período colonial até próximo a década de 1980, a atividade primária tem grande representatividade, porém é a atividade comercial – com destaque para o comércio de gado bovino – que permitirão o fortalecimento e consolidação de sua área urbana.

Além da posição geográfica que garante uma localização estratégica, os atuais fluxos de capital resultantes da reestruturação produtiva e das ações de governo que promovem um processo de descentralização das atividades em nível nacional são as principais bases para que a cidade de porte médio, como é o caso de Feira de Santana, reforcem arranjos paralelos às intensas mudanças consolidadas.

Percebemos que na última década, a população tem voltado sua atenção para as feiras agroecológicas, a preocupação em consumir produtos livres de agrotóxicos e produzidos pela agricultura familiar, sem a exploração da mão-de-obra tem encontrado um número crescente de interessados. No município, outras feiras tem aparecido com este formato, porém a característica que diferencia a relatada neste artigo refere-se ao acompanhamento realizado por um grupo de pesquisa e extensão. Nesse caso, a feira vai além do momento da comercialização, os feirantes têm uma relação diferenciada, pois estão presentes e decidindo todas as etapas da sua realização.

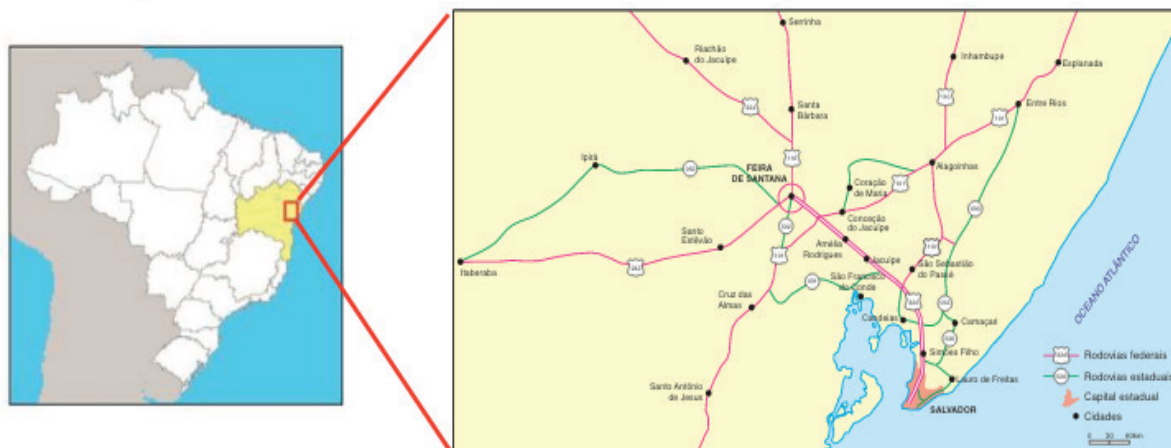


Figura 1 – Feira de Santana (BA) – Localização e Principais Rodovias – 2019

Fonte: IBGE, 2013; DNIT, 2010

3 | SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DA FEIRA NA UEFS

A caminhada da Incubadora de Economia Popular e Solidária (IEPS) levou a implantação de uma feira de comercialização e divulgação dos produtos da agricultura familiar e da economia popular e solidária no espaço da UEFS. Desde 2008 esse projeto é idealizado, a partir da concorrência no Edital 007/2008, da FAPESB, para a implantação de uma “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS”, passando em 2010 para o acolhimento e gestão da PROEX que resultou no cadastramento como “Implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS”, resolução CONSEPE 150/2010 e na Pesquisa, pela Resolução CONSEPE 116/2010.

Ao longo desse período, a IEPS tem atuado em diversas atividades, principalmente de extensão, dentre elas, a consolidação da feira, esta acontecia de forma periódica nos espaços das cantinas dos módulos I e VII até o ano de 2016. Tornou-se permanente no ano de 2017, ocorrendo em frente a IEPS (no CAU III/ próximo aos bancos) com uma frequência mensal e agora, no segundo semestre de 2018, tornou-se quinzenal e posteriormente será semanal.

A implementação de políticas neoliberais nos países da América Latina nos anos 90 trouxe como resultados fatos indiscutíveis, entre eles, a piora acentuada das condições de emprego e de acesso à renda por parte dos mais pobres, e a consequente concentração da renda e da riqueza em todo o continente. Dentre outras consequências foi possível detectar o ressurgimento de formas associativas de produção e consumo seja nas cidades ou nas áreas rurais como resposta parcial dos movimentos sociais à crise ou simplesmente como busca de alternativas de sobrevivência (CRUZ, 2006). A universidade deve estreitar sua relação com a comunidade que a cerca e, mais ainda, buscar a transformação efetiva das condições de vida da sua população, a feira é uma dessas tentativas.

Há muitos anos o município de Feira de Santana vem sendo um dos que mais

cresce economicamente no Estado da Bahia. Impulsionado pelo contínuo crescimento do comércio e dos serviços que o credencia a ser um dos maiores do Brasil, ocupando o 31º lugar em PIB de uma economia local. Maior que algumas capitais do país, Feira de Santana representa, atualmente, a 4ª economia do Estado, tornando-se um centro de atração de investimentos de grandes corporações, de produção de riquezas industrializadas e de alta produtividade econômica com garantia de lucratividade acima das médias regionais e nacionais, registrando crescimento médio 7,2% entre os anos de 2002 a 2009. Paradoxalmente, trata-se de um crescimento que não é usufruído por uma parcela significativa da população com baixa qualificação profissional, particularmente, da faixa etária ingressante no processo produtivo, pessoas com idade avançada, além de analfabetos e semialfabetizados que são obrigados, por não restar outra opção, a participarem das Feiras Livres espalhadas por toda parte da Cidade, permanecendo por longos períodos às margens do crescimento e desenvolvimento econômicos, reproduzindo-se a revelia dos benefícios governamentais e mercadológicos que uma economia dessa natureza poderia proporcionar. Com efeito, o município de Feira de Santana carece de programas e iniciativas que busquem não somente o crescimento econômico, mas também a consolidação de oportunidades que possibilitem a inserção sócio produtiva desses grupos marginalizados. Nesta esteira, no intuito de possibilitar outras oportunidades a seguimentos marginalizados pelas regras estabelecidas pelo mercado de trabalho tradicional, o Programa de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS-UEFS) propõe implementar, no espaço de alimentação Cantina do módulo VII, um projeto de Incubação de Iniciativas Econômicas Populares Solidárias que trabalhe com alimentação, especialmente, lanches para o público interno da comunidade universitária, cujo o interesse, em parte pela sua natureza de esclarecimento, é a apreciação do consumo consciente de produtos e serviços da Economia Popular e Solidária. Deste modo, o Projeto revela-se um espaço integrado de aprendizagem, na perspectiva do trabalho coletivo, cooperação, solidariedade, associação, entre outros princípios, visando o desenvolvimento de ações de capacitação profissional, com vistas à inserção sócio-produtiva e à promoção da cidadania aos participantes de iniciativas municipais de Economia Popular e Solidária.

A UEFS tem um público frequentador do seu espaço estimado em aproximadamente 5 mil pessoas que se distribuem entre cursos de graduação, pós-graduação, extensão, funcionários, frequentadores da biblioteca e demais espaços da instituição. Isso a coloca numa situação próxima a população de muitos pequenos municípios de nosso estado.

Diante desse fato, os membros da IEPS começaram a pensar como levar à feira aqueles que estão cotidianamente, ou mesmo, de forma esporádica, presente no ambiente da UEFS, chegou-se à conclusão que a divulgação da existência de uma feira seria um dos elementos a se trabalhar de modo a promover a mesma. As figuras abaixo (Figuras 2 e 3) são exemplos dos cartazes de divulgação da feira e

da logomarca criada de modo a colaborar na memorização do público frequentador da UEFS da existência e periodicidade da feira. A divulgação também ocorre através de faixas espalhadas pelo campus, informando data e local, outro instrumento que colabora para a identificação da feira. A feira tem se mostrado um importante ambiente de comercialização e geração de renda para seus participantes.



Figuras 2 – Cartazes de divulgação e logomarca da feira
Criação: Bolsistas da IEPS, 2017/2018



Figuras 3 – Faixas de divulgação da feira
Fonte: Acervo da IEPS, 2017-2018

A Economia Popular e Solidária encarrega-se de satisfazer as necessidades de reprodução da vida manifestando-se sobre a ótica das diversas dimensões de atuação dos sujeitos, seja social, política, educacional, ambiental, cultural, bem como se organiza sobre a lógica de outras tipologias como associações, cooperativas, grupos informais, no intuito de agir sobre os princípios do trabalho coletivo, comércio justo, consumo consciente, associativismo, cooperação, solidariedade e ação econômica

(LIMA, 2011). Organizando-se desta maneira esta economia se configura como uma organização de sujeitos em uma perspectiva socioprodutiva em contraposição a lógica da economia tradicional que se organiza sobre a ótica da produção em que o capital configura-se como o centro de convergências de interesses manifestados nas unidades de produção e de consumo, regidas por princípios da competitividade e individualismo visando a otimização na combinação de fatores de produção capital e trabalho, sobre o comando do primeiro com o fim da maximização do lucro (LIMA, 2011). Para operacionalizar este modo de trabalhar é preciso lidar com uma educação em que todos ensinam e todos aprendam de forma natural numa interação dialogada sem a preocupação com a divisão do trabalho e das especialidades, ou seja, o trabalho, as rotinas, os postos circulam entre os sujeitos sem haver a necessidade formativa cursista ou externa. Desse modo, a contribuição dos feirantes na construção da feira se fez como um dos critérios para a sua participação, são estes que decidem dia, horário de funcionamento, estrutura das barracas, criação e manutenção de fundos de apoio. Nas figuras a seguir (figuras 4) é possível observar dois desses momentos: numa reunião de elaboração de regras para a feira e numa reunião com a reitoria e unidade de infraestrutura para organização do local da feira.



Figuras 4 – Feirantes em elaboração de regras e com a reitoria da UEFS

Autores: MOURA, 2017. LIMA, 2017

Dentre as particularidades da feira de Saberes e Sabores da UEFS estão a promoção de rodas de conversas com temas relacionados a economia popular e solidária, a agricultura familiar, produção limpa, acesso aos mercados, dentre outros. Essas acontecem durante a realização da feira contando com a presença de feirantes, consumidores e demais interessados, independente de adquirir produtos na feira. (Figura 5).



Figura 5 – Roda de conversa durante uma edição da feira

Fonte: Acervo IEPS, 2017

Na análise dos elementos históricos de formação e consolidação da feira livre de nosso município, encontramos relatos que a mesma era mais que um ponto de comercialização, ocorria uma verdadeira festa, onde cordelistas declamavam seus versos, repentistas tocavam suas trovas e cada artesão expunha suas criações. Nas edições da Feira de Saberes e Sabores tem-se buscado reviver essa realidade passada. As figuras 6 mostram uma parte das atividades realizadas durante a feira com declamação de cordel, exposição de produtos da agricultura familiar e de artesanato de grupos de trabalho coletivo além da apresentação do coral da UEFS.





Figuras 6 – Atividades realizadas durante a Feira de Saberes e Sabores

Fonte: Acervo IEPS, 2017.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira livre exerceu um relevante papel na consolidação econômica do Brasil e no Nordeste em especial, como principal formato de abastecimento para a população, essa ganha com elementos culturais que vão além da comercialização de produtos agropecuários quando considerados a cultura representada através do artesanato, música e literatura.

A comercialização de produtos com indicação de origem, a geração de renda bem como a variedade de produtos e atividades promovem uma particularidade nesses espaços que contribuem para a sua divulgação, consolidação e sucesso. O contato entre produtor e consumidor é outro atrativo a destacar pois promove a criação de laços afetivos e identitários.

A feira Saberes e Sabores tem se revelado um espaço onde são apresentadas e sistematizadas as propostas de seus participantes, bem como suas necessidades, ideias e planos de ação. Ratifica-se as experiências levadas à frente pela IEPS incluindo a extensão, à pesquisa e o ensino, todos eles imbricados, igualmente, com o propósito de relacionar o saber popular e local, desvendando-o, reconhecendo-o, valorizando-o.

REFERÊNCIAS

CAZANE, Ana Livia; MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz; SAMPAIO, Fábio Fontolan. **Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV)**. Informe Gepec, Toledo, v. 18, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2014.

CRUZ, Rossine C. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. 333 f.

GUMIEIRO, Geisa Daise. Comércio Solidário e a Comercialização da Socioeconomia Solidária no Estado de Minas Gerais. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 10, n. 31 det/2009 p. 21 – 33.

LIMA, J. R. O. A Economia Popular e Solidária como Estratégia para o Desenvolvimento Local: uma análise a partir de observações realizadas na Feira Livre da Estação Nova no Município de Feira de Santana-BA. In: **Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho**, 2011, São Cristóvão. Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho. São 15 Cristóvão/SE: GPECT, 2011. v.1. p.1 – 1.

NASCIMENTO, Carla Jandira S. Inserção de Feira de Santana na região econômica do Paraguaçu. In: **Desenvolvimento regional: análises do nordeste e da Bahia**. SEI, 2006. 186 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 73).

OLIVEIRA, Jamile S. Amaral. **Território e Estado**: Uma leitura da reorganização territorial através das políticas públicas de habitação para o município de Feira de Santana. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Salvador, 2012. Dissertação de Mestrado. 152 p.

PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Feira livre de São Felipe-BA: expressões de transformações e resistências à urbanização. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 01, n. 01, p. 58-66, 2016.

SILVA, Sylvio Carlos B. de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; LEÃO, Sônia O. **O Subsistema Urbano-Regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE, 1985.

TELES, Alessandra Oliveira. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA)**: Permanências e Mudanças. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017, Tese (Doutorado em Geografia).

O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS

Raoni Fernandes Azerêdo

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) Campus de Alenquer. Membro do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS); raoniazereado@gmail.com. Alenquer/Pará.

Pedro Ivan Christoffoli

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Laranjeiras do Sul. Membro do NECOOP/UFFS. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Cooperativismo Popular, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.; pedroivanc@gmail.com. Laranjeiras do Sul/Paraná.

Anelize de Souza Muller Campos

Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - UFFS e Membro do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS); anelizerural1@gmail.com. Laranjeiras do Sul/Paraná.

RESUMO: Partindo de aproximações à realidade vivenciada por grupos e instituições de cooperação regionais, a experimentação pedagógica articulada à extensão na disciplina de cooperativismo da Universidade da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) busca articular a prática social com o processo de reflexão/teorização. Inspirados em uma metodologia baseada na práxis. Busca-se a inserção de alunos de graduação junto a processos acompanhados pelo Núcleo de

Estudos em Cooperativismo (NECOOP/UFFS) de forma a que o conhecimento possa fincar raízes na formação dos educandos, ao passo que contribua para avanços na experiência cooperativa dos empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão; Ensino em Cooperativismo; UFFS

THE CHALLENGE OF THE ARTICULATION BETWEEN GRADUATION AND EXTENSION PRACTICES: CASE STUDY OF THE COOPERATIVISM THEME AT UFFS

ABSTRACT: Based on approximations to the reality experienced by groups and institutions of regional cooperation, the pedagogical experimentation articulated to the extension in the cooperative discipline of the Universidade da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) seeks to articulate social practice with the process of reflection / theorization. Inspired by a methodology based on praxis. We are looking for the insertion of undergraduate students in processes accompanied by the Nucleus of Cooperative Studies (NECOOP / UFFS) so that knowledge can establish roots in the education of learners, while contributing to advances in the cooperative experience of enterprises.

KEYWORDS: Extension; Teaching in Cooperativism; UFFS

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo inicialmente dialogamos com a necessidade de inserir e articular a extensão junto ao ensino de graduação, seja como exigência legal, seja pelo desafio de um ensino que converse com a realidade e permita a formação de profissionais comprometidos com a transformação social.

Por seu caráter coletivo, o objetivo principal do texto, é refletir sobre um processo em construção, em que a metodologia de ensino experimentada na UFFS articula disciplinas ligadas à temática do cooperativismo, envolvendo educandos e empreendimentos solidários da região. A extensão considerada como um trabalho social útil (MELO NETO, 2012), possui uma intencionalidade de viés duplo: a) incrementando a indissociabilidade ensino e pesquisa e b) anunciando as mudanças num processo de desalienação, ao resgatar valores que parecem estar esquecidos: o respeito ao outro e a promoção ao diálogo.

Busca-se analisar como este processo de aprendizagem, pode vir a contribuir no fomento de uma cultura da cooperação na região, e sobretudo, que articule esses educandos com os processos de incubação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) apoiados pelo Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), promovendo ao mesmo tempo um processo educativo dialógico, ressaltando a construção de uma práxis coletiva a partir da realidade concreta e dos anseios dos EES numa perspectiva de transformação social.

O texto, portanto, busca discutir os avanços e desafios desse processo tão prenhe de potencialidades, mas ao mesmo tempo, ainda não desvelado em termos de processos e métodos eficazes a serem desenvolvidos.

2 | A UNIVERSIDADE E A DISPUTA PELO CONHECIMENTO

Desde os anos 1960 Paulo Freire alertava sobre o equívoco gnosiológico envolvido no processo escolar. A concepção de que os alunos nada sabiam e ali estavam para receber (para serem enchidos com...) os conhecimentos transmitidos pelos professores, os verdadeiros detentores do saber, era dominante. Contudo, seria lêdo engano imaginar que essa realidade esteja superada. A universidade brasileira ainda segue sendo um dos feudos onde o ensino bancarizado se perpetua, agora contraposto ainda por uma tendência à mercantilização do saber e das atividades próprias das Instituições de Ensino Superior (IES).

Para Minto (2012, a história da educação superior no Brasil está enraizada no modo peculiar como se desenvolveu a sociedade de classes no País, tendo como base material as particularidades do desenvolvimento brasileiro e sua relação imanente com o desenvolvimento global do modo de produção capitalista.

Apoiamos-nos no autor sobre o fato de que a configuração do processo de educação superior no Brasil e as respectivas diretrizes metodológicas das Instituição

de Ensino Superior (IES) são resultados dos rumos e interesses do embate que as classes travam no processo de luta social. Se o papel conservador a serviços dos nichos do mercado neoliberal e da reprodução capitalista são cada vez mais nítidos nas IES, se faz essencial perceber o movimento histórico que os movimentos sociais trilham no caminho pela democratização e radicalização do ensino. Que no contexto brasileiro esta a mercê do capital de várias formas, em um processo de mercantilização.

Nas dinâmicas das lutas da classe trabalhadora, por mais que esta ainda não tenha penetrado nos interesses e estruturas que definem os rumos das IES, vêm procurando pautar novas questões para o ensino superior, pela produção de conhecimentos que permitam ações concretas na realidade em articulação com os setores populares. Ainda conforme Minto (2012), a classe trabalhadora deve enfrentar os desafios para que as IES se tornem espaços de contradições acirradas, permitindo que se convertam em armas efetivas do processo de transformação das relações sociais.

Portanto não cabe às IES se estenderem por si só à sociedade, é necessário que os movimentos sociais em particular, forcem a transformação, pautando nas IES. Não apenas as suas demandas de ensino e pesquisas de acordo com tais contradições da realidade, mas que também apontem para novas formas de realização do processo produtivo e reprodutivo dos intelectuais e da própria classe trabalhadora.

3 | A EDUCAÇÃO PARA O CAPITAL - ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

Vivemos no Brasil, novas exigências para o ensino superior, que a partir do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2014) prevê “[...] no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014, p.74). Esta curricularização desafia as Instituições de Ensino Superior (IES) a repensarem suas concepções e práticas extensionistas, “historicamente assistencialistas ou mercantilistas e, excepcionalmente alinhadas às demandas da sociedade e à dinâmica curricular” (IMPERATORE; PEDDE, 2016).

Segundo os autores citados acima, a confirmação da Extensão como componente obrigatório acadêmico, ao mesmo tempo em que abre um leque de possibilidades, desnuda entraves e dificuldades a serem enfrentados em sua implementação, a saber:

- a)** a mercadorização da educação; **b)** o academicismo e o autoritarismo da universidade, despreparada para o diálogo de saberes com a sociedade
- c)** a departamentalização da universidade que implica na fragmentação do conhecimento, na irreconciliabilidade de ensino pesquisa-extensão tendo como conseqüências o encarceramento do conhecimento na sala de aula/ensino, a

hierarquização do conhecimento e a histórica posição subalterna da Extensão; **d)** A imprecisão teórico-conceitual e metodológica, o conflito identitário da Extensão latente e presente nos documentos institucionais e na legislação, sua insuficiente sistematização e incipiente avaliação, que redundam na proposição de meros e simples arranjos, inserções de ações desarticuladas na “grade curricular”; **e)** a armadilha do currículo, da disciplinaridade, da compartimentalização que ameaçam a lógica extensionista, seu sentido epistemológico, sua essência crítica e interdisciplinar; **f)** a deficiente formação docente em Extensão, a desvalorização do fazer extensionista na carreira, remuneração e currículo docentes (2016. p. 7)

Sobre esta última questão, sob a égide do modelo de produção *toyotista*, cada vez mais o mercado demanda profissionais com competências desenhadas para atender aos interesses do capital destacando-se: a) a resolução de problemas complexos; b) a reflexão com base em pensamento crítico; c) o estímulo à criatividade; d) habilidades na gestão de pessoas; e) coordenação com outras pessoas (equipes); f) inteligência emocional; g) julgamento e tomada de decisão; h) orientação para serviços; i) habilidade para negociação; j) flexibilidade cognitiva. (DESJARDINS, 2018).

Há dúvidas entretanto, se de fato esse modelo formativo é exigido para o conjunto dos trabalhadores (sob o domínio do capital), ou se apenas ao segmento mais especializado, voltado a ideação de novos negócios ou à maximização de lucros nos setores dinâmicos do capital, que necessitariam tal perfil formativo. O tragicômico dessa história é que a educação moldada pelo capital vai tolhendo a criatividade e desenvolvimento livre das pessoas, desde a infância escolar, como forma de sua adequação ao sistema de fábrica, ao sistema de cumprimento obediente às exigências dos capitalistas no processo de trabalho. Contudo, a nova proposta formativa, defendida em prosa e verso pelos organismos internacionais capitalistas, propugna a uma parcela dos trabalhadores uma des-repressão, ao final da sua carreira formativa, para servir nas áreas de fronteira necessárias à reprodução ampliada do capital.

A emergência das tecnologias de informação digitais, a onipresença da rede de internet, e o desenvolvimento de aplicativos e algoritmos invasivos, coloca a possibilidade de abertura de processos de apropriação do saber coletivo pelo capital, em formas inovadoras (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2008). Cada vez mais sistemas abertos à contribuição (consciente, induzida ou até mesmo ilegal) da multidão (crowdsourcing, crowdfunding) possibilitam que empresas se apropriem de sugestões, comentários e até mesmo conteúdos gerados pelas pessoas comuns, e que posteriormente são comercializados por essas empresas. Exemplos mais destacados disso são o YouTube e o Facebook. Mas inúmeros aplicativos coletam opiniões e informações acerca dos usuários, para posteriormente utilizá-las com finalidade de obter lucro.

Assim, a institucionalização dos 10% da carga horária curricular em atividades de extensão, requereria uma nova mentalidade e dinâmicas pedagógicas, necessárias

ao atendimento das exigências da sociedade ou apenas adequações de fôrma e ainda alguns ajustes superficiais, para poder dar conta da nova demanda dos setores de ponta? Temos aqui uma bifurcação, uma oportunidade para de fato des-reprimir o sistema educativo, abrindo-o para relações com o real e suas contradições, ou de aprofundar no sentido do papel subordinado da educação pública à valorização do capital.

Daí concluir-se que o ponto de partida para a implementação dessa meta situa-se no patamar das boas intenções, mas o seu destino ainda em aberto. Para além de novos arranjos didático-metodológicos, a discussão é epistemológica, com vistas à construção de projetos sistêmicos, coesos e coerentes que deem conta das novas linguagens, imagens, lógicas, conceitos, experiências intersubjetivas, habilidades e competências cognitivas – convergência dos saberes necessária. Mas as perguntas centrais são: para quê e para quem servirão esses saberes e competências?

4 | A UFFS E O ENSINO DE COOPERATIVISMO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) criada para atender com Ensino Superior, Extensão e Pesquisa à população de 396 municípios que compõem a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e adjacências -- uma região historicamente desassistida pelo poder público, especialmente no tocante ao acesso à educação superior.

O *campus* Laranjeiras do Sul/PR é fruto de luta e persistência de movimentos sociais do campo, entidades, prefeituras e população do território da cidadania Cantuquiriguaçu em promover o desenvolvimento local. Propondo uma universidade que tenha na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento e como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente. Esse território abrange uma área de 13.986,40 Km² e é composto por 20 municípios.

O Diagnóstico Sócio- Econômico do território, tomando por referência o CENSO 2000, mostra que a Cantuquiriguaçu se destaca negativamente no estado do Paraná pelos altos índices de pobreza, com 26.159 famílias consideradas pobres, renda familiar per capita de até meio salário mínimo, representando 41,9% do total de famílias, além de déficit habitacional e de infra-estrutura em parte das residências. Tais dados justificam o elevado processo de êxodo regional verificado nas últimas décadas rumo à capital do PR e cidades litorâneas de SC. Os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da Cantuquiriguaçu, são todos menores que a média estadual e nacional. Mesmo Laranjeiras do Sul, que registra o índice mais elevado (0,753), encontra-se distante da média estadual (0,787). Todos os municípios do território situam-se inclusive abaixo da média brasileira (0,766).

A concepção que vem sendo construída no *campus* Laranjeiras do Sul, sobretudo no Núcleo de Estudos em Cooperação - NECOOP/UFFS é a busca constante de

integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão como elementos indissociável de uma universidade, que se pretende compromisso com a transformação social. Entretanto, afirmar apenas isso não destoaria do discurso oficial das IES brasileiras, tão acostumadas com o dizer desvinculado do fazer, conforme nos alertava José Martí, herói da luta pela independência cubana.

Os projetos desenvolvidos pelo NECOOP procuram estar diretamente ligados a temáticas tratadas em diferentes disciplinas inseridas nos PPCs dos cursos de Economia (com linha de formação em Cooperativismo e Desenvolvimento Regional) e Agronomia (com ênfase em agroecologia). Sendo o programa uma grande oportunidade aos educandos de desenvolverem atividades práticas vinculadas diretamente a competências e habilidades adquiridas no curso.

Conforme o projeto pedagógico dos cursos pode ser observado, que vários componentes curriculares envolvem a atividade de extensão e cooperativismo, dentre elas, as disciplinas Extensão rural, Teoria cooperativista I, Economia da Cooperação, Projetos de Cooperativismo, entre outras que abordam transversalmente este tema.

Deve-se mencionar que no interior do NECOOP/UFFS vem sendo construída especialmente no fomento a extensão universitária: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Cantuquiriguaçu, tendo relação intrínseca com grupos produtivos da economia solidária (urbano/rural), movimentos sociais do campo (MST, MPA), cooperativas de crédito (Cresol e Crehnor), etc. Ao mesmo tempo a proposta de inserção dos educandos não é casual ou secundária na UFFS e no NECOOP, mas sim forma parte de uma estratégia possível e viável de formação com base na resolução de problemas reais, em equipes autogestionadas, fomentando o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais fundamentais para a formação dos educandos.

Sendo assim, esta inserção dos educandos na extensão se mostra um campo privilegiado de novas pesquisas para o devido e necessário aprimoramento do ensino acadêmico, de modo a qualificação constante do papel da universidade. Como nos ensina o Prof. José Francisco de Melo Neto (2004), a extensão tem a missão de fazer a universidade sair dos seus muros, permitindo a seus participantes a elaboração de problemas existentes a partir da discussão da realidade vivenciada.

Desta forma, além de possibilitar explicações teóricas, é capaz de dar respostas às necessidades da sociedade. Entretanto, essas respostas, devem ser construídas em diálogo com os atores sociais.

5 | DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA À EXPERIMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE NOVO TIPO - O CASO DA DISCIPLINA TEORIA COOPERATIVISTA

Essa seção questiona a “educação bancária” (FREIRE, 2005), concebida como forma de ensinar dos docentes nas IES, na medida em que reproduzem o título

de “detentores do conhecimento a ser transmitido” aos educandos. Sendo assim utilizam de uma forma fragmentada e linear do conhecimento, onde sua figura de professor-policial (TRAGTENBERG, 1990), importa discutir os meios sem discutir os fins da educação.

Por outro lado, aportando-se especialmente em Maurício Tragtenberg, observa-se que este sistema de aprendizagem, pode provocar dialeticamente dois pontos fundantes nos educandos: Primeiro o inculcamento das normas de passividade, subserviência e docilidade, através de uma constante repressão pedagógica. Segundo, os educandos ao serem injetados com tais doses altíssimas de tranqüilizante no meio universitário, podem vir a perceber o martírio do “saber burocratizado” como único “legítimo”. Questionando-se numa simples pergunta: este conhecimento a quem e para que serve?

Superar esse primeiro ponto, e avançar no segundo ponto do esquema descrito, demanda encontrar uma turma propensa e motivada a realizar um aprendizado diferente. No entanto cabe principalmente ao docente, experimentar práticas pedagógicas, que consigam contemplar a vivência do educando, suas inquietudes sobre determinados temas, em aprendizagem significativa.

Clodomir de Moraes antigo dirigente das Ligas Camponesas chama a atenção para a potencialidade dos processos formativos a partir de uma concepção práxis de lógica formativa. Segundo ele a capacitação organizativa, ou seja, a preparação de quadros organizadores de processos cooperativos e associativos não se pode dar dissociada de uma práxis organizacional, de uma prática real em que os educandos se inserem em processos que promovem contradições e reflexões teóricas voltadas à compreensão das dinâmicas complexas dos processos sociais. Assim como não se aprende a andar de bicicleta sem montar em uma, também não se aprende cooperação, sem participar de processos cooperativos e de organização complexa.

Entendemos que para Clodomir de Moraes, tendo por base o mesmo pensamento freiriano, ressalta-se que não basta só a reflexão sobre determinado assunto, pois se corre o risco de que este vire mero discurso.

Por outro lado, a experimentação embrionária da disciplina Teoria Cooperativista, tem por orientação, suscitar nos educandos o espírito crítico, a curiosidade, a não aceitação do conhecimento simplesmente transferido.

Tendo a clareza que a reflexão não pode ser destituída da ação no ensino de aprendizagem nas IES, a disciplina Teoria Cooperativista da UFFS, vem se apoiando, ainda que embrionariamente, em algumas experiências em que o desenvolvimento pedagógico por base de práxis autogestionárias vem avançando: Escola da Ponte em Portugal; Universidade de Mondragon/País Basco-Espanha; O Curso Técnico em Administração de Cooperativas- TAC/MST, entre outros.

A problematização inicial da disciplina foi pactuar com os educandos a nova abordagem da disciplina no semestre 2015.1. Assim no primeiro momento das aulas ocorreria a “entrega teórica” e na outra parte seria de discussões/debates/

reflexões sobre textos, vídeos e espaços para que os grupos autogerissem o trabalho final da disciplina, sobre temas e experiências concretas, em que se propuseram a desenvolver. Estes educandos teriam neste espaço a monitoria da equipe do NECOOP, juntamente com o professor responsável pela disciplina. Aqui é possível um diálogo da metodologia proposta com a categoria de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky. Sob qual o papel do núcleo seria estabelecer com cada grupo uma estratégia, onde os desafios estão bem caracterizados e representam aquisições possíveis para o estágio de cada grupo (nem tão distantes que desmotivem pela impossibilidade de alcance, nem tão fáceis que desmotivem pela obviedade ou pelo faz-de-conta).

Sobre o trabalho final da disciplina, no primeiro momento ficou a cargo dos educandos levantarem situações reais de temas no campo em experiências associativas regionais realmente existentes, a serem trabalhados. Tais situações exigem a introdução de conhecimentos teóricos para sua interpretação, por isso a importância do primeiro momento da aula ser de aprofundamento conceitual. No entanto verificamos que esta primeira parte necessita de aprimoramentos metodológicos, especialmente com leituras prévias sobre determinado assunto, que instiguem indagações para o debate. Também não se conseguiu evoluir para uma estruturação dialética da relação entrega teórica X prática de pesquisa e intervenção junto aos grupos e organizações cooperativas.

Assim, a partir de uma maior organização do conhecimento, os educandos devem iniciar um processo de sistematização, onde a caneta e o papel, precisam ser constantemente exercitados. Neste sentido, faz parte do sistema de avaliação da disciplina que cada educando descreva uma reflexão a partir de debates semi-estruturados, vídeos, atividades de estudos de caso, entre outros recursos, que possibilitam a gradual apropriação crítica - o que chamamos de memorial descritivo. O objetivo desse memorial é fazer com que o educando reflita sobre os processos vivenciados, seja em sala de aula, seja na prática junto aos grupos.

No avançar do trabalho já desenvolvido em outros semestres em que se propôs essas atividades, atualmente buscamos sistematizar antecipadamente a organização metodológica para desenvolver o trabalho. Assim no início do semestre a equipe NECOOP, reuniu-se para pensar e analisar os trabalhos desenvolvidos anteriormente, a partir dessa análise, foram estabelecidos roteiros/fichas de estudo elaboradas de acordo com cada frente de trabalho do núcleo junto aos EES ou escolas. Essas fichas apresentam uma breve introdução com histórico da atividade desenvolvida, na sequência propõe um roteiro que exige do grupo de educandos uma sistematização metodológica e organizativa do trabalho, permitindo que a equipe NECOOP junto com o professor consiga acompanhar de modo mais ordenado o andamento do processo.

Para nós, compartilhando do pensamento de José Francisco de Melo Neto, a possibilidade de modificar relações culturais que fortaleçam a cooperação e a

valorização do trabalho associativo nestes educandos, só se dará a partir de uma aproximação e intervenções em experiências concretas, por exemplo nos EES. Assim compreendendo os desafios a serem enfrentados pelos EES, os educandos com a monitoria do NECOOP, podem definir melhor os passos seguintes das ações do trabalho final da disciplina.

Na seção seguinte, refletimos com mais elementos sobre esta experimentação pedagógica ainda que inacabada, que articulada com o NECOOP, especialmente com a ITCP assenta-se em uma metodologia direcionada para que estes educandos possam relacionar-se com um outro projeto de desenvolvimento societal.

6 | REFLEXÕES SOBRE LIMITES E POTENCIALIDADES DA RELAÇÃO ENSINO DO COOPERATIVISMO X INCUBAÇÃO DE EES

As experiências em andamento na UFFS, não só em Laranjeiras do Sul, mas também em outros campi da instituição, como em Cerro Largo e Erechim (no RS) e Chapecó (em SC), buscam estimular o cooperativismo e associativismo como formas básicas de sociabilidade e como elementos portadores de uma capacidade de promover o desenvolvimento regional numa lógica contra hegemônica, ou ainda, ao menos, numa perspectiva equitativa e inclusiva .

Entretanto são experiências ainda localizadas e pouco consolidadas na instituição e que necessitam de um amplo desenvolvimento e maturação. Observadas essas reservas, no entanto, é possível identificar elementos promissores, assim como limites claros, no processo em discussão.

6.1 Potencialidades

O processo desencadeado com a disciplina de Teoria Cooperativista possibilitou identificar algumas potencialidades que serão aqui descritas em tópicos, alguns bastante iniciais, tendo em vista a pouca maturidade da experiência.

- Capacidade de ação com os grupos - o fato de em cada disciplina poderem se constituir mais de uma dezena de grupos de trabalho possibilita direcionar essa energia crítica e criadora para a resolução de dezenas de questões e problemas enfrentados pelos coletivos da ECOSOL. Se conjugarmos ações longitudinais do NECOOP/ITCP com ações pontuais (transversais) das diversas disciplinas
- Formação de possíveis quadros para atuar na Incubadora;
- Formação de possíveis quadros profissionais para trabalharem nas cooperativas ou organizações da região;
- Ser um embrião na universidade, para gradativamente, articulado a outros docentes, transformar o método de ensino, e conseqüentemente o processo formativo como um todo.
- Para o NECOOP, ter um panorama atualizado das demandas de alguns EES e organizações/mov. Sociais, o que pode vir a contribuir para melhor

elucidar estratégias de construção e atuação.

Além dos pontos destacados enquanto processo formativo da equipe do NECOOP, envolver-se com grupos de trabalho organizando na disciplina, qualifica o processo de formação, uma vez que as atividades exigem várias retomadas, para ir qualificando, sendo essa a riqueza do método, pois exige dos membros uma leitura mais afinada, para ajudar na orientação dos trabalhos desenvolvidos a partir da sala de aula.

6.2 Limites

- a) Identificou-se num primeiro momento um grande envolvimento dos educandos no processo. Contudo, a medida em que a prática vem sendo aplicada em apenas uma das disciplinas cursadas pelos alunos (alguns cursam mais de 10 disciplinas no semestre), e que as demais aplicam os mecanismos tradicionais de cobrança e envolvimento (provas, frequência, trabalhos teóricos, seminários). Ocorre um rebaixamento no nível de envolvimento dos alunos no processo.
- b) Essa primeira experiência não deu conta de articular os conteúdos das entregas teóricas, as demandas das atividades aplicadas e as cobranças reais dos grupos sociais acompanhados. Aqui entendemos não ser suficiente prever momentos de práticas. Mas sim, o desafio seria construir processos de práxis educativa onde a teoria dialogue fortemente com a vivência real dos educandos em interação com os grupos.
- c) Limites dos tempos de dedicação dos alunos, mas também dos professores - Essa dinâmica exige um grau de envolvimento muito maior de alunos e professores, e maior flexibilidade no acompanhamento, já que os problemas e casos levantados são reais e, muitas vezes, complexos, portanto, de difícil análise e resolução.
- d) A necessidade de um grande planejamento e preparação de materiais didáticos, estudos de caso, relatórios, vídeos e análises e indicações de leituras para os grupos.
- e) A experiência deste ano buscou avançar em alguns elementos da dinâmica. O desafio ainda maior é ampliar a experiência de forma a dar flexibilidade ao processo e maior grau de autonomia dos alunos na dinâmica das aulas, de forma a que os mesmos pudessem optar e definir pela ordem em que abordariam os conteúdos previstos nas ementas da disciplina, e não ficar presos a uma ordem pré-estabelecida de conteúdos e formas. Aqui o desafio é se abrir para as possibilidades e desafios do real, mediado pelos projetos de trabalho dos grupos de alunos.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui relatada, ainda em processo de construção, e não isenta de falhas e inviabilidades, é também, e muito, uma oportunidade de se abrir novas sendas para a construção coletiva do conhecimento como parte do processo de formação de sujeitos sociais cognoscentes e criadores de uma realidade autogestionária.

Por ser processo, está aberta a construções e a limites que, uma vez não superados, podem levar a contradições insolúveis e à derrocada da experiência. Entretanto, ancorada e inspirada em experiências diversas que apontaram um caminho claro de resultados promissores na formação de quadros para experiências de autogestão na produção e na condução da luta social, espera-se trazer contribuições para a relação ecosol e educação em instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13. 005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03 jun. 2019.]

DESJARDINS, J. **10 skills you'll need to survive the rise of automation**. In The World Economic Fórum 2018. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2018/07/the-skills-needed-to-survive-the-robot-invasion-of-the-workplace> Acessado em Acesso em: 03 jun. 2019.]

ENFF, ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **Projeto político pedagógico do curso básico de formação de militantes**. São Paulo/SP: MST/setor de formação, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

IMPERATORE, S. L. B; PEDDE, V. **“Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública**. Universidade FEEVALE. 2016

MARIÁTEGUI, J. C. A crise da universidade: crise de professores e crise das ideias In MARIÁTEGUI, José C. **Mariatégui** – Sobre educação (seleção e tradução de Luiz Bernardo Pericás). São Paul/SP: Xamã, 2007, p.39-43.

MELO NETO, José Francisco de. **O trabalho: sua centralidade no mundo contemporâneo**. PRINCÍPIA (CEFET/PB), João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 5-10, 2003.

_____. **Extensão universitária e produção do conhecimento**. Conceitos, João Pessoa - PB, v. 5, n. 9, p. 13-19, 2003.

MINTO, L. W. Educação superior e movimentos sociais: sentido histórico e questões atuais in: RODRIGUES, Fabiana C. NOVAES, H. BATISTA, E. (org) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo-SP: Outras expressões, 2012.

NOVAES, H. T (org). **Reatando um fio interrompido: A relação universidade-movimentos sociais na América Latina**, São Paulo/SP: Expressão Popular, 2012.

SANTOS DE MORAIS, Clodomir. **Elementos sobre a teoria organizacional no campo**. São Paulo: ANCA, 1986.

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. D. **Wikinomics: How Mass Collaboration Changes Everything**. New

York: Portfolio. 2008.

TRAGTENBERG, M. **A delinquência acadêmica**. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990, 2ª ed.

ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA

Lucas Almeida Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora – MG

RESUMO: Este trabalho investiga o direito nos textos econômicos tardios de Marx, de 1857 em diante. O objeto derivado, portanto, apenas poderia ser a via clássica de objetivação do capitalismo. Desta investigação pudemos concluir que há em Marx duas etapas do movimento do direito, com dois traços principais cada. No primeiro momento, temos a revogação dos restos do direito feudal, que obstava a acumulação nascente, e a instituição de um direito viabilizador do capitalismo, que atualiza seus pressupostos objetivos. Este é o direito para a compulsão ao trabalho, que o estende tão compulsoriamente quanto a legislação posterior o encurta. No segundo momento, com o amadurecimento do modo de produção capitalista, o funcionamento de suas leis imanentes leva, por sua vez, a dois traços. De um lado, a auto-proteção da classe trabalhadora e sua revolta crescente levam à instituição de uma jornada normal de trabalho, o que é, simultaneamente, freio racional à rapacidade cega do capital e expressão da manutenção de um pressuposto objetivo da acumulação. De outro, e posteriormente, temos a generalização destas condições de concorrência, o que

normaliza as condições de extração do mais-valor relativo e leva o capitalismo desta via a um patamar superior.

PALAVRAS-CHAVE: Karl Marx. direito. via clássica.

ELEMENTS FOR THE MATERIAL DETERMINATION OF LAW IN MARX'S LATE ECONOMIC TEXTS: THE MOVEMENT OF LAW IN THE CLASSIC PATH

ABSTRACT: This paper investigates law in Marx's late economic texts, from 1857 onwards. Our object could only thus be the objectification of capitalism in its classical path. From this investigation we conclude that there are in Marx two stages in law, with two main features each. At first, we have the abolition of the remnants of feudal law, which hindered the nascent accumulation, and the institution of a law harmonic to capitalism, which actualizes its objective presuppositions. This is the legislation to compulsion to work, which extends work as compulsorily as later legislation shortens it. Later, with the maturing of the capitalist mode of production, the operation of its immanent laws leads, in turn, to two traits. On the one hand, the self-protection of the working class and its growing agitation lead to the institution of a normal working day, which is, at the same time, a rational bridle to the blind unrestraint of capital

and expression of the maintenance of an objective assumption of accumulation. On the other hand, we have the generalization of these conditions of competition, which normalizes the conditions of extraction of the relative surplus value and takes capitalism to a higher level.

KEYWORDS: Karl Marx. law. classic path.

INTRODUÇÃO

Sustentamos neste artigo que os textos econômicos marxianos a partir de 1857, com os *Grundrisse*, contêm, ainda que dispersas, análises sobre a determinação material do direito e particularmente sobre o desdobramento de seu movimento. Nos textos objeto de nossa investigação, é notável a presença majoritariamente da via clássica, que compreende Inglaterra e França. É neles incontestável o predomínio de análises sobre o caso inglês. Compreensivelmente, se Marx se incumbia de “desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2013, p. 79), nada mais natural que se pôr a descobrir suas tendências imanentes em seu maior desenvolvimento concreto.

Marx captura que a tendência geral do movimento do direito na via clássica compreende dois grandes momentos, com dois traços principais cada.

No primeiro momento, quando da objetivação do modo de produção capitalista, o direito feudal inglês era um óbice à acumulação capitalista nascente. Tal direito devia ser neutralizado para que o processo pudesse se desenrolar. Aqui se inserem os achados marxianos referentes à acumulação primitiva, à fase impúbere do capitalismo. Este processo de dissolução da feudalidade e do direito que lhe correspondia tomou a forma da acumulação primitiva, como exposta por Marx.

Este primeiro momento, assim, guarda dois traços principais em relação ao direito. De um lado, revoga-se toda a legislação feudal, que agora é um empecilho à produção material. Por outro lado, coloca-se um novo direito sanguíneo para viabilizar o modo de produção nascente, um movimento em virtude do qual transformam-se “em trabalhadores assalariados livres a massa da população que se tornara sem propriedade e livre” (MARX, 2011, p. 645), ou seja, cria-se uma classe trabalhadora adequada à produção moderna. Este é o direito para a compulsão ao trabalho, que o estende tão compulsoriamente quanto a legislação fabril o encurta.

Os dois traços deste momento são o fim do direito feudal e a instituição de um direito da acumulação primitiva, por assim dizer. Este direito da fase ascendente da burguesia rearticula o direito romano, em vista da incompatibilidade da burguesia nascente em relação ao direito feudal local, e se prova mediação na luta desta classe contra a Idade Média. Tomados em conjunto, ambos os traços são sintomas distintos da necessidade de atualização de um pressuposto básico do modo de produção capitalista, a saber, a existência de uma força de trabalho adequada.

No segundo momento, com o amadurecimento do modo de produção

capitalista, um novo direito deve surgir para a proteção da relação de capital em face da revolta crescente dos trabalhadores e simultaneamente para a auto-proteção da classe trabalhadora. Este direito, porém, é face da produção social de uma força de trabalho adequada à acumulação capitalista, de tal modo que a legislação capitalista é simultaneamente hostil ao trabalhador e freio racional à rapacidade cega do capital. Este novo direito prescinde da violência explícita, uma vez que o trabalhador pode ser deixado às leis imanentes da produção. Com o desenvolvimento destas, toda a legislação anterior caduca e pode ser revogada ou ignorada, por perder seu sentido econômico. A compulsão do momento anterior perde sua razão de ser. A categoria econômica desenvolvida, que é um resultado histórico, agora renuncia à mediação jurídica que viabilizou seu desenvolvimento em estágios imaturos.

Ao mesmo tempo, este novo direito social, encarnado na legislação fabril, generaliza as condições de extração de mais-valor relativo, normaliza a concorrência, acelera a concentração de capitais e leva adiante a transformação da produção artesanal em fabril. A consequência final é que se desemboca num patamar superior de acumulação, dado que se funda primordialmente no aumento de produtividade, tendendo a busca por mais-valor a se centrar no relativo, não apenas no absoluto, ainda que as duas tendências coexistam, a depender das circunstâncias. O trabalho inglês torna-se mais produtivo e sua hora de trabalho produz mais valor do que sua correspondente continental, de modo que este capitalismo maduro inglês encontrou as condições de passar de sua adolescência violenta a uma maturidade comparativamente serena, em que o aumento da produtividade toma o lugar da rapacidade pelo mais-valor absoluto, que, no limite, transformaria o sangue de crianças em capital.

A legislação fabril permite ao capital atingir um patamar superior também porque protege em si a relação de capital, ainda que capitalistas individuais a vejam apenas como um óbice. Sem ela, a tendência à época caminhava no sentido da implosão do modo de produção capitalista em sua gênese: “Os inspetores de fábricas alertaram urgentemente o governo de que o antagonismo de classes chegara a um grau de tensão inacreditável” (MARX, 2013, p. 363).

Este segundo momento, enfim, guarda dois traços: a criação do moderno direito social e o início de um novo patamar da acumulação capitalista, agora fundada na igualdade de concorrência e na extração, majoritariamente, de mais-valor relativo.

Juntos, estes dois momentos são a determinação material do direito nos textos econômicos de Marx e nosso resultado de investigação. Note-se que as categorias de que lançamos mão não são um pressuposto, mas antes um ponto de chegada, extraídas do objeto. Para tanto, almejamos o que Chasin expôs paradigmaticamente como uma análise concreta ou imanente dos escritos marxianos (CHASIN, 2009).

O DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX

No caso específico de nosso objeto, o pressuposto objetivo mais elementar era a criação de uma força de trabalho adequada à acumulação nascente. Daí o impulso para a revogação de todas as disposições em contrário, acompanhada da mais crua violência da assim chamada acumulação primitiva. Neste período, o processo material resultou na separação entre trabalhador e condições de produção, cujo resultado se provou a criação da força de trabalho livre. Esta força de trabalho é livre em dois sentidos:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 244).

Consequentemente, podemos provar o sentido do processo material:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 786).

Tal caráter da acumulação primitiva não apresenta nenhuma novidade, sendo amplamente reconhecido. O que nos importa, porém, é que, no caso do direito, este processo, em reciprocidade com o momento preponderante, guarda a dissolução de todas as determinações bem talhadas à produção feudal. Na objetivação do modo de produção capitalista, o direito feudal local obstaculizava a acumulação nascente. Assim, a atualização dos pressupostos objetivos do modo de produção moderno requeria a neutralização do direito local. Leia-se a seguinte passagem:

O que nos interessa aqui, antes de tudo: o comportamento do trabalho em relação ao capital, ou às condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha. Sobretudo, por conseguinte: (...) Dissolução das relações em que ele figura como proprietário do instrumento. Assim como a forma da propriedade de terra acima presume uma comunidade real, essa propriedade do trabalhador sobre os instrumentos presume uma forma particular do desenvolvimento do trabalho manufatureiro como trabalho artesanal; associado a isso, o sistema de guildas e de corporações etc. (...) Por outro lado, dissolução na mesma medida das relações em que os próprios trabalhadores, as próprias capacidades de trabalho vivas, ainda fazem parte diretamente das condições objetivas de produção e são apropriados enquanto tais — ou seja, são escravos ou servos (MARX, 2011, pp. 408–409).

Temos esta longa enumeração dos pressupostos objetivos do modo de produção moderno, que se devem atualizar por meio da dissolução do modo de produção feudal, que o antecedeu. É uma exposição sintética dos condicionamentos que a materialidade impõe ao direito, que, acossado pela mudança material, deve afrouxar tudo quanto embarace a acumulação nascente, como as “leis da guilda, suas tradições etc.” Sua dissolução, na medida em que são a regulação jurídica de relações em que “as próprias capacidades de trabalho vivas” ainda pertencem diretamente às “condições objetivas de produção e são apropriados enquanto tais”, é a face jurídica da ruína da feudalidade e de suas disposições legais. A revogação das normas referentes às guildas, fique claro, segue de perto a queda das próprias guildas. De modo mais geral, vale o mesmo para o desmonte de todas as disposições fundadas sobre relações de dependência direta e dissolução destas relações mesmas, sejam de “escravos ou servos”.

Obliquamente, demonstra-se a reciprocidade não mecânica do direito e da materialidade. Se num momento a criação de uma força de trabalho assalariada demanda a “dissolução das relações em que ele [o trabalhador] figura como proprietário do instrumento”, no próximo a preservação desta mesma força de trabalho requer a intervenção do direito por meio da legislação fabril. O mesmo impulso move a revogação da legislação feudal sobre a inamovibilidade do trabalhador: o desenvolvimento capitalista “(...) pressupõe a abolição de todas as leis que impedem os trabalhadores de transferir-se de uma esfera da produção a outra ou de uma sede local da produção para outra qualquer” (MARX, 2014, p. 231). Da mesma forma, o desenvolvimento da acumulação primitiva pode revestir certos pretextos jurídicos, que evidentemente não podem ser explicados a partir de si próprios:

Se estudássemos a história das terras comunais inglesas, como estas foram sucessivamente convertidas em propriedade privada e incorporadas ao cultivo pelas Enclosure Bills (...). O fator decisivo, nesse caso, foi muito mais a ocasião que faz o ladrão: os pretextos jurídicos de apropriação, mais ou menos plausíveis, que se ofereciam aos grandes proprietários de terra (MARX, 2017b, p. 830).

Sobre este mesmo movimento de usurpação da propriedade comunal, veja-se:

Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das “Bills for Inclosures of Commons” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo (MARX, 2013, p. 796).

Provamos com isso um ponto importante do movimento. Como exposto acima, a objetivação do modo de produção capitalista na via clássica passava pela dissolução das condições da feudalidade e do direito que lhe correspondia. Na citação aqui reproduzida, este processo material, “em geral acompanhad[o] da transformação das terras de lavoura em pastagens” se deu em virtude de “atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou”. A legislação, portanto, era um impedimento à acumulação nascente. Este contexto dá lugar a um momento em que se forma um direito mais harmônico à acumulação primitiva em processo, de modo que “a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo”. As duas faces do processo de acumulação primitiva — a substituição de um direito feudal por um direito abertamente violento que se torna força material ao agir na objetivação do capitalismo inglês — são demonstradas na mesma citação, nas condições do processo inglês.

O elemento comum a todas as passagens reunidas é que, para direcionar, para levar adiante os conflitos sociais, foi preciso lançar mão de um poder que impulsionasse o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista. Este poder, como visto, abreviou as dores do parto da transição de um modo de produção a outro, em virtude do que, do ponto de vista do direito, temos bem demonstrado que o momento inaugurador da acumulação primitiva, além das óbvias mudanças materiais, resultou na ruína de todo o direito, em sentido amplo, feudal. Assim, as guildas, o “sistema estamental” etc. e suas expressões jurídicas. A passagem seguinte é decisiva:

Prescindindo de motivos mais elevados, os interesses mais particulares das atuais classes dominantes obrigam-nas à remoção de todos os obstáculos legalmente controláveis que travem o desenvolvimento da classe trabalhadora. É por isso que, neste volume, reservei um espaço tão amplo à história, ao conteúdo e aos resultados da legislação inglesa relativa às fábricas (MARX, 2013, p. 79).

O desenvolvimento do direito é possibilitado pela produção material, desenvolvimento, porém, que pode assumir formas que a travem ou impulsionem. Como temos demonstrado, um exemplo claro é a legislação medieval de guildas, um entrave à produção moderna: “*In the medieval guilds the master was prevented from becoming a capitalist by the guild regulations, which restricted to a very low maximum the number of workers he was permitted to employ at any one time*” (MARX; ENGELS, 1988, p. 270). É uma legislação que tinha de ser tornada inoperante para que o capital se pudesse desenvolver. No mesmo sentido: “*And indeed the laws on apprenticeship were to be repealed soon after the emergence of machinery*” (MARX; ENGELS, 1991, p. 499); “*(...) Factory labour leaves the worker only a knowledge of certain hand movements; with this, therefore, the laws on Apprenticeship are done away with*” (MARX; ENGELS, 1994, p. 34).

Neste caso, a categoria econômica madura prescinde das mediações anteriores. A criação de uma força de trabalho adequada agora não passa mais pelo aprendizado, e portanto a mudança material — o sistema fabril em processo de maturação — torna possível descartar a legislação que a antecedeu. O fascinante é que o próprio direito foi uma mediação para a generalização do sistema fabril, que, por sua vez, foi pivotal para tornar supérflua a mediação jurídica na determinação de categorias econômicas. Assim, as leis do aprendizado são descartadas assim que a criação de uma força de trabalho adequada possa ser deixada às leis imanentes do modo de produção moderno.

Que o direito seja mediação para a constituição de categorias materiais, as quais, quando maduras, prescindem da mediação jurídica, porém que, em crise, podem lançar mão contraditoriamente da mediação jurídica, como a limitação da jornada normal de trabalho, apenas vem a demonstrar a complexidade do movimento concreto.

Este ponto é importante para demonstrar outra matéria, a que nos referimos na introdução, a saber, que a burguesia, em sua fase ascendente, rearticulou o direito romano:

Mas o ponto verdadeiramente difícil de discutir aqui é o de como as relações de produção, como relações jurídicas, têm um desenvolvimento desigual [*ungleiche Entwicklung*]. Em consequência disso, p. ex., a relação do direito privado romano (nem tanto o caso no direito penal e no direito público) com a produção moderna (MARX, 2011, p. 62).

Há várias formas de entificação do direito possíveis e abertas pela mesma base, ou seja, que assentam sobre as mesmas condições de possibilidade. O direito privado romano, em específico, foi rearticulado na produção moderna, o que não ocorreu com os direitos penal e público. Este ponto demonstra a importante função desempenhada pelo direito, que foi mediação na fase ascendente da burguesia contra a feudalidade.

Este desenvolvimento desigual também se refere ao fato de que uma mudança material “transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 50). A base material e a superestrutura, portanto, podem apresentar, dentro de certos limites, rumos diferenciados, ainda que em reciprocidade. A questão é difícil, porém, no âmbito específico do direito, podemos destacar que, além do fato de a produção moderna rearticular o direito privado romano, e nem tanto os direitos penal e público, o direito privado em Roma ser em grande medida oposto aos seus fundamentos. Assim, seu desenvolvimento, que só pode existir posta certa produção anterior, pode coincidir com a dissolução da comunidade romana, ou seja, pode ser desarmônica diante de seus pressupostos objetivos:

Por essa razão, é igualmente claro que esse direito [romano], embora corresponda a uma situação social na qual a troca não estava de modo algum desenvolvida, pôde, entretanto, na medida em que estava desenvolvido em determinado círculo, desenvolver as determinações da pessoa jurídica, precisamente as do indivíduo da troca, e antecipar, assim, o direito da sociedade industrial (em suas determinações fundamentais); mas, sobretudo, teve de se impor como o direito da sociedade burguesa nascente perante a Idade Média. Mas seu próprio desenvolvimento coincide completamente com a dissolução da comunidade romana (MARX, 2011, pp. 188–189).

A linha de demonstração apenas passa aí na trajetória de provar a rearticulação do direito romano sobre a base da produção moderna. O sentido do processo tornou necessário rearticular um direito pré-capitalista, como tal heterogêneo à materialidade, no próprio processo material de dissolução da feudalidade e constituição da moderna sociedade civil-burguesa. Em relação à não correspondência, ou heterogeneidade, do direito em relação a seus pressupostos objetivos, veja-se Marx:

(...) das römische Recht, mehr oder minder modifiziert, von der modernen Gesellschaft angeeignet wurde, weil die rechtliche Vorstellung, die das Subjekt der freien Konkurrenz von sich selbst hat, der der römischen Person entspricht (wobei ich hier gar nicht auf den Punkt, der sehr wesentlich ist, eingehn will, daß die rechtliche Vorstellung bestimmter Eigentumsverhältnisse, so sehr sie aus ihnen erwächst, ihnen andererseits doch wieder nicht kongruent ist und nicht kongruent sein kann) (MARX; ENGELS, 1974, p. 614).

Enfim, com esta exposição da rearticulação do direito romano, podemos recapitular o que demonstramos. Sobre o processo objetivo de constituição do capitalismo inglês demonstramos que o direito feudal inglês devia ser demolido para que pudesse nascer uma nova sociedade das cinzas do modo de produção anterior. Fizemos ver, contudo, que o direito da fase ascendente da burguesia, mediante o qual leva adiante seus conflitos contra a feudalidade, rearticula o direito romano, agora sobre outra base. Resta por provar que o próprio desenrolar, segundo as leis imanentes ao processo capitalista, exige uma mediação jurídica que o limite. Na resolução da questão, é preciso explicitar a análise marxiana da passagem de um direito sanguíneo a uma legislação de caráter inteiramente diverso. Vejamos a questão em detalhe.

O direito nos textos econômicos marxianos guarda uma clara face de violência, posto que, nos contextos de revolução social da via clássica, era necessário lançar mão do direito para direcionar a acumulação a um patamar superior. Por isso o caráter da legislação terrorista do trabalho na Inglaterra pôde ser tão monstruoso. Passada esta etapa de revolução social, foi facultado ao direito assumir funções mais comedidas.

Com isso consideramos apenas que uma tendência do capital se pode modificar, a depender das circunstâncias concretas. Quando a luta de classes chegou a tal ponto que o movimento histórico mostrou ser a limitação legal da jornada de trabalho

a alternativa mais viável na constituição de uma classe trabalhadora adequada à acumulação, temos aí uma atuação consciente sobre a realidade que pode apreender a realidade material e se tornar um passo em direção ao reino da liberdade. Ao mesmo tempo, esta jornada normal de trabalho é uma necessidade imanente da produção capitalista, afinal impede a transformação do sangue de crianças em capital. Como afirma Marx, “[u]ma jornada de trabalho normal parece, assim, ser do próprio interesse do capital” (MARX, 2013, p. 338).

Naturalmente, esta legislação acerca da jornada normal de trabalho não nasce pronta dos manuais dos juristas. É evidente aqui que “as relações jurídicas (...) não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano” (MARX, 2008, p. 49):

Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam os limites, as pausas do trabalho com uma uniformidade militar, de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes (MARX, 2013, pp. 354–355).

Com a maioria do modo de produção capitalista, o direito é chamado a cumprir duas funções: por um lado, deve ser uma barreira de auto-proteção da classe trabalhadora; por outro, serve como um compromisso, de modo que a nova acomodação resultante permita a continuidade da relação de capital.

Para tanto, as circunstâncias inglesas viram dois momentos: primeiro, a violência direta de um direito predatório, encarnada no que chamou Marx de “legislação sanguinária” (MARX, 2013, p. 805) e de “leis grotescas e terroristas” (MARX, 2013, p. 808), no processo de constituição do capitalismo, a acumulação primitiva; segundo, a instituição do direito do trabalho ou direito social, decorrente da luta de classes à época, cujo efeito principal é a redução da jornada normal de trabalho por meio do direito, sendo assim um freio racional à avidez do capital pela acumulação, cuja rapacidade desmedida exauria a classe trabalhadora.

Assim, com as contraditórias alianças com médicos, juízes e fiscais de fábrica, inclusive figurando em litígios para a aplicação judicial e compulsória de multas a desvios, temos este impulso, que eventualmente se transformará numa jornada normal de trabalho: “Os inspetores de fábrica apelaram aos tribunais” (MARX, 2013, p. 360); “(...) os inspetores de fábrica ingleses, ao contrário, declararam que o ministro não dispunha de poder ditatorial para suspender as leis e deram continuidade aos processos judiciais contra os rebeldes *pro-slavery* [pró-escravidão]” (MARX, 2013, p. 360). A citação seguinte, contudo, é absolutamente vital:

Assim que a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais-

valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se com todo o seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria (MARX, 2013, p. 482).

Eis a mais explícita prova da atuação de compromisso do direito, que, obrigado à delimitação da jornada normal de trabalho, generalizou as condições de extração de mais-valor relativo por meio do aumento de produtividade. É a causa do enorme dinamismo do modo de produção capitalista e o impulso que leva o capitalismo inglês a um patamar superior. Nesta questão, Marx é brilhante ao demonstrar que “[a] livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 342).

Assim, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a livre operação de suas leis imanentes criam a pressão para leis que aparentemente o limitam:

It is only capital's shameless and ruthless lack of moderation, impelling it to go beyond the natural limits of labour time into the realms of madness, whereby the labour also silently becomes more intensive and strained with the development of the productive forces, that forcibly compels even the society which rests on capitalist production (in this connection the rebellion of the working class itself is of course the main driving force) to restrict the normal working day within firmly fixed limits. This first occurs as soon as capitalist production has emerged from the crude and boisterous years of its adolescence and created a material basis for itself (MARX; ENGELS, 1991, p. 386).

Em suma, e este é o ponto a destacar, a tendência geral do movimento foi a transição de um capitalismo nascente, que carecia da intervenção por meio do direito para assegurar as condições de sua objetivação, para um capitalismo maduro, em que o bom funcionamento de suas leis naturais carece do surgimento da legislação fabril e do moderno direito trabalhista, por meio do qual institui-se uma jornada normal de trabalho. Como provamos acima, esta jornada normal de trabalho, por sua vez, generaliza a busca por mais-valor relativo. Na letra de Marx, a diferença entre estes momentos aparece da seguinte forma:

It was first of all the forcible legislation passed since the Statute of Edward III which established the working day (seeking at the same time to hold down wages), but in precisely the opposite way to the factory acts of nowadays. The earlier legislation corresponds to the period of the formation of capitalist production, the conditions of which only ripened gradually; the later legislation corresponds to the domination of the capitalist mode of production, which removed all the obstacles standing in its way, and created the circumstances under which the “natural laws” could function freely. The earlier legislation was a way of determining the working day in order to force the workers to perform every day a certain quantity of labour, through a form of compulsion which lay outside the compulsion of the laws of economics; these are the laws against the alleged “indolence and ease” of the working classes. The later legislation, in contrast, consists of laws against overwork, interventions into the “natural functioning” of the laws of economics. The contrast between these two types of law shows the manner in which capitalist production enforces labour — the former laws compel the workers to labour, the latter enforce the limits of the working day (MARX; ENGELS, 1994, p. 295).

Veja-se no mesmo sentido:

In earlier centuries too, in the period preceding capitalist production, we likewise find forcible regulation, i.e. regulation by laws, on the part of governments. But the aim then was to force the workers to work for a definite period of time, whereas the present regulations all have the opposite objective, to force the capitalist to have them work for no more than a definite period of time. In the face of developed capital it is only government compulsion that can limit labour time. At the stage at which capital is only entering on its development, government compulsion steps in to transform the worker forcibly into a wage labourer (MARX; ENGELS, 1988, p. 226).

E ainda outra clara evidência do movimento objetivo do direito, de como a própria dinâmica do modo de produção capitalista necessita de limitação, uma limitação que o eleva a um novo patamar:

We have considered absolute and relative surplus value separately. But in capitalist production they are bound together. And it is precisely the development of modern industry which shows how they develop simultaneously, how the working day is prolonged in the same degree as necessary labour time is reduced by the development of the social productive powers of labour. It is capital's tendency to develop surplus value simultaneously in both forms. It thereby calls forth at once the struggle for the normal working day, depicted previously, and its enforced establishment as a law imposed on capital by the state. The tendency of capitalist production is shown clearly when one compares the state's intervention in the first dawn of bourgeois industry (as this appears e.g. in the labour statutes of the 14th century) with modern factory legislation. In the former case, labour time is fixed in order to compel the workers to perform a certain quantity of surplus labour for their employers (or even labour in general), to compel them to perform absolute surplus labour. In the latter case, the aim is forcibly to establish a boundary, beyond which the capitalist may not prolong absolute labour time, so as to prevent the prolongation of labour time beyond a definite limit. The necessity of such an intervention by the state, which was first demonstrated in England, the home of large-scale industry, and the necessity of extending this intervention progressively to new branches of industry, in the same measure as capitalist production seizes hold of those branches, proves at once, on the one hand, that capitalist production knows of no limits to the appropriation of alien labour time, and that, on the other hand, the workers are incapable within the established conditions of capitalist production—without acting as a class upon the state, and, through the state, upon capital—of saving from the harpy's claws of capital even the free time necessary for their physical preservation (MARX; ENGELS, 1994, pp. 61–62).

Ademais, a formação de uma força de trabalho formalmente livre e adequada ao modo de produção vindouro possui uma série de pressupostos objetivos cuja atualização passa pelo uso mais brutal da mediação jurídica:

A primeira forma [refere-se ao mais-valor absoluto] corresponde à transformação violenta da maior parte da população em trabalhadores assalariados e à disciplina que transforma sua existência na de meros trabalhadores. Durante 150 anos, p. ex., desde Henrique VII, os anais da legislação inglesa contêm, escritas com sangue, as disposições punitivas que foram empregadas para transformar em trabalhadores assalariados livres a massa da população que se tornara sem propriedade e livre. A supressão dos séquitos, o confisco dos bens das igrejas, a supressão das

guildas e o confisco de suas propriedades, a expulsão violenta da população do campo por meio da transformação da terra agrícola em pastagens, o cercamento das áreas comuns etc., tinham posto os trabalhadores como simples capacidade de trabalho. Mas eles preferiram, é claro, a vagabundagem, a mendicância etc., ao trabalho assalariado, e primeiro tiveram de ser violentamente habituados a ele. Algo parecido se repete com a introdução da grande indústria, das fábricas funcionando com máquinas (MARX, 2011, p. 645).

Este processo, em suma, guarda uma série de “abusos desmedidos”, e cria as condições para o momento seguinte, de limitação legal:

Até aqui, nosso tratamento do impulso de prolongamento da jornada de trabalho, da voracidade de lobisomem por mais-trabalho, limitou-se a uma área em que abusos desmedidos — que, no dizer de um economista burguês da Inglaterra, não ficam aquém das crueldades dos espanhóis contra os peles-vermelhas da América — fizeram com que o capital fosse submetido aos grilhões da regulação legal (MARX, 2013, p. 317).

Como se vê, “[a]propriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 329).

Demonstramos, com isso, como as determinações do direito não estacionam, e, a depender das circunstâncias concretas, revestem caracteres muito distintos. A legislação terrorista, inclusive, teve de dar respostas ao pauperismo, à “questão social”. Para nossos propósitos, basta provar que a materialidade põe a questão do pauperismo em relevância, de modo que é facultado ao direito tutelá-la:

A pobreza enquanto tal começa com a liberdade dos agricultores — o arilhamento feudal ao solo ou ao menos à localidade havia até então poupado à legislatura o trabalho de ocupar-se com os vagabundos, pobres etc. Eden acredita que as diferentes guildas comerciais etc. teriam alimentado também seus próprios pobres (MARX, 2011, p. 615).

Tal reação ao pauperismo varia enormemente, desde uma legislação assistencial, na figura da Lei dos Pobres e suas emendas, ao arrocho do direito penal e da política criminal, isto é, retroceder aquém das medidas do direito social.

Para ser bem-sucedido, o capítulo deve fazer ver de que formas a materialidade ao mesmo tempo assenta as condições objetivas da existência do direito e impõe um espectro mais ou menos amplo de limites dentro do qual este se pode movimentar, ainda que de forma desigual, a depender das circunstâncias concretas. O processo de ruína do modo de produção feudal, assim, compele certo movimento do direito para a revogação de todas as ordenações que solidificavam a feudalidade. Igualmente, a constituição deste novo modo de produção carecia da importante mediação do direito, de modo que houve uma legislação sanguinária para a compulsão ao trabalho. Por fim, a modificação da materialidade e a maturidade do modo de produção moderno requerem, ao mesmo tempo, a criação de um direito para a proteção da força de trabalho e mesmo para a assistência aos excluídos desta força de trabalho, ou seja,

leis de assistência ao exército industrial de reserva. Todos estes momentos, ressalte-se, convivem numa reciprocidade complexa, mais ou menos tensa. Portanto, o movimento inglês corre numa velocidade desigual, dada sua organização jurídica casuística, ao passo que na França pode se operar num só lance.

Que Marx não estacione numa determinação conceitual arqueada subjetivamente provam seus enunciados sobre a jornada normal de trabalho. A atuação jurídica é complexa, passando da violência ostensiva, num primeiro momento, à compulsão econômica, quando a produção social de uma classe trabalhadora adequada à acumulação capitalista está num estágio adiantado. Como aduz nosso autor:

Para “se proteger” contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão (MARX, 2013, p. 373–4).

Ao mesmo tempo, pode Marx sustentar que “a legislação sobre o trabalho assalariado, desde sua origem cunhada para a exploração do trabalhador”, seja “sempre hostil a ele” (MARX, 2013, p. 809).

Como visto, a jornada normal de trabalho, um compromisso imposto pela revolta crescente da classe trabalhadora, é produto das próprias contradições imanentes ao capitalismo. Assim, com o tempo, e com a normalização das condições de concorrência, ela teve de se generalizar:

O modo de produção material modificado, ao qual correspondem as relações sociais modificadas entre os produtores, engendra, de início, abusos desmedidos e provocam, como reação, o controle social que limita, regula e uniformiza a jornada de trabalho e suas pausas. Por isso, durante a primeira metade do século XIX, esse controle aparece como mera legislação de exceção (...). A legislação foi, por isso, obrigada a livrar-se progressivamente de seu caráter excepcional, ou, onde ela é aplicada segundo a casuística romana, como na Inglaterra, a declarar arbitrariamente como fábrica (factory) toda e qualquer casa onde algum trabalho é executado (MARX, 2013, pp. 369–370).

Ao falar da mudança da jornada normal de trabalho como atuação dos trabalhadores, por meio do Estado, sobre o estado atual de coisas da vida material como um importante passo rumo ao reino da liberdade devemos lembrar que não cabe ao pesquisador repetir conclusões acerca de possibilidades que existem no processo histórico mesmo por meio de seus sistemas doutorais. Afirma nosso autor:

Pelo que diz respeito à limitação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra quanto em todos os outros países, ela nunca foi regulamentada a não ser por intervenção legislativa. E sem a constante pressão exterior dos operários, essa intervenção nunca se efetivaria. Em todo o caso, esse resultado não seria alcançado por acordos particulares entre os operários e os capitalistas. É a necessidade de uma ação política geral que demonstra claramente que, na luta puramente econômica,

Como sempre, é bom notar que o próprio desenvolvimento da lei fabril avança desigualmente, em reciprocidade com outros momentos. Como escreve Marx:

A França se arrasta, claudicante, atrás da Inglaterra. Foi necessária a Revolução de Fevereiro para trazer à luz a Lei das 12 Horas, muito mais defeituosa que a original inglesa. Apesar disso, o método revolucionário francês também mostra suas vantagens peculiares. De um só golpe, ele estabelece para todos os ateliês e fábricas, sem distinção, os mesmos limites da jornada de trabalho, ao passo que a legislação inglesa cede à pressão das circunstâncias, ora nesse ponto, ora noutro, e está no melhor caminho para se perder em meio a novos imbróglios jurídicos. Por outro lado, a lei francesa proclama como um princípio aquilo que a Inglaterra conquistou apenas em nome das crianças, dos menores e das mulheres, e que só recentemente foi reivindicado como um direito universal (MARX, 2013, pp. 371–372).

Não poderia ser mais claro o fato de que o direito está concretamente ligado às circunstâncias de cada país, como a concorrência mundial, o estágio da luta de classes, a organização jurídica, se casuística e de *common law* ou de inspiração romano-germânica (*civil law*) etc. Não obstante, posto que a materialidade, no processo de objetivação do capitalismo, impunha circunstâncias mais ou menos similares, o desenvolvimento da legislação fabril no continente europeu pôde seguir o caminho inglês:

The governments on the Continent (France, Prussia, Austria, etc.) were compelled, in proportion with the development there of capitalist production, hence of the factory system, to follow the English example by limiting the working day d'une manière ou d'une autre. They have for the most part, with certain modifications, copied, and inevitably so, the English factory legislation 21 (MARX; ENGELS, 1988, p. 220).

Como as atuações do Estado e do direito são complexas, é possível extrair determinações contraditórias do movimento concreto. Ao mesmo tempo em que o direito pode ser uma reação de proteção dos trabalhadores, ainda que “sempre hostil a ele[s]”, pode também ser um freio racional contra os excessos da grande indústria:

As investigações profundamente conscienciosas da Child. Empl. Comm. [Children's Employment Commission] demonstram, de fato, que em algumas indústrias a regulamentação da jornada de trabalho não fez mais do que distribuir uniformemente, ao longo de todo o ano, a massa de trabalho já empregada; que tal regulação foi o primeiro freio racional aplicado aos volúveis caprichos da moda, homicidas, carentes de sentido e por sua própria natureza incompatíveis com o sistema da grande indústria (...). Entretanto, o capital, como ele mesmo reiteradamente declara pela boca de seus representantes, só consente em tal revolucionamento “sob a pressão de uma lei geral do Parlamento” que regule coercitivamente a jornada de trabalho (MARX, 2013, pp. 550–551).

O aspecto do direito como freio racional, segundo nos parece, não recebe

a devida atenção na literatura marxista. Ao mesmo tempo em que demonstra claramente os efeitos que o direito tem sobre a materialidade, não deixa de ser um momento da produção social de uma classe trabalhadora adequada à acumulação capitalista e da eliminação de excessos da grande indústria. Ao mesmo tempo, é evidente que isto não exclui outra determinação marxiana, segundo a qual:

A legislação fabril, essa primeira reação consciente e planejada da sociedade à configuração natural-espontânea de seu processo de produção, é, como vimos, um produto tão necessário da grande indústria quanto o algodão, as self-actors e o telégrafo elétrico (MARX, 2013, p. 551).

O direito desempenha os papéis concretamente, simultânea e contraditoriamente, de um freio racional ao impulso do capital e de elemento essencial à reprodução deste mesmo capital.

Por outro lado, tutelar legalmente uma jornada normal de trabalho generaliza as condições de extração de mais-valor relativo e normaliza a concorrência. Quanto a isto, como afirma Marx, “a igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital” (MARX, 2013, p. 364). O trecho a seguir é explícito quanto à incitação da busca por mais-valor relativo:

Ao mesmo tempo, operou-se uma modificação no caráter do mais-valor relativo. Em geral, o método de produção do mais-valor relativo consiste em fazer com que o trabalhador, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, seja capaz de produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, embora esse valor de troca inalterado se incorpore agora em mais valores de uso, provocando, assim, uma queda no valor da mercadoria individual. Diferente, porém, é o que ocorre quando a redução forçada da jornada de trabalho, juntamente com o enorme impulso que ela imprime no desenvolvimento da força produtiva e à redução de gastos com as condições de produção, impõe, no mesmo período de tempo, um dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta (MARX, 2013, p. 482).

Neste mesmo sentido:

[B]eweisen die englischen factory reports einstimmig zwei Thatsachen: 1) daß seit Einführung des Zehnstunden (später modificirt in 10½ Stunden) Gesetzes die kleinen, stückweisen Verbesserungen in der Maschinerie ungleich grösser und beständiger waren als in irgend einer vorhergehenden Periode und 2) daß ihre Geschwindigkeit und die Masse der Maschinerie, die der einzelne Arbeiter zu überwachen hat, die Anspruch an die Intensivität seiner Nerven und Muskelarbeit sehr zugenommen hat. Dieselben Reports lassen ferner keinen Zweifel über die andren beiden Thatsachen: 1) daß ohne das Stundengesetz, die Beschränkung des absoluten Arbeitstags, jener grosse Umschwung im industriellen Betrieb nicht eingetreten wäre, daß er erzwungen war durch die äussre Grenze, die die Gesetzgebung der Exploitation des Arbeiters setzte; 2) daß ohne die schon erreichte technologische Höhe der Entwicklung, wie die mit der erreichten Stufe der capitalistischen Production überhaupt gegebenen Hilfsmittel, das Experiment nicht möglich war, d. h. nicht so

O direito, ao instituir uma jornada normal de trabalho, acaba por, em virtude da concorrência, normalizar a extração de mais-valor relativo. É o que provamos acima. Outro efeito da regulação jurídica é o aumento dos custos de produção — pois aumenta o valor da força de trabalho com seus direitos trabalhistas. Assim, os pequenos produtores são destituídos pelo aumento dos custos de produção. Decorre daí certa concentração de capitais, uma vez que os pequenos produtores, como as oficinas menores, passam a ter uma margem de lucro agudamente reduzida:

Se a lei fabril, por meio de todas as suas medidas coercitivas, acelera indiretamente a transformação das oficinas menores em fábricas, interferindo, assim, indiretamente no direito de propriedade dos capitalistas menores e garantindo o monopólio aos grandes, a imposição legal do volume de ar necessário para cada trabalhador na oficina expropriaria diretamente, de um só golpe, milhares de pequenos capitalistas! Ela atingiria a raiz do modo de produção capitalista, isto é, a autovalorização do capital, seja grande ou pequeno, por meio da “livre” compra e consumo da força de trabalho (MARX, 2013, pp. 552–553).

Este efeito material do direito pode levar a enormes mudanças, como a precarização do trabalho, o rebaixamento dos salários etc. O importante a destacar, como sempre, é que capturar o conteúdo mutante do direito e sua gênese e função concretas é vital.

Que fique claro que estes efeitos não podem ser derivados mecanicamente: *“It should of course always be remarked that as soon as a concrete economic phenomenon comes into question, general economic laws can never be applied simply and directly”* (MARX; ENGELS, 1991, p. 383). Prova disso é que, no caso específico da Inglaterra, a instituição de uma jornada normal de trabalho e a subsequente busca por mais-valor relativo, o que implica trabalho mais intenso, em vez de extenso, como na busca por mais-valor absoluto, conviveu com um aumento do valor socialmente produzido e mesmo com o aumento de salários:

This is the reason why with the introduction of the Ten Hours' Bill there was not only a growth in the productivity of the branches of English industry into which it was introduced, but also a rise rather than a fall in the amount of value they produced, and even in wages (MARX; ENGELS, 1991, p. 383).

No mesmo sentido, e mais explicitamente:

The Factory Reports show that in those branches of industry which were covered (until April 1860) by the Factory Act, and in which therefore the working week had been reduced by law to 60 hours, wages did not fall (comparing 1859 with 1839) but rather rose, whereas they positively fell during this period in factories where “the labour of children, young persons and women” was still “unrestricted” (...). The phenomenon that the Ten Hours' Bill has not cut down the profits of the English manufacturers, in spite of the shortening of the working day, is explained by two reasons: 1) The English hour of labour stands above the Continental one, it is related

to it as more complex labour to simple labour. (Hence the relation of the English to the foreign manufacturer is the same as the relation of a manufacturer who has introduced new machinery to his competitor) (...). 2) What is lost through the reduction of absolute labour time is gained in condensation of labour time, so that in fact 1 hour of labour is now equal to $\frac{6}{5}$ or more hours of labour (MARX; ENGELS, 1988, pp. 337–338).

Os efeitos materiais da lei das dez horas (e meia) aparecem elencados ainda a seguir:

Todos conhecem a Lei das dez horas, ou antes, a Lei das dez horas e meia, em vigor desde 1848. Foi uma das maiores mudanças econômicas que testemunhamos. Foi uma alta súbita e compulsiva de salários, não apenas a alguns negócios locais, mas aos principais ramos da indústria, pelos quais a Inglaterra domina os mercados do mundo (...). Bem, qual foi o resultado [desta lei]? Um aumento dos salários em dinheiro dos operários das indústrias, apesar da diminuição da jornada de trabalho, um grande aumento no número de operários ocupados nas indústrias, uma queda constante nos preços dos seus produtos, um maravilhoso desenvolvimento nas forças produtivas do seu trabalho, uma extraordinária expansão progressiva dos mercados para suas mercadorias (MARX, 2010b, pp. 81–82).

Consideradas as citações imediatamente acima, é preciso concluir que os efeitos materiais da legislação fabril, a qual instituiu a jornada normal de trabalho de dez horas (e meia), necessitaram da produção material mais desenvolvida da Inglaterra, de modo que o trabalho social inglês seja mais complexo que seu correspondente continental. Deve-se igualmente concluir que a busca generalizada pelo mais-valor relativo era uma possibilidade historicamente aberta pelo desenvolvimento anterior, que, por sua vez, leva o modo de produção capitalista a um novo patamar de acumulação, dado o rápido avanço das forças produtivas. Esta possibilidade histórica, porém, não necessariamente se encontra aberta em outras vias de objetivação do capitalismo, e portanto legislações similares em conteúdo podem ter efeitos materiais significativamente distintos.

É curioso notar que esta legislação que regula a jornada normal de trabalho e aumenta os salários é um momento posterior àquelas que os rebaixam forçosamente:

(...) a partir de Henrique VII (quando começa simultaneamente a limpeza da terra das bocas supérfluas mediante a transformação da lavoura em pastagens, o que perdura por mais de 150 anos, pelo menos as reclamações e a interferência legislativa; portanto, crescia o número das mãos colocadas à disposição da indústria), o salário na indústria não era mais fixado, mas só na agricultura (...). Com o trabalho livre, ainda não está plenamente posto o trabalho assalariado. Os trabalhadores ainda encontram apoio nas relações feudais; sua oferta ainda é muito pequena; por isso, o capital ainda é incapaz de, como capital, reduzir o salário ao mínimo. Daí as determinações estatutárias do salário. Enquanto o salário ainda é regulado por meio de estatutos, não se pode dizer nem que o capital como capital subsumiu a produção a si mesmo, nem que o trabalho assalariado recebeu o seu modo de existência adequado (...). Em 1514, o salário é outra vez regulamentado, quase da mesma forma como da vez anterior. O horário de trabalho é também outra vez fixado. Quem não quisesse trabalhar quando requisitado era preso. Portanto, ainda trabalho forçado dos trabalhadores livres por um salário determinado. Eles

primeiro têm de ser forçados a trabalhar nas condições postas pelo capital. O sem-propriedade está mais inclinado a tornar-se vagabundo, ladrão e mendigo do que trabalhador. Isso só fica evidente no modo de produção desenvolvido do capital. No estágio preliminar do capital, coerção do Estado para converter os sem-propriedade em trabalhadores em condições favoráveis ao capital, que aqui ainda não são impostas aos trabalhadores por meio da concorrência dos trabalhadores entre si (MARX, 2011, pp. 615–616).

No primeiro momento, assim, sobre os salários regulados por lei: “Salários razoáveis foram, assim, fixados compulsoriamente por lei, assim como os limites da jornada de trabalho” (MARX, 2013, p. 344), acerca do primeiro “Statute of Labourer” [Estatuto dos Trabalhadores], de 1349.

Aludimos acima que a legislação foi instrumental para a transição da produção manufatureira à fabril. O trecho abaixo é explícito quanto a isso:

Essa revolução industrial, que transcorre de modo natural-espontâneo, é artificialmente acelerada pela expansão das leis fabris a todos os ramos da indústria em que trabalhem mulheres, adolescentes e crianças. A regulamentação compulsória da jornada de trabalho em relação a sua duração, pausas, início e término, o sistema de revezamento para crianças, a exclusão de toda criança abaixo de certa idade etc. exigem, por um lado, o incremento da maquinaria e a substituição de músculos pelo vapor como força motriz. Por outro, para ganhar em espaço o que se perde em tempo, tem-se a ampliação dos meios de produção utilizados em comum: os fornos, os edifícios etc., portanto, em suma, uma maior concentração dos meios de produção e, por conseguinte, uma maior aglomeração de trabalhadores (...). Mas se, desse modo, a lei fabril acelera artificialmente a maturação dos elementos materiais necessários à transformação da produção manufatureira em fabril, ela ao mesmo tempo acelera, em virtude da necessidade de um dispêndio aumentado de capital, a ruína dos pequenos mestres e a concentração do capital (MARX, 2013, pp. 545–548).

É o direito sendo importante mediação para levar a materialidade a um patamar superior, como já havia conseguido antes, ao possibilitar a acumulação capitalista com o direito terrorista, e como, a contrario sensu, a impedia, com sua legislação feudal.

CONCLUSÃO

Em suma, é preciso expor abrangentemente o que Marx aduz em seus textos econômicos tardios acerca do direito. Como se deve concluir da argumentação acima, o direito está em reciprocidade com a esfera material, a economia, e seus limites objetivos são expandidos ou limitados pela materialidade. A produção material constitui o ponto de arranque e momento preponderante, a determinação material, ainda que isto não deva jamais ser tomado mecanicamente, a ponto de anular o efeito de “retorno” do direito. Assim, ainda que não haja um conceito de direito em Marx, o direito mesmo seria impossível não houvesse pressupostos materiais. Há determinações materiais sem as quais não haveria um desenvolvimento superior,

como o direito.

Como se vê pelo rumo da exposição, julgamos acertado começar pela ação da materialidade sobre o direito, uma vez que é a materialidade que assenta as bases do desenvolvimento jurídico posterior e condiciona, de modo complexo, suas possíveis existências concretas. O direito possui suas especificidades, ou seja, suas características próprias, porém não lógica inteiramente sua. É provar obliquamente como a apreensão de que o direito é condicionado pela materialidade não pode ser erroneamente tomada como se nosso autor subestimasse a vasta importância que pode vir a exercer sobre a materialidade. O direito pode ser convertido em força material, atuando de forma não mecânica sobre a materialidade, não devendo jamais ser sublimado num conceito estanque. O direito não é epifenômico, um reflexo mecânico e passivo da base econômica. Talvez contraintuitivamente, o direito é ao mesmo tempo materialmente secundário, pois é uma relação que encontra na materialidade determinados pressupostos de existência, e importante, devido a seus efeitos materiais.

Queremos frisar que em Marx estes momentos separados convivem em reciprocidade complexa. Salta aos olhos que nosso autor jamais faria uma separação estanque entre estes momentos, o que podemos provar pela ausência de esquematismos em seus textos. Tomamos a liberdade, no interesse de expor os resultados de nossa investigação, de fazê-lo, porquanto a produção material é o pressuposto objetivo inafastável sobre o qual se erige uma ordem jurídica, dentro de condições de possibilidade concretas, e é a materialidade que age como momento preponderante no movimento objetivo. Assim, a exposição respeita o próprio movimento concreto.

Dito isso, retomemos a tese principal deste trabalho. O ponto nevrálgico de nossa exposição é a tendência geral do movimento do direito nos textos econômicos, que passa pela via clássica, na qual há a substituição de um direito feudal e de um direito terrorista para a compulsão ao trabalho, num primeiro momento, pela legislação fabril, no momento posterior, sendo este um direito produto do próprio desenvolvimento e um freio racional às tendências imanentes da produção capitalista. São ambos, não obstante, momentos da constituição do modo de produção capitalista e da força de trabalho que lhe corresponde. Ao mesmo tempo, esta nova legislação fabril leva a produção a um novo patamar, normalizando a concorrência e generalizando as condições de extração de mais-valor relativo.

É evidente que a queda do direito feudal é acompanhada por um processo de dissolução das condições materiais da feudalidade em condições de reciprocidade, o que inclusive torna esta queda possível e ativa o direito como mediação na constituição do modo de produção moderno. O mesmo vale para a criação de um direito da acumulação primitiva, que não seria possível sem pressupor as condições materiais desta acumulação, que assenta as bases da produção moderna. Neste ponto, insistimos que a produção material cria as condições de possibilidade do

direito e permanece o momento preponderante. A própria forma expositiva, como consta acima, é um elemento evidenciador do movimento objetivo.

REFERÊNCIAS

CHASIN, José. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner. Tradução: Luiz Philipe de Caux. Verinotio — Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, p. 252–279, 2017.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857–1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e Ed. UFRJ, 2011.

_____. O capital: livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1: o processo de produção do capital.

_____. _____. Edição: Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 2: o processo de circulação do capital.

_____. _____. Edição: Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 3: o processo global da produção capitalista.

_____. Salário, preço e lucro. In: Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 71–141.

_____. Zur kritik der politischen ökonomie (manuskript 1861–1863). Berlim: Dietz Verlag, 1982. v. II.3.6. (Marx-Engels Gesamtausgabe II).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1861–63, Economic Manuscripts. Londres: Lawrence & Wishart, 1989. v. 31. (Marx/Engels Collected Works).

_____. _____. Londres: Lawrence & Wishart, 1989. v. 32. (Marx/Engels Collected Works).

_____. _____. Londres: Lawrence & Wishart, 1991. v. 33. (Marx/Engels Collected Works).

_____. Economic Works, 1861–1863. Londres: Lawrence & Wishart, 1988. v. 30. (Marx/Engels Collected Works).

_____. Economic Works, 1861–1864. Londres: Lawrence & Wishart, 1994. v. 34. (Marx/Engels Collected Works).

_____. Marginal Notes on Adolph Wagner's Lehrbuch der politischen Oekonomie. In: 1874–83. Londres: Lawrence & Wishart, 1989. v. 24, p. 531–559. (Marx/Engels Collected Works).

_____. Randglossen zu Adolph Wagners „Lehrbuch der politischen Ökonomie“. In: Werke. Berlim: Dietz Verlag, 1987. v. 19, p. 355–383.

FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Matheus de Araújo Almeida

Universidade de São Paulo

São Paulo - SP

RESUMO: O presente artigo promove um debate a respeito do Estado e das formas que ele historicamente assumiu, relacionando-as com os regimes da acumulação de capital, buscando demonstrar quais são as determinações que esses regimes geram naquelas formas. Para cumprir tal intento, partimos da análise marxista – expressa no uso do materialismo histórico-dialético e do universo teórico desta perspectiva – a respeito do Estado e de sua conceituação, procedendo com a investigação acerca da teoria dos regimes de acumulação, para, por fim, verificar como o Estado se manifesta em cada fase do desenvolvimento capitalista. Concluimos com esta pesquisa que os regimes de acumulação são a determinação fundamental das formas estatais no capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; regimes de acumulação de capital; formas estatais.

STATE FORMS AND CAPITAL ACCUMULATION REGIMES

ABSTRACT: This paper aims to discuss State and its different forms throughout the different capital accumulation regimes, in order to

demonstrate which are the determinations that those regimes generate in those forms. To do so, we shall begin at the marxist analysis - expressed by historical dialectical materialism and the theoretical universe of this perspective - about State and its concept, proceeding with the investigation around capital accumulation regimes theory, so, at last, we may verify how the State manifests itself in each period of capitalist development. We conclude with this research that capital accumulation regimes are the fundamental determination of State forms in capitalism.

KEYWORDS: State; capital regime of accumulation; State forms.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de uma concepção de Estado fundamentada na categoria marxista de totalidade, isto é, busca analisar o fenômeno entendendo-o como síntese de múltiplas determinações que interagem entre si, e dentre elas, de uma determinação fundamental. Este fundamento necessário para a compreensão do Estado é o próprio capital. Por isto, realiza-se simultaneamente o debate sobre o Estado e a sua relação indissociável com o modo de produção capitalista, de modo a desvelar o

que vem a ser este fenômeno analisado.

Partindo desta mirada, veremos quais formas o Estado assumiu historicamente no capitalismo, conhecendo as suas características e as suas relações com as lutas de classes de modo geral. Será traçado o seguinte percurso expositivo: discutir brevemente o conceito de Estado partindo da perspectiva marxista; apresentar, de forma igualmente breve, os elementos gerais sobre a questão da acumulação de capital e da teoria dos regimes de acumulação de capital; e, por fim, relacionar as mudanças no Estado de acordo com as mutações de regimes de acumulação, o que gera a constituição e transformação das formas estatais.

Com isto, veremos o resultado daquilo que se objetiva neste trabalho: conhecer cada uma das principais formas estatais existentes na história do capitalismo, relacionando-as com os regimes de acumulação existentes em suas respectivas épocas.

2 | O CONCEITO MARXISTA DE ESTADO

Este trabalho não pretende remontar a todas as interpretações que se produziram no que, *lato sensu*, foi chamado de marxismo. Faremos, inicialmente, apenas uma retomada dos elementos gerais que caracterizaram a análise marxista do Estado, sem entrar nos meandros e especificidades da obra de Marx, o que já foi feito em outra ocasião (cf. ALMEIDA, 2017).

A forma mercadoria é a forma social fundante das demais formas sociais na sociedade capitalista. A partir dela, se desenvolve determinadas formas políticas e formas jurídicas a ela equivalentes. O Estado moderno deriva da revolução burguesa, que adquiriu não somente o poder econômico, como também o político. O Estado, assim, se torna um *ser* propriamente burguês, na medida em que se origina nesta sociedade e em sua dinâmica social, de acordo com a sua divisão social do trabalho e com a dominação burguesa.

Por isso, do ponto de vista marxista, o Estado não é uma meta-categoria, uma abstração a-histórica ou uma coisa qualquer, mas sim uma *relação social*. Ele é uma relação social de classe, e mais especificamente, o Estado capitalista “é uma relação de dominação de classe (no qual a burguesia domina as demais classes sociais) mediada pela burocracia para manter e reproduzir as relações de produção capitalistas” (VIANA, 2015, p. 55).

O modo de produção capitalista (a “infraestrutura” da sociedade) gera determinadas formas de regularização das relações sociais (ou “formas sociais”, a “superestrutura” da sociedade) que lhe são correspondentes. O Estado é a principal forma de regularização das relações sociais na sociedade capitalista (VIANA, 2009). A relação entre Estado e capital, nesta medida, é essencial, inexorável e indissociável. O Estado se manifesta através dos seus aparatos (jurídico, educacional, sanitário, repressivo, legislativo etc.) e de seus representantes, que expressam a materialidade

desta relação social.

O Estado capitalista, como relação social, é um aparato do poder burguês. Assim, “em termos gerais, o Estado é um aparato do capital que, por sua vez, gera diversos outros aparatos (jurídico, repressivo, educacional, comunicacional, cultural, etc.)” (VIANA, 2017, p. 48). Portanto, o Estado do capital existe através de seus aparatos. Ou seja, o Estado capitalista não é capitalista porque a burguesia acha-se diretamente ao leme do Estado (pois, na verdade, é a burocracia estatal que se encontra nele), e assim preenche o seu “conteúdo vazio”, nem porque ele é uma “ferramenta” da classe burguesa, mas sim porque ele é uma relação social imbuída das contradições da dinâmica do capital, derivada do modo de produção capitalista, e que regulariza as relações sociais da sociedade burguesa através de seus diversos aparatos estatais.

3 | OS REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A mercadoria e a propriedade privada são categorias básicas para as relações de produção capitalistas. Porém, só é possível compreendermos o modo de produção capitalista quando observamos também o dinheiro e o mais-valor, que são os pressupostos do capital. Marx afirma que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2017, p. 113). Isto é, a mercadoria (ou melhor, a sua coleção) é a aparência da riqueza.

O caráter aparente da riqueza na mercadoria é desvelado quando vemos que por trás da mercadoria se encontra o valor de troca, que a constitui enquanto *quantum* de riqueza. O valor de troca da mercadoria só pode ser medido de forma relacional, ou seja, na relação entre mercadorias, que passam a ser trocáveis e medidas por um equivalente comum, que é o dinheiro. O dinheiro, portanto, nada mais é do que o símbolo do valor de troca.

Se a mercadoria é a aparência da riqueza e o valor de troca (e, conseqüentemente, o dinheiro que lhe corresponde) é riqueza, nem um nem outro geram riqueza. O que gera riqueza é uma potência viva que no capitalismo também é transformada em mercadoria, mas permanece sendo uma mercadoria singular, *sui generis*, que é a força de trabalho. A força de trabalho é singela porque é a única mercadoria que não só repassa o seu valor de troca quando inserido em uma relação de troca, mas também produz um novo valor, um mais-valor, em uma dada mercadoria produzida.

Este mais-valor é um valor a mais na mercadoria que é produzida pelo trabalho, valor este que excede o simples repasse dos valores das mercadorias que antecedem e originam a criação desta nova mercadoria (as matérias primas, instalações físicas, equipamentos, ferramentas, força de trabalho utilizadas na produção da mercadoria). A força de trabalho, o trabalho vivo, é a única produtora de riquezas, de valor e mais-valor (que é o excedente do valor, produzido pelo operário e apropriado pelo

capitalista).

Deste modo, a exploração do trabalho produtivo de mais-valor, efetuado pela classe proletária, é a chave da riqueza capitalista, e é a partir dela que é possível a produção de capital e acumulação de capital. O processo produtivo no capitalismo se dá em uma cadeia em que “o dinheiro é transformado em capital, (...) por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital” (MARX, 2017, p. 785), repetindo-se esta relação ciclicamente.

Como se vê, o dinheiro se encontra no início deste processo de produção de capital. Mas o dinheiro nada mais é do que expressão da produção capitalista, mais especificamente, da produção das mercadorias e do seu valor de troca. Se o dinheiro é o símbolo destas coisas (as mercadorias), são as mercadorias que se encontram na base produtiva capitalista. A mercantilização de tudo, portanto, se coloca como o primeiro passo da acumulação capitalista. A mercadoria coloca em relação proprietários e não-proprietários, na medida em que constrange seus possuidores a vendê-la, e os não possuidores a comprá-la, inserindo como mediador desta relação de troca o dinheiro.

A riqueza no modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, mas esta coleção só se coloca inicialmente para os que detêm os meios de produção, que são proprietários não produtores. Os produtores, por sua vez, não proprietários, são expropriados de suas terras e necessitam entrar nas relações de produção capitalista sendo possuidores de uma única mercadoria que podem dispor para a venda: sua força de trabalho.

É justamente este processo inicial de expropriação e mercantilização (da força de trabalho, dos meios produtivos etc.) que constitui a acumulação originária de capital, que gera dinheiro, mais mercadorias, mais-valor e mais acumulação de capital, reforçando o ciclo produtivo (dinheiro-capital-mais-valor-capital) mencionado anteriormente. Marx explica este processo da seguinte forma:

a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida (MARX, 2017, p. 785).

Acumular capital significaria, em um primeiro momento, por um lado, transformar em capital “os meios sociais de subsistência e de produção”, e, por outro, “converter os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2017, p. 786). Esta acumulação originária é o pressuposto do capitalismo, e “ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2017, p. 786).

Em um segundo momento, a riqueza produzida pelo trabalho dos trabalhadores

assalariados e apropriada pela burguesia seria parcialmente reinvestida na produção, tornando-se capital, no ciclo de transformação do dinheiro-capital-mais-valor-capital que Marx já apontava. A produção de capital é necessariamente cumulativa, uma vez que busca se expandir, enquanto é concentrada e centralizada ao longo do tempo.

Esta nova acumulação, já não mais primitiva, vai assumindo novas formas que se cristalizam ao longo de determinada época. Estas formas são essencialmente formas que o capital assume para realizar a valorização do valor, isto é, aumentar o *quantum* de mais-valor, e derivado disso, emerge um conjunto de outras formações sociais adequadas a esta forma de valorização.

A organização do trabalho, o Estado capitalista e as relações internacionais entre os países capitalistas, entre outras questões, são determinados pela formação do capital em seu processo de acumulação na valorização do valor, isto é, pelo regime de acumulação de capital. Quer dizer, o Estado deriva da acumulação capitalista. Uma vez derivado, esta acumulação constitui a essência do Estado, e este passa a reforçar a acumulação de capital.

Isto nos remete para a seguinte questão: para compreendermos a constituição do Estado e de suas formas, é necessário compreendermos primeiramente a acumulação capitalista e os regimes de acumulação de capital. Como já sabemos quais os elementos centrais que Marx nos fornece para entendermos a acumulação de capital, faz-se ainda necessário verificarmos: o que é um regime de acumulação?

Pensar a história do desenvolvimento do capitalismo significa pensar a história da sucessão dos regimes de acumulação de capital. O primeiro passo nesta direção foi dado por Karl Marx, quando este analisa o processo de transformação da sociedade feudal em burguesa (MARX, 2011; MARX e ENGELS, 2006). No capítulo 24 do livro um de *O Capital*, dedicado a discutir a “assim chamada acumulação primitiva de capital”, Marx demonstra o percurso histórico de transição do feudalismo para a sociedade capitalista e sua consolidação, que, em seguida, gerou a formação do primeiro regime de acumulação propriamente capitalista.

Enquanto a sucessão de modos de produção significa a transformação radical de uma forma de sociedade em outra, o desenvolvimento dos regimes de acumulação significa apenas uma mutação no interior de uma permanência, pois diversos elementos da sociedade capitalista se alteram, mas o seu essencial permanece inalterado. A alteração de regimes de acumulação gera transformações no interior da sociedade capitalista, o que implica na manutenção da sociedade capitalista sob determinadas formas renovadas.

Deste modo, partimos da teoria dos regimes de acumulação, tal como elaborada por Viana (2009, 2015). Segundo Viana, “um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (VIANA, 2009, p. 29-30). Sendo assim, o regime de acumulação é, em síntese, um determinado estágio da

luta de classes (VIANA, 2009).

Em outras palavras, “o regime de acumulação (...) é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento” (VIANA, 2009, p. 31). A teoria dos regimes de acumulação, portanto, permite compreendermos as continuidades e descontinuidades do capitalismo, desde o seu processo de gênese até os dias atuais. O mesmo pode ser dito sobre o Estado capitalista, que tem sua dinâmica fundamentalmente determinada por tais mutações dos regimes de acumulação. Isto porque cada regime de acumulação gera formas de regularização que lhes são correspondentes, e o Estado capitalista é a principal instituição regularizadora da sociedade capitalista (VIANA, 2009).

Se um regime de acumulação se constitui pela tríade relacional entre organização do trabalho, forma estatal e relações internacionais, é preciso conhecermos quais são os regimes de acumulação e como estes três elementos se manifestam em cada regime, antes de adentrarmos propriamente no debate específico sobre cada forma estatal.

Avançando além do que colocou a teoria da derivação, entendemos que tal como o Estado deriva da acumulação de capital, as formas estatais derivam dos regimes de acumulação. Isto quer dizer que não foi apenas o Estado capitalista que derivou originalmente do modo de produção capitalista, mas que cada forma estatal em determinada época deriva do regime de acumulação que marca esta respectiva época.

É preciso notar que uma mesma forma estatal pode conter uma diversidade interna de manifestações concretas, que varia segundo a realidade nacional, o governo, as relações internacionais, entre outras razões, em síntese, segundo as lutas de classes. Este é o caso do Estado neoliberal, que pode apresentar diversas formas de neoliberalismo: progressista, discricionário, neopopulista, conservador etc. Com isto, uma forma estatal preserva uma unidade na diversidade, possuindo distinções internas, mas também um núcleo em comum que se manifesta em meio à sua multiplicidade.

Na relação indissociável entre o Estado e sua natureza capitalista, é possível pensarmos que as mudanças das formas que assumem o capital (os regimes de acumulação) geram também mudanças nas formas do Estado. Por isto, para a compreensão das formas estatais historicamente constituídas na sociedade capitalista é preciso partirmos de uma teoria dos regimes de acumulação de capital, já que a manutenção do Estado capitalista só é possível com a manutenção da acumulação capitalista. Como já vimos os aspectos fundamentais da teoria dos regimes de acumulação, faz-se indispensável analisarmos cada regime de acumulação em específico.

4 | AS FORMAS ESTATAIS

4.1 O Estado Liberal

As revoluções burguesas, e dentre elas, a mais decisiva e influente, a Revolução Francesa (1789-1799), representaram a derrocada final do feudalismo e consagração da burguesia como classe dominante, agora não apenas economicamente, mas também politicamente. A acumulação primitiva de capital vinha reduzindo gradativamente, na mesma medida em que a acumulação extensiva de capital crescia. O Estado Absolutista é derrubado nestas revoluções burguesas, e em seu lugar surge a primeira forma estatal propriamente capitalista: o Estado Liberal.

Esta forma estatal era correspondente ao primeiro regime de acumulação definitivamente capitalista: o Extensivo. O regime extensivo se caracterizava pela organização do trabalho na forma de extensividade (constituído fundamentalmente na extração de mais-valor absoluto), pelas relações internacionais expressas no neocolonialismo e pela forma estatal do Estado Liberal (VIANA, 2009).

Com a internacionalização do capitalismo, há uma tendência crescente de transformação dos modos de produção pré-capitalistas e não capitalistas em modo de produção capitalista. Isto se dá pela necessidade de ampliação da produção, circulação e consumo das mercadorias a nível mundial – o que demanda, por exemplo, a transformação da força de trabalho escrava em assalariada. Por isto, a antiga relação colonial é conseqüentemente substituída pelo neocolonialismo, que passava a exportar mercadorias e importar matérias-primas dos países subordinados, contribuindo com o desenvolvimento do capitalismo subordinado nesses países.

Na própria Europa, o trabalho operário era organizado sob a brutalidade da exploração ininterrupta capitalista, caracterizada por longas jornadas de trabalho, chegando até a 16 horas, utilização da força de trabalho de crianças, jovens e mulheres, pagamento de salários extremamente reduzidos, enfim, com a degradação das condições de vida dos trabalhadores, que em muitos casos eram obrigados a viverem nos arredores das fábricas. Com isto, a burguesia extraia uma imensa quantidade de mais-valor absoluto, através principalmente da elevação do tempo de trabalho da jornada produtiva.

O Estado Liberal era coberto pelo manto ideológico da igualdade (jurídica) dos cidadãos, das liberdades individuais e dos direitos com relação à propriedade, que representavam uma “cidadania civil” da sociedade burguesa. A democracia passou a ser cultivada como uma espécie de valor universal, e nada mais era do que uma forma de dominação da burguesia, criada como uma arma da classe burguesa para unificar a população em sua antiga luta contra o feudalismo (PANNEKOEK, 2010).

Mas mesmo esta democracia era restrita neste momento, pois as instituições capitalistas ainda não eram tão desenvolvidas quanto viriam a se tornar depois, e a classe dominante restringia a possibilidade de representação eleitoral aos homens

das classes privilegiadas, sendo esta uma democracia censitária. O Estado Liberal era um Estado de Direito, e previa a existência dos poderes constitucionais, como os Parlamentos, e representava um Estado laico, que era separado do domínio da Igreja,

A luta operária, que desde as revoluções de 1848 se encontrava em refluxo na Europa, viveu uma efervescência com a Comuna de Paris de 1871, que representou a primeira tentativa de revolução proletária na história do capitalismo, e após isso voltou a cair em refluxo. Neste momento, o regime de acumulação Extensivo já estava em declínio, juntamente com o Estado Liberal, devido às crises provocadas pela queda da taxa de lucro dos anos 1870 e pela ascensão das lutas operárias que culminaram na Comuna de Paris. Os trabalhadores há anos batalhavam pela redução da jornada de trabalho, por melhores condições de trabalho e contra a exploração do trabalho infantil e feminino, assim como pelo reconhecimento das suas organizações de classe (partidos e sindicatos).

Com o fortalecimento da socialdemocracia, a luta pela inserção dos representantes dos trabalhadores na democracia eleitoral (sufrágio universal) também veio à tona, o que gerava dificuldades para os capitalistas reproduzir a acumulação de capital, devido ao conjunto destas lutas de classes dentro e fora da esfera produtiva. É aí que um novo regime de acumulação, e com ele, uma nova forma estatal, é desenvolvido pelo capital.

4.2 O Estado Liberal-Democrático

As transformações de regimes de acumulação são sempre reações capitalistas a derrotas que a burguesia sofre em determinadas épocas. No caso do regime de acumulação Intensivo, que emerge após a queda do regime Extensivo, não foi diferente. A classe operária conseguiu reduzir a jornada de trabalho para 12 horas e 10 horas em alguns países. As organizações dos trabalhadores obtiveram amplo apoio popular e tiveram uma grande difusão, o que obrigou o Estado a reconhecer a sua existência e alguns direitos mínimos do proletariado. O movimento socialista internacional ganhava corpo cada vez mais, a partir de fins do século 19.

Contudo, com a emergência do regime de acumulação Intensivo, o capitalismo se reconfigura e reestabiliza cada aspecto ameaçado de seu domínio. O capital toma a obra de Taylor para promover uma “administração científica do trabalho”, pois, na medida em que a jornada de trabalho foi reduzida, a burguesia pôde aumentar a produtividade durante um mesmo tempo de trabalho, o que ampliou a extração de mais-valor relativo. Deste modo, o taylorismo é a forma como o regime Intensivo organiza o trabalho, aumentando-se a produtividade com a organização do processo do trabalho, através de mecanismos como a disciplina, a supervisão, o controle do tempo, a padronização etc.

Do ponto de vista das relações internacionais, o neocolonialismo dava lugar

ao imperialismo financeiro, que, devido à centralização e concentração de capital oriundas do período anterior, “proporcionou a formação dos oligopólios e a dinâmica do capitalismo oligopolista passou a ser centrada na acumulação intensiva” (VIANA, 2015, p. 125). Ou seja, há um aumento exponencial da extração de mais-valor relativo nos países de capitalismo imperialista, e um deslocamento gradativo da forma de trabalho extensiva (baseado em longas jornadas de trabalho) da Europa para os países de capitalismo subordinado.

Com isto, inicia-se a tendência, que será intensificada no momento histórico posterior, de parte do mais-valor absoluto extraído dos operários dos países capitalistas subordinados ser transferido para as nações imperialistas de origem dos oligopólios sob a forma de capital-dinheiro (BENAKOUCHE, 1980 apud VIANA, 2015). Era necessário expandir estes oligopólios para novas regiões do planeta, e é neste contexto que se dá a Conferência de Berlim de 1884-1885 que tratou de promover a Partilha da África entre as nações imperialistas (em sua maioria, europeias).

Neste regime Intensivo, que teve vigência entre os anos 1870 e 1940, o Estado Liberal também foi substituído por uma nova forma estatal: o Estado Liberal-Democrático. Este Estado promoveu um processo de ampliação da cidadania, abrangendo os direitos políticos (cidadania política), o que representava a extensão do direito ao voto (sufrágio universal) inicialmente aos homens das classes desprivilegiadas e, posteriormente, às mulheres.

Com a institucionalização das organizações operárias que decorreu neste período, dando a elas um caráter jurídico, legal e eleitoral, o capital promoveu uma onda de burocratização da sociedade civil, criando a sociedade civil organizada (VIANA, 2015). O Estado Liberal-Democrático, nesta medida, reforçava um imaginário comum na crença de sua suposta superioridade e neutralidade diante dos conflitos de classe, buscando integrar em sua lógica reprodutiva as classes desprivilegiadas.

Porém, a primeira metade do século 20 foi marcada por diversas tentativas de revoluções proletárias (como na Rússia, Alemanha, Itália e Hungria), o que estremeceu o capital, sobretudo porque a queda da taxa de lucro já era uma realidade desde os anos 1920, o que representava uma crise para o capital que demandava por um novo regime de acumulação.

4.3 O Estado Integracionista

A Segunda Guerra Mundial gerou uma enorme destruição de forças produtivas, o que possibilitou uma ampliação e generalização da acumulação de capital sob novo regime, sobretudo devido ao desenvolvimento tecnológico existente (VIANA, 2015). Deste modo, o capital se reorganizou formulando o regime de acumulação Conjugado, que tinha como tripé o fordismo como modo de organização do trabalho, o imperialismo transnacional como forma de relações internacionais, e o Estado

Integracionista como forma estatal.

Com a intensificação da acumulação de capital, abria-se também a possibilidade de buscar conter a luta operária. O fordismo aprimorava a organização do trabalho taylorista, e se utilizava de uma ampla quantidade de tecnologias para acentuar a extração do mais-valor relativo, pela via do aumento do ritmo e intensidade da atividade produtiva. O aumento da riqueza capitalista foi proporcionado nesta nova onda de acumulação, que se expressava tanto na reconstrução dos territórios destruídos durante a Guerra, quanto pelo aumento da extração e transferência do mais-valor (relativo e absoluto) dos países de capitalismo subordinado para as nações imperialistas.

No regime de acumulação Conjugado, o imperialismo oligopolista assume a forma transnacional, em que há um significativo deslocamento de empresas (especialmente estadunidenses, francesas e japonesas) de seus países de origem para o capitalismo subordinado. Este é o caso das montadoras de automóveis, que aumentam a sua produção industrial em larga escala sob regime fordista. Com o aumento da tecnologia, aumenta-se não apenas a produção, mas também o consumo de mercadorias.

O Estado Liberal-Democrático dá lugar ao Estado Integracionista, também chamado de Keynesiano, “Estado de bem estar social” ou *Welfare State*. Esta forma estatal buscava “integrar” a classe operária ao capitalismo através principalmente do consumo de mercadorias, com reprodução ampliada do mercado consumidor, mas também aumentando os níveis de renda, os direitos e benefícios sociais. A cidadania é expandida para cidadania social, em que o Estado assegurava ao conjunto da população direitos como saúde, segurança e educação de qualidade, além de benefícios como aposentadoria, seguridade social, etc. Por isto este período ficou conhecido como “os anos de ouro” da Europa.

Porém, esta integração da classe operária nunca se deu de forma plena, e este Estado de bem estar social só teve existência nas nações imperialistas da Europa Ocidental e EUA, e tão somente porque encontravam a fonte de manutenção desta riqueza na transferência de mais valor dos países de capitalismo subordinado para tais nações imperialistas. Integrar a classe operária era um objetivo para o Estado e para o capital tanto para evitar que ela se sublevasse, quanto se aliasse ao capitalismo de Estado da União Soviética, então chamado de “comunismo”.

Como houve um aumento expressivo da exploração nos países de capitalismo subordinado para sustentar a riqueza usufruída nos países imperialistas, houve também um aumento da reação das classes trabalhadoras, o que levou ao acirramento da luta de classes. Como resposta, o Estado nestes lugares ampliou o seu grau de repressão, adotando a forma ditatorial, como ocorreu em diversos países da América Latina nos anos 1960-1980. Tais ditaduras foram respostas do Estado no capitalismo subordinado diante do aumento da resistência dos trabalhadores. E este cenário foi o resultado do deslocamento dos conflitos sociais das nações imperialistas para as

subordinadas, pela via da transferência (parcial) e aumento da exploração.

No final dos anos 1960 se inicia mais uma vez a queda da taxa de lucro, que vai se intensificando ao longo dos anos 1970. Concomitantemente, há uma retomada das lutas operárias radicalizadas, e das lutas sociais de forma mais ampla, no final dos anos 1960, expressas sobretudo pelo Maio de 1968, que manchou o véu ideológico da integração da classe operária no centro do capitalismo mundial.

4.4 O Estado Neoliberal

Diante das dificuldades encontradas pelo capital em se reproduzir nos anos 1970, foram resgatadas e desenvolvidas ideias antigas de autores conservadores e de projetos burgueses que passaram a encontrar eco nesta nova conjuntura do capital. Nos últimos anos desta década, e de forma mais consolidada nos anos 1980, formou-se o regime de acumulação Integral, que readequou as bases materiais e ideológicas do capitalismo.

O trabalho passou a ser organizado através do toyotismo, que gera uma acentuação da organização do trabalho e do uso da tecnologia visando o aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo combinados. Esta mudança, denominada de “reestruturação produtiva”, desenvolve todas as demais formas de exploração capitalistas do trabalho, acrescentando novos elementos, como o método kan-ban, o trabalho em equipe, etc. Realiza-se a precarização das condições de trabalho com as privatizações e terceirizações, aumenta-se o uso de métodos secundários de exploração (como o pico em demanda, recompensa à produtividade, trabalho temporário etc.), promove-se a desregulamentação das relações de trabalho, o que gera a desvalorização da força de trabalho e acentua o processo da lumpemproletarização (VIANA, 2015).

Como há uma redução do nível de renda dos trabalhadores, reduz-se o consumo e com isto a reprodução ampliada do mercado consumidor. Isto impacta na esfera da produção, que tem que

desacelerar a produção de bens de consumo, seja através da transformação de capital produtivo em capital improdutivo (capital financeiro), seja através de guerras, o que permite um fortalecimento do capital bélico e a destruição das forças produtivas nacionais que, no pós-guerra, tornam-se um mercado consumidor subordinado (VIANA, 2015, p. 134)

Deste modo, desenvolve-se uma relação internacional pautada no Hiperimperialismo, que promove uma constante destruição de forças produtivas e aumento da transferência de mais valor para as nações de imperialismo avançado. A combinação de extração de mais valor relativo e absoluto se dá tanto com o aumento da produtividade quanto do tempo de trabalho, ainda que em jornadas de trabalho não necessariamente contínuas.

Por consequência, o Estado Integracionista se torna uma impossibilidade

neste novo regime de acumulação, já que os gastos sociais são insustentáveis para esta nova lógica do capital. O neoliberalismo, que era um conjunto de velhas ideias abandonadas produzidas após a Segunda Guerra Mundial, torna-se um interesse do capitalismo e adquire materialidade com a eleição dos primeiros governos neoliberais, que demarcam a emergência do Estado Neoliberal.

Esta forma estatal foi pioneiramente iniciada com a eleição dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido em 1979, Ronald Regan nos EUA em 1981, e Helmut Kohl na Alemanha em 1982. Além destas nações imperialistas, o Chile pode ser considerado como o laboratório do neoliberalismo, quando as teses neoliberais foram aplicadas durante o governo do ditador Pinochet, de acordo com a política econômica elaborada pelos *Chicago Boys*, quase dez anos antes daqueles países.

O Estado Neoliberal retoma a tese Liberal de não intervenção estatal na econômica (o que é apenas uma retórica discursiva utilizada pela burguesia e seus representantes intelectuais), reduzindo o Estado apenas à prestação de serviços básicos, quando não somente ao seu caráter repressivo. Assim, todos os direitos sociais, políticas de seguridade e benefícios aos trabalhadores são progressivamente reduzidos ou mesmo eliminados.

No mais das vezes, o Estado Neoliberal se caracteriza tão somente como um Estado Penal (WACQUANT, 2001), em que se acirra as práticas do encarceramento em massa, da criminalização dos pobres e dos movimentos sociais, das formas punitivas e do pan-penalismo, da militarização da vida cotidiana em comunidades e favelas, do genocídio negro nas periferias, da vigilância e controle generalizados etc.

As políticas sociais universais são substituídas por políticas segmentares, e as reformas estruturais são dispensadas em função de microrreformas. O Estado Neoliberal é regido para ser mínimo e forte. Mínimo nos benefícios sociais para a população (obviamente que com exceção da burguesia e dos altos extratos da burocracia e intelectualidade), e forte em seu aparato repressivo, que juntamente com o aparato jurídico tendem a ser os que mais recebem recursos e poder no Estado Neoliberal.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da trajetória realizada neste texto, verificamos que o objetivo deste capítulo foi cumprido, uma vez que pudemos conhecer a maneira como o modo de produção capitalista se caracteriza como determinação fundamental do Estado, tal como os regimes de acumulação se constituem como determinações fundamentais das formas estatais.

Com isto, concluímos que a análise marxista, autêntica e não deformada, através do materialismo histórico-dialético (em especial, pela categoria de totalidade), é uma ferramenta heurística intelectual de inestimável importância para o desvelamento das múltiplas determinações do real, e para a contínua atualização do marxismo na

interpretação e crítica da sociedade capitalista e da realidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Matheus. **A Concepção de Marx sobre o Estado e suas Deformações**. In: Revista Enfrentamento, ano 12, nº 21, jan./jun. 2017, p. 13-47.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro 1**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 2006.
- PANNEKOEK, Anton. **A Democracia**. In: Revista Enfrentamento, ano 04, nº 08, jan./jun. 2010, p. 35-40.
- VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- VIANA, Nildo. **Estado e Acumulação de Capital**. In: Revista Enfrentamento, ano 12, nº 21, jan./jun. 2017, p. 48-58.
- WACQUANT, Lôic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011

Luciane Rosa de Oliveira
Bruna Márcia Machado Moraes
Angélica Pott de Medeiros
Reisoli Bender Filho

RESUMO: No cenário econômico atual, as inovações possuem importante papel para as organizações, principalmente com a finalidade da geração de lucros, porém tais inovações tem a capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico. Devido a isso, o estudo objetivou comparar a evolução da introdução de processos inovativos nas indústrias extrativas e indústrias de transformação no período de 2000 a 2011. Para isso, fez-se uma análise descritiva da Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC, e o confronto dos dados visando comparar o nível de inovação tecnológica no setor industrial, sendo aqui subdividido em extrativista e de transformação. As análises indicam que a indústria de transformação e extrativa tiveram um aumento na taxa de inovação, porém, a indústria de transformação apresenta maiores proporções de investimentos em inovação, com ênfase na inovação em processos. Quanto ao financiamento de P&D a maioria das empresas utilizam recursos próprios. A indústria de transformação possui maior número de trabalhadores, também mais empresas. Houve um aumento significativo de

trabalhadores com pós-graduação no setor de P&D, assim como os graduados. Por fim, a indústria de transformação possuiu maior êxito em transformar suas atividades de P&D em produtos finais e na comercialização desses produtos.

PALAVRAS-CHAVE: inovação tecnológica, PINTEC, indústria extrativa, indústria de transformação;

ABSTRACT: In the current economic scenario, innovations play an important role for organizations, mainly for the purpose of generating profits, but these innovations have the ability to boost economic development. Because of this, the study aimed to compare the evolution of the introduction of innovative processes in extractive industries and manufacturing industries from 2000 to 2011. For this, it was a descriptive analysis of the Technological Innovation Survey - PINTEC, and collating data in order to compare the level of technological innovation in the industrial sector, being here divided into extractive and transformation. The analyzes indicate that the manufacturing and mining and quarrying had an increased rate of innovation, however, the processing industry has the largest proportion of investment in innovation, with emphasis on innovation processes. As for R & D funding most companies use their own resources. The

manufacturing industry has a greater number of workers also more companies. There was a significant increase in workers with post-graduation in the P&D sector, as well as graduates. Finally, the processing industry has the greatest success in transforming its P&D activities in end products and marketing these products.

KEYWORDS: Technological innovation, PINTEC, mining quarrying, manufacturing industry;

1 | INTRODUÇÃO

No contexto econômico atual, as inovações assumiram um importante papel para as empresas, para que esta possa obter ganhos significativos no mercado, ainda, a capacidade de desenvolver inovações impulsiona o desenvolvimento econômico, isso por que o desenvolvimento econômico associa-se à capacidade inovativa e ao aproveitamento das oportunidades tecnológicas, a ainda da existência de arranjos institucionais de locais, para dar suporte e potencializar a capacidade de absorção do conhecimento tecno-científico (VIEIRA; ALBUQUERQUE, 2007).

Em se tratando do Brasil, a atividade inovativa da indústria é insuficiente como propulsor do crescimento econômico, e como gerador de empregos e de renda e bem-estar da população. Os indicadores de C,T&I (ciência, tecnologia e inovação) ressaltam tal evidência, e oferecem parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a evolução de investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento), tendo em vista que o dispêndio nacional em P&D não ultrapassam 1% do PIB, mesmo que muito semelhante ao de outros países, como a Espanha (0,94) e de Portugal (0,8%), porém, afastado da média dos países da OCDE (organização para a cooperação e desenvolvimento econômico) que é de 2,2% (TIRONI, 2005).

Porém, nos últimos anos a política de apoio à inovação vem ganhando destaque na agenda de política econômica, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento das atividades inovativas, faz-se o uso de diversos instrumentos de política de inovação tal como os incentivos fiscais e financeiros, na forma de subsídios a projetos de pesquisa, financiamento, compras do setor público e atração de investimento direto externo (AVELLAR, 2010).

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organizou aPINTEC – Pesquisa de Inovação Tecnológica, uma pesquisa que revela um indicador que visa mensurar a inovação nas organizações, tal indicador, pode ser comparado a de outros países. Esse estudo visa comparar a evolução da introdução de processos inovativos nas indústrias extrativas e indústrias de transformação no período de 2000 a 2011. Principalmente para verificar se com o passar dos anos, a introdução de processos inovativos apresentou um crescimento.

A indústria extrativa e de transformação possuem grande abrangência e importância para a econômica brasileira, tendo um importante papel no desenvolvimento econômico e social (LIMA, 2007). No passado, a indústria de

transformação já foi responsável por quase 30% do PIB, porém a indústria perdeu participação nos últimos anos, dado ao crescimento da agricultura e do setor de serviços (DEPECON, 2014).

Apesar dos diversos estudos que envolvem o PINTEC, tais como os de Rocha e Dufloth (2009), Cavalcanti e De Negri (2011), Kannebley Junior, Porto e Pazello (2004), Tironi e Cruz (2008), Tironi (2005), Campos (2005), Avellar (2010), Vieira e Albuquerque (2007), Tironi e Koeller (2006), Brito, Brito e Morganti (2009), e Oliveira (2006), esse se diferencia no aspecto de que aborda uma análise descritiva do comportamento dos dados mais atuais da Pintec, referentes a 2000 a 2011, além de fazer um comparativo entre os setores da indústria extrativa e de transformação.

Afora esta introdução, o estudo está dividido em sete seções. Em seguida apresenta-se a revisão da literatura e um apanhado sobre a indústria extrativa e de transformação no Brasil, descreve-se a metodologia empregada no desenvolvimento do estudo. Posteriormente, os resultados são apresentados e analisados, e por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 | O DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SEUS INDICADORES

O pai dos estudos voltados à inovação foi Joseph Schumpeter, que defendia que os empresários buscam a inovação tecnológica, isto é, criação de novos produtos, serviços ou processos para produzi-lo, com o objetivo de obter vantagem estratégica. Ainda, defende a “destruição criativa”, onde se destroem as velhas regras e busca-se criar algo novo, como fonte de lucratividade (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

O processo de inovação tecnológica tem dominado as discussões a respeito de estratégia e inserção internacional de empresas e países, devido à importância que tem assumido como um fator determinante da competitividade das empresas (ROCHA; FERREIRA, 2001). As inovações podem tornarem-se vantagens competitivas através de processos com custos mais baixos, estruturas enxutas ou a detenção de um conhecimento superior a concorrência, pois geram ganho para empresa, tendo em vista que proporcionam para o consumidor o atendimento de suas necessidades. (DORNELAS, 2014).

No ciclo de inovação são considerados três estágios, a invenção, inovação e a imitação ou difusão. Invenção é a criação de coisas inexistentes, consideramos inovação quando a invenção é lançada no mercado e esta têm sucesso comercial. A difusão ou imitação é o momento que a inovação busca aproximação às necessidades dos usuários, a imitação pode ocorrer sem a implantação de melhorias (KUPFER, 2002).

De acordo com os institutos que desenvolvem as metodologias que mensuram os dados a respeito de inovação tecnológica, um produto ou processo novo, tem até

três anos, o substancialmente melhorado é um produto ou processo no qual passou por um aperfeiçoamento, alterando seu desempenho. A inovação pode resultar de novos desenvolvimentos tecnológicos, combinações de tecnologias que já existem, ou de outros conhecimentos adquiridos pela empresa (PINTEC, 2016).

Os esforços pioneiros para a mensuração da inovação tecnológica, foram desenvolvidos pela ANPEI (Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovativas), que entre 1992-2000 elaborou a Base de Indicadores Empresariais de Inovação Tecnológica, o qual reúne informações anuais da inovação tecnológica de um conjunto de empresas, porém, esse conjunto de empresas era bastante limitado, correspondendo a cerca de trezentas empresas em todo o país (ROCHA; DUFLOTH, 2009).

Perante a crescente demanda dessas informações, e visando demonstrar os indicadores setoriais nacionais, a fim de estudos e comparações com outros países, o IBGE organizou a PINTEC, uma pesquisa sobre Inovação no campo organizacional, no caso da indústria é feita uma análise regional, das atividades de inovação das empresas brasileiras. São analisados os fatores que influenciam o comportamento inovador nas empresas, incentivos e obstáculos, a fim de auxiliar na criação de políticas públicas que visem à promoção do processo de inovação nas empresas (JUNIOR; PORTO; PAZELLO, 2004).

O primeiro levantamento, em 2000, expôs informações sobre as atividades inovativas praticadas entre 1998 e 2000, pelas empresas industriais brasileiras com 10 ou mais empregados, perfazendo 72.005 empresas. Permitindo a formulação de diagnósticos e sugestões de políticas (TIRONI, 2005).

A Pintec conceitua inovação tecnológica em de produto e de processo. Um produto tecnologicamente novo difere nas suas características elementares dos outros produtos produzidos pela empresa. Tal inovação, também pode ser progressiva, a partir de um significativo aperfeiçoamento do produto existente, o qual seu desempenho foi consideravelmente aumentado. Já a inovação tecnológica de processo, se refere a um processo tecnologicamente novo ou muito aprimorado, envolvendo a introdução de tecnologia de produção nova ou aperfeiçoada, assim como os métodos de manuseio e entrega de produtos. Esses métodos podem incluir mudanças nos equipamentos e máquinas, e/ou organização produtiva (BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009).

Porém, o processo inovativo é altamente sistêmico e complexo, tendo em vista que variam conforme o país, o tipo de tecnologia e o tamanho das empresas/instituições (SÁENZ; PAULA, 2002).

No Brasil, o apoio à inovação vem crescendo acentuadamente. Os principais instrumentos de políticas de inovação são os incentivos fiscais e financeiros, entre eles destacam-se as linhas de financiamento reembolsáveis e não reembolsáveis, assim como os fundos de capital de risco, o programa pesquisador na empresa (concedido pelo CNPq) e o programa de capital semente (Criatec). Ademais, a

entrada em vigor da Lei da Inovação nº 10.793, promulgada em 2005, com o objetivo de incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica, e a Lei do Bem, Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, que regulamenta os incentivos fiscais para as atividades inovativas, ainda, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Brasileiro (2007-2010) em 2007 (AVELLAR, 2010).

3 | INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A indústria extrativa é responsável pela extração mineral. A indústria de transformação por sua vez, tem como objetivo trabalhar com os produtos extrativos ou beneficiados, gerando outro produto que o mercado exige (SOUSA, 2005).

As atividades de extração de minerais em estado natural, sólidos, como o carvão e outros minérios, líquidos, tal como o petróleo e gasosos como o gás natural, consistem na indústria extrativa, e geralmente são realizados em minas subterrâneas, a céu aberto, ou em poços. A indústria de transformação envolve a transformação física, química e biológica dos materiais, que são insumos produzidos em atividades agrícolas, florestais, de mineração, e de outras atividades. As atividades frequentemente são desenvolvidas em plantas industriais e fábricas (IBGE, 2016).

A indústria extrativa possui grande abrangência e importância na economia nacional, tem tido um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e social, além de reduzir as desigualdades regionais (LIMA, 2007). De acordo com a classificação do CNAE, a indústria extrativa pode ser distribuída em extração de carvão mineral, extração de petróleo e serviços correlatos, extração de minerais metálicos e extração de minerais não metálicos, já a indústria de transformação é dividida em 24 setores, entre eles a fabricação de produtos alimentícios, metalurgia e fabricação de máquinas e implementos (IBGE, 2016).

A indústria de transformação também é relevante na economia brasileira. Entre os anos de 1947 e 2013 a indústria de transformação diante do PIB (produto interno bruto) teve dois períodos diferentes, o primeiro entre 1947 e 1985 apresentou um intenso crescimento, diversificação e consolidação da indústria brasileira, nesse período a participação da indústria de transformação no PIB alcançou 27,2% em 1985. A partir de 1986, no segundo período, houve grandes perdas na participação, configurando um processo de desindustrialização (DEPECON, 2014).

Em relação aos empregos formais, a indústria de transformação foi responsável por cerca de 17% em 2012, já a indústria extrativa foi responsável por 0,5%, a indústria de transformação também detém de cerca de 10% dos estabelecimentos brasileiros (RAIS, 2012). De acordo com as Contas Nacionais do IBGE, a indústria extrativa mineral foi responsável por 4,1% do PIB e a indústria de transformação por 13% em 2013.

4 | EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A relevância inovação tecnológica tem ampliado as discussões técnicas e acadêmicas acerca do tema. Entre os estudos recentes, como os de Avellar (2010) e Cavalcanti e De Negri (2011), abordaram aspectos referentes à Pintec 2008, observando crescimento nas empresas beneficiadas pelos incentivos públicos, principalmente empresas de pequeno porte, também se observou que a taxa de inovação do setor industrial teve um crescimento, assim como os gastos organizacionais. Os demais estudos apresentam os dados referentes à Pintec 2000 e 2003.

Neste sentido, objetivando apresentar um panorama dos estudos acerca da inovação tecnológica ao longo dos últimos anos, elaborou-se um quadro-resumo com os principais trabalhos, focando na discussão e nos resultados (ver Quadro 1).

Dentre os trabalhos analisados, o tema central foi identificar o nível de inovação tecnológica que as empresas brasileiras estão desenvolvendo em cada período, e quais são as implicações do processo inovativo para as organizações. Sendo assim, os trabalhos identificaram que atividades de P&D e a implementação de novos produtos, processos e serviços contribuem para o desenvolvimento das empresas de todos os setores participantes da PINTEC.

Autor	Amostra	Principais resultados
Kannebley Junior, Porto e Pazello (2004)	PINTEC 1998-2000	31,5% das empresas realizaram inovações, a característica exportadora contínua das empresas é a que mais contribui para um aumento na probabilidade de uma empresa ser inovadora;
Tironi (2005)	PINTEC 2000	As questões abordadas são relativas aos temas: “tipo” da inovação (se para o mercado ou para a empresa); “natureza” da inovação (se de produto ou de processo); se a inovação tecnológica é setorial; e a percepção da importância da difusão tecnológica pelos agentes formuladores das políticas.
Campos (2005)	PINTEC 2000	O tipo de inovação predominante é a inovação de produto, com grande permeabilidade nos demais setores. Há de se mencionar, contudo, que em comparação com outros países, o desempenho inovativo destas indústrias brasileiras pode ser considerado incipiente a despeito da extrapolação dos indicadores comparados com a média nacional.
Oliveira (2006)	PINTEC 1998-2003	Os números demonstram que a atividade de inovação nos setores de fabricação de produtos farmacêuticos, fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática, fabricação de material eletrônico básico, fabricação de aparelhos e equipamentos de comunicação sofreram uma pequena redução;
Tironi e Koeller (2006)	PINTEC 2000	A variável que revela o impacto do financiamento público é o percentual das empresas que implementaram inovações; A atividade aquisição de máquinas e equipamentos é a mais frequente; O financiamento público à inovação exerce influência positiva sobre as empresas no que esse refere a pessoal ocupado em atividades de P&D;

Vieira e Albuquerque (2007)	PINTEC 1998-2003, Região nordeste	Na Região Nordeste, algumas regiões que atraíram investimentos industriais e apresentaram crescimento médio superior ao da economia brasileira entre 2001 e 2003, os dispêndios com atividades inovativas, no Brasil, aumentaram 4,8%, enquanto a Região Nordeste ampliou seus gastos com atividades inovativas em 69%, passando de 4,4% do total de gastos brasileiros com atividades inovativas, em 2000, para 7,4% do total.
Tironi e Cruz (2008)	PINTEC 2003, regressão <i>logit</i>	O grau de novidade impacta a Produtividade Total dos Fatores; As inovações impactam a produtividade das empresas somente se implementadas; As inovações em produto elevam a produtividade;
Brito, Brito e Morganti (2009)	PINTEC 2000-Setor químico	As variáveis de inovação não explicaram a variabilidade dos indicadores de lucratividade das empresas, mas explicaram parte relevante da variabilidade da taxa de crescimento da receita líquida;
Rocha e Dufloth (2009)	PINTEC 2003	A inovação não depende somente da capacidade econômica e de produção das empresas; A existência de apoio governamental também influencia a inovação tecnológica; Baixo valor gasto pelas empresas em pesquisa e desenvolvimento, e baixo número de empresas que recebem apoio governamental; as regiões que recebem mais apoio governamental, possuem maiores taxas de inovação.
Avellar (2010)	PINTEC 2003-2008	Observa-se a partir da PINTEC 2008 um aumento no número das empresas beneficiárias; No período 2006-2008 ampliou-se o número de empresas de pequeno porte nos programas de apoio à inovação; Muitos setores industriais possuem participações muito pouco representativas o que leva ao questionamento sobre a abrangência de tais programas de apoio à inovação;
Cavalcanti e De Negri (2011)	PINTEC 1998-2008	A taxa de inovação do setor industrial cresceu de forma sistemática; Os gastos empresariais passaram de 0,49% em 2005 para 0,53% em 2008;

Quadro 1 - Estudos anteriores.

Fonte: elaborado pelos autores.

Embora identificados alguns trabalhos que utilizam a PINTEC como base de dados, nenhum realiza um estudo comparativo no setor da indústria, que se divide em indústria extrativa e de transformação. Além disso, os trabalhos realizados anteriormente não contemplam análises com todos os períodos disponíveis para análise, que é de 2000 a 2011.

5 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. As pesquisas qualitativas têm maior utilização quando se possui pouca informação, em situações em que o fenômeno deve ser observado ou em que se deseja conhecer um processo, determinado aspecto psicológico complexo, ou um problema complexo, sem muitos dados de partida (LAKATOS, 2005).

Para Gil (2007), as pesquisas exploratórias têm como intuito proporcionar maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. As pesquisas descritivas visam à descrição de características de determinado fenômeno. Na primeira, tem-se o aprimoramento de ideias ou a descoberta de

intuições, enquanto na última, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Levando em consideração a abordagem do problema, a pesquisa foi qualitativa e quantitativa, pois requer, ao mesmo tempo, números estatísticos e especificações em determinados aspectos do tema. Para Michel (2009), uma pesquisa de natureza qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o objeto de estudo e o pesquisador.

Além disso, na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma de experimentação empírica, a partir de análise detalhada, abrangente e coerente.

5.1 Fonte de dados

Com base de dados para tal análise foi utilizada a Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC, desenvolvida pelo IBGE. Segundo IBGE (2015), a PINTEC tem como objetivo construir indicadores dos principais setores da economia para identificar os níveis de atividades de inovação das empresas brasileiras. O foco da pesquisa é identificar os fatores que influenciam a decisão de inovar das empresas, as estratégias adotadas e os esforços empreendidos para implementar um produto, processo ou serviço novo.

Para tal, são realizadas entrevistas com base em um questionário enviado previamente para a empresa. A base de dados é atualizada a cada três anos e o primeiro relatório de dados lançado pelo IBGE foi no ano de 2000, e o último, mais atualizado, no ano de 2011. Os dados estão distribuídos em 4 setores, indústria extrativa, indústria de transformação, eletricidade e gás e serviços.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de comparar a evolução da introdução de processos inovativos na indústria extrativa e de transformação no período de 2000 a 2011, foram utilizados dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, divulgada a cada três anos. Essa pesquisa utiliza questionários respondidos pelas empresas de cada setor específico da economia, com o fim de identificar o nível de inovação tecnológica das empresas.

Nesse caso, os resultados foram divididos em seções para melhor abordar os resultados obtidos com as estatísticas descritivas dos dados da PINTEC. Assim, no item 6.1 serão discutidas as taxas de inovação dos setores de indústria extrativa e indústria de transformação. Posteriormente, será realizada uma análise sobre investimentos em P&D e quem são os responsáveis por desenvolver essas pesquisas. No item 6.3 será exposto o número de empresas que implementaram produtos novos ou aprimorados no mercado e quanto eles representaram nas vendas totais da empresa, e por fim, serão analisadas quais as principais dificuldades em desenvolver atividades de P&D.

6.1 Taxa de inovação

A taxa de inovação é calculada a partir dos dados divulgados pela PITEC (2011) e indica a relação entre o número de empresas que declararam ter pelo menos um processo de inovação tecnológica no período em análise e o número total de empresas presentes nas pesquisas da PITEC. Assim, a taxa de inovação resulta no nível de dos esforços de inovação das empresas brasileiras (IPEA, 2013).

A inovação é uma variável relevante para as organizações de todos os setores de uma economia, seja em produtos, serviços ou processos internos da própria organização. Para manter-se competitivo em um ambiente de negócios, a inovação tecnológica precisa ser discutida em todos os setores empresariais. Os produtos, processos e serviços possuem um ciclo, até atingir a estabilidade, nesse período, surge a inovação para adquirir novos clientes (MONTEIRO, 2008).

Como observado na Tabela 1, a partir dos dados da PITEC (2011), foram calculadas as taxas de inovação dos dois setores em análise, que são a indústria extrativa e de transformação. Os resultados indicam que a indústria de transformação apresenta uma proporção maior de empresas que investem em inovação. Além disso, indicou-se um aumento nas inovações em processos, sendo assim, as empresas estão buscando desenvolver novos processos para melhor gerir produção, marketing, financeiro, e as formas de comercialização dos produtos. Ao mesmo tempo, identificou-se uma diminuição na taxa de inovação em produtos.

A indústria de transformação também indicou um aumento na taxa de inovação das empresas em produtos e processos simultaneamente, já que esse ramo é responsável por transformar matéria-prima em produto final. Nesse caso, essas empresas estão preocupadas em inovar inserindo novos produtos no mercado e também tentando reduzir custos com novas formas de produzir, comercializar, e até mesmo gerir a organização, de forma que os recursos sejam alocados de forma a maximizar os resultados.

Embora em proporções menores, a taxa de inovação da indústria extrativa também apresentou crescimento no período de 2000 a 2011, demonstrados através dos dados da PITEC (2011). Da mesma forma que na indústria de transformação, a indústria extrativa apresentou maiores taxas de inovação em processos quando comparado com inovação em produtos. Isso se deve pelo fato de que esse ramo é especializado em serviços, e não na transformação de produtos.

Período	Indústria extrativa			Indústria de transformação		
	Produto	Processo	Produto e Processo	Produto	Processo	Produto e Processo
2000	5%	17%	5%	18%	25%	11%
2003	6%	20%	5%	27%	27%	14%
2005	6%	22%	6%	20%	27%	13%
2008	10%	23%	9%	23%	32%	17%

2011	6%	18%	5%	18%	32%	14%
------	----	-----	----	-----	-----	-----

Tabela 1: Taxa de inovação dos setores indústria extrativa e indústria de transformação no período de 2000 a 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PINTEC (2011).

Na tabela 1, pode ser identificado que a indústria de transformação possui uma taxa de inovação mais elevada em processos, e também um aumento no número de empresas que estão inovando em produtos e processos simultaneamente. Com relação à indústria extrativa, identificou-se uma taxa de inovação maior em processos, já que esse ramo é responsável pela extração de minerais.

6.2 Investimentos em P&D

Como já observado no item anterior, o número de empresas dos setores da indústria extrativa e indústria de transformação investindo em inovação tecnológica vem aumentando ao longo dos anos. Assim, na tabela 2 poderão ser analisadas as origens dos financiamentos de pesquisa e desenvolvimento para a criação e aperfeiçoamento de novos produtos e processos nas indústrias em análise.

Realizando um comparativo entre indústria extrativa e de transformação, quanto à fonte de financiamento de pesquisa e desenvolvimento nos produtos, processos e serviços, há um comportamento semelhante entre os dois setores. Os resultados da PINTEC (2011), apontam que a grande maioria das empresas utilizam recursos próprios para financiar as atividades de P&D, ressaltando que o setor extrativista, ao longo do período analisado poucas empresas utilizaram recursos de terceiros para esse fim.

Porém, o período de 2008 apresentou dados diferentes dos outros períodos analisados. As empresas que participaram da PINTEC nesse momento, em grande maioria também utilizavam recursos próprios para realizar estudos para incluir inovações em seus produtos, processos ou serviços, porém, 19% das empresas utilizou capital de terceiros, desses, 15% oriundos do setor privado.

Particularidades são observadas na indústria de transformação, em que, embora o número de empresas que utiliza capital próprio para financiar atividades inovativas seja representativo, nesse ramo, utiliza-se também capital de terceiros. Esse capital é oriundo tanto de agentes públicos quanto agentes privados, dando destaque para o ano de 2011, que cerca de 12% das empresas pesquisadas pela PINTEC, utilizaram recursos de terceiros públicos para financiar P&D.

Estrutura de financiamento das atividades de Pesquisa e desenvolvimento (%)								
	Indústria extrativa				Indústria de transformação			
	Próprias	De terceiros			Próprias	De terceiros		
		Total	Privado	Público		Total	Privado	Público
2000	99	1	-	1	88	12	4	8

2003	98	2	-	1	90	10	5	5
2005	98	2	-	2	92	8	1	6
2008	81	19	15	4	88	12	1	11
2011	99	1	1	-	85	15	12	2

Tabela 2: Estrutura de financiamento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Indústria extrativa e de transformação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PINTEC (2011).

A Tabela 2 revela que, em grande maioria, as empresas da indústria extrativa e de transformação, no período analisado, utilizaram recursos próprios para financiar as atividades de P&D. Porém, na indústria de transformação as empresas utilizam uma parcela maior de recursos de terceiros do que as empresas pertencentes ao ramo extrativista. Nesse caso, os recursos são oriundos tanto de agentes privados quanto de agentes públicos de financiamentos.

Levando em consideração que as empresas dos dois setores, em grande parte, utilizam recursos próprios para financiar as atividades de P&D, na Tabela 3 poderão ser analisados os números de pessoas que trabalham no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços e o número de empresas que investem em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento.

A indústria extrativa apresenta um número menor de empresas que participam da PINTEC, em relação à indústria de transformação, mesmo assim, os dois setores remontam, proporcionalmente, o mesmo patamar de pessoas trabalhando no desenvolvimento de atividades inovativas, embora apresentem uma taxa de inovação diferente. Porém, no ano de 2011, há um destaque para o número de pessoas com dedicação exclusiva nas atividades inovativas, com cerca de 22 pessoas por empresa.

O número de pessoas ocupadas com P&D em 2011, no setor extrativista é elevado quando comparado com os períodos anteriores, 3 (2000), 3 (2003), 12 (2005) e 8 (2008). Quanto ao número de pessoas que estão desenvolvendo atividades inovativas com dedicação parcial na indústria extrativa, segue o mesmo padrão do número de pessoas com dedicação exclusiva, no período analisado, como pode ser observado na Tabela 3.

No setor de transformação, existe um maior número de empresas e a taxa de inovação também é relativamente maior com relação a indústria extrativa. Além disso, a quantidade de pessoas que desempenham a atividade de P&D dentro da empresa vem aumentando ao longo do período analisado, passando de 4 pessoas por empresa em 2000 para 10 em 2011. Já com relação ao número de pessoas que desempenham atividades inovativas com dedicação parcial manteve-se relativamente constante ao longo do período.

Empresas que realizaram dispêndios nas atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento						
Período	Indústria extrativa			Indústria de transformação		
	Total de empresas	Número de pessoas ocupadas em Pesquisa e Desenvolvimento		Total de empresas	Número de pessoas ocupadas em Pesquisa e Desenvolvimento	
		Com dedicação exclusiva	Com dedicação parcial		Com dedicação exclusiva	Com dedicação parcial
2000	69	224	371	7 343	31 223	32 574
2003	76	246	146	4 865	32 339	19 246
2005	18	208	240	5 028	42 326	15 673
2008	100	776	482	4 122	42 801	13 084
2011	23	496	143	5 853	60 399	32 466

Tabela 3: Número de empresas que realizam dispêndios com P&D e número de pessoas envolvidas

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PINTEC (2011).

Na Tabela 3, pode-se observar o número de empresas que realizam dispêndios com atividades inovativas internas e capital humano com dedicação exclusiva e parcial para essas atividades. Nesse caso, nas duas indústrias observa-se um número maior de pessoas desempenhando a atividade de P&D com dedicação exclusiva. Ou seja, são responsáveis por desenvolver novos produtos, processos e serviços para a empresa melhor desempenhar seus serviços em tempo integral.

Na Figura 01 estão expostos os níveis de escolaridade das pessoas que trabalham na atividade de pesquisa e desenvolvimento nas indústrias de transformação e extrativa. Com foi observado na análise realizada através da Tabela 3, a indústria de transformação possui número maior de trabalhadores, porém, isso justifica-se por ter um número maior de empresas atuando.

Nos dois setores em análise identifica-se, no ano de 2011, um grande número de pessoas com ensino superior completo responsáveis pelo desenvolvimento de atividades inovativas. Ressaltando uma maior participação para a indústria de transformação com 62% dos responsáveis pelo P&D. Outro fato relevante é a proporção de pessoas com pós-graduação responsáveis pelo desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, maior na indústria extrativa (30%), quando comparado com a indústria de transformação (11%).

Analisando a evolução da escolaridade dos agentes responsáveis por desenvolver atividades inovativas, na indústria extrativa, há um aumento de cerca de 236% no número de pessoas com pós-graduação nesse setor de P&D, no período de 2000 a 2011. Já com relação às pessoas com nível médio, no período analisado, houve uma redução de 90%. Outro ponto a ressaltar, é que houve um aumento de cerca de 195% no número de pessoas que tem nível superior completo e são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades inovativas.

O mesmo comportamento é observado na indústria de transformação, porém

em patamares um pouco menores. Nesse caso, houve um aumento de 194% no número de pessoas com pós-graduação responsáveis por desenvolver atividades inovativas, o mesmo ocorre com as pessoas de nível superior, com um aumento de 186%. Da mesma forma como na indústria extrativa, o número de pessoas com nível médio caiu 49%, no período em análise.

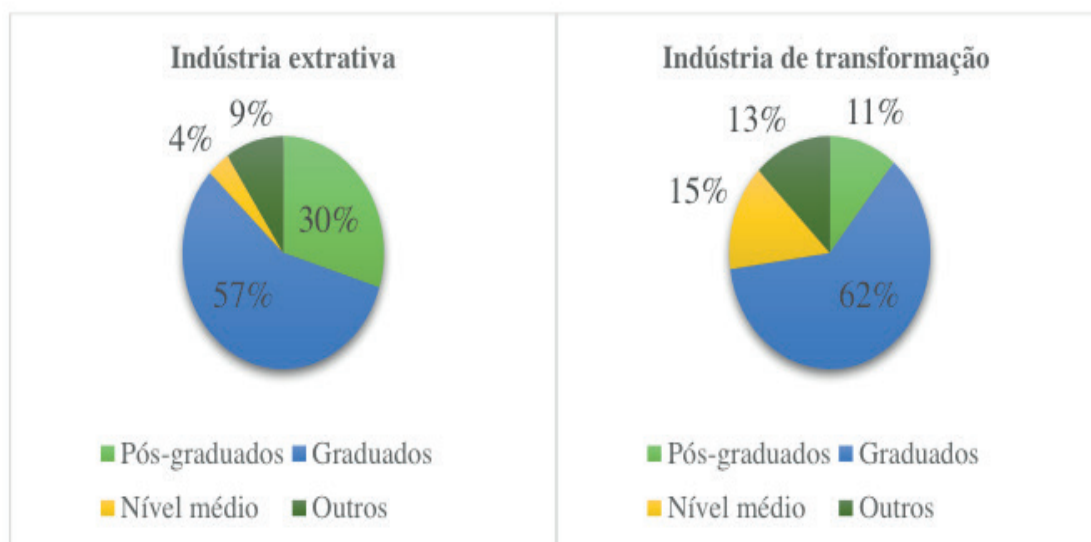


Figura 1: Nível de escolaridade das pessoas que trabalham com P&D, no ano de 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da PINTEC (2011).

Na Figura 1 estão expostos os níveis de escolaridade das pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de atividades inovativas nas empresas pertencentes à indústria extrativa e de transformação, no período de 2000 a 2011. Comparando os dois setores, a indústria extrativa possui um número maior de pessoas com pós-graduação desenvolvendo essas atividades, já com relação às pessoas com nível superior, a indústria de transformação tem mais representatividade.

6.3 Participação dos produtos, processos ou serviços novos no faturamento das empresas

Como já identificado anteriormente, a indústria extrativa teve uma amostra menor na PINTEC quando comparado com a indústria de transformação. Na Tabela 4, pode ser identificado o número de empresas que de fato conseguiram implementar um produto novo ou aprimorado no mercado e o quanto esses produtos representam nas vendas totais da empresa das indústrias extrativa e de transformação.

Com relação a implementação de produtos com caráter inovativo, na indústria extrativa, em média no período analisado, cerca de 7% das empresas implantaram novos produtos no mercado. A partir da inserção desses produtos novos ou aprimorados no mercado, no ano de 2000, essas vendas representaram até 40% do total comercializado por 46 das 92 empresas que investiram em atividades de P&D e chegaram ao produto final.

Nos períodos seguintes, de 2003 a 2011, a maioria das empresas que implementaram um produto novo ou aprimorado no mercado, obtiveram mais de 40% de suas vendas originadas da comercialização desses novos produtos. Com destaque para o ano de 2008, em que das 214 empresas que chegaram ao produto final, 157 alcançaram essa proporção nas vendas totais.

A indústria de transformação representa um número maior de empresas que participaram da PINTEC. Das empresas que investiram em atividades inovativas e P&D, em média no período analisado, cerca de 20% conseguiram implementar o produto inovador ou aprimorado no mercado. Em comparação com a indústria extrativa, as empresas da indústria de transformação tiveram maior êxito em comercializar novos produtos, visto que foi identificado maior número de pessoas trabalhando, melhor taxa de inovação e um número mais elevado de empresas que investem em atividades inovativas.

Nesse setor da economia, os produtos novos ou aprimorados implementados no mercado representaram de 10 a 40% das vendas totais das empresas responsáveis pela comercialização, no ano de 2000. Nos períodos seguintes as vendas de produtos inovativos continuaram representando esse mesmo patamar das vendas totais das empresas. Com destaque também para o ano de 2008 que, das 23.059 empresas que implementaram produtos novos, 10.241 tiveram até 40% das vendas totais oriundas da comercialização desses produtos gerados através de atividades inovativas.

Indústria extrativa						Indústria de transformação				
Empresas		Participação percentual dos produtos tecnologicamente novos ou substancialmente aprimorados no total das vendas internas			Empresas		Participação percentual dos produtos tecnologicamente novos ou substancialmente aprimorados no total das vendas internas			
		Até 10%	De 10 a 40%	Mais de 40%			Até 10%	De 10 a 40%	Mais de 40%	
	Total	Que implementaram produto				Total	Que implementaram produto			
2000	1729	92	19	46	28	70277	12566	2663	6141	3761
2003	1888	118	17	38	63	82374	17028	3621	6885	6522
2005	1849	118	21	31	65	89205	17666	3641	7026	7000
2008	2076	214	18	39	157	100612	23059	4463	10241	8354
2011	2421	144	21	16	107	114212	19212	5688	8948	5355

Tabela 4: Participação de inovações no faturamento das empresas da indústria extrativa e de transformação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PINTEC (2011).

A Tabela 4 demonstra que a indústria de transformação foi mais eficaz em

transformar atividades em P&D em produtos finais. Isso, pois cerca de 20% das empresas participantes da PITEC implementaram produtos novos ou aprimorados no período de 2000 a 2011. Porém, em comparação com a indústria extrativa, a indústria de transformação obteve uma parcela menor das vendas com os produtos novos, de 10 a 40% em todo o período, e a indústria extrativa conseguiu uma parcela superior a 40%.

6.4 Dificuldades para inovar

Com uma taxa de inovação mais elevada, a indústria de transformação também possui um número maior de empresas atuando e desenvolvendo produtos com caráter inovador. Porém, com a PINTEC foram identificados alguns empecilhos que tornar a atividade inovativa mais onerosa, como exposto nas figuras 2 e 3.

Na indústria de transformação, os problemas que tem alto grau de impacto nas atividades inovativas da empresa são elevados custos de inovação para as atividades de P&D, riscos econômicos excessivos de se colocar um produto novo no mercado e escassez nas fontes de financiamentos para investir nesse tipo de atividade dentro da empresa. Segundo as empresas participantes da PINTEC (2011) esses são os obstáculos que mais interferem no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços.

Porém, ainda existem outros empasses na atividade inovativa, embora menos relevantes, ainda sim atuam como inibidores no processo de criação. Dentre eles, as empresas da indústria de transformação citaram rigidez organizacional para desenvolver novos produtos e falta de informação sobre tecnologias. Outro ponto ressaltado pelas empresas que interfere no processo de inovação é a resposta dos consumidores aos produtos novos lançados, por isso as empresas estão aumentando as inovações em processos para diminuir custo ao invés de dispor de cada vez mais produtos no mercado.

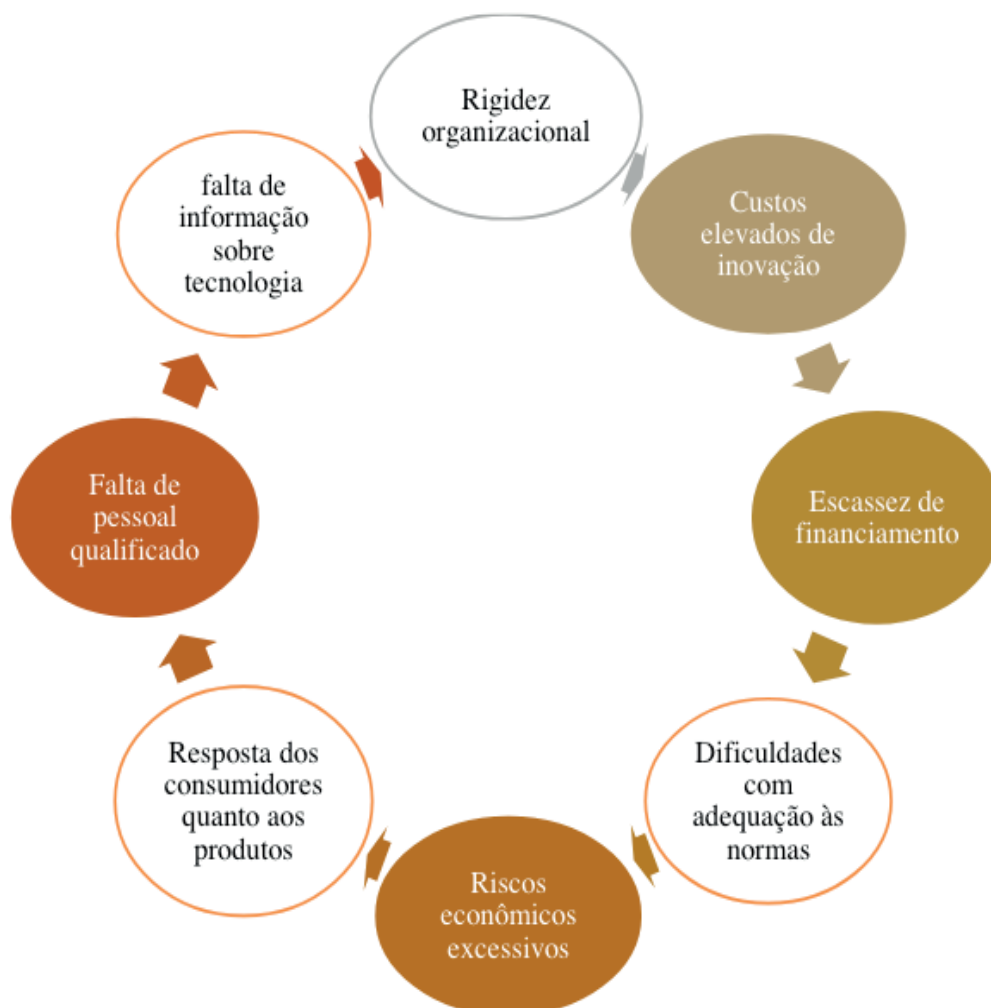


Figura 2: Principais problemas encontrados pelas empresas da indústria de transformação para inovar, em 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PINTEC (2011).

Sendo assim, como exposto na figura 2, para a indústria de transformação, os obstáculos das atividades inovativas são causados em grande parte por escassez de financiamentos, falta de pessoal qualificado para desempenhar a atividade, custos de inovação elevados, e também os riscos econômicos elevados, ou seja, o comportamento do mercado gera certa dúvida para as empresas que pretendem implementar produtos novos.

Para a indústria extrativa as dificuldades enfrentadas são as mesmas, porém os gestores têm opiniões diferentes sobre quais geram maior impacto nas atividades de P&D. Nesse caso, os problemas mais enfrentados pelas empresas desse setor e que impactam negativamente na geração de novos produtos são falta de informação sobre tecnologia, para implementar os produtos. O custo elevado de inovação também foi citado como um fator impactante na implementação de atividades de P&D, já que também gera distorções nos custos totais da empresa.

Outros pontos também identificados como inibidor de inovação nas empresas da indústria extrativa foram a escassez de financiamentos para investir no desenvolvimento de atividades inovativas, bem como falta de pessoal qualificado, e

dificuldades com adequação às normas vigentes e que regem a produção de todos os setores. Como fator limitante, os riscos inerentes aos movimentos da economia trazem incertezas para os gestores na hora da decisão de investir mais em atividades de P&D.

Diferentemente do ocorrido com a indústria de transformação, na indústria extrativa, as empresas citaram apenas dois pontos em que os gestores concordaram que não impactam de forma tão agressiva nas atividades inovativas. Esses são a rigidez organizacional e a resposta dos consumidores quanto aos produtos novos.

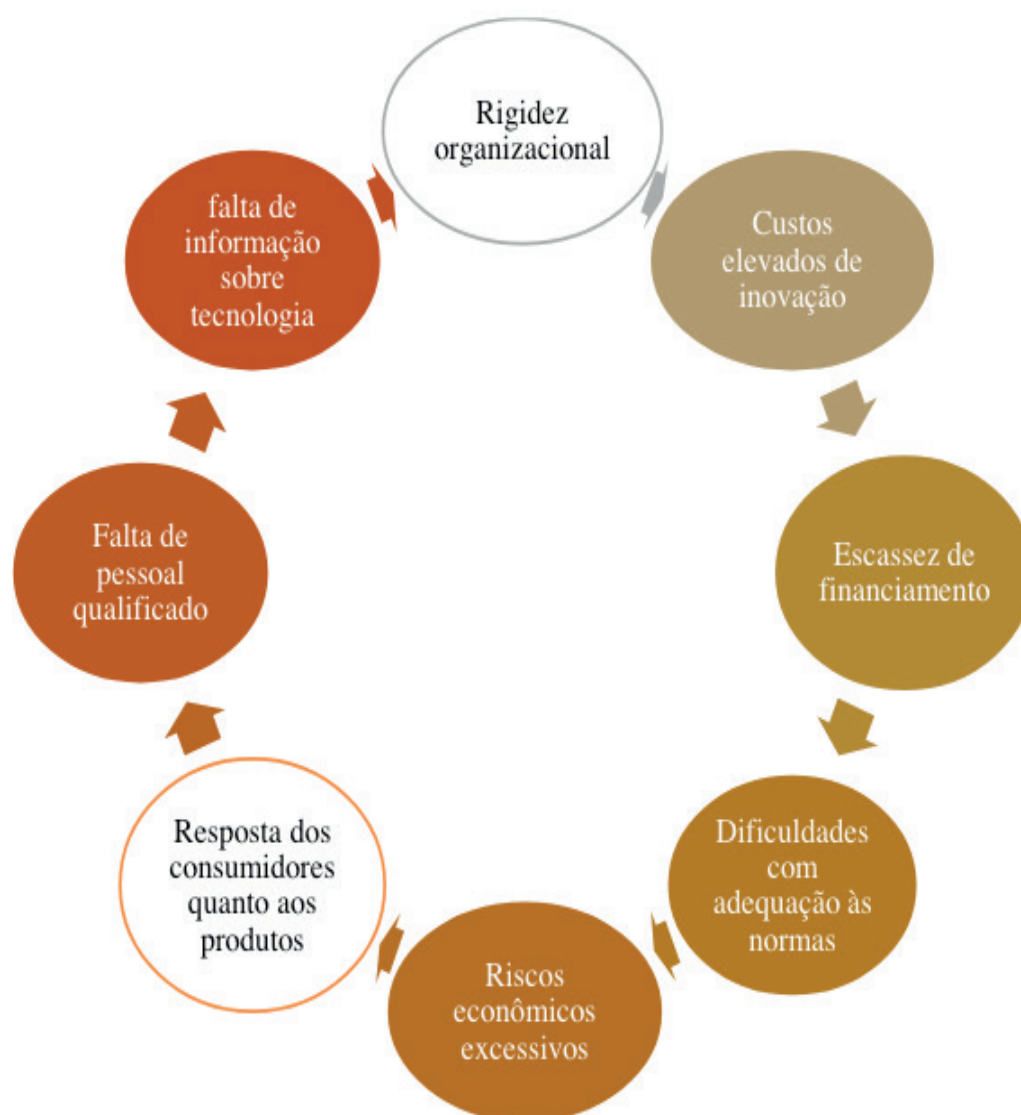


Figura 3: Principais problemas encontrados pelas empresas da indústria extrativa para inovar, em 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da PINTEC (2011).

Como exposto na figura 3, as empresas da indústria extrativa citam diversos pontos decisivos que afetam negativamente nas atividades inovativas das empresas. São eles riscos econômicos excessivos, dificuldade com adequação às normas de produção, escassez de financiamentos para investir nessas atividades, bem como custos elevado, falta de pessoal qualificado e falta de informação sobre as tecnologias

disponíveis.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, o desenvolvimento de inovações tanto de produto, processos ou serviços tem um papel fundamental para a manutenção da competitividade das empresas em todos os setores. Embora não seja uma tarefa fácil, um novo processo dentro de uma organização pode ser responsável por redução de custos, facilitando uma maior lucratividade, além disso, um produto ou serviço novo comercializado no mercado pode alavancar as vendas, visto que os consumidores estão, cada vez mais, em busca por novidades.

A Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC, desenvolvida pelo IBGE, é importante ferramenta que mensura os dados sobre inovação no mercado brasileiro mensurando inovações por processo e por produto, fazendo uma relação com o porte da empresa a partir do número de empregos. Mensura inovação com dados sobre inovação interna e inovação por aquisição de máquinas ou equipamentos. Apresenta números sobre empresas que inovam nos seguimentos Indústrias Extrativas e de Transformação, Eletricidade e Gás e Serviços.

Sendo assim, em uma análise com os dados coletado pela PINTEC, foi realizado com um comparativo do nível de inovação tecnológica dos setores de indústria de transformação e indústria extrativa brasileiros. A partir disso, os resultados indicam que, o setor extrativista possui uma taxa de inovação mais expressiva em processos, ou seja, um maior número de empresas tem desenvolvido novos processos para a empresa, ao invés de novos produtos. O mesmo ocorre na indústria de transformação.

Com relação às formas de investimentos das atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, os dois setores da indústria têm uma estrutura de financiamento baseada em capital próprio. Além disso, identificou-se um aumento do número de pessoas trabalhando com dedicação exclusiva para atividades de P&D na indústria extrativa, enquanto que na indústria de transformação, o número de pessoas desenvolvendo atividades inovativas em tempo integral manteve-se relativamente constante no período analisado.

A partir das atividades de P&D, apenas 7% das empresas da indústria extrativa implementaram os produtos, processos ou serviços novos ou aprimorados no período de 2000 a 2011. E a comercialização destes representaram mais de 40% da receita total das empresas que obtiveram êxito na implementação. Na indústria de transformação, cerca de 20% das empresas chegaram a fase de implementação dos produtos novos gerados com atividades inovativas, e estes representaram de 10 a 40% das vendas totais da empresa.

Os gestores das empresas da indústria de transformação identificaram que os custos elevados de inovação, a escassez de financiamentos, a falta e pessoal qualificado e os riscos econômicos excessivos são os principais fatores inibidores do

processo inovativo dentro da organização. Já a indústria extrativa citou os mesmos problemas e ainda ressaltou a dificuldade de adequação às normas e a falta de informação sobre tecnologia a ser utilizada nas atividades inovativas.

Como sugestões para estudos futuros, indica-se a utilização da base de dados da PINTEC 2014, a ser lançada, e analisar o setor de serviço e eletricidade e gás, para realizar uma análise de todo o setor industrial brasileiro.

REFERÊNCIAS

AVELLAR, A. P. Políticas de inovação no Brasil: uma análise com base na PINTEC 2008. **Economia & Tecnologia**, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília, DF, 2012.

BRITO, J. Diversificação, competência e coerência produtiva . Concentração Industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus , 2002.

BRITO, E. P. Z; BRITO, L. A. L; MORGANTI, F. INOVAÇÃO E O DESEMPENHO EMPRESARIAL: LUCRO OU CRESCIMENTO?. **RAE-eletrônica**, v. 8, n. 1, 2009.

CAMPOS, B. C. Aspectos da padronização setorial das inovações na indústria Brasileira: uma análise multivariada a partir da pintec 2000. In CONGRESSO DA ANPEC. **Anais** 2005.

CAVALCANTE, L. R; DE NEGRI, F. Trajetória recente dos indicadores de inovação no Brasil. Texto para Discussão, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2011.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDO ECONOMICOS – DEPECON. Panorama da indústria de transformação brasileira. 3ª edição. Março de 2014.

DORNELAS, J; **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

JUNIOR, S. K; PORTO, G. S; PAZELLO, E. T. Inovação na Indústria Brasileira: Uma análise Exploratória a partir do PINTEC. Revista Brasileira de Inovação. 2004.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6º ed. São Paulo: Atlas 2005.

LIMA, M. H. R. (2007), Capítulo 2 - A indústria extrativa mineral: algumas questões socioeconômicas da mineração, In: Fernandes, Francisco; Castilhos, Zuleica; Luz, Adão Benvindo da; Matos, Gerson (eds.), Tendências Tecnológicas – Brasil 2015 - Geociências e Tecnologia Mineral, Parte 3 - Questões Sistêmicas, CETEM-Centro de Tecnologia Mineral, Rio de Janeiro.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, G. A taxa de inovação nos setores de Alta Intensidade Tecnológica: uma análise a partir da PINTEC 2003. IV Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia PUC/SP, 2006.

PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PINTEC 2000-2011. Disponível em: <www.pintec.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PINTEC. Metodologia 2011. Disponível em: <http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/METODOLOGIA/Manual%20de%20Instrucoes%20para%20Preenchimento%20do%20Questionario/manual_de_instrucoes_pintec_2011.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

ROCHA, E. M. P. D.; DUFLOTH, S. C. Análise comparativa regional de indicadores de inovação tecnológica empresarial: contribuição a partir dos dados da pesquisa industrial de inovação tecnológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 14(1), 192-208, 2009.

ROCHA, E. M. P.; FERREIRA, M. A. T. Análise dos indicadores de inovação tecnológica no Brasil: comparação entre um grupo de empresas privatizadas e o grupo geral de empresas. **Ciência e Informação**, Brasília, 30(2), 64-69, 2001.

SÁENZ, T. W.; PAULA, M. C. D. S. Considerações sobre indicadores de inovação para América Latina. **Interciencia**, 27(8), 430-437, 2002.

SOUSA, L. G. de. **Economia industrial**. EUMED, Edição digital, 2005.

TIDD, J; BESSANT, J; PAVITT, K. Gestão da inovação. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIRONI, L. F.; CRUZ, B. de O. Inovação incremental ou radical: há motivos para diferenciar? Uma abordagem com dados da PINTEC. 2008.

TIRONI, L. F; KOELLER, P. Financiamento público à inovação segundo a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC). 2006.

VIEIRA, K. P; ALBUQUERQUE, E. M. O financiamento às atividades inovativas na região nordeste: uma análise descritiva a partir dos dados da Pintec. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, 2007.

MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT

Caroline Conteratto

Economista, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolineconteratto@hotmail.com

Laura Possani

Engenheira Agrônoma, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: laurapossani@gmail.com

Gabrielli do Carmo Martinelli

Contadora, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gabrielli_martinelli@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste estudo foi avaliar o potencial competitivo e estratégico das agroindústrias familiares rurais do município de Constantina – RS, afim de identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças nos ambientes internos e externos em que as agroindústrias estão inseridas. Para a realização deste estudo foi utilizado à ferramenta SWOT (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats*) em 21 agroindústrias familiares rurais localizadas no município estudado. Para atender o objetivo proposto, optou-se por realizar um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, utilizando dados primários por meio da aplicação de questionários e

entrevistas *in loco*. A utilização do método SWOT proporcionou constatar os principais pontos fortes e fracos de cada agroindústria familiar, além de identificar a natureza e a dimensão dos problemas enfrentados por agentes principais. Assim corrobora para definições estratégicas que possibilite a expansão de mercados e a segurança alimentar local. Dentre os principais resultados, notou-se no ambiente externo, que os agricultores tem oportunidades como inserção social e uma boa relação com seus consumidores, entretanto veem como ameaças as exigências dos órgãos responsáveis pelas inspeções sanitárias e a vulnerabilidade quanto as concorrentes que tem maior produção e maior potencial para investimento. No ambiente interno, os agricultores afirmam que suas principais forças mediante ao seu empreendimento ocorrem por meio de uma produção de qualidade, o bom relacionamento entre os sócios. No entanto, apontaram fraquezas como a falta de mão de obra, a demanda não suprida em sua totalidade e a falta de sucessão familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agroindustrialização, mercados de proximidade, reciprocidade.

MANAGEMENT MODEL FOR RURAL FAMILY AGROINDUSTRIES USING THE SWOT METHOD

ABSTRACT: The objective of this study was to evaluate the competitive and strategic potential of the rural family agroindustries of the municipality of Constantina - RS, in order to identify the strengths, weaknesses, opportunities and threats in the internal and external environments in which agroindustries are inserted. For this study, the SWOT tool (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) was used in 21 rural family agroindustries located in the studied municipality. To meet the proposed objective, we chose to conduct a case study with a qualitative-quantitative approach, using primary data through the application of questionnaires and interviews in loco. The use of the SWOT method showed the main strengths and weaknesses of each family agroindustry, as well as identifying the nature and dimension of the problems faced by the main agents. This corroborates strategic definitions that allow the expansion of markets and local food security. Among the main results, it was noted in the external environment that farmers have opportunities such as social insertion and a good relationship with their consumers. However, they see as threats the demands of the sanitary inspection bodies and the vulnerability as the competitors that have the highest production and greater potential for investment. In the internal environment, farmers claim that their main strengths through their venture occur through quality production, good relationship between the partners. However, they pointed to weaknesses such as the lack of manpower, the demand not supplied in full and the lack of family succession.

KEYWORDS: Agro-industrialization, proximity markets, reciprocity.

1 | INTRODUÇÃO

Desde os primórdios a agricultura é um dos importantes setores da economia geradora de renda para sociedade. Na atual época, um terço da população economicamente ativa obtém o sustento da agricultura, sendo que mais de 60% de toda a força de trabalho concentra-se neste setor (FAO, 2017). Isso acentua-se na medida que a modernização agrícola evolui através do aprimoramento na escala de produção, consequência das inovações em máquinas, equipamentos e genética.

No entanto, essas evoluções nem sempre atingem todas as classes de produtores rurais, ficando uma parte à mercê desse processo de modernização, especialmente os pequenos produtores familiares que possuem dotações de recursos limitados, pequenos campos, mão de obra apenas familiar (MOSER; BARRETT, 2006; NILES; BROWN, 2017). Isso acaba exigindo estratégias competitivas que proporcionem a esses atuarem lucrativamente no mercado de capitais, sendo agroindústrias familiares uma alternativa (LIMA *et al.*, 2013).

A viabilização da produção agroalimentar surgiu após o período desordenado de modernização que, em larga escala serviu para expandir empreendimentos de grande porte. Todavia, no processo de desenvolvimento rural mais recente, a

pluriatividade foi uma prática que contribuiu para retirar os produtores e seus familiares da marginalidade e da linha da pobreza. Além da exploração agropecuária, esse tipo de prática desenvolve atividades voltadas ao turismo rural e artesanato, contribuindo sobre tudo para a agregação de valor aos produtos agroalimentares (SIMIONI *et al.*, 2016).

A produção de alimentos agroindustrializados atualmente tornou-se uma importante área de análise, essencialmente quanto a sua oferta, bem como a discussão voltada aos agentes responsáveis pelas agroindústrias familiares rurais. Tacitamente observou-se problemas com a crise na distribuição de alimentos durante a greve dos caminhoneiros deste ano, o que deixa evidente a importância da produção de alimentos locais e sua relevância para a segurança alimentar das comunidades onde estão inseridas, corroborando com a relevância deste estudo.

De modo geral a perspectiva da transformação do produto, junto ou advindo dos mercados locais, ganha força sobretudo quando o consumidor passa a se preocupar com a origem e a qualidade dos alimentos. Os debates em torno da segurança alimentar, a nível internacional, ganharam força nos últimos dez anos, sobretudo pela sua associação com a temática do combate à fome (WESTING, 2010; BENNETT, 2010).

Nas últimas décadas a produção de alimentos no mundo, inclusive a agroindustrialização, está se mostrando como uma alternativa de diversificação para quem vive no campo, além de ser mais uma estratégia de subsistência para aqueles que neste meio habitam. A este respeito afirma Ploeg (2011), que as falhas de mercado assim como as emergências do desenvolvimento rural muitas vezes devem ser solucionadas de maneira local, ainda que os problemas sejam globais.

Neste sentido, o município de Constantina-RS possui um potencial significativo quando se trata da produção agroalimentar, devido as tradições de manejo oriundas dos antepassados imigrantes europeus que utilizavam de um estilo de vida onde usava-se todos os fatores de produção disponíveis na propriedade.

Diante do contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar o potencial competitivo e estratégico das agroindústrias familiares rurais do município de Constantina – RS, afim de identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças nos ambientes internos e externos em que as agroindústrias estão inseridas.

Portanto, este trabalho está dividido em três seções além desta parte introdutória. A seção dois apresenta o referencial teórico com destaque para agroindústria familiar e a matriz SWOT. Nas seções 3 e 4 são definidos os procedimentos metodológicos e resultados e discussão, respectivamente. Por fim, apresenta-se as considerações finais e as referências que embasaram o estudo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A matriz SWOT ou também entendida como matriz FOFA, é definida por Santana (2005) como uma contribuição para o planejamento das cadeias de suprimentos agroindustriais. A matriz SWOT é composta por um ambiente competitivo que contempla o ambiente interno associado ao âmbito microeconômico, em que estão os pontos fracos e pontos fortes e pelo ambiente externo ligado aos fatores macroeconômicas onde encontram-se as ameaças e as oportunidades.

Todavia a matriz SWOT tornou-se um instrumento para fazer um diagnóstico geral com base na minimização dos pontos fracos e para a maximização das oportunidades, através dela ainda acontece a prospecção de novos mercados e a relação com o ambiente por meio das responsabilidades sobre a marca, considerando a rotulagem, certificação e os demais aspectos competitivos (COSTA; SABBAG, 2015).

Para Barbosa *et al.*, (2011) as quatro variáveis que compõe a Matriz SWOT são indispensáveis para a análise do mercado em uma empresa, além de fornecer um melhor desempenho ao gestor, ainda permite ampliar a visão de posicionamento no mercado por meio da captura de informações e com base nestas traçam estratégias.

Deste modo Barroso *et al.*, (2015) entendem que a análise SWOT vem da abreviação de *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (SWOT). Descrevem que a ferramenta tem grande propósito quando utilizada, pois é prática e seus resultados são indispensáveis para entender o ambiente em que a empresa opera.

Nesta perspectiva descrevem Barollo *et al.*, (2015), que a análise SWOT serve como referência para a fidelização dos clientes, monitoramento do mercado e manter uma boa reputação do empreendimento no ambiente dos negócios. A ferramenta fornece uma indispensável preparação para atacar de forma agressiva as ameaças e atentar para as oportunidades.

Antecipar os acontecimentos e converter os problemas em soluções estão entre os principais desafios no mundo dos negócios. Para tanto Fernandes (2012) reitera que contribuição da matriz SWOT apresenta uma reflexão sobre o potencial das empresas e uma atenção ao desempenho de suas atividades, além disso a importância da adequação as constantes mudanças dos mercados.

Deste modo Kaczam *et al.*, (2015) enfatizam que a análise SWOT fortalece o estudo dos aspectos que influenciam o mercado. Através da referida análise, torna-se possível a investigação dos cenários econômicos que associados as informações dos fatores críticos e de sucesso promovem a manutenção dos empreendimentos por meio de estratégias envolvendo-se frequentemente nas exigências das consumidores.

Convém destacar que a análise do ambiente externo é indispensável quando tem-se a participação no mercado, desta forma deve-se ainda considerar os fatores culturais, legislativos, políticos e imprescindivelmente as tendências comerciais

predispostas (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

O recurso oferecido pela análise SWOT é um meio prático de formulação de estratégias para alavancar as virtudes e expulsar as fraquezas, intensificando-se através de um diagrama de informações que facilitam a construção e os resultados da análise (LAMENHA; PATRÍCIO, 2014).

Desta maneira, a matriz SWOT tem sido ferramenta de análise para estudos voltados aos pequenos produtores rurais, afim de entender as estratégias adotadas e seu posicionamento no mercado de capitais. Marrocos *et al.*, (2018) utilizou a análise SWOT para diagnosticar as características e benefícios socioambientais dos padrões de certificação das propriedades produtoras de cacau na conservação da Mata Atlântica, no Estado da Bahia. O emprego da Análise SWOT permitiu identificar que um dos pontos fortes semelhantes entre as propriedades produtores são o emprego de sistemas de melhoria contínua e os pontos fracos, relaciona-se aos custos de implantação e a manutenção da certificação.

Já Oliveira *et al.*, (2014) elaborou um estudo com o objetivo de conhecer o cenário da comercialização e a produção da agroindústria PALMASA na cadeia produtiva do dendê de forma integrada, localizadas no estado do Pará. Após a análise concluiu-se que as 98 agroindústrias necessitam melhorar o processo de beneficiamento do óleo da palmiste e integra-lo em toda a cadeia agroindustrial.

Outro estudo foi feito por Souza; Lourenzani, (2011) em agroindústrias produtoras de amendoim na região de Tupã e Marília, em que objetiva identificar as principais barreiras e oportunidades existentes para a cultura. Para tanto, observou-se a necessidade de ações conjuntas entre todos os elos para trabalhar os pontos fracos e as ameaças que a cultura enfrenta, inibindo manipulação de preço, comportamento oportunista, quebra de contratos, entre outros gargalos impedem o crescimento do sistema.

Contudo, pode-se observar que a matriz SWOT serve como método de mensuração em diversos objetos de pesquisa, além disso, auxilia em avaliar o desenvolvimento regional e o desempenho econômico-financeiro de uma cadeia produtiva, bem como a competitividade e as estratégias internas ou externas para subsidiar os pequenos produtores rurais na tomada de decisão (GRUBER; SHIKIDA, 2011).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia aplicada a este estudo buscou contemplar os objetivos propostos através de um caminho na qual se utilizará de uma pesquisa de natureza aplicada, que objetiva explorar a configuração dos atores e dos estabelecimentos do segmento em questão, de modo que este estudo terá uma abordagem qualitativa.

Este trabalho terá uma abordagem qualitativa, os quais Silveira e Córdoba (2009, p. 31) tratam que “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade

numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc...”.

O estudo foi realizado no município de Constantina-RS, geograficamente situado na região norte do Rio Grande do Sul. Buscou-se estudar as propriedades que produzem e transformam alimentos, e posteriormente são comercializados nas próprias agroindústrias, domicílios, supermercados, feiras locais e estaduais. Ainda, em linhas gerais, o intuito deste trabalho foi o de investigar a configuração das propriedades e/ou dos agentes responsáveis pela oferta destes produtos locais.

O município de Constantina (RS) abrange uma área de 203 Km², com população predominantemente residindo na zona urbana, no entanto a população que habita na zona rural esta acima da média dos demais municípios do estado. Os dados do censo demográfico de 2010 revelam esses números. Cerca de 34% dos habitantes residem na área rural e 66% residentes no perímetro urbano (IBGE, 2017). A escolha dessa área de estudo baseia-se na importância socioeconômica que as agroindústrias de pequeno porte apresentam para a economia local e regional deste município.

Como amostra da pesquisa escolheu-se 21 agroindústrias familiares que atuam no segmento de industrialização de produtos agropecuários. Para atingir o objetivo proposto desse trabalho foram feitas visitas *in loco* durante o mês de maio de 2017 para entrevistar os proprietários das agroindústrias familiares considerados pequenos produtores rurais. Torna-se importante destacar que os estabelecimentos analisados situam-se no município de Constantina-RS e que as 21 agroindústrias referem-se a 100% das agroindústrias transformadoras de produtos agroalimentares. Estas agroindústrias produzem embutidos de carne suína, derivados de leite e cana-de-açúcar, biscoitos, massas além disso são produtores de hortifrutigranjeiros.

Ainda, para dar suporte à construção deste trabalho foram utilizadas consultas bibliográficas, artigos científicos, periódicos, entre várias abordagens de autores da área estudada. Para a realização das entrevistas utilizou-se de um roteiro de pesquisa contendo questões abertas e fechadas que foram realizadas com intuito de captar o comportamento de questões chaves sobre o potencial competitivo e estratégico das agroindústrias familiares rurais de Constantina-RS.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta análise realçou a importância da diversificação na agricultura familiar, também ressalta as limitações que assolam as famílias nas pequenas propriedades, pois possuem uma elevada carga de responsabilidade na oferta de alimentos de qualidade, tornando-se cada vez mais indispensáveis os atributos como valorização e subsídios através de políticas públicas e de fortalecimento das agroindústrias familiares rurais.

Como apontado pelos entrevistados os principais fatores determinantes nesta atividade são a qualidade e aparência dos produtos ofertados, que em consonância

com a boa relação aos consumidores gera confiança e reciprocidade.

Entre as potencialidades da atividade majoritariamente um percentual importante dos entrevistados evidenciaram o aumento da produção, o acesso ao crédito e o aumento da renda familiar. Estes apontamentos estão estreitamente relacionados, uma vez que a agroindústria, considerando as do município de Constantina-RS, objeto do estudo, dão uma dinâmica diferenciada às propriedades rurais.

Entre principais fatores limitantes os entrevistados apontam a dificuldade de sucessão familiar, a dificuldade de gerar novos produtos na agroindústria, o atendimento à legislação sanitária e ambiental, fatores também identificados em outros estudos envolvendo a agroindústrias rurais. De modo que os produtores preferem operar informalmente para não arcar com os custos de padronização exigidos pelas instituições fiscalizadoras, que mesmo na informalidade conseguem comercializar pelos critérios de confiança e fidelidade aos seus clientes que são tradicionais.

Como consideração a este segmento destacam-se as demandas como maiores incentivos governamentais para a produção orgânica e de maneira sustentável, como o maior incentivo para a comercialização via merenda escolar, também como a promoção da assistência técnica, da extensão rural, chamadas públicas e incentivo ao crédito, frisando que é muito importante como visto nos resultados a importância do associativismo e das cooperativas para alcançar questões de formalística e de comercialização. (Quadro 1).

	Pontos Positivos	Pontos Negativos
	Forças	Fraquezas
Ambiente Interno	<ul style="list-style-type: none"> Produção de qualidade Possui capital de giro para emergências a curto prazo Matéria prima de qualidade Possui uma boa infraestrutura Boa organização econômica da agroindústria Fazem a gestão do seus negócios Cursos de boas práticas de produção Busca por atualização constante Uso de equipamentos e roupas adequadas para o manejo Produção artesanal Produção orgânica Bom retorno financeiro com a atividade Vende o produto somente quando está nos padrões estabelecidos pela agroindústria 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de mão de obra A demanda não é suprida em sua totalidade Gostariam de ter assistência técnica por parte do governo local Falta de licenciamento Operam informalmente Falta de capital de giro Baixa escolaridade Falta de tempo para a melhor gestão do negócio Não atendem todas as exigências do SIM devido ao alto custo dos investimentos Em alguns casos falta matéria prima Não possuem selo de certificação Os filhos optaram não trabalharem na propriedade Não possui tecnologia adequada

	União e bom relacionamento entre os sócios As idéias são debatidas entre todos do grupo societário Transparência na produção	Não possui sempre todos os produtos que os consumidores demandam Falta de sucessão familiar
	Oportunidades	Ameaças
Ambiente Externo	Visitação aberta na propriedades para os consumidores. Buscam saber sobre a satisfação dos clientes Boa relação com os consumidores Adapta-se as preferências dos clientes Fazem marketing dos seus produtos através dos meios eletrônicos Buscam fidelizar os consumidores Adapta-se as exigências da Inspetoria Possuem crédito nas instituições financeiras Adaptam-se as novas tecnologias Adaptam-se as exigências do mercado Buscam a fidelização dos consumidores Produzem novidades Maior inserção social	Concorrência desleal Concorrentes melhores estruturados tanto no espaço físico como financeiramente Pouco tempo no mercado Fiscalização ambiental e sanitária Mudanças climáticas no caso dos hortifrutigranjeiros Os pequenos empreendimentos são vulneráveis as agroindústrias que te maior produção. Taxa de juros elevada Exigências dos órgão responsáveis pelas inspeções Exigências tecnológicas Novas legislações impostas pelos governos Falta de acesso as políticas públicas desenvolvidas para este segmento

Quadro 1- Matriz SWOT das agroindústrias familiares rurais de Constantina-RS

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A análise SWOT nos possibilita identificar os fatores que influenciam positivamente ou negativamente na estratégia competitiva adotada pelos agricultores familiares, essa análise tem sido utilizada em muitas pesquisas que envolvem o tema agricultura familiar (NICHELE e WAQUIL, 2011; SULZBACHER e NEUMANN, 2011; COSTA e SABBAG, 2018), demonstrando a relevância de pesquisas como esta.

Observamos que uma das principais fraquezas citadas pelos produtores familiares foi a questão da informalidade, ou seja, a dificuldade relacionada as questões de fiscalizações, segundo Nichele e Waquil (2011), em seu trabalho sobre agroindústria familiar rural e o enfoque na teoria das convenções, descrevem que muitos agricultores que possuem agroindústrias familiares mesmo não conseguindo atingir a padronização legal exigida pelos órgãos de fiscalização acabam por buscar a garantia de qualidade de seus produtos através do marketing do “boca-a-boca”, onde a qualidade é confirmada por quem já consumiu o produto, os autores concluíram ainda que “mesmo com garantias legais e alvarás sanitários a garantia baseada na confiança uns nos outros, é a que mais vale...” (NICHELE e WAQUIL, 2011, p. 6). Conforme observado na conclusão dos autores Nichele e Waquil (2011),

eis que ressaltamos como a confiança entre as partes, baseada na boa relação com os consumidores à qual foi citada como uma das oportunidades pelos entrevistados é de fato importante para as transações de comercialização de produtos das agroindústrias.

Outro trabalho que nos auxilia na análise desses fatores é dos autores Sulzbacher e Neumann (2011), no qual eles buscaram analisar a organização social em prol da rede de agroindústrias familiares de Constantina, para os autores, as principais mudanças observadas no município com a criação das agroindústrias é na segurança alimentar e na geração de renda e trabalho nas unidades de produção familiar. Demonstrando que as forças e oportunidades citadas pelos entrevistados acabam por garantir a qualidade e segurança alimentar local.

Mesmo que se os entrevistados tenham citado como ameaças as questões relacionadas as políticas públicas, este problema.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto da relevância das agroindústrias familiares como segmento que tem papel ativo no desenvolvimento rural e da sua importância quanto a segurança alimentar local, buscou-se neste artigo analisar o potencial competitivo e estratégico das agroindústrias familiares rurais do município de Constantina-RS. Também buscou-se identificar a visão dos agricultores sobre algumas questões que podem ser percebidas por eles como positivas e que podem ser potencialidades para a manutenção e expansão da agroindustrialização, bem como fatores que dificultam, e/ou se transformam-se em entraves para o desenvolvimento da atividade.

Em linhas gerais percebem-se características importantes, ou seja, a agroindustrialização de produtos como, embutidos de carne suína, derivados de leite, derivados de cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros e panificados.

Notou-se no ambiente externo, que os agricultores tem oportunidades como inserção social e uma boa relação com seus consumidores, entretanto veem como ameaças as exigências dos órgãos responsáveis pelas inspeções sanitárias e a vulnerabilidade quanto as concorrentes que tem maior produção e maior potencial para investimento. No ambiente interno, os agricultores afirmam que suas principais forças mediante ao seu empreendimento ocorrem por meio de uma produção de qualidade, o bom relacionamento entre os sócios, o bom retorno financeiro com a atividade, no entanto apontaram fraquezas, cujas a falta de mão de obra, a demanda não suprida em sua totalidade e a falta de sucessão familiar.

Assim, observou-se que o potencial competitivo das agroindústrias familiares de Constantina baseia-se na relação de confiança estabelecida com os consumidores, a busca por uma produção de qualidade faz com que os agricultores familiares garantam a comercialização de seus produtos. Esta estratégia de estabelecimentos de confiança entre as partes demonstra que mesmo diante de todas as fraquezas e

ameaças encontradas, seus gestores conseguiram observar as boas oportunidades, trabalhando seus pontos positivos e garantindo assim, com a segurança alimentar local.

Finalmente ressalta-se que os debates das agroindústrias familiares inserem-se em temáticas mais gerais sobre a inserção nos mercados da agricultura familiar, um campo de relevante importância para a manutenção da segurança alimentar que tem como premissa a responsabilidade de fornecer alimentos para a população de maneira saudável.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. de A. ET. AL. **A utilização da Matriz SWOT como ferramenta estratégica: um estudo de caso em uma escola de idioma em São Paulo.** Disponível em: <<http://eng.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2018.

BAROLLO, B. E. ET. AL. Utilização da matriz SWOT como ferramenta estratégica organizacional: estudo de caso em uma panificadora no norte do estado do Espírito Santo, Brasil. disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/eo05>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BENNETT, A. B. Food Security: Translational Agriculture. *Science*, v. 328, n. 5977, pp. 429, 2010.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico.** 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

COSTA, S. M. A. L.; SABBAG, O. J. **Strategic planning for dairy cattle: SWOT analysis applied to a property of a farmers' association in Dracena, São Paulo state, Brazil.** Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/95/128>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FAO. 2017. **The future of food and agriculture** – Trends and challenges. Rome. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf>. Acesso: 20 de jul. 2018.

FERNANDES, D.R. **Uma Visão Sobre a Análise da Matriz SWOT como Ferramenta para Elaboração da Estratégia.** UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres., Londrina, v. 13, n. 2, p. 57-68, Set. 2012. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/juridicas/article/viewFile/720/700>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades.** Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedodosul/constantina.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2018.

KACZAM, ET. AL. **Matriz SWOT como ferramenta estratégica em um restaurante universitário, um estudo de caso.** Disponível em:< www.aprepro.org.br/conbrepro/2015/down.php?id=1351&q=1>. Acesso em: 07 jun. 2018.

LAMENHA, A. A. R.; PATRÍCIO, S.R.R. **O planejamento estratégico utilizando a análise SWOT como recurso para a tomada de decisão: uma aplicação prática em uma empresa de saúde de pequeno porte.** Disponível em: <http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/viewFile/110/pdf_85>. Acesso em: 03 jun. 2018.

LIMA, P. R.; ROMERO, E. A.; ECCO, M.; ROSSET, J. S.; BIAZUSSI, A. T. Performance of farmers in the future stock market in agricultural sector. *Scientia Agropecuaria*, v. 4, p. 7 – 14, 2013.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil.** *Revista de Economia Política.* São Paulo. v. 15, n. 1, p. 134-140. jan./ mar. 1995. Disponível em:<<http://www.rep.org.br/PDF/57-8.PDF>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MARROCOS, T. R.; MORAES, M. E. B.; GOMES, R. L. Diagnóstico dos padrões de certificação socioambiental do cacau na BAHIA, BRASIL, **G&DR**, v. 14, n. 3, p. 76-100, 2018.

MOSER, C. M., BARRETT, C.B. The complex dynamics of smallholder technology adoption: the case of SRI in Madagascar. **Agric. Econ.** V. 35 , p. 373-388, 2006.

NICHELE F. S. WAQUIL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.12, p.2230-2235, dez. 2011.

NILES, M.T.; BROWN, M.E. A multi-country assessment of factors related to smallholder food security in varying rainfall conditions. **Scientific Reports**, V. 7, N. 16277, 2017.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, F. J. P.; COSTA, J. A.; OLIVEIRA, Y. O.; LIMA, S. S. Beneficiamento do óleo de palmiste na agroindustrial palmasa s/a no município de IGARAPÉ AÇÚ – PA. RAC-FCAT - Revista de Administração e Contabilidade. n. 1, 2014.

PLOEG, J. D. VAN DER. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Sociologias**. Porto Alegre, v. 7, n. 27, p. 114-140. 2011.

SANTANA, A. C. de. **Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local**. GTZ; TUD; UFRA, Belém, 2005.

SHIKIDA, P. F. A.; GRUBER, R. R. Novo modelo estratégico de análise de cadeias produtivas e indução de desenvolvimento regional. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 39 – 71, 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **Métodos de pesquisa**. In: SILVEIRA, D. T.; GERHARDT, T. E. (Org.). Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMIONI, F. J.; HOFF, D. N.; SILVA, C. Diversificação e atividades não agrícolas como alternativas de renda na agricultura familiar: um estudo de caso no município de PAINEL/SC. G&DR, v. 12, n. 2, p. 185-207, 2016.

SOUZA, I.; LOURENZANI, W. L. Análise swot do sistema agroindustrial do amendoim na região de Tupã e Marília – SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 13, n. 2, p. 243-256, 2011.

SULZBACHER, A. W. NEUMANN, P. S. Uma experiência de organização social em prol da rede de agroindústrias familiares: o caso da COOPERAC de Constantina/RS. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.105-116, jan./jun. de 2011.

WESTING, A. H. Food Security: Population Controls. **Science**, v. 328, n. 5975, pp. 169, 2010.

MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA

José Maria Ferreira Costa Júnior

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós
Graduação em Sociologia e Antropologia
Belém – PA

RESUMO: Este trabalho aborda as relações entre o regime de valor da circulação do pirarucu salgado e as formas de crédito direto estabelecidas entre feirantes e consumidores na feira da 25 de Setembro em Belém/PA. O objetivo principal é compreender como a venda de determinadas mercadorias a prazo compõem os padrões e critérios que determinam a trocabilidade do pirarucu. Para alcançar este objetivo foi realizada uma experiência de observação participante entre os feirantes do setor de farinha e de mercearias (local da venda de pirarucu salgado naquela feira) durante os meses de fevereiro e junho de 2016. Além de levantamento de informações sobre as feiras e mercados de Belém junto a Secretaria Municipal de Economia, entrevistas de feirantes em outras feiras e observação direta das características dos comércios de pirarucu em todas as feiras e mercados da cidade. Resultando disso tudo uma etnografia da produção do valor das mercadorias na feira onde são descritos os processos classificatórios de pessoas e objetos que estabelecem a distinção como marca da ordenação do universo de mercadorias.

PALAVRAS-CHAVE: Feira da 25 de Setembro. Pirarucu. Circulação. Regime de valor.

MARKER OF OBLIGATION: TRADE, GIFTS AND RECIPROCATATE IN VALUE'S CHANGE IN MARKET OF 25 DE SETEMBRO IN BELÉM/PA

ABSTRACT: This work deals with the relationship between the value of circulation scheme pirarucu salty and the forms of direct credit between merchants and consumers on the market 25 September in Belém/PA. The main objective is to understand how the sale of certain goods over time makes up the standards and criteria that determine the exchange ability of the pirarucu. To achieve this objective it was made an experience of participant observation among the peddlers of flour and groceries (place of sale of salty pirarucu that fair) during the months of February and June 2016. In addition to gathering information about the fairs and markets of Belém, near the Municipal Secretariat of Economy, interviews of merchants in other fairs and direct observation of the characteristics of the trades of pirarucu in all fairs and markets in the city. Resulting addition everything ethnography of the production value of the goods at the fair where are described the classificatory processes of persons and objects that draw a distinction as mark of the ordination

of the universe of goods.

KEYWORDS: Market of 25 September. Pirarucu. Circulation. Regime of value.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das relações entre as formas de circulação e o regime de valor (APPADURAI, 2008) do pirarucu salgado (*Arapaima gigas*) na feira da 25 de Setembro, em Belém/PA, com o objetivo de compreender como os padrões e critérios que definem a trocabilidade (APPADURAI, 2008) desse pescado estão imbricados às maneiras pelas ele troca de mãos. Minha intenção é apresentar uma leitura etnográfica das dimensões sociais e simbólicas presentes nas práticas econômicas cotidianas (SAHLINS, 2003). Nesse sentido, descreverei as formas de preparar e expor as mercadorias segundo o lugar que ocupam na hierarquia dos gostos dos consumidores (BOURDIEU, 1983) e suas relações com três modalidades de circulação presentes naquela praça de comércio.

Os dados e análises apresentados são resultados da pesquisa que levei a cabo na feira da 25 de Setembro durante 2016 e 2017 para minha dissertação de mestrado (COSTA, 2018), defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesse período pude trabalhar por cinco meses em um equipamento daquela feira realizando observação participante, além de empreender observação direta nas demais 49 feiras e mercados da capital paraense.

A sequência do texto está dividida em quatro partes, além dessa introdução: no item a seguir apresento e contextualizo o campo de pesquisa, tratando de algumas características sociais e demográficas das feiras livres em Belém e do comércio de pirarucu salgado, com destaque para a feira da 25 de Setembro. Na terceira parte, descreverei as formas de classificação e circulação dessa mercadoria, buscando evidenciar suas relações intrínsecas e a conformação de seu regime de valor. Na quarta trato das formas de circulação e na quinta apresento breves considerações finais.

2 | UM BREVE OLHAR SOBRE AS FEIRAS LIVRES EM BELÉM

A capital do Pará, ao completar quatrocentos anos do início da invasão colonial, elegeu como seu cartão postal o Ver-o-Peso: praça de comércio frequente no cancionero local, tema de peça teatral, filmes, enredos de escola de samba (RODRIGUES; PALHETA, 2010) e, objeto de intensas pesquisas antropológicas. Evoco essa presença do Ver-o-Peso para demonstrar a importância que os mercados populares e feiras livres alcançaram na produção da vida social em Belém. O complexo secular, às margens da baía do Guajará, é considerado a mais antiga de um conjunto de 49 praças de comércio composto de 32 feiras livres e 17 mercados

populares administrados pelo Poder Público Municipal, distribuídos nos 29 bairros da cidade.

Nas feiras e nos mercados populares, atuam, respectivamente, 4.398 e 1.503 permissionários (SECON, 2015). Considerando a possibilidade de cada permissionário trabalhar com mais 2 feirantes, é possível estimar que a população ocupada nesses espaços de, pelo menos, 11.800 pessoas. Em tempos de elevadas taxas de desemprego no país, esses números talvez bastariam para garantir lugar de destaque às praças de comércio popular da capital paraense e granjear mais atenção dos que dirigem e refletem sobre a sociedade. Porém, sua importância não repousa, exclusivamente, em suas cifras demográficas como demonstraram as diversas pesquisas que enfatizaram a importância cultural, histórica, sociológica, gastronômica e geográfica das feiras para a Cidade.

As características histórico-geográficas da presença desses sítios mercantis na história da formação de Belém foram estudadas por Medeiros (2010) que, ao apontar a relação entre a expansão intra-urbana da cidade e a criação de novas feiras e mercados, nos permite entrever um caráter mercantil nas formas de sociabilidade e na história da cidade. Para sugerir essa perspectiva me apoio na argumentação daquele autor, segundo quem

nos últimos cinquenta anos verificou-se uma grande expansão do número de feiras livres na capital paraense. Inicialmente, esses espaços estavam concentrados na área central da cidade, sobretudo, até o final do século XIX. A maior incidência de tais espaços nesse fragmento do espaço urbano reflete a própria evolução da atividade comercial e varejista na cidade, assim como a relativa concentração populacional nos bairros que compõem essa porção do sítio urbano belenense, naquele momento.

Em seguida, a ocupação populacional se processará em direção a orla sul da cidade, acompanhando paralelamente a Avenida Bernardo Sayão, **surgindo a partir de sua intensa apropriação inúmeros pontos de feiras**. Tais pontos estão associados à existência de uma grande quantidade de portos e trapiches que passam a articular com maior força o continente da parte insular da cidade, proporcionando a canalização de produtos agrícolas regionais à população dos bairros mais próximos.

A partir da segunda metade do século XX, novos espaços serão ocupados, proporcionando o alargamento do perímetro urbano em Belém. O considerável crescimento populacional das últimas cinco décadas, acompanhado da incorporação de novas áreas periféricas na cidade passará a estimular o desenvolvimento de atividades comerciais varejistas, **tendo nos espaços de feiras o seu mais significativo exemplo** (p. 68 e 69. Grifos meus)

Dessa forma, Medeiros postula que as feiras são centralidades urbanas por sua capacidade de articular diferentes áreas do território em razão da produção de vínculos econômicos e de seu papel relevante na estruturação da cidade. Esse argumento é reforçado ao considerar que o crescimento da capital paraense, com a intensificação da ocupação de sua área continental na segunda metade do século XX, ocorreu em paralelo à expansão e à multiplicação dos mercados e feiras livres.

Para compreender a intensificação do surgimento de novos espaços de comércio popular em paralelo com a ocupação da cidade, é necessário considerar que os mesmos não são apenas lugares de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, mas, sobretudo de trocas e relações comerciais que são constituídas por dimensões simbólicas e sociais e se estabelecem na apropriação coletiva e no uso criativo e perene dos espaços públicos, escapando, diuturnamente, das investidas burocráticas de padronização e controle determinadas pelo Estado.

Considerando a relevância da dimensão sociocultural dos espaços de comércio popular em Belém, houve a multiplicação, nas últimas décadas, da produção acadêmica de estudos etnográficos com objetivo de revelar e compreender a complexidade das relações sociais que envolvem os mercados populares e feiras livres na Amazônia. Dão prova disso os livros organizados por Leitão (2010 e 2016) e Rodrigues et al. (2014; 2017), que reuniram setenta e dois pesquisadores/as em uma mostra da ampla e fecunda discussão sobre essa temática distribuída em 52 trabalhos originais. Os artigos publicados apresentam olhares antropológicos sobre práticas sociais, apropriação e modificação do espaço, processos identitários, construção do patrimônio cultural, religiosidade, circulação comercial, transmissão de saberes e recursos, diversas formas de reciprocidade, sociabilidades, relações entre o rural e o urbano, em suma sobre as múltiplas faces da diversidade sociocultural das principais feiras da capital paraense.

No contexto dessa produção, todavia, a feira da 25 de Setembro recebeu pouca atenção. Assim, considerando que, apesar de sua importância demográfica, histórica e urbana, econômica e cultural, o conhecimento acadêmico sobre a feira da 25 de Setembro é bastante limitado julgo que este trabalho é um esforço legítimo para a ampliação do entendimento sobre as experiências cotidianas dos sujeitos naquele local. Além do que, é necessário apresentar alguns dados gerais sobre essa feira a fim de possibilitar o entendimento das condições de possibilidades nas quais as relações sociais que descrevo e analiso têm lugar.

2.1 Apresentando a feira da 25 de Setembro

Feira livre assentada no início da antiga avenida 25 de Setembro, via de 2.78 km de extensão sobre os bairros de São Brás e Marco, com duas pistas de rolagem de sentidos opostos, passeio em ambas às margens das pistas e canteiro central, perpendicular a 17 travessas e paralela às avenidas Almirante Barroso e Duque de Caxias.

A feira da 25 foi inaugurada oficialmente em 13 de julho de 1970 e ocupava o canteiro central da via entre as travessas Jutai e das Mercês. Foi ampliada no início dos anos 1980, com a criação da Área que vai da Trav. das Mercês a Antônio Baena, e reformada entre 2003 e 2007, ganhando sua forma e estrutura atuais. Está localizada nos limites dos bairros do Marco, São Braz e Canudos, como mostra a Figura 1, ocupando 291,92m do canteiro central da avenida Romulo Maiorana,

entre as travessas Jutá e Antônio Baena. É a quinta maior feira em número de permissionários na cidade com 272 trabalhadores distribuídos em 422 equipamentos (SECON, 2015).

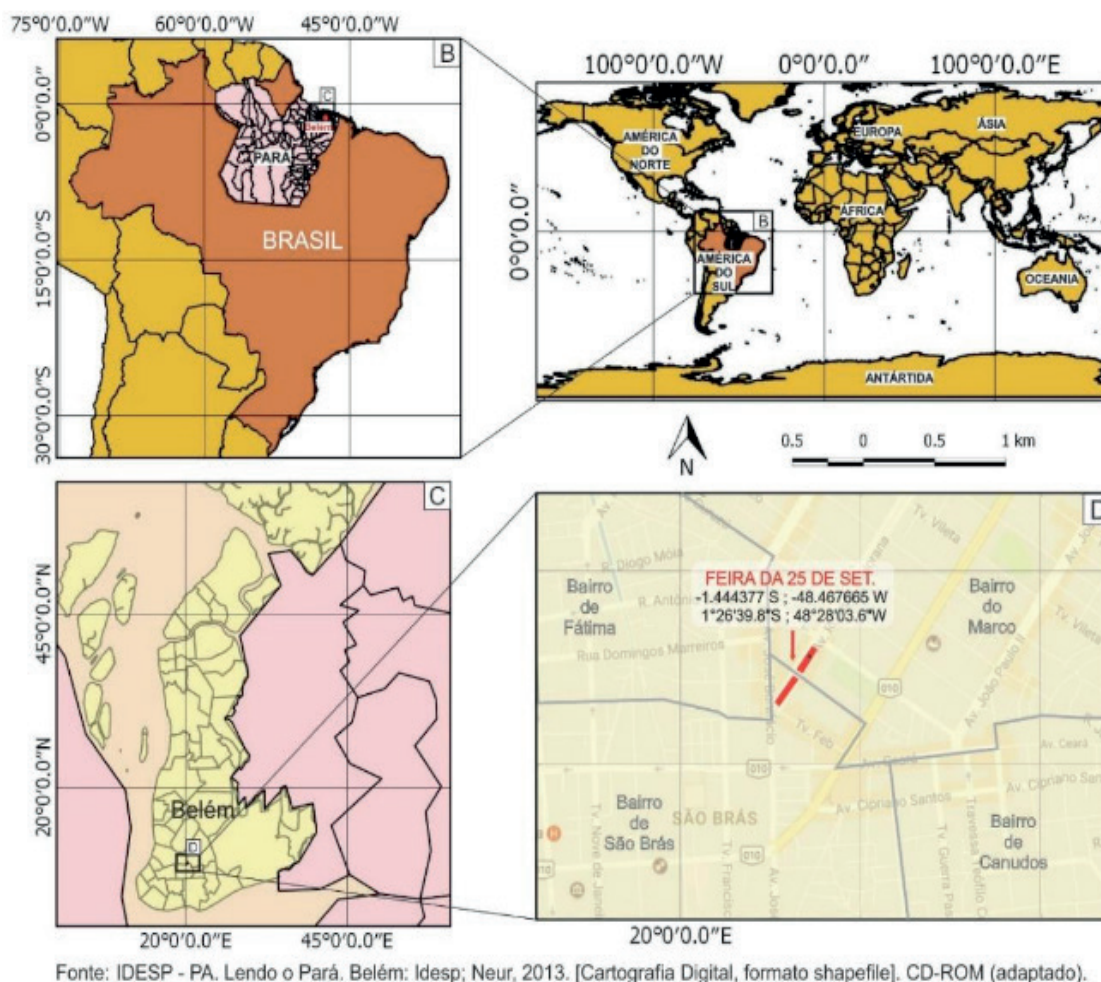


Figura 1 – Mapa de localização da feira da 25 de Setembro

A última reforma a qual foi submetida alterou a composição e a forma de seu espaço físico, substituindo a multiplicidade de barracas individuais por uma estrutura padronizada composta por telhado de duas águas coberto por grandes telhas de alumínio pintadas. Sustentado por pilares de concreto armado a feira abriga equipamentos de alvenaria padronizados e distribuídos em 11 setores distintos, segundo o tipo de mercadoria vendida (Quadro 1).

Setores	Tipo	Quantidade	Permissionários	Tamanho (m)
Área I (entre travessas Jutá – Mercês)				
Caranguejo	Tanque	12	7	1,10x0,70
Peixe fresco	Talho	8	5	2,00x2,00
Hortifrúti	Barraca	100	51	1,50x1,00
Industrializados	Box	25	19	2,00x2,00
Refeições	Box	52	37	2,00x2,00
Mercearia	Box	48	26	2,00x1,50
Camarão seco	Box	22	14	2,00x2,00

Farinha	Box	66	32	2,00x1,00
Área II (entre travessas das Mercês e Antônio Baena)				
Hortifrúti	Barraca	20	13	1,50x1,50
Camarão	Box	7	6	1,50x1,50
Aves abatidas	Box	8	3	2,00x1,00
Lojas	Lojas	48	10	3,00x4,00
Refeição	Box	6	4	1,50x100

Quadro 1 – Equipamentos da feira da 25 de Setembro segundo a localização, os setores, quantidade, número de permissionários e tamanho

Fonte: Projeto de Pesquisa Mercados Interculturais: linguagens, práticas e identidades em contexto amazônico/ UFPA/IFCH e trabalho de campo 2014/2015.

Segundo relato de feirantes de diferentes setores e do administrador da feira, durante a reforma os permissionários apresentaram demandas específicas sobre a modelagem do espaço. Em alguns casos parentes que ocupavam equipamentos individuais solicitaram que fossem construídas unidades maiores onde pudessem trabalhar juntos.

Todavia, nem a dureza da alvenaria e a objetividade da técnica são capazes de conter a força (re)ordenadora das relações sociais que modificou a nova estrutura física, até o final de meu trabalho de campo, de 58 boxes (13,75% do total) que perderam sua individualidade planejada para emergir como espaço de trabalho coletivo em razão do parentesco que liga seus permissionários.

A espacialidade da feira da 25 é uma instigante elaboração onde se encontram interesses do poder público, dos feirantes, dos consumidores, enfim dos sujeitos que fazem a feira. Para encerrar essa apresentação do local da pesquisa de campo tratarei, brevemente, das características gerais do comércio do pirarucu.

2.2 Algumas características do comércio de pirarucu nas feiras de Belém

O *Arapaima gigas* é uma espécie conhecida, incorporada e valorizada ao repertório culinário dos povos amazônicos desde antes dos contatos coloniais (MURRIETA, 2001). Ainda segundo Murrieta, como eficiente fonte de proteínas, esse peixe se tornou item presente nos mercados amazônicos e alimento habitual das populações ribeirinhas do baixo e médio Amazonas.

A intensificação da pesca e consumo do pirarucu a partir do século XIX resultou no risco de extinção da espécie na bacia do Amazonas no final do século XX (SANTOS, FERREIRA, ZUANOM, 2006). Murrieta sobre isso afirma que o pirarucu “foi um dos primeiros alvos da política de conservação e uso racional de recursos naturais” (2001, p. 116). O IBAMA normatizou as regras de pesca, transporte e comercialização do pirarucu nos Estados da Amazônia por meio da Instrução Normativa (IN) nº 34, de 18 de junho de 2004. Nesse instrumento estão definidos os padrões mínimos para captura, tipo de processamento e, sobretudo, o período de proibição da pesca da espécie, chamado de **defeso** que vigora anualmente no Pará, no Amazonas, no Acre

e no Amapá, entre 1º de dezembro e 31 de maio; em Rondônia o período vai de 1 de novembro a 30 de abril; e em Roraima de 1 de março a 31 de agosto.

O comércio de pirarucu está presente em 21 feiras e 6 mercados em Belém (equivalentes a 55,10% do total de praças de comércio da cidade). Seu comércio ocupa o total de 62 equipamentos (53 nas feiras e 9 nos mercados), com destaque para a feira da 25 de Setembro que, sozinha, concentra, aproximadamente, 21% do total com 13 equipamentos dedicados à circulação do pirarucu. De acordo com dados do IBAMA, os feirantes declaram, em 2016, estoque de 21,3 toneladas de pirarucu salgado para comercialização na capital paraense durante período do defeso daquele ano.

3 | FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO DO PIRARUCU NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO

Durante os meses de trabalho de campo consegui discernir, entre as práticas cotidianas de minhas interlocutoras, ao menos três formas regulares de circulação do pirarucu. A pluralidade das trocas que observei indica a complexidade do regime de valor dessa mercadoria, que depende dos múltiplos significados que envolve sua circulação, bem como, algumas características das relações sociais estabelecidas nessa feira. A compreensão da articulação entre classificação, valor e circulação depende da interpretação da imbricação dos significados latentes do comércio e da culinária do pirarucu. Dessa forma, julgo necessário descrever o processo de preparação do pescado para a venda, enfatizando o que as feirantes chamam de *corte*, pois os resultados da divisão de sua carne é um mecanismo de diferenciação que está relacionado as características particulares de sua circulação.

As três maneiras pelas quais o pirarucu troca de mãos são descritas e registradas aqui sob os rótulos de Comércio, Presente e Caridade, de acordo a motivação para a entrega da mercadoria e sua contraprestação ou compensação. Cada uma das maneiras de transacionar os subprodutos do pirarucu está relacionada, consciente ou inconscientemente com uma hierarquia simultânea na classificação dos cortes da mercadoria e dos sujeitos a quem se destinam e da situação nas quais circulam. A pluralidade de transações com o pirarucu está relacionada com os mecanismos de diferenciação desse objeto (as maneiras de cortá-lo) que, por sua vez, são parte do gosto de sua culinária.

Compreender a circulação do pirarucu na feira, de alguma maneira permite, e requer, uma reflexão sobre seu significado como alimento. Nesse sentido, acompanho Woortmann (2006) quando afirma que “os alimentos não são apenas comidos, mas também pensados. Em outras palavras, a comida possui um significado simbólico” (pág. 23). A importância atribuída a essa mercadoria está ligada aos significados atribuídos a ela na dinâmica alimentar de seus consumidores. Há uma articulação entre objetos, pessoas, situações e seus significados que manifesta os regimes de valor (APPADURAI, 2008) nos quais esse peixe é tido como valioso e é demandado

por diferentes atores. Por regimes de valor, Appadurai (2008) compreende os diferentes padrões e critérios compartilhados (em diferentes graus) que determinam a trocabilidade das coisas em um contexto sociocultural e histórico particular.

Para compreender como a diversidade de formas de circulações depende de diferentes significados culturais para produzir o valor do pirarucu, descreverei a classificação dos cortes desse peixe na feira da 25 de Setembro. Na sequência, procuro associar os cortes às diferentes maneiras e ocasiões de circulação para apresentar os padrões e critérios de suas trocas.

3.1 A classificação dos cortes de pirarucu

No comércio de pirarucu salgado a cada corte produzido são atribuídos lugares de exposição, valores, formas de embalagem e pagamento específicos, da mesma maneira, que são oferecidos, geralmente, para consumidores determinados. Nesse sentido, classificar é, mais do que reconhecer, produzir diferenças e hierarquias entre coisas e pessoas. A ordem produzida pelas feirantes é uma reelaboração dos significados produzidos pelas disposições razoáveis incorporadas à conduta dos agentes das práticas comerciais e gastronômicas, que atualiza, dessa forma, o *habitus* (BOURDIEU, 2000) que envolve o consumo e a circulação de pirarucu na capital paraense. Assim, a etnografia dos cortes de pirarucu não busca, apenas, descrever em detalhes seus aspectos físicos, mas, sobretudo, as relações nas quais esses objetos têm significados específicos, de acordo com sua ordenação por valores.

Dessa forma, identifiquei quatro tipos de cortes de pirarucu nas feiras e mercados de Belém que podem ser classificados, em ordem crescente de valor e importância, como pontas de pirarucu ou *cantareira*; pirarucu enrolado; mantas; e, filé.

Pontas de pirarucu ou *cantareira*; é o conjunto variado de pedaços irregulares, de cores diversamente escurecidas em relação às mantas, com cheiro intenso, fragmentos de ossos, resquícios das duras nadadeiras e das caudas, produzidos pela *limpeza* das mantas para exposição e venda. São chamadas de pontas ou *cantareira*, por comerciantes e consumidores em diferentes feiras, por serem cortadas das extremidades da manta, suas *pontas* e *cantos*. É o corte que apresenta menor homogeneidade em relação aos demais, bem como, é o de menor valor comercial. Observei que há uma relação diretamente proporcional entre homogeneidade (ou pelos menos semelhança) e valorização (hierárquica e comercial) dos cortes desse pescado.

Pirarucu enrolado: longos cilindros acidentados formados pela sobreposição, prensa e amarração manual de pedaços regulares, porém, curtos, estreitos e, geralmente, escurecidos de mantas. É a única parte de pirarucu acompanhada, ostensivamente, de seu preço sobre os balcões. Esse corte configura-se em uma interessante técnica de aproveitamento de sobras das mantas mais longas e

valiosas. Sua composição, realizada em tardes de pouco movimento na feira ou a noite na residência da permissionária, busca atribuir a mercadoria uma impressão homogênea a sua composição heterogênea. Enrolar pirarucu é uma marca de comerciantes experientes e habilidosas no trato com a mercadoria

Mantas de pirarucu: As mantas salgadas são peças imensas de odor característico, porém, suave e coloração em tons de amarelo, dourado e salmão, composto de regiões carnosa, adiposa e epidérmica. As mantas que chegam as feiras apresentam tamanhos, cores e qualidades variadas, as maiores que observei alcançavam 1,46m de altura e 0,74m de largura, com a carne chegando a apresentar espessura de 2cm. Em proporções desiguais apresentam regiões carnosas, adiposas e epiteliais. Por ser retirado de uma peça inteira os pedaços de manta são considerados mais homogêneos do que os cortes anteriores.

Filé de pirarucu: Trata-se da região exclusivamente carnosa do peixe livre de ossos, peles e qualquer imperfeição aparente, seccionada à borda das mantas em um corte longitudinal. É o mais homogêneo dos cortes, pois retirado de uma única manta é composto do mesmo tecido. A despeito de seu valor, ou talvez exatamente, por isso, é o corte de menor circulação. É procurado, sobretudo, em ocasiões festivas, viagens para outros estados, enfim, momentos que revelam a vocação de exo-cozinha do pirarucu. É demandado por consumidores conhecidos e exigentes. Não é exposto, nem tampouco oferecido a clientes não conhecidos. Consumidores de filé são conhecidos pelos nomes, profissões endereços, além do gosto, porque conhecem as diferenças entre os cortes e valorizam aquele que é reconhecido, por um grupo específico de sujeitos, como de melhor qualidade, de bom gosto.

4 | A CIRCULAÇÃO DO PIRARUCU: COMÉRCIO, DÁDIVA E CARIDADE

Classificação, circulação e distinção são fenômenos articulados nos quais a mercadoria tem papel relevante. Assim, considero interessante pensar as formas de troca como parte do processo de elaboração dos objetos, compreendida com síntese de múltiplas relações entre sujeitos e coisas.

Por comércio, trato aqui a venda direta das mercadorias no varejo a consumidores individuais e restaurantes. Todavia, a troca de pirarucu por dinheiro é realizada por meio de diferentes mecanismos. Apesar de todos os cortes de pirarucu, na feira, se encontrarem em sua fase de mercadoria (APPADURAI, 2008), as características da circulação de cada um variam segundo as circunstâncias em que se realizam, diferentes tipos de consumidores e sua preferência pelo consumo de determinados cortes, bem como pela frequência e ocasião do comércio e diferentes mecanismos de crédito aplicados seletivamente.

Assim, a venda das pontas e de pirarucu enrolado é realizada de maneira menos elaborada e não envolve estratégias de distinção por parte dos feirantes. A relação entre feirante e consumidor na compra desses cortes tem fim na entrega da

mercadoria frente a seu pagamento. A simetria da transação isenta seus participantes de dívidas morais ou pecuniários. Para uma descrição mais detalhada consultar COSTA (2018).

Por sua vez, no comércio de mantas e, sobretudo, de filé se estabelece a distinção que afirma a superioridade dos cortes em relação aos demais, da feirante em relação aos concorrentes e do consumidor em relação a seus pares.

Ao vender as mantas e filé, as feirantes procuram introduzir, cada vez com mais frequência, marcadores de distinção baseados no princípio das escolhas de bens classificados – e classificante – como de bom gosto (BOURDIEU, 1983). Esse esforço é levado ao extremo quando, em circunstâncias específicas, as feirantes deixam de vender por julgarem que a mercadoria disponível não atende adequadamente a determinados consumidores. Fato ainda mais interessante por não haver uma exigência explícita e incisiva de qualidade por parte do comprador, a iniciativa de revelar a baixa qualidade disponível parte da feirante que, inclusive, não se permite ser persuadida pelo comprador. Tal atitude anticomercial é uma demonstração de que a classificação não é um mecanismo utilitário de solução de problemas práticos, mas um processo organizador da realidade dos sujeitos nela envolvidos.

A relação entre consumidor, feirante, mercadoria e a forma de comércio demonstra que mesmo a venda, em determinadas circunstâncias, não é uma relação completamente simétrica entre sujeitos em condições de igualdade. Essas condições e critérios de circulação constituem o regime de valor do pirarucu.

O comércio, na feira da 25 de Setembro, coexiste com outras duas maneiras regulares de fazer o pirarucu trocar de mãos: a caridade e o presente. A descrição dessas modalidades de circulação encerrará esta breve etnografia e tem como objetivo enfatizar que as práticas classificatórias nas quais os valores das mercadorias são produzidos envolvem também dimensões não pecuniárias. A vida social das coisas não tem fim em sua fase de mercadoria, os objetos de valor econômico se prestam a muitas outras relações para além do comércio.

Enquanto o comércio é o organizador do regime de valor do pirarucu, o presente e a caridade são confirmadores da relação entre os status das mercadorias e seus consumidores. Nesse sentido, os presentes são destinados às posições mais elevadas na hierarquia do consumo e a caridade às posições mais baixas, menos valorizadas, mais indiferentes.

Na troca de presentes os status dos valores dos cortes são confirmados na escolha de seus destinatários e o pescado está fora de sua fase de mercadoria, ou seja, não circula em um contexto mercantil. O pirarucu revela o alcance de seu valor econômico na forma de presente (SIMMEL, 2013). Ao abandonar a etapa de mercadoria, o pirarucu deixa de ter equivalentes com os quais possa se comparar e se revela objeto de desejo e do prazer de quem o deseja. Nessa condição, não é apenas classificador do bom gosto, mas também da generosidade e consideração entre sujeitos. Não se trata da ideia de valor de uso, a realização da utilidade da

mercadoria, no caso seu consumo alimentar, mas antes do significado social que seu consumo registra. As condições que envolvem esse tipo de circulação expressam o lugar de destaque que esse pescado possui na hierarquia da culinária regional.

A caridade é a doação destinada a uns poucos pedintes frequentes nas feiras e realizada, exclusivamente, com pontas de pirarucu. Da mesma forma que o presente essa transação não envolve dinheiro e evidencia uma assimetria desmedida entre doador e beneficiário, produzindo uma dívida de gratidão do segundo para com o primeiro.

Essa forma de circulação é a menos desejada pelas feirantes, a despeito da importância que possa ter para quem dela depende, pois não oferece um rendimento simbólico para a produção do valor. Quem recebe a caridade aceita o que lhe for dado, não tem um desejo específico a ser atendido, mas uma necessidade que precisa satisfazer. Assim, há pouca valorização do sujeito e do corte nessa forma de circulação, o que, de alguma maneira, reforça o argumento desenvolvido anteriormente sobre o processo classificatório de coisas e pessoas como fundamento da ordenação do valor do pirarucu na feira da 25 de Setembro.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei compreender, com este trabalho, as relações possíveis entre práticas de crédito e regimes de valor na circulação do pirarucu salgado na feira da 25 de Setembro. O problema consistia em desvendar como as formas de circulação e os critérios e padrões que determinam as possibilidades de troca de objetos se relacionam. Essa abordagem se afasta dos problemas mais tradicionais da antropologia econômica voltados, geralmente, para as formas, as funções e as razões das trocas. Assim, procurei voltar o foco para a mercadoria e tentar entender qual a importância das coisas na organização do processo de circulação na feira.

Diante disso, compreendi que as diferentes formas de crédito são interações constituintes dos padrões e critérios que determinam as possibilidades das múltiplas maneiras de circulação das mercadorias e têm seu significado no complexo processo classificatório que põem em movimento coisas e pessoas nas feiras da capital paraense.

Devo a inspiração dessa abordagem, por um lado, à experiência de imersão no campo de pesquisa na qual desconstruí algumas de minhas frágeis ilusões sobre confiança, solidariedade e trabalho na feira, como descrevi no primeiro capítulo, e, por outro, à perspectiva teórica de Appadurai (2008) que localiza a produção do valor na troca, enfatizando a importância da vida social das coisas na construção do valor econômico que, de acordo com o pressuposto simmeliano evocado pelo autor, relaciona-o com o desejo. O que coloca dentro do debate da circulação uma ideia de política que fundamenta os critérios e os padrões de troca das mercadorias. Dessa forma, para entender o universo das trocas se faz necessário adentrar o

mundo dos bens e buscar compreender suas trajetórias realizadas ou prescritas. Essa perspectiva faz com que a dimensão cultural da circulação ganhe destaque e aproxime as relações entre comércio, cultura e consumo.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008.

BELÉM. Decreto Municipal Nº 26.579 de 14 de Abril de 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras: Celta, 2000.

COSTA, José. **Vamos levar uma delícia?**: Uma etnografia da circulação do pirarucu salgado na feira da 25 de Setembro em Belém/Pa: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2018.

IBAMA. **Instrução Normativa nº 34**. Brasília. 2004.

IBAMA. **Instrução Normativa nº 35**. Brasília. 2004.

IBAMA. **Instrução Normativa nº 01**. Brasília. 2005.

IBAMA. **Instrução Normativa nº 24**. Brasília. 2005.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE: 1990

LEITÃO, Wilma (org.). **Ver-O-Peso**: Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA/UFPA; 2010.

LEITÃO, Wilma (org.) **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém Volume II**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

MEDEIROS, Jorge. **As feiras livres em Belém (PA)**. Dissertação de Mestrado, PPGGEO-UFPA: Belém. 2010.

MURRIETA, R. S. A mística do Pirarucu: pesca, *ethos* e paisagem em comunidades rurais no Baixo Amazonas. **Horizontes Antropológicos**, 16: 113-130, 2001.

RODRIGUES, Carmem et ali. **Mercados populares em Belém: Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano**. Belém: NAEA, 2014.

RODRIGUES, Carmem et ali. **Mercados populares em Belém: Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. Vol. II**. Belém: NAEA, 2017.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. São Paulo, Zahar, 2003

SANTOS, Geraldo M. et alli. **Peixes comerciais de Manaus**. Manaus: IBAMA/AM: ProVárzea, 2006.

SECON. **Anuário Estatístico do Município de Belém-2009: Ocupação em feiras e mercados**. Belém. SECON/DFMP: 2010.

SECON. **Histórico da feira da 25 de Setembro**. Belém. SECON/DFMP: 2016

SECON. **Dados de feiras e mercados**. Belém. SECON/DFMP: 2015

SIMMEL, Georg. **Filosofía del dinero**. Madrid: Capitán Swing; 2013.

WOORTMANN, Klaas. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, Wilma. TENSER, Carla. **Gastronomia: Cortes e Recortes**. Brasília: SENAC; 2006

RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

Paulo Roberto da Costa Vieira

Universidade Estácio de Sá (UNESA), Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial (MADE), Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: O ativo intangível mais importante para o banco central é a sua reputação, pois, quando desfruta de reputação sólida, a autoridade monetária pode controlar a taxa de juros, sem necessitar realizar intervenções frequentes no mercado monetário. Para tanto, há protocolos que devem ser seguidos, notadamente no âmbito do regime de metas inflacionárias. A reputação corporativa é construída ao longo do tempo, sendo, no caso de bancos centrais, positivamente, influenciada por sua imagem corporativa, a qual se refere, precipuamente, à opinião e às impressões que os participantes do mercado têm em relação à autoridade monetária. Ela também sofre impacto da transparência, dos compromissos institucionais, e da eficiência de sua atuação operacional. O presente estudo verifica se a imagem corporativa participa, de fato, como dimensão fundamental na percepção do público quanto ao desempenho do Banco Central do Brasil, determinando não apenas as suas variáveis constituintes, como as variáveis relacionadas às demais dimensões. Para tanto, realizamos pesquisa de survey, com

questionário estruturado e autoadministrado, sendo a amostra composta por 40 participantes do Encontro de Coordenadores de Cursos de Economia, promovido pelo Conselho Regional de Economia (CORECON). Os dados foram tratados com análise fatorial exploratória. Os resultados atestaram que a imagem corporativa é, de fato, uma dimensão importante na percepção do desempenho do Banco Central do Brasil e não deve ser ignorada em estudos sobre a sua reputação corporativa.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem Corporativa; Reputação Corporativa; Banco Central do Brasil.

RELEVANCE OF THE CORPORATE IMAGE OF THE CENTRAL BANK OF BRAZIL: A STUDY WITH EXPLORATORY FACTOR ANALYSIS

ABSTRACT: The most valuable intangible asset to the central bank is its reputation because when it enjoys a solid reputation, the monetary authority can control the interest rate without having to make frequent interventions in the money market. Therefore, some protocols must be followed, notably within the scope of the inflation targeting regime. Corporate reputation is built over time, being, in the case of central banks, positively influenced by its corporate image, which refers, in no small measure, to the opinion and impressions that market participants

have regarding the monetary authority. It is also impacted by transparency, institutional commitments, and the efficiency of its operations. The present study verifies if the corporate image participates, in fact, as a critical dimension in the public perception regarding the performance of the Central Bank of Brazil, determining not only its constituent variables but also the variables related to the other aspects. To do so, we conducted a survey, with a structured questionnaire and self-administered, being the sample composed of 40 participants of the Meeting of Coordinators of Economics Courses, promoted by the Regional Council of Economics (CORECON). The data were treated with exploratory factorial analysis. The results attest that corporate image is, in fact, an essential dimension in the performance perception of the Central Bank of Brazil and should not be ignored in studies of its corporate reputation.

KEYWORDS: Corporate Image; Corporate Reputation; Central Bank of Brazil

1 | INTRODUÇÃO

A imagem corporativa funciona como interface entre a realidade exterior e o indivíduo, abstraindo e simplificando conteúdos complexos sobre a organização, com a finalidade de permitir que a mente só pondere os significados julgados relevantes. Nesse contexto, a imagem influencia ativamente a edificação da reputação corporativa, que é, indubitavelmente, um elemento de destaque em investigações acerca de bancos centrais.

O comprometimento com a estabilidade, a transparência, a responsabilidade de prestação de contas e a autonomia do Banco Central têm sido tratados, na literatura macroeconômica atual, como elementos que concorrem, juntamente com a eficiência de seus procedimentos operacionais, para a construção da reputação ou credibilidade da autoridade monetária.

Reafirmamos a importância dos referidos elementos e do nexo causal que mantêm com a reputação corporativa, mas acreditamos que não podem ser considerados sem a participação da imagem da autoridade monetária. É a interação complexa da imagem com as demais dimensões relevantes da instituição que definirá a reputação junto aos agentes econômicos.

O presente estudo verifica se a imagem corporativa participa, de fato, como dimensão fundamental na percepção do público quanto ao desempenho do Banco Central, determinando não apenas as suas variáveis constituintes, como as variáveis relacionadas às demais dimensões.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

A literatura sobre imagem corporativa é caracterizada por apresentar contribuições de diferentes áreas acadêmicas, como o marketing e a estratégia empresarial, entre outras. Por essa razão, há várias definições para o mesmo conceito, que dependem da perspectiva do pesquisador.

Para a finalidade da presente investigação, julgamos mais apropriado, com base na classificação proposta por Gotsi e Wilson (2001), reunir os principais estudos produzidos pela área de marketing e de disciplinas correlatas em dois grandes grupos, considerando a relação entre imagem e reputação corporativa como seu marco distintivo. Dessa forma, incluímos, no primeiro grupo, aqueles estudos que consideram a imagem sinônimo de reputação corporativa, ao passo que agregamos, no segundo grupo, os trabalhos que as julgam conceitos distintos. Em seguida, reunimos as contribuições sobre bancos centrais.

Convém tecermos algumas considerações acerca do nosso critério de organização dos estudos. Elegemos a relação entre a imagem e a reputação corporativa como elemento diferenciador das contribuições da área de negócios, não só como recurso para sua organização, mas, sobretudo, para realçar uma questão de grande relevância. Ela consiste no fato de que a imagem corporativa não é tratada pela literatura econômica, ao passo que a reputação tem sido crescentemente estudada pelos acadêmicos da área. Nos trabalhos econômicos, a reputação corporativa é concebida com a acepção de credibilidade, havendo, inclusive, revezamento dos termos em um mesmo trabalho.

Sendo assim, a organização da revisão de literatura objetivou, além de agrupar trabalhos de mesma natureza, construir um caminho que permitisse ao leitor verificar que a ausência da imagem corporativa na literatura econômica compromete a compreensão do processo de construção da reputação da autoridade monetária. Com esse objetivo em vista, apresentamos, inicialmente, as contribuições do marketing que consideram imagem e reputação conceitos intercambiáveis, já que possuem a mesma acepção. Esses estudos são da maior importância para entendimento do significado e do papel que a imagem desempenha na corporação. Em seguida, apresentamos os estudos que não só as consideram conceitos distintos, como julgam existir uma relação de causalidade entre ambas. As contribuições mais importantes desse grupo percebem a reputação, que é construída no decorrer do tempo, como sendo determinada pela imagem corporativa. Só após termos destacado essa relação de causalidade é que conduzimos o leitor à literatura macroeconômica sobre bancos centrais, pois este disporá, então, de subsídios que lhe permitirão constatar que o conceito de reputação corporativa da literatura econômica se assemelha àquele proposto pelos estudiosos do marketing e áreas afins que consideram a imagem uma variável determinante da reputação corporativa. Contudo, como a imagem corporativa sequer é mencionada na literatura sobre bancos centrais, o leitor perceberá, também, como é imperioso investigar sua presença, constituição e participação, junto com outras dimensões - exaustivamente discutidas na literatura macroeconômica - na percepção do desempenho do Banco Central. Perceberá, igualmente, que a inclusão da imagem corporativa na discussão sobre a reputação do Banco Central a tornará mais profícua. A forma adotada para organização da literatura permitirá, por fim, chegar à conclusão de que a identificação da imagem

corporativa do Banco Central é inevitável na discussão e compreensão da sua reputação corporativa.

2.1 Imagem como sinônimo de reputação corporativa

Segundo Bickerton (2000), o conceito de imagem corporativa foi introduzido pelo marketing sob a perspectiva do cliente, constituindo-se, em tempo recorde, uma área de grande interesse de pesquisa.

A imagem corporativa, conforme observa Martineau (1958), é complexa e diversa. É dentro de uma teia de significados intrinsecamente inter-relacionados que a firma deverá atuar para fortalecer a sua imagem, pois não tem a faculdade, no ambiente extremamente competitivo em que está inserida, de ignorá-la. Sob a perspectiva de Martineau (1958, p.52):

“A gerência deveria desenvolver uma estratégia de propaganda que não se esgotasse nas mensagens de que a companhia é idônea, amiga, confiável, corajosa, próspera etc., mas implementar uma campanha que levasse os seus diferentes públicos a gostarem de sua personalidade, exatamente como se gosta de alguém”.

A partir do final da década de 1970, desenvolveram-se, paralelamente aos estudos sobre imagem, as investigações acerca da identidade corporativa. Embora a literatura apresente diversas definições de identidade e imagem corporativa, há alguns pontos em comum entre elas, cabendo destacar a relação íntima que guardam entre si.

Segundo Dowling (1986), a identidade corporativa seria o que os membros da organização sentem e pensam a seu respeito, ao passo que a imagem seria uma impressão vívida e holística da companhia por parte do público externo. Para Markwick e Fill (1997, p.397), “todas as organizações teriam uma identidade corporativa. Algumas buscariam administrá-la de forma planejada, ao passo que outras, menos cuidadosas, confundiriam os seus públicos (clientes, empregados, fornecedores, agências reguladoras etc.)”, contribuindo para o desenvolvimento de uma reputação ou imagem negativa a seu respeito.

A identidade corporativa seria projetada para os distintos públicos, por intermédio de uma variedade de sinais, e representaria como a organização gostaria de ser percebida. Esses sinais poderiam ser planejados, de forma que mensagens deliberadamente intencionais fossem transmitidas para atingir objetivos específicos. Alguns sinais compreenderiam a identidade visual da organização. Outros sinais estariam focalizando o seu comportamento, as suas ações e o seu posicionamento. No final do processo, “a forma como cada público percebe os sinais de identidade da organização modela a imagem corporativa”. Markwick e Fill (1997, p. 398).

Seguindo linha análoga de raciocínio, Van Rekon (1997, p.410) observa que “a imagem corporativa tem como gênese a identidade corporativa.” Enquanto a

imagem residiria na mente do público, a identidade corporativa teria sua origem na organização. Seria a partir da percepção e da interpretação da identidade pelos seus distintos públicos que a imagem (ou reputação) corporativa seria constituída.

2.2 Imagem e reputação corporativa como conceitos distintos

A imagem difere da reputação corporativa na medida em que a primeira está relacionada “às opiniões mais recentes” do público acerca de determinada organização, ao passo que a última representa um julgamento de valor sobre as qualidades da corporação, sendo “construída ao longo do tempo” (Balmer, 1998, p. 971). Ou seja, a reputação corporativa teria uma dimensão histórica, refletindo a percepção em relação à consistência de ação e ao comportamento da corporação no transcurso do tempo.

Alessandri (2001b) afirma que a identidade corporativa está relacionada à apresentação estrategicamente planejada e intencional, com vistas a criar uma imagem corporativa positiva na mente do público. A imagem corporativa seria, assim, a percepção da firma por parte do público. Segundo a autora, “sustentadas durante um período considerável, as impressões repetidas da imagem corporativa modelam a reputação” (Alessandri, 2001b, p.2). Em outras palavras, a reputação seria determinada pela imagem corporativa percebida ao longo do tempo.

Sanderberg (2002) também acredita que a imagem, conceituada como sendo a percepção da firma por parte de seus públicos, determina a reputação corporativa. Ele argumenta que a reputação tem origem na percepção, desenvolvida no decorrer do tempo, de como a firma se comportará em determinada situação.

2.3 Reputação na Ótica da Macroeconomia Atual

2.3.1 Pressupostos macroeconômicos fundamentais

Para que o conceito de reputação possa ser, sob a perspectiva da literatura macroeconômica, mais facilmente compreendido, é imprescindível que os fundamentos do principal paradigma macroeconômico atual sejam conhecidos.

Após a II Guerra Mundial, os formuladores da política econômica dispunham de modelos macroeconômicos *keynesianos*, que prescreviam as medidas que deveriam ser adotadas para atingir um nível desejado de emprego e de produto. Sob a perspectiva teórica da Curva de Phillips, haveria um *trade-off* entre a taxa de desemprego e a inflação. Se o governo adotasse uma política fiscal expansionista - quer aumentando gastos quer reduzindo impostos, ou, ainda, mediante uma combinação de ambos - o resultado seria uma queda da taxa de desemprego, muito embora acompanhada de elevação da taxa de inflação. Caso optasse por uma política monetária de redução da taxa de juros, haveria crescimento do investimento, ocorrendo a conseqüente redução da taxa de desemprego. O aumento da oferta monetária, que teria ocasionado a redução da taxa de juros, produziria, por seu turno,

elevação da taxa de inflação. Com taxas de inflação residuais e uma preocupação crescente com aumento do nível de emprego, o *trade-off* da Curva de Phillips não preocupava no período. Entretanto, a aplicação desses modelos fundamentados na Curva de Phillips produziu, notadamente na década de 1970, resultados imprevistos e adversos, pois gerou tanto a aceleração da inflação, como a elevação da taxa de desemprego. (Friedman, 1985)

No início da década de 1970, surgiu, no meio acadêmico, um novo modelo conhecido como macroeconomia novo-clássica, cuja hipótese fundamental de expectativas racionais por parte dos agentes econômicos iria influenciar profundamente a literatura econômica. Se considerarmos as hipóteses de competição perfeita e expectativas racionais, poderemos trabalhar com um modelo macroeconômico que estabelece um jogo entre o governo e o setor privado. Nesse jogo, cada lado tenta se antecipar às ações do outro, buscando sempre resultados ótimos. A existência de expectativas racionais pressupõe que os agentes econômicos não apenas utilizam, da melhor forma possível, todas as informações disponíveis, mas também as processam por intermédio de um paradigma de funcionamento da economia, que é por todos partilhado. Tal paradigma é empregado para formar ou atualizar as expectativas. (Cysne e Simonsen, 1995)

No ambiente das expectativas racionais, não existiria o *trade-off* entre taxa de inflação e taxa de desemprego postulado pela Curva de Phillips, eliminando-se, assim, o espaço de manobra para as políticas de gerenciamento da demanda, uma vez que a elevação de preços é imediatamente antecipada pelos agentes econômicos. Em outras palavras, as referidas políticas só poderiam ser efetivas se os agentes econômicos incorressem em erros sistemáticos de previsão, o que conflitaria frontalmente com a existência de expectativas racionais.

Sendo assim, caberia ao Banco Central, no contexto de expectativas racionais, eleger como meta uma variável nominal para monitoramento, como a taxa de inflação no regime de metas inflacionárias, já que não teria como alterar, a longo prazo, as variáveis reais da economia.

Embora a autoridade monetária possa desejar que todos tenham expectativas de uma inflação reduzida, o anúncio de comprometimento com uma inflação baixa não o torna, por si só, crível, uma vez que os agentes econômicos têm plena consciência de que o Banco Central poderia se sentir estimulado a descumprir o anunciado, caso visasse reduzir a taxa de desemprego. É nesse cenário que se discute o papel do Banco Central, a sua forma de atuação, os seus compromissos fundamentais, bem como o significado e a construção de sua reputação. (Blinder, 1999)

2.3.2 Reputação, atuação e compromissos do banco central

A conjectura de que a autoridade monetária poderia deixar de honrar o anunciado produziria uma revisão adversa nas expectativas dos agentes econômicos, justificando, dessa forma, o estabelecimento formal de uma regra de política monetária. Atualmente, essa regra estaria consubstanciada, para um expressivo número de países, no regime de metas inflacionárias. (Meyer, 2001). O governo delegaria a formulação e a condução da política monetária ao Banco Central autônomo, cuja missão seria manter, segundo uma regra preestabelecida, a estabilidade de preços, perseguindo apenas uma meta inflacionária verossímil, que deveria ser antecipadamente anunciada.

A percepção que o público possui do Banco Central dependeria, na visão de Issing (2000), da confiança que se deposita na capacidade de a instituição manter os preços estáveis. Essa confiança deveria ser conquistada, preservada e confirmada por meio de ações desenvolvidas ao longo do tempo. Quanto mais bem-sucedido fosse no cumprimento de seu papel de guardião da estabilidade da moeda, mais robusta seria a sua reputação institucional.

Existiria, observa Cukierman (2000, p.3), “uma correlação positiva entre controle de inflação e transparência da política monetária.” Winkler (2000) observa que o crescente interesse da literatura acadêmica pelo papel da transparência na formulação e condução da política monetária reflete a atenção cada vez maior que os bancos centrais têm reservado à comunicação de sua política monetária. O processo de ampliação da transparência é complexo e apresenta algumas dificuldades de implementação. Na concepção de Winkler (2000, p.13), a primeira tarefa que deveria ser realizada por um Banco Central que desejasse ampliar a transparência “consistiria em tornar a sua visão do mundo compreendida por todos e tornar a informação disponível em uma forma (ou linguagem) que fosse compartilhada com o público e entendida por seus diferentes segmentos.” O estabelecimento de uma regra monetária previamente comunicada, a transparência, o cumprimento do anunciado, a prestação de contas à sociedade e a autonomia do Banco Central seriam elementos que concorreriam para o aumento de confiança na consecução da missão de manter a moeda estável, tornando mais sólida a reputação da autoridade monetária. (Meyer, 2000)

3 | METODOLOGIA

O problema fundamental de nossa pesquisa era verificar se a imagem corporativa constituía uma dimensão participante da percepção dos agentes econômicos em relação ao desempenho do Banco Central. Em função de sua natureza exploratória, já que não há conhecimento acumulado na área, a pesquisa não objetivou sugerir nem testar hipóteses, embora esperássemos que estas surgissem ao seu término,

possibilitando a posterior construção de um modelo robusto de reputação do Banco Central.

3.1 Amostra

A amostra foi constituída por 40 participantes do Encontro de Coordenadores de Cursos de Economia, promovido pelo Conselho Regional de Economia (CORECON), do Rio de Janeiro, no dia 12 de março de 2002.

3.2 Coleta de dados

Dentre as técnicas de coleta de dados primários, utilizamos o questionário estruturado e autoadministrado. O questionário foi decomposto em duas seções. A primeira foi constituída de afirmativas relativas à atuação, à imagem e aos compromissos assumidos pelo Banco Central perante a sociedade. Nessa seção, empregamos a escala Likert de 5 pontos, com respostas graduadas segundo “concordo totalmente” a “discordo totalmente”.

As aludidas afirmativas procuraram avaliar a percepção do respondente quanto à atuação do Banco Central nas áreas monetária, cambial e de fiscalização; quanto aos compromissos assumidos pela instituição, conforme reza a literatura atual sobre bancos centrais; e quanto à sua imagem, nos moldes seguidos pelos pesquisadores de imagem corporativa. No tocante à avaliação da imagem corporativa, consideramos as variáveis utilizadas por Andreassen e Lindestad (1998) para mensurar imagem, quais sejam: a) a opinião global sobre a organização; b) a opinião sobre a contribuição da corporação para o bem-estar da sociedade; e c) a admiração desfrutada pela organização.

3.3 Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas e multivariadas, com auxílio do *SPSS for Windows*, versão 10.0. Dada a finalidade do presente estudo, empregamos a análise fatorial na sua modalidade exploratória, com extração de componentes principais e rotação ortogonal.

4 | RESULTADOS

Dos 40 respondentes, 52,5% eram do sexo masculino e 47,5%, do sexo feminino. Noventa e cinco por cento dos respondentes eram economistas e 35% tinham curso de pós-graduação.

A propriedade do emprego da análise fatorial foi comprovada pelo valor de 0,701 para a *Measure of Sampling Adequacy* (MSA), que superou o limite mínimo aceitável, segundo Hair et al (1998). O teste de esfericidade de *Bartlett*, que avalia

a presença de correlações entre as variáveis, também mostrou ser significativo ao nível de $p < 0,001$.

Quanto ao número de fatores que representaram a estrutura subjacente de dados, o critério utilizado foi o de autovalores (*eigenvalues*) superiores a 1, o que supõe que qualquer fator individual deva ser responsável pela variância de, pelo menos, uma variável. O VARIMAX foi o método de rotação ortogonal empregado.

A obtenção de cinco fatores, entre os quais está a imagem corporativa, constituiu o principal resultado da pesquisa. Os fatores explicaram 73,53% da variância total inicial. As *comunalidades* de todas as variáveis foram superiores a 50 por cento. Ou seja, o montante de variância explicada pela solução de fator para cada variável superou o limite mínimo de 60% recomendado por Hair et al. (1998).

As variáveis, as cargas fatoriais e os fatores relacionados à percepção do desempenho do Banco Central, cujas interpretações encontram-se descritas abaixo, estão relacionados na Tabela 1.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Transparência de critério para taxa de juros	0,684				
Clareza do conteúdo dos documentos	0,740				
Prestação anual de contas convincente	0,483				
Reputação forte dos Dirigentes	0,789				
Opinião positiva do público		0,816			
Contribuição da instituição para o bem-estar social		0,948			
Admiração por parte do público		0,674			
Determinação com a estabilidade de preços			0,670		
Fiscalização rigorosa			0,675		
Condução eficiente da política monetária				0,622	
Patamar adequado da taxa de juros				0,518	
Cumprimento do anunciado				0,540	
Reputação forte do corpo funcional				0,859	
Atuação oportuna no mercado de câmbio					0,920

Tabela 1 – Variáveis, Cargas Fatoriais e Fatores relacionados à Percepção do Desempenho do Banco Central

Fonte: Elaboração Própria

O Fator 1 (Transparência) constituiu-se das seguintes variáveis: i) Transparência com relação aos critérios empregados na definição do patamar da taxa básica de juros; ii) Clareza com relação ao conteúdo dos documentos (resoluções, comunicados, circulares etc.) publicados pelo Banco Central; iii) Prestação anual de contas convincente pelo presidente da instituição; e iv) Reputação forte dos Dirigentes do Banco Central. Percebemos, nesse fator, a presença da reputação dos dirigentes, uma vez que transparência e prestação de contas só são críveis quando a reputação daqueles que transmitem a informação e prestam contas é robusta.

Do Fator 2 (Imagem Corporativa), participam as seguintes variáveis: i) Opinião

positiva do público com relação ao Banco Central; ii) Contribuição do Banco Central para o bem-estar social; e iii) Admiração do Banco Central pelo público. Convém notar que todas as variáveis propostas por Andreassen e Lindestad (1998) para mensurar imagem corporativa aparecem reunidas em um mesmo fator, com cargas fatoriais significativas.

No Fator 3 (Compromisso Institucional), encontramos as seguintes variáveis: i) Determinação com a estabilidade de preços; e ii) Fiscalização rigorosa das instituições financeiras. De fato, o compromisso maior do regime de metas inflacionárias, estabelecido no Brasil pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, é a estabilidade de preços. Nesse contexto, a fiscalização das instituições financeiras passa a ter papel de destaque, uma vez que a desconfiança quanto à sua solvabilidade, poderia colocar em risco o objetivo maior de controle da oferta monetária.

No Fator 4 (Política Monetária na Ótica das Metas Inflacionárias), estão incluídas as seguintes variáveis: i) Condução eficiente da política monetária; ii) Patamar adequado da taxa de juros básica; iii) Cumprimento do anunciado; e iv) Reputação forte do corpo funcional. No regime de metas inflacionárias, a variável eleita pela autoridade monetária para atingir o seu objetivo maior de estabilidade de preços é a taxa de juros. Nesse ambiente, a correta regulação desempenha papel fundamental. Para tanto, é imprescindível que os instrumentos de política monetária, principalmente as operações de mercado aberto, sejam administrados de forma eficiente. A reputação do corpo funcional desempenha papel de destaque, pois, no âmbito operacional, é ele quem realiza, diária ou periodicamente, dependendo da situação, as intervenções no mercado de reservas bancárias.

No Fator 5 (Atuação do Banco Central no Mercado Cambial), encontramos apenas a variável atuação oportuna do Banco Central no mercado de câmbio. Isso pode ser explicado pelo fato de que, no regime de metas inflacionárias, deve-se trabalhar, simultaneamente, com um regime de taxa de câmbio flutuante, ainda que não de forma pura. Nesse regime, o Banco Central só deve intervir no mercado de câmbio em situações muito especiais. Como os respondentes eram preponderantemente economistas, com acentuado perfil acadêmico, fica justificada a existência dessa única variável, cuja carga fatorial é, por sinal, extremamente elevada (0,92).

5 | CONCLUSÕES

Os resultados obtidos permitiram responder à questão fundamental da pesquisa, bem como aprofundar a compreensão do assunto. A imagem corporativa é, de fato, uma dimensão importante na percepção do desempenho do Banco Central e não deve ser ignorada em estudos sobre a sua reputação corporativa.

Convém tecermos algumas considerações sobre as contribuições dos resultados dessa pesquisa para estudos futuros sobre reputação corporativa dos bancos centrais.

Blinder (1999) afirma que, na visão dos dirigentes de bancos centrais, credibilidade significa que os agentes econômicos acreditam nos pronunciamentos, mesmo que inexista obrigação legal para seu cumprimento e que possa haver, inclusive, incentivo de curto prazo para não respeitá-los. Esse tipo de credibilidade seria, na concepção de Blinder (1999), dolorosamente construída pelo banco central, com base em um histórico de ações que correspondam rigorosamente às suas declarações. A concepção de Blinder (1999) sobre credibilidade se assemelha ao conceito de reputação corporativa proposto por Alessandri (2001a), sem trilhar, contudo, o caminho por ela desenvolvido, no qual “tanto a consistência como a repetição é imperiosa para as firmas que tentam conquistar uma imagem corporativa favorável – e, em última análise, uma reputação corporativa positiva – na mente do público” (Alessandri, 2001a, p.180). A imagem corporativa robusta é condição necessária para uma reputação forte porque “a reputação corporativa é formada ao longo do tempo por impressões repetidas da imagem corporativa, sejam positivas ou negativas.” (Alessandri, 2001a, p. 177). Mesmo quando considera a reputação corporativa, significando, quase na totalidade dos casos, credibilidade, a literatura macroeconômica atual não se preocupa em pesquisar se existe uma outra dimensão - conceituada, neste artigo, como imagem corporativa - que possa participar de sua determinação. Os resultados do presente estudo mostram a existência da imagem corporativa como dimensão relevante na percepção do desempenho do Banco Central. Nesse sentido, é recomendável que a macroeconomia atual considere os resultados dos estudos do marketing e das áreas correlatas sobre o assunto, para que possa melhor compreender o nexos causal entre as diferentes dimensões que influenciam a percepção acerca do desempenho e da reputação do Banco Central junto à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALESSANDRI, S.W. Modeling corporate identity: a concept explication and theoretical explanation. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 16, n. 4, p. 173 - 182, 2001a.
- _____. **Projecting and Protecting Corporate Identity on the Web**: An Exploration of Companies of Varying Size. Disponível em: <<http://www.americancomm.org/2001papers/CIwebpaper>>. Acesso em: 23 jul. 2001b.
- ANDREASSEN, T.W. e LINDESTAD, B. Customer loyalty and complex services: The impact of corporate image on quality, customer satisfaction and loyalty for customers with varying degrees of service expertise. **International Journal of Service Industry Management**, v. 9, nº 1, 1998.
- BICKERTON, D. Corporate reputation versus corporate branding: the realist debate. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 5, n. 1, p. 42-48, 2000.
- BLINDER, A. S. Central Bank Credibility: Why do we care? How do we build it? **NBER Working Paper Series**, n. 7161, p.1-23, June 1999.
- CUKIERMAN, A. Establishing a Reputation for Dependability by Means of Inflation Targets.

Economics of Governance, v.1, n. 1, p.1-35, February 2000.

CYSNE,R.P.; SIMONSEN, M.H. **Macroeconomia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOWLING, G.R. Managing your corporate images. **Industrial Marketing Management**, v. 15, n. 2, p. 109-115, 1986.

FRIEDMAN, M. Inflação e Desemprego: A Novidade da Dimensão Política. **Literatura Econômica**, v. 7, n. 3, p.381 - 408, 1985.

GOTSI, M. e WILSON, A. M. Corporate reputation: seeking a definition. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 6, n. 1, p.24 -30, 2001.

HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. New York: Prentice-Hall, 1998.

ISSING, O. Should we have faith in central banks? **European Central Bank** [online]. Disponível em:<http://www.ecb.int/key/00/sp001026_2.htm>. Acesso em 21 jun. 2001.

KENNEDY, S.H. Nurturing corporate images: total communication or ego trip? **European Journal of Marketing**, v. 11, n. 3, p. 120-164, 1977.

KLINE, P. **An Easy Guide to Factor Analysis**. London: Routledge, 1999.

MARKWICK, N. e Fill, C. Towards a framework for managing corporate identity. **European Journal of Marketing**, v. 31, n. 5/6, p. 306-409, 1997.

MARTINEAU, P. Sharper Focus for the Corporate Image. **Harvard Business Review**, v. 36, n. 6, p. 49-58, Nov-Dec 1958.

MEYER, L.H. The Politics of Monetary Policy: Balancing Independence and Accountability. The Federal Reserve Board. [online]. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/htm>>. Acesso em: 23 jun.2000.

_____. Inflation Targets and Inflation Targeting. **The Federal Reserve Bank of St. Louis**, p. 1-13, November/December 2001.

SANDBERG, K. Kicking the Tires of Corporate Reputation. **Harvard Management Communication Letter**, p.1 - 4, jan. 2002.

VAN REKOM, J. Deriving an operational measure of corporate identity. **European Journal of Marketing**, v. 31, n. 5/6, p.410-422, 1997.

WINKLER, B. Which Kind of Transparency? On the need for clarity in Monetary Policy-Making. **European Central Bank Working Paper**, n. 26, p.1-31, August 2000.

EBC: A CIDADANIA PERDIDA

Valéria de Castro Fonseca

Universidade de Brasília-UnB
Brasília-DF

Célia Maria Ladeira Mota

Universidade de Brasília-UnB
Brasília-DF

EBC: THE LOST CITIZENSHIP

ABSTRACT: This paper focuses on citizenship exercise restrictions imposed on *Empresa Brasil de Comunicação* (Brazilian Communication Company - EBC) in which was held an intervention, through a provisional measure (MP), in the first twenty four hours of the Temer government. This measure, which has changed the company statute and its communicative practices, persists until now in the Bolsonaro government. This study applies the methodological assumptions of Narrative Critical Analysis (Gonzaga Motta, 2013) in the text of MP 744/2016, in order to verify the authoritarian symbolism of the government act and the provisional measure impact on freedom of expression in Brazil. With this serious change in EBC, the foundations for a citizenship linked to the public affairs and to common goods disappear. Therefore, citizenship itself loses its political force and its public space.

KEYWORDS: citizenship; public communication; provisional measure; narrative

1 | INTRODUÇÃO

Quando nos referimos à Empresa Brasil de Comunicação, de que comunicação estamos falando? Os governos criam secretarias de Comunicação e até concedem

RESUMO: Este trabalho tem como foco as restrições para o exercício de uma cidadania plena por parte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que sofreu uma intervenção, por meio de medida provisória, durante o governo Temer, com alterações no seu estatuto e nas suas práticas comunicativas, mudanças essas que até então perduram no governo Bolsonaro. Utilizamos os pressupostos metodológicos da Análise Crítica da Narrativa (Gonzaga Motta, 2013) no texto da MP 744/2016, a fim de verificar o simbolismo autoritário do ato do governo e o impacto da medida para a liberdade de expressão no Brasil. Com a mudança na EBC desaparecem os fundamentos para uma cidadania vinculada à coisa pública e ao bem comum, sendo a própria cidadania que perde sua força política e seu espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação pública; medida provisória; narrativa.

status de ministros a seus titulares, mas, conforme salienta Martins (2012, p.41), são departamentos que cuidam da comunicação do governo e não da comunicação da sociedade. Esta requer uma empresa aberta à sociedade civil e seus diferentes órgãos, uma empresa plural, capaz de se tornar verdadeiramente um espaço público, independente dos poderes constituídos.

Hoje, em que pesem os esforços de diferentes grupos sociais e de estudiosos da Comunicação, existe uma grande distorção entre os sistemas de comunicação social devido à presença maciça do sistema privado, o que tem impedido a consolidação de um sistema público autônomo e independente que ofereça uma alternativa aos sistemas privado e estatal e, acima de tudo, contribua para construir a pluralidade e a diversidade necessárias à formação de uma opinião democrática, a exemplo do que ocorrem em países como Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unidos.

Na base das discordâncias está presente o conceito de comunicação, ora visto como um serviço oferecido pelo Estado aos contribuintes, ora concebido como um direito, um dos direitos humanos. No âmbito das Américas, a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, declara que “toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha” (Organização dos Estados Americanos, 1969, Art. 13).

Ao longo das décadas, a consolidação do direito à liberdade de expressão foi sendo acompanhada pelo surgimento de outros princípios jurídicos, entre os quais, o direito à informação (que inclui o direito de cada indivíduo em informar, se informar, e ser informado) e a liberdade de imprensa (liberdade de dizer, escrever, documentar e veicular aquilo que é de interesse público).

Os constituintes que escreveram a atual Constituição brasileira, de cinco de outubro de 1988, se debruçaram sobre os objetivos e valores que o Estado e a sociedade brasileira devem concretizar ou pelo menos almejar. Um desses valores substantivos almejados no processo constituinte foi o direito à comunicação. Nesse sentido, o texto constitucional prevê inúmeras regras protetivas ao direito à comunicação. Como exemplos podem ser citados o artigo 5º, em vários de seus incisos e os artigos 220 a 224, que se referem à comunicação social e aos direitos de cidadania.

2 | O SURGIMENTO DA EBC

O surgimento de uma Empresa Brasil de Comunicação veio suprir uma falha na inexistência de uma empresa pública aberta à cidadania. A empresa começou a ser idealizada em maio de 2007, quando o tema TV pública foi debatido durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, em Brasília. O evento envolveu amplos setores

da sociedade civil, como acadêmicos, comunicadores, cineastas, jornalistas, movimentos sociais, dirigentes de emissoras de rádio e televisão não comerciais, assim como grupos e entidades dedicados a refletir sobre a comunicação. Como resultado, foi aprovada uma proposta básica denominada Carta de Brasília.

Com base nesta proposta, foi organizado um grupo de trabalho, na presidência da República, que estudou modelos e alternativas e elaborou as bases da Medida Provisória 398, propondo a criação de uma nova empresa pública federal, com fundamento jurídico no artigo 223 da Constituição Federal. Sua missão institucional seria implantar e gerir os serviços de radiodifusão pública federais. Em outubro de 2007, com a edição da Medida Provisória 398, depois convertida pelo Congresso na Lei 11.652/2008, foi autorizada a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Ao herdar os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), a EBC ficou encarregada de unificar as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. Além disso, adquiriu como missão articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública. Missão que estava cumprindo passo a passo até o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido no início da tarde de 31 de agosto de 2016.

Neste mesmo dia, três horas depois, Michel Temer toma posse em definitivo como presidente da República, no plenário do Senado: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”, declara Temer com a mão sobre a Carta Magna. Por volta das 19h, o presidente recém-empossado embarca em viagem oficial à China.

No dia seguinte, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, na condição de presidente da República em exercício, assina a MP 744/16, medida que atribui a indicação do presidente da EBC ao ministro da Casa Civil (e não mais à Secretaria de Comunicação da presidência da República), transfere para o presidente da República o poder de nomear e exonerar os membros da Diretoria-Executiva da EBC, e extingue o Conselho Curador, que dentre seus 22 titulares contava com 15 representantes da sociedade civil, com competência para, dentre outras, deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais, informativas e sobre a linha editorial de produção da EBC.

Dessa forma, a MP 744/16 altera substancialmente a EBC, uma empresa pública sob a forma de sociedade anônima, que integra veículos como TV Brasil, Agência Brasil, Rádio MEC e Rádio Nacional. A propósito, o que é medida provisória? Quais suas causas e efeitos?

3 | A MEDIDA PROVISÓRIA

O primeiro efeito da MP 744/2016 que mudou a estrutura da EBC é a sua entrada em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União. O instrumento jurídico da medida provisória foi criado pela Constituição de 1988. A Assembleia Nacional Constituinte foi buscar este instrumento na doutrina e no direito positivo italiano e espanhol, e o inseriu na Carta Magna, em substituição ao decreto-lei utilizado pelos presidentes militares. Durante os trabalhos da Constituinte, cogitou-se largamente a implantação do sistema parlamentarista de governo. No entanto, os constituintes aprovaram de última hora o regime presidencialista, e incluíram a medida provisória no texto final da Constituição. Assim, a Constituição/88, em seu artigo 62, posteriormente alterado pela Emenda Constitucional 32/2001, adotou a medida provisória, que constitui um instrumento jurídico reservado ao presidente da República, em casos de relevância e urgência, com prazo de sessenta dias, prorrogáveis por igual período, dependendo da aprovação do Congresso Nacional para se tornar lei.

No que diz respeito à MP 744/2016, o governo Temer não apresentou os motivos de relevância e urgência para fazer uso do instrumento jurídico. Logo, cabe perguntar: como a edição de MPs é fiscalizada pelo legislativo? E pelo judiciário? De que maneira esta MP atua na comunicação pública? De que maneira esta MP interfere na garantia de cidadania? Como analisar a repercussão dessa medida provisória?

4 | METODOLOGIA

Neste artigo, examinamos o texto da MP 744/16 utilizando os pressupostos teóricos da Análise Crítica da Narrativa (Gonzaga Motta, 2013), com o objetivo de verificar as características do ato do governo e o impacto da medida para a liberdade de expressão no Brasil. Consideramos que uma medida provisória, como instrumento jurídico, contém elementos característicos de uma narrativa, como personagens, protagonistas e antagonistas, ações, conflitos, e a própria disputa de poder.

A Narrativa Crítica engloba métodos e procedimentos que não seguem um modelo fechado, mas procuram orientar-se pela reformulação discursiva, reconstrução de personagens, identificação da estratégia narrativa e sua análise, e revelação das meta narrativas.

Para Gonzaga Motta (2013), a análise crítica da narrativa, enquanto um processo de coprodução de sentidos, possibilita a compreensão das relações de poder entre os interlocutores, o papel dos personagens nos conflitos da narrativa, seus significados. O caminho é a busca do sentido, sendo que o texto é apenas o ponto de partida para a análise.

Pela análise crítica da narrativa, há três instâncias de análise operacional: 1.

plano de expressão - superfície do texto (linguagem ou discurso), que propicia a primeira leitura do texto; 2. plano da história (ou conteúdo), que engloba personagens e ações; 3. plano da metanarrativa (tema de fundo), que identifica os sentidos mais amplos da narrativa.

Vale ressaltar que as narrativas só existem em contexto, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob a pena de perderem o seu objeto determinante.

5 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de compreender a narrativa, qualquer que seja a sua natureza, é fundamental considerar qual a sua intervenção na vida de uma comunidade ou país. Claude Bremond (2011) nos diz que toda narrativa consiste em um discurso integrando uma sucessão de acontecimentos dotados de significação, pois estão necessariamente relacionados ao interesse humano, e organizados em uma série temporal estruturada.

Por sua vez, Barthes (2011) afirma que a forma da narrativa tem o poder de distender os signos ao longo da história, e agregar expansões imprevisíveis nestas distorções pela inserção de unidades que vêm de outras sequências ou episódios, cuja integração irá permitir orientar a compreensão dos acontecimentos imbricados.

De outra parte, Vladimir Propp, em *Morfologia do Conto Maravilhoso*, afirma que todo desenvolvimento narrativo parte de um dano ou uma carência que implicam uma busca, funcionando como o nó do acontecimento-intriga, passando por funções intermediárias, sequências ou episódios e terminando com o desenlace ou reparação do dano. Para Propp, um sistema de informações se desenvolve na narrativa ligando um episódio a outro, sendo que a informação também pode ser omitida ou tomar o aspecto de um diálogo. O fato é que as personagens devem conhecer alguma coisa – uma informação, uma conversa, sinais, queixas, calúnias, para começar a agir.

No que se refere à MP 744/2016, temos uma expressão de intervenção social, com desdobramentos e reverberações decorrentes da própria natureza jurídica do texto.

Outra questão importante a analisar é o impacto da medida para a garantia de uma cidadania mais plena, de maior inclusão social.

6 | ANÁLISE DA MP 744/2016

É importante ressaltar que a divisão de análise do texto em plano de expressão, plano da história e plano de fundo é feita para fins metodológicos, “distinguir esses três planos é um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa.” (Motta, 2013, p. 135).

Plano de expressão: Os termos **medida provisória, altera, assuntos**

jurídicos, passa a vigorar, alterações, será administrada, será composta, serão nomeados e exonerados, ficam revogados revelam uma primeira leitura ao longo do texto um encadeamento de conceitos e ações que convocam uma reformulação discursiva e remexem nos efeitos de sentido. Norberto Bobbio, em *Teoria do ordenamento jurídico*, afirma que “o objeto de regulamentação por parte das normas jurídicas são todas as ações possíveis do homem, e entendemos por ações possíveis aquelas que não são nem necessárias nem impossíveis;” (BOBBIO, 1997, p. 24).

Ao mesmo tempo, os termos acima relacionados explicitam a oposição entre a lei anterior e a medida provisória, e delineiam uma ação imposta como elementos estruturadores do texto, evidenciando um conflito já existente e que traz desdobramentos com a nova medida.

Da mesma forma, o termo **força de lei** revela os efeitos de sentido jurídicos do texto, como uma expressão que remete diretamente ao direito. Segundo Jacques Derrida (2003), em sua obra *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*, o termo **força de lei** mostra a sua relação entre o direito e a justiça, entre o poder, a autoridade e a violência, uma vez que a justiça não se esgota pelas instituições jurídicas:

Como distinguir entre esta força da lei, esta —força de lei, como se diz em francês e em inglês, creio eu, e por outro lado a violência que se julga sempre injusta? Que diferença existe entre, por um lado, a força que pode ser justa, em todo o caso julgada legítima (não apenas o instrumento ao serviço do direito, mas o exercício e o próprio cumprimento, essência do direito), e, por outro lado, a violência que se julga sempre injusta? O que é uma força justa ou uma força não violenta? (DERRIDA, 2003, p. 13).

O termo **serão nomeados e exonerados** funciona, no plano da expressão, como um recurso de linguagem que vai produzir efeitos de sentido no enunciado, conferindo poder ao presidente da República em exercício Rodrigo Maia, enquanto sujeito dessa ação.

A voz única e predominante do texto é a voz da autoridade, por força de lei, dá-se então a reconstrução da narrativa no tocante ao quadro histórico de reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação, num silenciamento de vozes opositoras.

Ricoeur (2012) afirma que sempre podemos narrar de outro modo, pela supressão, deslocamento de ênfases, reconfiguração dos protagonistas da ação e os contornos dessa ação, desde a contribuição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento.

Plano da história: A expressão **presidente da Câmara dos deputados, no exercício do cargo de Presidente da República**, logo abaixo da exposição de motivos da medida provisória 744/2016, apresenta um sujeito real, como protagonista, conferindo à análise o elemento estruturante da narrativa. No plano da história, a estratégia argumentativa do presidente em exercício é o uso da autoridade para a

edição de uma medida que sustenta, reafirma e garante o poder de decidir sobre a estrutura da EBC. Ao alterar a relação entre a EBC e o Estado, subordinando-a à Casa Civil, a presidência da República mostra como a realidade deve ser, como os sujeitos devem agir a partir da edição da medida provisória.

Pela análise crítica da narrativa, o indivíduo mesmo sendo real, representa a função de personagem no plano da história, sendo uma *figura de papel* barthiana. Seguindo esse fio narrativo, temos as instituições **presidência da República, Casa Civil e EBC** como protagonistas, sendo possível perceber a MP 744/2016 como um acontecimento sócio-político que atinge a EBC e conseqüentemente a comunicação pública, ao desvincular a Empresa Brasil de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República, passando a responder diretamente à Casa Civil da presidência.

O art. 2º. da MP, pelo não-dito e pela omissão, apresenta nas entrelinhas um novo sujeito-personagem da narrativa, o Conselho Curador, que atua no texto como antagonista sumariamente eliminado pela revogação dos art. 15 a art. 17 e do inciso VIII do caput do art. 8º. da Lei 11.652/2008. Surge no texto um silenciamento imposto e velado, visto que não é mencionado o termo Conselho Curador, revelando a omissão de vozes que antes compunham o Conselho, interrompendo conexões e elos que estruturavam a EBC.

Dessa forma, a MP ainda contribuiu de forma expressiva para o desmantelamento da comunicação no espaço público ao extinguir o Conselho Curador, que dentre seus 22 titulares contava com 15 representantes da sociedade civil, com competência para, dentre outras, deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais, informativas e sobre a linha editorial de produção da EBC. Tendo que prestar contas unicamente ao governo Temer, que lançou mão da MP, a EBC perde seu caráter de comunicação pública, perde ao excluir a sociedade civil, perde a pluralidade de vozes e de conteúdo, perde em qualidade democrática.

No plano da história, os personagens e suas ações revelam o mundo da narrativa, com sujeitos praticando ações em datas e lugares determinados e reais que vão compor o relato num jogo de sentidos em permanente construção. Jameson nos faz lembrar que “pode-se acrescentar a isso a condição de que a História, a não ser sob a forma textual, nos é acessível, ou seja, que só pode ser abordada por meio de uma (re)textualização anterior.” (Jameson, 1992, p.75).

Plano da metanarrativa: Na análise de um ato jurídico como a medida provisória, que estamos empreendendo neste trabalho, o plano da metanarrativa é a terceira etapa onde o texto abre caminho para sua inserção na história e na estrutura profunda social e cultural. O que precisamos ainda investigar é como uma medida provisória como a que analisamos se insere no contexto sócio histórico em que as mensagens são produzidas, circuladas e recebidas e suas formas de interação. No caso em análise, este contexto histórico implica a evolução das práticas de cidadania, iniciadas com a Constituição de 1988.

Em primeiro lugar, é importante situar o conceito de cidadania, que foi desenvolvido por diferentes correntes de pensamento. Pereira e Morigi (2011) adotam em seus estudos a mesma concepção de cidadania usada por Marshall (1967), onde ela é vista como um conjunto de direitos e deveres atribuídos a todos os membros de uma sociedade.

Estes estudos atribuem à cidadania três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais. Os direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à apropriação, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade e está relacionado ao voto. Os direitos sociais se baseiam na ideia central de justificação social; incluem direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria; permitem reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar a todos. Desta forma, os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva (PEREIRA E MORIGI, 2011, p. 255).

De acordo com os autores, os elementos que contribuem para a efetivação dos direitos no âmbito da sociedade são: o debate público e democrático; a circulação e o compartilhamento de informações e a mobilização dos atores sociais comprometidos. Temos então que a democracia está ligada diretamente com a questão da comunicação e o acesso a informação.

O direito de informação e comunicação é considerado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O artigo 19 diz: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. O direito à informação e o direito à comunicação são tão expressivos que a mídia ganhou até mesmo o termo “quarto poder”, referindo-se a sua força de vigiar os outros três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A função do jornalismo no exercício de sua democracia deve ser assim a de fiscalizar políticos e governos, informar o cidadão, denunciar e debater temas importantes à sociedade.

7 | A HIPERTROFIA DO SETOR PRIVADO

O surgimento da EBC no panorama nacional trouxe à tona uma característica dos meios de comunicação no Brasil, a hipertrofia do Sistema Privado de Comunicação, com sérios prejuízos para o conjunto da sociedade. Segundo o pesquisador Venício Arthur de Lima (2016), a Constituição Federal de 1988 constitui um marco de referência na legislação da radiodifusão no país. Como resultado de anos de luta de setores da academia e da sociedade civil organizada, nela foram inscritas normas e princípios que teriam sido capazes de alterar substantivamente

a estrutura concentrada e oligopolizada da radiodifusão brasileira no rumo de sua democratização. Nesta trajetória, a criação da Empresa Brasil de Comunicação representou um marco, no sentido de fortalecer o sistema público e permitir mais diversidade e pluralidade na produção de conteúdo cultural e jornalístico.

Como nos demais países da América Latina, no Brasil o sistema público de comunicação também enfrenta resistências por parte da população. Segundo o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, a mídia pública na região tem uma tradição histórica de estar a serviço do governo da vez quando deveria servir aos cidadãos. Em entrevista ao Centro Knight, Valerio Fuenzalida, especialista chileno em mídia e professor da Pontifícia Universidade Católica do Chile, disse que os meios de comunicação pública na América Latina ainda são caracterizados por baixa credibilidade e audiência.

No mesmo sentido, Fernando Oliveira Paulino, professor da faculdade de comunicação da Universidade de Brasília (UnB), considerou que os interesses governamentais ainda estão muito presentes em veículos da região, tanto públicos como privados. Ele afirmou que existe um problema de ordem social comum na América Latina, porque não há uma cultura de comunicação pública, o que torna mais difícil o desenvolvimento desses meios. Segundo Paulino, é muito comum que, nesses veículos, o conceito de ‘público’ seja confundido com ‘do governo’.

Estas distorções se agravam quando se pensa no conceito de cidadania e na gama de direitos que envolve. Além das experiências neoliberais na América Latina terem sido construídas dentro de distintos contextos com suas próprias contradições, no Brasil, o professor Venício Arthur de Lima afirma que circunstâncias históricas favoreceram a consolidação de um sistema privado de comunicação social como ator político muito mais poderoso do que em outras sociedades nominalmente democráticas.

8 | O FIM DO SONHO

O desequilíbrio entre a comunicação pública e a privada se agravou desde a destruição da experiência de implantação do projeto de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que foi levada a cabo pelo governo do presidente Temer, e consolidada no governo Bolsonaro, que manteve na EBC o caráter de empresa de governo.

A medida provisória que determinou mudanças na EBC retirou da empresa todas as experiências de construção de uma comunicação pública que a transformava num instrumento de expansão da cidadania no país. A EBC se tornou um veículo estatal. A medida do governo feriu de morte a empresa pública e, de quebra, atingiu em cheio o direito pleno à comunicação, pilar de uma cidadania mais vigorosa. Para uma sociedade que almeja ser pluralista e democrática, a liberdade de expressão é fundamental.

O autoritarismo de uma medida provisória que cerceia a liberdade de informação e de expressão marca os novos tempos em vigor no Brasil, em que a comunicação perde o espaço público. São tempos nos quais a diversidade social e política ganha novos parâmetros, mais condizentes com um país que caminha para um tipo diferente, porém simbólico, de ditadura.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as mudanças implantadas pelo governo Temer, a EBC vem sofrendo violências, o que tem gerado críticas nas redes sociais e em vários setores da sociedade civil, jogando por terra toda uma luta de jornalistas, comunicadores, professores, que conseguiram construir um capítulo de Comunicação Social mais abrangente na questão dos direitos à comunicação na Constituição de 1988. Com a mudança na EBC desaparecem os fundamentos para uma cidadania vinculada à coisa pública e ao bem comum. São direitos que foram ameaçados, e é a própria cidadania que perde sua força política e seu espaço público.

Mais recentemente, em abril de 2019, jornalistas da EBC protestaram contra a censura imposta pela direção da empresa ao noticiário sobre os 55 anos do golpe militar de 1964. A empresa proibiu o uso de palavras como ‘golpe’ e ‘ditadura’. Em protesto contra a atitude autoritária da direção da EBC, os jornalistas trabalharam vestidos de preto naquele dia. Outra mudança também mereceu o repúdio da classe jornalística: para diminuir custos, a direção da EBC, que é uma empresa pública, determinou a fusão da programação com a TV NBR, que é uma emissora do governo federal.

De medida em medida, o sonho de uma empresa pública voltada para a consolidação da democracia e da defesa dos direitos humanos vai ficando no passado.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.

JAMESON, Fredric. *O Inconsciente Político – a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

LIMA, Venício Arthur. ‘Neoliberalismo, Democracia e Mídia’. In: Revista digital Carta Maior, 19/9/2016.

MACHADO, Luís Fernando Pires. *MPs: gênese, causas e efeitos*.

MARTINS, Luís. ‘Comunicação, regulação e cidadania’. In: PEREIRA, Fábio, MOURA, Dionne, ADGHIRNI, Zélia. *Jornalismo e Sociedade*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora da UnB, 2013

PEREIRA, Patrícia Mallmann; MORIGI, Valdir José. “Informação e cidadania: apropriação das tecnologias digitais na inclusão social brasileira”. In MORIGI, José; GIRARDI, Ilza; ALMEIDA, Cristóvão (orgs.). *Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e contextos*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Paris: Editora Seuil, 1983 (primeira edição).

Entrevistas de Valério Fuenzalida e Fernando Oliveira Paulino ao artigo *Digitalização pode ajudar mídias públicas latino-americanas a sair da crise*, do Centro Knight, Universidade do Texas (2016).

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Arlete Candido Monteiro Vieira

ABPES – Associação Brasileira de Pesquisadores
em Economia Solidária
arletemonteiro@terra.com.br

RESUMO: O alto nível de informalidade e problemas de viabilidade econômica são os maiores entraves e desafios para que os empreendimentos de economia solidária possam firmar-se como alternativa de trabalho e renda, para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e econômica. Entretanto, apesar dessas dificuldades, muitas experiências de sucesso, como aponta Singer (2008), demonstram que é possível construir alternativas de trabalho com base em relações solidárias. É notório que existe uma dependência ao capitalismo, que irá existir em virtude das relações de mercado, mas, é importante ressaltar que além do trabalho e renda, esses trabalhadores também necessitam de uma rede de proteção sob o aspecto previdenciário. O objetivo deste estudo, de natureza bibliográfica e descritiva é demonstrar que a instauração do Regime Jurídico da Economia Solidária também deverá perpassar pela instituição da legislação previdenciária que permita aos trabalhadores figurarem em uma das categorias de contribuintes/segurados, com um mínimo de garantia previdenciária ao atingir a idade

não produtiva. Será apresentada e discutida a legislação previdenciária brasileira atual, suas formas de contribuição e benefícios. Espera-se trazer a discussão elementos que venham facilitar o entendimento e a necessidade emergente de proteção a esta classe de trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; previdência social; seguro.

THE SOCIAL WELFARE OF (DES) ASSISTED WORKERS IN SOLIDARITY VENTURES

ABSTRACT: The high level of informality and problems of economic viability are the main obstacles and challenges for the projects of solidarity economy can be established as a work and income alternative for workers in situations of social and economic vulnerability. However, despite these difficulties, many successful experiences, as Singer (2008) points out, demonstrate that it is possible to construct work alternatives based on solidary relationships. It is clear that there is a dependence on capitalism, which will exist due to market relations, but it is important to emphasize that in addition to work and income, these workers also need a network of protection under the social security aspect. The objective of this study, of a bibliographical and descriptive nature, is to demonstrate that the introduction of the Solidarity Economy Legal

Regime must also be to go along the social security legislation that allows workers to belong to one of the categories of taxpayers / insured persons, with a minimum social security guarantee when reach the unproductive age. It will present and discuss the current Brazilian social security legislation, its forms of contribution and benefits. It is hoped to bring the discussion elements that will facilitate the understanding and the emerging need of protection to this class of workers.

KEYWORDS: solidarity economy; social security; insured.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2015), o fato de a economia solidária ser um fenômeno social e econômico diverso, pode ser considerado como uma possível proposta de organização das camadas populares da sociedade, o que vem de encontro ao que preconiza Paul Singer (2002) afirmar que o surgimento da Economia Solidária no Brasil foi como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar, o que fez nascerem as primeiras experiências do trabalho solidário.

Singer ainda deixa claro que a economia solidária requer um relacionamento com a sociedade civil para se desenvolver, uma articulação de diversos tipos de recursos como: fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnica e científica, capacitação continuada e marco legal. (SINGER, 2002,2003).

De acordo com Forte (2015) os atores individuais e coletivos, representados no Movimento da Economia Solidária buscam na relação com a esfera estatal, formas de viabilizar a Economia Solidária como política pública, realizando ações de criação de leis, órgãos, programas e projetos voltados ao trabalho associado e à Economia Solidária, o que resultou, até o momento, na cobertura de pelo menos 200 municípios e 16 estados brasileiros onde a Economia Solidária está prevista como ação do poder público

Um empreendimento solidário, por sua natureza definida por Luiz Inácio Gaiger (1999, 2001 e 2002) “representam uma nova forma social de produção pela modificação dos princípios e os fins da organização econômica”, ele não tem um empresário, assim preceituado pelo artigo 966 do Código Civil Brasileiro: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”, ou seja, essa organização deve ser profissional, contínua e com intuito de lucro, objetivando meio de vida. Quando Gaiger afirma “nova forma de produção” foge do modelo capitalista de empresário, detentor do capital, dos meios de produção e da apropriação do excedente, nos empreendimentos solidários todos os envolvidos são gestores de um negócio, cujos meios de produção são de posse ou propriedade coletiva e, o diferencial entre a companhia tradicional não estaria, portanto, na presença ou ausência de lucro com

a atividade, mas no que se faz com ele.

No aspecto metodológico o artigo se classifica como pesquisa exploratória e descritiva. Os dados secundários desta pesquisa derivam do mapeamento, em âmbito nacional, dos Empreendimentos Econômicos Solidários realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES (2013), divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2016) e também com os dados constantes no Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários, instituído pela Portaria MTE 1780/2014.

O objetivo foi demonstrar que a instauração do Regime Jurídico da Economia Solidária também deverá perpassar pela instituição da legislação previdenciária que permita aos trabalhadores figurarem em uma das categorias de contribuintes/segurados, com um mínimo de garantia previdenciária ao atingir a idade não produtiva como também utilizar os benefícios preceituados pela legislação previdenciária.

2 | MARCO JURÍDICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O auxílio do Estado foi considerado por Singer (2002) como um fator fundamental para o êxito do movimento de economia solidária, analisando sob o aspecto de recursos para investimento, CORAGGIO (2003) amplia esta necessidade de participação, abrangendo as questões de financiamento, incentivos fiscais, educação pública e qualificação profissional diferenciadas, geração e transferência de conhecimento tecnológico e organizacional, desenvolvimento de um sistema de controle de qualidade dos produtos e da relação ofertante-usuário de produtos da economia popular, etc.

Para atingir o objetivo de viabilizar e coordenar as atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional houve em 2004 a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), instituído pela lei n. 10.683/03 e regulamentado pelo decreto no 5.811/06 e da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que podemos considerar que foi o marco inicial, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Mesmo assim, a ausência de um marco jurídico regulatório adequado para a economia solidária brasileira tem sido uma questão tão importante que a necessidade de sua superação foi pauta nas resoluções da I e da II Conferências Nacionais de Economia Solidária (I e II CONAES) nos anos 2006 e 2010, respectivamente, assim, desencadeou-se, sobretudo após a II CONAES, em 2010, o processo de construção de uma proposta que se convencionou chamar de Lei Geral da Economia Solidária.

Após as muitas mobilizações e processos participativos, foi produzida a

proposta de lei de iniciativa popular, protocolada no Congresso Nacional como PL nº 4.685/2012 por iniciativa dos deputados Paulo Teixeira (PT/SP), Eudes Xavier (PT/CE), Padre João (PT/MG), Luiza Erundina (PSB/SP), Miriquinho Batista (PT/PA), Paulo Rubem Santiago (PT/PE), Elvino Bohn Gass (PT/RS) e Fátima Bezerra (PT/RN).

O Projeto de Lei nº 4.685/2012, apelidado de “PL da Economia Solidária” teve como expectativa contribuir para que a economia solidária deixasse de ser política de governo e constitua-se como política de Estado, evitando constrangimentos legais para que futuros governos desconsiderassem sua importância na formação da agenda e instrumentalizando trabalhadores e organizações representativas no pleito de ações práticas de apoio governamental.

Em setembro de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, aprovou o projeto de lei que criou o Sistema Nacional da Economia Solidária, que incluiu, além do sistema, a política e o fundo nacional da economia solidária e seguiu para o Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados)

Em seu artigo 1º o referido PL expressa que:

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários, com vistas a fomentar a economia solidária e o trabalho associado e cooperativado.

Parágrafo único. As diretrizes, os princípios e os objetivos fundamentais da Política Nacional de Economia Solidária integram-se às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável, visando à promoção de atividades econômicas autogestionárias e ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

O texto, que dispôs sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, estabeleceu as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política, criou do Sistema Nacional de Economia Solidária e qualificou os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com objetivo de fomentar a Economia Solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado.

Art. 2º Considera-se compatível com os princípios da Economia Solidária as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes.

Conforme a proposta de lei, a economia solidária constitui-se em toda forma

de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição e o consumo tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando a gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (art. 8º).

Art. 8º O órgão competente da União instituirá Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a finalidade de dar reconhecimento público aos empreendimentos econômicos solidários para o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.

A Portaria MTE nº 1.346/2016 alterou a Portaria MTE nº 1.780, de 2014, que instituiu o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CadSOL, teve por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.

Quanto ao cadastramento no CadSOL é importante ressaltar que para se cadastrar no sistema, é necessário que o empreendimento se encaixe nos seguintes critérios, definidos a partir da Portaria MTE 1780/2014:

- Ser uma organização coletiva, formada por pessoas físicas ou formada por outros empreendimentos, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- Exercer atividades de natureza econômica permanentes, ou ter esse objetivo, no caso de empreendimentos em formação;
- Ser uma organização auto gestionária, onde os membros participam da gestão das atividades econômicas e da decisão sobre a partilha dos seus resultados, de forma democrática;
- Ser supra familiar, ou seja, ter entre os sócios mais de um núcleo familiar.
- Realizar reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento.

A Portaria MTb nº 1.285 de 27 de novembro de 2017 alterou o parágrafo único do art. 7º da Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, que instituiu o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL, de acordo com o que segue:

Parágrafo único. Os Empreendimentos Econômicos Solidários validados na base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) até 24 de

março de 2014, com exceção daqueles que não autorizaram a utilização de suas informações específicas, estão incluídos no CADSOL e, excepcionalmente, seus cadastros terão validade até o dia 24 de março de 2018, devendo a sua condição de permanência no mesmo cadastro ocorrer de acordo com o disposto nesta portaria e no Manual do CADSOL.

Assim, se percebe que mesmo antes (muito antes) da aprovação final pelo Congresso Nacional do Marco Jurídico da Economia Solidária as ações estão sendo desenvolvidas e adequadas ao melhor atendimento das necessidades dos EES e seus atores, de forma que em um prazo curto de tempo as informações serão consolidadas e será possível ter-se unicidade de indicadores sobre Economia Solidária no Brasil.

Além disso, o Marco Jurídico da Economia Solidária possibilitará, espera-se que possibilite, o reconhecimento e a legitimação das práticas já desenvolvidas há muitos anos no Brasil para fins de políticas públicas de apoio e de fomento; práticas essas que nos últimos anos vêm se afirmando como importante estratégia para superação de situações de pobreza e de extrema pobreza a partir da organização coletiva e autogestionária dos trabalhadores e das trabalhadoras.

3 | A QUESTÃO DA INFORMALIDADE

De acordo com o mapeamento de empreendimentos solidários (IPEA, 2016) a forma de organização predominante dos EES pesquisados é a figura da associação, com 60% do total. Outros 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados enquanto organização cooperativa. Esse resultado demonstra um forte grau de deficiência institucional dos empreendimentos. Isso porque, por um lado, as associações são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial, não podendo, de acordo com o Código Civil brasileiro, exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos, por exemplo; por outro, enquanto grupo informal, torna-se bem mais difícil o acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho.

Dois fatores atuam conjuntamente para o número de empreendimentos solidários informais: o primeiro são as dificuldades que são “intrínsecas” às atividades da economia solidária, como a falta de apoio técnico, excesso de burocracias para formalizar o empreendimento, aumento dos custos tributários etc. Em segundo lugar, estão as características do setor econômico em que o empreendimento passa a atuar.

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015) apresenta como fraquezas que a economia solidária precisa superar:

- Dificuldade de acesso à formalização dos empreendimentos econômicos solidários, sobretudo para aqueles que optam pela forma cooperativa, tendo em vista as barreiras legais de registro, os custos de manutenção e as obrigações fiscais que asfixiam aquelas iniciativas desde a sua origem,
- Inexistência de uma figura jurídica de Empreendimento Econômico Solidário (EES), garantindo uma regulamentação e tributação adequadas à realidade dos EES, respeitando suas especificidades, e assegurando seu acesso aos direitos da previdência social.

Krupa (2012, p. 23) que “o grau de formalização é relacionado com a capacidade dos empreendimentos agregarem mais ou menos pessoas. Quanto maior o grau de formalização, a tendência é o empreendimento agregar mais associados” Sobre essa questão, Silva e Kappes (2016), a partir das considerações de Gaiger (2013), afirmam que:

O primeiro elemento que chama atenção nesses dados é o elevado número de grupos informais. Esse acaba sendo um problema grave para os empreendimentos especialmente, porque dificulta o acesso a recursos públicos ou empréstimos privados, limitando a capacidade de crescimento dessas entidades (SILVA E KAPPES, 2016, p. 91).

Segundo DIEESE (2016), os dados do 2º Mapeamento realizado pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, entre os anos de 2009 e 2013, foram firmados na Base de Informações, 19.708 empreendimentos econômicos solidários, nos quais trabalhavam 1.423.631 sócios. Do total de empreendimentos, mais da metade (50,4%) se encontrava na condição de informalidade, reunindo um total de 399.643 sócios.

Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013

Categoria social	Formais		Informais		Total	
Agricultores familiares	720.829	70,4	226.242	56,6	947.071	66,5
Artesãos	56.700	5,5	47.578	11,9	104.278	7,3
Artistas	8.155	0,8	3.940	1,0	12.095	0,8
Assentados da reforma agrária	43.708	4,3	23.131	5,8	66.839	4,7
Catadores de material reciclável	8.526	0,8	7.547	1,9	16.073	1,1
Garimpeiros ou mineiros	5.418	0,5	393	0,1	5.811	0,4
Técnicos, profissionais de nível superior	22.980	2,2	4.553	1,1	27.533	1,9
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	49.990	4,9	36.983	9,3	86.973	6,1
Desempregados (desocupados)	30.967	3,0	14.930	3,7	45.897	3,2
Não se aplica ou não há predominância	76.715	7,5	34.346	8,6	111.061	7,8
Total	1.023.988	100,0	399.643	100,0	1.423.631	100,0

Figura 1 - Número de sócios em empreendimentos econômicos solidários por condição de formalização do empreendimento segundo categoria social

Fonte: MTPS/Senaes.Sies – DIEESE (2016)

As informações contidas na Figura 1 são importantes porque quantificam a informalidade, mas, para o objetivo deste estudo seria interessante saber também

quantos trabalhadores estavam, na ocasião da pesquisa, filiados a Previdência Social, informação esta obtida somente pelas informações declaradas em GFIP – Guia Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social, como também a qualidade de segurado informada.

4 | SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A Constituição Federal/1988 instituiu em seu artigo 195 o modelo misto de financiamento onde os recursos provem da sociedade como um todo (empresas, empregados, contribuintes autônomo e outros) com recursos oriundos tanto do orçamento fiscal das pessoas políticas como por meio de imposições de contribuições sociais. Logo, produto da cobrança dos trabalhadores e das empresas, sobre a receita de concursos de prognósticos e a importação de bens e serviços (EC nº 42/03), ficando o custeio indireto por conta das dotações orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, reservando, ainda, à União, a competência residual para a regulamentação de novas fontes de custeio. (ARAÚJO, 2006; MARTINEZ, 1999).

O Art. 194. Dispõe sobre como o Poder Público deverá organizar a seguridade social visando os seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, art. 194, CF).

A lei maior alcançou grandes avanços sociais, principalmente para à Seguridade Social, aos direitos humanos e políticos. Tendo em vista que a seguridade social é essencial para a garantia do bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias, assim como para a sociedade de modo geral.

A seguridade social é definida na Constituição Federal, no artigo 194, caput, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

É, portanto, um sistema de proteção social que abrange os três programas sociais de maior relevância: a previdência social, a assistência social e a saúde.

A seguridade social no Brasil, quanto à gestão do Regime Geral da Previdência, é organizada pelo Ministério da Previdência Social, devendo ser executada pelo

Instituto Nacional do Seguro Social, auxiliada pelas secretarias estaduais de assistência social, estando envolvidos, ainda, o Ministério da Saúde (as secretarias dos estados da federação) e o Ministério do Trabalho e Emprego. Há ainda os Regimes Próprios de Previdência, sob a gestão dos entes federativos (estados, municípios, Distrito Federal) que os criarem, sendo que a Saúde e a Assistência Social podem ser assumidas pelos entes federativos. (ARAÚJO, 2006).

5 | REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é um seguro coletivo, compulsório, público, destinado a estabelecer um mecanismo de proteção social, mediante contribuição, com o objetivo de proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família, quando ocorrer certa contingência prevista em lei. (STEPHANES, 1999).

O art. 201 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos da lei, e atenderá a:

- I - cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiros e dependentes.

A proteção social de a previdência social objetiva garantir para a grande maioria dos brasileiros cuja renda mensal per capita é de dois salários mínimos (IBGE, 2017)

O regime jurídico da Previdência Social, como um todo, parte da premissa da obrigação contributiva do segurado. A contribuição é da essência da previdência social já que o sistema é contributivo, devendo haver previsão de fundo de custeio para arcar com os gastos provenientes da concessão e manutenção de benefícios previdenciários.

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

- I - como empregado;
- II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
- III - como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;
- IV - como trabalhador autônomo;
- V - como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em

legislação específica: (Vide Lei nº 8.540, de 1992).

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 1992).

Assim, a contribuição do trabalhador é obrigatória. Todo e qualquer cidadão que exercer atividade laborativa remunerada deve, obrigatoriamente, contribuir para a Previdência Social.

A Previdência Social tem por objetivo acobertar contingências específicas: aquelas que atingem o trabalhador e, seus dependentes, pessoas consideradas economicamente dependentes do segurado. O rol de beneficiários é definido pelo artigo 16º da Lei 8.213/91:

São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - os pais

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º .O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

§ 4º. A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

Logo, os beneficiários da previdência social são, exclusivamente, os trabalhadores e seus dependentes previstos na legislação previdenciária exclusivamente.

As categorias que se encontram fora da cobertura previdenciária são aquelas que, na população economicamente ativa, estão em ocupações precárias, possuem os menores rendimentos ou não os possuem de forma alguma, possuem os menores

níveis escolares ou são analfabetos funcionais..

Assim, a não aplicação plena dos objetivos da seguridade social e das recomendações constitucionais relacionadas ao seu orçamento e a insuficiência de rendimentos, sobretudo por falta de acesso ao trabalho assalariado estável constituem os principais obstáculos para ingresso na previdência social, no modelo atual.

6 | PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS TRABALHADORES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os direitos sociais, principalmente os da previdência social no Brasil, estão reservados, na grande maioria, para os trabalhadores assalariados. Convém ressaltar que no Brasil grande parte dos trabalhadores não possui carteira assinada, portanto não são contemplados. A esse contingente que vive na informalidade do mundo do trabalho, as dificuldades de acesso aos direitos sociais são inúmeras. Sendo assim, é preciso que haja a universalização da previdência social, de modo que todos os trabalhadores possam ter acesso aos seus direitos.

No tocante aos trabalhadores na economia solidária Silva e Kappes (2016) afirmam como característica marcante a ausência de direitos trabalhistas:

Nos empreendimentos voltados para a produção, menos de 2% dos participantes têm direito a férias remuneradas e 7,19% à previdência social. Resultados parecidos também se repetem nos empreendimentos voltados para a comercialização (6,7% e 12,6%), serviços (8,7% e 15,6%) e consumo (1,3% e 4,3%). A única exceção são os empreendimentos de poupança, em que mais de 40% dos participantes têm direito ao descanso remunerado e à previdência social. Contudo, 53% dos participantes desses empreendimentos informaram que não tinham acesso a nenhum direito trabalhista. Como é de se esperar, os demais empreendimentos apresentaram resultados ainda piores: 81,2% dos participantes nos empreendimentos de produção informaram que não tinham nenhum direito trabalhista, 77,7% nos de comercialização, 68,5% nos de serviço e 92,8% nos de consumo.

A contribuição dos trabalhadores da economia solidária irá variar de acordo com a estrutura jurídica do empreendimento:

- Se for constituída sob a forma de cooperativa de trabalho - A cooperativa deve reter 11% da remuneração dos associados e repassá-la ao INSS. Se, por acaso, a cooperativa prestar serviços para entidades filantrópicas ou beneficentes, que não recolhem contribuições previdenciárias, o desconto sobre os rendimentos dos cooperados é de 20%. É de se notar que as contratantes de serviços de cooperativas de trabalho devem recolher, em seu próprio nome, 15% sobre os valores pagos à cooperativa pela prestação desses serviços. No caso das cooperativas de produção, há exigência, por parte do INSS, que se recolha 20% sobre os valores distribuídos aos cooperados, já que a legislação previdenciária a compara às empresas comuns
- Se for constituída sob a forma de associação - Será considerado como contribuinte individual - são contribuintes individuais aqueles que fogem às

regras das demais categorias, estando reunidos na presente categoria.

- Nos termos do art. 11, V, da Lei nº 8.213/91, o contribuinte individual é definido dentre outras: a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; Infelizmente os trabalhadores desta categoria, às vezes por falta da devida orientação, deixam de efetuar os recolhimentos, reduzindo a proteção social no caso de algum imprevisto. É justamente a esses contribuintes que o presente trabalho interessa, a fim de que tenham a devida proteção previdenciária.
- Poderá também contribuir sob a forma do Plano Simplificado é uma forma de inclusão previdenciária com percentual de contribuição reduzido de 20% para 11%, desde que o valor pago seja igual à alíquota multiplicada pelo valor do salário mínimo vigente.

A implementação deste plano se deu a partir da publicação da Lei Complementar nº 123/2006, com efeitos a partir de abril/2007 (Decreto nº 6.042/2007).

Este plano se aplica exclusivamente à categoria de Contribuinte Individual, que trabalha por conta própria e não seja prestador de serviço à empresa ou equiparada, e também ao Facultativo, que é aquele que não exerce atividade. As contribuições do Plano Simplificado são válidas para todos os benefícios previdenciários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da legislação previdenciária e dos aspectos peculiares dos trabalhadores da economia solidária é importante ressaltar que não há previsão legal que assegure a estes trabalhadores o acesso a cobertura previdenciária de acordo com suas características.

Ao Movimento da Economia Solidária cabe desenvolver ações para que o legislador brasileiro entenda a economia solidária como forma de trabalho diferenciado e lhes conceda os direitos necessários ao exercício da cidadania brasileira, e, necessariamente, independente do governo e dos partidos que estiverem à sua frente, deverá ser atendida pelo Estado, que terá por obrigação constitucional de reconhecê-la e de estimulá-la conforme a letra da lei.

É importante lembrar que os trabalhadores em Economia Solidária também não se enquadram nem como facultativo de baixa renda que é uma forma de contribuição ao INSS com o valor reduzido, 5% do salário-mínimo. exclusiva para homem e mulher de família de baixa renda e que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da sua residência – dona ou dono de casa – e não tenha renda própria. Os requisitos são: não possuir renda própria de nenhum tipo (incluindo aluguel, pensão alimentícia, pensão por morte, etc); não exercer atividade remunerada e dedicar-se apenas ao trabalho doméstico na própria residência; possuir renda familiar de até dois salários mínimos (bolsa família não entra no cálculo); e estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e com situação atualizada nos

últimos dois anos.

Assim sendo, as políticas públicas voltadas ao segmento da economia solidária tornam-se, desta forma, instrumentos de profunda reflexão e avaliação suscitando um debate instigante e profícuo, no intuito de revelar a importância e pertinência destas políticas no âmbito do capitalismo contemporâneo atual.

REFERÊNCIAS

Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2017.pdf Acesso em 12 de set. de 2018.

BRASIL Lei nº 10.406, 2002; Institui o Código Civil Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em 10 de nov.2017

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212orig.htm Acesso em 10 de ago. de 2018

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm Acesso em 10 de ago; de 2018

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados). Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleggeter/documento?dm=7268323&disposition=inline> Acesso em 10 nov.2017.
Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/CadSOL> Acesso em 10 out.201

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015- 2019) http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

Dieese . Informalidade na economia solidária: conhecendo e discutindo. São Paulo: DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Informalidade na economia solidária / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em <https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf> Acesso em 10 de nov. de 2017

DIEESE. A produção de informações no Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo. São Paulo: DIEESE, 2016. (Coleção Cadernos Metodológicos do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo,

GAIGER, L. I. G. (Org) Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D.(Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143

GAIGER, L. I. G. (Org). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por
SILVA, D. N.; KAPPES, S. A. **Economia Solidária, Informalidade e direitos trabalhistas**. IPEA.
Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 61, Outubro 2016, Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt61_economia1.pdf Acesso em 10
set.2018

SINGER, P. **Economia solidária: entrevista com Paul Singer**. Estudos Avançados, v. 22, n. 62, p.
289-314, 2008.

SOUZA, A. A. et al. Os desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários: um estudo na Região
Metropolitana de Belo Horizonte/MG. ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E
GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014. Anais... Goiânia: Egepe, 2014.

IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA

Eduardo Netto Zanette

Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); eduardozanette@outlook.com.

Silvio Parodi Oliveira Camilo

Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); parodi@unesc.net

RESUMO: A atividade econômica de extração e comercialização do carvão mineral está relacionada fortemente com o desenvolvimento regional e foi durante muito tempo o principal segmento econômico da região sul do Brasil, onde estão localizadas as principais ocorrências de carvão mineral no Brasil. As reservas minerárias, estendem-se desde o estado de São Paulo, passando por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, a Bacia Carbonífera concentra os mais importantes centros de mineração do carvão mineral, descobertos em 1883. A energia gerada por termelétrica a carvão representa aproximadamente 2% da matriz energética nacional, com incentivos governamentais. A atividade minerária está intrinsecamente associada a interferências e alterações das características ambientais da região explorada.

Historicamente, sua exploração passou por várias fases de desenvolvimento nos serviços de lavra e beneficiamento, da metodologia manual de extração à mecanização das minas. A ausência de requisitos legais ambientais, aplicáveis às atividades produtivas nas diversas áreas da economia, resultou na visão utilitária e econômica da exploração mineral. No âmbito da mineração do carvão, até início da década de 90, a forma como ocorria a exploração do minério não seguia rígidos controles ambientais. As diferentes interpretações pelos legisladores e pelos órgãos de controle na relação do Direito Minerário e Direito Ambiental, junto à fiscalização insuficiente, acarretaram grandes passivos ambientais na Bacia Carbonífera. Como consequência, ocorreu, em 1993, a intervenção em Ação Civil Pública (ACP), proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), que penalizou as empresas carboníferas e a união pelos danos ambientais da mineração do carvão em Santa Catarina. Neste contexto, o presente trabalho objetivou analisar os impactos na economia do sul de Santa Catarina a partir da Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4 e seus posteriores desdobramentos. Refletem-se também, sobre o contexto histórico da atividade econômica de mineração de carvão na bacia carbonífera catarinense, suas potencialidades, dificuldades e influência no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região. Na

pesquisa, caracterizada por estudo de caso, utilizou-se o método científico dedutivo, partindo-se do tema geral para o particular, com abordagem qualitativa. Fundamentou-se teoricamente sobre o Direito Ambiental e Minerário no Brasil a partir da legislação que expressa a responsabilidade da pessoa física e jurídica no âmbito socioambiental. Na análise da trajetória da ACP, verificou-se que esta e outras ações preventivas, a partir do fortalecimento da legislação socioambiental brasileira, contribuem na evolução dos processos relacionados à mineração no contexto preventivo e na conscientização da necessidade de melhorias no âmbito da exploração mineral, com foco na qualidade de vida do meio ambiente. Verificou-se também que, atividade econômica de mineração de carvão na bacia carbonífera catarinense representou e representa um importante segmento econômico, relacionado diretamente a incentivos governamentais, contribuindo no desenvolvimento socioeconômico dos municípios no qual a mesma ocorre.

PALAVRAS-CHAVE: Setor Carbonífero, Desenvolvimento Socioeconômico, Ação Civil Pública.

Área Temática: Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

1 | INTRODUÇÃO

A ocorrência do carvão em solo catarinense é de aproximadamente 3,3 bilhões de toneladas. Nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, concentra 28 bilhões e 104 milhões de toneladas, respectivamente (ABCM, 2017). O carvão mineral, considerado uma das primeiras fontes de energia utilizadas em larga escala pelo homem, ao longo do tempo, perdeu espaço na matriz energética mundial para o gás natural e o petróleo. Entretanto, a partir da década de 70, devido principalmente à crise do petróleo, o interesse pela atividade minerária retornou e se mantém até a atualidade, passando por diferentes ciclos de exploração e desenvolvimento tecnológico associado.

Como atividade econômica, o processo de extração do carvão no ambiente natural provoca alterações das características ambientais da região explorada, resultando, no passado, em áreas degradadas ao final da exploração. Considerada como atividade econômica importante na matriz energética brasileira, a indústria da extração de carvão mineral é o segmento produtivo que tem a concepção de uso temporal e/ou transitório do solo. Portanto, as empresas que exploram este tipo de atividade, têm a responsabilidade de recuperar a área que foi afetada pela exploração de forma a possibilitar o uso futuro da mesma.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, emergem mecanismos de controle e proteção do meio ambiente, passando a ser um bem tutelado no âmbito do Direito Ambiental. Os diversos princípios e normas do direito provêm da interpretação das Leis que regulam as formas de vida na sociedade contemporânea. A exploração dos recursos naturais é condição evidenciada para a sobrevivência dos integrantes desta e das futuras sociedades e

deve estar conciliada com o direito a qualidade do ambiente de vida.

O licenciamento para exploração de minérios, em específico do carvão mineral, constitui-se de procedimentos de alta complexidade, vinculado à expedição de licenças específicas, investimento financeiro elevado e imposição de recuperação de possíveis áreas degradadas que servem como mecanismos de compatibilização com a proteção ambiental. Enfatiza-se a importância da prevenção de dano, tão importante quanto à recuperação do meio ambiente, para que não ocorram prejuízos que muitas vezes são irreversíveis e irreparáveis, que comprometem a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico e socioambiental. O processo de recuperação da área degradada, relevante como recurso de minimização e proteção do meio ambiente é responsabilidade da pessoa jurídica licenciada. Uma das formas de efetivar o resguardo ao meio ambiente é a aplicação prática dos princípios norteadores do Direito Ambiental, em especial a aplicação do princípio do poluidor-pagador. Tal princípio tem a função de prevenir e reparar o dano ao meio ambiente, agindo das mais diversas maneiras na tutela ambiental de acordo com necessidades específicas, ora configuradas na procura da proteção a um bem ambiental ainda intocado, ora na busca da reparação e recuperação a determinado bem ambiental já explorado.

No âmbito da mineração do carvão, até início da década de 90, a forma como ocorria a exploração do minério, não seguia rígidos controles ambientais como ocorre na contemporaneidade, por parte das Indústrias Carboníferas. As diferentes interpretações pelos legisladores e os órgãos de controle na relação do Direito Minerário e Direito Ambiental e, a fiscalização insuficiente, acarretou em grandes passivos ambientais na Bacia Carbonífera do sul de Santa Catarina. Como consequência, ocorreu a intervenção em Ação Civil Pública (ACP) decorrente do processo nº. 93.8000533-4 proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) perante a 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1993 (MPF, 1993).

Neste contexto, definiu-se a seguinte questão de pesquisa Quais os desdobramentos da Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4, nominada como ACP do Carvão, na economia do sul de Santa Catarina?

Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar os impactos na economia do sul de Santa Catarina a partir da Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4 e seus posteriores desdobramentos. Na busca de subsídios que respondessem à questão de pesquisa e ao objetivo, refletiu-se brevemente sobre o contexto histórico da atividade econômica de mineração de carvão na bacia carbonífera catarinense, suas potencialidades, dificuldades e influência no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

2 | PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa científica é compreendida como um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, com base em procedimentos racionais e sistemáticos, segundo Silva e Menezes (2005). Constitui-se de um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico com o objetivo de obterem-se informações para solucionar um problema ou, a descoberta de respostas para questões propostas.

Para Cruz e Ribeiro (2003, p. 11), pesquisar implica em “buscar compreender a forma como se processam os fenômenos observáveis, descrevendo sua estrutura e funcionamento”. Assim, uma pesquisa científica, constitui-se de uma investigação formal e, portanto, “estruturada, controlada, sistemática e redigida de acordo com as normas da metodologia valorizada pela ciência”. Por meio da pesquisa busca-se conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no universo a partir da percepção dos sujeitos.

A presente pesquisa, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, se constitui de um estudo de caso, porque “envolve a observação atenta de um objeto (ou fenômeno) de interesse do pesquisador” como afirmam Cruz e Ribeiro (2003, p.17), utilizando-se método científico dedutivo, partindo-se primeiramente do tema geral para o particular. Implica numa ampla e detalhada coleta e análise de dados com a discussão qualitativa dos resultados, sem a interferência do pesquisador no objeto de estudo. Na pesquisa, o foco da investigação foi direcionado à análise dos impactos na economia do sul de Santa Catarina a partir da Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4, nomeada de ACP do Carvão e seus posteriores desdobramentos.

Contempla a abordagem qualitativa de coleta e análise de dados, pois possibilita a compreensão com maior profundidade dos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas, como cita Oliveira (2012). Na pesquisa qualitativa a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa. Considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e, portanto, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A fonte direta para a coleta dos dados é o ambiente natural da pesquisa e, nesse processo, o pesquisador é o elemento-chave nas análises das informações coletadas. Por ser descritiva, os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Como instrumentos de pesquisa, utilizou-se de formulários e análise documental. Após a coleta, os dados coletados foram analisados, a partir dos fundamentos teóricos obtidos, no contexto de pesquisa qualitativa, cuja finalidade não deve ser a acumulação de fatos, de dados, mas a sua compreensão.

3 | FUNDAMENTOS DO DIREITO MINERÁRIO E DIREITO AMBIENTAL

Aciência Direito, enquanto sistema normativo apresenta algumas características proeminentes em relação a outras ciências e, estas são evidenciadas “na relação que estabelece com a linguagem, a coação, o poder, a moral e, mais em concreto, a sua capacidade de subministrar razões para a ação”, segundo Stolz (2007, p.114). É a normatividade do Direito, que diferencia uma instituição, das demais instituições sociais. Dentre os diversos campos de atuação, destacam-se no presente estudo, o Direito Minerário e o Direito Ambiental, instância de atuação jurídica, interligada pelos princípios, normas e legislação.

O Direito Minerário é o campo do Direito que tem por objeto o estudo de normas e procedimentos, destinados a regular o domínio da União sobre o patrimônio mineral nacional, a aquisição, conservação e perda, conciliando as atividades com os direitos do minerador e os direitos do Estado, do superficiário e com a preservação do ambiente a partir dos princípios de desenvolvimento sustentável (FREIRE, 2007).

O Direito Minerário ampara-se na Constituição Federal (CF) de 1988, Decreto-Lei nº. 227/67 (Código de Mineração), Decreto nº. 62.934/68 (Regulamento do Código de Mineração), Lei nº. 7.099/89, Lei nº. 8.001/90, Atos normativos do Ministério de Minas e Energia (MME) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Lei nº. 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro). Da mesma forma é regulamentada a atividade de mineração. Enquanto a CF estabelece as regras gerais e princípios norteadores da atividade, o Código de Mineração e seus regulamentos são as leis especiais que regem a atividade. Os atos normativos do DNPM e MME regulamentam o exercício da mineração, sem poderem criar, modificar ou extinguir direitos.

Os recursos minerais são bens ambientais de propriedade da União formados pelas massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, que são consideradas jazidas se possuírem valor econômico. São exploradas mediante autorização de pesquisa mineral e concessão de lavra outorgadas pela União. Tem características próprias, que afloram com rigidez de localização, são finitos e possuem alto grau de investimento e de incerteza na exploração e viabilidade econômica, segundo Ronquim Filho (2012). Dentre os recursos minerais têm-se as substâncias metálicas, os combustíveis fósseis (petróleo), as jazidas de fertilizantes, as rochas betuminosas e pirubetuminosas, as gemas e pedras ornamentais e/ou preciosas, as jazidas de águas minerais e/ou subterrâneas, as jazidas de substâncias de emprego imediato na construção civil (areia), por exemplo, entre outras (MOSCOGLIATO, 2000). Sobre isso, Farias (2002) afirma que, os principais minerais integrantes da produção brasileira são: ferro, ouro, chumbo, zinco e prata, carvão, agregados para construção civil, gipsita e cassiterita.

A exploração dos recursos minerais sempre foi e continua sendo uma atividade econômica das mais relevantes no Brasil e no mundo. Submetida a um conjunto de regulamentações de competência dos três níveis de poder estatal, a matéria

é disciplinada segundo o modelo federal, pelas regulamentações estaduais e municipais, com atribuições relacionadas à mineração e o meio ambiente. Assim, Estados e Municípios tem poder constitucional para legislar sobre a mineração e o meio ambiente. Além disso, os órgãos de poder executivo, nos três níveis, o Ministério Público Federal e Estadual, também fiscalizam, emitem normas e diretrizes, em geral conflitantes entre si. (MILARÉ, 2005).

A importância da atividade mineral, seja do ponto de vista estratégico, econômico ou social, tem caráter de utilidade pública. Com isso, os Códigos de Mineração da maioria dos países trazem mecanismos para proteger a mineração e sujeitar as propriedades particulares ao desenvolvimento industrial-mineral (FREIRE, 2007). No Brasil, asseguram o controle do Estado sobre o patrimônio mineral e definem a quem compete o exercício da atividade mineral, como forma de garantir a soberania sobre o subsolo mineralizado e a importância da atividade privada, para a produção de bens minerais, com contrapartida da compensação financeira pela exploração dos recursos minerais. A declaração constitucional de bens ou patrimônio da União baseia-se na concepção econômica de que o direito de propriedade limita e regula a exploração de um bem comum não renovável.

O reconhecimento da impossibilidade física de se atingir o subsolo para aproveitamento de um recurso de interesse público, sem interferir na superfície da jazida mineral e seu entorno, é evidenciado na CF (BRASIL, 1988) em seu art. 176, § 1º, que estabelece a exigência da autorização ou concessão da União, para pesquisa e a lavra de recursos minerais e, o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulicos. Assim, a promulgação da CF e as leis ambientais posteriores, trouxeram cobranças rígidas para o setor mineral, em especial o licenciamento ambiental, como afirma Simões (2010). Estas geraram ao Poder Público, meios de fiscalizar a exploração dos recursos minerais com o retorno social e ambiental as instâncias associadas a mineração.

A competência no âmbito da União, da exploração econômica eficiente dos recursos minerais e matérias-primas, tem no sistema administrativo de autorização, concessão de pesquisa e exploração de minerais, vinculado ao MME e ao DNPM, instituído como autarquia a partir da Lei nº. 8.876, de 02 de maio de 1994, com atuação no âmbito da União, com finalidade e competência definidas, conforme art. 3º:

Art. 3º - A autarquia DNPM terá como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa [...]. (BRASIL, 1994).

Refere-se a todos os minerais, exceto aqueles protegidos por monopólio -

petróleo, gás natural e substâncias minerais radioativas. A separação jurídica entre a propriedade do solo e dos recursos minerais nela existentes, consta da CF de 1988 em seu art. 176: “As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra” (BRASIL, 1988).

A separação jurídica entre a propriedade do solo e a do subsolo (bens da União), evidenciado no Código de Mineração de 1934 e mantido na CF de 1988, reflete-se também no art. 1.230 do Código Civil (Lei nº. 10.406/2002), ao afirmar que “a propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos em leis especiais”. (BRASIL, 2002).

Assim, evidencia-se a complexidade da atividade de mineração que possui interface direta com o meio ambiente e “apresenta um grau de impacto ambiental de alta magnitude, devido às modificações físicas e bióticas provocadas nas áreas de influência direta e indireta do projeto” (IBAMA, 1990, p. 17), considerando que não há como extrair mineral sem danos. Entretanto, pela sua importância no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida das atuais e futuras gerações, a atividade industrial não pode simplesmente ser descartada, mas é fundamental que sejam adotadas tecnologias de aproveitamento adequados, capital e vontade. É necessário que esta atividade seja operada com responsabilidade social, atendendo aos princípios do desenvolvimento sustentável, como cita Milaré (2005, p.169).

No âmbito do meio ambiente, o Direito Ambiental, uma importante ramificação do Direito, se constitui em um Direito sistematizador, que articula legislação, doutrina e jurisprudência, correlatas aos elementos que integram o meio ambiente. Procura evitar o isolamento dos temas ambientais e sua abordagem antagônica, não os ignorando, mas buscando estes temas na base da identidade dos instrumentos jurídicos: de prevenção; de reparação; de informação; de monitoramento; e, de participação (MACHADO, 2015).

O conceito de meio ambiente foi ampliado com a CF de 1988, com o entendimento de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Segundo Silva (2007) a CF consagrou a tutela, não apenas do meio ambiente natural ou físico, mas também, o meio ambiente artificial, cultural e do trabalho. Para Milaré (2000) o meio ambiente, pertence às categorias cujo conteúdo é mais facilmente intuído que definido, como consequência da riqueza e complexidade da área, o que justifica não haver acordo entre os especialistas sobre o que seja meio ambiente. No conceito jurídico de Meio Ambiente, citas duas perspectivas principais: uma estrita e outra ampla.

Numa *concepção estrita*, o meio ambiente nada mais é do que a expressão do patrimônio natural e suas relações com e entre os seres vivos. Tal noção, é evidente, despreza tudo aquilo que não seja relacionado com os recursos naturais. Numa *concepção ampla*, que vai além dos limites estreitos fixados pela Ecologia

Neste sentido, o meio ambiente é o resultado das relações entre o meio ambiente natural e o social em que o Homem está inserido, de forma a atender as suas necessidades, com a adequada preservação dos recursos naturais, no enfoque de desenvolvimento sustentável. No resultado de tais relações, encontra-se a matéria para o Direito e outras ciências.

A perspectiva mais ampla do conceito de meio ambiente também é observada em Silva (2007, p.2), que o define como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. O meio ambiente, nesta concepção, integra o ecossistema natural, ou físico, formado pelo solo, água, ar, energia, fauna e flora, com o ecossistema social, artificial ou humano, com as intervenções de naturezas diversas, como o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais.

Na análise da importância da relação entre homem e o meio ambiente, insere-se a necessidade de tutelar e promover o bem-estar de todos, como reconhecimento de um direito fundamental socioambiental, das presentes e das futuras gerações. Neste contexto, o Estado democrático e socioambiental de Direito, busca interligar as lacunas do passado com as necessidades da contemporaneidade, agregando-as, então, na busca pela igualdade, justiça social e à garantia do direito fundamental ao meio ambiente (PERALTA, 2014).

Sobre isto, Milaré (2000, p.53) afirma que, “não coube ao Direito à primazia do estudo do meio ambiente, não obstante ser sua a responsabilidade pela elevação do meio ambiente à categoria dos bens jurídicos tutelados pelo ordenamento”. Mamed (2012, p.29) observa que, a reivindicação de direitos socioambientais deve “fomentar o debate a respeito da diversidade sociocultural que precisa ser considerada para a institucionalização de políticas públicas”. O Direito Ambiental constitui-se marcadamente, na defesa de direitos coletivos ou difusos, como, por exemplo, nas questões sociais em geral e na problemática ambiental, que incidem diretamente sobre a vida em sociedade.

A justiça ambiental enfrenta o dilema entre a realidade da natureza e a realidade da sociedade contemporânea, regida pela ciência e pelas relações econômicas, segundo Peralta (2014, p.17). O autor evidencia que, o conceito de justiça ambiental tem caráter aglutinador e integra “as dimensões, ecológica, ética, social e econômica, as quais envolvem conflitos ambientais”. Redimensionar a relação que deve existir entre os seres humanos e o meio ambiente é o principal objetivo da justiça ambiental. Esta relação deve fundamentar-se no valor da solidariedade e ser orientada pelos princípios da sustentabilidade, da responsabilidade e da igualdade. Para o autor é

sobre o prisma da justiça ambiental que devem ser analisados os conflitos distributivos ecológicos, o problema das desigualdades econômicas, políticas e sociais no uso da natureza e, os custos produzidos pela degradação ambiental.

Assim, compreende-se o meio ambiente como um direito inalienável, pertencente a todos. Ao Poder Público, compete ordenar, controlar e intervir em atividade que possam afetar o bem jurídico ambiental. Neste sentido, o Direito Ambiental deve preocupar-se com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que inclui todos os bens, naturais, culturais, históricos, entre outros e as relações estabelecidas nas condições produzidas pelo homem e que afetam, direta ou indiretamente, sua existência no Planeta.

No âmbito da atividade econômica de mineração, os principais problemas ambientais, em geral, podem ser classificados em quatro categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, e subsidência do terreno. Sobre isso, Machado (2015) e Bitar (1997) citam alguns impactos ambientais significativos causados pelas atividades de mineração, como: o desmatamento nas áreas de operações industriais, incluindo o núcleo de mineração formado pela mina, as bancadas de estéril, os depósitos de rejeitos, as estradas de serviços, as usinas e as áreas de apoio social e infraestrutura; a alteração do padrão topográfico local devido à deposição de estéril e abertura da cava de exaustão. Estão relacionadas com as atividades de escavação, desmonte, rebaixamento de lençol, transporte e exclusão de materiais, construção de drenagens, estradas e praças de trabalho, entre outros. Os recursos hídricos podem ser atingidos, principalmente, por fatores, como: lixiviação das pilhas de estéril, instabilização das camadas de estéril, rompimento dos taludes das bacias de rejeitos, infiltração e/ou percolação das bacias de rejeitos.

4 | SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ÂMBITO SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental requer que os mais diversos profissionais, instituições, de qualquer segmento ou porte, tenham responsabilidade no campo social e ambiental em que atuam, concomitantemente, à responsabilidade sobre os resultados econômicos por elas obtidos, conforme afirmam Faria e Pereira (2009). Neste contexto, segundo Kraemer (2002), as empresas que não são conscientizadas em relação à causa ambiental podem ser pegadas de surpresa pelos concorrentes que eventualmente já incorporam essa variável em seu processo de tomada de decisão e na avaliação de seus cenários, e que poderão tirar vantagens desse seu pioneirismo.

Tachizawa (2011, p.44) enfatiza que, na atualidade, as organizações se preocupam cada vez mais com suas marcas, fator crucial para o sucesso de uma empresa. “É capaz de contribuir para a longevidade das empresas e, ainda, assegurar a valorização dos ativos e de todo o balanço patrimonial”. A influência é perceptível no público externo e interno das organizações. Neste ponto, com a influência que sofre

dos *stakeholders*, a necessidade de preservar o meio ambiente, um dos elementos do princípio do desenvolvimento sustentável, deixou de ser preocupação isolada de grupos ambientalistas e de organizações governamentais e não governamentais, para passar a ser uma preocupação da humanidade, uma vez que já se tomou consciência de que a sobrevivência de todos depende da preservação do meio ambiente (GONÇALVES; HELIODORO, 2005).

Neste sentido, o princípio do desenvolvimento sustentável que consta do art. 170 da CF de 1988, tem como elementos norteadores o crescimento econômico, a preservação ambiental e, a equidade social.

Art. 170. A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (BRASIL, 1988).

A apropriação da ideia de desenvolvimento sustentável pelo Direito deve ir além da instrumentalização jurídica do “uso dos recursos naturais de forma a observar o mesmo direito que as futuras gerações possuem, conforme preceitua o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland” segundo Mamed (2012, p.117). Para a autora, o desenvolvimento sustentável, no campo teórico parece, ainda, estar sendo construído, de forma gradativa, “tornando-se mais completo à medida que a experiência prática desvela novos elementos e particularidades da sociedade e da natureza, a fim de incluí-las no debate e na construção dos conceitos baseados no paradigma do desenvolvimento sustentável”.

Para Moraes (2012, p.9), a constatação da falência do modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental, considerada como a principal causadora da crise ambiental, promoveu a origem da teoria do desenvolvimento sustentável, posta como possibilidade de superação do paradigma moderno. “Nesse sentido, a categoria do desenvolvimento sustentável, ao ser juridicizada, tornou-se um dos princípios estruturantes deste novo Estado de Direito”.

Na análise do desenvolvimento sustentável no contexto da extração mineral, Costa (2000) afirma que a busca pela mineração sustentável, implica em alterações nos paradigmas de produção do passado para o paradigma de sustentabilidade, no desenvolvimento de estratégias baseadas em eficiência, consistência e parcimônia. A complexidade de atendimento a esses indicadores amplia-se no âmbito da mineração do carvão pelas particularidades desta atividade de produção.

Leff (2006, p.68) enfatiza que “a produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade”, num novo paradigma baseado na produtividade ecológica e cultural, com enfoque numa produtividade sistêmica que integre o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das

perspectivas abertas pela complexidade ambiental.

Para Mamed (2012, p.117) construir este desenvolvimento sustentável, que atenda a diversidade de interesses, constitui o desafio urgente da atualidade. Considera que, para manter-se, o sistema econômico necessita utilizar, ao máximo, as potencialidades econômicas dos recursos naturais. Entretanto, no contexto de sociedade eminentemente capitalista, esta lógica contrapõe-se em algumas situações, com suas próprias necessidades, uma vez que, a manutenção do ciclo de exploração de recursos e deposição de resíduos, implica na “necessidade de que a indisponibilidade de recursos não prejudique a perpetuação das condições necessárias à atividade econômica”.

Os desafios do desenvolvimento sustentável são, portanto, imensos. Como afirma Zeny (2015, p.9), responder a estes desafios implica em: garantir a disponibilidade de recursos naturais renováveis, respeitando a velocidade de renovação dos mesmos; utilizar os recursos naturais não renováveis de forma a garantir que tecnologias alternativas sejam desenvolvidas em tempo hábil para substituí-los, antes que fiquem escassos; respeitar os limites da biosfera para assimilar resíduos e poluição; utilizar os processos de produção mais limpa; seguir prioritariamente a sequência educativa ambiental de não gerar, reduzir, reutilizar ou reaproveitar, reciclar, tratar e dispor adequadamente dos recursos disponíveis.

É fundamental, portanto, que sejam elencados os agentes - pessoas, setores produtivos e de serviços, governos - para a mudança de atitude em todos os pilares da sustentabilidade, como afirma Zeny (2015). São mudanças associadas ao modo de agir dos indivíduos, nas atitudes e comportamento, nas formas de produzir bens e serviços, de administrar o bem público, entre outros, que refletem em externalidades ambientais, numa relação de causa e efeito. Para a autora, as externalidades são os efeitos colaterais positivos e/ou negativos, sobre outras pessoas que não estão diretamente envolvidas com a atividade da produção e/ou uso de bens ou serviços.

Assim, o modelo de desenvolvimento sustentável deve integrar a economia, sociedade e meio ambiente, de forma a atingir-se um crescimento econômico, com inclusão social e proteção socioambiental. A exploração dos diversos recursos naturais, os investimentos, as pesquisas, o desenvolvimento tecnológico e, as demais relações devem ser focadas no atendimento das necessidades humanas das atuais e futuras gerações.

No âmbito da atividade minerária, a degradação ambiental inviabiliza o desenvolvimento socioeconômico, segundo IBAMA (1990, p.13), porque a degradação ambiental provoca “perda de adaptação às características físicas, químicas e biológicas” do ambiente de vida. Assim, a recuperação é fundamental para que a área degradada retorne a uma forma e utilização de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo.

[...] Implica que uma condição estável será obtida em conformidade com os valores

ambientais, estéticos e sociais da circunvizinhança. Significa, também, que o sítio degradado terá condições mínimas de estabelecer um novo equilíbrio dinâmico, desenvolvendo um novo solo e uma nova paisagem (IBAMA, 1990, p.13).

A sustentabilidade no âmbito da mineração devem prever os planos de recuperação das áreas degradadas. Para Almeida (1999) os processos de recuperação devem iniciar antes da atividade minerária e terminar muito além da sua conclusão, após o fechamento da mina. Os projetos devem contemplar os objetivos a serem alcançados, em curto, médio e longo prazo: em curto prazo, a recuperação topográfica do terreno, o controle da erosão, a revegetação do solo, o controle dos depósitos de rejeitos e estéréis, entre outros; em médio prazo, a busca da reestruturação das propriedades físicas e químicas do solo, a reciclagem dos nutrientes e o reaparecimento da fauna; e, em longo prazo, deve prever a auto sustentação do processo de recuperação, o inter-relacionamento entre solo, plantas e animais e, a utilização futura da área.

O conceito de recuperação de áreas degradadas por mineração tem evoluído nas últimas décadas, segundo Bitar (1997), do objetivo de restabelecer as condições originais, para a busca de solução na correção dos impactos ambientais, de forma que sejam asseguradas a estabilidade e sustentabilidade do ambiente. Neste enfoque, o processo de recuperação é abordado mediante um planejamento prévio que visa: alcançar as condições de uso preexistentes à mineração; desenvolver um projeto de uso diferente do preexistente à mineração; ou, transformar as áreas degradadas em áreas com condições seguras e estáveis.

Entretanto, segundo Bitar (1997, p.145) é perceptível à ausência de uma política pública específica para a recuperação de áreas degradadas no Brasil.

A implementação das exigências dispersas na legislação ambiental vigente não conferem ao tema a importância ou prioridade para o Poder Público. O evidente esgotamento do modelo de administração centralizada da mineração no País, estabelecido em âmbito federal, repercute sobre a gestão pública do assunto, dado que às dificuldades de articulação em nível estadual e municipal, acrescem-se as que envolvem a União. As tentativas de atuação por meio de convênios não se sustentaram e trouxeram poucos resultados efetivos.

Bitar (1997, p.145) propõe a descentralização da gestão para os âmbitos estadual, regional e municipal. Afirma que, há conflitos de competências e de atuação desarticulada dos diferentes órgãos ambientais envolvidos. Destaca dois procedimentos ausentes na recuperação: a participação pública no processo decisório sobre a aprovação do plano de recuperação das áreas degradadas; e, mecanismos que assegurem os recursos financeiros necessários no processo de recuperação. Seria necessária uma legislação específica para o tema.

Para que o Poder Público possa assumir a recuperação nos casos em que o empreendedor abandona a área degradada sem recuperá-la, é necessário

estabelecer mecanismos legais que permitam, durante o desenvolvimento da atividade produtiva, a acumulação e reserva de recursos pelas empresas de mineração ou alternativas no campo negociável. (BITAR, 1997, p.146)

Assim, por lei, a recuperação deve ser executada pelo empreendedor e é obrigatória, entretanto, não há mecanismos que permitam assegurar recursos financeiros para a execução desses projetos.

5 | CONTEXTO HISTÓRICO DA ATIVIDADE ECONÔMICA MINERÁRIA EM SANTA CATARINA

As principais ocorrências de carvão mineral no Brasil estão localizadas na Região Sul. Em Santa Catarina, os mais importantes centros de mineração localizam-se nos municípios de Lauro Müller, Urussanga, Siderópolis, Treviso, Criciúma, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça e Maracajá (BELOLLI, *et al*, 2002, p.11).

Goulart Filho e Livramento (2004, p.37) afirmam que, “o carvão em Santa Catarina foi descoberto no início do século XIX por tropeiros que faziam o trajeto entre Lages e Laguna”. Expedições enviadas pelo governo imperial, em seguida, comprovaram que o mineral encontrado era carvão, com considerável teor calorífero. A exploração do carvão pelos proprietários da terra onde aflorava o minério iniciou em 1883, em Lauro Muller. Ocorria de forma rudimentar e artesanal, desenvolvendo-se a lavra até o limite suportável da ventilação.

O desenvolvimento da região carbonífera de Santa Catarina, em torno da economia do carvão iniciou no final do século XIX com o processo de povoamento e colonização europeia e, por ser o carvão mineral uma das principais fontes Energéticas da Revolução Industrial. A partir da formação dos núcleos colônias dos imigrantes, desenvolveram-se no mesmo espaço físico, a economia agrícola e a economia do carvão, como afirma Carola (2004, p.11-12).

Historicamente, a região carbonífera, desenvolveu condições estruturais favoráveis à instalação de importante centro de produção mineral, agregando as contribuições do Lavador de Capivari de Baixo, da Ferrovia Teresa Cristina e os portos marítimos de Imbituba e Laguna. Este cenário, possibilitou consolidar os alicerces de novos setores empresariais promovendo importante aumento socioeconômico e demográfico como citam Belolli *et al* (2002). Assim, pode-se afirmar que o sul de Santa Catarina tem sua economia intimamente ligada à exploração do carvão mineral, que, durante muito tempo, ficou sendo o principal segmento econômico da região.

O segundo impulso no desenvolvimento da exploração do carvão mineral no sul do Estado ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) quando a importação do carvão inglês esteve prejudicada em virtude da necessidade de utilizar esse carvão em suas próprias indústrias bélicas. Incentivos dos órgãos

governamentais contribuíram para impulsionar a indústria carbonífera. A firme atitude do Governo veio fortalecer a base industrial das empresas mineradoras de carvão. Em contrapartida, cercou-o de meios para exigir desses produtores o aprimoramento industrial para concorrer com o tradicional mercado importador (BELOLLI, *et al*, 2002). E, é a partir da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) que a história do carvão mineral no Brasil passa a adquirir *status* de indústria moderna.

Zanelatto, *et al* (2011) citam que, as medidas protecionistas do Governo Vargas nos anos 50 com a criação de políticas voltadas à industrialização do minério, provocou uma aceleração ainda maior da extração do carvão. Segundo Carola (2004, p.27) nesse período, a indústria carbonífera era a principal geradora de capital e empregos para a região e com isso, poucos ousavam denunciar as péssimas condições de trabalho das minas. O discurso predominante da importância do carvão mineral promovia a ideologia do progresso associado à economia carbonífera. Difundiam-se valores patrióticos e ideais de progresso em defesa do carvão brasileiro. “os discursos exaltavam a necessidade de conquistar soberania nacional por meio da exploração do “ouro negro”, produto mineral considerado fundamental para a consolidação da indústria de base do País”.

A geração de energia na primeira unidade da Sotelca, em Capivari de Baixo, nomeada de Jorge Lacerda I, iniciou em 1965, com capacidade de 50 MW. Em 1966, a Jorge Lacerda II, entrou em funcionamento com igual capacidade. Atuavam na geração de energia de forma independente. Na década de 1970, foi implantado no Brasil, o sistema elétrico interligado, o atual SIN (Sistema Interligado Nacional). Com isso, em 1972, o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda foi incorporado à Eletrosul, subsidiária da estatal Eletrobras. Em 1997, com a implantação da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda IV, gerando mais 363 MW, “o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, passou a gerar 857 MW, tornando-se a maior usina termelétrica de carvão mineral da América Latina”. (BELLOLI *et al*, 2010, p.206). Atualmente, é considerada uma das usinas de geração de energia mais importantes do país desde a década de 1960. Políticas públicas de privatizações direcionaram para o controle privado da empresa Tractebel Energia GDF Suez, no final da década de 1990.

A atividade mineradora, importante matéria prima da matriz energética brasileira e atualmente, na produção de derivados para outros segmentos econômicos, historicamente representou e ainda se constitui como atividade socioeconômica nas regiões onde ocorre. Mesmo nas cidades cuja atividade já foi encerrada, sua história é fortemente identificada com a exploração do carvão ao longo do século XX, como afirma Zanelatto, *et al* (2011, p.153) ao citar a cidade de Criciúma, conhecida como Capital do Carvão. O discurso na historiografia tradicional ressalta o carvão como agente do progresso da cidade e, na região. “As marcas dessa identidade são facilmente perceptíveis nos mais variados espaços da cidade”. Nos símbolos, nas festas oficiais, nos monumentos, nos nomes dos prédios públicos, nas ruas, avenidas, nos clubes de futebol e, no hino da cidade que cita o carvão como responsável pelo

seu progresso.

Sobre isso, Carola (2004, p.32) também afirma que, “a configuração espacial e cultural da região carbonífera de Santa Catarina por ser ilustrada e percebida sob diversas formas e múltiplas perspectivas”. Independentemente disso, os discursos fazem parte da história da memória e da cultura do carvão que transformou e formou “uma nova paisagem social, uma estrutura cultural, psicológica e simbólica”, identificada no modo de vida da família mineira, na memória das pessoas e nos lugares de memória como os monumentos, a historiografia local, os discursos oficiais e não oficiais, os nomes de ruas e bairros, entre outros.

6 | AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL: A ACP DO CARVÃO

Ação Civil Pública tem origem estrita com o meio ambiente. Conforme o próprio projeto de lei que deu origem à Lei da ACP originou-se da necessidade de se regulamentar o art. 14, § 1.º, da Lei nº. 6.938/1981 de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Esta, por sua vez, surgiu a partir do movimento de discussão das questões ambientais no Brasil, pressionado por ambientalistas que exigiam um novo modelo de desenvolvimento sustentável, segundo Rodrigues (2008). A pessoa jurídica e a pessoa física, que venham infringir normas de direito material protetivas ao meio ambiente, podem ser parte passiva da ação e, portanto, são atingidas com relação à legitimidade passiva.

À luz dessas doutrinas, evidencia-se que o Poder Público sempre poderá figurar no polo passivo de qualquer demanda referente à matéria ambiental. Caso ele não seja o próprio causador dos danos, este ocorrerá por meio de um de seus agentes causadores do dano e, portanto, “responderá solidariamente por omissão no dever de fiscalizar” (MILARÉ; MILARÉ, 2015, p. 236).

A Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4, popularmente conhecida como ACP do Carvão, surgiu com o intuito de recuperar os passivos ambientais gerados entre o ano de 1972 até o ano de 1989. Foi proposta pelo Ministério Público Federal perante a 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina em 15 de abril de 1993, contando ao todo com 24 (vinte e quatro) réus, entre empresas carboníferas, seus diretores e sócios majoritários, o estado de Santa Catarina e a União. Após a fase de instrução processual, no dia 05 de janeiro de 2000 foi proferida a sentença condenando solidariamente os réus a apresentarem um projeto de recuperação ambiental para toda a região.

Concomitantemente com a sentença, foi deferida tutela antecipada, a qual passou a ser objeto do processo de execução provisória 2000.72.04.002543-9. Neste, as rés deveriam apresentar projeto de recuperação da Bacia Carbonífera do Sul de Santa Catarina, no prazo de 06 meses, com o prazo de 03 anos para que se concluíssem as obras de recuperação.

Referida sentença foi objeto de inúmeras apelações perante o Tribunal

Regional Federal da 4ª Região, reunidas sob o nº. 2001.04.01.016215-3, sendo que em 22.10.2002 foram parcialmente providas pela 3ª Turma do TRF da 4ª Região. Pode-se destacar a ocorrência de duas alterações principais: a exclusão dos sócios das carboníferas da lide e a ampliação do prazo para cumprimento do dever de recuperação das áreas degradadas, que passou a ser de 10 (dez) anos, a contar da antecipação da tutela, para a recuperação dos recursos hídricos, mantendo-se, contudo, o prazo de 3 (três) anos à recuperação das áreas terrestres.

As partes rés ainda interpuseram Recursos Especiais diante do Superior Tribunal de Justiça – STJ, os quais foram reunidos no REsp nº. 647.493/SC, sendo que foram parcialmente providos em 22.09.2007. Todavia, importante ressaltar que com a decisão do Superior Tribunal de Justiça traçou-se importantes objetivos, tanto no que se refere a responsabilização dos réus, como no que tange à responsabilização da União.

A União, em seu recurso especial, sustentou a ideia de que não possui qualquer responsabilidade solidária com as carboníferas no que tange a recuperação do meio ambiente e indenização consequentes. Sustentou que caso seja obrigada à reparação, será compelida à sociedade uma auto indenização. Todavia, o entendimento do Supremo Tribunal de Justiça foi de que a União foi omissa, pois tem o dever de fiscalizar às mineradoras.

No art. 225, da CF está explícita a imposição ao Poder Público e à coletividade no dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. O § 1º citado pelo Ministro Relator estabelece as incumbências do Poder Público para assegurar a efetividade do direito de todos, “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). No inciso I, consta a obrigatoriedade do Poder Público de “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”.

A Lei n. 9985 de 18/07/2000, regulamentou os incisos II, III e VII do § 1º, do art. 225, da CF e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O § 2º citado pelo Ministro Relator, cita a obrigatoriedade dos exploradores de recursos minerais em recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente. Da mesma forma, o Ministro Relator, cita o princípio poluidor-pagador, fundamentado em Machado (2015). No princípio citado, consta que a responsabilidade pelos custos da prevenção ou restauração é daquele que pode causar ou efetivamente causa o dano ambiental e, também, a quem se utiliza do recurso. Assim, a responsabilidade é imputada aos que ocasionam a degradação, diretamente, aos utilizam dos recursos naturais e, também, aos que por ela foram beneficiados.

Conforme decisão, no quesito responsabilidade da União, ficou reconhecida a responsabilidade solidária, com base na teoria do risco integral, prevista no art. 37, § 6º, da CF de 1988. Devendo a União obter, mediante outros poluidores, os valores

para ressarcir os eventuais gastos que tiver que arcar. No que tange as carboníferas, devido à impossibilidade de mensurar o passivo ambiental, foi sentenciado que todas responderiam solidariamente pela recuperação das áreas degradadas, mesmo que a degradação tenha se dado de forma indireta.

Por outro lado, no que diz respeito aos sócios das carboníferas, o STJ reformou a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, trazendo a responsabilidade dos mesmos em caráter subsidiário em relação às mineradoras.

A referida decisão foi alvo de grande repercussão, pois além de responsabilizar os entes jurídicos, responsabilizou as pessoas físicas (sócios), tornando-se matéria jurisprudencial, tendo em vista proporcionar a responsabilização dos sócios administradores. A preclusão do processo no STJ ocorreu em 24/03/2010. Foi interposto ainda recurso extraordinário (RE 612.592), entretanto não foi conhecido pela 2ª Turma do STF, transitando em julgado a demanda, em 18/08/2014.

Nas diferentes fases de execução do processo, ampliou-se a participação e acompanhamento dos órgãos de fiscalização, na melhoria dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) e na criação do Grupo Técnico de Assessoramento (GTA).

A maioria das empresas carboníferas rés firmou acordo para a recuperação das áreas degradadas, totalizando 19. Todavia, mesmo com os acordos firmados, houve necessidade de decisões judiciais sobre específicos pontos os quais não houve acordo, como por exemplo, nos cronogramas. Entretanto, como se extraiu do andamento processual, todas as referidas decisões judiciais se encontram preclusas. Após todos os acordos e decisões judiciais concluídas, os passivos ambientais das empresas carboníferas ficaram delimitados. As áreas terrestres de recuperação ambiental, assumidas pela União e pelas empresas carboníferas, perfazem um total de 4.629 hectares, estando distribuídas em diferentes regiões da Bacia Carbonífera (SIECESC, 2013). O cronograma de recuperação das áreas degradadas tem como teto para conclusão das obras, o ano de 2020. Com estimativa média de custo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por hectare, estes são divididos entre as empresas carboníferas e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). (SIECESC, 2013).

7 | A EXPLORAÇÃO DO CARVÃO NO CONTEXTO ATUAL

Diferentemente de como ocorria em décadas passadas, à exploração do carvão, atualmente, na bacia carbonífera Sul-Catarinense ocorre de forma planejada com planos de recuperação de áreas de atuação das empresas ocorrendo em paralelo à extração e beneficiamento do carvão. Como afirma Simões (2010, p.136), “a promulgação da atual constituição brasileira e as leis ambientais posteriores, trouxeram cobranças rígidas para o setor mineral, em especial o licenciamento ambiental”. Estas geraram ao Estado, meios de acompanhar de forma mais presente,

pontual e contínua, a exploração dos recursos minerais com o retorno social e ambiental as instâncias vinculadas a esta área da economia.

Os avanços tecnológicos, métodos inovadores e equipamentos de última geração são utilizados atualmente na mineração de carvão e oferecem mais segurança aos trabalhadores em comparativo com os procedimentos de anos anteriores. O processo de exploração das jazidas passou de modelo manual para automatizado na década de 70, com o uso sistemático de explosivos. Atualmente, as empresas carboníferas vêm substituindo de forma gradativa, os explosivos pelo minerador contínuo. Neste caso, o equipamento é operado por controle remoto e permite que as paredes da mina se mantenham uniformes, evitando as quedas de lascas de carvão e reduzindo a presença de trabalhadores em subsolo. Desta forma há melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores e redução no impacto ambiental com a atividade mineradora (SIECESC, 2016).

No passado, ao concluir a extração da jazida, no plano de fechamento das minas, seus pilares eram derrubados e, por determinação legal, o carvão era aproveitado. Este procedimento provocava a abertura de rachaduras na superfície, afetando as edificações e provocando a perda da água. Atualmente, os pilares têm tamanhos determinados a partir de orientações específicas do campo da Engenharia de Minas para que possam sustentar a superfície ao longo dos anos e são mantidos após o encerramento das atividades da mina. Para a sustentação do teto das galerias são utilizados tirantes de aço cravados com resinas de aço e tiras metálicas (SIECESC, 2016). Com isso, partes dos problemas decorrentes da atividade de mineração são reduzidos durante o processo de exploração do minério e permanecem após o fechamento da mina.

Como afirma Simões (2010, p.136), a mineração contemporânea passou por importantes mudanças, em decorrência da legislação ambiental interligada à minerária, resultando na adequação da atividade econômica ao contexto sustentável. Assim, perspectiva de sustentabilidade do setor minerário brasileiro, existe mais em função das exigências legais disciplinadas pelo direito ambiental e pelo poder fiscalizatório e repressivo do Ministério Público do que em virtude do próprio direito minerário que foi, em grande parte, revogado.

A Ação Civil Pública e a sentença para a Recuperação Ambiental impactaram nos processos de planejamento de recuperação dos danos ambientais durante o processo de extração mineral e após o fechamento das minas. Como cita Farias (2002), as empresas de mineração, em geral, já reconhecem a necessidade de internalizar os custos da recuperação ambiental, bem como já se legitimou as reivindicações da população e a incorporação da responsabilidade social. Evidenciam-se ações neste sentido, como a constituição do Núcleo de Meio Ambiente pelo SIECESC, com discussão e planejamento de ações futuras. Outros projetos foram desenvolvidos em decorrência da ACP do Carvão.

Em 2005, com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre

MPF, FATMA e empresas mineradoras, iniciou-se o processo formal de adequação das unidades em operação da cadeia produtiva do carvão mineral, desde a extração, passando pelo beneficiamento e incluindo o transporte e deposição final de rejeitos. O instrumento possibilitou também, que as empresas iniciassem o processo de implantação e certificação de seus sistemas de gestão ambiental (SGA). Estas certificações, atualmente, são pré-requisitos nos contratos para fornecimento de carvão ao complexo termelétrico de Capivari de Baixo. Hoje, todas as empresas carboníferas possuem Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com certificação ISO 14.001 (SIECESC, 2016).

Para contribuir no processo de melhoria da indústria carbonífera, o campo das pesquisas na área ambiental foi ampliado na região. Uma das ações foi a instituição do Centro Tecnológico de Carvão Limpo (CTCL) vinculado ao SIECESC. A entidade desenvolve pesquisas de interesse do setor carbonífero e, é responsável pela condução dos monitoramentos ambientais que fazem parte das ações definidas pelo Grupo Técnico de Assessoramento ao cumprimento da sentença, o GTA, e que compõem o relatório daquele grupo, divulgado anualmente.

8 | CONCLUSÃO

O presente estudo foi norteado pela seguinte questão nuclear: Quais os desdobramentos da Ação Civil Pública nº. 93.80.00533-4, nominada como ACP do Carvão, na economia do sul de Santa Catarina?

Considerando o percurso do trabalho, pode-se concluir que o sul de Santa Catarina, abundante em carvão mineral, possibilitou que o mesmo, estivesse intrinsecamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico da região carbonífera, sendo inclusive, por muito tempo, a principal atividade econômica da região. Verificou-se que, o processo de exploração de carvão mineral iniciou no final do século XIX, associado ao povoamento e colonização europeia. A atividade econômica foi abandonada em 1887, devido as dificuldades inerentes a exploração do minério. Entre os anos de 1917 e 1922, instalaram-se no Sul de Santa Catarina as primeiras empresas carboníferas. Com a instalação destas empresas, todo um complexo industrial foi montado para beneficiar a exploração do carvão, alterando assim, as paisagens onde as minas eram instaladas, a constituição de bairros, cidades, etc., influenciando fortemente no desenvolvimento socioeconômico da região.

Na análise histórica da atividade econômica de mineração de carvão na região carbonífera, observaram-se também dificuldades associadas à necessidade de melhorias no contexto de uso de tecnologias mais eficientes de exploração do minério, problemas de impacto ambiental gerando degradação, entre outras, com forte influência do cenário político nacional, pela sua importância na matriz energética brasileira.

Assim, com o apoio do Governo das diferentes épocas, novas leis foram sendo

criadas, com o objetivo de incentivar o uso do carvão mineral nacional. Desde incentivo a formação de empresas de mineração, ao aumento da produção do carvão pelas mineradoras, autorizações de empréstimos subsidiados, a construção de usinas de beneficiamento do carvão, criação de indústrias de derivados do carvão, como o coque, estabelecimento de cotas de compra de carvão pelas empresas de beneficiamento, consumo obrigatório de vinte por cento do carvão nacional pelas empresas, entre outros. A indústria de extração do carvão mineral trouxe desenvolvimento para várias cidades, o chamado ouro negro levou riqueza e emprego aonde não havia.

Até início da década de 90, a forma como ocorria à exploração do minério, não seguia rígidos controles ambientais. Como consequência, ocorreu a intervenção em Ação Civil Pública – ACP do Carvão. A União e 11 mineradoras foram condenadas, com antecipação de tutela, a recuperar as áreas degradadas pela mineração, no período de 1972 a 1989. Como resultado, foi elaborado um projeto de recuperação ambiental para toda a região, em execução até a atualidade.

A Ação Civil Pública do carvão promoveu um movimento inicial para alavancar a consciência socioambiental da população, empresas carboníferas, DNPM, FATMA, Ministério Público e União. Assim, além da evolução em todos os processos relacionados a indústria da mineração, evoluiu-se também na conscientização da população em saber que, o carvão mineral, se explorado da forma correta, impactará positivamente a vida de centenas de milhares de pessoas, fazendo parte de sua vida.

Na análise e discussão dos princípios do Direito Ambiental verificou-se que, estão interligados e, efetivamente, buscam contribuir na melhoria da qualidade do ambiente de vida. O princípio do desenvolvimento sustentável, relevante nos processos de exploração dos diversos recursos naturais, deve subsidiar um crescimento econômico, com inclusão social e proteção socioambiental, integrando a economia, a sociedade e o meio ambiente. Neste contexto, os princípios da prevenção e precaução, são fundamentais para contribuir na avaliação da adoção de medidas para minimizar eventuais danos causados ao meio ambiente.

É relevante incorporar nos custos de produção, os custos resultantes de danos ambientais, nos processos de exploração de minerais. As aplicações do Direito Ambiental podem contribuir na melhoria dos processos produtivos no âmbito na mineração de carvão, pelo planejamento com foco na sustentabilidade, com prevenção e precaução, na adoção de medidas que possam minimizar eventuais danos causados ao meio ambiente, decorrente da atividade econômica.

Diversos fatores interligados contribuíram no estabelecimento de novos paradigmas com relação ao uso e preservação e recuperação do ambiente de vida. Assim, os danos ambientais decorrentes de atividades econômicas diversas, dentre elas a mineração, que comprometem o desenvolvimento econômico e socioambiental, deveriam ser recuperados. Contribuíram neste processo, os movimentos sociais, a promulgação das leis de defesa de direitos coletivos, os

movimentos de reconhecimento internacional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como direito à vida. Foi fundamental neste processo, a elaboração dos princípios do Direito Ambiental e a Lei de Política Nacional do meio ambiente. Com isso, o meio ambiente foi reconhecido constitucionalmente como um bem jurídico autônomo, indivisível e de uso comum do povo. Estabeleceu o dever de proteção compartilhada do meio ambiente.

Verificou-se também, que o incentivo governamental, associado à ação civil pública e outras ações preventivas, a partir do fortalecimento da legislação socioambiental brasileira, contribuem na evolução dos processos relacionados à mineração no contexto preventivo e na conscientização da necessidade de melhorias no âmbito da exploração mineral, com foco na qualidade de vida do meio ambiente. Assim, a atividade minerária de carvão, permanece como uma importante atividade econômica, contribuindo no desenvolvimento socioeconômico dos municípios no qual a mesma ocorre.

REFERÊNCIAS

- ABCM. **História do Carvão no Brasil**. Disponível em: < <https://goo.gl/F6uWUz> >. Acesso em: 18 Maio 2017.
- ALMEIDA, H.M. **Mineração e Meio Ambiente na Constituição Federal**. SP: LTr, 1999.
- BELLOLLI, M.; et al. **História do carvão de Santa Catarina**. v.2, Criciúma: Meg, 2010
- BELLOLLI, M.; et al. **História do carvão de Santa Catarina**. 1790 – 1950. v.1, Criciúma: IOESC, 2002, 300 p.
- BITAR, O.Y. **Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na Região Metropolitana de São Paulo**. (Tese de Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. SP:USP, 1997.
- BRASIL. **Lei n.10.406 de 10/01/2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01 Out 17
- BRASIL. **Lei nº 8.876, de 02/05/1994**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8876.htm>. Acesso em: 09 Ago 17.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso: 01 Jun 2017.
- CAROLA, C.R. Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, A. (organizador). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p.11-34. 400p.
- COSTA, L.R. Indústria mineira e ambiente: integração ou conflito? In: LINS, Fernando Antonio Freitas, *et.al.* (orgs); **Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina: histórico, atualidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000, p. 209-231.
- CRUZ, C.; RIBEIRO, U. **Metodologia Científica – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro-RJ: Axcel Books do Brasil Edit. 2003.

FARIAS, C.E.G. **Mineração e Meio Ambiente no Brasil**. CGEE/ PNUD. 2002. Disponível em: < http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf>. Acesso em: 22 ago 2017.

FREIRE, W. Regime jurídico dos recursos minerais no direito brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 39, mar 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/lwy2g8>>. Acesso em: 01 set 2016.

GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. **A Contabilidade Ambiental como um novo paradigma**. Revista Universo Contábil, v. 1, n. 3, p. 81-93, 2005.

GOULART FILHO, A.; LIVRAMENTO, A.M.A. Relações de Trabalho e Formação da Mão-de-obra Mineira em Santa Catarina, 1918-1929. In: GOULART FILHO, A. (org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p.35-47. 400p

IBAMA: **Manual de Recuperação de Áreas Degradadas pela Mineração**. 1990. Disponível em: < <http://licenciamento.ibama.gov.br>> Acesso em: 22 ago 2017.

KRAEMER, M.E.P. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXXI, n. 133, p. 69-83, 2002.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, P.A.L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 23. ed. SP: Malleiros Edit. Ltda, 2015.

MAMED, D.O. **O Princípio do Protetor-Recebedor na Proteção de Águas e Florestas**: Uma Discussão em Torno dos Sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais. Dissertação (Mestrado). 2012. UEA-ESCS. PPG em Direito Ambiental. Manaus, 2012.

MILARÉ, Édis; MILARÉ, Lucas Tamer. A Ação Civil Pública como instrumento preventivo/reparatório da danosidade ambiental. In: MILARÉ, Edis (org.). **Ação Civil Pública após 30 anos**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015. p.227-270.

MILARÉ, E. (org.). **Ação Civil Pública após 30 anos**. SP: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Direito do Ambiente**: Doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, K.G. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável na Política Nacional de Resíduos Sólidos. In: SILVEIRA, C.E.M. (org.). **Princípios do Direito Ambiental**: atualidades. [recurso eletrônico], Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2012.

MOSCOGLIATO, M. Exploração de recursos minerais: questão ambiental ou patrimonial? In: **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental**. 4 a 7/7/2000. SP: IMESP, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/LSXhAc>>. Acesso: 02 set 2017.

MPF - Ministério Público Federal, Procuradoria da República de Santa Catarina. **Ação Civil Pública n.93.8000533-4**. 1993. Disponível em: < <https://www.jfsc.jus.br/acpdocarvao/> > Acesso em: 12 jun 2017.

PERALTA, C.E. A justiça ecológica como novo paradigma da sociedade de risco contemporânea, 2014. In: PERALTA, C.E.; et.al. **Direito e justiça ambiental** [recurso eletrônico]: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014. p.13-29. Disponível em: < <https://goo.gl/9HwjAC> > Acesso em: 01 ago 2017.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Processo Civil Ambiental**. Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

RONQUIM FILHO, A. **Aspectos da construção do novo marco regulatório da mineração brasileira**. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente)– Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara-SP, 2012.

SIECESC. Meio Ambiente. 2016. Disponível em: <http://www.siecesc.com.br/meio_ambiente>. Acesso em: 22 ago 2016.

_____. **Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera. IV Congresso Brasileiro de Carvão Mineral. SATC: Criciúma (SC). Maio de 2013.**

_____. **Dados Estatísticos. Criciúma, SC. 2014. Disponível em: <http://www.siecesc.com.br/pdf/dados_estatisticos_ano_2014.pdf>. Acesso em: 28 jan 2018.**

SILVA, E.L; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**-4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, J.A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2007.

SIMÕES, H.C.G.Q. Mineração: perspectiva de sustentabilidade a partir do Direito Ambiental. In: **Planeta Amazônia**: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas Macapá, n. 2, p. 127-138, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/EqRw9y>> Acesso em: 07 jun 17.

STOLZ, Sheila. **Um Modelo de Positivismo Jurídico**: O Pensamento De Herbert Hart. Revista GV, v. 3, n. 1, jan-jun 2007, p. 101 – 120. Disponível em: <https://goo.gl/y58esk>>. Acesso em: 01 ago 2017.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. SP: Atlas, 2011.

ZANELATTO, J.H.; et.al. Memória e Trabalho: Experiências de Operários na Capital do Carvão. In: CAROLA, C.R (org.) **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**: Impactos Sociais e Ambientais. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2011, p.153-169.

ZENY, A.S. **Gestão Ambiental e Novas Tecnologias**. Curitiba PR: UFPR, 2015.

CAPÍTULO 31

VIVER ENTRE O MAR E A TERRA UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII

Jéssika de Souza Cabral

Aluna do PPGHIS –Programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB. Campus Universitário Darcy Ribeiro. Brasília – DF. Bolsista CAPES. E-mail: jskcabrall@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho tentaremos demonstrar o enraizamento burocrático do tribunal do santo ofício nos reinos americanos, sua nacionalização, seus conflitos de jurisdição e as estratégias usadas pelo poder civil e eclesiástico na tentativa de se sobreporem um ao outro. Buscamos também relacionar a política econômica do Antigo Regime aos dados obtidos a partir das *relações de fé* produzidas na primeira visitação às bandas do Estado do Brasil (1591) e o Tribunal fixo de Cartagena das Índias, nos anos de 1610 a 1660. No esforço de comparação entre a América Portuguesa e Hispana, abarcando o contexto de união das coroas.

PALAVRAS-CHAVE: Colônia, História econômica, Salvador, Cartagena, Inquisição.

LIVING BETWEEN SEA AND LAND

A COMPARISON OF THE SOCIAL
AND ECONOMIC PROFILE OF THOSE
PERSECUTED BY THE INQUISITION
TRIBUNAL IN SALVADOR AND CARTAGENA

DE ÍNDIAS XVI-XVII

ABSTRACT: In this work we will try to demonstrate the bureaucratic order of the court of the Tribunal do Santo Ofício in the American realms, its nationalization, their conflicts of jurisdiction and the strategies used by civil and ecclesiastical power to overlap each other. We also sought to relate the Old Regime and its economic policy with the data obtained from the *relations of faith* produced in the First Visit to Brazil (1591) and the Fixed Tribunal of Cartagena de Índias, between 1610 and 1660 in order to compare Portuguese and Hispanic America in the years of Iberic Union.

KEYWORDS: Colonial History, Salvador, Cartagena, Inquisição, economic history.

1 | INTRODUÇÃO: A INSTITUIÇÃO DO RESSURGIMENTO A LEGITIMAÇÃO

A inquisição medieval tradicional foi uma instituição criada pelo papa com objetivo de perseguir os hereges e os erros de fé. A nova inquisição, criada através da bula assinada pelo papa Sisto IV em 1º de novembro de 1478, surgiu a partir das petições dos reis católicos queixosos do crescimento da crença judaica entre os povos cristãos diante da passividade dos bispos. Na organização medieval, a

comunicação entre os tribunais foi mais fluida e horizontal, pois o seu propósito era conservar o poder da igreja perante as autoridades civis, por tanto a atividade dos inquisidores era muito mais coletiva, compartilhavam suas experiências através de cartas, manuais, tipologias das heresias, guias de ação e até em assembleias. No antigo regime, a troca de informações era rara, demonstrando a maior dependência da instituição do poder real. Outra mudança significativa foi o direito de nomear os inquisidores, a princípio direito único do papa, posteriormente transferido aos reis. Essa característica mista do Santo Ofício, civil e eclesiástico, marcou a ruptura da instituição medieval com a do Antigo Regime.¹

Essa mistura de jurisdição foi fundamental para o estabelecimento da instituição tanto nos reinos de Portugal quanto Espanha. Na prática, os tribunais precisavam ser reconhecidos pelos demais poderes, para que suas ordens fossem executadas e legitimadas. O tribunal da Espanha foi instalado mediante as várias concessões papais ao poder temporal, pois o rei não poderia aceitar que uma instituição autônoma obediente à Roma possuísse amplos poderes dentro do seu próprio reino. Algumas medidas foram tomadas, a fim de “naturalizar” e “estatizar” o poder do santo ofício. A primeira delas foi exigir a presença de funcionários laicos dentro do tribunal, para que pudessem contar às decisões que por lá se discutiam, a segunda foi exigir que os inquisidores nomeados fossem naturais do seu território. Além disso, o rei era consultado regularmente sobre as decisões do tribunal, marcando assim a perda de autoridade da instituição nos territórios espanhóis. O caso português foi herdeiro da experiência espanhola, desde o início em 1451, a estruturação do tribunal foi centralizada no poder real, sem resistência significativa, porque o próprio rei se encarregara de escrever cartas aos poderes civil e eclesiástico em apoio aos tribunais.²

Entretanto o Santo Ofício também se beneficiou dessa ambiguidade do seu estatuto, para obter mais autonomia. Para escapar da política régia apelava ao papa enquanto para escapar de algumas decisões de Roma se apoiava no rei. Em contrapartida o tribunal também foi usado como ferramenta das monarquias para recorrer às decisões do papa.³ O poder dessa instituição reside na especialização. É um tribunal de origem cristã superior ao clero secular com ordens diretas do papa, isso lhe concedeu determinados poderes e um senso de superioridade diante dos bispos. Aos inquisidores recaía a responsabilidade de verificar e julgar os desvios de comportamento do clero, porque a imagem da igreja estava desgastada devido aos ataques e críticas realizadas durante o movimento de reforma protestante. Diante desse quadro fazia-se necessário reconquistar a confiança dos fiéis e por isso, foi acrescentado ao rol das heresias o delito da solicitação, um tipo de assédio cometido

1 BETHENCOURT, F. **História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália**. Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

2 Ibid;

3 Ibid;

pelos clérigos no ato da confissão. Este era com certeza um delito muito grave, pois poderia levar a igreja a perder espaço nesse contexto da contrarreforma. Do ponto de vista do clero secular, o controle moral serviu para submetê-los ao julgo dos inquisidores.

Ademais o Tribunal tinha o poder de elevar ou rebaixar um indivíduo socialmente. Poderiam nomear o sujeito para o posto de familiar do Santo Ofício, elevando o seu status social ou vetar o acesso as ocupações do serviço públicos, da medicina e até restringindo-lhes o uso de determinadas vestimentas.⁴ Exemplo disso foi o processo de Baltasar de los Reyes, cristão novo, morador de Cartagena, que exercia o ofício de cirurgião, trajava roupas de seda e andava a cavalo. Esses eram hábitos proibidos para uma pessoa que possuía um parente relaxado pelo braço secular, sob acusação de judaísmo. Outro exemplo é o processo de Maria de La O, reincidente processada por esse mesmo Tribunal sob acusação de bruxaria, teria violado a proibição ao usar roupas de seda.⁵

O Santo Ofício criou dois mecanismos para obter maior controle e desviar-se da centralização burocrática civil: as visitas de distrito e a organização de uma rede de familiares do tribunal. As visitas serviam para manter o regulamento, fiscalizar a conduta dos funcionários e neutralizar os conflitos, internos do clero secular e externos com as autoridades civis. Enquanto o segundo mecanismo consistia em uma rede de pessoas comuns, não necessariamente nobres, que atuavam em nome do Tribunal em sua ausência. Estes gozavam de privilégios e prestígio social, isenção de impostos e serviço militar, por exemplo. Em Portugal essa rede de familiares garantiu o enraizamento e o sucesso do tribunal ainda no século XVI.⁶

Hierarquicamente o tribunal organizava-se entre o tribunal do distrito, que respondia diretamente ao inquisidor geral e ao conselho geral, no caso Espanhol seria o *consejo de la Suprema*. E o conselho, por sua vez, remetia-se ao rei e ao papa. Cabia ao inquisidor geral nomear o conselho mediante consulta ao monarca. A estrutura de cada tribunal de distrito contava com vinte funcionários, tendo à frente três inquisidores, conforme informou Bethencourt para a inquisição espanhola, em 1498:

“O inquisidor recebia 60 mil maravedis; o fiscal, 30 mil; o notário do secreto, 30 mil; o alguacil responsável pelos cárceres, 60 mil; o receptor (tendo um procurador por sua conta), 60 mil; o núncio, 20 mil; o porteiro, 10 mil; o juiz dos bens confiscados, 20 ou 30 mil; o contador geral, 60 mil, e o receptor geral, 40 mil.” (BETHENCOURT, 2000, p. 76).

Eram salários relativamente apropriados tendo em vista que havia outros ganhos

4 Ibid;

5 SPLENDIANI, A. M. Cinquenta anos de inquisicion em el tribunal de Cartagena de índias. Tomo III. Santafé de Bogotá: Centro editorial Javeriano CEJA, 1997.

6 BETHENCOURT, 2000

e privilégios típicos da ocupação eclesiástica. Ainda segundo Bethencourt, o salário de um inquisidor era equivalente, na época, ao de um professor da Universidade de Coimbra. A maioria dos inquisidores gerais, posto chave nos conflitos entre as coroas e o papado, era proveniente de famílias mais abastardas, a investidura desse cargo só poderia ser ratificada pelo próprio papa, pois era vitalício. Em Portugal a origem social era ainda mais elevada porque o segundo inquisidor geral, D. Henrique, era irmão do rei. O que por anos estreitou os laços entre poder civil e eclesiástico, além de facilitar o enraizamento do tribunal na sociedade portuguesa.

Nem sempre as relações de coexistência eram pacíficas, houve conflitos de etiqueta que nos permite verificar a tensão existente entre os poderes. Nas grandes cerimônias da inquisição eram destinados lugares inferiores aos bispos, isso rebaixava a igreja diante da inquisição, por esse motivo os bispos sempre faltavam às celebrações. Contudo, diante das celebrações laicas, a inquisição ocupava um lugar de pouco destaque perante o rei ou vice-rei, situação constrangedora para a instituição. Sendo assim, o tribunal se restringia somente aos seus domínios. Nos autos de fé e demais solenidades do próprio tribunal, não raro, os reis se ausentavam e eram substituídos pelos vice-reis por obrigação legal. Na sociedade de status, do Antigo Regime, uma instituição de natureza dupla que paradoxalmente precisava se afirmar diante dos poderes civil e eclesiástico, não é surpresa que o tribunal tenha escolhido a reclusão, participando somente das suas próprias cerimônias, a fim de proteger a sua frágil autoridade.⁷

Outro aspecto importante para compreendermos a estrutura do tribunal e a sua ação repressiva são os éditos. Os éditos eram como informes que tornavam públicas às atividades do tribunal, havia três tipos: O édito de graça, o geral e o menos comum, o particular. O conteúdo era variado poderia ser sobre a abertura do período da graça, ou da listagem dos excomungados, descrição dos delitos e heresias, tornarem públicas as proibições, atualização do catálogo dos livros proibidos etc. Através do édito de graça⁸ era concedida a população trinta dias para confessarem seus delitos ou apontarem os hereges, sem que lhes fossem confiscados os bens. As confissões sinceras contariam com a misericórdia do Santo Ofício. Os reis poderiam intervir e prorrogar o tempo de graça, o que tornava a situação do tribunal ainda mais delicada, pois na ocasião de intervenção direta recorriam junto ao papa. No édito geral é onde podemos encontrar a descrição pormenorizada dos delitos, um tanto caricaturada, mas era a visão católica sob o islamismo e, sobretudo judaísmo.⁹ Um dos primeiros esboços da hierarquia dos delitos de Nicolau Eymerich:

7 Ibid;

8 O período de graça tinha a função estratégica de extrair das confissões espontâneas as ligações com outros indivíduos envolvidos em casos de heresia, porque é uma prática muito conhecida dos acusados entregar nomes para tentar se livrar da pena. Estes nomes seriam posteriormente investigados e processados.

9 BETHENCOURT, 2000

[...] Heresia, judaísmo, idolatria, adoração e sacrifício dedicados ao demônio, adivinhação, sortilégios e abusos dos sacramentos, proteção dos hereges, posse de livros necromancia ou de invocação dos demônios, suporte e auxílio aos hereges, impedimento da ação inquisitorial.” (BETHENCOURT, 2000, p. 163)

A partir do século XVI há o processo de ampliação da jurisdição inquisitorial, novas heresias são catalogadas, como bigamia, sodomia e solitação. Além disso, tornou-se delito comercializar com os povos hereges, no caso o comércio de cavalos e armas com os Estados mulçumanos no norte da África e os huguenotes. Os éditos particulares eram mais voltados para circulação interna, orientando os tribunais sobre os livros proibidos a serem inspecionados nas bibliotecas, gráficas e até mesmo dentro dos navios ancorados no porto.¹⁰

A inquisição não avaliava o crime moral em si, apenas aqueles que de certo modo fossem assimilados a heresia. O papel do tribunal era detectar erros de fé, buscar os indivíduos que por escolha própria e consciente se desviaram dos dogmas da igreja. A diferença, por exemplo, entre a bigamia e o concubinato, o primeiro é criminalizado devido ao fato de o casamento ser um juramento diante de Deus e da santa igreja, portanto casar-se duas vezes, sendo o cônjuge vivo, é mentir diante do sagrado. Já o concubinato é apenas um desvio moral que não implica em sentir mal da fé. Também encontramos nas fontes registros “casadouros” e “fornicários”, o primeiro grupo defendia o estado dos casados sob o dos clérigos, o segundo o sexo antes do casamento (com mulatas) sem haver nisso pecado.¹¹

Alguns desvios são típicos da cultura popular misturados ao paganismo medieval e o catolicismo barroco, tais como: a sexualização e humanização de Cristo, duvidar da pureza da virgem, a invasão do profano no sagrado em práticas rotineiras, profanação da cruz, proferir palavras da consagração da hóstia durante atos sexuais, enfim, referindo-se sempre aos fluidos corporais. Essa mistura estava relacionada à renovação segundo a concepção popular.¹²

A maioria desses delitos estava ligada as críticas que o catolicismo recebia desde a reforma protestante. Os teólogos protestantes não pregavam a liberdade sexual, atacavam o dogma do casamento por ser uma instituição criada por homens e não por Deus. Era mais uma contestação do sacramento entre outros tantos no período da reforma de Lutero e Calvino. O não reconhecimento de Maria como uma santidade era outro ataque aos dogmas da Igreja. Desse modo o Santo Ofício, braço violento da Igreja, possuía dois inimigos: a cultura erudita e a popular, condenando desde as ideias de um Herasmo de Roterdã às de homens como o moleiro menocchio. “Promovia conexões imaginárias entre os inimigos doutrinários da Igreja e os valores

10 Ibid;

11 Ibid;

12 Segundo a crença popular medieval o baixo corporal estaria ligado a luz, renovação, fertilidade, bem-estar, como se os prazeres carnis estivessem bem perto daquilo que é divino. Segundo Ronaldo Vainfas o profano invadia e se misturava ao sagrado.

da gente comum irredutível aos dogmas oficiais.” (VAINFAS, 2010, p 257).

A justificativa para a perseguição a sodomia é que tal ato violaria a ordem natural do corpo, ou seja, desestruturaria a ordem. Em caso de sodomia perfeita, quando há derramamento de sêmen, o acusado poderia ser condenado à fogueira. A partir da leitura das fontes percebemos que muitos deles omitiam ou negavam o nefando perfeito, demonstrando conhecimento sobre as regras do tribunal. Na visitação do tribunal, realizada em 1591, ao recôncavo Bahiano, não há registros de relaxamento ao braço secular¹³ por esse delito. Algumas delações eram motivadas por rixas e conspirações contra o acusado, mas também é comum encontrar casos onde o réu, para se livrar da pena, acusa outras pessoas. Esse foi o caso de Blas de Paz Pinto, processado pela Inquisição de Cartagena no ano de 1636, acusado de judaizante, entregou um grupo de aproximadamente cinco pessoas. No entanto, nem mesmo as delações foram capazes de livrá-lo das malhas do santo ofício. Blas de Paz Pinto¹⁴, morreu após a tortura nos cárceres do tribunal antes mesmo de decidirem sobre a sua pena.¹⁵

O dito Blas de Paz foi um mercador de escravos que trabalhou junto do poderoso Manuel Bautista Pérez, que entre os anos de 1620-30 fez descer cerca de 300 cativos ao Peru. Normalmente a aquisição se dava por lotes pequenos, de 15 a 20 escravos, o que mostra a prosperidade nos negócios de Pérez.¹⁶ A função de Pinto era curar os recém-chegados que se enfermaram no trajeto, por essa habilidade ganhou o título de cirurgião. Sabemos pelas fontes que residiu na praça de los *Jagueyes*, na antiga casa de Diego de Rebolledo¹⁷, vizinho de parede meia de Alonso Martín Hidalgo, de frente para o único poço da cidade.

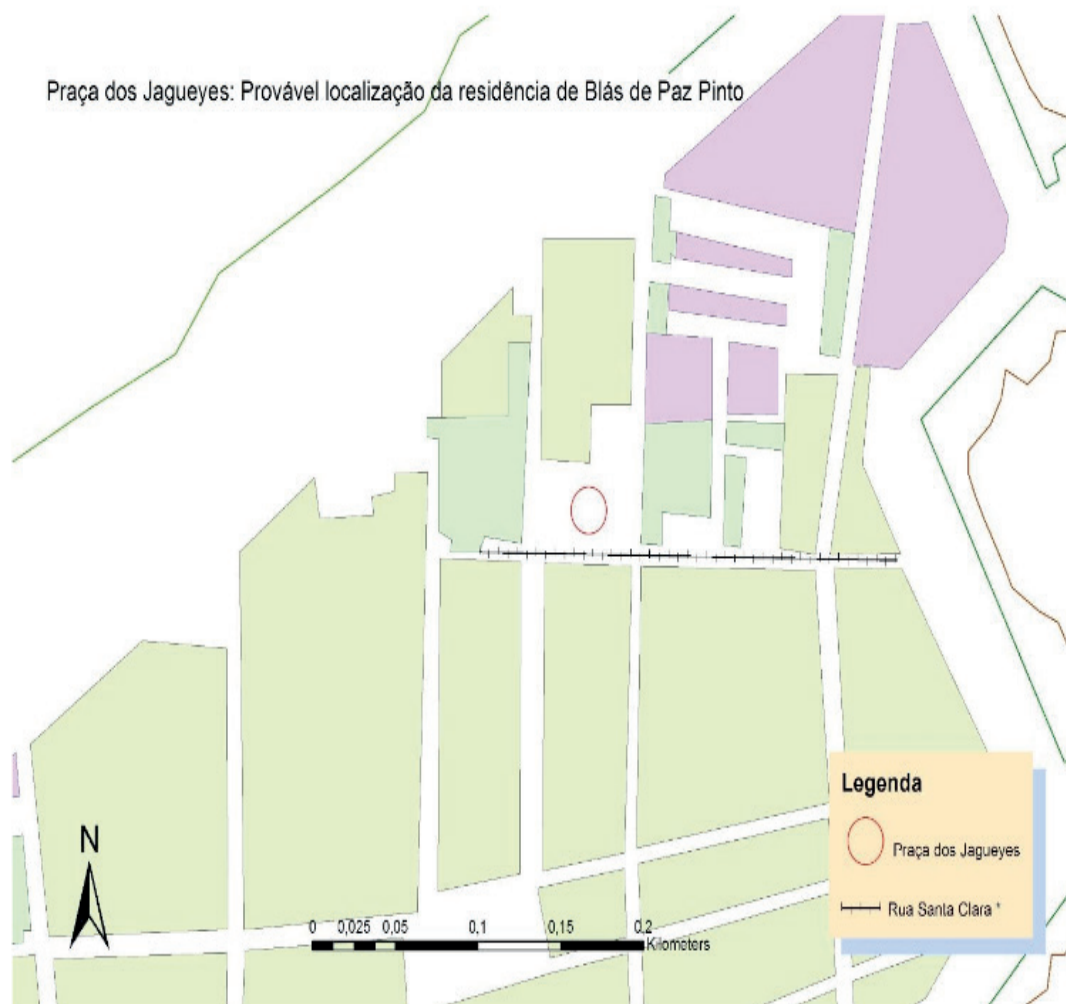
13 Relaxamento ao braço secular significa que a inquisição transferia o caso de pena capital para que a punição fosse aplicada pelo Estado. Porque o direito canônico proibia os clérigos a produzir uma sentença de morte.

14 Blas de Pinto foi descrito como homem louco e dementado pelos médicos da Inquisição. E faleceu em decorrência de uma fratura no pescoço que o impediu de ingerir alimento.

15 ESPLENDIANI, 1997.

16 NEWSON, L; MINCHIN S. Cargazones de negros en Cartagena de Indias em el siglo XVII: Nutrición, salud y mortalidade. In: STEVENSON, Haroldo C; ROCA, Adolfo M. (Ed). *V simpósio sobre la historia de Cartagena*. 2007. p. 208-243.

17 ARAQUE, 2016.



Mapa 1: Residência de Blas de Paz Pinto

Fonte: SPLENDIANI, Anna María. Cinquenta anos de inquisición em el tribunal de Cartagena de Índias. Santafé de Bogotá: Centro Editorial averiano CEJA, 1997. (Elaboração própria).

A tortura pode ser entendida como um ato metafísico. Na visão da Igreja, o corpo é o veículo usado pelo diabo para atingir a alma, nada mais lógico que fazê-lo sofrer para arrancar o mal e redimir a alma da condenação, pois o ofício do tribunal era reconciliar o acusado com Deus. Além disso, a tortura deve ser entendida como prática judiciária presente no antigo regime, típica da violência institucional do Estado dos soberanos. Por outro lado, o suplício poderia provar a inocência do acusado, como no caso da ex-escrava Gerônima, natural de Sevilha¹⁸, processada no ano 1633, também pelo tribunal de Cartagena das Índias, resistiu à tortura na polé e seria absolvida de suas culpas caso não tivesse morrido antes mesmo da finalização do processo. Os métodos (o segredo, a tortura...) da inquisição eram praticados por todas as agências de poder do ocidente. A inquisição foi um dos vários instrumentos para disciplinar o homem moderno.¹⁹

¹⁸ Embora pareça estranho, a fonte mostra claramente a origem da acusada: “Gerônima la parte-ra, negra horra, natural de la ciudad de Sevilla, la cual fue testificada por seis testigos mayores compli-ces de su delito de ser bruja (...)” (SPLENDIANI, 1997, TOMO III, p. 136)

¹⁹ VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Ja-

Havia ocasiões em que inquisidor não entendia a heresia ou não se interessava pelo assunto, como no caso da sodomia entre mulheres, misticismo popular, enfim uma gama de assuntos que não poderiam ser facilmente reduzidos aos estereótipos descritos nos éditos e monitórios. O processo da mulata Felipa de Souza mostra-nos o desconhecimento do visitador. A ré foi acusada de sodomia imperfeita, durante a visitação de Heitor Furtado no Brasil do ano de 1591, citada em dois outros processos também pelo mesmo delito, teve uma pena de abjuração leve, porque provavelmente o inquisidor não sabia como proceder no caso das lésbicas. Outro aspecto interessante é que nenhuma outra envolvida neste caso foi gravemente punida.²⁰

Nessas situações, a posição do tribunal era de “quebrar” o acusado, ou simplesmente fazê-lo reconhecer a autoridade da instituição. Os que insistiram em desafiar a autoridade acabaram engrossando a estatística dos relaxados, a exemplo o caso do traficante inglês Adan Edon, processado por ser luterano e morto porque não repetiu o discurso que o tribunal queria ouvir, a confissão. Durante o processo ocorreram audiências onde foram dadas oportunidades para mudar o seu posicionamento junto do seu advogado, mas se manteve inalterado.²¹

2 | A VISITAÇÃO DO TRIBUNAL A SALVADOR

No Brasil não havia um tribunal de distrito como na América Espanhola, Lima (1570), Cartagena (1610) e México (1571). Cogitou-se a ideia de criar um tribunal entre os anos de 1621-22, mas a ideia não foi adiante devido a resistência da inquisição que julgava poder controlar os desvios de fé mesmo à distância. O Santo Ofício realizou visitas itinerantes e precisou contar com o apoio da rede de contatos dos comissários e familiares para manutenção do controle. A primeira visita, e a mais bem documentada foi a de 1591, encabeçada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, seu objetivo não era verificar a fé dos índios ou “negros da Terra”, mas sim dos comerciantes portugueses instalados na Região próspera do Recôncavo baiano. Outro propósito era integrar as colônias ao reino, a visita deveria percorrer o Brasil, Angra (Açores), Angola e Madeira. Através das confissões produzidas durante esse período poderemos conhecer um pouco mais do perfil social dos perseguidos, das crenças populares, dos procedimentos adotados pelo visitador, das redes de influência, e as penas aplicadas... De modo geral é possível pintar uma aquarela do Brasil colônia.

A vida religiosa no Brasil foi desde cedo muito condicionada ao lar, o privado foi cenário da maior parte dos desvios de fé ou doutrina. No velho mundo, a religião

neiro: civilização brasileira, 2010.

20 ABREU, C. **Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa**. Org. Ronaldo Vainfas. Coleção retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

21 VAINFAS, 2010

estava diretamente ligada ao espaço externo: missas, procissões, festas e outros rituais públicos ao ar livre. No Brasil, no entanto, a vida urbana era precária, os fiéis corriam riscos ao saírem de suas casas para as praças, pois não raro poderiam encontrar animais selvagens, índios, hostis, negros, quilombolas ou criminosos. Não havia conventos, como na América espanhola, para os fiéis que realizavam os votos, alguns se enclausuraram na própria residência.²² Além da distância e escassez dos templos, as donzelas corriam riscos para assistir à missa:

[...] Displícetes no trajar, ora ira irreverentes nos olhares e risadas, clérigos e leigos ávidos de aproveitar aqueles preciosos momentos de convívio intersexual a fim de fulminarem olhares indiscretos, trocarem bilhetes furtivos [...] (MOTT, 1997, p.161).

Por todas essas adversidades naturais e sociais, era muito comum, entre famílias abastadas, a manutenção de uma capela, onde se realizavam todos os ritos da igreja como batizados, primeiras-comunhões e casamentos. Desenvolveu-se aqui, a peculiaridade da religião privada.

No Brasil era tênue a linha entre o sagrado e as práticas heterodoxas. Prática normal era o castigo e a barganha com os santos, principalmente Santo Antônio²³, a veneração às relíquias era uma característica tão forte a ponto de cada indivíduo possuir seu próprio santinho protetor e muitas vezes deixá-lo para outras gerações. Essas práticas beiravam ao sacrilégio, mas algumas eram inclusive recomendadas pelos próprios clérigos. Quando todos os métodos e barganhas com o santo não resolviam, alguns recorriam às práticas de orações amatórias, cartas de tocar, bolsas de mandinga e o uso de objetos sacros associados ao sexo com objetivo de cativar a pessoa amada. Além disso, era habitual recorrer a benzedeiros, curandeiros, adivinhos em busca da cura para males diversos, espinhela caída, quebranto etc.²⁴

Diante desse quadro, podemos imaginar que não foi tarefa fácil para o visitador, Heitor Furtado encaixar os delitos típicos do trópico nos manuais clássicos de heresia que lera. Assim que chegou à Salvador publicou o edital da fé onde continha a descrição pormenorizada de práticas judaicas, mas não esperava que fosse encontrar um caso complexo de idolatria envolvendo um poderoso senhor de engenho chamado Fernão Cabral de Taíde. Os envolvidos na adoração da Santidade de Jaguaripe, local onde estes indígenas praticavam seu culto, eram em sua grande maioria, homens espertos que viviam entre a sociedade e o mato. “Os mamelucos herdaram o conhecimento da geografia, o modo prático de abrir trilhas na floresta, de contornar o perigo das feras e cobras, de utilizar ervas terapêuticas com a

22 As donzelas realizavam a clausura em casa inspiradas pela trajetória de Santa Rosa de Lima. Possuir um penitente na família era símbolo de status, além de receber doações de devotos e fiéis. Estes eram muito disputados pela Igreja.

23 Acreditava-se que os pedidos a ele se realizariam mais rápido com a tortura. Essa crença se fundamenta no martírio do santo em vida.

24 MOTT, 1997

desenvoltura dos curandeiros.” (VAINFAS, 1995, p.142).

Eles sabiam o idioma dos índios e foram grandes intérpretes dos europeus, além disso, prestavam serviços de captura dos negros da terra, uma vez que conheciam muito bem o território. Conviviam entre as leis da tribo e da colônia, muitos deles casados na igreja, mas faziam vida nas tribos. Exemplo disso foi Tomacaúna, processado em 1591, acusado de idolatria e outras culpas. Estes homens sabiam enganar o inquisidor para se livrarem das acusações omitindo ou mentindo. Não contavam sobre os rituais de antropofagia realizados entre os índios Tupis, diziam simplesmente que as marcas e circuncisões significavam coragem. O visitador preso aos estereótipos clássicos de seitas de adoração ao demônio, judaísmo, bigamia, luteranismo... Não identificou as mentiras contadas pelos mamelucos, pois não conhecia a heresia à moda do trópico, tampouco a cultura dos índios, negros brasis. O despreparo do visitador o levou a buscar criptojudaísmo no depoimento dos mamelucos com a mesma pergunta insistente sobre o consumo de carne nos dias sagrados. A maioria das penas aplicadas aos mamelucos foram abjurações leves.²⁵

Sobre as penas, podemos concluir que o relaxamento é sem dúvida a mais grave, mas havia outras como: suplício, castigo sambenito, açoites, o desterro, galés, que muitas vezes também significavam a morte. Os dois últimos significavam uma morte lenta, onde o condenado era submetido a péssimas condições de vida e trabalho, eram expostos a doenças terríveis e muitas vezes em cidades cujo domínio colonial era frágil (Manzão e Angola), ou seja, muitos conflitos civis que também punham em risco a vida do desterrado. Outra punição muito comum era o pagamento de uma multa ao tribunal pelos gastos com o processo, há casos em que os acusados perdiam todos os bens para o tribunal e quando livre ainda ficava em dívida com a inquisição.

Além disso, haviam os abjurados de leve, quando o condenado era submetido a humilhação de sair em auto de fé, uma cerimônia realizada pelo tribunal que consistia em aplicar as penas. Os reconciliados saíam em procissão com uma vela preta nas mãos e diante da multidão ouviam seus delitos e suas penas. No Brasil, essa cerimônia era realizada em uma capela em um feriado ou domingo. O texto da abjuração, no caso do tribunal português, era padrão e utilizado para vários delitos:

“Eu [...], perante vos Senhores Inquisidores, juro nestes santos evangelhos em que tenho em minhas mãos que de minha própria e livre vontade anatematizo e aparto de mim toda a espécie de heresia e apostasia que ouse alimentar contra nossa Santa Fé Católica e Sé Apostólica, especialmente estas que agora em minha sentença me foram lidas [...] (VAINFAS, 2010, p.386)

O traço peculiar no tribunal espanhol era a realização de uma cerimônia que

25 VAINFAS, R. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

pretendia condenar as pessoas que não compareceram para se entregar tampouco denunciar os hereges. Essas pessoas seriam inimigas do Santo Ofício e empecilho no combate à heresia, e por isso toda sua geração fora amaldiçoada.

A pena capital representava o momento de expiação coletiva, todos acompanhavam e sofriam quando o réu insistia em morrer no pecado, tentavam convencê-lo de salvar sua alma e temiam que o espírito furioso retomasse à terra para vingar-se. Mas ao contrário do que se pensa a fogueira não foi o destino da maioria dos condenados:

“Levados ao cadafalso pelo tribunal de Lisboa foram 8,2% dos processados no século XVI, 9% no XVII, e 7,3 no XVIII, incluindo os mortos no cárcere ou os ausentes queimados em efíngie; de um total de 7.666 indivíduos processados naquele tribunal, cerca de 8,3% em média, ou 642 pessoas, sofreram a pena capital.” (VAINFAS, 2010, p.379)

Segundo os dados citados, os relaxados não correspondem a imagem que temos da inquisição, porque não era interessante matar e causar temor nas outras pessoas. Devemos destacar que o tribunal tentava sustentar a imagem de misericordioso e justo em nome de Deus e do Papa, portanto, condenar poucos ao relaxamento já serviria de punição exemplar. A inquisição não pretendia acabar com a sua principal ameaça, a heresia, pois ela justificava a sua existência quanto instituição. Após a execução o tribunal trabalhava para manter viva a memória das vítimas que deveriam ser lembradas pelo pecado, a memória infame, para manchar e desonrar toda uma família.

3 | ANÁLISE DOS DADOS DOS TRIBUNAIS

O objetivo neste tópico é analisar o perfil social e econômico dos colonos residentes e vecinos de duas cidades distintas, uma na América Lusa e outra Hispana, Salvador e Cartagena das Índias para fins de comparação. Os dados foram obtidos a partir da leitura das fontes produzidas na primeira visitaçao do Santo Ofício as bandas do Estado do Brasil, em 1591, compiladas por Capistrano de Abreu e posteriormente por Ronaldo Vainfas no livro, *Confissões da Bahia*, publicado em 1997. As denúncias da segunda visita, de 1618, a qual nos referimos, podem ser encontradas nos Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XLIX, de 1927. Já as relações de causa do Tribunal de Cartagena, 1610-1660, estão transcritas nos apêndices do volume I e II no livro da pesquisadora Anna Maria Splendiani, *Cincuenta años de inquisición en el Tribunal de Cartagena de Indias*, também publicado em 1997.

Na primeira tabela podemos observar quais eram os delitos mais numerosos, em Cartagena a Bruxaria, enquanto em Salvador, Heresia. É impossível não notar que durante o período analisado não encontramos em Cartagena nenhum processado de

casadouro, nem sodomita, delitos corriqueiramente confessados ao visitador Heitor Furtado. Antes de mais nada é ter em mente que um mesmo indivíduo pode cometer dois ou mais delitos, segundo nem todos os delitos se encaixam nessas categorias, ficando, portanto, de fora da tabela. O motivo é que alguns eram delitos morais e não da alçada inquisitorial, muito provavelmente o acusado só o confessou por medo de omitir informações ao visitador e sair da mesa com um novo pecado.

O alto índice dos delitos de bruxaria pode estar relacionado com o tráfico Atlântico e com a cidade portuária e cosmopolita que foi Cartagena no século XVII. Podemos supor que a quantidade de escravos que circulava por lá pode ter favorecido o sincretismo e intercâmbio cultural, gerando mais práticas heterodoxas para os inquisidores.

Na verdade, a posição da cidade era estratégica, através do porto desembarcavam os cativos trazidos para América, é uma cidade importante para rota do tráfico como Veracruz, Cuba, Portobelo e demais regiões do Caribe. Ela foi o entreposto entre o mar e o território de Nova Granada, antes de entrar no continente as mercadorias passavam pelo seu território.²⁶ Nela conviviam mulçumanos, cristãos, protestantes, judeus e pessoas de várias partes do mundo chamando atenção da igreja que instalou prematuramente um tribunal da inquisição, ainda em 1610. “*De seus aproximadamente 6.000 habitantes em 1630, 184 eram estrangeiros*”²⁷. A posição geográfica de Cartagena foi matéria prima para o crescimento do rol das heresias, perdurando até o século XVIII, quando o grande inimigo era o movimento Iluminista.

Delitos	Número
Heresia	42
Judaísmo	21
Sodomia	18
Blasfêmia	17
Luteranismo	7
Casadouro	5
Feitiçaria	3
Bigamia	3
Fornicário	1

Tabela 1: Heresias em Salvador 1591

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. (Cálculos próprios).

²⁶ CABRAL, Jéssika. **Aproximações entre a economia portuária de Salvador e Cartagena das Índias no século XVII: Um balanço historiográfico**. In: 1ª Semana Nacional de História, leituras e releituras de 1968. VIII Encontro Regional da ANPUH/DF. 2018, Brasília – DF. Anais. pp. 1-25.

²⁷ ROCHA, C. G. Da Terra ao Mar: **Cartagena de índias no início do século XVII**. Revista Amériíndia, vol.9, n.1, novembro de 2010.

Delitos	Número
Bruxaria	79
Heresia	42
Judaísmo	32
Blasfêmia	32
Luteranismo	16
Solicitação	8
Bigamia	7
Fornicário	1
Islamismo	1

Tabela 2: Heresias em Cartagena 1610-1660

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1610-1660. (Cálculos próprios).

Na terceira e quarta tabela, observamos o perfil dos processados. Os índios não eram potenciais hereges, porque foram considerados selvagens e desconhecedores da doutrina cristã, portanto não aparecem na tabela, salvo em alguns casos como testemunhas de acusação. No Brasil não há o depoimento direto de escravos ou ex-escravos, isso pode ser explicado pelo tipo da fonte, são confissões, por isso não seria prudente da parte de um escravo acusar alguém. A inquisição não confiava na palavra dos negros e muitas vezes não levavam sua denúncia à investigação. Desse modo o escravo teria mais dificuldade em denunciar, pois temia retaliações, só compareceria ao tribunal quando convocado, sendo sempre acusado e não acusador, com exceção da delação nas sessões de tortura. Em contrapartida, os cativos eram absolvidos de pecados como nefando, porque eram homens submetidos às ordens de outros.²⁸ Ao contrário da segunda visitação a Bahia no ano de 1618, onde foram interrogados 2 escravos de Pero Garcia e 2 mulatos forros dentre eles o cozinheiro do Governador Vasco Pacheco.²⁹

Os piratas que encontramos procuraram o tribunal de Cartagena por espontânea vontade porque haviam desertado da tripulação alegando insatisfação com o capitão. Confessaram praticar o luteranismo por falta de conhecimento, pediram ainda instrução na fé católica. Na verdade, esses homens driblaram o código dos piratas e por esse motivo temiam voltar para a tripulação, usando o tribunal como escudo. Assim como tentaram se passar por ovelhas desorientadas perante o inquisidor para fugir da acusação.³⁰

Os mamelucos eram a maioria no perfil étnico dos processos brasileiros, grande parte envolvida na adoração da santidade de Jaguaripe, empregados do fidalgo

28 VAINFAS, 1995

29 A segunda visitação a Bahia aconteceu entre 11 de setembro de 1618 a 26 de janeiro de 1619, levada a cabo pelo inquisidor licenciado Marcos Teixeira. As denúncias estão em: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ministério da Educação. Introdução Rodolfo Garcia. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XLIX**, 1927. pp. 74-198

30 SPLENDIANI, 1997

Fernão Cabral de Taíde. Estavam envolvidos com esse delito porque como dissemos anteriormente, eram muito hábeis, conheciam o território e podiam se comunicar com os índios. Por tanto, mão de obra muito utilizada pelos portugueses quando precisavam explorar território adentro.³¹

Outro grupo majoritário nas confissões foram os trabalhadores comuns, os homens da terra. Eles eram os alvos da visitação, os ditos cristãos novos, porque poderiam ter escapado da inquisição na metrópole alojando-se nas áreas coloniais. Enquanto no tribunal vizinho o segundo perfil mais perseguido foi o dos clérigos, evidenciando o envolvimento dos inquisidores no projeto da contrarreforma ao moralizar o clero.

No que diz respeito ao perfil³² dos indivíduos em Cartagena, os escravos lideram os números, na maioria dos casos estavam associados aos delitos de bruxaria e participação em seitas sat nicas. A primeira hipótese é que pertenciam ao substrato mais vulnerável da sociedade do Antigo Regime e, portanto, eram mais perseguidos e processados que os demais perfis. A segunda poderia ser explicada pelo fluxo de escravos que circulava na rede comercial estabelecida entre Cartagena, Porto Rico, Cuba entre outras regiões prósperas do Império espanhol. No Brasil, não encontramos escravos processados porque o objetivo da visitação era investigar os colonos que migraram do reino por suspeita de impureza no sangue, ou descendência moura.³³

Perfil dos indivíduos processados	Número
Ex-escravo	32
Clérigo	27
Escravo	17
Funcionário público	15
Pirata	14
Mercador	13
Marinheiro	13
Mulato	6
Mestiço	5
Doutor	4
Nobre	2

Tabela 3: Perfil dos indivíduos perseguidos em Cartagena

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1610-1660. (Cálculos próprios).

Perfil dos indivíduos processados	Número
-----------------------------------	--------

31 VAINFAS, 1995

32 Aqui, respeitamos as atribuições tal como aparecem nas fontes, negro, mameluco, forro, pirata etc. Isso não significa que os sujeitos se reconhecessem ou se declarassem assim.

33 ABREU, 1997

Mameluco	9
Lavrador	9
Alfaiate	4
Nobre	3
Clérigo	3
Cigano	3
Mestiço	2
Carpinteiro	2
Doutor	2
Estudante	2
Funcionário público	2
Índio	1

Tabela 4: Perfil dos indivíduos perseguidos em Salvador

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. (Cálculos próprios).

A próxima tabela é sobre a origem desses processados. Em ambos os tribunais, o maior número são os metropolitanos que chegavam à colônia por variados motivos, uns em busca de melhores condições de vida, outros em busca da riqueza, outros para exploração do território, alguns degredados do reino pela própria inquisição, pelo Estado por vadiagem etc.

Uma das características do Antigo Regime é o monopólio do comércio por parte da coroa, controlando a entrada e a saída dos navios carregados de mercadorias que abasteciam as colônias a fim de, afastar os estrangeiros ou contrabandistas.³⁴ No entanto, essa regra não era respeitada, pois havia períodos de carência, durante guerras por exemplo, onde os navios holandeses, ingleses e franceses supriam essas necessidades dos colonos. Era comum que um grupo, associação ou instituição informal fosse criado nos territórios do ultramar para negociar mercadorias com outros navios, eram instituições onde participavam mulheres e homens de todas as classes sociais. Inclusive, um perfil de heresia perseguido pela inquisição de Cartagena, hugonotes, eram muitas vezes pequenos grupos de mercadores franceses que se acomodavam no interior das tribos e por lá praticavam o comércio. O comércio e o tráfico podem ser a chave de explicação para entendermos a origem dessas pessoas processadas. A inquisição serviu aos propósitos da monarquia, perseguindo heresias e estrangeiros conforme a orientação real para os territórios do ultramar.

Origem dos processados	Número
Outras regiões de Portugal	27
Bahia	25
Lisboa	14
Espírito Santo	6
Capitania de Ilhéus	6

Porto	6
Pernambuco	4
Moura	3
Braga	2
Espanha	2
Ilha da Madeira	1
França	1
Grécia	1

Tabela 5: Origem dos processados em Salvador

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. (Cálculos próprios).

Origem dos processados	Número
Espanha	39
Cartagena	19
Lisboa	15
Sevilha	12
França	11
Nova Granada	9
Inglaterra	8
Cuba	6
Santo Domingo	6
Itália	5
Brasil	3
Outras partes da Europa	3
Lima	2
Venezuela	2
África	2
Ilhas Canárias	2
Cidade do México	1
Panamá	1
Porto Rico	1

Tabela 6: Origem dos processados em Cartagena

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1610-1660. (Cálculos próprios).

Na sétima tabela relacionamos o delito cometido à localização dos acusados, para assim obter a distância da residência até o tribunal. O critério de seleção dos delitos foi simplesmente o maior número de processos. Em alguns delitos, a maioria dos acusados era residente na própria cidade onde estava estabelecido o tribunal, nesses casos utilizei a localização que possuía o segundo maior índice de processados. Além disso, nem todos declaram seu local de residência. As fontes me permitiram também mostrar, dentro de cada delito, a maior e menor idade dessas pessoas. O segundo maior índice de heresias, em Salvador, vinha de Jaguaripe, uma vez que a maioria dos mamelucos processados por adoração da divindade

do sertão era residente na fazenda do dito Fernão Cabral de Taíde. Já o delito de bruxaria, no tribunal de Cartagena, pode estar relacionado a Cuba devido ao vínculo comercial entre essas cidades.

Como vimos acima, era delicada a situação em que viviam os comerciantes, tanto em Sevilha como nas colônias, lidavam com uma política econômica ineficaz, débil, onerosa e, sobretudo custosa, devido às taxas que eram obrigados a pagar tanto em terra quanto no mar para que a mercadoria pudesse chegar ao seu destino, além dos impostos cobrados para o armazenamento. A burocracia levou os colonos a criarem seus próprios mecanismos para burlar as regras reais, um deles foi o comércio Inter colonial e o regional, estabelecido com as colônias de domínio inglês e holandês. Os produtos mais comuns cambiados nessa rede informal eram: farinha, rum, açúcar, café e tabaco. A autonomia das colônias justifica o fluxo de pessoas e mercadorias que aparecem nas fontes inquisitoriais.

Pecado	Total	Faixa etária	Local residência	Distância em km
Heresia	15%	20 a 75	Jaguaripe	101
Sodomia	30%	10 a 65	Tassuapina	100
Judaísmo	76%	18 a 80	Matoim	49
Blasfêmia	66%	17 a 65	Tamararia	140

Tabela 7: Relação entre o delito, a faixa etária e a distância até Salvador

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. (Cálculos próprios).

Pecado	Total	Faixa etária	Local residência	Distância em km
Bruxaria	44%	20 a 80	Havana	1600
Heresia	25%	17 a 78	Santa Fé	663
Judaísmo	33%	20 a 65	Pamplona	362
Blasfêmia	28%	18 a 60	Santa Fé	663

Tabela 8: Relação entre o delito, a faixa etária e a distância do tribunal de Cartagena

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1610-1660. (Cálculos próprios).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro momento, contamos um pouco sobre a história da inquisição, comparando a instituição moderna a medieval. A maneira como o novo tribunal se legitimou perante os poderes civil e eclesiástico, além do jogo de etiqueta confuso entre uma autoridade frágil e dependente da monarquia que ao mesmo tempo precisava honrar a posição de autonomia e autoridade diante da sociedade. Mostramos como o Papa realizou negociações e cedeu frequentemente aos pedidos dos monarcas, permitindo assim a nacionalização dos tribunais, reconhecendo a

sua perda de poder nos territórios de Portugal e Espanha. Contudo, a inquisição não foi somente um braço da monarquia, ela também soube jogar com a sua posição ambígua, recorrendo ora à Roma ora ao rei quando se sentia ameaçada por um desses poderes. No segundo momento, foi feita uma breve descrição de algumas práticas religiosas à moda brasileiras e como estas foram interpretadas pelo primeiro visitador da colônia Heitor Furtado.

Mostramos os principais delitos, como eram interpretados, publicados e perseguidos em ambos os tribunais. Além das famosas práticas do segredo, a tortura, e a pena capital. A fim de elucidar o procedimento dos inquisidores para a libertação da alma do condenado, fizemos uso de exemplos retirado de processos da visitação de 1591 e dos processos produzidos pelo tribunal de Cartagena do período de 1610-1660.

Para os dados, podemos concluir que a posição geográfica e a condição frágil da orientação econômica do império são fatores que explicam em parte o perfil e a residência dos indivíduos processados. As cidades de Cartagena e Salvador apresentam um perfil diversificado de residentes, onde circulavam pessoas de várias partes do mundo trocando não só mercadorias, mas mesclando práticas culturais. Eram portuárias, receberam um grande contingente de escravos, foram importantes rotas de redistribuição dos recursos e mercadorias que seguiam para o interior do império português e espanhol. Além disso, foram prejudicadas com a escassez de recursos devido ao exclusivismo colonial, mas souberam aproveitar-se das brechas do debilitado sistema burocrático do Antigo Regime, revertendo a situação a seu favor. Formaram instituições ou associações informais, cujo objetivo era negociar e atrair navios e carregamentos que lhes faltava. Não podemos dizer que essa foi a única motivação para o contrabando, havia também interesse em escapar do fisco e das taxas que chegavam a encarecer o produto em até 35%. Para que essa rede funcionasse, era necessário consentimento das autoridades locais, muitas vezes os contrabandistas preferiam as rotas oficiais porque nelas encontrariam “amigos”.

Diante desse quadro cosmopolita do século XVII torna-se mais fácil a tarefa de entender de onde vinham esses hereges e porque tais heresias eram preponderantes. Como visto, o choque cultural produzia práticas heterodoxas, o que consequentemente rendeu mais heresias para os manuais inquisitoriais. A residência dos cativos processados está relacionada às zonas produtoras que realizavam comércio com Cartagena, escravos e ex-escravos do Panamá e Havana. Como o maior número de processos era liderado por escravos, o maior número de delitos era a bruxaria. Quanto no Brasil, a localização e às heresias de maior vulto estão ligadas às ambições de um poderoso senhor que para atrair mão de obra para sua fazenda fingiu adorar a santidade dos índios, atraindo-os para Jaguaripe. Os seus homens, mamelucos encarregados de buscar os índios no interior do território, foram maioria nas heresias, porque também fingiam tê-la adorado.

Aqui usamos fontes inquisitoriais para observar os aspectos da vida social e

econômica de duas cidades portuárias, que embora em tempos distintos, tem muito em comum. A tarefa do estudo comparativo entre as colônias Lusa e dos Habsburgo é fundamental para compreensão da História da América Latina, não pode ser impedida pela linha do Tratado de Tordesilhas. O desafio só será levado a cabo com a colaboração de pesquisadores hispanos e brasileiros. Há muito a ser feito.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa**. Org. Ronaldo Vainfas. Coleção retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ministério da Educação. Introdução Rodolfo Garcia. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XLIX**, 1927. pp. 74-198
- EYMERICH, Nicolau. **O manual dos inquisidores**. Revisão de Francisco de La Peña. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.
- SPLENDIANI, Anna Maria. **Cinquenta anos de inquisicion em el tribunal de Cartagena de índias. Tomo II**. Santafé de Bogotá: Centro editorial Javeriano CEJA, 1997.
- SPLENDIANI, Anna Maria. **Cinquenta anos de inquisicion em el tribunal de Cartagena de índias. Tomo III**. Santafé de Bogotá: Centro editorial Javeriano CEJA, 1997.
- Referências Bibliográficas
- ARAQUE, Henry Leonardo Acosta. **Nueva Ámsterdam y Cartagena de Índias. Judíos emancipados y cristianos nuevos en busca de un nuevo porvenir. Uma aproximación histórica**. 72 f. Monografia licenciatura em educacion básica com ênfasis em ciências sociais. Bogotá. Colômbia, 2016.
- BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Seculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- CABRAL, Jéssika. **Aproximações entre a economia portuária de Salvador e Cartagena das Índias no século XVII: Um balanço historiográfico**. In: 1ª Semana Nacional de História, leituras e releituras de 1968. VIII Encontro Regional da ANPUH/DF. 2018, Brasília – DF. Anais. p. 1-25.
- CALVO, Alfredo Castellero. La carrera, el monopolio y las férias del trópico. In: **Colección Historia General de América Latina**, vol. II. Org. UNESCO, 2000.
- GREENLEAF, Richard E. **La inquisición episcopal em Nueva España 1535-1571**. In: **Richard E. Greenleaf. La Inquisición em Nueva España: Siglo XVI**. México: Fondo de cultura econômica, 1981. Sección de Obras de Historia.
- IBARRA, Antônio. Mercado colonial, plata y moneda em el siglo XVIII novohispano: Preguntas para un dialogo amistoso con Ruggiero Romano. In: **Construir la Historia: Homenaje a Ruggiero Romano**. Org. Alejandro Tortolero. México: Inst Mora, 2008.
- MACLEOD, Murdo J. A Espanha e a América: O comércio Atlântico, 1492-1720. In: **História da América Latina. Vol 1**. Org. Leslie Bethell. 2012.
- MOTT, Luiz. O Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o culudu. In: Fernando Novais. **História da vida cotidiana no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Vol. 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NEWSON, L; MINCHIN S. **Cargazones de negros en Cartagena de Indias em el siglo XVII: Nutrición, salud y mortalidade.** In: STEVENSON, Haroldo C; ROCA, Adolfo M. (Ed). V simpósio sobre la historia de Cartagena. 2007.

ROCHA, Carlos Guilherme. **Da Terra ao Mar: Cartagena de índias no início do século XVII.** Revista Ameríndia, vol.9, n.1, novembro de 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

VIDAL ORTEGA, Antonino. **Portugueses negreros en Cartagena 1580-1640.** In: memorias del Seminario Internacional de Estudios del Caribe (Iv), Barranquilla-Cartagena, Uniatlántico, 1999.

OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Edvaldo Carvalho Alves

Doutor em Ciências Sociais e Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). edvaldocalves@gmail.com

Fellipe Sá Brasileiro

Doutor em Ciência da Informação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). fellipesa@hotmail.com

Edilson Targino de Melo Filho

Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco e Doutorando em Ciência da Informação IBCT/UFRJ. edilsondmelo@gmail.com¹

RESUMO: Discute o processo de socialização na sociedade capitalista contemporânea a partir da emergência e consolidação dos aparatos infotelecomunicacionais² como um de seus principais agentes. De natureza eminentemente bibliográfica, fundamenta-se no materialismo histórico e no método dialético, definindo socialização como ações de disseminação de

informações predominantemente ideológicas por meios das instituições sociais, cuja função é a (re)produção das condições subjetivas de “consentimentos”, necessárias e fundamentais ao funcionamento e preservação do modo de produção capitalista em sua fase atual de desenvolvimento contraditório.

PALAVRAS-CHAVE: Socialização. Disseminação. Informação Ideológica. Aparatos Infotelecomunicacionais.

ABSTRACT: It discusses the process of socialization in contemporary capitalist society from the emergence and consolidation of infotelecommunicational apparatuses as one of its main agents. Of an eminently bibliographical nature, it is based on historical materialism and the dialectical method, defining socialization as actions of dissemination of predominantly ideological information by means of social institutions, whose function is (re) production of the subjective conditions of necessary “consents” and Fundamental to the functioning and preservation of the capitalist mode of production in its present phase of contradictory

1 Este artigo foi originalmente apresentado no GT6 – Ética, Política e Epistemologia da Informação, VI Encontro Nacional da ULEPICC-Brasil-Brasília em 2016. Uma segunda versão do mesmo, enfocando o papel central da informação no processo de socialização, foi apresentada no XIII CINFORM-Salvador em 2017.

2 Utilizamos aqui infotelecomunicações de acordo com Moraes (2000), para o qual o conceito de infotelecomunicações sintetiza os prefixos dos três setores convergentes (informática, telecomunicações e comunicação), indicando a “conjugação de poderes estratégicos relacionados ao macrocampo multimídia”.

development

KEYWORDS: Socialization. Dissemination. Ideological Information. Infotelecomunicacional apparatuses.

INTRODUÇÃO

Na fase atual do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo em que nos encontramos, denominado por Lukács, Mészáros (2016, 2009), Alves (2011, 2013) de manipulatório, a reprodução das condições subjetivas de consentimento, naturalização/desistoricização do real constituem, mais do que nunca, uma necessidade primeira para o funcionamento e a manutenção/preservação do sistema. Este processo é realizado por meio do fenômeno da socialização, que opera através da disseminação de informações por meio das diversas instituições sociais. Nas sociedades cindidas em classes sociais possuidoras de interesses contraditórios inconciliáveis, a socialização opera na conformação dos modos de ser, pensar e sentir de acordo com os interesses, valores, crenças, sentimentos etc. da classe dominante e suas frações, uma vez que, como salientou Marx, as ideias da classe dominante são e precisam ser as ideias dominantes de uma determinada época histórica. Esta disseminação tem início ainda no processo de socialização primária, que acontece sob o domínio, hoje apenas relativo e não mais geral, da instituição família, uma vez que esta passa a competir com novos agentes (instituições), em especial os aparatos infotelecomunicacionais.

Diante disto, este artigo tem como principal objetivo realizar uma reflexão sobre o lugar e a função dos aparatos infotelecomunicacionais no processo de socialização contemporâneo, tomando-os como instituições disseminadoras, fundamentalmente, de informação de natureza ideológica, sem esquecer que estes, dialeticamente, representam também espaços de materialização da luta de classes, tendo em vista que se configuram como “aparelhos ideológicos de informação”, no sentido althusseriano do termo.

Alicerçado em fontes de natureza bibliográficas se constitui, assim, em um trabalho de tipo eminentemente teórico, fundamentando-se teórico-metodologicamente no materialismo histórico e no método dialético a este associado.

O conteúdo aqui apresentado foi estruturado em duas seções: na primeira, apresenta-se o conceito de socialização, entendido como processo de disseminação de informações, especificando sua função principal, suas fases constitutivas e seus principais agentes; na segunda, definimos o que entendemos por informação ideológica e ressaltamos a centralidade dos aparatos infotelecomunicacionais no processo contemporâneo de socialização, demonstrando seu caráter de ubiquidade social.

A SOCIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DISSEMINADOR DE INFORMAÇÕES E A REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO SOCIAL

Se, segundo Althusser (2007), a condição última de toda produção é a reprodução do conjunto das condições necessárias à produção de uma realidade social, qual seria o macroprocesso social responsável por esta função? Quem seriam seus agentes? E como a informação se encontra presente neste?

Na literatura sociológica, este processo é o de socialização³. De acordo com Durkheim (2014), a socialização seria um processo social de aprendizagem, isto é, um processo pedagógico/educativo, que objetiva a transmissão, para as novas gerações, do conjunto de normas, regras, valores, sentimentos, ideias e ideais comuns à média de uma determinada realidade social. Nas palavras do autor, a socialização seria a

[...] ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina⁴ (DURKHEIM, 2014, p. 41).

Desta forma, o processo de socialização, na perspectiva durkheimiana, pode ser entendido como o principal instrumento de controle social e, assim, de manutenção da ordem e do *status quo*, uma vez que ele é o responsável pela internalização nos indivíduos dos modos de ser, pensar, sentir e perceber, ou seja, do conjunto de disposições sociais e visão social de mundo que fazem do indivíduo um ser socialmente identificável no contexto de uma formação social espacial e historicamente determinada.

Embora com apropriações distintas da obra de Durkheim, George Mead, Talcott Parsons, Erving Goffman, Peter Berger, Thomas Luckmann, entre outros, parecem ser tributários de algumas contribuições desse autor. Em especial, os dois últimos trouxeram, possivelmente, as maiores contribuições para se entender a dinâmica do processo de socialização.

Para Berger e Luckmann (1983), a socialização seria o processo por meio do qual o indivíduo, desde o primeiro momento em que pisa no palco da vida, vai

3 Apesar de já aparecer em um clássico como Durkheim, desdobrando-se em outros autores de grande envergadura, a exemplo de Berger, Luckman, Bourdieu, entre outros, a temática da socialização não tem sido objeto privilegiado de análise, principalmente no tocante a sua centralidade enquanto instrumento de controle social e, portanto, de (re) produção social na contemporaneidade.

4 Percebe-se que, nesta definição, já se encontra explicitado uma das características do processo de socialização, seu caráter, simultaneamente, geral e particular. Além desta, o processo de socialização possuiria as seguintes características: a) nunca é total; b) é simultaneamente coercitivo e recursivo; c) é determinado pela posição de classe do indivíduo na estrutura social.

aprendendo a ser um membro de uma sociedade particular, incorporando padrões sociais de conduta, ao mesmo tempo relativos à classe social na qual se encontra inserido e gerais ao contexto social mais amplo. Além desta explicitação do caráter, simultaneamente geral e particular, da socialização, estes autores propõem a separação do processo de socialização em dois momentos, o da socialização primária e o da socialização secundária.

O primeiro momento, o da socialização primária, se definiria pela imersão do indivíduo ainda criança em um mundo social experienciado não como um universo possível entre muitos, mas como o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. Essa imersão se processaria, segundo os autores, por meio de um conhecimento de base que serviria de referência para a objetivação do mundo exterior, possibilitando ordená-lo pela mediação da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. Seria a incorporação deste saber de base *na e com* a aprendizagem primária da linguagem – oral e escrita – que constituiria o processo fundamental da socialização primária, uma vez que forjaria a posse subjetiva de um eu (self) e de um mundo exterior (BERGER; LUCKMANN, 1983)⁵.

O segundo momento, o da socialização secundária, que ocupa a maior parte da atenção dos autores e representa sua real contribuição ao debate, se desenvolveria a partir da interiorização de submundos institucionais especializados e/ou a aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho. Estes saberes seriam espécies de maquinarias conceituais que compreenderiam um vocabulário e um programa formalizado, formando um verdadeiro universo simbólico associado a uma concepção/visão de mundo, que, ao contrário dos saberes de base da socialização primária, estariam definidos e constituídos em referência a um campo especializado de atividades, portanto, sendo adquiridos, principalmente, nas instituições escolares.

Segundo os autores, a construção e permanência de uma coerência entre saberes de base e saberes especializados não estariam ligados a uma dinâmica única, isto é, não existiria uma linearidade necessária e/ou uma complementariedade entre estes dois tipos de saberes. Ao contrário, estas estariam submetidas a fatores condicionantes presentes nas histórias biográficas e na estrutura social onde esta se desenrola. Dito de outra forma, os padrões normativos incorporados por meio das instituições tradicionais da socialização primária, em especial a família, ao interagirem com os padrões normativos das instituições da socialização secundária, poderiam suscitar uma série de conflitos identitários, pois explicitariam lógicas de atuação e concepções/visões de mundo muito distintas. Desta forma, esta perspectiva nos permite apreender o processo de socialização também pelo viés da mudança social, principalmente da mudança nos padrões adquiridos na socialização primária, além de nos fazer perceber, também, o aspecto sempre não totalizador da socialização.

5 É importante ressaltar que, para Berger e Luckmann, o conjunto destes saberes básicos incorporados pelos indivíduos ainda crianças, dependerá, fundamentalmente, das relações familiares.

No entanto, apesar das reflexões de Berger e Luckmann avançarem em relação à visão clássica do processo de socialização, esta traz em si algumas limitações, em especial duas que nos interessam aqui: 1) ao delimitar a socialização secundária apenas a um aprendizado especializado e/ou à imersão em um universo de símbolos vinculados, eminentemente, ao mundo do trabalho, não percebem a efetivação e o aumento da importância dos aparatos infotelecomunicacionais enquanto agentes do processo de socialização; 2) mesmo especificando as instituições sociais como agentes do processo de socialização e delimitando seus momentos constitutivos, os autores não pontuam qual seria seu substrato, ou seja, a informação.

Assim, partindo desta concepção e objetivando a superação dos limites acima ressaltados, propomos entender o fenômeno da socialização como um processo não linear, mas fundado na contradição, através do qual uma determinada sociedade, por meio do conjunto de suas instituições e dos papéis desempenhados pelos indivíduos que as constituem, transmitem informações (em especial ideológicas no caso das sociedades de classes) com o objetivo de internalizar e corporificar, nas novas gerações, o conjunto de regras, normas, valores, ideias, ideais, sentimentos, crenças, costumes etc. necessários e fundamentais para seu funcionamento, reprodução e conservação. Portanto, o processo de socialização, podemos dizer, constitui-se no principal mecanismo de controle social e, sendo assim, a luta em torno do controle da determinação dos conteúdos informacionais que serão disseminados através dele é uma das mais importantes e expressa, direta e indiretamente, a luta de classes entre capital e trabalho. Além disto, no momento histórico de desenvolvimento contraditório do capitalismo, onde a sociedade passa a ter uma ambiência da informação, as instituições tradicionais, em particular a família e a escola, perderam sua centralidade, passando a competir e dividir espaço com os aparatos infotelecomunicacionais, que aos poucos veem se tornando em agentes hegemônicos deste processo.

OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS COMO AGENTES DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Torna-se necessário, antes de precisar o tipo de informação que os aparatos infotelecomunicacionais disseminam, predominantemente, enquanto agentes centrais do processo de socialização na sociedade capitalista contemporânea, ressaltar o que entendemos aqui por informação.

Há na literatura diversos conceitos para o termo informação, várias disciplinas científicas utilizam o conceito informação, destacamos Capurro e Hjørland (2007) para quem a informação possui uma “infame versatilidade”, ou seja, adquire aspectos de fonte e recepção, forma de controles, ou mesmo um estado cognitivo. Para Buckland (1991), a informação é “como ato de informar ou comunicar algo”, sendo classificada como um processo. Segundo Le Coadic (2004), “a informação é um conhecimento inscrito em forma escrita, oral ou audiovisual”, isto é, para o autor

a informação ganha um caráter material como “coisa, já que é possível tocá-la e medi-la”. Buckland (1991) relaciona a informação ao conhecimento, ambos como intangível sem forma direta de medição.

Entretanto, adotar-se-á o conceito de Gonzalez de Gomez (1990) para quem a informação é vista como uma possibilidade de realizar ações de informações em processos comunicacionais permitindo aos sujeitos compreender-se dentro de uma ordem normativa. Neste sentido, a análise das ações de informações permite compreender como os aparatos infotelecomunicacionais passam a ocupar um espaço cada vez maior no processo de socialização, espaço este que era monopolizado pelas instituições tradicionais (escola e família).

Para Alves (2016, p. 26), as ações de informação

[...] definem as regras em que se relacionam duas ou mais informações desenvolvendo valores cognitivos, aos quais os múltiplos estratos da informação seriam reorganizados conforme um fim, um interesse, orientando-se a um agir ou um fazer.

Neste sentido, configuram-se como um regime de informação no qual os aparatos infotelecomunicacionais geram ações sociais específicas, ou seja, processos disseminadores de informação, eminentemente, ideológica.

Mas o que seria informação ideológica? Para sabermos isto é necessário precisar o que estamos entendendo por ideologia.

De todos os conceitos que constituem o campo das ciências sociais pode-se afirmar que o de ideologia é o campeão em significados possíveis. Esta riqueza semântica não se restringe apenas à forma como cada corrente teórica utiliza o termo, mas também, dentro de uma mesma corrente, como a marxista, é possível encontrar significados diferentes e até mesmo opostos para esta palavra, como afirma Löwy (2013, p. 15):

Nota-se que a confusão e ambivalência são quase completas, não apenas entre pensadores de diferentes correntes, mas no seio de uma só e mesma tradição teórica e no interior de uma só e mesma obra, considerada como um grande clássico da sociologia do conhecimento.

Apesar desse acúmulo histórico de significações, é possível, especialmente no interior da tradição marxista, apreender um núcleo duro do conceito, isto é, agarrar seu sentido *hard*, crítico e negativo⁶ que se constitui em instrumento fundamental para pensar e entender os processos contraditórios de construção, legitimação e manutenção da realidade social, em particular, a capitalista em sua fase atual.

A maioria das concepções teóricas atuais, que possuem o conceito de

⁶ É importante ressaltar que mesmo dentro da tradição marxista existe um sentido positivo para o conceito de ideologia, entendido, fundamentalmente, como um conjunto de valores, crenças, ideias, ideais etc. que definem e atribuem significados aos indivíduos e ao real. Para um melhor entendimento deste sentido do conceito de ideologia, ver Schneider (2014).

ideologia como parte de seu instrumental de trabalho, concorda que a palavra, em sua acepção moderna, teve origem no grupo de pensadores franceses do século XVIII aos quais fora confiado, pela Convenção de 1795, a fundação de um novo centro de pensamento revolucionário, que funcionaria no recém criado *Institute de France*. Foram os membros deste grupo que pela primeira vez receberam a acunha de ideólogos. O seu representante mais ilustre foi o filósofo francês Destutt de Tracy. Para este, a ideologia seria um ramo da ciência que teria como finalidade o estudo científico das ideias, entendendo-as como o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza. Alguns anos mais tarde, em polêmica com o conjunto destes autores, Napoleão irá denominá-los de “ideólogos”, concebendo-os como metafísicos abstratos, que tomavam a realidade pela(s) ideia(s) que se construíam sobre elas, portanto, de forma distorcida e ilusória. Este significado, de acordo Lowy (2013), se tornou corrente no cotidiano da primeira metade do século XIX, quando Marx irá apropriar-se dele e refundá-lo.

Para Marx, a ideologia é o fenômeno pelo qual as ideias e representações que os homens elaboram a respeito de suas realidades são tomadas como sendo o próprio real, ou seja, “os produtos das cabeças dos homens acabam por se impor a suas próprias cabeças” (MARX, 2010, p 38). É uma forma de conhecimento imediato das relações sociais que não vai além das aparências do real, portanto uma visão superficial, que faz com que tomemos como causas dos fenômenos os seus efeitos, por isso é uma visão invertida da realidade.⁷

[...] em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX, 2010, p 47).

Mas, como acontece essa inversão? Quais são os fatores que a possibilitam?

Para Marx, o primeiro aspecto que possibilita o surgimento de uma pseudoconsciência é a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, é a partir dessa divisão que a consciência pode pretender “representar realmente algo sem representar algo real”, ficando em condições de “entregar-se à criação da teoria, da filosofia, da teologia, da moral etc., ‘puras’” (MARX, 2010, p 35). O outro aspecto básico que possibilita o aparecimento da ideologia é a cisão da sociedade em classes sociais antagônicas e em contradição⁸. Contradição esta que cria a necessidade por parte da classe dominante, para se manter no poder, de apresentar seus interesses

7 A causa dessa inversão é o próprio processo histórico de vida dos homens e não algum fator subjetivo, intrínseco e natural a estes.

8 A história, segundo Marx, é um processo dialético onde o motor é contradição, não entre as formas de exteriorização e interiorização do espírito como pensava Hegel, mas entre os homens reais no seu processo de produção de sua vida material, isto é, entre as classes sociais, estas entendidas como formas específicas de relação entre os homens e o real.

particulares como sendo interesses universais.

Percebe-se, assim, que a principal função da ideologia é justamente fazer com que as pessoas não consigam enxergar e perceber as mediações e contradições que formam a realidade, que a percebam a partir, fundamentalmente, de sua pseudoconcreticidade, isto é, de sua aparência imediata, sem história, como um dado inexorável. Desta forma, a ideologia ao mascarar e velar opera uma justificação e legitimação do real.

Por conseguinte, a informação ideológica, tal qual aqui a entendemos, diz respeito a uma ação de informação em processos comunicacionais que, ao invés de possibilitar aos sujeitos compreender uma ordem normativa e, concomitantemente, compreender-se também em seu interior, nega-lhes isto, uma vez que opera uma reificação e fetichização desta ordem.

Precisados os conceitos, podemos pensar que as informações ideológicas, disseminadas através das diversas instituições sociais por meio do macroprocesso de socialização, se constituem, talvez, na principal força responsável pela reprodução das condições subjetivas de consentimento necessárias e fundamentais para reproduzir as relações de produção capitalistas. E que, em sua fase atual de desenvolvimento contraditório, os aparatos infotelecomunicacionais passaram a ser os agentes centrais deste processo. Tendo em vista que, segundo Moreira (2003, p.1207),

Hoje, mais que nunca na história, os agentes privilegiados no processo de (re) criação e difusão de valores, comportamentos, gostos, ideias, personagens virtuais e ficção [agentes do processo de socialização] são as grandes empresas transnacionais da mídia, da publicidade e do entretenimento [os aparatos infotelecomunicacionais]

Além de se constituírem em agentes centrais do processo de socialização, os aparatos infotelecomunicacionais adquirem uma *presença* ubíqua, suas ações são pervasivas e constantes, encontrando-se enraizados nos modos operandi de praticamente todas as outras instituições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fase atual de desenvolvimento contraditório do capitalismo, com a consolidação de uma cultura de massa, os aparatos infotelecomunicacionais passam cada vez mais a partilhar com a família e a escola uma responsabilidade pedagógica, isto é, se tornam agentes do macroprocesso de socialização. Aos poucos, estas duas instituições perdem seu poder na construção das identidades sociais e individuais dos sujeitos, sendo este poder, cada vez mais, transferido aos aparatos infotelecomunicacionais.

Como consequência disto, as biografias individuais e coletivas contemporâneas

passam não mais a serem definidas e traçadas apenas a partir de experiências próximas no tempo e no espaço (transmitidas pelos agentes tradicionais), mas, ao contrário, se tornam permeáveis aos modelos e referências produzidos e vividos em contextos sociais longínquos e/ou virtuais apreendidos por meio do acesso ao conjunto de informações disseminadas cotidianamente pelos aparatos infotelecomunicacionais. Estas informações, uma vez que estes aparatos são, em sua maioria, empresas capitalistas, possuem uma natureza predominantemente ideológica, isto é, visam a (re)produção das condições subjetivas necessárias a (re) produção das relações capitalistas de produção.

Diante disto, julgamos necessário pensar em uma questão de fundo, que nos parece ser fundamental para orientar as ações daqueles que desejam, sonham e atuam na construção de uma realidade para além da lógica da mercadoria: se existe clareza de que os aparatos infotelecomunicacionais se constituem hoje em agentes centrais do processo de socialização, como agir no sentido de contrabalancear o peso das informações ideológicas por eles disseminadas massivamente? Talvez seja por meio da ocupação das brechas/buracos existentes nestes aparatos para a disseminação de informações contra ideológicas e, simultaneamente, a construção de novos espaços de produção e disseminação deste tipo de informação no contexto mais amplo da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital. *Revista Katálysis*. Santa Catarina, v. 16, n. 1, p. 57-62, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/10828>>. Acesso em: 10/11/2016

ALVES, Camila Augusta Lima. *Informação Ideológica e sua disseminação em redes sociais: uma análise a partir da teoria de Louis Althusser*. 2016, 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI, Universidade Federal da Paraíba, 2016.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

BOLAÑO, César. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCI, Marialice M.; SOUZA MARTINS, José (orgs.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 200-214.

BUCKLAND, M. K. Information as thins. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v.45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectiva em Ciência da*

Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

DUBAR, Claude. *La socialisation*. Paris: Armand Collin, 2000.

_____. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto; Editora Porto, 1997.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *As regras do Método Sociológico*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOWY, Micheal. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen*. São Paulo: Cortez, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 19, n.2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

LE COADIC, Yves. François. *A Ciência da Informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Pulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Dênis de. O capital da Mídia na lógica da globalização. In: _____ .(Org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 187-216.

_____. A comunicação sob o domínio dos impérios multimídias. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Orgs). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 13-19

MOREIRA, Alberto da Silva. Cultura midiática e educação infantil. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1203-1235, dezembro 2003.

SCHNEIDER, Marco. *A dialética do gosto: informação, música e política*. Rio de Janeiro: Circuito, 2014.

RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA

Ricardo Franco Llanos

Graduado em Ciências Econômicas Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP – São Paulo

RESUMO: Este trabalho analisa a questão da Democratização da Comunicação sob a perspectiva de Rádios Livres, tendo como objeto de estudo a Rádio Muda, rádio livre situada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP). Abordando a história de Rádios Livres Brasileiras e Europeias que buscaram contrapor-se aos monopólios dos Meios de Comunicação, também foi revisto a conceituação das Rádios Livres, diferenciando-as de outros gêneros radiofônicos. Por fim é apresentado um Estudo de Caso da Rádio Muda durante os anos 2014-2015, investigando sua inserção no debate da Democratização da Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio Livre; Democratização dos Meios de Comunicação; Comunicação Popular; Rádio.

FREE RADIOS AND DEMOCRATIZATION OF COMMUNICATION: A “MUDA” PERSPECTIVE

ABSTRACT: This work analyzes the issue of democratization of communication from the perspective of Free Radios, having as object of study Radio Muda, a free radio based in

Campinas University (UNICAMP-Brazil). Addressing the history of European and Brazilian Free Radios that sought to oppose the media monopoly, it was also reviewed concepts of Free Radios, distinguishing them from other radio broadcasting genres. Finally it is presented a Case Study of Radio Muda during the years 2014-2015, investigating its insertion in the democratization of communication debate.

KEYWORDS: Free Radio, Democratization of Communication, Popular Communication, Radio.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a democratização dos meios de comunicação permanece inacabada no esforço de construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Ocupando um importante papel como ferramenta social na construção da opinião pública (MORAES et al, 2013, p.65), o controle dos meios de comunicação pelo setor de classe dominante é fundamental para a defesa de seus interesses de classe (COMPARATO, 2001, p.10).

No campo da radiodifusão, esta defesa ocorreu através do processo histórico de regulação dos meios de comunicação brasileiros. Conduzida a partir dos interesses destes setores dominantes (BOLAÑO, 2010,

p.9), este processo culminou com a formação de oligopólios privados, nos quais grupos midiáticos controlam os direitos de exploração e partilha do Espectro Eletromagnético (BELISÁRIO, 2015), sobrepondo seus interesses econômicos e políticos às demandas sociais de diversos setores com menor poder.

No cerne das tensões políticas e sociais estabelecidas, emergiram movimentos que buscaram atender estas demandas através de diversas formas de atuação, seja reivindicando reformas políticas e regulatórias, seja atuando diretamente apropriando-se de fato dos meios de comunicação. O seguinte artigo, baseado na pesquisa realizada como Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, discorre sobre uma destas formas de apropriação direta dos meios de comunicação denominadas Rádios Livres, resgatando de forma sucinta sua trajetória e abordando questões centrais como controle, ilegalidade e participação social. Finalizando, apresenta-se um Estudo de Caso sobre a Rádio Muda, extinta Rádio Livre de Campinas.

2 | CONCEITUAÇÃO DE RÁDIO LIVRE

As Rádios Livres não se enquadram na classificação tradicional de gêneros radiofônicos, uma vez que são formas de apropriação da tecnologia de radiodifusão. Dentro desta classificação, as Rádios Livres são consideradas como apropriações “ilegais” (ANDRIOTI, 2004, p.15), pois transmitem sem a concessão do Estado. Além das Rádios Livres, as apropriações ilegais também englobam as rádios clandestinas e rádios religiosas, cada qual com objetivo, estrutura e conteúdos distintos. As Rádios Livres distinguem-se dos outros gêneros por compreenderem a apropriação do Espectro Eletromagnético e a transmissão sem autorização do Estado como uma possibilidade de prática democrática, constituindo no interior da comunicação radiofônica um espaço de reivindicação de direitos, de contestação política e de questionamento do formato de comunicação unilateral hegemônico, cuja máxima expressão são os monopólios dos meios de comunicação. Outra diferença fundamental é que as Rádios Livres não possuem uma lógica comercial, partidária ou religiosa, além de não possuírem fins lucrativos e espaços em sua programação para propagandas e publicidade. São, assim, instrumentos de comunicação pública, com intuítos educacionais, culturais e sociais.

Em outra abordagem sobre democratização da comunicação, Scott Uzelman, em seu capítulo “Hard At Work In The Bamboo Garden”, do livro “Autonomous Media: Activating Resistance and Dissent”, procura conceituar dois movimentos distintos que buscam a democratização da comunicação: a mídia alternativa e a mídia autônoma ou livre. Esta última categoria busca novas formas democráticas de comunicação, independentes do governo e de corporações, construindo lugares em que a comunicação seja produzida de forma autônoma e mais popular, questionando a divisão existente entre produtores e consumidores. Para tanto, busca radicalizar os

meios de comunicação, adotando estratégias autônomas de apropriação tecnológica baseadas na filosofia do “*Do it yourself*” (Faça você mesmo) e de trabalho coletivo, através de novas formas de narrativas e de relações entre os participantes, prezando por estruturas horizontais e não autoritárias.

Apesar de terem sua importância e legitimidade reconhecidas enquanto veículos de comunicação participativos, a história das Rádios Livres é marcada pela repressão desproporcional das autoridades que aplicam a sentença de criminalização de transmissões sem outorgas, culminando com o fechamento destas emissoras, apreensão de seus equipamentos e detenção ou aplicação de multa e processos aos participantes. Nesse sentido, para melhor compreender o engajamento das Rádios Livres é importante apresentar brevemente algumas questões e contradições que compõe este ambiente normativo.

3 | REGULAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS

O ambiente normativo brasileiro é composto de diversas peças jurídicas aprovadas em diferentes momentos, mas que em última instância refletem o poder que os setores políticos e econômicos dominantes detêm sobre os espaços de proposição e debate de leis sobre os meios de comunicação brasileiros (BOLAÑO, 2004, p.73).

Historicamente, a centralização das atividades de radiodifusão durante o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945 (LOPES, 2008, p.3-4), que definiu o modelo de radiodifusão brasileiro como patrimônio público para exploração privada, aplicando o modelo conhecido como “*Trusteeship Model*” (SIMIS, 2006, p.3), além da manutenção do sistema de “*Command and Control*” (LOPES, 2008, p.4).

Posteriormente, O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, reiterou características do modelo centralizado de gestão de espectro e apresentou regras para a outorga de serviços de radiodifusão, cujos critérios pouco transparentes permitiram uma lógica patrimonialista de uso das licenças, consolidando o “coronelismo eletrônico” (LOPES, 2008, p.5). Aprovado após os 52 vetos do então Presidente João Goulart terem sido derrubados pelo Congresso, criou-se a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT), articulação que representa a cristalização dos interesses das classes proprietárias do setor de Comunicação (VALENTE, 2013, p.37). Aprofundando a questão do controle e da centralização, o decreto nº 236 de 1967, assinado pelo ditador Castelo Branco, “alinhou o já autoritário e pouco democrático Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT, de 1962, à política de militarização, transformando-a em questão de segurança nacional” (NUNES, 1995, p. 33).

O fim da ditadura militar e a conseqüente reabertura democrática trouxe a tona o debate sobre a democratização dos meios de comunicação culminando na

promulgação de cláusulas específicas sobre a regulação dos meios de Comunicação na Constituição Federal de 1988, de modo que houve alguns avanços, como o Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão (BRASIL, 1988, art.220, §1º), proibição do monopólio (ibid., art. 220, §5º) e princípio da complementaridade entre os modelos privado, público e estadual (ibid., 1988, art. 223). Se estes artigos criaram uma importante sustentação para a defesa das mídias livres e comunitárias, na prática o panorama da concentração dos meios de comunicação pouco foi alterado, sobretudo porque o sistema de concessão de uso do Espectro manteve seu caráter concentrado, autoritário e não democrático.

No ano de 1997, sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Lei Geral das Telecomunicações – LGT, que separou os serviços de radiodifusão dos serviços de telecomunicações. As reformas do governo FHC também instauraram novos critérios para a outorga e permissão de radiodifusão, que deveriam então ser precedidas por procedimento licitatório, substituindo o critério político pelo critério econômico (LOPES, 2008). Na compreensão de Lopes, essa transformação acaba reforçando o poder do setor empresarial dominante, pois dentro da lógica financeira são estes que possuem experiência e recursos para operarem novas emissoras (ibid., pp.10-14).

Mesmo revogando trechos dos códigos anteriores, a LGT manteve a cláusula de criminalização da atividade de radiodifusão (presente tanto no CBT como no decreto de 1967), reforçando-a, inclusive, pela estipulação do “desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunicações” como crime punível com detenção dos envolvidos (ARTIGO 19, 2016, p. 16). Desta forma, tanto o CBT quanto a LGT são utilizadas como peças jurídicas no âmbito da repressão, evidenciando de um modo geral a configuração de um aparato legal que pouco respalda o acesso democrático aos meios de comunicação.

4 | HISTÓRIA DAS RÁDIOS LIVRES

A identidade das Rádios Livres como prática democrática e de oposição aos monopólios dos meios de comunicação foi forjada historicamente através de múltiplas experiências que utilizaram a apropriação tecnológica da radiodifusão como instrumento de engajamento, contestação e luta política. As Rádios Piratas e as rádios de guerrilha, ativas durante a Revolução Cubana e a Guerra Civil Espanhola (NUNES, 1995, p.14-15), figuram entre as principais inspirações.

As rádios piratas surgem durante o fim dos anos 50 num contexto de corrosão do sistema de monopólio estatal europeu sobre o espectro eletromagnético. Transmitindo sem sua autorização, estas rádios eram adaptadas em barcos que operavam no território ultramarino dos países, fora da área de competência do estado nacional, mas cujos transmissores cobriam o território nacional.

A pirataria, conforme aponta Machado, é um “Fenômeno tipicamente inglês”

(MACHADO et al, 1987, p.60). As primeiras rádios piratas surgiram na costa inglesa no final dos anos 50, seguidas por outras rádios que navegaram nas gélidas águas do mar do norte. Para além de suas atividades ilegais, estas rádios tinham o costume de hastear bandeiras negras em seus barcos, em referência aos corsários e piratas dos séculos passados. Mas estas rádios também eram consideradas piratas pois estavam “buscando o ouro” (MACHADO,1987, p.60), no sentido de que procuravam lucrar com esta prática. Investigar o contexto econômico da época permite elucidar melhor esta questão:

Conforme aponta Hobsbawm em “A Era dos Extremos”, findada a Segunda Guerra Mundial, a Europa passou por um momento de reconstrução financiada através do intenso fluxo de capitais e da expansão de grandes empresas norte americanas. Estas empresas buscavam aumentar seus mercados e lucros criando assim a necessidade de espaços de publicidade em veículos de comunicação massivos, seguindo a lógica comercial que predominava na radiodifusão dos EUA (WU, 2012, p.94). É nessa inflexão que as rádios piratas zarparam rumo às ondas hertzianas. Buscando romper com o monopólio estatal e com o marasmo da programação oficial, as rádios piratas receberam financiamento de grandes empresas e corporações norte americanas, como a Ford, Lever ou American Tobacco (MACHADO et al, 1987, p.60) para realizarem suas transmissões.

As rádios piratas não possuíam um objetivo democratizante definido, nem princípios políticos definidos. Estas reproduziram, em maior ou menor grau, os modelos de comunicação existentes norte-americanos, mas por outro lado abriram brechas para a contestação do monopólio estatal sobre o Espectro e para a apropriação da tecnologia de transmissão de rádio.

As Rádios Livres europeias surgem durante os anos 70, num momento de inflexão política herdada dos movimentos contestatórios de 1960, como a barricada parisiense de 1968 (GUATTARI, in MACHADO, 1987, p.13) e de questionamento do monopólio estatal de radiodifusão. No início, não havia uma identidade política cultural das Rádios Livres, que se dividam em dois movimentos distintos: as rádios que reproduziam a lógica empresarial, procurando furar o monopólio com o intuito de se tornarem negócios lucrativos através da exploração da publicidade, e as rádios que buscavam construir uma comunicação mais aberta e democrática, atreladas a movimentos sociais engajados. As rádios italianas Milano Centrale, Canale 96 e a mais famosa, Alice, traziam ares novos à contestação política. Inspiradas nos movimentos anarco-sindicalistas e anticapitalistas, estas rádios construía um movimento que compreendia a apropriação ilegal do espectro como prática política, compondo o que mais tarde se denominou “primavera de 1975” (MACHADO et al, 1987, p.67).

Influenciadas pelo movimento italiano, surgiram também Rádios Livres na França, como a Rádio Verte em Paris e a Rádio Couer d’Acier, instalada na região de Lorraine, que nasceu devido à mobilização social motivada pela política de

demissões em massa de uma siderúrgica local (MACHADO et al, 1987, p.68).

Como em ambos os países perdurava um regime de monopólio estatal sobre o uso do espectro eletromagnético, as Rádios Livres foram reprimidas, com o fechamento das estações e a perseguição dos participantes. O questionamento do monopólio estatal despertou o interesse de vários setores da sociedade em possuir uma parcela do espectro eletromagnético, que foi preenchido de forma desorganizada. No fim, Este processo acabou tornando-se contra as próprias Rádios Livres engajadas, que perderam espaço diante da explosão de um número grande de rádios, que em sua maioria reproduziam o padrão mercadológico de radiodifusão. Quando o monopólio estatal acabou sendo quebrado, multiplicaram-se rádios que tornaram a radiodifusão uma atividade reconhecidamente lucrativa e aberta ao capital comercial (ANDRIOTI, 2004, p.19).

Por fim, as Rádios Livres europeias, que nasceram no bojo do movimento da contestação e questionamento do monopólio estatal, perderam espaço frente à entrada do capital privado, que estabeleceu um modelo comercial de gestão do Espectro (NUNES, 1995, p. 45; p.75).

5 | AS RÁDIOS LIVRES BRASILEIRAS

A primeira Rádio Livre brasileira documentada, Paranoica FM, colocada no ar em 1971 em Vitória, no Espírito Santo, foi resultado de experiências eletrônicas de um garoto de 16 anos que não almejava nenhum objetivo político. Nos anos 80 surgem diversas Rádios na cidade de Sorocaba-SP que já possuíam algumas semelhanças ideológicas e uma pauta comum, dando origem ao movimento denominado “Verão de 82” que em seu auge contou com cerca de 100 rádios livres no ar (NUNES, 1995, p.41). Estas rádios contestavam o monopólio estatal sobre o uso do espectro eletromagnético, possuindo características de organizações políticas como a autogestão, apartidarismo, o exercício da livre expressão e a ausência de publicidade e propagandas. Tentou-se organizar um coletivo de rádios, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (NUNES, 1995, p.40), cuja incumbência era organizar de forma autônoma e independente do Estado o uso do espectro eletromagnético. Por fim, o Conselho dissolveu-se frente às dificuldades de organização e a repressão sofrida pelo DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações.

Em Julho de 1985, na cidade de São Paulo, foi ao ar a Rádio Livre Xilik, organizada por estudantes e professores da PUC e da USP. Influenciada pelas Rádios Livres engajadas europeias e também por movimentos Anarquistas, a Rádio pregava autonomia e ação direta. Praticando a desobediência civil, sem interesse em se subjugar às leis de gestão e fiscalização do Espectro Eletromagnético brasileiro e questionando as estruturas de poder reproduzidas na comunicação hegemônica, resultou numa experiência radical de Rádio Livre. A Rádio transmitiu ao vivo em Agosto de 1985 uma palestra ministrada por Félix Guattari em São Paulo, que

relatava suas experiências na Rádio Livre francesa Rádio Tomate. Enfrentando e resistindo em diversos momentos a repressão, a rádio acaba se dissolvendo por motivos internos. Apesar de sua curta existência, a rádio torna-se inspiração para outras Rádios Livres surgirem em São Paulo.

No final dos anos 80, as Rádios Livres organizaram-se em torno de uma luta política comum, realizando os Encontros Nacionais de Rádios Livres, em 1989, 1990 e 1991. No mesmo sentido, mas em outras frentes de luta, são fundados comitês Estaduais e Regionais de Democratização da Comunicação, que se unem ao FNDC-Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (ANDRIOTTI, 2004, p.106-124).

Neste contexto, é importante distinguir o que hoje se considera Rádios Livres das Rádios Comunitárias, ainda que ambas sejam descendentes destas Rádios Livres politicamente engajadas. De forma geral, ambos movimentos possuem em comum o objetivo de realizar uma comunicação mais dialógica e multidirecional (PERUZZO, 1998) construindo assim um modelo diferente de radiodifusão e reinventando a relação ouvinte-emissor (PERUZZO, 2009, p.5). No entanto, historicamente ocorreu uma diferenciação progressiva no que diz respeito ao entendimento de legalidade e institucionalidade. A aprovação da Lei 9612 de 1998, conhecida como “lei das Rádios Comunitárias” é reconhecida como marco da cisão conceitual entre as Rádios Livres e Comunitárias.

Se a partir deste momento possibilitou-se a operação dentro de uma estrutura legal e institucionalizada, culminando com diversas Rádios Livres engajadas que operavam sem autorização do Estado a buscarem a legalização (ANDRIOTTI, 2004, pp.117-120), a promulgação da lei 9612/98 também foi cercada de controvérsias e divergências, pois apresentava exigências técnicas que limitavam o alcance de cobertura da Rádio em 1 km e a potência de transmissão em 25 Watts, além de impor restrições quanto à estrutura organizativa e ao financiamento da rádio. Na prática, estes limites significam a restrição da própria atividade das Rádios Comunitárias, visto a dificuldade de operar dentro dos critérios técnicos estabelecidos, de modo que podem facilmente adquirir status de ilegalidade e conseqüentemente sofrer embargos da ANATEL- Agência Nacional de Telecomunicações (ARTIGO 19, 2016).

Neste aspecto, a opção pela manutenção da ilegalidade por parte das Rádios Livres ocorre devido à insatisfação com os parâmetros estabelecidos pela Lei e representa assim uma postura mais radical, reafirmando o questionamento sobre o controle e o uso do espectro como propriedade exclusiva e centralizada no Estado.

Esta condição de diferenciação acabou por reafirmar a identidade das Rádios Livres com os movimentos europeu e latino americanos anteriores, que levavam a cabo o questionamento dos monopólios estatal e privado sobre os meios de comunicação e a comunicação hegemônica. O objetivo é tornar a comunicação multidirecional (ENZENSBERGER, 1979, p.23), prezando pela participação popular, de modo que cada indivíduo possa contar sua própria narrativa, fazer seu próprio

discurso, falar sobre sua cultura, sobre sua comunidade, em suma, produzir seu próprio conteúdo, sem a intermediação de uma estrutura hierarquizada.

Em outro aspecto, o termo “livre” destas Rádios compreende também a forma como são construídas: livre da lógica comercial, do proselitismo religioso, da influência centralizadora de partidos, sindicatos e instituições, da publicidade, da opressão, do autoritarismo, da hierarquia, das relações de mercado e de exploração, dos modelos tradicionais de programação.

Félix Guattari, no prefácio do livro “Rádios Livres: a reforma agrária no ar” argumenta que:

O fenômeno das rádios livres só toma seu sentido verdadeiro se o recolocamos no contexto das lutas de emancipação materiais e subjetivas(...)Trata-se, pelo contrário, de um movimento que se instaurou, nos anos 70, como reação a uma certa utopia abstrata dos anos 60. As rádios livres representam, antes de qualquer outra coisa, uma utopia concreta, suscetível de ajudar os movimentos de emancipação desses países a se reinventarem. Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global.(GUATTARI, in MACHADO, 1987, pg.9)

6 | RÁDIO MUDA

A Rádio Muda era uma Rádio Livre que atuava no município de Campinas-SP, dentro das instalações da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), embora não fosse subordinada ou tivesse qualquer relação institucional com a Universidade. A Rádio Muda, que transmitia na frequência de FM 88.5 MHz manteve-se no ar desde meados dos anos 80 até dezembro de 2017, quando foi lacrada por uma ação conjunta da ANATEL, Polícia Federal e a segurança da Universidade Estadual de Campinas, que confiscaram os equipamentos da Rádio e lacraram a porta do Estúdio com concreto.

Um dos maiores questionamentos no que se referia às atividades Rádio Muda era sua opção pelo status de ilegalidade. Este status devia-se a compreensão de que a forma como o Estado determina suas leis e dispositivos em relação aos meios de comunicação favorecem certos setores da sociedade por motivos evidentemente econômicos e políticos em detrimento de outros setores, restringindo a prática da comunicação livre. Outra questão apontada era que mesmo se a rádio almejasse a legalização, não obteria outorga, pois não preencheria os critérios restritivos estabelecidos pela lei das Rádios Comunitárias.

Fortemente identificada com os movimentos de Rádios Livres brasileiras e europeias, a Rádio compreendia comunicação livre como uma prática livre da lógica de mercado predominante entre as emissoras comerciais, não tendo o objetivo de acumulação de lucros, sendo livre de patrocínios, publicidade e propaganda, sem a comercialização de sua programação. Seus participantes fazem a programação pela

vontade de se comunicar, de fazer Rádio Livre, compondo assim uma larga variedade temática, que incluíam desde programas mais combativos e engajados politicamente até programas musicais. A Rádio era financiada através da colaboração dos próprios participantes. Também buscava ser livre também de discursos político-partidários e proselitismo religioso e das opressões cristalizadas na sociedade, prezando por uma estrutura interna horizontal, aberta, não hierarquizada e de respeito mútuo. A Muda era gerida por um Coletivo horizontal de programadores e apoiadores que tomavam as decisões acerca da Rádio em conjunto.

Não se sabe exatamente quando e onde a Rádio foi criada, mas a versão mais conhecida é de que o transmissor da rádio foi construído por alunos do curso de Engenharia Elétrica e Física da UNICAMP nos anos 80 (. Durante os anos 86-88, este transmissor foi deslocado para a Ocupação TABA na UNICAMP, que reivindicava a construção da moradia estudantil, permitindo montar uma rádio cuja cobertura era a área da ocupação. Findada a TABA, o transmissor foi levado para o prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNICAMP, onde transmitiu durante certo tempo até ser transferido a caixa d'água do Ciclo Básico da UNICAMP. No ano de 1999, a rádio adquiriu um transmissor de maior potência e assim, alcançando uma maior área de cobertura, tornou-se conhecida para além do campus universitário. De início, a Rádio Muda tinha um intuito de servir à comunicação dos assuntos acadêmicos, mas com este processo de expansão tornou-se aberta para a toda a comunidade, resultando assim em importantes parcerias da Rádio com membros da comunidade, como o Serviço de Saúde Cândido Ferreira, que trazia os internos para a realização de um programa no estúdio da Rádio e com o Hospital das Clínicas da UNICAMP na campanha de conscientização do HIV. Ainda, a Muda ganhou notoriedade ao participar de diversos eventos como as edições iniciais do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (FIGUEIREDO, 2015, p.314-316), oficinas de rádio no SESC, além de sediar e participar de encontros de mídia e Rádio Livre.

7 | ESTUDO DE CASO

No dia 23 de fevereiro de 2014, agentes da polícia, a mando da ANATEL, e da vigilância do campus universitário invadiram o estúdio da Rádio, levando todos os equipamentos e lacrando-o. Embora a Muda já houvesse sido invadida outras vezes, esta ação foi considerada demasiadamente violenta, uma vez que embora o transmissor e o computador da Rádio já tivessem sido apreendidos, pela primeira vez em sua existência o estúdio foi lacrado.

Perante este ataque, os membros do coletivo buscaram de todas as formas retomar as atividades da Rádio e o seu Estúdio. Na noite seguinte à invasão, seu espaço foi recuperado pelos programadores com a ajuda de outros apoiadores. No dia 11 de março a Rádio já estava retransmitindo através de um transmissor de 5 W de potência na frequência de 105.7 FM, com o estúdio equipado, embora de forma

um tanto quanto precária.

Durante o ano de 2014 a Rádio operou na precariedade, transmitindo com baixa potência em 105.7 FM, ao mesmo tempo em que debatia internamente estratégias para fortalecer a Rádio através de apoio de outros movimentos sociais e Rádios Livres. Neste sentido, o ano foi de muita reflexão e debate entre os membros do coletivo.

No início de 2015, o coletivo conseguiu reequipar devidamente o estúdio com computadores, mobília e equipamentos novos, após a colaboração financeira de programadores e apoiadores, inclusive de uma Rádio Livre alemã. Com um transmissor novo de 150 W de potência, a Muda aumentou consideravelmente a sua área de cobertura, retornando no dia 16 de fevereiro a transmitir na tradicional frequência de 88.5 FM.

O coletivo da Rádio estava ciente que o seu ressurgimento despertaria a atenção das forças repressoras. A Muda tinha em mente que um novo ataque poderia culminar com o fechamento definitivo do estúdio e conseqüentemente o encerramento de suas atividades. Assim, a única forma de garantir a sua sobrevivência era retomar um caminho mais politizado, fortalecendo-se de maneira recíproca com a participação de movimentos sociais, buscando retomar a identificação da Muda com o debate da comunicação e Rádio Livre, e trabalhar para que este debate extrapolasse os limites locais da UNICAMP. Ao mesmo tempo a Rádio buscava atrair novos programadores e apoiadores.

Para concretizar estes objetivos, os membros do coletivo iniciaram a produção de zines, textos e panfletos impressos e digitais, buscando também dialogar com outros coletivos e movimentos. Assim, a Muda foi convidada a participar do “Primeiro Seminário de Comunicação Daniel Herz-Comunicação Como Direito Humano”, junto com outros diversos coletivos, ativistas, jornalistas, associações, organizações populares, sindicatos e militantes das rádios públicas, comunitárias e livres, todos ligados às lutas pela comunicação e pelos direitos humanos.

O debate central deste seminário foi criar uma organização que colaborasse na criação de um Conselho de Comunicação Social na cidade de Campinas, entre outras pautas. Em junho do mesmo ano houve a realização do “Segundo Seminário de Comunicação Daniel Herz”, que possuía como objetivo construir um Conselho de Comunicação Social em Campinas e o Comitê Local do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação -FNDC -Seção Campinas.

Apesar de se tratar de uma luta mais institucional, o coletivo participou de ambos os seminários, levando as pautas que compreendiam como fundamentais dentro do debate de Rádio Livre: ressaltar a legitimidade na prática de Rádio Livre, o problema da criminalização e repressão, o questionamento sobre a gestão pouco democrática do Espectro Eletromagnético. Em Setembro de 2015 o coletivo participou do debate “Democratização da Comunicação: Contra a Criminalização das Rádios Comunitárias e Livres. Qual o papel de um Conselho Municipal de Comunicação em

Campinas?”, convocado pelo FNDC e pelo Conselho Municipal de Direitos Humanos de Campinas, realizado no Plenarinho da Câmara Municipal de Campinas.

Ao mesmo tempo em que participava do debate institucional, a Rádio trabalhou na frente da prática da comunicação livre, ministrando e participando de oficinas realizadas com o intuito de oferecerem uma experiência de radiodifusão e de espalhar o conhecimento e experiência para outros interessados. Em Abril, o coletivo Rádio ministrou uma oficina no cursinho popular Herbert de Souza, localizado no bairro Vila União, em Campinas, e participou em Junho de uma oficina na Casa Mafalda, localizada em São Paulo.

Em maio de 2015, vários coletivos de comunicação livre fizeram um chamado para a realização da “Oficina Integral de Rádio e Comunicação Popular”. Esta oficina, articulada por militantes, comunicadores de diversas Rádios Livres brasileiras em conjunto com coletivos argentinos de Comunicação Popular, tinha como objetivo oferecer uma experiência imersiva e completa sobre o tema de comunicação e Rádios Livres. Assim, foram propostas oficinas, seminários, debates e também a construção artesanal de 20 transmissores de rádio FM, com potências de 100 Watts e de 10 Watts, e suas respectivas antenas.

Esta oficina convergia com os objetivos da Rádio de expansão das atividades para outros lugares através da aquisição de um segundo transmissor de 100 Watts. A ideia era procurar coletivos, pontos e lugares interessados em montar uma Rádio Livre, oferecendo os meios e capacitação técnica para tanto, construindo coletivamente o espaço. Ainda, a oficina possibilitaria a formação técnica de membros do coletivo para a manutenção do transmissor construído e também para a construção de mais transmissores, adquirindo assim autonomia tecnológica.

A Oficina Integral de Comunicação proporcionou o fortalecimento das relações horizontais e de mútuo apoio – o “Rizoma” (DELEUZE et al, 1995)- entre os grupos participantes, além da construção coletiva de 20 transmissores FM de forma artesanal, segundo a filosofia do “*Do it Yourself*”.

Em posse do segundo transmissor, o coletivo Rádio Muda então realizou mais uma oficina de Rádio Livre em novembro de 2015, na gráfica popular Maloca, localizada no bairro Vila União em Campinas, com a transmissão de um debate e um evento cultural e artístico com artistas locais e dos moradores do bairro.

8 | FECHAMENTO DA RÁDIO:

A Rádio Muda continuou transmitindo sua programação diversificada em 88.5 FM pelos próximos anos com seus programadores participando de eventos sobre temas referentes à comunicação livre, rádio e redes. No entanto, no dia 26 de dezembro de 2017, em nova demonstração de autoritarismo do Estado brasileiro, a Rádio sofreu novo ataque a mando do Ministério Público Federal, no qual a ANATEL (com o uso autorizado de força policial) em ação conjunta com a Universidade

Estadual de Campinas confiscou todos os equipamentos da Rádio. Funcionários da Universidade sepultaram o estúdio preenchendo com concreto sua porta, além de terem retirado os cabos e antenas de transmissão no lado externo do estúdio, impossibilitando o uso do mesmo pela Rádio e acarretando a sua dissolução.

9 | CONCLUSÃO

O presente trabalho apontou de que forma as Rádios Livres contribuíram para a construção de uma comunicação mais democrática através da prática de apropriação direta dos meios de comunicação. O trabalho também retrata o modo autoritário e truculento que o Estado trata as Rádios Livres e Comunitárias, que apesar de terem um papel importante na democratização da comunicação, são criminalizadas e punidas de forma desproporcionalmente severa. O Estudo de Caso da extinta Rádio Muda traduz de forma concreta estes pontos, demonstrando como a Rádio foi construída e mantida de forma coletiva, horizontal e aberta, prezando por uma programação plural e sem fins lucrativos, propagandas comerciais, partidárias e religiosas, apontando também os seus principais questionamentos em relação ao modelo concentrado e pouco democrático que rege os meios de comunicação brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, Cristiane Dias. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. 2004 Dissertação (Mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ARTIGO 19. **Defesa Da Liberdade de Expressão das Rádios Comunitárias no Brasil: Teses Jurídicas Aplicáveis**. 2016. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2016/02/29/defesa-da-liberdade-de-expressao-das-radios-comunitarias-no-brasil-teses-juridicas-aplicaveis/>>. Último acesso em 20 de Maio de 2019.

BELISÁRIO, Adriano. **Espectro Livre como alternativa tecnopolítica à vigilância**. Disponível em <<https://politics.org.br/edicoes/espectro-livre-como-alternativa-tecnopol%C3%ADtica-%C3%A0-vigil%C3%A2ncia>>, 2015. Último acesso em 20 de maio de 2019

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **A Reforma do Modelo Brasileiro de Regulação das Comunicações em Perspectiva Histórica** - Dossiê Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Estudos de Sociologia, Araraquara, 17, 2004.

_____. **O modelo brasileiro de regulação do audiovisual em perspectiva histórica**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.4, 2010.

COMPARATO, Fábio. **A democratização dos meios de comunicação de massa**. São Paulo. Revista USP, n°. 48,6-17. 2000-2001.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Vol.1, Rio de Janeiro: Ed 34, 1995. Coleção TRANS

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes**. 2015. Dissertação (doutorado) Rio de Janeiro-Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Licitações nas outorgas de rádio e TV – a Ineficácia dos critérios técnicos**. Artigo apresentado no congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), Natal, 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0386-1.pdf>>, Último acesso em 20 de maio de 2019.

MACHADO, Arlindo. MAGRI, C., MASSAGÃO, M. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. **Rádios Livres: O outro lado da voz do Brasil**. 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERUZZO, Cecilia M. K. **Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação**. Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Cultura. Vol XI, n.3, 2009.

_____ **Comunicação Nos Movimentos Sociais: O Exercício De Uma Nova Perspectiva De Direitos Humanos**. Contemporânea I comunicação e cultura - v.11 – n.01, 2013.

_____ **Comunicação nos movimentos populares - a participação nas construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SIMIS, Anita. **A legislação sobre as concessões na radiodifusão**. UNIrevista - Vol. 1, nº 3, 2006.

WU, Tim. **Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

UZELMAN, Scott. **Hard at work in the bamboo Garden: Media Activists and Social Movements em Autonomous Media: Activing Resistance and Dissent**. Montreal, Canada. Cumulus Press, 2005.

VALENTE, Jonas. **Regulação democrática dos meios de comunicação**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2013. Coleção O Que Saber?

Sites:

<<http://muda.radiolivre.org>> (Último acesso em 20 de maio de 2019)

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> último acesso em 22 de Maio 2019 .

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Serviço de Radiodifusão Comunitária. RADCOM. In: ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/radiodifusao/FM_Comu/Default.asp?CodTopico=1850&CodArea=29&CodTemplate=478>. Último acesso em 22 de Maio de 2019

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI

Tiago Santos Sampaio

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Departamento de Educação / Curso de
Comunicação Social (Rádio e TV)
Campus XIV – Conceição do Coité

RESUMO: Este trabalho repertoria as experiências do autor na gestão da comunicação pública na assessoria de comunicação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2015 e 2016. Através da sistematização de experiências e dos princípios da CP, discute os desafios da institucionalização da comunicação numa universidade multicampi, revisando suas estratégias, ações e produtos. Concluímos que a complexidade de uma universidade pública multicampi requer uma política de comunicação diferenciada que tem nas ações de formação seu principal eixo de desenvolvimento e articulação.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; política de comunicação; universidade multicampi; formação.

MANAGEMENT OF PUBLIC COMMUNICATION IN A MULTICAMPI UNIVERSITY

ABSTRACT: This work reports the experiences of the author in the management of public

communication in the communication advisory of the State University of Bahia (UNEB) in 2015 and 2016. Through the systematization of experiences and the principles of CP, discusses the challenges of institutionalizing communication in a university multicampi, reviewing their strategies, actions and products. We conclude that the complexity of a multicampi public university requires a differentiated communication policy that has in the training actions its main axis of development and articulation.

KEYWORDS: public communication; communication policy; multicampi university; formation.

1 | INTRODUÇÃO

A institucionalização e gestão da comunicação pública (CP) nas grandes organizações constitui em si um desafio que perpassa todas as suas fases, da sua idealização e planificação até a sua execução e avaliação constantes, passando pela definição de políticas, ações e produtos. Este desafio está longe de ser apenas operacional, pois reflete uma contradição do lugar em que, muito comumente, a comunicação se encontra nas organizações. Esta contradição se traduz no discurso que reconhece seu valor estratégico,

mas que não encontra eco no investimento da sua potência de realização, e na compreensão dos seus desdobramentos e processos multifacetados e complexos.

Ancorados nos estudos da CP, o que chamamos aqui de institucionalização da CP refere-se a todos os procedimentos direcionados ao reconhecimento do lugar estratégico da comunicação nas organizações, da sua dimensão pública e, portanto, dos seus princípios basilares, como transparência e interesse público. Um dos aspectos utilizados para assegurar este reconhecimento passa pela formalização do item comunicação nos instrumentos normativos das organizações e a definição de uma política de comunicação alinhada aos princípios institucionais gerais.

As dificuldades encontradas neste processo decorrem, inicialmente, de aspectos cuja complexidade precedem as especificidades de cada organização. Primeiro, a própria interdisciplinaridade do campo da comunicação, logo, da CP exige o esforço de entendê-la a partir das diversas contribuições de áreas como a administração, a psicologia, a filosofia, a sociologia, dentre outras. Segue a isso, a natureza contemporânea e complexa das organizações marcadas pelo imperativo de relacionarem-se com as demais, de ler o ambiente em que se inserem e de atuarem sobre este de forma proativa e reativa, em atendimento aos seus princípios e demandas sociais.

No âmbito interno das organizações, o aspecto gerencial da CP – alvo prioritário deste artigo – também se complexifica pelo seu imbricamento às redes de relações, de poder e todas aquelas que constituem a cultura organizacional. O alinhamento à cultura das organizações é relevante para a comunicação institucional, uma vez que deste fator podem decorrer o melhor entendimento geral do valor estratégico da comunicação, sua dimensão pública, a definição de suas ações e produtos e, a partir daí, o estabelecimento do lugar prioritário da comunicação na administração dos fluxos de informação.

Todos esses aspectos são encontrados na gestão da CP da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e no seu caso, agrega-se uma característica que amplia a complexidade mencionada: a sua extensa multicampia. A UNEB é uma universidade pública que está presente em 24 municípios do Estado da Bahia, com atuação em 18 Territórios de Identidade. De acordo com Fialho (2000), esta realidade constitui a UNEB a partir das particularidades de diversas regionalidades e fatores políticos, sociais e econômicos distintos. Soma-se a este fator, o complexo processo de gestão da Universidade formado pelos seus conselhos superiores, reitoria, pró-reitorias, assessorias, secretarias e direção de departamentos em cada campus. Conforme indicam Leal, Novaes e Carneiro (2013, p. 5) a multiplicidade de órgãos de decisão pode tornar os processos decisórios longos e provocar “sobreposição de decisões, confundir os gestores, gerar morosidade nos procedimentos administrativos e acadêmicos e, em certa medida, dispersar os setores por envolvê-los em todo tipo de decisão”.

Diante deste cenário, apresentamos as seguintes questões: quais os principais

desafios da institucionalização da CP na UNEB, considerando sua multicampia como fator estrutural? Como as ações de institucionalização da CP contribuem para consolidar uma política de comunicação que reflita os princípios da UNEB?

A partir da sistematização de experiências vividas à frente da assessoria de comunicação da universidade (Ascom), setor responsável pela definição e operacionalização da sua política de comunicação, especificamente em 2015 e 2016, buscaremos aqui repertoriar ações na perspectiva de responder os questionamentos colocados e refletir sobre o lugar da CP em uma universidade como a UNEB.

2 | GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de embasar teoricamente este artigo e melhor iluminar as reflexões trazidas, relacionaremos, primeiramente, princípios da CP em sua interface próxima com a área da comunicação organizacional, retomando alguns dos seus conceitos e evidenciando a sua perspectiva de gestão.

A área da CP tem ensejado diversas discussões, não somente de natureza acadêmica, e, portanto, muitas controvérsias sobre sua delimitação conceitual e sua dimensão prática de atuação. Identificada inicialmente e de maneira geral como “comunicação governamental”, o campo da CP produziu um relativo consenso sobre sua abrangência ligada à sua atuação voltada para toda a comunicação de interesse público cuja maior interessada é a sociedade civil (BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, está voltada não somente para a comunicação governamental e política, tendo a noção de publicidade como seu norte.

Ao sintetizarem a relevância do caráter público, Mainieri e Ribeiro afirmam que

O intuito precípua da comunicação pública é transmitir informação de interesse público aos cidadãos, o que se constitui em passo inicial para estabelecer um diálogo e uma relação entre Estado e sociedade. Cabe pontuar que toda e qualquer informação referente a instituições, serviços e contas públicas é um direito assegurado ao cidadão. Quando a comunicação pública cumpre seu primeiro papel, que é informativo, abre espaço para que exista diálogo e participação recíproca (MAINIERI e RIBEIRO, p. 53).

A ampliação deste entendimento, apontado por diversos autores, nos indica que a CP se relaciona a variados âmbitos institucionais de gestão ao “aparato estatal, às ações governamentais, a partidos políticos, ao Legislativo, ao Judiciário, ao terceiro setor, às instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, às ações privadas” (DUARTE, 2011, p. 126). Logo, diz respeito a instituições cujo caráter da comunicação emitida é estrutural ou circunstancialmente público, dizendo respeito à sociedade em geral.

As universidades públicas são, portanto, por natureza, promotoras de CP. Mancini (*apud* Haswani, 2006) estabelece critérios que delimitam a CP, a partir de três dimensões que se inter-relacionam: a) promotores/emissores, que são

as instituições mencionadas por Duarte (2011); b) finalidade: a valorização da comunicação não voltada para o lucro; c) objeto: o interesse público como critério balizador da comunicação.

Assim, podemos dizer que as instituições mencionadas, bem como as universidades, são promotoras de CP voltada para diversos objetivos, dentre os quais, destaca-se a promoção da imagem e a comunicação normativa. A consecução do objetivo relacionado à imagem se operacionaliza na interseção com as ferramentas da comunicação organizacional, sobre a qual abordaremos adiante. A comunicação normativa, por sua vez, refere-se à publicidade de toda a informação de natureza jurídico formal, que complementa a exigência de transparência das ações e são realizadas através de publicações oficiais.

Tanto em relação à promoção da imagem quanto ao aspecto normativo, a relação da CP com a comunicação organizacional não é apenas operacional, mas estratégica. Não à toa, Brandão (2007) aponta a identificação entre as áreas e evidencia as assessorias de comunicação como área relevante na construção do entendimento sobre a publicização das informações das organizações, sejam estas públicas ou privadas.

É do âmbito da gestão da comunicação, classificar as informações, conferindo-lhes tratamento estratégico de acordo com os objetivos institucionais, mas ainda, de modo a atender as demandas sociais. Cabe, assim, remontar a categorização de Duarte (2007) sobre as informações na CP:

- a) **institucionais:** referentes ao papel, responsabilidades e funcionamento das organizações – o aparato relativo à estrutura, políticas, serviços, responsabilidades e funções dos agentes públicos, poderes, esferas governamentais, entes federativos, entidades, além dos direitos e deveres do cidadão. O que esperar, onde buscar e reclamar.
- b) **de gestão:** relativos ao processo decisório e de ação dos agentes que atuam em temas de interesse público. Incluem discursos, metas, intenções, motivações, prioridades e objetivos dos agentes para esclarecer, orientar e municiar o debate público. O cidadão e os diferentes atores precisam saber o que está acontecendo em temas relacionados a acordos, ações políticas, prioridades, debates, execução de ações.
- c) **de utilidade pública:** sobre temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, geralmente serviços e orientações. Imposto de renda, campanhas de vacinação, sinalização, causas sociais, informações sobre serviços à disposição e seu uso são exemplos típicos.
- d) **de prestação de contas:** dizem respeito à explicação e esclarecimento sobre decisões políticas e uso de recursos públicos. Viabiliza o conhecimento, avaliação e fiscalização da ação de um governo;
- e) **de interesse privado:** as que dizem respeito exclusivamente ao cidadão, empresa ou instituição. Um exemplo: dados de imposto de renda, cadastros bancários;
- f) **mercadológicos:** referem-se a produtos e serviços que participam de concorrência no mercado; e
- g) **dados públicos:** informações de controle do Estado e que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento. Exemplos: normas legais, estatísticas, decisões judiciais, documentos históricos, legislação e normas (DUARTE, 2011, p.

Lidar com a categorização das informações é parte de um processo mais amplo, qual seja adoção orgânica e cotidiana da noção de estratégia de gestão da CP. Isto significa lançar mão de instrumentos e técnicas da comunicação organizacional que permitem estabelecer princípios, planificar, executar e avaliar ações com a finalidade de aperfeiçoar a produção e circulação de todas as informações alinhadas com os princípios das instituições e imbuídas a alcançar o público. Nesse sentido, Oliveira e Paula (2007) estabelecem componentes da dimensão estratégica da comunicação, que nos servem de guia: a) tratamento processual da comunicação; b) inserção na cadeia decisória; c) gestão dos relacionamentos; d) uso sistemático do planejamento; e) monitoramento do processo

Revisitados alguns conceitos da CP e sua relação com a comunicação organizacional, como forma de estratégia operacional, nos aproximamos da proposta de repertoriar as experiências desafios do fazer CP na UNEB a partir da ótica da sua assessoria de comunicação.

3 | COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA UNEB: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Retomamos algumas ações empreendidas pela Ascom da UNEB, uma vez que este setor é responsável por gerir a comunicação institucional da Universidade, com o objetivo de revisá-las sob a ótica do referencial proposto e a partir de contribuições metodológicas da sistematização de experiências sobre a qual cabem algumas breves notas. A primeira delas é a importância do ato de retomar as experiências vividas como forma de produção de conhecimento e de reflexão sobre acertos, tentativas e erros cometidos durante os processos.

De modo geral, o exercício de rememoração aciona o relato de experiências com uma forma de comunicabilidade inscrita em um processo formativo na medida em que permitem, tal como aponta Santos,

o compartilhamento de informações, saberes e práticas entre pessoas, grupos e instituições. Ao aliarmos sistematização e comunicação, podemos influenciar outros atores externos à própria experiência como tomadores de decisão, agentes financeiros, gestores públicos, consumidores e governantes. (SANTOS, sem data, p. 6).

Desta forma, trata-se de uma proposta que favorece o intercâmbio de experiências para geração de melhor compreensão sobre a execução das atividades realizadas e para adquirir conhecimentos teóricos advindos da prática. Enquanto processos sociais dinâmicos e complexos, as experiências se inter-relacionam com um conjunto de fatores objetivos e subjetivos como

as **condições** do contexto em que se desenvolvem; **situações** particulares a

enfrentar-se; **ações** dirigidas para se conseguir determinado fim; **percepções, interpretações e intenções** dos diferentes sujeitos que intervêm no processo; **resultados** esperados e inesperados que vão surgindo; **relações e reações** entre os participantes (JARA H., 2004, p. 6. Grifos do autor).

Ciente destas contribuições de ordem metodológica, apontamos que alguns instrumentos da própria comunicação organizacional se prestam a atividade de retomar experiências, quando permitem o registro de ações e o seu acompanhamento. Trata-se, por exemplo, dos planejamentos realizados pela Ascom que previram a avaliação de cada ação em relação ao seu status. Para isso, foram apontados em cada uma destas ações os resultados esperados, mensurados sob a forma de expectativas de cunho subjetivo e objetivo, ou seja, metas quantificáveis. O cumprimento ou não destas eram acompanhados com mecanismos de avaliação que identificavam fatores contextuais e específicos de força e fraqueza como parcerias institucionais, recursos alocados, dentre outros.

Uma das atribuições pela qual a Ascom se responsabilizou referiu-se a revisão constante dos procedimentos adotados pela comunicação da UNEB. A partir da avaliação decorrente de um evento sobre a comunicação institucional da Universidade em 2013 (I Multicom) e de pesquisa realizada com a sua comunidade acadêmica, foi possível tecer um diagnóstico geral sobre a percepção desta comunidade em relação aos princípios que considerava relevantes para a circulação das informações, bem como sobre os usos dos principais produtos de comunicação da UNEB.

Com o processo de amadurecimento interno da gestão da Universidade e da Ascom, uma das conclusões alcançadas, após experiências e discussões, foi de que a inserção da concepção e gestão da CP na cadeia decisória, decorre, dentre outros, de dois fatores fundamentais: a repactuação de relações de confiança entre a gestão universitária e a gestão da comunicação, o que demandou a reorganização da comunicação interna da Ascom; e a formalização da comunicação nos documentos que regem a rotina administrativa da Universidade.

Em relação a este último fator apontado, foi identificada a necessidade de criação de um regimento da Assessoria de Comunicação da Universidade. Por meio da aprovação deste no Conselho Superior da UNEB (Consu), foi possível formalizar os princípios que estabeleciam uma política de comunicação da Universidade, a estrutura e as atribuições da assessoria de comunicação, bem como a sua definição como órgão técnico a fim de garantir uma ação orçamentária exclusivamente voltada para a comunicação institucional da UNEB.

Esta mudança foi importante, pois como apontam Leal, Novaes e Carneiro

as peculiaridades da estrutura e da dinâmica universitária definem o marco de suas condições. Nesse sentido, sua estrutura organizacional serve não apenas como contexto (característica geral que define o marco de referência para seu funcionamento), mas como texto, ou seja, como objeto de estudo e intervenção. Ressaltamos, todavia, que não acreditamos que uma ação restrita sobre o marco

normativo venha implicar em mudanças, porém entendemos que qualquer tipo de mudança passa por uma revisão desse marco (2013, p. 6).

Desta forma, algumas garantias mínimas de investimento e visibilidade foram potencializadas com estratégias de formalização da comunicação em seu aspecto gerencial. Embora do ponto de vista formal, esta tenha sido uma medida interna relevante, foi preciso traduzi-la para a comunidade externa na perspectiva de ampliar a sua visibilidade. Assim, decorrente do regimento da Ascom, foi desenvolvida a Cartilha da Ascom, para evidenciar a política de comunicação como um alinhamento aos princípios institucionais firmados no regimento da Universidade e apresentar à comunidade a política de comunicação da Universidade e as diretrizes de tratamento das informações, tal como apontada por Duarte (2007), em suas relações com os veículos de comunicação internos e externos. Também foi relevante a publicização da estrutura da Ascom e os produtos e serviços desenvolvidos para a sua comunidade, mediante orientações de solicitações destes.

No âmbito da sua comunidade interna, estas ações potencializaram o conhecimento da rotina administrativa de uma assessoria de comunicação com finalidade de planejar e executar comunicação de caráter de interesse público. Para aprimorar esse entendimento, foi preciso fazer um esforço cotidiano para visualizar a multicampia da UNEB em suas potências de parceria e ampliação do trabalho realizado.

Conforme anteriormente mencionado, cada campus, localizado em diferentes municípios, vivenciam demandas próprias, específicas e entendem a comunicação na perspectiva de resolução das suas questões. Este entendimento, embora legítimo, precisa ser alinhado cotidianamente a partir de princípios institucionais de uma comunicação para toda a Universidade, compreendendo-a na dualidade da sua unidade e diversidade.

Desta forma, foi estabelecido que cada campus deveria contar com um funcionário técnico administrativo que atuasse como um interlocutor direto com a Ascom. Esta dinâmica funcionou com todas as irregularidades decorrentes dos processos relacionais imanentes à cultura de todas as organizações. Esta parceria com os técnicos administrativos foi formalizada com a realização do II Multicom que enfatizou a importância da formação nos processos comunicativos e culturais. Nesta edição do encontro, foram realizadas oficinas a partir das demandas mais recorrentes relacionadas ao cotidiano da CP em cada campus, no seu trabalho de mediação com seus públicos internos e externos. Podemos citar as oficinas de cobertura e redação jornalística e de fotografia como exemplos. Nesta ocasião, também foram disponibilizados dois produtos informativos: os manuais de redação e de relacionamento com a imprensa.

Alvo de constante discussão com este público interno, mas ainda com a gestão da universidade, as diretrizes da política de comunicação e desenvolvimento

de produtos e ações formativas, são subjacentes aos componentes da dimensão estratégica, conforme apontam Oliveira e Paula (2007). Estas ações foram conduzidas com o esforço didático de gerar a compreensão sobre a comunicação como área que requer tratamento processual, logo, conscientemente planejado, e sobre a relevância da gestão dos relacionamentos, sempre exaustiva, mas compensatória.

O uso sistemático do planejamento e o monitoramento dos processos foram componentes desta experiência e mostraram-se desafios diários. Isto porque o estabelecimento de princípios da comunicação institucional precisa se traduzir sob a forma de ações e produtos voltados para a comunicação interna, externa e/ou para seus aspectos administrativos. Esta forma de planejamento exige a adoção das diretrizes da comunicação integrada em relação aos seus procedimentos e linguagens (KUNSCH, 2003). Na prática, esta premissa se materializa na produção de planejamentos de ações e orçamentários que devem incluir as fases de pesquisa e diagnóstico, implementação, monitoramento e avaliação decorrente de instrumentos de coleta e análise de dados, o que incluem relatórios quadrimestrais e anuais.

Todas as ações de reorganização interna são importantes para a consolidação dos princípios essenciais da CP: a publicidade e a transparência. Deste modo, a comunicação da Universidade precisa publicizar para todos os seus públicos as realizações da sua gestão, as deliberações dos seus conselhos, os posicionamentos institucionais, a atuação da universidade junto a sociedade civil, seus dados estatísticos, as orientações para seus públicos de acordo com cada circunstância, suas perspectivas futuras etc. Em cumprimento desta necessidade, foram elaborados produtos de balanço das ações da Universidade, documentos informativos sobre planejamento institucional, procedimentos técnicos e boletins que sintetizavam e articulavam as informações das despesas da UNEB por campus. Esses produtos visavam dar conta da publicidade dos diversos tipos de informação apontados por Duarte (2007): institucionais, de gestão, de utilidade pública, de prestação de contas etc.

Com esse entendimento, avaliamos que é sempre necessário aprimorar o aspecto gerencial da comunicação institucional, porém, ainda mais relevante é o questionamento constante sobre o interesse público de cada informação veiculada, no bojo de uma comunicação alinhada às demandas sociais contemporâneas. É, assim, premente a postura constante de autocrítica ao trabalho realizado e a valorização da participação coletiva na construção de percursos formativos.

Todos os processos intervenientes à consecução dos objetivos da CP eficiente constituíram-se como desafios. No caso da UNEB, a multicampia agrega diversos elementos de complexidade a esta comunicação. Isto porque é preciso mensurar, nem sempre objetivamente, os liames entre padronização de procedimentos e valorização das diversidades, entendendo a cultura organizacional de cada campus, suas potências, fragilidades e modos de dialogicidade com os contextos locais e territoriais. Isto significa compreender a indissociabilidade dos processos

comunicativos e culturais que compõem as relações na Universidade. É imperativo, assim, estabelecer uma interlocução aberta às sugestões e manter postura de audição sincera.

Ainda na seara dos desafios, avaliamos que é preciso sempre valorizar a formação como premissa fundante para identificar as lacunas de todos os partícipes sobre temas caros a qualquer comunicação que se pretende estratégica, como as articulações entre comunicação, política e cultura organizacional; as relações entre identidade, imagem e reputação institucional; as técnicas do fazer comunicacional em suas perspectivas gerenciais e relacionais, que permitem desenvolver produtos, mas que favorecem também a participação e postura proativa.

Outro desafio recorrente que interferia em todos os processos de gestão referia-se à dificuldade de consolidar as ações, mediante a identificação prévia de prioridades, frente ao cenário contemporâneo de crescente perda de autonomia das universidades públicas. As constantes dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos para o cumprimento, inclusive das atividades finalísticas da universidade pública, requeriam da gestão deste setor a qualificação na execução orçamentária e entendimento da sempre complexa e enredada burocracia dos processos administrativos. De modo geral, tal aspecto tende a contribuir para o aprofundamento da distância entre o reconhecimento do valor estratégico da comunicação e a sua efetiva realização, pois, muitas vezes, esta passa ser vista como despesa e não como investimento no âmbito da gestão das universidades públicas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de breve conclusão de um texto que sistematizou experiências vividas até 2016 e que findou a sua gestão em 2017, expomos algumas perspectivas e retomamos exigências coqueituais que devem funcionar como esteio da atuação da CP da UNEB. Em termos práticos, as perspectivas relacionam-se a necessidade de investimento em melhorias nos dois veículos de comunicação institucional mais relevantes da Universidade: o portal institucional e a TV universitária. Ambos são decorrentes de processos difíceis para sua finalização, respectivamente, devido a burocracia de tramitação processual e a dificuldade de alocação de recursos. Embora concluído, o portal institucional demanda constante atualização de informações e monitoramento técnico, o que requer investimento em pessoal qualificado e com dedicação exclusiva para esta atividade.

Tendo em vista a multicampia da UNEB, o que se considera ideal, em tese, do ponto de vista estrutural seria a existência de núcleos locais ou territoriais de comunicação que pudessem contar com profissionais da área e equipamentos para o suporte de todas as atividades de comunicação, como o desenvolvimento de produtos, dentre estes de vídeos que alimentassem, de modo sistemático e planejado a TV universitária. A TV UNEB, já existente, e reformulada, algumas vezes,

conceitual e operacionalmente, sempre envidou esforços para atuar em parceria com os cursos de comunicação da Universidade e demais instâncias produtoras. Devido a sua complexidade de gestão e custos para a manutenção de produção, demanda, constantemente, investimentos para a sua consolidação, o que ainda requer alguns passos.

A multicampia da UNEB impõe uma perspectiva de atuação no âmbito da gestão da CP que demanda equipe com formação e cronograma específico. Trata-se da visita regular nos campi, com o objetivo de construir planejamentos de comunicação adaptados às realidades locais e aos modos de interlocução de cada unidade com o seu entorno. Esta ação complementa o entendimento sobre o papel da formação na qualificação da comunicação institucional, por meio do qual se torna possível compreender as dimensões técnicas, estéticas, éticas e políticas da CP. Não custa lembrar que a efetividade de uma CP que perpassa estas dimensões requer o investimento prioritário na formação das pessoas, do ponto de vista técnico e do domínio de habilidades e do provimento de condições adequadas de trabalho para o desenvolvimento pleno das suas competências.

A relação entre comunicação institucional eficiente e formação inclui, por fim, buscar dar conta das exigências da CP, conforme recomenda Duarte (2007). Segundo o autor, é necessário:

- a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo;
- b) centralizar o processo no cidadão;
- c) tratar comunicação como um processo mais amplo que a informação;
- d) adaptação dos instrumentos às necessidades;
- e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um *uno*. (DUARTE, 2007, p. 59).

Estas exigências indicam abrangência do campo da CP e, no caso estudado evidenciam diversos pré-requisitos de tratamento da informação para que esta seja parte da consolidação de uma CP universitária de qualidade. Entendemos que se trata de um caminho de resultados processuais e decorrentes da participação de muitos sujeitos. Estes fatores não são estranhos à dinâmica da universidade, mas constitutivos do próprio dissenso, continuidade e inacabamento dos processos formativos inerentes a esta dinâmica. Assim, a institucionalização de qualquer ação de CP que se proponha traduzir os princípios de uma universidade pública, como a UNEB, precisa ter em vista sua natureza aberta, plural, coletiva e em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.
- FIALHO, Nadia Hage. A dimensão espacial do modelo universitário, In: **Universidade Multicampi**. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 2000.
- HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JARA H., Oscar. **O que é sistematizar experiências e para que serve?** (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil / Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA / Cooperação Técnica Alemã – GTZ). Brasil: Ministério do Meio, Ambiente, 2004.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.
- LEAL, Ione Oliveira Jatobá; NOVAES, Ivan Luiz; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. A Universidade do Estado da Bahia/UNEB: paradoxos de uma gestão que completa 30 anos. In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva (Org.) **XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: Anais** [Recurso Eletrônico]. Centro de Educação, UFPE, Recife, PE 2013. <http://www.anpae.org.br/simposio26/1/comunicacoes/ioneoliveirajatobaLeal-comunicacaoOral-int.pdf> - visitado em 3 de dezembro de 2016.
- MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Organicom**, São Paulo, nº 14, ano 8, p. 50-61. 2011.
- OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública e os Setores Não-Estatais**. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.) *Comunicação Pública*. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- SANTOS, Ailton Dias dos. **Sistematização de experiências de economia solidária**. Sem data, sem local.

SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Flávio Gomes da Silva Lisboa

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba – PR

Marilene Zazula Beatriz

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba – PR

RESUMO: Neste artigo pretende-se explorar a relação entre o *software* livre, conforme definido pela *Free Software Foundation* (2001) e a tecnologia para inclusão social, cognominada por Dagnino (2014) como “tecnologia social”, sob o pressuposto de que o principal elemento de intersecção entre os dois conceitos é a proposta de inclusão – digital para o primeiro e social para o segundo. Essa exploração é feita a partir dois corpus de referências. O corpus dinâmico consiste nos resultados de pesquisa bibliométrica de artigos publicados entre 2013 e 2017 com as palavras-chave “*software* livre” e “tecnologia social” ou “*free software*” e “*social technology*” em bases de periódicos científicos nacionais e internacionais. O corpus estático consiste em três referências distintas: a primeira é o artigo de Triana (2014), que aborda a questão do *software* livre como uma tecnologia social; a segunda é a descrição do *software* livre Noosfero no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil; e a terceira é

o estudo de caso de duas cooperativas que trabalham com *software* livre, a Colivre e a EITA.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Inclusão Digital. Inclusão Social. *Software* Livre. Tecnologia Social.

FREE SOFTWARE AND TECHNOLOGY FOR SOCIAL INCLUSION

INTRODUÇÃO

O dicionário Michaelis (MELHORAMENTOS, 2018) traz como uma das definições de intersecção o “encontro de duas linhas ou de dois planos que se cortam” ou em uma só palavra “cruzamento”. Este trabalho aborda o cruzamento entre os conceitos de *software* livre (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2001) e de tecnologia social (DAGNINO, 2014, p. 23-24). Ambos os conceitos estão ligados diretamente a movimentos sociais. O primeiro, ao movimento de *software* livre. O segundo, ao movimento da economia solidária. Entenda-se movimento aqui como o conjunto de “diferentes ações, políticas etc, que se verificam em diversas instâncias, de grau de institucionalização e organização variado, e por atores significativamente diferenciados” (DAGNINO, 2014, p. 53).

Antes de prosseguir sobre os movimentos de *software* livre e economia solidária, faz-se mister definir de que se trata cada uma dessas categorias.

Por “software livre” devemos entender aquele *software* que respeita a liberdade e senso de comunidade dos usuários. Grosso modo, isso significa que **os usuários possuem a liberdade de executar, copiar, distribuir, estudar, mudar e melhorar o software**. Assim sendo, “software livre” é uma questão de liberdade, não de preço.

[...] Com essas liberdades, os usuários (tanto individualmente quanto coletivamente) controlam o programa e o que ele faz por eles. Quando os usuários não controlam o programa, o programa controla os usuários. O desenvolvedor controla o programa e, por meio dele, controla os usuários. Esse programa não livre é “proprietário” e, portanto, um instrumento de poder injusto. (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2001)

Segundo Evangelista (2014, p. 197), o movimento de *software* livre “é um movimento que produz *softwares* e esses *softwares* se tornam produtos distribuídos no mercado de informática e que ocupam posições antes ocupadas, ou que poderiam ser ocupadas, por *softwares* proprietários”. *Software* proprietário é “aquele baseado no regime de propriedade exclusiva e no cercamento da informação” (CAMINATI, 2013, p. 47). O movimento de *software* livre, portanto, é contrário à propriedade privada do *software*.

A questão da propriedade também é fundamental ao movimento da economia solidária. Segundo Singer (2002, p. 10), “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

A liberdade é outra questão de interesse compartilhado entre o movimento da economia solidária e o movimento de *software* livre. Segundo Stallman (2018), as liberdades definidas para o *software* livre “são essenciais não apenas para os propósitos individuais dos usuários, mas para a sociedade como um todo, pois elas promovem solidariedade social — isto é, compartilhamento e cooperação”.

[...] a cooperação entre os movimentos de *software* livre e de economia solidária oferece a oportunidade de tratar mais profundamente da defesa das liberdades públicas e privadas; em particular da ética e da libertação com respeito ao uso da Tecnologia da Informação. (STALLMAN e MANCE, 2012)

A economia solidária relaciona-se com outro conceito, o de tecnologia social. Dias e Novaes (2010, p. 156) afirmam que o conceito de tecnologia social, como é compreendido no Brasil, “diz respeito a uma tecnologia voltada principalmente para a inclusão social ou, mais amplamente, para a construção de um estilo alternativo de desenvolvimento”. Segundo Dagnino (2014, p. 213), a tecnologia social é uma “plataforma cognitiva de lançamento” da economia solidária, a qual ele entende como um “foguetete em fase de projeto”. Se o conceito de *software* livre relaciona-se com o de economia solidária e o conceito de economia solidária relaciona-se com o de tecnologia social, é possível que haja relação entre *software* livre e tecnologia social.

A inclusão social é o processo oposto ao da exclusão social, que Silva (2015, p. 76) define como “exclusão’ do mercado [de trabalho], seja pela propriedade dos fatores de produção ou pela oferta da força de trabalho”.

Neste contexto, o objeto desta pesquisa é a intersecção entre os conceitos de *software* livre de tecnologia social. Há atores e ações dos movimentos de *software* livre e de economia solidária em diversos países (LAVILLE, 2009; TAURION, 2004), mas esta pesquisa está limitada aos elementos que atuam no espaço do Brasil.

MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa fez parte da fundamentação teórica de um projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, concluído em 2019 (LISBOA, 2019). Dentro da linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho, esse projeto abordou a produção de *software* livre pelo Estado brasileiro, com um recorte de uma empresa estatal de tecnologia da informação, o Serviço Federal de Processamento de Dados. O objetivo foi compreender como se deu a construção de um *software* livre por funcionários da empresa sob a perspectiva da tecnologia social. Pressupôs-se que havia similaridades entre os conceitos de *software* livre e tecnologia social e então buscou-se fundamentação da intersecção entre as duas categorias por meio de pesquisa bibliográfica.

OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo deste artigo é explorar referências sobre propostas de inclusão social e digital que fundamentem o pressuposto da inclusão como elemento essencial de intersecção entre os conceitos de *software* livre e tecnologia social.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória com “levantamento bibliográfico e documental” (GIL, 2008, p. 27). Foram explorados dois corpus de materiais publicados: um dinâmico, constituído por artigos publicados entre 2013 e 2017 com referências a *software* livre e tecnologia social; e outro estático, constituído por três referências distintas: um artigo específico sobre *software* livre como uma tecnologia social (TRIANA, 2014), a ficha descritiva do *software* livre Noosfero no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil e a documentação institucional de duas cooperativas que trabalham com *software* livre, a Colivre e a EITA.

RESULTADOS OBTIDOS

Para determinar o estado da arte da pesquisa sobre a relação entre *software* livre

e tecnologia social, foram selecionadas para uma pesquisa bibliográfica as bases de dados internacionais Scopus e Web of Science e as bases nacionais de periódicos da Coordenação para Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES –, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e da Universidade de São Paulo – USP. Foram procurados artigos, teses e dissertações publicados a partir de 2012 até 2017 – ano do início da pesquisa – com as combinações de termos “*software livre*” e “tecnologia social” e “*free software*” e “*social technology*”.

Não foram encontrados resultados nas bases Scopus e Web of Science. Na base de periódicos da CAPES foram encontrados 9 resultados para a combinação de termos “*free software*” e “*social technology*” e 1 resultado para a combinação “*software livre*” e “tecnologia social”. Na base do IBICT foi encontrado apenas um artigo para a combinação “*software livre*” e “tecnologia social”. Nenhum resultado foi encontrado na base de teses e dissertações da USP.

Os resultados da pesquisa bibliográfica estão sumarizados na Tabela 1. Por ela é possível perceber que dos 11 trabalhos encontrados na verdade há apenas 10 resultados únicos, pois um dos artigos está disponível em inglês e espanhol. Após a leitura dos resumos de cada um dos trabalhos, verificou-se que nenhum deles explora a relação entre *software livre* e tecnologia social. Após esse levantamento da produção recente sobre os dois conceitos, foram estudados materiais que foram identificados pontualmente ao longo de leituras no curso de mestrado em tecnologia e sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e em eventos da área de estudos sociais da ciência e tecnologia.

Triana (2014) “se propõe traçar um paralelo teórico entre a definição de Tecnologias Sociais e as redes de *Software Livre*” e busca responder se o *software livre* pode ser considerado uma tecnologia social. Segundo Triana (2014, p. 92) “só se a população conseguir se transformar numa comunidade ciente das suas capacidades, isto é, utilizadora e desenvolvedora direta (SIC) do *software*, poderemos pensar que o *Software Livre* cumpre as tarefas teoricamente reservadas às Tecnologias Sociais”. Ou seja, na visão de Triana (2014), o *software livre* só pode ser considerado como uma tecnologia social se a população apropriar-se dele na plenitude de suas quatro liberdades (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2018). Essa visão traz implicitamente um pressuposto de inclusão digital como condição para uma efetiva inclusão social. De acordo com Triana (2014), sem a apropriação do *software livre* como meio de produção de soluções construídas pela própria população que as utilizarão, o *software* é apenas um produto a ser consumido e assim seu licenciamento é indiferente. Se o usuário não se inclui como um desenvolvedor, o *software livre* para ele é apenas um *software* gratuito.

Autores	Título	Ano	Base
BORB, G. L.	TIC, educação e projeto de trabalho: uma experiência no terceiro setor	2013	Portal brasileiro de publicações científicas de acesso aberto – Oasisbr
CHAI, N. WANNARUK, A. LIAN, A.	A corpus-based study on Chinese EFL learners' use of transitive constructions with neutral participants	2015	Portal de Periódicos da CAPES
FREIRE, F. ROGEL, D. RODRÍGUEZ, C.	Presence and impact of Andean universities in online social networks	2014	Portal de Periódicos da CAPES
FREIRE, F. ROGEL, D. RODRÍGUEZ, C.	La presencia e impacto de las universidades de los países Andinos en las redes sociales digitales	2014	Portal de Periódicos da CAPES
GAROFOLO, A. C. S. AMANCIO, C. O. G.	Impacto prospectivo da tecnologia do xaxim agroecológico utilizando o Inova-Tec System v 2.0	2013	Portal de Periódicos da CAPES
HSU, L.	Investigating community members' purchase intention on Facebook fan page	2017	Portal de Periódicos da CAPES
HSU, L. CHIH, W. LIOU, D.	Understanding community citizenship behavior in social networking sites	2015	Portal de Periódicos da CAPES
Journal of Pan African Studies	Women in Information Technology Innovation in Africa	2017	Portal de Periódicos da CAPES
KNOCHEL, A. D.	Assembling visuality: social media, everyday imaging, and critical thinking in digital visual culture	2013	Portal de Periódicos da CAPES
MCKIERNAN, E. C.	Imagining the “open” university: Sharing scholarship to improve research and education	2017	Portal de Periódicos da CAPES
ZWICK, D. BRADSHAW, A.	Biopolitical Marketing and Social Media Brand Communities	2016	Portal de Periódicos da CAPES

Tabela 1: Publicações sobre “software livre” e “tecnologia social” entre 2013 e 2017

Quatro referências bibliográficas de Triana (2014) fazem parte de uma coletânea de artigos publicada pela Fundação Banco do Brasil – FBB – no contexto da proposição de uma Rede de Tecnologia Social. Segundo Ritimo (2018), a “Rede de Tecnologia Social – RTS reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais”. Entretanto, até o término deste artigo, o sítio da RTS indicado na referência estava indisponível, sugerindo que essa organização havia suspenso suas atividades.

A FBB, entretanto, parece ter dado sequência ao propósito da RTS. De acordo com a documentação disponível em seu sítio institucional, a FBB se apresenta como uma entidade apoiadora de projetos de tecnologia social. Ela mantém um banco de tecnologias sociais, composto pela documentação de projetos implementados de tecnologia social nas mais diversas áreas de aplicação. Os projetos catalogados no banco são selecionados anualmente por ocasião de uma premiação – o Prêmio FBB de Tecnologia Social. Desta forma, a FBB age como uma identificadora de tecnologias

sociais. A FBB apresenta uma definição própria de tecnologia social: aquela que “compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2018). Essa definição não entra em conflito com a encontrada em Dagnino (2014), podendo ser considerada como uma expressão alternativa das mesmas ideias.

Entre os diversos produtos, técnicas e metodologias do banco de tecnologias sociais, encontramos um *software* livre: o Noosfero. Esse *software* é “uma plataforma web de código aberto para redes sociais e de economia solidária” (NOOSFERO, 2018, tradução nossa). O Noosfero é categorizado pela FBB como uma tecnologia social cujo tema principal é a educação e cujo tema secundário é a renda. Segundo a página descritiva da Fundação Banco do Brasil (2018), “a proposta do Noosfero é que coletivos e organizações deixem de ser simplesmente consumidores de serviços de redes sociais proprietárias e tenham um sistema de produção da sua própria rede social, com autonomia e licenças livres”.

Pela leitura da descrição do Noosfero no banco de tecnologias sociais da FBB, compreende-se que ele permite a inclusão de empreendimentos de economia solidária – EES – na propriedade e administração de redes sociais virtuais. Os EES são excluídos a princípio da possibilidade de produção de suas próprias redes sociais virtuais porque “serviços de redes sociais corporativas são redes privadas transnacionais, com interesses comerciais e que aplicam seus próprios termos e condições sem transparência ou consonância com os interesses públicos locais” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2018).

As redes sociais virtuais de EES viabilizam uma cadeia produtiva entre esses empreendimentos, criando não somente uma rede de comunicação, mas uma rede de cooperação na produção e distribuição de produtos da economia solidária. Segundo Dagnino (2014, p. 56), entretanto, as “Redes de Economia Solidária ocupam usualmente espaços pouco interessantes para as grandes empresas intensivas em conhecimento tecnológico” e por isso pouco podem esperar delas em termos de cooperação. Dagnino (2014, p. 60) afirma que “as redes de Economia Solidária devem buscar ocupar todo o circuito econômico onde puderem se inserir conectando entre si, no plano da produção de mercadorias, os empreendimentos situados ao longo das cadeias produtivas”. O Noosfero apresenta-se como tecnologia que viabiliza essa conexão e assim inclui os EES no mercado do qual são, a princípio, excluídos pelo grande capital competitivo.

A análise do Noosfero permite passar para o estudo de caso de duas cooperativas de trabalho que estão relacionadas a ele. A primeira é a Cooperativa de Trabalho em Tecnologias Livres – Colivre, que aparece na página descritiva do Noosfero na FBB como instituição responsável pela tecnologia. A segunda é a cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão – EITA – que aparece como um dos empreendimentos solidários conectados pela rede social Cirandas.NET, construída

com o *software* Noosfero (CASTRO, 2018). Ambas as cooperativas têm em comum o fato de desenvolverem *softwares* livres e terem alguma relação com economia solidária.

Neste ponto é conveniente lembrar que Triana (2014) considera que o *software* livre é tecnologia social apenas quando a população se apropria plenamente de suas quatro liberdades. Os papéis desempenhados pelas cooperativas Colivre e EITA com relação ao *software* Noosfero, entretanto, permitem identificar que há uma divisão social das liberdades entre elas e os demais empreendimentos cadastrados na rede Cirandas.NET.

A compreensão de Triana (2014) sobre a atuação do *software* livre na inclusão social encontra conexão com uma das vertentes de inclusão digital as quais foram identificadas por Mori (2011, p. 40-42): a apropriação de tecnologias. As outras vertentes – acesso e alfabetização digital – não são consideradas por Triana (2014) como inclusão social e por isso a atuação do *software* livre nessas vertentes não o caracteriza para o autor como tecnologia social.

A questão é que para se estar incluído em uma sociedade da informação, é necessário um domínio de tecnologias da informação. Esse domínio pode se limitar ao uso das tecnologias, mas isso apenas inclui pessoas como parte do capital humano da sociedade. Segundo Kelniar, Lopes e Pontili (2013, p. 10), o capital humano tem valor para a sociedade por impactar “na economia como um todo”, mas embora haja possibilidade do trabalhador experimentar ganhos de renda com investimento em educação – o que inclui qualificação no uso de tecnologias da informação – não há garantia de que isso seja apenas uma situação transitória de melhoria na qualidade geral de vida que se deteriorará em um processo de avanço da automação.

A inclusão que gera usuários serve apenas como reprodução da divisão de classes do sistema capitalista. Em um sistema que produz mercadorias que precisam ser consumidas, é necessário haver consumidores e os usuários de tecnologias da informação são consumidores de mercadoria digitais.

Assim surge uma questão com relação a apropriação que as cooperativas Colivre e EITA fazem do *software* livre em comparação aos demais empreendimentos de economia solidária que compõem a rede social Cirandas.NET. A Colivre, em seu sítio institucional, não se identifica como um empreendimento de economia solidária, embora um de seus “diferenciais” declarados – “a crença na liberdade da informação, na autogestão e no comércio justo” (COLIVRE, 2018) – esteja alinhado com os princípios básicos da economia solidária (SINGER, 2002, p. 10). A EITA se identifica como “uma cooperativa de trabalhadoras e trabalhadores” que “atua junto aos movimentos sociais do campo popular, em suas lutas pela economia solidária [...]” e temas correlatos (EITA, 2018). Ela descreve em seu sítio institucional explicitamente que se trata de “um empreendimento de economia solidária” (EITA, 2018).

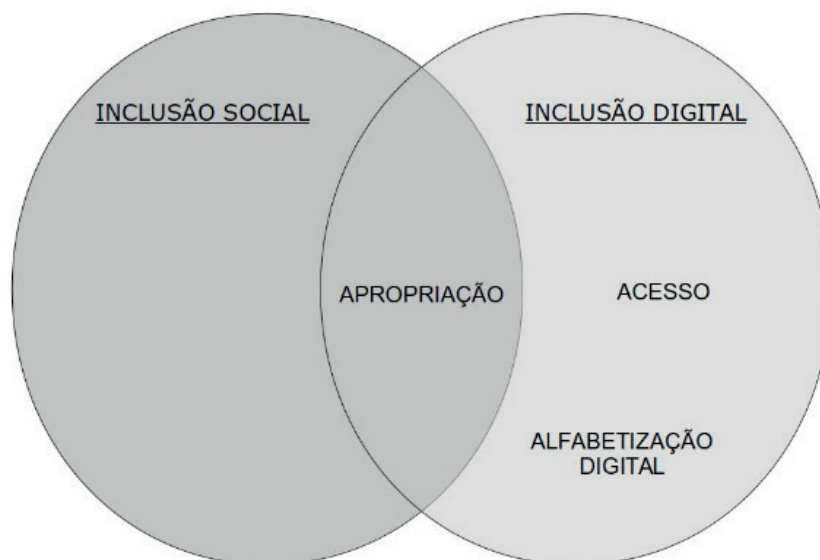
Considerando neste estudo de caso, pelas características identificadas na análise documental, que ambas as cooperativas são de fato empreendimentos

de economia solidária de acordo com o entendimento de Singer (2002, p. 10), verificamos que para elas o *software* livre constitui-se como uma tecnologia social conforme Triana (2014), pois ambas se apropriam inteiramente das quatro liberdades do *software* livre por serem produtoras de *software*. É possível encontrar a produção de *software* livre da COLIVRE no repositório <https://gitlab.com/colivre> e da EITA no repositório <https://gitlab.com/eita>.

Não foi possível investigar cada um dos empreendimentos solidários cadastrados na rede social CIRANDAS.NET, mas a partir da documentação do Noosfero na página da FBB e dos sítios institucionais da COLIVRE e do EITA, inferiu-se que ambas essas cooperativas atuam como fornecedoras dos demais empreendimentos e que estes são apenas usuários da tecnologia Noosfero. Como usuários, eles se apropriam da liberdade 0 do *software* livre, que é “a liberdade de executar o programa como” se desejar (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2018), mas apenas COLIVRE e EITA se apropriam das quatro liberdades de forma plena.

Nesse cenário, de acordo com Triana (2014), o Noosfero não se constitui em uma tecnologia social para a maioria dos empreendimentos de economia solidária que estão cadastrados no CIRANDAS.NET. Ou seja, ele diverge da classificação da Fundação Banco do Brasil para essa tecnologia de *software*. Pode-se concluir que para a FBB o entendimento de inclusão digital é o de acesso ou alfabetização digital, de modo que isso basta que a inclusão digital seja uma inclusão social.

A Figura 1 ilustra a perspectiva de Triana (2014) sobre o que torna o *software* livre uma tecnologia social. Nessa figura vemos o conjunto da inclusão digital contendo as três vertentes descritas por Mori (2011, p. 40-42): acesso, alfabetização digital e apropriação. Na visão de Triana (2014), a inclusão digital se intersecciona com a inclusão social apenas no subconjunto da apropriação da tecnologia. É nessa intersecção que Triana (2014) entende que se encontram os *softwares* livres que são também tecnologias sociais. A FBB já entende que os dois conjuntos estão sobrepostos, ou seja, que a intersecção é igual à união dos conjuntos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] tanto o mundo do trabalho como o movimento da economia solidária estão em constante alteração, com forças impulsionadoras para a mudança, mas apresentando forças restritivas que competem entre si para avançar na proposta de uma sociedade em construção. (BEATRIZ, 2012, p. 153)

Pode-se considerar que a falta de consenso pode ser uma dessas forças restritivas, pois implica que não haverá apoio de todos os envolvidos para ações que se encontrarem dentro de entendimentos divergentes. Este artigo, de forma crítica, chamou a atenção para o entendimento divergente sobre *software* livre como tecnologia social para um pesquisador e para uma organização não-governamental a partir do estudo de caso do *software* livre Noosfero e de empreendimentos de economia solidária que se relacionam com ele.

De todo modo, há de fato uma intersecção entre tecnologia social e *software* livre e a inclusão é o elemento contido nessa intersecção. A divergência aqui abordada trata do tipo de inclusão que relaciona os dois movimentos sociais: uma inclusão de usuários de tecnologia da informação ou de pessoas que se apropriam da tecnologia da informação.

Pode-se considerar que a compreensão da FBB sobre tecnologia social é, na verdade, a expressão da primeira modalidade de adequação sociotécnica, que consiste no “simples uso da tecnologia” (DAGNINO, 2014, p. 108). Dagnino (2014, p. 187) afirma que a adequação sociotécnica é uma trajetória para o “desenvolvimento de uma TS [Tecnologia Social]”. Assim sendo, o fato do *software* livre Noosfero estar catalogado no banco de tecnologias sociais da FBB pode ser o primeiro passo de um movimento para que ele supere as vertentes de inclusão digital por acesso e alfabetização digital e alcance uma inclusão social plena com a apropriação das quatro liberdades da tecnologia pelos usuários membros de empreendimentos de economia solidária.

No estudo de caso desenvolvido em Lisboa (2018), tendo como base a fundamentação teórica da qual este artigo faz parte, percebeu-se que a relação entre *software* livre e tecnologia social varia de acordo com a participação dos usuários na construção do *software*. Em uma analogia com a mecânica, pode-se compreender a adequação sociotécnica como um processo similar à transformação de energia potencial em energia cinética. Assim, a adequação sociotécnica transformaria uma tecnologia social “potencial” em uma tecnologia social “cinética”, sendo esta última a que caracterizaria plenamente uma tecnologia para inclusão social.

Se o *software* livre fosse uma pedra parada no topo de uma montanha, com energia potencial, a participação dos usuários equivaleria ao ato de pessoas empurrarem a pedra montanha abaixo, gerando energia cinética. A pedra parada, para a FBB, já se constitui em tecnologia social. Para Dagnino, a pedra só se

torna tecnologia social após ser empurrada pelas pessoas – após ter participação dos usuários. Essa participação não se limite ao uso do *software* como artefato tecnológico, mas em sua apropriação, a qual além do acesso e da alfabetização digital inclui a possibilidade e capacidade de modificação e adaptação do artefato.

REFERÊNCIAS

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Economia Solidária**: os caminhos da autonomia coletiva. Curitiba. Juruá, 2012.

CAMINATI, Francisco Antunes. **Terra incognita**: liberdade, espoliação: o software livre entre técnicas de apropriação e estratégias de liberdade. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000906826&fd=y>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

CASTRO, Diego Palma de. **Economia solidária e tecnologia social**: a apropriação pelos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários do Cirandas.net. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3846>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

COLIVRE. **Sobre**. Disponível em <<http://colivre.coop.br/sobre>>. Acesso em 24 jul. 2018.

DIAS, Rafael de Brito. NOVAES, Henrique Tahan. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas, SP : Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

EITA. **Sobre nós**. Disponível em <<http://eita.coop.br/sobre-a-eita/>>. Acesso em 24 jul. 2018.

_____. **Coletivo EITA**: 7 anos. Disponível em <<http://eita.coop.br/2018/06/15/coletivo-eita-7-anos/>>. Acesso em 24 jul. 2018.

EVANGELISTA, Rafael. **O movimento software livre do Brasil**: política, trabalho e hacking. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 173-200, jan./jun. 2014.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. **O que é software livre?** 2001. Disponível em <<https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>>. Acesso em 16 jul. 2018.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de Tecnologias Sociais**. Disponível em <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/principal.htm>>. Acesso em 19 jul. 2018.

_____. **Noosfero**: plataforma web livre para a criação de redes sociais autônomas. Disponível em <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-676.htm>>. Acesso em 20 jul. 2018.

KELNIAR, Vanessa Carla. LOPES, Janete Leige. PONTILI, Rosangela Maria. **A Teoria do Capital Humano**: Revisitando Conceitos. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 21 a 25 de outubro de 2013. Campo Mourão – PR. Disponível em <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf>. Acesso em 23 jul. 2018.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: um movimento internacional. Revista Crítica de Ciências

LISBOA, Flávio Gomes da Silva. **Produção de software livre por uma empresa estatal de tecnologia da informação**: um estudo de caso sob a perspectiva da tecnologia social. 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3907>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MELHORAMENTOS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**: interseção. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=RQoNR>>. Acesso em 16 jul. 2018.

MORI, Cristina Kiomi. **Políticas públicas para inclusão digital no Brasil**: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10560>>. Acesso em 23 jul. 2018.

NOOSFERO. **What is Noosfero?** Disponível em <<http://noosfero.org/bin/view/sítio/About>>. Acesso em 20 de jul. 2018.

RITIMO. **Rede de Tecnologia Social**. Disponível em <<https://www.ritimo.org/Rede-de-Tecnologia-Social>>. Acesso em 19 jul. 2018.

SILVA, Heloisa de Puppi. **Proposição metodológica interativa da “tecnologia social” como alternativa pró-sustentabilidade**: pesquisa ação com a COCAAT-MEL em Telêmaco Borba – PR. 2015. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2014>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STALLMAN, Richard. **Por que o Código Aberto não compartilha dos objetivos do Software Livre**. Free Software Foundation. Disponível em <<https://www.gnu.org/philosophy/open-source-misses-the-point.html>>. Acesso em 16 jul. 2018.

STALLMAN, Richard. MANCE, Euclides. **Declaração Pessoal de Richard Stallman e Euclides Mance**. 15 de dezembro de 2012. Disponível em <<https://stallman.org/solidarity-economy.pt.html>>. Acesso em 16 jul. 2018.

TAURION, Cezar. **Software livre**: potencialidades e modelos de negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

TRIANA, Yago Quiñones. **Tecnologias sociais na era da informação**: o caso das redes de software livre. Revista Contraponto. vol. 1. n. 1. jan/jul 2014. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/46230>>. Acesso em 16 jul. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

Luan Vinicius Bernardelli: Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Foi *Visiting Scholar* na Southern Cross University (Austrália) (2019). Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Suas principais publicações apareceram em revistas como Estudos Econômicos (USP), *Journal of Religion and Health*, *Local Government Studies*, *Review of Social Economics* e Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1



9 788572 475051